

# 029



SENADO FEDERAL

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Autores:** Deputado Hélio Bicudo e outro(s) Sr(s). Deputado(s)

**Nº 29, DE 2000**

(PEC 00096 de 1992, na origem)

**EMENTA:** Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

(Volume - II)

**AVULSO DA MATÉRIA NA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## (\*\*) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-B, DE 1992 (Do Sr. Hélio Bicudo)

# Volume I

**Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário**

**Brasília - 1999**

(\*\*) Republicado em virtude de decisão da Presidência em questão de ordem.

SENADO FEDERAL  
Protocolo Legislativo

P.E.C. N.º 23/2000  
Fls. 104 P



# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

## **Nº 96-B, DE 1992**

(Do Sr. Hélio Bicudo)

Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Deputado Luiz Carlos Santos); e da Comissão Especial pela aprovação, com substitutivo, desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 112-A/95, 500-A/97 e 368-A/96, apensadas; pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1/95, 2/95 e 4/95 (apresentadas na legislatura anterior) e das de nºs 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44 e 45; pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 127-A/95 e 215-A/95, apensadas, e das emendas nºs 3/95 (apresentada na legislatura anterior) e 4, 6, 17, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 38 e 41, nos termos do parecer da Relatora, que apresentou complementação e reformulação parcial de voto (Relatora: Deputada Zulaiê Cobra). Apresentaram votos em separado o Deputado Antônio Carlos Biscaia e, em conjunto, os Deputados Marcelo Déda, José Dirceu, Waldir Pires, Nelson Pellegrino, Antônio Carlos Biscaia, José Pimentel, Paulo Rocha e Padre Roque. Foram aprovados os destaques de nºs 247, 72, 79, 298, 70, 51, 281, 296, 42, 33, 293, 27, 88, 238, 187, 67, 32, 149, 73 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados Luiz Antônio Fleury e Renato Vianna; rejeitados os de nºs 297, 291, 251, 23, 220, 82, 155, 50, 292, 295, 233, 256, 283, 221, 177, 184, 286, 25, 216, 219, 162, 200, 218, 240, 201, 274, 217, 248, 101 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados José Roberto Batochio e Ibrahim Abi-Ackel; e prejudicados os de nºs 156, 38, 40, 241, 71, 83, 37, 86, 154, 13, 134, 112, 208, 24, 280, 212, 213, 211, 113, 210, 34, 78, 111 e 59.

## SUMÁRIO

- I - Proposta Inicial
- II - Propostas apensadas (112-A/95, 368-A/96, 127-A/95, 215/95, 500-A/97).
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - parecer do Relator
  - parecer da Comissão
- IV - Na Comissão Especial:
  - emendas apresentadas na Comissão -1995 (4)
  - termo de recebimento de emendas
  - emendas apresentadas na Comissão – 1999 nova legislatura (45)
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer da relatora
  - substitutivo oferecido pela relatora
  - complementação de parecer
  - reformulação parcial de voto
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão
  - votos em separado
- V - Plenário:
  - Questão de Ordem
  - Decisão da Presidência
  - Texto para apreciação do Plenário



3

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º - O art. 93 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 93 - .....

I - ingresso na carreira, cujo cargo será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - os juizes de primeira instância serão nomeados e promovidos pelo Presidente do Tribunal ao qual se acham subordinados;

III - as comarcas, que compõem a primeira instância, serão classificadas em 1ª e 2ª entrâncias;

IV - as promoções se farão, alternadamente, por merecimento e antiguidade;

V - as promoções dar-se-ão do 1º ao 4º graus; para o 1º grau, far-se-ão mediante inscrições dos juizes substitutos, na forma das vagas que ocorrerem;

VI - a promoção do 1º para o 2º grau, dar-se-á na própria comarca, desde que o juiz de direito nela tenha exercido a judicatura, no mínimo, por quatro anos;

VII - as promoções para o 3º grau serão feitas, depois de quatro anos no exercício do 2º grau para as comarcas de 2ª entrância, na conformidade das vagas que ocorrerem;

VIII - as promoções para o 4º grau ocorrerão na forma do inciso VI;



IX - a promoção de um juiz de uma entrãncia para outra, somente ocorrerá entre os classificados em 2º grau;

X - as promoções, em qualquer caso, deverão obedecer, alternadamente, à antiguidade e ao merecimento dos candidatos, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento ou antiguidade pressupõe, no mínimo, quatro anos de exercício no grau em que se encontrar o magistrado;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição, segundo avaliação em conjunto pelo Conselho Superior da Magistratura e de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa aferição serão considerados a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

XI - igual ao inciso III, renumerando-se os incisos seguintes."

Art. 2º - O art. 94 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 94 - Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com

mais de dez anos de carreira, de notório saber jurídico e reputação ilibada, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

§ único - ....."

Art. 3º - O art. 95 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 95 - ....."

I - a aquisição de vitaliciedade depende de aferição por Conselho especial de que participarão um representante do Conselho Superior da Magistratura, de um representante do Ministério Público e de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente designados para esse fim;

II - .....

III - .....

§ único - .....

I - .....

II - .....

III - exercer atividade ou fazer pronunciamentos políticos, de caráter político-partidário."

Art. 4º - O art. 101 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 101 - O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, dentre bacharéis em direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, pelo prazo máximo de

nove anos, não podendo ser reconduzidos. Nessa hipótese, não haverá aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.

§ 1º - Cada um terço dos Ministros <sup>N</sup>será nomeado mediante escolha em lista tríplice, apresentada, respectivamente, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - A renovação dos membros do Tribunal far-se-á por um terço cada três anos.

§ 3º - O magistrado ou membro do Ministério Público, nomeado para o Tribunal Constitucional, é aposentado do cargo que exercia, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço."

Art. 5º - O art. 102 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 102 - .....

I - .....

II - julgar em recurso ordinário o crime

político."

Art. 6º - O art. 104 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 104 - O Superior Tribunal de Justiça é composto de, no mínimo, trinta e três Ministros nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, pelo prazo de nove anos, dentre bacharéis em direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com idade máxima de sessenta anos, não podendo ser reconduzidos.



§ 1º - Cada um terço dos Ministros será nomeado mediante escolha em lista tríplice, apresentada, respectivamente, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministério Público federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - Aplicam-se à nomeação dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça as disposições dos parágrafos 2º e 3º, do art. 101."

Art. 7º - O art. 105 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 105 - Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - .....

II - processar, em recurso ordinário:

a) os habeas-corpus, o mandado de segurança, o habeas-data e o mandado de injunção, decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;"

Art. 8º - O art. 107 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 107 - .....

I - .....

II - os demais, mediante a nomeação de juízes estaduais, com mais de dez anos de exercício, indicados em lista tríplice, pelos presidentes dos Tribunais de Justiça onde têm sede os Tribunais Regionais Federais."

Art. 9º - O art. 111 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 111 - .....

I - .....

II - .....

III- Juízes do Trabalho.

§ 1º - Os juízes do Tribunal Superior do Trabalho são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo quatro quintos deles dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, e o quinto restante, alternadamente, por bacharéis em direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados em lista tríplice pelo Ministério Público do Trabalho e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - Os Tribunais Regionais do Trabalho, cujo número, jurisdição territorial e sede serão fixados em lei, compõem-se de juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre bacharéis em Direito, sendo quatro quintos deles indicados em lista tríplice, para cada vaga, pelo Tribunal Superior do Trabalho e o quinto restante, alternadamente, pelo Ministério Público Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil, igualmente em listas tríplices."

Art. 10º - O artigo 112 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 112 - Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal".

Art. 11 - Suprima-se o art. 113.

Art. 12 - Suprima-se o art. 115.

Art. 13 - Suprima-se o art. 122.

Art. 14 - Suprima-se o art. 123.

Art. 15 - Suprima-se o art. 124.

Art. 16 - O art. 125 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 125 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - Suprima-se.

§ 4º - Suprima-se."

Art. 17 - O art. 128 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 128 - .....

I - .....

a) .....

b) .....

c) Suprima-se, ficando em seu lugar

a alínea "d".

II - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - .....

§ 4º - .....

§ 5º - .....

I - .....

II- .....

a) .....



- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....

f) é vedado aos representantes do Ministério Público representar os interesses próprios da União, em juízo ou fora dele."

Art. 18 - Acrescente-se onde couber:

"Art. - Qualquer cidadão tem o direito, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil o dever de de nunciar ao Tribunal competente os casos de corrupção de magistra dos.

§ 1º - O Tribunal é obrigado a processar a denúncia em qualquer hipótese, com o acompanhamento do Ministério Público.

§ 2º - A condenação do denunciado implica em perda do cargo, sem prejuízo das sanções civis e penais ainda cabíveis.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19 - Os ministros e juízes que tiverem seus cargos extintos, serão postos em disponibilidade remunerada, com todos os direitos decorrentes de suas atividades, nos cargos em que se encontrarem.

Art. 20 - Os poderes judiciários estaduais, a seu critério, poderão absorver, nas suas entrâncias correspondentes, desde que assim o requeiram, e o interesse público o determine, no prazo de 90 dias, os juizes federais de primeira instância.

Art. 21 - Os governos federal e estaduais terão o prazo de 12 (doze) meses para as providências administrativas necessárias ao cumprimento do disposto nos artigos 93 e seguintes desta Constituição.

### JUSTIFICATIVA

#### . A ESTRUTURA NO IMPÉRIO

Em 1822 a Justiça no País era distribuída pelos juizes inferiores, pela "Casa de Suplicação" do Rio de Janeiro e por três relações, a de Salvador, a de São Luiz do Maranhão e a de Pernambuco.

A Constituição de 1824 modificou essa estrutura, erigindo relações em quase todas as províncias e criando no Rio, além da relação, um Supremo Tribunal de Justiça, ao qual competia conceder ou denegar revistas nos casos e pela maneira que a lei determinasse, conhecer dos delitos e erros de ofício que cometessem os seus ministros, ou das relações, os empregados do corpo diplomático e os presidentes de províncias, conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição e competência das relações provinciais.

## O MODELO ADVINDO COM A REPÚBLICA

Esta organização prevaleceu até a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Daí para cá o sistema judiciário transfigurou-se por completo. Mero instrumento dos governos ou vítima de suas perseguições, ao tempo da Monarquia esse sistema, não obstante as reformas por que passou, não grangeou o prestígio e a força que adquiriria com a República.

No modelo de 1891, o Supremo Tribunal Federal, em virtude de sua atribuição de proferir a última palavra sobre a constitucionalidade das leis votadas pelo Congresso e dos atos praticados pelo Executivo, fulminando-os quando contrários à Constituição, exerceu sobre os demais poderes públicos uma fiscalização superior, pondo-os no caminho da lei sempre que dela, consciente ou inconscientemente, se afastaram. Na verdade, concentrou-se em suas mãos a defesa de todos os direitos, civis como políticos, do povo brasileiro.

Na Primeira República cindiu-se a magistratura, como imposição do regime federativo que triunfava na organização política, em dois ramos independentes - a federal e a estadual. Tínhamos, pois, a magistratura da União e a dos Estados: aquela, composta de juizes federais, um para cada Estado, e de um Supremo Tribunal Federal; e esta, com juizes singulares nas comarcas e um Tribunal de Justiça nas capitais. Tanto a União como os Estados mantinham a instituição do júri para algumas causas criminais.

Com a Constituição de 1934, o número de juizes do Su



premo Tribunal Federal passou de quinze para onze, mantendo-se a dicotomia entre Justiça Federal e Justiça Estadual. Considerou ela como órgão do Poder Judiciário: a Corte Suprema, os juízes e os tribunais federais, militares e eleitorais.

A Carta de 1937 extinguiu a Justiça Federal e estabeleceu que aos Estados competia legislar sobre sua divisão e organização judiciária e prover os respectivos cargos. Nesse diploma aparecem como órgãos do Poder Judiciário e Supremo Tribunal Federal, os juízes e os tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os juízes e os tribunais militares.

Pela Constituição de 1946 o Poder Judiciário passou a ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Recursos, por juízes e tribunais militares, por juízes e tribunais eleitorais e por juízes e tribunais do trabalho. Na competência dos tribunais, a Lei Maior inseriu a elaboração de seus regimentos internos, a organização de seus serviços auxiliares e a propositura, ao Poder Legislativo, de criação ou extinção de cargos, além da fixação dos respectivos vencimentos.

#### O PODER JUDICIÁRIO NOS DIAS DE HOJE

O golpe de 1964 trouxe substancial reforma na estrutura do Poder Judiciário.

O ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que ampliou o número de ministros do Supremo Tribunal para dezesseis, restabeleceu a antiga dicotomia de juízes federais e estaduais. Esse diploma suspendeu ainda as garantias constitu

cionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, que o ato institucional nº 1 já restringira em grande medida, bem como o controle jurisdicional de atos punitivos impostos pelos poderes da Revolução, limitando-o ao exame das formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como de sua conveniência ou oportunidade.

A Constituição de 1967 manteve a organização anterior, mas restaurou as garantias da magistratura.

As restrições vieram, maiores, com o ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que tornou a suspender aquelas garantias, bem como a de **habeas corpus** nos casos de crimes políticos e de crimes contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Além disto, excluiu de qualquer apreciação do Poder Judiciário todos os atos praticados de acordo com suas determinações.

O ato institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, tornou a reduzir para onze o número de ministros do Supremo Tribunal Federal e deu grande ênfase à competência da Justiça Militar, fazendo-a abranger também os civis nos casos de repressão dos crimes contra a segurança nacional ou instituições militares.

Pela emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 foram incluídos, entre os órgãos do Poder Judiciário, os tribunais e os juízes estaduais. As normas do ato 6 referentes à Justiça Militar foram inseridas na nova lei básica. A emenda instituiu o princípio que veio permitir aos tribunais de Justi



ça dos Estados disporem em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciárias, cuja alteração, entretanto, só pode ser feita de cinco em cinco anos.

A timidez com que o governo brasileiro vem atendendo à necessidade de modernização de nosso aparelhamento judiciário tem sido, sem dúvida, a causa da crise avassaladora em que há muitos anos se esbate a nossa Justiça. Quase sempre tardia, deixa que esta se embarace na inabilidade e incompetência das partes, e sofre hoje, mais do que nunca, o impacto arbitrário do Poder, representado por seus órgãos de segurança, que não vacilam em usar de prepotência, negligenciando conscientemente todo o elenco dos direitos humanos. Desprovidos de garantias, são poucos, muito poucos os que não cruzam os braços, à espera de que acabe a avalanche.

Ora, a administração da Justiça é problema que a todos interessa. Não basta que o Legislativo elabore as leis e o Executivo as sancione. É preciso que o Judiciário assegure a sua execução em cada caso concreto. A norma jurídica só ganha corpo e produz efeitos quando fielmente aplicada. É através dos julgados que os direitos se tornam incontestáveis e a vontade de seus titulares se apresenta em forma coercitiva. As decisões dos juízes e tribunais são, portanto, a última etapa da vida do Direito. Com propriedade, diz Carlos Medeiros da Silva que, "sem um funcionamento adequado da organização judiciária, o País caminhará para a desordem e a descrença nas suas instituições".



(Carlos Medeiros da Silva, in Revista de Direito Administrativo, 114).

#### A REFORMA NECESSÁRIA

Dáí, naturalmente, falar-se, desde ná muito e com insistência, na necessidade de ampla reforma do Poder Judiciário, que abranja desde as pequenas comarcas do Interior até o Supremo Tribunal Federal.

A propósito, em visita protocolar ao Supremo Tribunal Federal, logo após a sua posse na chefia do Executivo, o então Presidente Ernesto Geisel, tomando conhecimento da situação de crise em que se debatia o Judiciário, concordou com os ministros que o receberam quanto à necessidade de o submeter à tão falada e ampla reforma, a fim de lhe emprestar condições para o cumprimento da missão que lhe cabia dentro dos ideais de desenvolvimento sócio-econômico do País.

Com a finalidade de planejá-la, a Corte Suprema procedeu a uma metódica colheita de dados, os quais, devidamente seleccionados e estudados, deveriam indicar o caminho a seguir.

Desde então, movimentaram-se juízes, advogados e representantes do Ministério Público, procurando oferecer alternativas válidas para a transformação do panorama judiciário brasileiro num sistema eficiente de distribuição da justiça.

#### O DIAGNÓSTICO DA JUSTIÇA

Afinal, o Supremo Tribunal ofereceu, em junho de 1975, um alentado relatório ao Presidente da República, que qualificou de "diagnóstico".

Contudo, de um diagnóstico, o que se esperaria é que tivesse tornado o mal transparente, de modo a que pudesse ser atacado em profundidade, e nas causas: o diagnóstico se opõe à consideração superficial, que atende apenas aos sintomas. Em 1974, quando os ministros do Supremo Tribunal Federal clamaram por uma "reforma ampla e global" na Justiça brasileira, seu interlocutor, o Presidente Ernesto Geisel, deferiu-lhes a iniciativa da empresa, ressaltando que caberia ao próprio Supremo levantar um "diagnóstico das necessidades da Justiça". É sob este nome que chegou às mãos do Presidente o extenso relatório com a resposta do Supremo. O conteúdo do documento, entretanto, ficou aquém do nome convencionado: escaparam-lhe algumas áreas críticas do mal, prejudicando a profundidade do conjunto. Faltava simetria entre o "diagnóstico" e a reforma "ampla e global" que se reclamou.

O "diagnóstico" assinalou o óbvio: a Justiça brasileira é cara, morosa e eivada de senões que são obstáculos a que os jurisdicionados recebam a prestação que um Estado democrático lhes deve. Tais falhas vieram bem acentuadas em alguns setores; e de maneira mais discreta em outros. Faltou, de maneira geral, uma configuração mais exata da crise: a situação presente decorre da defasagem entre o conservadorismo tão típico das classes jurídicas e o ímpeto desenvolvimentista que se espalhou pela resto da vida do país desde a revolução de 1964.

Por um desses absurdos inerentes a todo processo revolucionário, o Judiciário foi o único dos poderes do Estado que

manteve uma estrutura praticamente inalterada: enquanto o Legislativo e o Executivo foram modificados - e, diga-se de passagem, nem sempre de maneira feliz - o Judiciário foi esquecido. Acusou o reflexo de tais transformações, sem ter colhido seus eventuais benefícios. E permaneceu como fora concebido: para atuar dentro de um esquema menos ambicioso, de uma sociedade estável, onde valessem realmente os precedentes na apreciação dos casos levados à Justiça. A caducidade dos conceitos anteriormente esposados é que urgiu, afinal, o evidente: uma extensa e profunda revisão, para que se possa, de novo, dar a cada um o que é seu.

Mas diagnóstico pressupõe, ainda, que se ofereçam soluções. Algumas alternativas apresentadas pelo relatório transmitido à Presidência da República mereciam, de fato, longa meditação. Não se pode, porém, deixar de acusar algumas omissões imperdoáveis.

A Magistratura é tão somente um dos ângulos do triângulo judiciário, que ela forma com o Ministério Público e a Advocacia. Ora, deixando os dois últimos sem uma palavra sequer, o Supremo Tribunal Federal também deixou de esgotar a matéria que lhe fora afeta. Assim, se é realidade imperiosa a necessidade de se apurar o nível de recrutamento dos juizes e de exigir uma reciclagem constante de seus conhecimentos jurídicos, por que não afirmar o mesmo de promotores públicos e advogados? O despreparo dos juizes é, sem dúvida, causa de preocupação; mas, de vez que estes não julgam de ofício, deve preocupar igualmente o despreparo de promotores e advogados. A formação intelectu



al do juiz não poderá, de si só, remediar a injustiça em que redundar uma causa, por mal posta ou mal preparada.

A proliferação, desenfreada e irresponsável das faculdades de Direito em todo o território nacional, com diminuição diretamente proporcional na qualidade e eficiência do ensino, deixou-nos com uma safra nem sempre ociosa de bacharéis. Sem consciência de sua precária capacitação técnica, eles avançaram para o exercício da Advocacia, do Ministério Público e até da Magistratura. É inegável que, em certa medida, desse despreparo decorreram o desprestígio atual e, em última análise, a dignidade e independência recusadas ao Judiciário. Um saber jurídico ciosamente preservado e constantemente fomentado entre juizes, promotores e advogados, teria sido certamente salvaguarda de um mínimo de independência e dignidade, ainda quando mantida a suspensão de garantias oriunda do Ato Institucional nº 5.

O ideal de uma Justiça bem equacionada pelas partes exige, ao lado da cultura jurídica, a independência moral. Neste particular, de modo algum teria o Supremo Tribunal Federal invadido a seara alheia se houvesse mencionado em seu relatório os problemas que afligem tanto o Ministério Público quanto a Advocacia, um e outra humilhantemente expostos a investidas centralizadoras do Poder Público Federal. O procedimento do Supremo teria sido legítimo, como foi quando não hesitou em manifestar-se expressamente acerca de dois problemas paralelos e igualmente cruciais: o sistema de penas ora vigente e o estado lastimável dos meios carcerários.

Hoje, mais do que nunca, juizes, membros do Ministério Público e advogados precisam de reservas de grandeza moral para saber discernir entre o justo e o injusto, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos - e, infelizmente, o relatório só se lembrou desta última como se as primeiras não fossem de maior relevância -, só mesmo a grandeza moral os impedirá de ceder como tantas vezes tem dolorosamente acontecido, às injunções e pretensões dos poderosos do momento. A grandeza moral será uma barreira para que o ordenamento jurídico não se desvaneça ou fique à deriva, entre as correntes de interesses estranhas à essência e aos propósitos do Direito da Justiça.

O desejo aparentemente unânime de mudança, manifestado na visita oficial do então Presidente Geisel ao Supremo Tribunal Federal não é fácil de transformar-se em realidade. Não se trata apenas de meios, de facilidades materiais, de modificação e sofisticação dos quadros a que uma reforma de conteúdo burocrático poderia atender. As mazelas quase crônicas da Justiça brasileira não são de caráter meramente funcional.

Indagamo-nos sobre se haveria coragem para aquela reestruturação de alto a baixo: a reclamada como indispensável e urgente, sob os estímulos do ambiente informal em que o visitante ilustre deixou o Supremo. O "diagnóstico" não conseguiu definir nossa dúvida e indagação. Reaparelhar o Poder Judiciário ultrapassa de muito considerações materiais e administrativas, para atingir questões morais e políticas. O Império da Justiça, se não é tomado como simples figura de retórica, situa-se numa

pátria - o Estado de Direito. Sem assentá-la definitivamente sobre esse fundamento indispensável, a preciosidade de qualquer reforma será decorativa e vã.

#### UMA NOVA JUSTIÇA

Uma conclusão, portanto, se impõe, diante do pouco que se fez a nível da elaboração constitucional dos anos 86/88. A Justiça, em seus vários setores precisa modernizar-se, com a consciência de que os juízes fazem parte da comunidade e que somente enquanto partícipes dessa mesma comunidade podem distribuir Justiça. Não apenas no campo da criminalidade, mas em todos os outros, relativos aos direitos civis, trabalhistas, comerciais e tributários.

Dai a proposta de uma nova organização da carreira de juiz, fixando-o mais demoradamente à comunidade, para que não seja apenas - como hoje acontece - um repetidor das alegações das partes.

Isto se reflete na questão da aquisição da vitaliciedade, garantia que não pode ser apenas outorgada por mecanismos burocráticos, mas que tem de alcançar o comportamento real do juiz na comunidade, chamando-a a opinar a respeito, através de instituições como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil.

A questão da Justiça não reside apenas nos juízos e tribunais inferiores, mas deve merecer, por igual, a maior atenção a composição dos tribunais superiores, o Supremo Tribunal



Federal e o Superior Tribunal de Justiça, propondo-se uma outra dinâmica para o recrutamento de seus juizes, tendo em vista a soberania que deve ser resguardada a todo custo, do Poder Judiciário.

Na verdade, o problema é mais profundo, porque o Poder Judiciário é, dentre os três Poderes da República, o único infenso à fiscalização. Enquanto o Executivo é fiscalizado pelo Legislativo, este pelo povo e ambos pelo Poder Judiciário. Os juizes não se submetem a qualquer modalidade de censura externa.

Não basta, para o estabelecimento de controles na atividade do Poder Judiciário, a participação intensa, no caso representado pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados, no recrutamento de juizes e na outorga da vitaliciedade, bem como uma intervenção mais intensa do Congresso Nacional na investidura dos magistrados dos tribunais superiores.

Será da maior relevância que qualquer cidadão, como direito seu, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados, como dever, possam participar da instauração e do acompanhamento de procedimentos contra magistrados, nos casos de corrupção.

Com essas providências, às quais ir-se-ão acrescentar outras, apresentadas pelos ilustres membros da Câmara e do Senado, poderemos, afinal, contar com mecanismos que dêem àqueles que representam o Poder Judiciário a necessária representatividade para que a função de julgar deixe de privilegiar alguns e passe a ser legítimo direito de todos.

De notar-se que perde sentido, nesse sistema, a chama da Justiça Militar, a qual deverá ater-se aos problemãs da disciplina interna dos quartéis.

Propõe-se também uma justiça do trabalho mais ágil, reformulando-se as normas até hoje inspiradas pela Carta Del Lavoro, da Itália fascista.

A esse propósito, não tem mais sentido a organização ainda existente, com juizes chamados classistas, despreparados para a função judicante e que mais dificultam do que agilizam a aplicação da justiça para a classe trabalhadora.

Juizes especiais, nas comarcas de maior população, recrutados na forma prevista pela Constituição, com as garantias de inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade, dará à classe trabalhadora, como já o faz a justiça comum, prestação jurisdicional mais condizente com as relações entre empregadores e empregados que o atual sistema propicia.

Relativamente à Justiça Federal, retorna-se ao sistema anterior ao golpe de 1964, que criou uma Justiça Federal de primeira instância realmente inviável, incapaz de dar cumprimento às suas tarefas, propiciando, dada a falta de infraestrutura para uma Justiça sediada na Capital dos Estados, com jurisdição em todo o seu território, numa situação de verdadeira denegação de justiça.

O "deficit nos seus julgamentos requer uma providência capaz de aproximá-la de seus jurisdicionados, com a entrega da decisão dos litígios de maior interesse da União, à Justiça estadual. que está aparelhada para esse mister.



Os ministros e juizes, que passarão a não ter funções a partir da reforma ora proposta, serão postos em disponibilidade, podendo, entretanto, optar pela sua transferência para a magistratura estadual de primeira instância, na forma estabelecida no projeto, passando a compor seus quadros.

#### CONCLUSÃO

As proposições sugeridas servem, portanto, quando mais não seja, como tema de um debate fecundo sobre uma nova organização da justiça no Brasil.

*Sala das sessões, em 26.03.92*

x.x.x.x.x.x.x

*Hélio Bicudo*

- |                        |                            |
|------------------------|----------------------------|
| 01 - HÉLIO BICUDO      | 16 - ALCIDES MODESTO       |
| 02 - JAQUES WAGNER     | 17 - BENEDITA DA SILVA     |
| 03 - MARIA LAURA       | 18 - PEDRO TONELLI         |
| 04 - CARLOS SANTANA    | 19 - LUCI CHOINASKI        |
| 05 - NILMARIO MIRANDA  | 20 - EDUARDO JORGE         |
| 06 - LOURIVAL FREITAS  | 21 - JOSÉ GENOÍNO          |
| 07 - VALDIR GANZER     | 22 - JOSÉ CICOTE           |
| 08 - PAULO ROCHA       | 23 - CHICO VIGILANTE       |
| 09 - JOÃO PAULO        | 24 - FLORESTAN FERNANDES   |
| 10 - VLADIMIR PALMEIRA | 25 - MARIA LUIZA FONTENELE |
| 11 - PAULO DELGADO     | 26 - ADÃO PRETTO           |
| 12 - PAULO BERNARDO    | 27 - AGOSTINHO VALENTE     |
| 13 - RAUL PONT         | 28 - JORGE UEQUED          |
| 14 - EDÉSIO PASSOS     | 29 - JOÃO ALMEIDA          |
| 15 - JOSÉ FORTUNATI    | 30 - AÉCIO NEVES           |



- 
- |                               |                                  |
|-------------------------------|----------------------------------|
| 31 - BETH AZIZE               | 66 - JOSÉ ALDO                   |
| 32 - ROBERTO FREIRE           | 67 - JÓRIO DE BARROS             |
| 33 - EFRAIM MORAIS            | 68 - VITTORIO MEDIOLI            |
| 34 - BASILIO VALLANI          | 69 - RENILDO CALHEIROS           |
| 35 - VIVALDO BARBOSA          | 70 - RONIVON SANTIAGO            |
| 36 - ÂNGELO MAGALHÃES         | 71 - CÉLIA MENDES                |
| 37 - ELIO DALLA-VÉCCHIA       | 72 - SIGMARINGA SEIXAS           |
| 38 - TILDEN SANTIAGO          | 73 - CELIO DE CASTRO             |
| 39 - PEDRO ABRÃO              | 74 - JAMIL HADDAD                |
| 40 - JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS | 75 - ULDURICO PINTO              |
| 41 - GONZAGA MOTA             | 76 - CARLOS ROBERTO MASSA        |
| 42 - ALBERTO HADDAD           | 77 - EDUARDO MOREIRA             |
| 43 - JACKSON PEREIRA          | 78 - LUIZ GUSHIKEN               |
| 44 - FLAVIO DERZI             | 79 - SANDRA STARLING             |
| 45 - DELCINO TAVARES          | 80 - PAULO TITAN                 |
| 46 - BERALDO BOAVENTURA       | 81 - CELSO BERNARDI              |
| 47 - SALATIEL CARVALHO        | 82 - VALTER PEREIRA              |
| 48 - WILMAR PERES             | 83 - IVAN BURITY                 |
| 49 - MENDES BOTELHO           | 84 - JOSÉ VICENTE BRIZOLA        |
| 50 - ODÁCIR KLEIN             | 85 - PEDRO NOVAIS                |
| 51 - MARIA VALADÃO            | 86 - ADELAIDE NERI               |
| 52 - FERNANDO FREIRE          | 87 - HILARIO COIMBRA             |
| 53 - RUBENS BUENO             | 88 - WAGNER DO NASCIMENTO        |
| 54 - EVALDO GONÇALVES         | 89 - JUNOT ABI-RAMIA             |
| 55 - FLÁVIO ARNS              | 90 - ADROALDO STRECK             |
| 56 - DANIEL SILVA             | 91 - HAGAÚS ARAUJO               |
| 57 - LAIRE ROSADO             | 92 - FÁBIO FELDMANN              |
| 58 - GERALDO ALCKMIN FILHO    | 93 - KOYU IHA                    |
| 59 - OTTO CUNHA               | 94 - NILTON BAIANO               |
| 60 - CIRO NOGUEIRA            | 95 - ISRAEL PINHEIRO             |
| 61 - MAURICI MARIANO          | 96 - EDUARDO MATIAS              |
| 62 - JOSÉ THOMAZ NONO         | 97 - WALTER NORY                 |
| 63 - REGINA GORDILHO          | 98 - JORGE TADEU MUDALEN         |
| 64 - DERVAL DE PAIVA          | 99 - ANTONIO CARLOS MENDES THAME |
| 65 - JOSÉ DIRCEU              | 100 - MAGALHÃES TEIXEIRA         |

- 
- |                                    |                                  |
|------------------------------------|----------------------------------|
| 101 - CESAR MAIA                   | 136 - JOSÉ LINHARES              |
| 102 - GASTONE RIGHI                | 137 - ERNESTO GRADELLA           |
| 103 - PAULO HARTUNG                | 138 - PAULO PAIM                 |
| 104 - MUNHOZ DA ROCHA              | 139 - VITAL DO RÊGO              |
| 105 - JOSÉ SERRA                   | 140 - ALDO REBELO                |
| 106 - AUGUSTO CARVALHO             | 141 - ALBERTO GOLDMAN            |
| 107 - MENDES RIBEIRO               | 142 - PEDRO PAVÃO                |
| 108 - GENEBALDO CORREIA            | 143 - SAID FERREIRA              |
| 109 - MARINO CLINGER               | 144 - MIGUEL ARRAES              |
| 110 - SAULO COELHO                 | 145 - EDIVALDO MOTTA             |
| 111 - RAQUEL CANDIDO               | 146 - VALDOMIRO LIMA             |
| 112 - ANDRÉ BENASSI                | 147 - SÓLON BORGES DOS REIS      |
| 113 - OSWALDO STECCA               | 148 - EDI SILIPRANDI             |
| 114 - REDITÁRIO CASSOL             | 149 - CARLOS KAYATH              |
| 115 - NEUTO DE CONTO               | 150 - ALOIZIO MERCADANTE         |
| 116 - RENATO VIANNA                | 151 - LIBERATO CABOCLO           |
| 117 - JOÃO HENRIQUE                | 152 - HAROLDO SABOIA             |
| 118 - ROBERTO TORRES               | 153 - MAURILIO FERREIRA LIMA     |
| 119 - ARIOSTO HOLANDA              | 154 - ALUIZIO ALVES              |
| 120 - DELFIM NETTO                 | 155 - LUIZ GIRÃO                 |
| 121 - JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS | 156 - EDSON SILVA                |
| 122 - DERCIO KNOP                  | 157 - NILSON GIBSON              |
| 123 - NELSON MORRO                 | 158 - RITA CAMATA                |
| 124 - FRANCISCO EVANGELISTA        | 159 - LYSÂNEAS MACIEL            |
| 125 - NELSON TRAD                  | 160 - JOSÉ LUIZ CLEROT           |
| 126 - JANDIRA FEGHALI              | 161 - MIRO TEIXEIRA              |
| 127 - JONAS PINHEIRO               | 162 - CIDINHA CAMPOS             |
| 128 - JOSÉ TELES                   | 163 - WALDIR PIRES               |
| 129 - LUIZ HENRIQUE                | 164 - PINGA FOGO DE OLIVEIRA     |
| 130 - OSMANIO PEREIRA              | 165 - ETEVALDA GRASSI DE MENEZES |
| 131 - JUTAHY JUNIOR                | 166 - JOSÉ REINALDO              |
| 132 - EDMUNDO GALDINO              | 167 - IVO MAINARDI               |
| 133 - JAYME SANTANA                | 168 - ROBERTO VALADÃO            |
| 134 - ROSE DE FREITAS              | 169 - AROLDO GÓES                |
| 135 - WILSON MOREIRA               |                                  |

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO HÉLIO BICUDO E OUTROS:

169 assinaturas válidas;  
005 assinaturas duplas;  
001 assinatura de um deputado licenciado;  
001 assinatura de um deputado já falecido e  
002 assinaturas de apoio.

OBS.: A PROPOSTA DE EMENDA CONTÉM NÚMERO SUFICIENTE DE SIGNATÁRIOS.

Em 30/03/92

NILO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

### Título IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### Capítulo III DO PODER JUDICIÁRIO

##### Seção I Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I — ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II — promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se: não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III — o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV — previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V — os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;



VI — a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII — o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII — o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX — todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X — as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI — nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

**Art. 94.** Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**Parágrafo único.** Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tripartite, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

**Art. 95.** Os juízes gozam das seguintes garantias:

I — vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II — inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III — irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

**Parágrafo único.** Aos juízes é vedado:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II — receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III — dedicar-se à atividade político-partidária.

.....

## Seção II

### Do Supremo Tribunal Federal

**Art. 101.** O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**Parágrafo único.** Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I — processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o *habeas-corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas-data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

i) o *habeas-corpus*, quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

II — julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas-corpus*, o mandado de segurança, o *habeas-data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III — julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

**Parágrafo único.** A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

.....

## Seção III

### Do Superior Tribunal de Justiça

**Art. 104.** O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.



**Parágrafo único.** Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

I — um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tripla elaborada pelo próprio Tribunal;

II — um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

**Art. 105.** Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I — processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os *habeas-data* contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;

c) os *habeas-corpus*, quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

II — julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas-corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III — julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

**Parágrafo único.** Funçionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

#### Seção IV

##### Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais

**Art. 107.** Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I — um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

II — os demais, mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

**Parágrafo único.** A lei disciplinara a remoção ou a permuta de juizes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

#### Seção V

##### Dos Tribunais e Juizes do Trabalho

**Art. 111.** São órgãos da Justiça do Trabalho:

I — o Tribunal Superior do Trabalho;

II — os Tribunais Regionais do Trabalho;

III — as Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I — dezessete togados e vitalícios, dos quais onze escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;

II — dez classistas temporários, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores.

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas triplas, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94, e, para as de classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pelas diretorias das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores, conforme o caso; as listas triplas para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.

§ 3º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

**Art. 112.** Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito.

**Art. 113.** A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregadores.

**Art. 115.** Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, sendo dois terços de juizes togados vitalícios e um terço de juizes classistas temporários, observada, entre os juizes togados, a proporcionalidade estabelecida no art. 111, § 1º, I.

**Parágrafo único.** Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

- I — juizes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento;
- II — advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no art. 94;
- III — classistas indicados em listas triplíces pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região.

#### Seção VII

##### Dos Tribunais e Juizes Militares

**Art. 122.** São orgaos da Justiça Militar:

- I — o Superior Tribunal Militar;
- II — os Tribunais e Juizes Militares instituídos por lei.

**Art. 123.** O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

**Parágrafo único.** Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

- I — três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
- II — dois, por escolha paritária, dentre juizes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

**Art. 124.** À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

#### Seção VIII

##### Dos Tribunais e Juizes dos Estados

**Art. 125.** Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

#### Capítulo IV

##### DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

#### Seção I

##### Do Ministério Público

**Art. 128.** O Ministério Público abrange:

- I — o Ministério Público da União, que compreende:
  - a) o Ministério Público Federal;
  - b) o Ministério Público do Trabalho;
  - c) o Ministério Público Militar;
  - d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- II — os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

- I — as seguintes garantias:
  - a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
  - b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
  - c) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;
- II — as seguintes vedações:
  - a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
  - b) exercer a advocacia;
  - c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
  - d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magisterio;
  - e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992

Introduz modificações na  
estrutura do Poder Judiciário.

Autor: Deputado HÉLIO BICUDO e outros

Relator: Deputado LUIZ CARLOS SANTOS

## I - RELATÓRIO

O nobre Deputado HÉLIO BICUDO é o primeiro signatário da presente Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

Na justificativa da referida Proposta de Emenda à Constituição, se faz o histórico do Poder Judiciário no Brasil, desde o Império, o diagnóstico da situação de crise por que passa aquele Poder e, finalmente, são alvitradas uma série de medidas visando a modernização dos órgãos jurisdicionais.

São basicamente abrangidas na proposta a questão de aquisição da vitaliciedade do magistrado, o recrutamento dos ministros dos tribunais superiores, o controle de atividade dos magistrados, a supressão da Justiça Militar, a reformulação de Justiça do Trabalho e a extinção de Justiça Federal de primeira instância.

é o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cumpra a esta Comissão, nos termos do art. 202, caput, do Regimento Interno, emitir parecer sobre a admissibilidade da Proposta a Emenda à Constituição, reservado o

exame do mérito à Comissão Especial de que trata o § 2º do referido artigo 202.

A presente proposta está subscrita por 169 Deputados, atendendo, pois, ao disposto no art. 60, I, da Constituição.

Inocorrem, ademais, quaisquer das três situações, mencionadas no art. 60, § 1º, da Lei Maior como impeditivas do processo legislativo destinado a emendar a Constituição.

Finalmente, a proposta de emenda sob exame não suprime nem, de qualquer forma, restringe o conteúdo de qualquer das "cláusulas pétreas" elencadas no § 4º, incisos I a IV, do art. 60 da Lei Maior.

Por tais motivos, votamos pela admissibilidade da PEC nº 96/92.

Sala da Comissão, em 28-05-92

Deputado  LUIZ CARLOS SANTOS  
Relator

### III - PARECER DA COMISSÃO

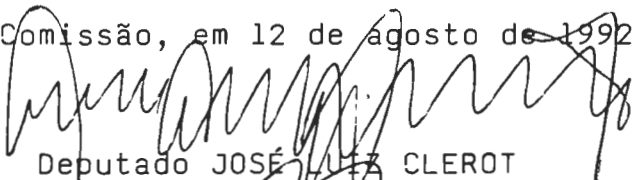
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 96/92, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Luiz Clerot - Presidente, Benedito de Figueiredo, Cleonânio Fonseca, Jesus Tajra, Roberto Maga-

lhães, Toni Gel, Tourinho Dantas, José Dutra, José Thomaz Nonô, Luiz Carlos Santos, Luiz Soyer, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Renato Vianna, Dércio Knop, Sérgio Cury, Adylson Motta, Edevaldo Alves da Silva, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Moroni Torgan, Osvaldo Melo, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Genoíno, Sandra Starling, Carlos kayath, Gastone Righi, Robson Tuma, Wilson Müller, Rodrigues Palma, Reditário Cassol, Luiz Piauhyllino, Pedro Valadares, Paulo Duarte, Antônio de Jesus, Luiz Tadeu Leite, Valter Pereira, Aroldo Góes, Edésio Frias, Magalhães Teixeira, Osmânio Pereira e Mário Chermont.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 1992

  
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT  
Presidente

  
Deputado LUIZ CARLOS SANTOS  
Relator

Defiro o desarquivamento da PEC 96/92, na forma do parágrafo único do art. 105 do RICD. Apense-se a esta a PEC 112/95, já desarquivada no início da presente sessão legislativa ordinária, encaminhando-se ambas à Comissão Especial recém criada por força do disposto no art. 202, § 2º, do RICD. Oficie-se ao primeiro requerente e, após, publique-se.

Em            /            /            PRESIDENTE

## REQUERIMENTO

*Requer o desarquivamento de proposição.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Exa. o



desarquivamento da PEC 96/92, que "Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário."

Brasília, 13 de março de 1999.

*Benedito de Lira* PSDB  
*Jair Siqueira* - PT  
*Paes Landim* - PDI

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 112-A, DE 1995  
(DO SR. JOSÉ GENÓINO E OUTROS)**

Institui o Sistema de Controle do Poder Judiciário; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade, com emenda, contra os votos dos Deputados Benedito de Lira, Jair Siqueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Roberto Magalhães, Jorge Wilson, Almino Affonso, Vicente Arruda, Jarbas Lima, Nilson Gibson, Ciro Nogueira, Darci Coelho, Maurício Najar, Aloysio Nunes Ferreira e Alzira Ewerton, com declarações de voto dos Deputados Edson Soares, Benedito de Lira, Vicente Arruda, Jarbas Lima, Nilson Gibson e Régis de Oliveira.

**SUMÁRIO**

I - Proposta inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- parecer da Relatora
- parecer reformulado
- emenda oferecida pela Relatora
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão
- Declarações de voto

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1** Inclua-se na Seção I, do Capítulo III, do Título III, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos, renumerando-se os demais:

**"Art.** O sistema de controle do Poder Judiciário será constituído pelo:

- I - Conselho Federal de Justiça;
- II - Conselhos Estaduais de Justiça;
- III - Conselho Distrital de Justiça.

**Parágrafo único** - O sistema de controle exercerá a fiscalização externa do Poder Judiciário, vedada a interferência no mérito das decisões proferidas e nas atividades jurisdicionais.

**Art.** Compete aos órgãos do sistema de controle do Poder Judiciário se pronunciar sobre:

- I - a proposta orçamentária anual ;
- II - aquisição da vitaliciedade;
- III - a criação e extinção de varas judiciárias e tribunais;
- IV - criação e extinção de cargos da magistratura e dos serviços auxiliares;

V - aferição do merecimento para efeitos de promoção;

VI - perda do cargo de magistrado.

**Parágrafo único** Compete ao sistema de controle do Poder Judiciário fiscalizar o serviço judicial, supervisionar os atos administrativos e receber denúncias e reclamações contra membros da magistratura e funcionários dos serviços auxiliares

**Art.** O Conselho Federal de Justiça terá a seguinte composição:

- I - cinco ministros eleitos por cada um dos Tribunais Superiores;
- II - um Procurador da República eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- III - um advogado eleito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV - três cidadãos brasileiros com mais de trinta e cinco anos eleitos pelo Congresso Nacional, vedada a indicação de parlamentar.

Art. Os Conselhos Estaduais de Justiça terão a seguinte composição:

- I - cinco Desembargadores eleitos pelos magistrados;
- II - um Procurador da Justiça eleito pelos integrantes do Ministério Público Estadual;
- III - um advogado eleito pelos integrantes da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV - três cidadãos brasileiros com mais de trinta e cinco anos eleitos pela Assembleia Legislativa do Estado, vedada a indicação de parlamentar.

Art. O Conselho Distrital de Justiça terá a seguinte composição:

- I - cinco Desembargadores eleitos pelos magistrados;
- II - um Procurador de Justiça eleito pelos integrantes do Ministério Público do Distrito Federal;
- III - um advogado eleito pelos integrantes do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV - três cidadãos brasileiros com mais de trinta e cinco anos eleitos pela Câmara Distrital, vedada a indicação de parlamentar.

Art. O mandato dos membros dos Conselhos que integram o sistema de controle do Poder Judiciário será de três anos, vedada a recondução.



Art. Os Tribunais não poderão realizar sessões secretas para tratar de assunto administrativo.

Art. Lei Complementar disporá sobre a competência, organização e funcionamento do sistema de controle do Poder Judiciário.

Art. 2 O parágrafo 3 do artigo 128 terá a seguinte redação:

Art. 128.....

Parágrafo 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão listas tríplexes dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva para a escolha do seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após a aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução."

### JUSTIFICATIVA

A crise do Estado é a crise de suas funções. Como uma das funções estatais, a justiça brasileira tem se defrontado com a complexidade crescente de uma sociedade dilacerada por diferenças socioeconômicas cada vez maiores. Os conflitos de interesses não se restringem mais a conflitos individuais, mas a conflitos coletivos e transgressões de massa envolvendo grupos e coletividades. Dentro desse contexto, pergunta-se: o Poder Judiciário tem se mostrado capaz de se administrar a si mesmo e de desempenhar com eficácia suas funções de reduzir conflitos e minorar as incertezas dos sistemas político e econômico, restringindo as divergências de interesses e impedindo sua generalização? Entendemos que não.

A concepção clássica da independência dos poderes do Estado tem sido utilizada frequentemente como um subterfúgio para neutralizar qualquer possibilidade de controle social sobre os poderes do Estado, notadamente sobre o Poder Judiciário. Em realidade, a relação entre os

poderes constituídos não tem se caracterizada por uma interdependência pela qual se busque a implementação de políticas públicas comuns. Em decorrência os poderes Legislativo e Judiciário têm atuado como se fossem "estados dentro do estado", com a adoção de regimentos internos e benefícios de toda a ordem que, muitas vezes, desconsideram a própria Constituição. No caso específico do Poder Judiciário, o último reajuste de vencimentos que os ministros do Supremo Tribunal Federal se auto-concederam, utilizando-se, para tanto, de um expediente meramente administrativo, constitui-se em exemplo ilustrativo.

A proposta que estamos apresentando para discussão objetiva criar um sistema de controle do Poder Judiciário com a finalidade de exercer a fiscalização externa de suas atividades. Entretanto, tal fiscalização, para garantir a sua própria eficácia e, notadamente, para preservar a autonomia e a independência do Poder, não poderá se imiscuir nas atividades jurisdicionais.

O sistema de controle proposto será integrado pelo Conselho Federal de Justiça, pelos Conselhos Estaduais de Justiça e pelo Conselho Distrital de Justiça. Cada qual será composto por cinco magistrados, um representante do Ministério Público, um advogado e três cidadãos eleitos pelo respectivo Poder Legislativo.

Por outro lado, estamos propondo também o fim da realização, pelos Tribunais, de sessões secretas para tratar de assuntos administrativos. É inconcebível que os regimentos internos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - e, provavelmente de outros Tribunais que não tivemos condições de averiguar - contemplem a possibilidade de realização de sessões secretas para deliberar sobre assunto administrativo que, pela sua própria natureza, só podem ser tratados dentro da mais estrita legalidade e transparência, não necessitando, portanto, de qualquer mecanismo regimental que impossibilite a sua mais ampla publicidade.

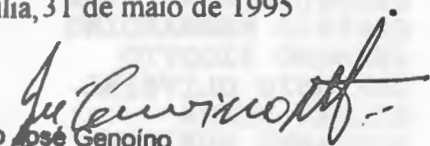
Por fim, estamos estendendo ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal o mecanismo de escolha já existente em relação ao Ministério Público Federal pelo qual o nome do Procurador-Geral da República precisa ser aprovado pelo Poder Legislativo. Entendemos que tal mecanismo democratiza a escolha do chefe do Ministério Público, fortalecendo a própria instituição.



Estamos convencidos que em sociedades fragmentadas em conflitos de classe como a nossa as instituições estatais não esgotam a realidade do direito. Nesse contexto, a justiça não pode ser entendida dentro de uma perspectiva exclusivamente técnico-formal. O princípio da separação dos Poderes não pode ser utilizado para consolidar a fragmentação do próprio Estado e justificar a impossibilidade de controle social sobre uma atividade que é pública e de mais alta relevância social. Não há Estado Democrático de Direito sem uma atividade jurisdicional autônoma e independente, assim como não há Estado Democrático de Direito sem que a sociedade civil não possa controlar as suas instituições políticas, legislativas e judiciais.

Brasília, 31 de maio de 1995

Deputado José Genoíno



ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
ADYLSO MOTA  
AECIO NEVES  
AGNALDO TIMOTEO  
AGNELO QUEIROZ  
AIRTON DIPP  
ALBERICO FILHO  
ALCESTE ALMEIDA  
ALCIDES MODESTO  
ALCIONE ATHAYDE  
ALDO REBELO  
ALEXANDRE CARDOSO  
ALEXANDRE SANTOS  
ALMINO AFFONSO  
ALOYSIO NUNES FERREIRA  
ANA JULIA  
ANIVALDO VALE  
ANTONIO AURELIANO  
ANTONIO BALHMANN  
ANTONIO BRASIL  
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO  
ANTONIO DO VALLE  
ANTONIO DOS SANTOS  
ANTONIO GERALDO  
ANTONIO KANDIR  
ARACELY DE PAULA  
ARLINDO CHINAGLIA  
ARMANDO ABILIO  
ARNALDO MADEIRA  
ARTHUR VIRGILIO NETO  
AUGUSTO CARVALHO

AUGUSTO FARIAS  
AYRES DA CUNHA  
BASILIO VILLANI  
BENITO GAMA  
BETO LELIS  
BETO MANSUR  
BONIFACIO DE ANDRADA  
CARLOS ALBERTO  
CARLOS APOLINARIO  
CARLOS CARDINAL  
CARLOS SANTANA  
CASSIO CUNHA LIMA  
CECI CUNHA  
CELIA MENDES  
CELSON DANIEL  
CELSON RUSSOMANNO  
CHICO FERRAMENTA  
CHICO VIGILANTE  
CIDINHA CAMPOS  
CIRO NOGUEIRA  
CLAUDIO CAJADO  
CONCEICAO TAVARES  
CORAUCCI SOBRINHO  
CORIOLANO SALES  
CUNHA LIMA  
DANILO DE CASTRO  
DARCISIO PERONDI  
DELFINO NETTO  
DILCEU SPERAFICO  
DOMINGOS LEONELLI  
EDINHO ARAUJO  
EDINHO BEZ



EDISON ANDRINO  
EDSON QUEIROZ  
EDUARDO JORGE  
EDUARDO MASCARENHAS  
ELIAS ABRAHAO  
ELIAS MURAD  
ESTHER GROSSI  
EZIDIO PINHEIRO  
FERNANDO DINIZ  
FERNANDO FERRO  
FERNANDO GABEIRA  
FERNANDO GOMES  
FERNANDO LOPES  
FERNANDO LYRA  
FRANCISCO HORTA  
FRANCISCO RODRIGUES  
FRANCISCO SILVA  
FRANCO MONTORO  
GEDDEL VIEIRA LIMA  
GENESIO BERNARDINO  
GERMANO RIGOTTO  
GERVASIO OLIVEIRA  
GILNEY VIANA  
GIOVANNI QUEIROZ  
GONZAGA MOTA  
GONZAGA PATRIOTA  
HAROLDO LIMA  
HELIO BICUDO  
HELIO ROSAS  
HENRIQUE EDUARDO ALVES  
HERACLITO FORTES  
HERCULANO ANGHINETTI  
HOMERO OGUIDO  
IBRAHIM ABI-ACKEL  
INACIO ARRUDA  
INOCENCIO OLIVEIRA  
ITAMAR SERPA  
IVAN VALENTE  
IVO MAINARDI  
JACKSON PEREIRA  
JAIME FERNANDES  
JAIR MENEGUELLI  
JAIR SOARES  
JAIR AZI  
JANDIRA FEGHALI  
JAQUES WAGNER  
JARBAS LIMA  
JAYME SANTANA  
JOAO ALMEIDA  
JOAO COSER  
JOAO FASSARELLA  
JOAO HENRIQUE  
JOAO LEO  
JOAO MELLAO NETO  
JOAO PAULO  
JOAO PIZZOLATTI  
JOFRAN FREJAT

JONIVAL LUCAS  
JORGE ANDERS  
JOSE ALDEMIR  
JOSE ANIBAL  
JOSE AUGUSTO  
JOSE CARLOS SABOIA  
JOSE CHAVES  
JOSE FORTUNATI  
JOSE FRITSCH  
JOSE GENOINO  
JOSE JORGE  
JOSE LUIZ CLEROT  
JOSE MACHADO  
JOSE MENDONCA BEZERRA  
JOSE MUCIO MONTEIRO  
JOSE PIMENTEL  
JOSE REZENDE  
JOSE SANTANA DE VASCONCELLO  
JOVAIR ARANTES  
JULIO REDECKER  
KOYU IHA  
LAEL VARELLA  
LAPROVITA VIEIRA  
LAURA CARNEIRO  
LEONEL PAVAN  
LEUR LOMANTO  
LIDIA QUINAN  
LIMA NETTO  
LINDBERG FARIAS  
LUCIANO ZICA  
LUIS EDUARDO  
LUIS ROBERTO PONTE  
LUIZ BRAGA  
LUIZ CARLOS HAULY  
LUIZ CARLOS SANTOS  
LUIZ GUSHIKEN  
LUIZ HENRIQUE  
LUIZ MAINARDI  
MALULY NETTO  
MARCELO DEDA  
MARCELO TEIXEIRA  
MARCIA MARINHO  
MARCIO FORTES  
MARCONI PERILLO  
MARCOS LIMA  
MARCOS MEDRADO  
MARIA ELVIRA  
MARIA LAURA  
MARILU GUIMARAES  
MARIO NEGROMONTE  
MATHEUS SCHMIDT  
MAURICIO NAJAR  
MAURICIO REQUIAO  
MAX ROSENMAN  
MENDONCA FILHO  
MIGUEL ROSSETTO  
MILTON MENDES

MILTON TEMER  
 MOREIRA FRANCO  
 NEDSON MICHELETI  
 NELSON MARCHEZAN  
 NELSON MARQUEZELLI  
 NELSON TRAD  
 NESTOR DUARTE  
 NEWTON CARDOSO  
 NEY LOPES  
 NILMARIO MIRANDA  
 OLAVO CALHEIROS  
 OSMANIO PEREIRA  
 OSORIO ADRIANO  
 OSVALDO COELHO  
 PADRE ROQUE  
 PAES DE ANDRADE  
 PAUDERNEY AVELINO  
 PAULO BERNARDO  
 PAULO CORDEIRO  
 PAULO DELGADO  
 PAULO HESLANDER  
 PAULO LIMA  
 PAULO PAIM  
 PEDRO IRUJO  
 PEDRO WILSON  
 PIMENTEL GOMES  
 PINHEIRO LANDIM  
 PRISCO VIANA  
 RAQUEL CAPIBERIBE  
 RENAN KURTZ  
 RICARDO IZAR  
 RITA CAMATA  
 RIVALDO MACARI  
 ROBERIO ARAUJO  
 ROBERTO BRANT  
 ROBERTO FRANCA  
 ROBERTO JEFFERSON  
 ROBERTO MAGALHAES  
 ROBERTO ROCHA  
 ROBERTO SANTOS  
 ROBERTO VALADAO

ROBSON TUMA  
 RODRIGUES PALMA  
 ROMEL ANIZIO  
 ROMMEL FEIJO  
 RONALDO PERIM  
 RUBEM MEDINA  
 RUBENS COSAC  
 SALVADOR ZIMBALDI  
 SARNEY FILHO  
 SAULO QUEIROZ  
 SERGIO AROUCA  
 SERGIO CARNEIRO  
 SERGIO GUERRA  
 SERGIO MIRANDA  
 SEVERIANO ALVES  
 SILVIO ABREU  
 SILVIO TORRES  
 SIMAO SESSIM  
 SOCORRO GOMES  
 TELMA DE SOUZA  
 TETE BEZERRA  
 THEODORICO FERRACO  
 TILDEN SANTIAGO  
 TUGA ANGERAMI  
 UBALDINO JUNIOR  
 UBALDO CORREA  
 UBIRATAN AGUIAR  
 USHITARO KAMIA  
 VALDEMAR COSTA NETO  
 VIC PIRES FRANCO  
 VICENTE ANDRE GOMES  
 VICENTE CASCIONE  
 VILMAR ROCHA  
 WAGNER SALUSTIANO  
 WIGBERTO TARTUCE  
 WILSON BRANCO  
 WILSON CAMPOS  
 WILSON CIGNACHI  
 YEDA CRUSIUS  
 ZAIRES REZENDE  
 ZULAIE COBRA

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 260      REPETIDAS: 2  
 ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM..... 10  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 272

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - LUIZ MAINARDI	RS	PT
2 - VICENTE ANDRE GOMES	PE	PDT

#### ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

1 - ALBERTO SILVA	PI	PMDB
2 - B. SA	PI	PSDB



3 - CARLOS MOSCONI  
 4 - FELIX MENDONCA  
 5 - HUMBERTO COSTA  
 6 - HUMBERTO SOUTO  
 7 - JOSE CARLOS LACERDA  
 8 - JOSE MAURICIO  
 9 - MARQUINHO CHEDID  
 10 - MARTA SUPPLY

MG PSDB  
 BA Bloco (PTB)  
 PE PT  
 MG Bloco (PFL)  
 RJ PPR  
 RJ PDT  
 SP Bloco (PSD)  
 SP PT

Ofício nº 18/195

Brasília, 08 de junho de 1995.

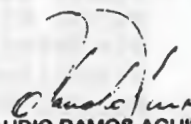
Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor José Genoíno, que "institui o Sistema de Controle do Poder Judiciário", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

260 assinaturas válidas;  
 002 assinaturas repetidas; e  
 010 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,

A Sua Senhoria o Senhor  
 Dr. Mozart Vianna de Paiva  
 Secretário-Geral da Mesa  
 N E S T A

  
 CLAUDIO RAMOS AGUIRRA  
 Chefe

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
 DE COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSTITUIÇÃO**  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 1988

**TÍTULO III**

**DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO III**

**DO PODER JUDICIÁRIO**

**Seção I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:**

1 - o Supremo Tribunal Federal;



- II – o Superior Tribunal de Justiça;
- III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V – os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI – os Tribunais e Juízes Militares;
- VII – os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

*Parágrafo único.* O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm

sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II – promoção de entrada para entrada, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrada e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrada ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

**Art. 94.** Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

*Parágrafo único.* Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

**Art. 95.** Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I.

*Parágrafo único.* Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III – dedicar-se a atividade político-partidária.

**Art. 96.** Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II – ao Supremo Tribunal Federal; aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus mem-

bros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados;

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III – aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

**Art. 97.** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

**Art. 98.** A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:



I – juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau;

II – justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

**Art. 99.** Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira:

§ 1.º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2.º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I – no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II – no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

**Art. 100.** À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1.º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1.º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2.º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

#### SEÇÃO I

#### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Art. 128.** O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 3.º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## 1. Relatório

O Deputado José Genoíno, autor da Proposta de Emenda à Constituição, justifica o controle externo com argumentos, que vão da prática decisória do Poder Judiciário que o tem impedido de enfrentar a crescente complexidade dos problemas sócio-econômicos, até a falta de eficiência gerencial, com desdobramentos burocráticos e corporativistas.

Entendendo que o Poder Judiciário não tem se mostrado "capaz de administrar e si mesmo e de desempenhar com eficácia suas funções" ... vê no seu controle externo instrumento para uma ampla reorganização da Justiça, condição necessária para o exercício de suas atribuições funcionais num contexto de profunda transformações econômicas, políticas e sociais.

Acredita que o controle externo do Poder Judiciário ajudará os Tribunais brasileiros a se tornarem aptos do ponto de vista técnico e administrativo para lidar com os conflitos de natureza coletiva, que envolvem grupos, classes e coletividades, bem como face à explosão de litigiosidade desempenhar com eficácia suas funções de absorver as tensões e dirimir conflitos.

Posteriormente, em debates, discursos e artigos, procurando esclarecer sua proposta afirma: "A motivação que me levou a apresentar a emenda foi a concepção de democracia que advogo". E justifica: "Neste momento em que o Brasil passa por uma onda reformadora, é indispensável que se discuta o caráter e as funções dos poderes institucionais, inclusive o Poder Judiciário".

Argumenta, ainda que "o intuito maior de minha proposição consiste em conferir transparência ad

ministrativa e eficácia ao imprescindível poder na democracia que é o Judiciário." Conclui que o Judiciário não tendo nenhum tipo de controle administrativo expressa uma noção antidemocrática do poder.

No mesmo sentido, que levou a propositura do presente projeto ao ilustre Deputado José Genqino, outras autoridades de carreira jurídica se manifestaram.

Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e professor da Faculdade de Direito da USP, vê no controle externo um enfraquecimento do Judiciário. Reconhece, porém, que : " Os magistrados, evidentemente, estão conscientes de que existem graves falhas na prestação jurisdicional , sobretudo porque não conseguem, de modo isolado, dar solução adequada ao fenômeno da crescente acentuação dos conflitos sociais, denominados por Boaventura Souza Santos de "explosão da litigiosidade", até porque carecem dos meios materiais para tanto". Dispõem-se, inclusive, a discutí-las publicamente e sem reservas, no intuito de saná-las da melhor e mais rápida forma possível".

José Reinaldo de Lima Lopes, professor de História do Direito e de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito na USP, em artigo "Crise da Norma Jurídica e a Reforma do Judiciário", pergunta: "Será que a crise do Judiciário é apenas de meios ? Se lhe forem multiplicados os recursos financeiros a crise estaria resolvida?" ... "se o aumento das verbas e a modernização das instalações de nossos tribunais serão suficientes para enfrentar as demandas que a sociedade lhes faz. Em outras palavras, mais da mesma coisa resolve - rá?".

Dando importância ao debate sobre a forma a ser adotada do controle externo do Poder Judiciário e respondendo à crítica que se faz de que qualquer forma de controle é um atentado à independência do Judiciário -

rio, indaga: "Independência de que? Autonomia para que? A independência do Judiciário tem que ser dos outros poderes, e dos interesses mais poderosos da sociedade". Prossegue: "Quanto à História: Judiciário brasileiro tem sido realmente independente de outros poderes? Ou sua independência tem sido com relação à transformação e democratização da sociedade?"

Defende o controle externo apoiado no exemplo de diversos Estados: Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Conclui: "O Brasil é, nesta série de exemplos, um caso único, como se vê, em que a independência e autonomia estão mais próximos do sistema do antigo regime de patrimonialidade dos cargos, de exclusivismo corporativo até, do que democracia propriamente dita"

O papel do Judiciário tornou-se objeto de intensa polêmica, debates, artigos, editoriais têm procurado demonstrar que a pressão da sociedade, sabemos, por si só, não tem sido suficiente para resolver alguns dos problemas de que se acusa o Judiciário, embora devesse fazer que os tribunais perdessem o excessivo cuidado com que tratam de tornar públicas suas decisões administrativas contra juízes. Em algumas Cortes já se prestam contas publicamente dessas ações - mas, infelizmente, essa prestação de contas não chega ao público, que continua com a falsa idéia de que os juízes são intocáveis pelo "corporativismo" em que vivem. Outros tribunais relutam em abrir-se, temerosos não se sabe do que. Da mesma maneira que muitos abusos, quando denunciados, são desprezados como se a crítica da sociedade não os atingisse.

A crítica ao Poder Judiciário, se dá, de uma maneira geral, tanto a nível jurisdicional, ao se chamar atenção para a lacuna existente entre a igualdade jurídico-formal e as desigualdades sócio-econômicas, quan



to a nível-gerencial, o corporativismo dos juizes na defesa dos tradicionais predicamentos da magistratura, como se constituíssem garantias dos próprios jurisdicionados.

A verdade é que as reformas sociais de que necessitamos, para colocar o Brasil entre as democracias modernas, não virão sem a participação do Judiciário e, embora o controle externo não deva ser tomado como panacéia, ele é de fundamental importância para a administração da Justiça, garantindo a carreira da magistratura contra o controle autoritário de suas cúpulas e de grupos poderosos da sociedade civil e de outros ramos do Estado, que o tem impedido de assumir papel mais relevante que o momento histórico está exigindo.

Em amplo debate sobre a questão do controle externo do Judiciário a Associação dos Juizes para a Democracia, concorda sobre um Órgão fiscalizador, que respeitando o poder decisório e direto dos juizes deve "reportar-se às cúpulas dos tribunais para moldar adequadamente a presença político-institucional do Judiciário no Estado democrático de direito, mediante proposta de controle administrativo amplo sobre os órgãos que detém o governo do poder".

Justificam: "porque os juizes, em sua atividade cotidiana já são acompanhados pelas corregedorias internas, pela sociedade, por advogados e pela imprensa. Já os tribunais, no que se refere à administração do acesso à Justiça, eleição de prioridades e ataque dos problemas de modernização de estrutura, não estão sujeitos à fiscalização alguma. Isso tem grave repercussão social, pois é sabido que a ineficiência do Judiciário tem levado ao preocupante fenômeno da privatização da Justiça, sobretudo na periferia das grandes cidades, onde fórmulas particulares de auto-resolução de conflitos cada vez mais se sobrepõem às garantias da Constituição".

Embora não tenha havido consenso sobre as funções decisórias aceita-se que poderia o Conselho

"auxiliar na definição de políticas públicas de atuação do Judiciário, sobretudo na modernização da estrutura e escolha de prioridades: uma espécie de órgão de planejamento que impulsionasse materialmente o Judiciário no sentido de fazer valer os direitos maiores da população. O Órgão poderia identificar as prioridades, fiscalizar a distribuição de processos aos juízes e cobrar respeito ao princípio do juiz natural".

Advertem, porém, sobre o perigo de se "criar um Órgão marcado pela elitização, sem o propósito e o efeito de resgatar a transparência e a noção de serviço público que devam orientar sua atividade global, que mantenha com o Judiciário um mero relacionamento de cúpu-  
las". Concluem: "Todas estas ponderações são feitas com o propósito de evitar que se adotem formas de controle que não correspondam aos interesses da sociedade, mas de elites que pretendem restringir as decisões dos conflitos de maior importância aos Órgãos de cúpula do Judiciário" (Juízes para a Democracia e Revisão Constitucional - Antonio Carlos Villen e Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior)

Para que o debate se oriente nesse sentido, é fundamental que se parta da premissa de que a realização da Justiça interessa a toda a sociedade e não apenas aos membros do Judiciário.

Aliás, nas democracias modernas que organizaram o Poder Judiciário em carreiras, foram criados mecanismos para romper o circuito fechado. Na Alemanha, o Tribunal Constitucional (eleito), não é composto por juízes de carreira. É integrado por juízes federais, afastados de suas funções, e juristas de outras carreiras, com mandato de 12 anos, sem direito à reeleição.

Na Itália, o Conselho Superior da Magistratura, eleito pelo Parlamento, por nove anos, seus membros são provenientes da magistratura ordinária das diversas categorias, professores de matéria jurídica das

universidades e advogados com mais de 15 anos de exercício profissional.

Na Espanha, o Conselho Geral do Poder Judiciário, com mandato de cinco anos, é integrado pelo Presidente do Tribunal Supremo, que o preside, e por 20 outros membros, nomeados pelo Rei, sendo 12 escolhidos entre juizes e magistrados de todas as carreiras judiciais e 8 por proposta do Congresso dos Deputados e do Senado entre advogados e outros juristas, todos de reconhecida competência e com mais de 15 anos de exercício em sua profissão.

Na França, a estrutura do Conselho Superior da Magistratura está sendo alterada por uma revisão constitucional em andamento, e passará a contar com 12 membros: O Presidente da República, o Ministro da Justiça, 6 magistrados, sendo um deles oriundo do Ministério Público, um Conselheiro de Estado e 3 personalidades exteriores.

Em Portugal, o Conselho Superior da Magistratura, é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e integrado por 14 membros: 2 designados pelo Presidente da República, 7 juizes eleitos pelos seus pares, de harmonia com a representação proporcional e 7 outros cidadãos eleitos pela Assembleia da República.

Os modelos europeus demonstram que o órgão externo de controle do Judiciário, além de não ser antidemocrático, procura tirar o Poder Judiciário de um isolamento social, ao mesmo tempo que preserva sua independência e autonomia dos demais poderes.

Este é o relatório.

II - Voto do Relator

Muitas são as fórmulas propostas sobre o controle externo e o fato de partirmos de profissionais



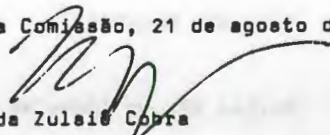
de direito, como dos advogados, é natural e não deve ser visto como simples disputa e concorrência profissional, mas de quem tem contatos permanentes com a máquina, e percebem que alguns de seus defeitos não são eventuais e passageiros.

Não há na proposta de emenda do Deputado José Genoíno impedimento constitucional, uma vez que não fere artigo algum da Constituição Federal. A garantia Constitucional da independência e autonomia do Poder Judiciário em relação aos Poderes Legislativo e Executivo não se vê ameaçada. Muito pelo contrário, a emenda criando o Órgão de controle visa a independência do Poder Judiciário, como pressuposto básico não somente em relação aos outros poderes, mas também dos interesses de grupos poderosos. Não independe, porém, de prestar contas à sociedade e aos cidadãos, no que diz respeito à máquina judicial.

O Controle, Órgão integrado ao Poder Judiciário e externo às funções jurisdicionais, contribui para impedir que os mecanismos de funcionamento da máquina judiciária seja um circuito fechado em si mesma, assegurando a independência individual dos magistrados, desvinculando-o, naquilo que não se refere à tarefa de julgar, do Órgão incumbido de rever suas decisões, que fica impossibilitado de interferir nos desígnios de sua carreira profissional, evitando o adesamento, o controle cultural dos grupos mais altos sobre os inferiores.

Por todo o exposto, voto pela admissibilidade da PEC 112/95, nos termos da Emenda Saneadora que ofereço.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 1995

  
Deputada Zuleide Cobra

Deputada

Emenda Senadora à Proposta de Emenda à  
Constituição nº 112/95

Institui o sistema de controle do Poder Judiciário.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

"Institui normas ao Capítulo II da Constituição Federal, criando o Conselho Nacional de Justiça - os Conselhos Estaduais de Justiça - o Conselho de Justiça do Distrito Federal".

Art. O Conselho Nacional de Justiça - os Conselhos Estaduais de Justiça - o Conselho de Justiça do Distrito Federal, exercerão em sua área de competência as funções de fiscalização, o estabelecimento de política judiciária, acompanhamento de aplicação dos orçamentos dos Tribunais, julgamento dos processos disciplinares, deliberando sobre as promoções, disponibilidades, remoções e permutas de Magistrados; revendo, de ofício, por reclamação ou recurso, as Correições, regimentos internos e instruções normativas, bem como os concursos públicos realizados para provimento de cargos de Juizes e funcionários da Justiça, com iniciativa legislativa para projetos de lei que tratem da Carreira da Magistratura, da organização e funcionamento do Poder Judiciário.

Parágrafo único - Fica vedada a interferência dos Conselhos de Justiça nas atividades jurisdicionais do Magistrado naquilo que se refere à tarefa de julgar.

Do Conselho Nacional de Justiça

Art. O Conselho Nacional de Justiça terá a seguinte composição:

- I - cinco ministros eleitos por cada um dos Tribunais Superiores;
- II - um juiz eleito dentre os integrantes dos Tribunais Regionais Federais;
- III - um desembargador dos Estados eleito pelos Tribunais de Justiça;
- IV - sete advogados de notório saber jurídico, eleitos pelo Conselho Federal da OAB;
- V - sete representantes do Ministério Público Federal, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. Compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- a) estabelecer políticas judiciárias;
- b) elaborar e encaminhar sua proposta orçamentária;
- c) aprovar, previamente, as propostas orçamentárias a serem encaminhadas pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores, pela Justiça Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral;
- d) acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários destinados ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, e Justiça Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral;
- e) julgar, originariamente, os processos disciplinares a que respondamos magistrados do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Federais, inclusive da Justiça do Trabalho, Militar e Eleitoral;
- f) julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares a que respondam os juizes dos Tribunais Estaduais, inclusive de primeiro grau.



- g) deliberar sobre as promoções, disponibilidades, remoções e permutas de gistrados da Justiça Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral;
- h) rever, de ofício, por reclamação ou recurso, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, da Justiça Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral:
- as correições
  - os regimentos internos e as instruções normativas;
  - os concursos públicos realizados para provimento dos cargos de juizes e funcionários;
  - o preenchimento dos cargos de confiança.
- i) Rever, de ofício, por recurso ou reclamação, as decisões dos Conselhos Estaduais sobre:
- as promoções, remoções e permutas de magistratura
    - as correições
    - os regimentos internos e as instruções normativas dos Tribunais Estaduais;
    - os concursos públicos realizados para o provimento dos cargos de juizes e funcionários;
    - o preenchimento dos cargos de confiança;
- j) ter iniciativa legislativa na apresentação de projetos de leis federais que tratem da carreira da magistratura, organização e funcionamento do Poder Judiciário e, conseqüentemente, de matéria processual e regime penitenciário.

Parágrafo Único - As reclamações ao Conselho Nacional da Justiça serão apresentadas pelos legitimados à ação de inconstitucionalidade, indicados pelo artigo 103 da Constituição Federal.

Artigo Os Estados deverão reorganizar  
seus Conselhos Estaduais, respeitando as competências  
do Conselho Nacional de Justiça, com composição e fun-

PARECER DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER REFORMULADO

I e II - RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

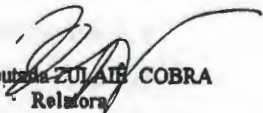
Nas reuniões ordinárias desta Comissão, realizadas nos dias 05 e 12 do corrente, por ocasião da discussão da matéria em epígrafe, ouvi atentamente os diversos argumentos expendidos pelos ilustres colegas, a maioria deles no sentido de que a proposição em tela deveria prosperar, contudo, entendiam inadequada a participação de cidadãos nos Conselhos Federal, Estaduais e Distrital de Justiça, criados pela proposta.

Entenderam os Senhores Deputados presentes que por não integrarem o tripé de sustentação da justiça (advogados, magistrados e membros do Ministério Público), os cidadãos não deveriam participar de forma direta dos supramencionados conselhos, sob pena de estar-se permitindo uma "ingerência externa injustificável" no Poder Judiciário, rompendo-se, destearte, o princípio constitucional da autonomia dos Poderes.

Assim sendo, sensível ao pensamento majoritário da Comissão de Constituição e Justiça e tendo sido informada pelo Presidente da impossibilidade de apresentar substitutivo a Propostas de Emendas à Constituição nesta fase de apreciação da matéria, decidi reformular meu parecer, acatando as sugestões de meus pares.

Mantidos os argumentos de meu parecer inicialmente apresentado, concluo, porém, não mais pela apresentação de substitutivo, mas de emenda supressiva na forma que se segue.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 1995

  
Deputada ZULAIÉ COBRA  
Relatora

EMENDA SUPRESSIVA

OFERECIDA PELA RELATORA

Suprima-se do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 112/95 a expressão "externa", constante do parágrafo único do artigo não numerado, referente à constituição do sistema de controle do Poder Judiciário, bem como os incisos IV dos três artigos não numerados, que se referem à composição dos Conselhos Federal, Estaduais e Distrital de Justiça.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 1995

  
Deputada ZULAIÉ COBRA  
Relatora

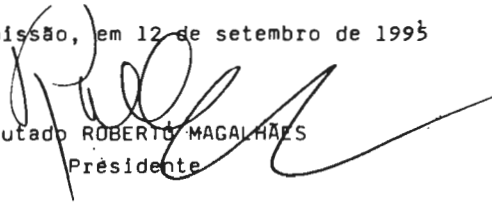
### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Benedito de Lira, Jair Siqueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Roberto Magalhães, Jorge Wilson, Almino Affonso, Vicente Arruda, Jarbas Lima, Nilson Gibson, Ciro Nogueira, Darci Coelho, Maurício Najar, Aloysio Nunes Ferreira e Alzira Ewerton, pela admissibilidade, com emenda, da Proposta de Emenda à Constituição nº 112/95, nos termos do parecer reformulado da Relatora, Deputada Zulaê Cobra. Os Deputados Edson Soares, Benedito de Lira, Vicente Arruda, Jarbas Lima, Nilson Gibson e Régis de Oliveira apresentaram declarações de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Roberto Magalhães - Presidente, Nestor Duarte, Valdenor Guedes e Zulaê Cobra - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Cláudio Cajado, Jair Siqueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Edinho Araújo, Gilvan Freire, Ivandro Cunha Lima, Jorge Wilson, José Luiz Clerot, Luiz Carlos Santos, Uilson Bandeira, Almino Affonso, Danilo de Castro, Vicente Arruda, Edson Soares, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Jarbas Lima, Prisco Viana, José Genofino, Marcelo Déda, Milton Mendes, Marconi Perillo, Talvane Albuquerque, Coriolano Sales, Matheus Schmidt, Nilson Gibson, Aldo Arantes, Jairo Carneiro, Ciro Nogueira, Darci Coelho, Maurício Najar, Jair Soares, Aloysio Nunes Ferreira, Albérico Filho, Alberto Goldman, Alzira Ewerton, Milton Temer, Tilden Santiago, De Velasco e Severiano Alves.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 1995

  
Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Presidente

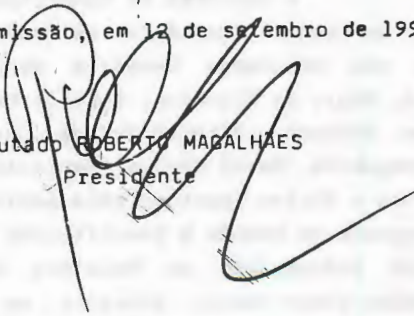
### EMENDA ADOTADA - CCJR

Suprima-se do art. 1º da Proposta de Emenda a expressão "externa", constante do parágrafo único do artigo não numerado, referente à constituição do sistema de controle do Poder Judiciário, bem como os incisos IV dos três artigos



não numerados, que se referem à composição dos Conselhos Federal, Estaduais e Distrital de Justiça.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 1995

  
Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Presidente

DECLARAÇÃO DE

VOTO DO SR. FOSON SOARES

De acordo com a Constituição Federal, cabe ao Poder Judiciário, precipuamente, a função jurisdicional, ou seja, a função de solução dos conflitos de interesses. A esse Poder, juntamente com o Ministério Público (art. 127 da CF) e com a Advocacia (art. 133 da CF), cabe à administração da justiça.

Assim, a criação de um sistema de controle do Poder Judiciário, para afastar qualquer alegação de ingerência do Executivo ou do Legislativo, há de levar em conta essa indispensabilidade da Magistratura, do Ministério Público e da Advocacia à administração da justiça.

Destarte, nada mais corretó, que ser composto o Conselho Nacional de Justiça de magistrados, advogados e representantes do Ministério Público Federal, com representação paritária, de 7(sete) membros para cada uma das instituições retro mencionadas.

Acrescente-se, por outro lado, em rebate a críticas de determinados setores da magistratura que a participação de advogados e membros do Ministério Público nos órgãos de administração da justiça, além de encontrar claro apoio nos artigos 127 e 133 da CF, que passariam a ser efetivamente cumpridos, não significaria indevida ingerência nas atividades específicas do Judiciário, que, como dito, são de natureza jurisdicional e não administrativa, sabido que, nos termos da Emenda Sanfadora oferecida pela ilustre Relatora, o Conselho Nacional de Justiça, assim como os Conselhos Estaduais de Justiça e o Conselho de Justiça do Distrito Federal não terão ingerência nos julgamentos, mas na área administrativa (parágrafo único do primeiro artigo).

Finalmente, a respeito da participação de Advogados e membros do Ministério Público nos órgãos de controle administrativo do Judiciário, diga-se que não há ineditismo, ~~pois que~~, conforme art. 94 da CF, já há a

*Vez que.*

presença deles no Quinto dos Tribunais, participando como ~~óbvio, inclusive dos julgamentos.~~

*iniciada pela* Com estas considerações, voto pela ~~aprovação da Emenda Sanadora à PEC nº 112/95, de autoria da ilustre Deputada Zulaide Cobra.~~ *da Emenda Sanadora à PEC nº 112/95*

*autorizada da ilustre Deputada Zulaide Cobra*

Brasília, 5 de setembro de 1995.

*[Assinatura]*  
Deputado EDSON G. SOARES

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. BENEDITO DE LIRA

Tem-se Proposta de Emenda Constitucional que leva por finalidade a instituição do sistema de controle externo do Poder Judiciário, cuidando da criação, da estruturação e da definição da competência dos Conselhos Federal, Estaduais e Distrital de Justiça.

Providência do há muito perseguida, à inspiração de exemplos vivenciados por diferentes países europeus, tem, entretanto, malgrado a cada impulso, ao suporte, inclusive, haver-se-á de reconhecer, da pouca eficácia enxergada nas realidades tomadas por parâmetros.

É bem verdade que o Poder Judiciário, assim como organizado e atuante, ao sabor da disciplina constitucional vigente, deixa vazar evidências de imperfeições incontestas, muita vez determinativas de consequências intoleráveis aos jurisdicionados, ao diante da sua morosidade, do seu inadequado aparelhamento, da questionável formação adequada de muitos dos seus integrantes e mesmo do sentimento corporativo que por vezes flagrantemente expõe.

Bem aprofundado, contudo, o exame isento de tais deficiências, faz-se patente, desde logo, que são elas muito mais defluentes de obstáculos externos que de deformações intestinas, muitos deles impostos pelo pouco apuro da produção das leis, pelo ritualismo saudosista de que se não consegue desvencilhar o sistema jurídico brasileiro e pela indisponibilidade efetiva de meios materiais, esta denunciadora de irreal independência que lhe confere a ordem constitucional.

Queira-se, de fato, um Poder Judiciário eficiente, ágil, efetivamente desembaraçado no desempenho das funções que lhe são reservadas no Estado de Direito, certamente que não é caminho a proporcioná-lo a ruptura da Independência que hoje se lhe resguarda, sujeitando-o à interferência dos demais Poderes, e, o que é mais grave, a subordinação a órgão de cuja composição participam pessoas estranhas à sua estruturas.

Afinal, rompida a condição de independência pela qual se vem pugnar, de que fortaleza se pretende vê-lo dotado para o cumprimento da superior



missão de garantir tutela aos direitos fundamentais, em que descomprometimento se espera vê-lo amparado na efetivação do controle jurídico dos demais poderes?

Acredite-se na indispensabilidade da existência de órgão de controle judicial, o que aliás é de parecer inconteste, como instrumento a velar pela disciplina dos juízes, da fiscalização dos serviços judiciais; do aperfeiçoamento intelectual e técnico dos magistrados, da supervisão das ações administrativas e orçamentárias do Judiciário, que seja então constituído, porém composto por membros do próprio Poder, escolhidos por seus pares e exercentes de mandato por prazos pré-determinados.

Qualquer outra direção, como a que é objeto da proposta formulada, conduz à ramoação da independência constitucionalmente atribuída ao Poder Judiciário, medida, portanto, que esbarra no impeditivo consubstanciado no art. 60. § 4º, inciso III, da Constituição Federal.

De feito, vedada se faz a deliberação sobre qualquer proposta de emenda constitucional que atente contra o princípio da separação dos Poderes.

Ora, se o que pretende a proposição, como de fato pretende, é o estabelecimento de controle externo, a cargo de organismo de composição pelo menos parcialmente estranha a membros do Poder, controle este que implica subordinação, na medida em que a ele competirão a formulação da proposta orçamentária do Judiciário e a fiscalização da execução da Lei de Meios, o julgamento dos processos disciplinares, originariamente ou em grau de recurso, as deliberações sobre promoções, remoções, permutas e disponibilidade de Magistrados, etc, flagrante que se solapa o princípio da separação e da independência dos Poderes, particularmente atentando-se contra o Judiciário.

Em sendo assim, pois que esbarra em imperativo constitucional, não tem a proposta formulada como prevalecer.

*Provida 05/91/95  
Dep. Benedito de Lira*

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VICENTE ARRUDA

Com a PEC 112/95, pretende-se criar um sistema de controle externo do Poder Judiciário constituído pelos Conselhos Federal, Estaduais e Distrital, com competência para se pronunciar sobre a proposta orçamentária anual; aquisição da vitaliciedade; criação e extinção de varas judiciais e tribunais, criação e extinção de cargos da magistratura e dos serviços auxiliares; aferição do merecimento para efeitos de promoção e perda do cargo de magistrado, além do poder genérico de supervisionar os atos administrativos e receber denúncias e reclamações contra membros da magistratura e funcionários de serviços auxiliares, competências que, pela Constituição de 1988, são privativas do Poder Judiciário, de acordo com o que estabelecem, respectivamente, os artigos 99§§ 1º e 2º, 95, inciso I, 96, inciso I, alínea d, e II, alínea c, 96, inciso I b, 93, II, alínea c, 95, I, e, especialmente, as alíneas a e



b, do inciso I do art.96 - dispositivos que, admitida a emenda, serão automaticamente revogados, devendo, portanto, incluir-se cláusula neste sentido, no seu texto.

Como se vê, a PEC sob exame introduz profundas modificações na competência, organização, estruturação e funcionamento do Poder Judiciário, que passaria a submeter-se ao controle e sujeição dos Conselhos externos, pois a competência de fiscalizar e supervisionar pressupõe a de impor medidas para se corrigirem eventuais distorções e implica, "última ratio", a intervenção.

Muito embora a PEC declare que a atividade jurisdicional do Poder Judiciário permanece íntegra, é evidente que esta competência privativa é fortemente enfraquecida pela intervenção dos Conselhos na vitaliciedade, promoção e demissão dos magistrados, que passarão a decidir as causas, sob sua jurisdição, atentos à possível reação dos seus Controladores.

De resto, sabe-se que, transferindo-se para os Conselhos "the power of the purse", que deu origem à Magna Carta, que retirou os poderes de tributar do Rei para o Parlamento, através da elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário, este fica emasculado sem condições de organizar seus próprios serviços, na dependência de recursos que serão ou não incluídos na proposta orçamentária. Não existe dependência mais escravizante do que a dependência financeira, que se pretende impor ao Judiciário.

Veja-se que, até agora, limitei-me a analisar as consequências fáticas que transformam o Judiciário num apêndice submisso dos Conselhos.

De fato, cogita-se submeter todo o Poder Judiciário ao jugo de dez pessoas, cujos atos não serão fiscalizados por ninguém.

E de ver que a PEC viola profundamente a autonomia do Judiciário, que, de acordo com a Constituição, é um dos Poderes da União.

Com efeito, a Constituição Brasileira, em seu artigo 2o., ao contrário das Constituições Europeias, em que o Judiciário é um Departamento do Poder Executivo, erigiu-o como Poder do Estado, nos moldes da Constituição Americana.

A Constituição Federal garante ao Judiciário a prerrogativa do autogoverno, que se concretiza pelo exercício das atividades normativas e administrativas de autoorganização e de autoregamentação, assegurando-lhe, assim, autonomia administrativa e financeira, sem o que não há independência do Poder, que acaba por se submeter às circunstâncias e ingerências do momento político.

Por outro lado, é bom não esquecer que a introdução dos conselhos como sistema de controle do Poder Judiciário é, no Brasil, um retrocesso, eis que impõe uma tutela externa à sua atuação, em contraposição ao que aconteceu na Europa com a sua instituição, que representou um progresso, ainda que relativo, pois aliviou o controle exclusivo que era efetuado pelo Executivo.

Por isto, qualquer tentativa de retirar-lhe a independência, através de emenda constitucional esbarra na vedação do inciso III do 4o. do art.60..

Não há dúvida de que, "in casu", a PEC 112/95 tende a abolir a separação dos Poderes.

Isto não quer dizer que não seja necessário um órgão de controle no molde daquele existente nos Estados Unidos, que

instituiu a "Judicial Conference of the United States" para servir como principal órgão encarregado de fazer a política relacionada com a justiça federal americana.

De acordo com o regulamento da "judicial conference" ela tem cinco finalidades fundamentais:

1 - Fazer amplo e contínuo levantamento das condições de trabalho dos órgãos julgadores da justiça federal de primeira e segunda instância;

2 - Elaborar planos sempre que necessários para indicação e designação de juizes destinados a "district court" e "courts of appeals" (nos Estados Unidos todos os juizes federais de 1a. e 2a. instância são nomeados vitaliciamente pelo Presidente da República, com a aprovação prévia do Senado Federal. Mas com a nomeação se exaure a interferência direta dos outros órgãos do Governo na vida do judiciário);

3 - Apresentar sugestões a juizes e tribunais visando promover a uniformidade dos procedimentos e agilidade dos trabalhos judiciários;

4 - Manter um estudo contínuo dos métodos e efeitos das normas gerais da prática em uso na jurisdição federal.

5 - A quinta finalidade é mais ligada ao controle interno da justiça federal. Cabe-lhe exercer a autoridade recursal nas decisões dos conselhos regionais que tratem de processos disciplinares de juizes federais.

Por sua vez, cada região tem o seu conselho regional que age neste plano como a "Judicial Conference", no plano nacional.

A "Judicial Conference" é composta pelo Presidente da Suprema Corte que a preside. Os demais membros são treze (13) Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, do Presidente do Tribunal Commercial Internacional e um Juiz Federal de 1a. Instância de cada região, eleito pelos seus pares e pelos Juizes dos Tribunais Regionais.

A "Judicial Conference" trabalha através de uma rede de Comissões criadas para orientar e fiscalizar os juizes federais em uma série variada de assuntos, tais como automação, pessoal administrativo, avaliação de provas e métodos de sentença, obtenção de receita, espaço físico, segurança dos ambientes de trabalho e vencimentos e vantagens dos juizes e servidores da Justiça.

No Brasil poder-se-ia implantar sistema semelhante, através de lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que disporá sobre o estatuto da magistratura, com fundamento no art. 93 da Constituição Federal.

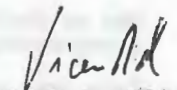
Com essa providência, instituir-se-ia um sistema de controle efetivo da atuação do judiciário sem violação de sua autonomia e, não como pretende a PEC em exame, que estabelece uma tutela inconstitucional sobre aquele poder, e que esbarra, em consequência, na vedação prevista no inciso III, 4o. do art. 60 da Constituição Federal.

Meu voto é, pois, pela sua inadmissibilidade por violar "cláusula pétrea".

Há ainda que separar da presente PEC a parte que dá nova redação ao parágrafo 3o. do art. 128 da Constituição, por se tratar de matéria estranha ao controle externo do judiciário, para que tenha tramitação autônoma.

É o meu voto.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 1995

  
VICENTE ARRUDA  
Deputado Federal



DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR.

JARBAS LIMA.

## I. RELATÓRIO.

A Proposta de Emenda Constitucional nº. 112/95, de autoria do Deputado José Genoíno, visa, em síntese, à criação de um sistema de controle do Poder Judiciário, a ser efetivado através de Conselhos.

## II. VOTO.

1. Fazendo-se exame inicial tão-somente do texto apresentado, já se percebe sua inviabilidade, havendo sérias incoerências e falhas no plano técnico. Explicita-se:

1.1. O primeiro aspecto negativo a ser ressaltado na P.E.C. sob exame deflui do parágrafo único do primeiro artigo proposto, onde afirmado que "O sistema de controle exercerá a **fiscalização externa** do Poder Judiciário, (...)". No segundo artigo, no entanto, os órgãos de controle já adquirem outro "poder", havendo previsão de pronunciamento prévio acerca de atribuições exclusivas do Judiciário, elencadas nos incisos desse dispositivo. Nova incoerência surge da análise dos terceiro, quarto e quinto artigos, que tratam da composição dos Conselhos: a **fiscalização externa** será exercida por órgão em que **metade de seus membros são da cúpula do próprio Poder fiscalizado**. De outra parte, o sétimo artigo determina que "Os Tribunais não poderão realizar sessões secretas para tratar de assunto administrativo", o que se constitui em disposição tautológica diante do princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput**, da C.F./88., cuja realização concreta é condição de validade dos atos administrativos. Por fim, o oitavo artigo atribui à lei complementar a definição da competência do sistema de controle, o que leva a que se afirme, no mínimo, falta de técnica, pois o segundo artigo dispõe justamente sobre a competência. Poderia a lei complementar estender a competência já fixada na emenda constitucional? Não.

1.2. Merece destaque, em especial, a comparação do segundo artigo proposto com disposições constitucionais vigentes, a partir do que se conclui que a fixação da competência dos Conselhos de Justiça implica em EXPRESSA supressão/subtração de PRERROGATIVAS do Poder Judiciário, trazendo em si incompatibilidade técnica e vício invencível de inconstitucionalidade. Assim é que o primeiro inciso colide frontalmente com o art. 99, parágrafo 1º, o qual prevê que "Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias", com o que a proposição sempre se submete ao controle por parte do Poder Legislativo. O segundo inciso, por sua vez, esbarra no disposto no art. 95, inc. I, que coloca a vitaliciedade como garantia dos membros do Judiciário, sendo a análise das questões a ela relativas - entre as quais se insere a perda de cargo, também prevista no sexto inciso proposto - de exclusiva alçada do tribunal a que pertencer o magistrado. Os terceiro e quarto incisos, por seu turno, confrontam-se, respectivamente, com as disposições das alíneas "d" e "e", inc. I, do art. 96, que prevêem, como competência privativa dos tribunais, a proposição de criação e extinção de novas varas judiciais e de cargos da magistratura e dos serviços auxiliares. Por fim, o inciso quinto coloca-se frente ao disposto no art. 93, inc. II, alíneas "a" a "d".



2. Além desses vícios, verificados na própria Proposta, com maior gravidade aparece a sua incompatibilidade com disposições e cláusulas pétreas da Magna Carta, concluindo-se pela verificação de flagrante inconstitucionalidade.

2.1. De início, a Proposta fere o princípio da separação dos poderes, insculpido como cláusula pétrea no art. 60, parágrafo 4º, inc. III, da C.F./88, aqui ainda referindo-se ao seu art. 2º, que coloca a independência e harmonia como nota definidora dos Poderes do Estado. A divisão ou separação de poderes não significa simplesmente distinção de funções, indo além deste conceito. Por elucidativa, refere-se lição do constitucionalista José Afonso da Silva, com o seguinte teor:

• "(...) A divisão de poderes fundamenta-se, pois, em dois elementos: a) *especialização funcional*, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função; assim, às assembleias (Congresso, Câmaras, Parlamento) se atribui a função legislativa; ao Executivo, a função executiva; ao Judiciário, a função jurisdicional; b) *independência orgânica*, significando que além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação.

(omissis)

• A independência dos poderes significa: a) que a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo não dependem da confiança nem da vontade dos outros; b) que, no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitam de sua autorização; c) que, na organização dos respectivos serviços, cada um é livre, observadas apenas as disposições constitucionais e legais; (omissis).

(omissis)

A harmonia entre os poderes verifica-se primeiramente pelas normas de cortesia no trato recíproco e no respeito às prerrogativas e faculdades a que mutuamente todos têm direito. De outro lado, cabe assinalar que a divisão de funções entre os órgãos do poder nem sua independência são absolutas. Há interferências, que visam ao estabelecimento de um sistema de freio e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados.

• Se ao Legislativo cabe a edição de normas gerais e impessoais, estabelece-se um processo para sua formação em que o Executivo tem participação importante, quer pela iniciativa de leis, quer pela sanção e pelo veto. Mas a iniciativa legislativa do Executivo é contrabalançada pela possibilidade que o Congresso tem de modificar-lhe o projeto por via de emendas e até de rejeitá-lo. Por outro lado, o Presidente da República tem o poder de veto, que exercer em relação a projetos de iniciativas dos congressistas como em relação às emendas aprovadas e projetos de sua iniciativa. Em compensação, o Congresso, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá rejeitar o veto, e, pelo Presidente do Senado, promulgar lei, se o Presidente não o fizer no prazo previsto (art. 66).

• Se o Presidente da República não pode interferir nos trabalhos legislativos, para obter aprovação rápida de seus projetos, é-lhe, porém, facultado marcar prazo para sua apreciação, nos termos dos parágrafos do art. 64.

*Se os Tribunais não podem influir no Legislativo, são autorizados a declarar a inconstitucionalidade das leis, não as aplicando neste caso.*

*O Presidente da República não interfere na função jurisdicional, em compensação os ministros dos tribunais superiores são por ele nomeados, sob controle do Senado Federal, a que cabe aprovar o nome escolhido (art. 52, inc. III, "a").*

*São esses alguns exemplos apenas do mecanismo dos freios e contrapesos, caracterizador da harmonia entre os poderes. Tudo isso demonstra que os trabalhos do Legislativo e do Executivo, especialmente, mas também do Judiciário, só se desenvolverão a bom termo, se esses órgãos se subordinarem ao princípio da harmonia, que não significa nem o domínio de um pelo outro nem a usurpação de atribuições, mas a verificação de que, entre eles, há de haver consciente colaboração e controle recíproco (que, aliás, integra o mecanismo), para evitar distorções e desmandos. A desarmonia, porém, se dá sempre que se acrescem as atribuições, faculdades e prerrogativas de um em detrimento de outro."*

(in Curso de Direito Constitucional Positivo - 9ª edição revista. São Paulo, Editora Malheiros, 1.993, pp. 99/101)

**2.2.** Em face do princípio da separação dos poderes, afirma-se a inconstitucionalidade da Proposta por diversos aspectos, a começar pela atribuição aos Conselhos de Justiça do poder de **pronunciamento prévio** no exercício de atribuições próprias e exclusivas do Judiciário (segundo artigo da Proposta), tais como a criação e extinção de varas judiciais e tribunais e cargos da magistratura e dos serviços auxiliares. Acolher-se essa proposição significará retirar a autonomia do Judiciário, ferindo flagrantemente sua independência como Poder do Estado, subordinando as decisões, no plano de sua organização administrativa, a um órgão de composição mista. O controle externo dos Poderes do Estado jamais poderá significar **interferência** nas decisões do controlado, apenas sendo justificável a fiscalização e apreciação posterior dos atos praticados pelo órgão autônomo, à semelhança do que já ocorre com os Tribunais de Contas no assessoramento do Poder Legislativo, tema a seguir analisado.

**2.3.** Na prática, aprovar a proposição, admitindo-se a fiscalização no Poder Judiciário e interferência em suas decisões por parte de um órgão de composição mista, significará a criação de um "SUPRA PODER", órgão esse só direcionado a um dos Poderes, o Judiciário, criando-se assim discriminação igualmente inconstitucional. De outra parte, a instituição desse "SUPRA PODER" também significa burla ao sistema de freios e contrapesos. Esse sistema é inerente à separação dos poderes, pelo qual o controle é efetivado **reciprocamente** pelos próprios Poderes.

Nesse aspecto, aparece outro vício da Proposta a partir do texto constitucional: a própria Carta, ao mesmo tempo em que afirmou a separação dos poderes como cláusula pétrea, de logo instituiu o sistema de freios e contrapesos por diversas disposições. No caso em tela, interessa a verificação da **atribuição da função de controle externo ao Poder Legislativo sobre os demais Poderes**, nessa tarefa contando com o assessoramento do Tribunal de Contas (arts. 70 e seguintes da C.F./88). Trata-se de **prerrogativa do Poder Legislativo**. A aceitação da Proposta, com a criação dos Conselhos de Justiça, trará incompatibilidade invencível no plano do texto constitucional.



possibilitando a subtração de prerrogativa do Legislativo por órgão que ocupará posição hierarquicamente superior aos próprios Poderes do Estado. Cabe ao Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial dos demais Poderes e das entidades de administração direta e indireta (art. 70, *caput*, e art. 71, inc. IV, da C.F./88), verificando a regularidade dos atos administrativos em geral diante das disposições constitucionais e legais e dos princípios próprios desse ramo do Direito.

2.4. De outra parte, destaca-se o disposto no art. 74 da C.F./88, que prevê a criação, de forma integrada entre os três Poderes, de um sistema de controle interno para, entre outras atribuições, apoiar o controle externo (inc. IV). Ainda neste mesmo artigo ressalta-se a possibilidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas (parágrafo 2º). Merece especial referência, também, o disposto no inc. II, que exige dos Poderes a comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Trata-se de controle interno, mas muito eficiente, pois deve ser feito de forma rigorosa, inclusive sendo possível a própria avaliação de seu desempenho por parte do Legislativo através dos Tribunais de Contas, sujeitando os que dele forem incumbidos à possibilidade de responsabilização solidária em caso de verificação de qualquer irregularidade ou ilegalidade (parágrafo 1º).

3. A partir do exposto, surge um questionamento: **A QUEM SERVIRIA O TIPO DE CONTROLE COLOCADO NA PROPOSTA EM EXAME ?**

3.1. SERVIRIA AO PODER LEGISLATIVO ? Não, indubitavelmente. O enfraquecimento desse Poder - primeiro em representatividade popular -, com a subtração da prerrogativa de controle externo do Judiciário, traria um desequilíbrio na relação com os demais. Caberia ao Legislativo, então, controlar externamente o Executivo e suas entidades, ficando a fiscalização do Judiciário a cargo de um Conselho "supra Poder", no qual o Parlamento apenas participaria através da eleição de três membros, sendo vedada a indicação de parlamentar (conforme terceiro, quarto e quinto artigos da P.E.C.). A retirada do rol constitucional dessa importante atribuição traria consigo não só a fragilização do Legislativo, mas também significaria ter sido incompetente no desempenho de sua função de controlar os demais Poderes, dando motivo para desmoralização pública. Impende que se incremente a estrutura dos Tribunais de Contas, não se abrindo mão da prerrogativa prevista no art. 70 e seguintes da C.F./88.

3.2. SERVIRIA AO JUDICIÁRIO ? A resposta é a mesma: não, indubitavelmente. No desempenho de sua função jurisdicional, os membros do Poder Judiciário se acham vinculados à Constituição Federal e às leis, expressões da vontade popular a partir de sua elaboração pelo Legislativo, Poder político eleito diretamente pelos cidadãos. Por isso, as normas constitucionais e legais são, por assim dizer, a primeira etapa de controle da função jurisdicional. A atuação do Judiciário, no exercício de sua atribuição constitucional, distingue-se dos demais poderes, porque estes podem sempre decidir sobre a conveniência e oportunidade do ato político. **O Judiciário não age de ofício**, mas somente quando provocado, não podendo negar-se à ação, o que também é uma forma de controle.

Na aplicação da lei aos casos concretos, desenvolvendo um trabalho interpretativo na busca do seu sentido, os juizes têm a obrigação constitucional de fundamentar suas conclusões e de revestir de publicidade os julgamentos (art. 95, inc. IX, da C.F./88), sendo fiscalizados



diretamente pelas partes, pelos advogados (O.A.B.) e pelo Ministério Público, instituição esta que possui a incumbência constitucional de "...defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis." (art. 127, *caput*, da C.F./88). Com essas atribuições, o Ministério Público funciona como órgão de fiscalização da própria jurisdição, defendendo a manutenção da ordem jurídico-constitucional. Destaque-se que a C.F. de 1.988 revestiu o Ministério Público de prerrogativas e competências inéditas, outorgando-lhe autonomia funcional e administrativa e o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia. O Ministério Público também participa do Tribunal de Contas e goza das mesmas garantias da magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos). De outra parte, é essa Instituição que ativa o Poder Judiciário, quando o interesse agredido disser respeito a toda a coletividade. É esse órgão, portanto, o grande fiscalizador da atividade jurisdicional de aplicação das leis, desenvolvendo a segunda etapa de controle.

Não bastasse isso, os juizes de primeiro grau são fiscalizados, no plano administrativo e disciplinar, pelas Corregedorias dos Tribunais a que pertencem, órgãos esses extremamente atuantes no desempenho dessa função. Quanto aos Tribunais, seu controle externo, no âmbito das decisões administrativas, é atribuição do Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas. Com a criação de Conselhos de Justiça, formados por metade de seus membros pertencentes à cúpula do Judiciário, ocorreria o fortalecimento dos órgãos de hierarquia superior, o que, aliando-se ao movimento favorável à instituição das **súmulas com efeito vinculante**, significaria um esmagamento do 1º grau de jurisdição, **transformando os juizes em meros burocratas cumpridores de ordens**. Pergunta-se: isto não será um desserviço à sociedade, que será usurpada dos seus juizes naturais, os de 1º Grau de Jurisdição? A aprovação da Emenda Constitucional proposta não resultará em que o Poder Central passará a deter o **controle ideológico da função jurisdicional**?

**3.3. SERVIRIA AOS CIDADÃOS?** Com certeza, não! Seriam os cidadãos os maiores prejudicados, pois o princípio da separação dos poderes, com os mecanismos de mútua interferência, constitui-se em garantia dos governados contra o Estado, já que, através dessa desconcentração de poderes entre órgãos independentes e autônomos, assegura-se a **impossibilidade de existência de um poder ditatorial**. A Constituição existe - é bom frisar - para garantia dos cidadãos frente aos abusos e desmandos do próprio Estado. Todos os princípios nela inseridos, bem como o sistema de freios e contrapesos, visam, em última análise, à garantia de sua aplicabilidade, a fim de assegurar o exercício dos valores supremos da sociedade. A convivência harmônica entre os poderes e a sua independência são indispensáveis ao desempenho do papel do Estado, aqui destacando-se a administração da Justiça, tudo em benefício do cidadão. O enfraquecimento do Judiciário como um todo - e, em especial, do 1º grau de jurisdição -, bem assim do Legislativo, pela retirada da prerrogativa do exercício do controle externo sobre o Judiciário, significará um retrocesso histórico, causando um desequilíbrio entre os Poderes do Estado e colocando os cidadãos sob a alcatifa do Executivo, mais uma vez, como ente privilegiado.

**4.** De outra parte, destaque-se que a vigente Lei Orgânica da Magistratura Nacional criou o Conselho Nacional da Magistratura, a quem cabe conhecer de reclamações contra membros de Tribunais, podendo avocar processos disciplinares contra juizes de primeira instância e, em qualquer caso, determinar a disponibilidade e a aposentadoria. Ainda, pode remeter cópia

de peças ao Ministério Público para instauração de inquérito ou oferecimento de denúncia. Também no Anteprojeto de Lei Orgânica da Magistratura Nacional há previsão de criação, junto ao S.T.F., do Conselho Nacional da Administração da Justiça, composto por onze membros, a que compete zelar pelo cumprimento dos deveres da magistratura.

5. A partir do exposto, não se pode perder de vista que são vários os meios de controle da magistratura, cuja via de acesso é o concurso público, também fiscalizado e contando necessariamente com a participação de um membro da Ordem dos Advogados do Brasil na Comissão de Concurso e Banca Examinadora. Instituir-se, agora, outra forma de controle, é extremamente temeroso, pois, desta "avalanche" de propostas à reforma da Carta - cujos preceitos, recentemente outorgados, sequer foram colocados em prática -, é possível extrair-se pontos negativos de convergência: a) a centralização do poder; b) a fragilização do Judiciário; c) a subtração de competência do Legislativo; d) a desestruturação dos Estados-membros; e) o enfraquecimento do Estado-Nação.

O temor à submissão no plano internacional e à denominada "ingovernabilidade", que significa apenas a dificuldade de possibilitar políticas públicas, levou o Executivo, e alguns parlamentares contaminados pela mesma "síndrome", a promover esta urgente e ampla reforma constitucional. Contudo, por seu alcance e pela **ansiedade reformista**, esta tentativa poderá representar uma **fraude contra a Constituição**, pondo em risco a manutenção do princípio federativo e do Estado Democrático de Direito. São atacadas estruturas básicas, tais como a idéia de um **projeto nacional** e o respeito aos direitos individuais e sociais, o que representa uma regressão histórica.

5.1. No plano da justiça, a Proposta em exame não pode ser vista separadamente. Com a possibilidade de os Tribunais superiores editarem súmulas com efeito vinculante, conjugada com a proibição dos juízes de instâncias inferiores concederem liminares que a contrariem, o poder central deterá o **controle ideológico da função jurisdicional**. Somando-se a isso a perda da estabilidade na função pública (salvaguarda da instituição), a planejada implantação do instituto 2da advocatária, o modo de acesso aos Tribunais superiores, a ruína do sistema difuso e a possibilidade de o juiz sofrer procedimento disciplinar pelo órgão controlador externo, o resultado será, sem dúvida, a perda da independência e a descaracterização do Judiciário como um Poder do Estado.

5.2. Não se quer negar a possibilidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização existentes, mas sem ferir a cláusula pétrea da tripartição dos poderes (art. 60, parágrafo 4º, inc. III, da C.F./88), nesse sentido sendo intolerável o controle do Judiciário pelo Poder Político. Assim, a independência do Judiciário só é plena quando concebida no plano funcional, assegurando aos julgadores a aplicação do princípio da livre convicção. O controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário não pode ser exercido por agentes de demandas específicas da sociedade. Quanto maior for a competência de órgãos externos, maior será a ingerência política no Poder Judiciário. No exercício de suas funções, os juízes não se podem submeter a outro poder que não a Constituição e as leis. É o que dá sustentação ao Estado de Direito, que tem como princípio basilar o da legalidade (art. 5º, inc. II, da C.F./88). A verificação da regular aplicação da lei constitui-se em função primordial do Ministério Público. Talvez seja o momento de investir mais nessa Instituição, a fim de que possa cumprir com mais eficiência e independência o seu papel de fiscal da lei, guardião das garantias individuais e defensor dos interesses públicos.



6. Como concretização dos vícios apontados, merece atento exame a experiência com controle externo do Judiciário no plano internacional, que traz consigo duras lições e reveste-se de caráter pedagógico.

Essa experiência é referida por Luiz Flávio Gomes como "*uma amarga decepção*", que ressalva um isolado aspecto positivo, vindo da Itália e de Portugal, qual seja, a eleição de juizes para comporem os Conselhos Superiores. O autor destaca, como primeiros dados negativos, a "*governamentalização*" e a "*partidarização*" dos Conselhos, expondo o *thema* com os seguintes termos:

*"Como o Estado Democrático atual é um Estado de Partidos, em muitos países o que se nota claramente não é somente a governamentalização desses Conselhos externos, sendo, sobretudo sua partidarização, com o sério risco de total dependência (no mínimo de reverência perniciosa) que se cria entre os membros criteriosamente escolhidos para integrá-los, ainda que sejam juizes, e os partidos ou pessoas responsáveis por essa escolha. Todo esse procedimento de seleção (cooptação, pode-se dizer) expressa nada mais nada menos que uma faceta, dentre tantas outras, da absoluta hegemonia do Poder Político neste final de segundo milênio. É é nisso que reside a explicação do mau funcionamento desses órgãos externos, cada vez mais criticados, onde existem.*

*(omissis)*

*Um órgão que não desfruta de total independência, especialmente frente ao Poder Político, é o menos indicado para se encarregar da independência dos juizes. Em virtude de sua profunda vinculação governamental (em consequência, partidária), tais Conselhos Superiores não só não estão em condições de defender a independência dos juizes, sendo que constituem, em razão de sua estrutura e de seu funcionamento, uma séria ameaça para eles, na medida em que configuram nada mais nada menos que a forma contemporânea utilizada pelo Poder Político para perpetuar seu domínio sobre o Poder Judiciário.*

*Mais que órgão de governo da Magistratura, os Conselhos externos, na verdade, mais parecem órgãos do Governo na Magistratura, com a função de instrumentalizar o controle tanto do acesso, da promoção, da aposentadoria etc. dos juizes, como da inteira política judicial. Essa foi a forma encontrada para que o Poder Executivo continue exercendo seu controle sobre o Poder Judiciário, seja de forma direta (no que se relaciona com a parte econômica e muitas vezes com a administrativa), seja de forma indireta (através dos Conselhos Superiores externos). É quando altos interesses do Poder Político entram em jogo é que se nota mais claramente o quanto é pernicioso para o verdadeiro e igualitário Estado Democrático de Direito esse controle externo partidarizado dos juizes e da Magistratura.*

(In A Questão do Controle Externo do Poder Judiciário — 2ª ed. São Paulo, Editora RT, 1.993, pp. 22/24).

Os países europeus, por dados concretos, trazem consigo verdadeira afirmação de *inconstitucionalidade material* em decorrência da instituição de Conselhos encarregados do controle externo do Judiciário. Na Espanha, o Conselho Superior (*Consejo General del Poder Judicial*), criado pela Carta de 1.978, é o único órgão que até hoje não encontrou seu espaço na estrutura do Estado. Possui parca competência e mínimo poder de decisão, funcionando como órgão de simples assessoramento do Poder Executivo ou



meramente desenvolvendo função de traslado de petições ao Ministério da Justiça. Nas palavras de seu Vice-Presidente, Jose Luis Manzanares, é um órgão morto e "em nada contribui para a Justiça." (op. cit., p. 23). Na Itália, o principal movimento de greve dos juizes, em 1.991, foi provocado pela extrema ingerência política no Conselho, o qual foi impedido pelo Executivo de discutir alguns assuntos de interesse da magistratura. Todavia, hoje os juizes eleitos são grande maioria na composição do Conselho, a partir do que ressurgiu a independência dos magistrados italianos, o que possibilitou fosse deflagrada a tão conhecida "Operação Mãos Limpas". Enquanto a política dominava sobre o jurídico nos Conselhos, a magistratura italiana foi omissa (ou "omitida"!). Hoje há predominância do jurídico, com isso sendo assegurada a independência e a base para a ação dos julgadores. Da França, por fim, vem outro dado de suma importância, onde o Conselho Superior — chefiado pelo próprio Presidente Mitterand — empreendeu grande esforço para encobrir a prática de delitos por políticos, sendo destacado o financiamento criminoso do Partido Socialista e da campanha eleitoral de Mitterand.

A partir desses dados, conclui o autor:

*"Em suma, da experiência italiana cabe aproveitar o seu lado democrático consistente na eleição de juizes para governarem ou controlarem a Magistratura. O governo da Magistratura não pode ser uma torre de marfim. O Estado Democrático não se compatibiliza com tanta petrificação e verticalização no exercício do Poder. Todos os setores da Magistratura devem participar de seu governo. Essa base democrática de baixo para cima pode transformá-lo num Poder aberto e transparente, isto é, de dentro para fora, sem necessidade de qualquer controle a ser exercido por quem não lhe pertence. Da política judicial quem tem que se encarregar são os juizes. Quem tem que assumir a responsabilidade por ela perante o povo são os juizes. No dia em que encarregarem qualquer outra pessoa de fora para cuidar da política judicial, os juizes perderão sua responsabilidade de Poder Estatal, de Poder político, de Poder institucional. Darão aos juizes um alibi que eles provavelmente não querem, porque são responsáveis e querem levar adiante seus misteres constitucionais e ideais."*

(in op. cit., p. 26)

7. O controle do Poder Judiciário, tal como colocado na proposta, fere princípios do Estado Democrático de Direito, trazendo prejuízos à Cidadania, que depende desse Poder para defesa de seus direitos. No desempenho dessa relevantíssima função, é necessário que se assegure a sua independência e autonomia — como ocorre com os demais Poderes —, sob pena de transformar-se o Judiciário em órgão atemorizado e submisso àqueles que desrespeitam os direitos dos cidadãos e das coletividades, aqui invocando-se os exemplos da experiência estrangeira. Não se quer, com isso, afirmar o Judiciário como um Poder absoluto, admitindo-se o seu controle da mesma maneira como ocorre com os demais Poderes, bastando, para isso, que se dê efetividade às disposições constitucionais já existentes. O que falta, em verdade, à luz das NORMAS CONSTITUCIONAIS vigentes, é VONTADE POLÍTICA para fazer FUNCIONAR os mecanismos existentes de controle dos Poderes de Estado — aí inserido o Judiciário. Não fosse sibilina a afirmação, poder-se-ia dizer que a Proposta em tela, ao invés de tentar SUBTRAIR PRERROGATIVAS constitucionais do Poder Legislativo, objetiva a que este se furte ao cumprimento das responsabilidades que a Constituinte de 1.988 fez estampar na Carta Magna em vigor!

Como importantes avais na fundamentação da inconstitucionalidade, vêm à baila as palavras dos eminentes juristas Saulo Ramos e Josaphat Marinho, este também Senador, professor da UnB:

*"(...) represent verdadeiro e perigoso retrocesso, que coloca em risco as liberdades fundamentais; sua criação através de revisão constitucional, afronta o princípio básico da separação e independência dos poderes; conseqüentemente, tendo em vista o disposto no art. 60, parágrafo 4., inc. III, da Constituição, não pode ser objeto de deliberação, diante da certeza de representar tal princípio cláusula pétrea em defesa do povo. A experiência de outros países está a demonstrar a ineficiência dos órgãos incumbidos do controle externo com relação à melhora do Poder Judiciário. Em todo Estado de Direito Democrático torna-se indispensável à garantia da independência da Magistratura, sobretudo como instrumento efetivo de defesa das garantias e direitos individuais, quando ameaçados ou lesados. As deficiências atuais — e são muitas — do Poder Judiciário brasileiro devem ser corrigidas pelos meios adequados e eficazes... E não através de restrições aos fundamentos da liberdade individual do povo, cuja garantia está na defesa de seus direitos pelo JUIZ INDEPENDENTE."*

(in GOMES, Luiz Flávio. op. cit., p. 55).

*"(...) não é constitucional, nem prudente ou necessário, que se crie órgão misto na estrutura do Poder Judiciário, ou entidade alheia a seus quadros, com a finalidade de exercer o controle externo da justiça ou da magistratura. A independência do poder não suporta interferência dessa índole sem desnaturá-lo, prejudicando a liberdade de consciência, essencial à aplicação das leis e ao resguardo ao direito das pessoas... a independência da justiça é um direito constitucional que protege o Poder e acautela contra o abuso o patrimônio moral e material dos indivíduos. Fiscalizar o exercício desse direito constitucional não significa destruir sua afirmação e sua existência."*

(in GOMES, Luiz Flávio. op. cit., p. 56).

Não é fragilizando a Constituição, nascida após o renascimento da democracia no país e ainda carente de cento e onze leis reguladoras, que será alcançada a estabilidade do Direito. O congestionamento de demandas e o excesso de liminares não sinalizam a falência da função jurisdicional, sim a instabilidade social. E quem lhe dá razão de ser? Qual é a sua maior fonte neste País? Por certo não é o Poder Judiciário. Está claro que o compromisso com as reformas constitucionais parte de um programa de governo, cuja responsabilidade final incumbe ao Parlamento. Por isso, a análise da constitucionalidade de cada proposição e das propostas conjugadas entre si deve ser rigoroso. Somente o exame global, num processo lento de debate e consenso, poderá evitar a desconstitucionalização da Carta, cujo destinatário é o cidadão.

Ante o exposto, voto pela INADMISSIBILIDADE da Proposta de Emenda Constitucional nº 112/95, em razão de sua inconstitucionalidade.

Sala da Comissão, 08 de agosto de 1.995.

Deputado JARBAS LIMA  
PPR/RS

## DECLARAÇÃO DE VOTO

DO DEPUTADO NILSON GIBSON

Substitua-se toda a Emenda pelo seguinte artigo:

Artigo único. A Constituição passa a vigorar com o acréscimo de § 2º ao art. 92, passando o atual parágrafo único a constituir § 1º:

Art. 92. ....

§ 1º .....

§ 2º Lei complementar instituirá o sistema de controle externo do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA

O comando constitucional deve ser direto e objetivo.

Caberá a uma lei complementar disciplinar este importante tema, descendo a minúcias e contemplando as diferentes hipóteses de desdobramento.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1995

DEPUTADO NILSON GIBSON

## DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. RÉGIS DE OLIVEIRA

O ilustre Deputado JOSÉ GENOINO vem de apresentar proposta de emenda constitucional através da qual busca instituir o sistema de controle do Poder Judiciário.

Apresenta parecer a ilustre Deputada ZULAIÊ COBRA, pela admissibilidade.

É o relatório.

## VOTO

A emenda não pode prosperar em nenhum de seus aspectos. Em primeiro lugar, diga-se que vem vasada com alguns erros de linguagem. No art. 4º vem redigido o texto como "se pronunciar", quando deveria ser "pronunciar-se", de vez que não há elemento de atração. Caso é de ênclise e não de próclise. No art. 3º vem estabelecido que o Conselho Federal de Justiça terá a seguinte composição "I - cinco ministros eleitos por cada ... " em terrível cacófono.

Em segundo lugar, a emenda propõe na competência do Conselho pronunciar-se sobre "a proposta orçamentária anual". Ora, não há, aí, o que controlar, embora caiba



ao Poder Judiciário , através de seus diversos tribunais, elaborar a proposta orçamentária ( Parágrafo 1º do art. 99), devendo fazê-lo “conjuntamente com os demais Poderes” e dentro dos limites “estipulados” na lei de diretrizes orçamentárias. Mais controle. Pretende-se controlar os gastos públicos ? O controle externo do Poder Judiciário, em relação a seus gastos, é feito pelo Tribunal de Contas (art. 71 da Constituição). Ao lado do controle externo do Legislativo e sobre o Judiciário, em relação a seus gastos , há o controle interno integrado por todos os Poderes, nos exatos termos do art. 74 da Constituição.

Em consequência, não o que controlar em relação à proposta orçamentária anual. Mesmo porque, quem a aprova, é o Legislativo. Sabidamente, a lei orçamentária contém todos os orçamentos( parágrafo 5º do art. 165) e são eles apresentados e discutidos pela Comissão Mista do Congresso Nacional , que pode apresentar emendas (parágrafo 3º do art. 166).

Tudo que não estiver rigorosamente dentro dos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada até junho de cada ano, não poderá constar da Lei Orçamentária anual (inciso I do parágrafo 3º do art. 166).

Cabe ao Congresso Nacional, pois , examinar , discutir, reduzir , ampliar, emendar , fazer tudo que seja o melhor para o efetivo exercício dos poderes e , também do Judiciário.

Em consequência, estabelecer a necessidade de outro órgão manifestar-se ou pronunciar-se sobre a proposta orçamentária anual, ao lado de burocratizar a tramitação, torna ociosa a providência , de vez que o Congresso pode elaborar tudo que queira. É, porque não dizer, diminuir a competência do Congresso .

Enfim, proposta inútil.

Segundo item diz respeito à criação e extinção de varas judiciárias e tribunais.

Mais uma vez padece o projeto de juridicidade. É que cabe aos Tribunais “ propor a criação de novas varas judiciárias” (letra d do inciso I do art. 96). Aos Tribunais cabe, apenas e tão-somente a propositura do projeto. A discussão, elaboração e criação , incumbe ao Congresso nacional, em relação à Justiça Federal (inciso IX do art. 48), e em relação aos Estados, cabe aos Tribunais a iniciativa das denominadas leis de organização judiciária (parágrafo 1º do art. 125).

Atente-se que ao Supremo tribunal Federal e aos Tribunais Superiores apenas é possível a propositura das leis, incumbindo ao Legislativo a criação das unidades judiciárias mencionadas no projeto. É o que expressamente dispõem as letras a, b, c e d do inciso II do art. 96.

Desnecessário dizer da inutilidade do órgão objetivado pelo digno proponente, da necessidade da “pronúncia” do denominado Conselho de Justiça.

O terceiro item diz respeito à necessidade do pronunciamento do sistema de controle do Poder Judiciário sobre “criação e extinção de cargos de magistratura e dos serviços auxiliares”.

Fica-se, de igual maneira sem saber como se fará a proposta de criação ou comarcas, foros distritais, juntas de conciliação e julgamento, etc. Será necessária a manifestação do Conselho?

Vê-se que não há qualquer sentido na manifestação do denominado Conselho externo de controle do Judiciário em relação à criação de cargos e serviços auxiliares, uma vez que somente por lei são criados cargos de juiz e cargos ou funções dos serviços auxiliares. Se o Congresso ou as Assembléias Legislativas entenderem que são poucos, emendem e aumentem-nos; se entenderem que são muitos, que os reduzam. Enfim, cabe à discricção do Legislativo o controle de tais propostas.

Será que o Legislativo não está agindo com correção em relação a tais cargos? Será que necessitamos de outro órgão para ensinar o Legislativo de como proceder? E se o órgão encaminhar projeto solicitando a criação de varas, estará o Legislativo obrigado a atendê-lo? Será que não pode alterar a proposta?

Observe-se que o projeto é inútil em tais proposições.

Quarto ponto que impende analisar diz respeito ao pronunciamento sobre a “perda do cargo de magistrado”. Ora, dispõe a atual constituição ~~em~~ seu inciso I do art. 95 que os juizes gozam da garantia da vitaliciedade, apenas “depêdendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado”. O primeiro caso refere-se ao magistrado que está no denominado “período aquisitivo” da vitaliciedade, em que é ele observado pelo Tribunal, para saber e afeij de seu correto comportamento. Em tal caso, não pode adquirir vitaliciedade, dependendo de apuração em processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa, no exatos termos do parágrafo 1º do art. 41 da Constituição da República. A ampla defesa é insita em tais julgamentos, na forma de orientação já dada pelo Supremo Tribunal Federal.

A outra possibilidade de perda do cargo ocorre por sentença judicial transitada em julgado (Art. 95, Inc. I).

De se perguntar: qual das duas decisões deve ser controlada pelo Conselho? A primeira? Não se constituirá inconstitucional e indevida invasão na vida íntima dos Tribunais? Não será a segunda invasão de decisão jurisdicional, exatamente o que o parágrafo único do art. 1º diz que é vedado?

Restariam por eliminação, os itens II e V do art. 2º. A vitaliciedade é o período de observação a que está submetido o juiz, pelo prazo de dois anos (inciso I do art. 95). Neste caso, determinam as leis orgânicas ou o regimento dos Tribunais, que o juiz

remeta cópia de suas decisões ao órgão corregedor; os juízes vitalícios da circunscrição onde está o substituto, normalmente, são chamados a manifestarem-se sobre o comportamento do magistrado; os advogados podem testemunhar; fazem o mesmo os membros do Ministério Público. Há os recursos, através dos quais os Tribunais têm acesso à competência funcional do juiz. Como submeter tudo isso ao órgão externo de controle? Observa-se que já a Ordem dos Advogados do Brasil participa dos concursos (inciso I do art. 93), em que se afere a competência do candidato e apura sua conduta prévia, através de certidões negativas dos cartórios de protesto, de ações judiciais cíveis e criminais, de informações de pessoas graduadas nas comarcas ou de magistrados e outras autoridades vinculadas ou não à estrutura do Judiciário. Há rigor no ingresso. Disso, pelo menos não pode reclamar a OAB, nem a sociedade civil, de vez que participa no concurso de ingresso.

Posteriormente, submete-se o juiz substituto a rigoroso controle. Será que o Conselho iria proceder a leitura de suas decisões? Como apurar se o Conselho terá acesso às decisões. Como apurar se o Conselho terá acesso às decisões reformadas ou que tenham sido criticadas pelos magistrados superiores?

Quais os critérios de que se irá utilizar?

Diga-se o mesmo em relação ao merecimento para efeito de promoção. Primeiro, há juízes que não se pretendem promover, permanecendo em suas comarcas. Segundo, o critério é subjetivo. Será que com a presença do Conselho poderá ele ser objetivo? Será que dará mais segurança? Maior Credibilidade?

Em suma, não se pode controlar o que se pretende com a proposta.

Dai não há como se aceitar a proposta de emenda à constituição.

Em verdade, o que pode sobrar dela é a extinção das sessões secretas nos Tribunais para tratar de assunto administrativo. Desnecessária a providência. É que já se encontra a vedação no art. 37 da Constituição da República dispor que um dos princípios da administração é a publicidade. Nem se diga que se cuida de ato jurisdicional. Quando se trata de matéria administrativa, está o Tribunal agindo administrativamente e, pois, sujeito aos mesmos princípios a que se submete a administração direta. Não há diferença.

No exercício de sua atividade atípica, os Tribunais sujeitam-se aos mesmos ditames para a prática dos demais atos administrativos. Veja-se nosso "Ato Administrativo".

Nada disso seria necessário dizer, mas, faço-o em homenagem ao autor da proposta, diante do fato de que se pretende alterar cláusula pétrea inserida na Constituição. Dispõe o parágrafo 4º do art. 60 que "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: ... III - a separação dos Poderes".



Essencial a análise da teoria da separação dos poderes para saber-se da possibilidade de se criar órgão de fiscalização do Poder Judiciário.

A informação que se dá à população é que Legislativo e Executivo submetem-se ao crivo das urnas e, pois, o povo controla seus mandatários, enquanto que o mesmo não sucede com o Judiciário.

Nada mais equivocado. Em relação aos poderes Executivo e Legislativo é da essência do regime republicano a periodicidade dos mandatos eletivos. Caso contrário, estaríamos em outro tipo de regime de governo, a saber, a monarquia, em que é o monarca vitalício. Segundo o magistério de GERALDO ATALIBA, caracteriza-se, "modernamente, o regime republicano pela tripartição do exercício do poder e pela periodicidade dos mandatos políticos, em conseqüentes responsabilidades dos mandatários" ("República e Constituição", ed. RT, 1985, pág. 10).

Enquanto que os integrantes dos poderes Legislativo e Executivo submetem-se à eleição, diferentemente quis nosso ordenamento normativo ao estabelecer o concurso público como critério para o provimento de tais cargos. Dir-se-á que tem menos legitimidade? Não. Os critérios de provimento é que são diversos. É orientação consagrada. Como anota ATALIBA, "nem nos Estados Unidos, quanto aos órgão de cúpula, nem no Brasil, em todas as suas formas de expressão, os membros do Poder Judiciário são eleitos pelo povo e na verdade não representam diretamente a vontade popular, o que em nada deprime a abrangência e extensão do princípio republicano, nem lhe amesquina seu porte" (ob. cit., pág. 86).

Lição inexcusável a de ALIOMAR BALLEEIRO ao ensinar que na aplicação da lei, o juiz não pode agregar sua vontade pessoal nem a de qualquer órgão ("Rev. Trim. de Jur.", vol. 44/54).

Diz LUÍS FLÁVIO GOMES que a essência da legitimidade "está não na eleição direta dos juizes, mas na vinculação do juiz à lei" ("Poder Judiciário: controle interno e externo e revisão constitucional" in ob. cit., pág. 84l).

No mesmo sentido LUIGI FERRAJOLI ao afirmar que "a legitimidade democrática do Poder Judiciário é estruturalmente diversa da dos demais poderes de Estado, não tendo nada à ver com a vontade nem com a opinião da maioria" ("Justicia penal y democracia. El contexto extra-procesal" in "Jueces para la democracia, Información y debates", Madrid, nº4, Set. 1988, pág. 5).

Se o constituinte assim quis ou seja, se pretendeu que parte dos representantes não tivessem mandatos eleitos, podia fazê-lo, como fez. A legitimidade decorre do suporte burocrático da sujeição a concurso público, única porta democrática para ingresso no serviço público. Não há que se questionar a legitimidade dos magistrados

na decisão das lides, uma vez que seu poder provém do povo, nos exatos termos do art. 2º da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 21.

Como tal, imprescindível que goze de independência, condição da imparcialidade. A independência vem consagrada no art. 2º ao estatuir que "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

De outro lado, a independência reveste-se da imprescindível autonomia administrativa, igualmente consagrada em texto constitucional (art. 99). Ora, não será autônomo, quem tenha órgão estranho a dirigir-lhe os destinos. Se não é autônomo, não é independente, o que significa agressão frontal ao princípio da tripartição dos poderes.

Ensina CARRÉ DE MALBERG que há distinção nas funções do Estado e que baseiam-se elas "en un concepto político que hace depender el grado de potestad y la energia de los efectos de los actos que realizan las diversas autoridades estatales del origen de estas últimas, de su régimen de organización y de las condiciones en las cuales ejercen su actividad" ("Teoria General del Estado", Fonte de Cultura Económica, 1944, México, pág. 741, nº 270).

ARISTÓTELES distingue três operações principais: deliberação, mando e justiça. LOCKE ("Traité du Gouvernement Civil"), distingue quatro poderes: legislativo, executivo, subordinado ao primeiro, federativo, faculdade de relacionar-se com o estrangeiro e o poder discricionário, que estava no monarca. MONTESQUIEU quem deu forma às idéias, dividindo os órgãos de exercício do poder ("Esprit des Lois", livro XI, capítulo VI).

Dai, ao formular sua teoria tripartite, advertiu o notável autor que "tout ce qui a du pouvoirs, tiend à en abuser", o que o levou a equilibrar as forças e imaginar mecanismos de controle, porque "cet une experience eternelle" que todo aquele que detenha o poder tenda a dele abusar.

A teoria de separação de poderes que agora se pretende arranhar, não é mera teoria para se estabelecer nos livros. É consequência da longa luta pela conquista dos direitos do homem. Como diz CARRE DE MARLBERG, "toda la demostración de Montesquieu, por lo demás, gira alrededor de esta idea principal: asegurar la libertad de los ciudadanos, porporcinándoles, mediante la separación de los poderes, la garantía de que cada uno de éstos se ejercerá legalmente" (ob. cit., pág. 746). No mesmo sentido é a orientação de ORLANDO ("Principes de Droit Public et Constitutionnel", ed. francesa, págs. 95/96). É fundamental, pois que, cada um dos poderes controle o outro, que tenha mecanismos racionais e não emotivos de fiscalização.

Ora, o ingresso no Poder Judiciário é fiscalizado, uma vez que tem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil. O trabalho nos Tribunais da mesma forma, porque cada dez magistrados promovidos, um ingressa pela Ordem dos Advogados do Brasil e outro pelo Ministério Público (art. 94), mediante indicação da própria classe de origem. As contas são controladas, como já se viu anteriormente. As decisões são controladas através dos recursos, desaguando, em última instância, nos Tribunais superiores ou no Supremo Tribunal Federal, dependendo de se tratar de interpretação de lei federal ou da aplicação da constituição. Como o direito é dogmático, não há recursos indeterminados e indefinidos. Em determinado ponto, há que ter um término. A produção do magistrado é divulgada mensalmente pelo Diário Oficial, nos exatos termos do que setermina a Lei Orgânica da magistratura (art. 37 da denominada LOMAN lei complementar nº 35/79), cujo dispositivo vem vasado nos seguintes termos: "Os tribunais farão publicar, mensalmente, no órgão oficial, dados estatísticos sobre seus trabalhos no mês anterior entre os quais: o número de todos que cada um de seus membros, nominalmente indicado, proferiu como relator e revisor; o número de feitos que lhe foram distribuídos no mesmo período; o número de processos que receber em consequência de pedido de vista ou como revisor; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavração dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdão, ainda não devolvidos, embora decorridos os prazos legais, com as datas das respectivas conclusões".

Tais providências ocorrem com os membros dos Tribunais. Em relação aos juízes de primeiro grau, são eles obrigados a remeter, mensalmente, informação a respeito dos feitos em seu poder, cujos prazos tenham sido excedidos e indicar o número de sentenças proferidas no mês anterior (art. 39 do diploma legal mencionado).

A teoria da separação dos poderes não mereceu, desde logo, o aplauso dos doutos da época. DUGUIT, por exemplo, afirma que era "teoria artificial" feita para falsear os desvios da vida social e política ("La séparation des pouvoirs et l'Assemblée Nationale de 1789", págs. 116 e seguintes). MOREAU denomina de princípio obscuro ("Le règlement administratif", pág. 263) e CAHEN denomina-o de "dogma envelhecido ou uma fórmula vã" ("La loi et le règlement", págs. 27 e segs.).

Talvez os autores não tenham compreendido a extensão da teoria na época. É que, evidentemente, não se pode falar em tripartição do poder. Este é uno. Tem como substância, no campo jurídico, a possibilidade de invasão na esfera íntima de cada um, obrigando-nos a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. É o poder jurídico, o que o diferencia do de fato, que não tem qualificação institucional. Não se confunde, é bem de ver, com o poder político, este, visto, ultimamente, como o poder de convencimento ou de persuasão de captar a vontade do outro interlocutor normativo.



Assim, enquanto que a legitimidade do exercício do poder jurídico se faz pelo procedimento (veja-se NIKLAS LUHMANN), a legitimidade do poder político decorre de um título a que se adere, mediante persuasão. Na lição de JOSÉ EDUARDO FARIA, "o consenso pode espontaneamente sob a forma de uma adesão às leis, como é o caso da decisão que põe fim a uma situação de dissenso e cuja solução é acatada" ("Poder e legitimidade", Ed. Perspectiva, 1978, pág. 96). Dá o poder legítimo como "aquele que exige obediência em nome de um título de legitimidade, cuja prova última é dada somente pelo fato de que a obediência é efetivamente acatada" (ob. cit., pág. 97).

A unicidade do poder (vista aqui como a possibilidade jurídica de ingresso na intimidade de outrem para obrigá-lo a um comportamento) divide-se, na teoria MONTESQUIEU em centros de emanção do poder. Como a concentração leva ao abuso, impõe-se a instituição de mecanismos de controle. Foi o que fez o autor francês, cujos ensinamentos são seguidos até hoje, nos tempos modernos e em quase todas as constituições do mundo e, paradoxalmente, não consta da própria constituição francesa.

O fato é de tal ordem importante que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, tem, em seu art. XVI o seguinte texto: "toda sociedade na qual a garantia dos direitos não está assegurada, nem a separação dos poderes determinada não tem constituição".

MADISON, nos estudos para persuasão dos americanos da época, ensinava que "a acumulação de todos os poderes, legislativos, executivos e judiciais, nas mesmas mãos, sejam estas de um, de poucos ou de muitos, hereditária, automeadas ou eletivas, pode-se dizer com exatidão que constitui a própria definição de tirania" ("O Federalista", XLVII).

Sem dúvida que se pode alinhar críticas à teoria, hoje constituída como dogma. DALMO DE ABREU DALLARI afirma que se deve buscar novos mecanismos, diante do fato de que empiricamente, a teoria tem demonstrado falhas.

Entretanto, ainda não se obteve, na Ciência Política algo mais palpável e sério, para que se "quebre" a separação dos poderes. Até lá, até que surjam novos mecanismos de controle não se pode aceitar simplesmente a ruptura dos controles formais.

JOSÉ AFONSO DA SILVA ensina que a atual constituição aumentou o conteúdo da inviolabilidade das cláusulas pétreas. Afirma que "atribuir a qualquer dos Poderes atribuições que a Constituição só outorga a outro importará tendência a abolir o princípio da separação de Poderes" ("Curso de Direito Constitucional Positivo", Malheiros, 9ª ed., pág. 61).

No projeto de proposta constitucional o ilustre Deputado JOSÉ GENOINO objetiva não bem a outorga de poderes de um a outro, mas criar um órgão estranho aos outros três, como poderes de interferência na esfera íntima do Poder Judiciário, o que rompe, sem dúvida, com o princípio da separação de poderes.

Claro está que a teoria de MONTESQUIEU em sua pureza originária já não é aplicável em nenhum país do mundo, uma vez que pressupunha a absoluta autonomia das competências que seriam, então, estanques. Tal solução era irrealizável. Cada centro de emanção de poder ou cada órgão de seu exercício realiza preponderantemente funções típicas e, circunstancial ou marginalmente, funções atípicas. Assim, nem tudo que o Legislativo realça é lei. Seu ato típico é a lei, mas, marginalmente, administrar e até julgar, como no recente episódio do ex Presidente Collor. O Judiciário também administra, embora seu ato típico seja a sentença, diante do fato de realizar seus serviços auxiliares, punindo seus servidores, etc... De seu turno, o Executivo apenas administra? E as medidas provisórias não têm força de lei?

Em suma, o exercício do poder não é exclusivo, mas é exercido preferencialmente em relação a outros. Daí a divisão efetiva.

Sobreleva notar, no estudo da matéria, que os países que instituíram o denominado controle externo do Poder Judiciário já se ressentem de seus males.

Desnecessário se afigura a menção a todos os males que o denominado controle externo já produziu em termos universais. Desnecessário lembrar o que nos relata o eminente magistrado LUIZ FLÁVIO GOMES, em sua experiência pesquisada no continente europeu. Desnecessário dizer que quem postula pelo controle são aqueles que querem subjugar o poder a comandos outros, menos nobres. Desnecessário dizer que o controle político é o que pode haver de pior em órgão técnico. Desnecessário dizer que o controle é mera cortina de fumaça para reprimir os mais estreitos anseios democráticos e de legítima manifestação da população.

Controlar o Judiciário é trazê-lo para próximo da população; é fazê-lo íntimo dos freios sociais; é tê-lo como prestador de contas de suas atividades.

No dizer de CARLOS VELOSO, Ministro do Supremo Tribunal Federal, "no sistema presidencial de governo, que, nos Estados Unidos já foi denominado judiciarista, em que a separação de poderes é a sua característica, o controle externo não é possível. Admito que, no parlamentarismo, em que há o predomínio do Legislativo, e num país em que o Judiciário não seja um poder político, o controle deste, por parte do parlamento, seria admissível" (discurso saudação ao Presidente SEPÚLVEDA PERTENCE, in, AMB, 1995, pág. 21). Termina o eminente Ministro afirmando que "é inadmissível, portanto, o controle externo, vale dizer, o controle

efetivado por conselho integrado por membros de outros poderes, por pessoas estranhas ao Judiciário" (pág. 22).

Desnecessário dizer que o Poder Judiciário está em débito com a sociedade a que tem que servir. Os processos têm tramitação irregular e morosa e a sociedade clama para que os recursos não demorem e os feitos tenham rápida solução. Conhecemos as mazelas do Judiciário e queremos, mais que ninguém, que seja ele Poder altivo, independente e fluente, trazendo a paz social. Entretanto, temos consciência de que o controle externo não é o caminho a ser trilhado. Padece o Judiciário de outros males: legislação ultrapassada; deficiência de quadros; falta de autonomia administrativa e financeira; estrutura superada; ausência de abertura democrática de livre acesso às decisões administrativas; ausência de publicidade de reuniões internas; distanciamento da população, o que o torna um Poder alvo de ataques despropositados; críticas às vezes sérias e às vezes infundadas. Tudo leva ao descrédito perante a sociedade e às investidas de controle externo, como a presente.

Temos sempre afirmado, entretanto, que a solução não é jamais o controle externo apontado. As deficiências do Poder Judiciário outra coisa não significam senão as deficiências do ensino universitário, da falta de vida política diante da castração de longos anos de Revolução; da deficiência de profissionais credenciados e habilitados pela Ordem dos Advogados do Brasil; de maior tempo para preparo de ingresso na carreira; do despertar de verdadeiras vocações; de controle interno mais rigoroso; de sistemas de reciclagem dos magistrados;

Em suma, as causas são muito mais profundas que a mera instituição de controle externo. Controlar o que, já se questionou?

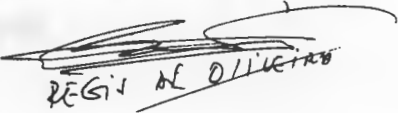
O Judiciário precisa de amparo dos demais poderes, por ser o poder desarmado do país, por ser o poder sem orçamento próprio, por ser o poder sem força política e sem fala nos grandes problemas do país. O Judiciário tem que se manter imparcial e distante dos relevantes temas de discussão política, porque ele irá julgar, em última análise, os relevantes problemas que surgirem.

Entretanto, já não mais é hora de omissão e os juizes têm que assumir a bandeira da modernização de suas estruturas e de suas idéias. Mas, volta-se a repetir, a solução não está em controles que podem redundar em mero enfraquecimento do Poder ou em mero afrouxamento das instituições. O Judiciário precisa firmar-se como órgão político do Estado, papel que ainda não soube assumir. Entretanto, não pode ficar a reboque dos demais poderes. Deve assumir papéis que a sociedade lhe reservou.

Enfim, descreio da proposta e é ela inconstitucional. Daí porque postulo por sua rejeição, uma vez que agride, frontalmente, a separação dos poderes, obra de conquista de longas e distantes gerações, que souberam dar o exemplo de conquistas políticas e sociais.

Meu voto é pela inadmissibilidade da proposta.

Sala das sessões, 12-09-95.

  
REGIS DE OLIVEIRA



Defiro, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RIC do **desarquivamento das seguintes proposições: PEC's 112/95, 179/95, PL's: 2976/92, 2977/92, 176/95, 2805/9 PLP 122/96. Publique-se.**

**REQUERIMENTO**

(Do Sr. Deputado José Genoíno)

  
PRESIDENTE

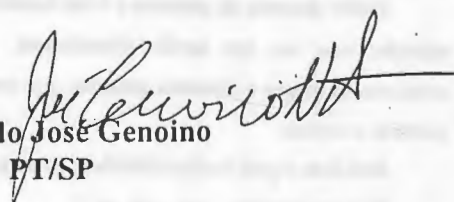
Requer o desarquivamento de  
proposições

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Ex<sup>a</sup> o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria:

- PEC nº 112/95;
- PEC nº 179/95;
- PL nº 176/95;
- PL nº 2805/97;
- PL nº 2976/92;
- PL nº 2977/92;
- PLP nº 122/96.

Brasília, 3 de março de 1999.

  
Deputado José Genoíno  
PT/SP

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

## Nº 368-A, DE 1996

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 421/96

Atribui competência à Justiça Federal para julgar os crimes praticados contra os Direitos Humanos; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade, com substitutivo, contra os votos dos Deputados Gerson Peres, Matheus Schmidt, Alzira Ewerton, Adhemar de Barros Filho e, em separado, do Deputado Jarbas Lima.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 368, DE 1996, A QUE SE REFERE O PARECER)

### S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - parecer do Relator
  - parecer reformulado do Relator
  - Substitutivo oferecido pelo Relator
  - parecer da Comissão
  - Substitutivo adotado pela Comissão
  - voto em separado do Dep. Jarbas Lima
  - Exposições dos Deputados Régis de Oliveira e Nilson Gibson

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º São acrescentados dois incisos no art. 109 da Constituição; de números XII e XIII, com a seguinte redação:

“Art. 109. ....

XII - os crimes praticados em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos;

XIII - as causas civis ou criminais nas quais órgão federal de proteção dos direitos humanos ou o Procurador-Geral da República manifeste interesse.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

República Federativa do Brasil

# CONSTITUIÇÃO

## TÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I

#### DO PODER LEGISLATIVO

#### Seção VIII

#### DO PROCESSO LEGISLATIVO

#### SUBSEÇÃO II

#### DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, no mínimo, por maioria absoluta dos membros de cada uma delas;



§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

## **TÍTULO II**

### **DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à pro-



priedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX – é garantido o direito de herança;

XXXI – a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*;

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;



- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII – não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX – será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV – a prisão legal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI – ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII – conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII – conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII – são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

## TÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO III

#### DO PODER JUDICIÁRIO

#### SEÇÃO IV

#### DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS



**Art. 109.** Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

## TÍTULO V

### DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

#### CAPÍTULO I

##### DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTO



## CAPÍTULO-III

## DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

## TÍTULO VIII

## DA ORDEM SOCIAL

## CAPÍTULO VII

## DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;



VI – estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

**Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**Art. 229.** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

**Art. 230.** A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

## CAPÍTULO VIII

### DOS ÍNDIOS

**Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.



§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

**Art. 232.** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

.....

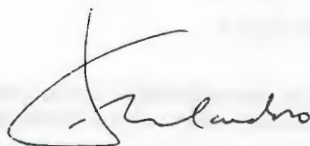
.....

Mensagem nº 421

Senhores Membros do Congresso Nacional, 

Nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto da Proposta de Emenda à Constituição que "Atribui competência à Justiça Federal para julgar os crimes praticados contra os Direitos Humanos".

Brasília, 13 de maio de 1996.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N 231/A-MJ, de 13 de maio de 1996, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A questão dos Direitos Humanos, a partir do segundo conflito mundial, vem obtendo crescente atenção dos governos, espelhando a preocupação das suas populações com a preservação desses direitos.

No Brasil, a Constituinte de 1988 procurou resguardar os Direitos Humanos através do disposto no art. 5º da Constituição, além de dedicar especial atenção às crianças, ao idoso e aos índios (arts. 226 a 232).

Entretanto, a despeito do cuidado da Constituição em assegurar os Direitos Humanos, a realidade é que a violação desses direitos em nosso País tornou-se prática comum, criando um clima de revolta e de insegurança na população, além de provocar indignação internacional.

É que o Estado brasileiro, ao cuidar de bem definir os ordenamentos que asseguram tais direitos, descurou em relação a instrumentos capazes de assegurar o seu pleno exercício.

De fato, nenhuma mudança substancial foi estabelecida na competência e na organização das polícias pela Constituição de 1988, mantendo-se às Polícias Civis a atribuição de polícia judiciária estadual.

A par disso, as Polícias Militares também foram mantidas com a atribuição do policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública nos Estados.

De outra parte, na Constituição, à Polícia Federal reservou-se tão-somente a apuração das infrações penais relacionadas no seu art. 140, § 1º, nelas não incluídas as matérias relativas à preservação dos Direitos Humanos.

Com isso, constitucionalmente, as lesões aos Direitos Humanos ficaram sob a égide do aparelhamento policial e judicial dos Estados Federados que, em face de razões históricas, culturais, econômicas e sociais, têm marcado sua atuação significativamente distanciada dessa temática.

Esse distanciamento apresenta-se ainda mais concreto e evidente nas áreas periféricas das cidades e do campo, em que fatores econômicos e sociais preponderam indevidamente na ação do aparelhamento estatal. Essa fragilidade institucional criou clima propício para cada vez mais freqüentes violações dos Direitos Humanos em nosso País, que ficam imunes à atuação fiscalizadora e repressora do Estado.

Esse quadro de impunidade que ora impera está a exigir medidas destinadas a revertê-lo, sob pena dos conflitos sociais se agravarem de tal forma que venham fugir ao controle do próprio Estado.

Por estas razões e visando a realização, em concreto, dos Direitos Humanos em nosso País, julgamos necessário incluir na competência da justiça federal os crimes praticados em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos Direitos Humanos, bem assim as causas civis ou criminais nas quais o mesmo órgão ou o Procurador-Geral da República manifeste interesse. A fórmula consiste na inserção de dois novos incisos no art. 109 da Constituição.

Sem dúvida, a Justiça Federal e o Ministério Público da União, no âmbito das suas atribuições constitucionais, vêm se destacando no cenário nacional como exemplos de isenção e de dedicação no cumprimento dos seus deveres institucionais.

Por outro lado, cumpre destacar que a própria natureza dessas duas Instituições, com atuação de abrangência nacional, as tornam mais imunes aos fatores locais de ordem política, social e econômica, que, até agora, têm afetado um eficaz resguardo dos Direitos Humanos.

Respeitosamente,

Aviso nº 538 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 13 de maio de 1996.

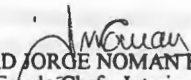
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da



República relativa a Proposta de Emenda à Constituição que "Atribui competência à Justiça Federal para julgar os crimes praticados contra os Direitos Humanos".

Atenciosamente,

  
FUAD JORGE NOMAN FILHO  
Ministro de Estado Chefe, Interino, da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
**BRASÍLIA-DF**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### I - RELATÓRIO

A presente proposta de Emenda à Constituição é de iniciativa do Presidente da República, nos termos do art. 60, II da Constituição Federal.

Trata-se de incluir entre os juízes federais, a competência para processar e julgar os crimes praticados contra os Direitos Humanos e a proteção a bens e interesses sob tutela do órgão que cuide de tal questão.

Propõe-se, assim, a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em sede de Direitos Humanos, pela Justiça Federal, mediante acréscimo de dois incisos ao art. 109 da Constituição Federal.

Opera-se, na verdade, o deslocamento de competências antes cometidas ao aparelho judicial dos Estados, face as atribuições constitucionais dos órgãos de Segurança Pública (art. 144, Parágrafo 4º CF).

As razões, embora óbvias, estão sumariamente escritas na Exposição de Motivos integrante da mensagem Presidencial: "históricas, culturais, econômicas e sociais".

Constata a mensagem a ineficiência da vigente estrutura de poderes para resolver adequadamente os impasses, daí porque retira e transpõe a competência específica, agora, aliás, nesse particular, com explicitude e clareza.



De fato, em vez de resolver os conflitos dessa área, a atual disciplina institucional interfere no agravamento da situação, quer pela incapacidade técnica, às vezes usada para encobrir cumplicidades, quer pelas conivências em si, o que deixa como resultado mais visível a desmoralização das instituições, um caldo denso de cultura de impunidade e a ampliação dos "grupos vulneráveis".

Parece, entretanto, que o País chega ao final do século com a disposição política de cumprir uma agenda mínima na área de Direitos Humanos. A chamada "vontade política", objeto de sistemática cobrança por parte de setores progressistas da sociedade brasileira, estruturados à base de Organizações Não Governamentais e partidos políticos comprometidos com a redemocratização do Brasil, está em franco processo de consumação.

A constituinte de 88 é, nesse sentido, o ponto de partida de um gigantesco e desafiador esforço político para dotar o país de uma infraestrutura institucional capaz de garantir direitos individuais e coletivos e liberdades públicas compatíveis com a Nova Ordem Mundial. Embora essa nova ordem, agora sob o crisma do "capitalismo hegemônico", sem contra-ponto de ordem ideológica, filosófica e doutrinária, caminhe muito claramente para o mais nefasto processo de colonização e submissão dos povos pobres, porque se opera mediante consenso internacional e através da derrubada consentida de fronteiras. Essa invasão não bélica do capital contra a soberania das nações pobres e sobre as populações vítimas das desigualdades e injustiças sociais, vai caracterizar-se pela busca de resultados econômicos mas, também, certamente, pela restrição e violação de direitos fundamentais dos cidadãos.

É importante registrar a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara como compromisso do Parlamento com a causa dos Direitos Humanos. Instalada na atual Legislatura e presidida por dois ilustrados parlamentares nesses dois anos de funcionamento - os Deputados Nilmário Miranda e Hélio Bicudo - ambos pessoalmente vítimas de abusos, violências e truculências, a Comissão é, hoje, o mais qualificado fórum de discussão da questão no Brasil, e tende a formar em pouco tempo um acervo valioso da história dos Direitos Humanos nos últimos cinquenta anos em nosso país.

Esse talvez seja o fato político mais notável da nossa história parlamentar recente, às vezes relevado nas avaliações gerais, porque corresponde a inserção do tema na estrutura do Poder Legislativo. Isso certamente tem motivado ainda mais, através da sensibilização parlamentar interna, para a produção intelectual de excelentes iniciativas dos Senhores Deputados no sentido de aperfeiçoar a legislação sobre a matéria.

Seja de qual iniciativa for, a produção legislativa na área de Direitos Humanos está-se ampliando no Brasil, a destacar-se, entre outras, a lei que tipifica o crime de tortura e a supressão de competência da Justiça Militar para processar e julgar crimes praticados por militares contra civis. Neste último caso, porém, ainda assusta a resistência parlamentar entre os congressistas quanto à modernização do texto, que, ao que parece, vai carecer de um esforço adicional, de uma iniciativa nova suplementar, para que a sociedade possa se tranquilizar com relação a brutalização da atividade policial e a impunidade derivada da cultura corporativista.

A relutância do Senado Federal no que refere à proposta de retirada da competência da Justiça Militar, reflete a vacilação do Parlamento Brasileiro na

adoção de instrumentos modernos e eficientes de combate ao crime contra os Direitos Humanos. Para que essa questão possa ser enfrentada com compromisso, dentro de uma linha de vontade e determinação política, há de se exigir do Parlamento uma ação renovadora, saneada do ponto de vista ideológico, com a aplicação, pelas maiorias, da prática neoliberal, tão a gosto aplicada nas matérias de conteúdo econômico.

De qualquer forma, há significativo avanço, e a presente proposta, embora injustificadamente tímida e imprecisa, carregando o traço de personalidade política de quem a adotou como iniciativa, está no contexto das mudanças necessárias.

O art. 109 ganha, portando, o inciso XII com a seguinte redação:

**“XII - os crimes praticados em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos”.**

E ganha outro inciso, o XIII, assim formalizado:

**“XIII - as causas civis ou criminais nas quais órgão federal de proteção dos direitos humanos ou o Procurador-Geral da República manifeste interesse”.**

**É O RELATÓRIO.**

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Proposta de Emenda, quanto ao inciso XII, ao se referir a “crimes”, sem excluir as contravenções penais, como fez o inciso IV do mesmo artigo 109, generaliza o conceito de crime, mas não ajuda na interpretação, porque, à rigor, o crime é espécie da qual os “delitos” são o gênero, e isso implica em se admitir que a proposta trata tão somente dos crimes típicos arrolados no Código Penal. Também não há ressalva às competências da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral, como cuidou o legislador constituinte de fazer ao tratar dos “crimes políticos”.

Por outro lado, ao tratar de “Órgão Federal de Proteção dos Direitos Humanos”, a proposta cria nova entidade integrante da estrutura do Poder Público Federal, que se nivela para os efeitos jurídicos e legais, a partir do plano constitucional, as “entidades autárquicas” e as “empresas públicas” da União.

Relativamente ao inciso XIII da proposta, é clara a imprecisão do texto, especialmente quanto a expressão “manifeste interesse”. A manifestação de interesse, no caso, não decorre da exercitação das funções do órgão federal de proteção dos direitos humanos ou o Procurador-geral da República, mas do livre arbítrio de quem os represente, pois não há atribuições de competências para que cada um deles, ou ambos, possa agir por dever de ofício.

É, ademais, no mínimo curioso que a manifestação de interesse possa ser da parte do Procurador-Geral e não do Ministério Público. Ora, o

Procurador-Geral é o chefe do Ministério Público Federal, mas a sua pessoa não se confunde com o Órgão que tem, este sim, funções e atribuições federais abrangentes. A manifestação de interesse do Procurador-Geral da República é restritiva e limitante, e colide com a intenção de federalizar a judicialização da matéria. É de todo inadmissível que não se tenha cuidado de atribuir ao Ministério Público Federal, com a abrangência territorial e competência análogas, a manifestação do interesse de agir, quer como parte, quer como fiscal da lei.

Pecou ainda a proposta por não ter ampliado o âmbito do cabimento e legitimação da ação pública contra a violação dos direitos humanos, colocando ao alcance social os instrumentos processuais necessários à defesa de direitos e interesse da espécie que estejam ameaçados ou feridos.

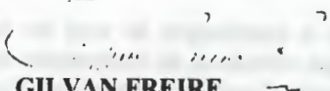
Não há via regimental possível para se resolver a questão, através da relatoria, com a inserção das mudanças necessárias.

A emenda não conseguirá expressar os corretivos constitucionais exigidos para impor uma nova ordem constitucional de proteção aos Direitos Humanos, pelo menos no que se diz respeito a operacionalidade jurisdicional pretendida.

O aperfeiçoamento da proposta, sob os aspectos infocados, constitui exame de mérito. Sob o prisma do controle de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não enfrenta obstáculo insuperável.

O voto é pela admissibilidade.

SALA DA COMISSÃO, EM DE JULHO DE 1.996.

  
**GILVAN FREIRE**  
Deputado Federal

#### **PARECER DA**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

#### **PARECER REFORMULADO**

#### **I - RELATÓRIO**

A proposta, embora sem enfrentar obstáculo no controle da constitucionalidade e juridicidade, sofre percalços de técnica legislativa com vista a sua aplicação objetiva, quando se transformar em norma da Constituição. E não é somente na questão do conteúdo, é também com referência à sistematização.

No conteúdo, não oferece clareza sobre o que significa a expressão "bens e interesses sob tutela de órgão federal dos direitos humanos", especialmente porque não existe no Brasil órgão federal de proteção dos



direitos humanos com atribuições tais que contemplem as demandas existentes.

Tanto num inciso e noutro da proposta a ausência ou insuficiência de órgão federal de proteção dos direitos humanos que se pretendem tutelar tem efeito contaminador. No primeiro inciso há "bens e interesses" sob proteção desse órgão federal, e no segundo inciso há a exercitação do direito de tutela mediante manifestação do órgão. Logo, nesse grau de correlação não é possível desvincular um do outro.

Por outro lado, a invocação do Procurador-Geral da República como Titular da ação, concorrentemente com o órgão federal, empresta sentido restrito ao alcance da proposta, dentro da discussão política quer se travou para a sua edição.

Problemas dessa ordem estão afetando a proposta, do ponto de vista formal, caracterizando, no caso, lesão à técnica legislativa e ensejando, por consequência, a inadmissibilidade, se por meios válidos não se puder sanear.

No caso específico do segundo inciso da proposta, o que acrescenta o número XIII ao art. 109 da CF, a referência ao Procurador-Geral da República implica conceder atribuições a entidade do Ministério Público Federal, sem contudo alterar o art. 129 da CF, que trata da matéria, sistematizado na seção I, capítulo IV da Carta.

Em suma, é preciso salvar a proposta, preservando o seu objetivo e mantendo o seu espírito, em virtude da relevância da matéria. Mas, a essas alturas, mesmo com recursos cirúrgicos da técnica legislativa, é inafastável a necessidade da edição de lei para disciplinar o assunto, com a adequação de procedimentos e normas e previsibilidade de situações *in abstrato* que possam se converter em casos *in concreto* na realidade fática. Além de tudo, há urgência na definição legal dos chamados "direitos humanos" para efeito da tutela da lei.


Registro com agrado a contribuição do voto em separado do ilustre Deputado Nilson Gibson, que valendo-se do ensinamento do Professor Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, meritíssimo Juiz do TRF da 5ª Região, no briosso Estado de Pernambuco, levou-me a nova reflexão sobre o tema.

## II - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, reexamino a proposta e reconsidero, em parte, o relatório preliminar, e submeto à consideração da CCRJ e meus ilustres pares, o substitutivo que integra o meu voto conclusivo pela admissibilidade, suprimindo o inciso XII e dando redação adequada ao inciso XIII, que fica também renumerado para inciso XII do art. 109 da CF, assim expresso, *in verbis*:

**XII - As ações cíveis e criminais relativas a direitos humanos, nos termos da lei.**

SALA DA COMISSÃO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1996.

  
**GILVAN FREIRE**  
Deputado Federal

### SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR

Inclui o inciso XII no art. 109 da Constituição Federal, atribuindo competência à Justiça Federal para processar e julgar as ações cíveis e criminais relativas a direitos humanos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica incluído o inciso XII no art. 109 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 109. ....

XII - as ações cíveis e criminais relativas a direitos humanos, nos termos da lei."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de 12 de 1996.

Deputado GILVAN FREIRE  
Relator

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Gerson Peres, Matheus Schmidt, Alzira Ewerton, Adhemar de Barros Filho e, em separado, do Deputado Jarbas Lima, pela admissibilidade, com substitutivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 368/96, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Gilvan Freire.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves - Presidente, Moisés Bennesby e Marcelo Déda - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Magno Bacelar, Osmir Lima, Paes Landim, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Asdrubal Bentes, Djalma de Almeida Cesar, Gilvan Freire, João Natal, Almino Affonso, Alzira Ewerton, Luiz Máximo, Nelson Otoch, Zulaiê Cobra, Coriolano Sales, José Genoino, Luiz Eduardo Greenhalgh, Matheus Schmidt, Nilmário Miranda, Sérgio Miranda, Adhemar de Barros Filho, Augusto Farias, Gerson Peres, Jarbas Lima, Rodrigues Palma, Pedro Canedo, Alexandre Cardoso. Cláudio Caiado, Jairo Azi, Mauricio Najar,

Ary Kara, Robson Tuma, Zaire Rezende, Salvador Zimbaldi, Vicente Arruda, Joana D'Arc,  
Pedro Wilson, Jair Bolsonaro e Luis Barbosa.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1997

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES

Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Inclui o inciso XII no art. 109 da  
Constituição Federal, atribuindo competên-  
cia à Justiça Federal para processar e jul-  
gar as ações cíveis e criminais relativas a  
direitos humanos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Fe-  
deral, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal,  
promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica incluído o inciso XII no art. 109  
da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 109 .....

XII - as ações cíveis e criminais relati-  
vas a direitos humanos, nos termos da lei."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vi-  
gor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1997

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES

Presidente

**VOTO EM SEPARADO DO SENHOR JARBAS LIMA**

A proposta sob exame, de iniciativa do  
Presidente da República, nos termos do art. 60, II, da  
Constituição Federal, apresenta diversas impropriedades  
jurídicas e, na forma encaminhada, contribuirá para maior  
morosidade judicial e descrédito do Poder Judiciário.  
Ademais, fere normas pétreas da Constituição Federal.

As normas que fixam competência  
jurisdicional não podem ser abertas.



Há fenômeno universal, facilmente constatável, no que se refere à criação legislativa de normas jurídicas cada vez mais abertas, cujo conteúdo há de, em maior ou menor grau, ser preenchido pelo interprete (Poder Judiciário). A gênese de tal fenômeno está na necessidade de encontrar-se a consensualidade mínima para a edição de normas de determinada categoria, ante a contemporânea forma de composição dos parlamentos.

Inobstante tal tendência, nunca foi vista, por razões óbvias, a edição de normas abertas, possibilitando-se interpretações variadas, no que tange à delimitação de competência jurisdicional.

Ora, a competência jurisdicional deve obedecer a critérios previamente definidos, necessariamente claros e precisos.

Acaso assim não seja, de duas ordens serão os resultados nocivos. Em primeiro lugar, porque restará ferida ou limitada a indispensável e democrática garantia do "juiz natural"; ao depois, porque a imprecisão ou abertura da norma levará a uma sucessão infundável de conflitos de jurisdição, a abarrotar os tribunais superiores com procedimentos para dirimir conflitos a respeito de qual juízo deverá apreciar qual matéria.

#### O princípio do Juiz Natural

Tribunais e juízos de exceção não estão presentes somente quando instituídos para fim específico, sem existência precedente aos fatos que lhe são submetidos a julgamento. Também, certamente, quando têm sua competência fixada ao alvedrio de algum interessado, caso a caso, mesmo que venha a ser este órgão público, sem que seja tal fixação estabelecida definitiva e objetivamente por lei prévia.

#### Os conflitos de jurisdição

Em qualquer sistema de fixação constitucional de competências da tribunais, por melhor que seja este, opera-se o fenômeno, previsto em lei, dos conflitos positivos ou negativos de jurisdição, solvidos por instâncias superiores aos suscitantes ou suscitados.

No sistema ora proposto haverá, em face da fórmula de normatização aberta, um gravíssimo incremento dos conflitos de jurisdição, suscitados caso a caso, o que contribuirá para o aumento da morosidade na solução dos conflitos judiciais e descrédito para o Poder Judiciário.

Na proposta sob exame permite-se a fixação da competência extraordinária da Justiça Federal, caso a caso, nas causas cíveis ou criminais nas quais órgão federal de proteção dos direitos humanos tenha interesse.

De início, há de indagar-se: que classe de órgão federal? Qualquer um, desde que tenha a seu cargo, formalmente, a proteção de direitos humanos?

Ao depois, que classe de interesse? Interesse jurídico?

No mais, vê-se que também o Procurador-Geral da República pode, desde que manifeste interesse, deslocar a competência para julgamento de qualquer matéria para a Justiça Federal. Que classe de interesse? O Procurador-Geral da República não há de poder manifestar, por exemplo, interesse pessoal. Assim, o interesse será ditado pela função que desempenha. Destarte, por certo, o interesse há de ser o da República, ou, melhor dizendo, o da União.

Ora, quando a União tem interesse jurídico em qualquer demanda, ou quando o tem entidade autárquica ou empresa pública federal, já está fixada, para tal hipótese, a competência da Justiça Federal (artigo 109 da CF).

Funcionaria a norma proposta, em realidade, como possibilidade de verdadeira "avocatória", pela União, para qualquer classe de processos propostos regularmente ante a Justiça Estadual. Isto porque "órgãos federais de proteção de direitos humanos" podem ser criados e mantidos discricionariamente pela União, em número e com atribuições indefiníveis, face a amplitude conceitual. Desde que se conceitue "direitos humanos" como quaisquer direitos que digam respeito ao homem, todos os direitos são humanos. Tirante a visão sociológica ou política, há de indagar-se: há algum direito que não seja "humano"?

Qual a definição jurídica de "direitos humanos"? Inexiste tal definição.

A matéria disciplinada na proposta diz com competência absoluta, não prorrogável por critério atribuível às partes. É norma de ordem pública. Não pode ficar ao arbítrio de uma ou outra entidade, ou mesmo órgão da União, a fixação de competência jurisdicional. A própria União, quando tiver interesse jurídico na questão, e for ou puder ser, portanto, atingida pela decisão judicial, é a última entidade a poder ditar qual o juízo que haverá de solver a demanda.

A CF, quando estabelece foro distinto para a União, fá-lo-a em caráter prévio e abstrato. Mas não deixa a critério de um ou outro órgão a "escolha" do juízo de sua conveniência. Por melhores que fossem os propósitos a justificar tal prática, estar-se-ia ante tribunais de exceção. É para onde nos remete a proposta apresentada.

Por outro lado, o conceito de bens e interesses, no direito brasileiro, não permite que se estabeleça em norma legislativa o enunciado "bens ou interesses sob a tutela de". Ora, os bens jurídicos são de propriedade de "x" ou "y", ou são públicos, ou são dominicais, mas não estão sob "tutela de...", a não ser do proprietário, ou de quem lhes detém a posse. Qual o conceito de "tutela" pretendido pelo proponente? Certamente não é conceito jurídico. Que classe de tutela será essa, capaz de gerar, ao órgão federal "tutor", mediante seu interesse, o deslocamento de competência jurisdicional, ou seja, ditado, por mera discricionariedade, para que julgue tal demanda tal juiz, não aquele outro.

É direito constitucional da parte no processo, segundo a tradição constitucional brasileira e, de resto, dos países democráticos em geral, saber de antemão qual o tribunal ou juízo competente para tal ou qual causa, e não ser surpreendida com mudança do juízo no meio do processo, por interesse "subjetivo" de qualquer órgão subordinado a determinado poder da República, com tal ou qual orientação política.

A indefinição da norma, suas expressões ajurídicas e absolutamente abertas, sendo ela relativa a matéria de competência de jurisdição, certamente fará com que milhões de incidentes de conflitos de competência, nos casos concretos, abarrote, ainda mais, os tribunais superiores da República.

Casos idênticos, por hipótese, poderiam vir a ter julgamentos distintos, em diferentes esferas de jurisdição: um, pela Justiça Estadual; outro, pela



Justiça Federal, bastando, para tanto, que, com relação ao segundo, manifeste o Procurador Geral da República, ou órgão federal de proteção de direitos humanos "interesse". Isto poderá ocorrer em matéria cível ou criminal. Casos idênticos viriam a ser julgados por distintos tribunais, da União ou dos Estados-membros.

Maior "repercussão social" de determinado crime seria suficiente para a modificação da competência? Nos termos da proposta, sim, desde que, v.g., o Procurador-Geral da República manifeste "interesse".

A redação proposta contribuirá não para qualquer sorte de democratização, se a tanto está verdadeiramente endereçada, mas para tumulto processual (em razão da insegurança a respeito das hipóteses de incidência da norma) e para a criação de verdadeiros tribunais ou juízos de exceção, eis que eleitos por ato absolutamente discricionário da União, seja através de qualquer de seus órgãos federais que protejam "direitos humanos", ou do Procurador-Geral da República, movido por alguma sorte de interesse sequer minimamente definido na norma proposta.

Escolherá a União, em procedimento nunca visto na tradição jurídica nacional, qual o juízo a julgar qual demanda. Fá-lo-á ou poderá fazê-lo caso a caso, em caráter subjetivo, criando formas de exceção para julgamento de uma ou outra matéria sob jurisdição dos tribunais.

Pouca coisa é mais nefasta para o regime democrático do que deixar-se sob discricção ou arbítrio de alguém ou de alguma entidade, certamente com interesse jurídico, econômico, político, ou qualquer outro, sobre determinada demanda, fixar, concretamente, caso a caso, a competência de um ou outro juízo para julgar a questão. Já se conheceu tal prática, mas sempre em regimes flagrantemente autoritários e ditatoriais.

Fixação de jurisdição e distribuição de competência de juízos e tribunais devem ser feitas objetiva, precisa e claramente, em caráter necessariamente prévio, sem possibilidade de alteração fundada em postura "subjetiva". A norma proposta rompe, nesse passo, com a melhor tradição democrática de nossas cartas constitucionais, cria insegurança jurídica e, o que é mais grave, consagra juízos de exceção na medida em que atribui a determinada autoridade ou órgão, de forma discricionária, a escolha do juízo ou tribunal para, caso a caso, julgar um ou mais processos dados.

VOTO CONTRÁRIO AO PARECER.

24.07.86

EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO RÉGIS DE OLIVEIRA

A proposta, de autoria do Senhor Presidente da República, transfere para a Justiça Federal a competência para processar e julgar os crimes contra bens ou interesses tutelados por órgão federal de proteção dos direitos humanos, bem como as causas civis ou criminais sobre as quais esse mesmo órgão ou o Procurador-Geral da República manifestar interesse.

A iniciativa faz parte do chamado Plano Nacional de Direitos Humanos, há pouco tempo anunciado pelo Governo da República. A



proteção dos direitos humanos envolve três tarefas elementares: defesa, ensino e promoção. Quem diz isso é o Vice-Presidente do Instituto Internacional dos Direitos Humanos de Estrasburgo, ALEXANDRE KISS, em prefácio à obra *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos*, da lavra do prof. Antônio Augusto Cançado Trindade. O projeto parece voltar-se para a primeira delas, sem dúvida a mais urgente e vistosa de todas. Lamentavelmente, contudo, não pode prosseguir como está.

Além das imprecisões que o douto relator aponta e que certamente iriam embaralhar sua aplicação, a proposta afronta princípios constitucionais básicos protegidos pelo § 4º do art. 60 da Lei Magna, o que inviabiliza sua tramitação.

Para começar, não se sabe se se cogita de novas figuras de delito, ou se tais crimes serão aqueles já tipificados na legislação penal e sob a jurisdição da justiça dos Estados. Na primeira hipótese, a proposta não subsiste, pois não define o que será considerado como crime contra os direitos humanos. É certo que o § 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 4.715/94, oriundo do Executivo e que "Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos", arrola os direitos que estarão sob a tutela do Conselho, provavelmente o órgão federal a que alude a PEC:

*"Constituem direitos humanos sob a proteção do Conselho os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais, previstos na Constituição Federal, e os constantes de atos internacionais que a República Federativa do Brasil se obrigou a observar, ou deles decorrentes."*

Em nenhum lugar, porém, o projeto de lei define tais crimes. Assim, ainda que se quisesse acolher a PEC conjugando-a com esse projeto, isso não seria possível, pois também ele não os tipifica. Dizer apenas que serão considerados como crimes contra os direitos humanos aqueles custodiados pelo Conselho e relacionar os valores por esse protegidos não basta. Tipificar é definir o delito, "descrever o fato que o constitui", conforme a linguagem corrente no direito penal. Como enfatiza MAGALHÃES NORONHA, não há crime sem tipicidade, "isto é, sem que o fato se enquadre em um tipo, o que vale dizer que não há crime sem lei anterior que o defina" (*Direito Penal*; vol., atualizado por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha, 28ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991, pág. 96).

No dizer de ANÍBAL BRUNO, a tipicidade consiste na "descrição exata das circunstâncias elementares do fato punível" (*Direito Penal*; vol. I, Rio de Janeiro, Forense, 1959, pág. 325.). É "um dos princípios políticos mais importantes das declarações de direitos e garantias individuais", aduz FREDERICO MARQUES (*Da tipicidade penal*; in *Rev. dos Tribunais*, 189/571).

*Nullum crimen, nulla poena sine lege certa*, resume o Min. FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, sem dúvida um dos penalistas mais respeitados que o Brasil tem (v. *Princípios Básicos de Direito Penal*; 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991, pág. 22). Em outras palavras, como lecionam GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, "a lei deve especificar suficientemente os factos que constituem o tipo legal de crime (ou que constituem os pressupostos de medida de segurança), bem como tipificar as penas (ou as medidas de segurança)" (*Constituição da República Portuguesa Anotada*; 2ª ed., 1º vol., Coimbra, 1984, pág. 206).

A tipicidade é corolário do princípio da legalidade dos delitos e das penas ou da reserva legal contido na lei penal e consagrado pelo inc. XXXIX do art. 5º da Carta em vigor: "Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal".

Essa regra do inc. XXXIX não se refere apenas à anterioridade da Lei. Abrange também a tipicidade, como lembra CELSO RIBEIRO BASTOS:

*"Além da anterioridade da lei penal, da reserva da lei, há que se mencionar ainda a tipicidade. Com efeito, não basta que a lei acene com descrições abstratas ou esfumadas do fato delituoso. É preciso que o comportamento seja descrito em todas as suas minúcias, dando lugar a uma suficiente especificação do tipo do crime. Corolário desse princípio é a não-aceitação da analogia.*

*Decorre ainda da tipicidade a correlação com uma pena determinada; porque se esta cominação for frouxa, sem determinação do quantum aplicado ao condenado, a tipicidade resultaria ferida" (BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil; 2º vol., São Paulo, Saraiva, 1989, págs. 211-12).*

Trata-se, portanto, de princípio também resguardado pelo § 4º do art. 60 da Lei Maior, posto que previsto entre os direitos e garantias individuais do art. 5º da mesma Norma Suprema.

De outra parte, se o propósito for transferir para a justiça federal crimes já tipificados na legislação penal e que se encontram sob a competência da justiça dos Estados, a proposição também não pode vingar, por importar invasão da autonomia estadual, vedada pelo princípio federativo que o inciso I § 4º do artigo 60 da Lei Básica protege.

O inc. XIII também não escapa a críticas. Observe-se que ele não transfere para a Justiça Federal todas as causas civis ou criminais que envolvam direitos humanos, mas apenas aquelas em que o órgão federal de proteção dos direitos humanos ou o Procurador-Geral da República manifestar interesse. Teremos, aí duas justiças - a federal e dos estados, constitucionalmente competentes para o julgamento dessas causas, cabendo ao Conselho de proteção dos direitos humanos - órgão do Executivo, ou ao PGR definir, discricionariamente e após consumado o delito ou estabelecido o litígio, quem deverá proferir a sentença.

A regra viola mais uma vez o princípio federativo, bem como os direitos e garantias individuais, além da separação dos poderes.

Agride o princípio federativo por implicar a interferência da União na autonomia dos Estados, subtraindo-lhes competência que a Constituição residualmente lhes reserva. Traduz autêntica intervenção da União no Judiciário estadual, o que é incompatível com o inc. I do § 4º do art. 60 da Carta em vigor.

A Constituição só admite a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal em casos excepcionais, como se vê de seu art. 34.



Em “situações críticas que põem em risco a segurança do Estado, o equilíbrio federativo, as finanças estaduais e a estabilidade da ordem constitucional”, como adverte JOSÉ AFONSO DA SILVA (*Curso de Direito Constitucional Positivo*; 10ª ed., São Paulo, Malheiros, 1995, pág. 460). Ainda assim, o ato interventivo está condicionado ao preenchimento de diferentes requisitos e sujeitos ao controle político e jurisdicional. A PEC não prescreve qualquer requisito nem sugere qualquer espécie de controle.

A teor da PEC, ainda que o processo esteja em andamento, o órgão do Executivo de proteção dos direitos humanos ou o Procurador-Geral da República pode intervir a qualquer momento, transferindo-o para a competência da Justiça Federal. No fundo, essa última parte do inc. XIII do art. 109 representa verdadeira delegação de poderes ao órgão executivo de proteção dos direitos humanos e ao Procurador-Geral da República para que definam, por critérios próprios, qual juízo deverá julgar determinada causa. Em última análise, sempre que esta envolver direitos humanos, caberá a um desses órgãos dizer se o processo permanece com o juiz estadual ou se será deslocado para a Justiça Federal.

Além de inusitada, tal possibilidade atropela o princípio da indeclinabilidade de jurisdição, segundo o qual, afora os casos de suspeição e impedimento, nenhum juiz, nas palavras de FREDERICO MARQUES, pode ser afastado “do processo e julgamento de uma causa, nem mesmo por seus superiores hierárquicos” (*Manual de Direito Processual Civil*; 1º vol., São Paulo, Saraiva, 1983, pág. 82).

Ao credenciar duas Justças - a federal e a estadual - para o julgamento dessas causas e permitir que o Procurador-Geral da República ou órgão executivo tutelar dos direitos humanos decida qual delas deverá julgar essa ou aquela causa, a PEC desafia outra garantia individual, conforme, aliás, já denunciado pelo Deputado Jarbas Lima: a do juiz natural, prevista no inc. XXXVII do art. 5º da Carta Federal e da qual aquele princípio é corolário.

Uma das dimensões do princípio do juiz natural ou juiz legal na expressão de Gomes Canotilho e Vital Moreira está exatamente, na doutrina desses autores, na “exigência de **determinabilidade**, o que implica que o juiz (ou juizes) chamados a proferir decisões num caso concreto estejam previamente individualizados através de leis gerais, de uma forma o mais possível inequívoca” (ob. cit., pág. 218). (Grifos dos autores).

A proposta ignora essa exigência, visto que, como está redigida, o jurisdicionado nunca terá segurança se a causa será decidida pela Justiça da União ou pela Justiça dos Estados. Tudo irá depender do entendimento pessoal do Procurador-Geral da República ou do órgão protetor dos direitos humanos.

Ademais, o cometimento da jurisdição estadual à justiça federal, como se pretende aqui, viola outra vez o próprio princípio federativo, cujo regular funcionamento impõe, como já constava do preâmbulo do Decreto 848, de 11/10/1890, do Governo Provisório, “uma demarcação clara e positiva, traçando os limites entre a jurisdição federal e dos Estados”, de modo que o campo de cada uma “seja rigorosamente mantido e respeitado” (apud BARBALHO, João. in “Constituição Federal Brasileira - Comentários”; publicação póstuma, Rio de Janeiro, Briguiet, 1924, pág. 294). Vale aqui, *contrario sensu*, o mesmo comentário encontrado em JOÃO BARBALHO, a propósito do § 1º do art. 60 da nossa primeira Carta Republicana, proibindo ao Congresso Nacional cometer qualquer jurisdição federal às justças dos Estados:



"Cometer a jurisdição Estadual à justiça federal seria violar o princípio admitido como essencial à organização federativa da dualidade judiciária com funções paralelas e distintas para cada uma das ordens de negócios que lhes são respectivamente atribuídas" (ob. cit., pág. 347).

Parece-nos que o Executivo fez-se sensível ao notável jurista FÁBIO KONDER COMPARATO ("Folha de São Paulo, 6/11/95, pág. 1-3) quando sugeriu a Justiça Federal como competente para julgamento dos crimes de violação dos direitos humanos. Esqueceu-se, no entanto, da tipificação e de pesquisar os tratados internacionais firmados pelo Brasil.

Face ao exposto, embora exaltando a sensibilidade do Governo para com a questão dos direitos humanos, votamos pela inadmissibilidade do projeto.

SALA DA COMISSÃO, EM 11 DE *junho* DE 1996

  
Deputado REGIS DE OLIVEIRA

#### EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO NILSON GIBSON

Com a vênia do nobre Deputado GILVAN FREIRE pre-  
tendo uma modificação da proposição inicial.

Alteração da Proposta à Emenda à Constituição :

" Art. 1º - São acrescentados dois inciso ao art. 109 da Constituição Federal, de números XII e XIII, com a seguinte redação :

Art. 109 - .....

XII - Os crimes que caracterizem grave lesão, ou ameaça, aos Direitos do Homem, nos termos da Lei .

XIII - As ações cíveis , de qualquer natureza, inclusive cautelares, referentes aos atos a que se refere o inciso anterior, caracterizadores de grave lesão, ou ameaça de grave lesão aos direitos do homem . "

### J u s t i f i c a t i v a

A proteção aos Direitos Básicos do Homem tem sido um dos cerne do Direito Moderno, evoluindo - se da idéia inicial fundada em princípios bastante genéricos para "une expression concrète et plus précise" (R. Cassin - La déclaration Universelle et la mise en oeuvre des Droits de l'homme - R.C.A.D.I, 1951- tome 79 , p. 323 ). Nesse sentido, como expressão dessa trilha evolutiva poder-se-ia citar a Convenção européia dos Direitos do Homem (Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais), na qual se constata a grande amplitude dada à expressão "Direitos do Homem", alcançando desde aqueles pertinentes ao Trabalho ; à segurança ; aos direitos do acusado ; àqueles pertinentes à vida privada e familiar ; à liberdade de pensamento ; à consciência e à religião ; à liberdade de expressão e reunião ; à liberdade para o casamento e à constituição de família , etc. A proteção dos "Direitos do Homem" é, hoje considerada como independente da vontade do Estado, a melhor doutrina é no sentido de que, são , ... "droits naturels ( doc pré-sociaux) qui ne dépendent donc pas de sa volonté et qui sont parfois des droits "resistance"..." (Jean Dhommeaux - de L' Universalité du droit International des Droits de L'Homme - in, Annuaire Français de Droit International - XXV - 1989, Ed du CNRS - Paris, p, 400 Representa essa matéria tema de grande preocupação da O.N.U , para tal basta que se observe o grande número de instrumentos de Direito Internacional por ela editados sobre o assunto . Por outro lado, a adequada proteção aos / Direitos Humanos, inclusive, no tocante a grupos étnicos como os indígenas afasta a hipótese de aplicação de um novo instrumento de direito, que, embora repellido pelos mais conservadores , tem estado presente no direito moderno e tem sido utilizado pela própria ONU que é o "DIREITO À INGERÊNCIA HUMANITÁRIA", utilizado sob o argumento que "La protection de l'individu, sorte de patrimoine commun de l'huma-

nitê , au même titre que l' environnement , ne dépend plus de la seule autorité de l'Etat dont il est ressortissant mais mobilise la communauté internationale tout entière".//  
 (Mário Bettati - Un Droit d'Ingerence ? - in Revue Gêne - rale de Droit International Public - tome 95/1991/3 - // CNRS - Paris , p. 641 ). Sabe-se , na verdade, que, em alguns casos, o humanitarismo foi, efetivamente, o móvel / da intervenção , como no caso recente da ex-Iugoslávia e, / em outros , representou mero pretexto. Mas, de qualquer modo , é um instrumento que não pode ser olvidado sobretudo - do em relação a País como o Brasil, que sempre desperta interesses, e que deve ser evitado. O deslocamento da com - petência para um órgão judicial melhor aparelhado, sobre tudo quando o direito tutelado transcende do interesse / meramente local, é algo salutar e que não representa // qualquer violação do princípio Federativo, ao contrário // do que defendeu Alvaro Lazzarini em seu artigo "JUSTIÇA // E DIREITOS HUMANOS" (Folha de São Paulo - 20.07.96) pois a questão dos direitos humanos tem relevância federal, in - clusive, face à responsabilidade do Estado brasileiro fren - te à comunidade Internacional .

Relevante, sem dúvida, a motivação da Proposta à Emenda À Constituição . Concessa máxima venia, contem , falhas inaceitáveis . O elenco dos "DIREITOS HU - MANOS", tal como hoje concebido é extremamente vasto, vas - to demais para que todos os processos judiciais que impli - quem em violação de um deles seja de competência do Ju - diciário Federal .

Não há estrutura para tal, nem inte - resse jurídico a justificar tal competência .

Só aqueles processos de maior rele - vo, de acordo com critérios legais pré-fixados é que de - vem ser processados pela Justiça Federal .

Só aqueles de maior relevo, de maior gravidade, cuja transcendência pelas caracterísiticas, pela ex - tensão de seus efeitos alcance relevância para a União é / que devem ser alí ajuizados, processados e julgados.



Essa relevância, todavia, deve fundar-se em moldura legal. A Lei é o instrumento adequado // para tal fixação e não a vontade de Órgão de Poder Executivo, evitando-se a manipulação política de situações graves, o que poderia ocorrer com facilidade com a redação original proposta, ferindo o princípio do Juiz Natural, de extrema relevância, sobretudo em matéria penal.

De efeito, é importante que, em sendo o crime de relevância tal, por definição legal, a justificar a competência da Justiça Federal, também as // ações cíveis referentes a esses fatos graves, inclusive as de cunho indenizatório e as cautelares também devem // ser perante elas ajuizadas.

Registro que a sugestão é da lavra do Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5a. Região (Pernambuco).

#### VOTO EM SEPARADO

Vênia concessa, voto pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 368/96, entretanto, formulo nova redação aos incisos XII e XIII. do art. 109 da Constituição Federal abaixo :

"Art. 109 - .....

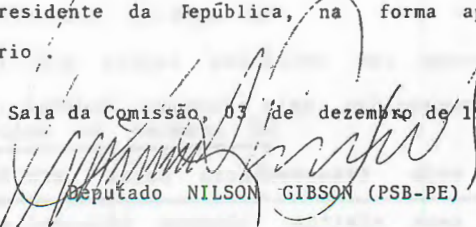
XII- Os crimes que caracterizem grave lesão, ou ameaça, aos Direitos do Homem, nos termos da Lei.

XIII - As ações cíveis, de qualquer natureza, inclusive cautelares, referentes aos atos a que se refere o inciso anterior, caracterizados por graves de grave lesão, ou ameaça de grave lesão aos direitos do homem.

impondo a proposição de vício, na conformidade da Justificativa.

Por estas razões, voto pela admissibilidade da Proposta da Emenda à Constituição nº 368/96, de autoria do Senhor Presidente da República, na forma apresentada pelo Signatário.

Sala da Comissão, 03 de dezembro de 1996.

  
Deputado NILSON GIBSON (PSB-PE)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127-A, DE 1995

(DO SR. RICARDO BARROS E OUTROS)

Dá nova redação ao inciso VI do artigo 93 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade desta, com emenda, e da de nº 215/95, apensada.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, DE 1995, TENDO APENSADA A DE Nº 215/95, A QUE SE REFERE O PARECER)

## SUMÁRIO

- I - Proposição inicial
- II - Proposição apensada: PEC 215/95
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - Parecer do relator
  - emenda oferecida pelo relator
  - parecer da Comissão
  - emenda adotada pela Comissão

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. ....  
....."

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez e aos setenta e cinco anos de idade e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na judicatura;"

### JUSTIFICAÇÃO

A emenda acolhe a tese no sentido de que, até os setenta e cinco anos de idade, não há como se considerar a decrepitude ou a inaptidão do magistrado para o exercício da função pública.

Inarredável é que, aos setenta anos, via de regra, o servidor já alcançou o tempo de serviço necessário para a aposentadoria. A permanência no cargo decorre, assim, da própria vontade de cada um. Afastá-lo da função, compulsoriamente, em pleno vigor físico e mental, em razão do preceito constitucional, configura ato de violência inaceitável.

Na verdade, a colocação ora vigente, alçando o magistrado aos setenta anos, à condição de inválido, é irreal, humilhante e vexatória.

Ademais, veja-se que a modificação no regime de aposentadoria não é inovadora em termos de Primeiro Mundo, porquanto já consagrada em outras nações, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra e França, onde se busca conservar na função pública, respeitando a vontade própria de escolha, o servidor de alta especialização funcional, que acumulou, ao longo de profícua carreira, vasto cabeçal de experiência e saber.

O Estado lucra com a permanência em atividade do servidor de reconhecida eficiência, e preserva o direito que cada um deve ter de escolher o momento e a oportunidade de encerrar a vida pública, conforme previsto em os Princípios Fundamentais que regem a Constituição Federal.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1995

Deputado RICARDO BARROS



ADAO PRETTO  
 ADHEMAR DE BARROS FILHO  
 AECIO NEVES  
 AFFONSO CAMARGO  
 ALBERICO FILHO  
 ALBERTO GOLDMAN  
 ALEXANDRE CARDOSO  
 ALEXANDRE CERANTO  
 ALEXANDRE SANTOS  
 ALVARO GAUDENCIO NETO  
 ANDRE PUCCINELLI  
 ANIVALDO VALE  
 ANTONIO BRASIL  
 ANTONIO FEIJAO  
 ANTONIO GERALDO  
 ANTONIO JOAQUIM ARAUJO  
 ANTONIO JORGE  
 ANTONIO UENO  
 ARI MAGALHAES  
 ARMANDO ABILIO  
 ARMANDO COSTA  
 ARNON BEZERRA  
 AROLDE DE OLIVEIRA  
 ARTHUR VIRGILIO NETO  
 AUGUSTINHO FREITAS  
 AUGUSTO FARIAS  
 AUGUSTO VIVEIROS  
 AYRES DA CUNHA  
 B. SA  
 BASILIO VILLANI  
 BENEDITO DOMINGOS  
 BENITO GAMA  
 BETINHO ROSADO  
 BETO LELIS  
 CANDINHO MATTOS  
 CARLOS ALBERTO  
 CARLOS NELSON  
 CASSIO CUNHA LIMA  
 CELSO RUSSOMANNO  
 CHICAO BRIGIDO  
 CHICO DA PRINCESA  
 CHICO FERRAMENTA  
 CIPRIANO CORREIA  
 CIRO NOGUEIRA  
 CLAUDIO CAJADO  
 DE VELASCO  
 DILCEU SPERAFICO  
 DILSO SPERAFICO  
 DUILIO PISANESCHI  
 EDSON QUEIROZ  
 EFRAIM MORAIS  
 ELIAS ABRAHAO  
 ELIAS MURAD  
 ELISEU MOURA  
 ELTON ROHNELT  
 EMERSON OLAVO PIRES  
 ENIO BACCI  
 ENIVALDO RIBEIRO  
 ERALDO TRINDADE  
 EUJACIO SIMOES  
 EURICO MIRANDA  
 EURIPEDES MIRANDA  
 EXPEDITO JUNIOR  
 FATIMA PELAES  
 FAUSTO MARTELLO  
 FELIX MENDONÇA  
 FLAVIO ARNS  
 FLAVIO DERZI  
 FRANCISCO DIOGENES  
 FRANCISCO HORTA  
 FREIRE JUNIOR  
 GEDDEL VIEIRA LIMA  
 GILVAN FREIRE  
 GONZAGA MOTA  
 GONZAGA PATRIOTA  
 HENRIQUE EDUARDO ALVES  
 HERACLITO FORTES  
 HERMES PARCIANELLO  
 HILARIO COIMBRA  
 HOMERO OGUIDO  
 HUGO BIEHL  
 IBERE FERREIRA  
 ILDEMAR KUSSLER

INOCENCIO OLIVEIRA  
 IVO MAINARDI  
 JAIME FERNANDES  
 JAYME SANTANA  
 JOAO COLACO  
 JOAO HENRIQUE  
 JOAO IENSEN  
 JOAO MELLAO NETO  
 JOAO MENDES  
 JOAO PAULO  
 JOAO PIZZOLATTI  
 JOAO RIBEIRO  
 JORGE WILSON  
 JOSE ALDEMIR  
 JOSE BORBA  
 JOSE CARLOS LACERDA  
 JOSE CARLOS VIEIRA  
 JOSE COIMBRA  
 JOSE EGYDIO  
 JOSE FRITSCH  
 JOSE JANENE  
 JOSE LUIZ CLEROT  
 JOSE MUCIO MONTEIRO  
 JOSE REZENDE  
 JOSE THOMAZ NONO  
 JOSE TUDE  
 JULIO CESAR  
 KOYU IHA  
 LAIRE ROSADO  
 LAPROVITA VIEIRA  
 LEONEL PAVAN  
 LINDBERG FARIAS  
 LUCIANO CASTRO  
 LUCIANO PIZZATTO  
 LUIS BARBOSA  
 LUIZ BRAGA  
 LUIZ BUAIZ  
 LUIZ DURAO  
 LUIZ FERNANDO  
 MAGNO BACELAR  
 MALULY NETTO  
 MANOEL CASTRO  
 MARILU GUIMARAES  
 MARIO DE OLIVEIRA  
 MARISA SERRANO  
 MARQUINHO CHEDID  
 MAURI SERGIO  
 MAURICIO NAJAR  
 MAURICIO REQUIAO  
 MAX ROSENMANN  
 MENDONCA FILHO  
 MILTON MENDES  
 MOISES LIPNIK  
 MUSSA DEMES  
 NAIR XAVIER LOBO  
 NAN SOUZA  
 NELSON MEURER  
 NELSON TRAD  
 NEWTON CARDOSO  
 NEY LOPES  
 ODILIO BALBINOTTI  
 OLAVIO ROCHA  
 OSCAR GOLDONI  
 OSVALDO BIOLCHI  
 OSVALDO REIS  
 PAUDERNEY AVELINO  
 PAULO BORNHAUSEN  
 PAULO CORDEIRO  
 PAULO GOUVEA  
 PAULO HESLANDER  
 PAULO LIMA  
 PAULO MOURAO  
 PAULO RITZEL  
 PEDRINHO ABRAO  
 PEDRO CANEDO  
 PEDRO CORREA  
 PHILEMON RODRIGUES  
 PIMENTEL GOMES  
 RAIMUNDO SANTOS  
 RAUL BELEM  
 REGIS DE OLIVEIRA  
 RENATO JOHNSON  
 RICARDO IZAR

ROBERTO BALESTRA  
 ROBERTO FONTES  
 ROBERTO JEFFERSON  
 ROBERTO PESSOA  
 RODRIGUES PALMA  
 ROGERIO SILVA  
 RUBEM MEDINA  
 SALOMAO CRUZ  
 SANDRO MABEL  
 SARAIVA FELIPE  
 SAULO QUEIROZ  
 SERAFIM VENZON  
 SERGIO BARCELLOS  
 SEVERIANO ALVES  
 SEVERINO CAVALCANTI  
 SILVERNANI SANTOS  
 SIMAO SESSIM  
 SIMARA ELLERY

TALVANE ALBUQUERQUE  
 TELMO KIRST  
 THEODORICO FERRACO  
 UBALDINO JUNIOR  
 UBALDO CORREA  
 UDSON BANDEIRA  
 URSICINO QUEIROZ  
 USHITARO KAMIA  
 VADAO GOMES  
 VANESSA FELIPPE  
 VICENTE ANDRE GOMES  
 VICENTE ARRUDA  
 VILMAR ROCHA  
 VILSON SANTINI  
 WELINTON FAGUNDES  
 WIGBERTO TARTUCE  
 YEDA CRUSIUS  
 ZILA BEZERRA

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
 COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

#### TÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I

#### DO PODER LEGISLATIVO

#### Seção VIII

#### DO PROCESSO LEGISLATIVO

#### SUBSEÇÃO II

#### DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federal;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

### CAPÍTULO III

#### DO PODER JUDICIÁRIO

##### Seção I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

Ofício nº 206/95


Brasília, 27 de junho de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Ricardo Barros, que "dá nova redação ao inciso VI do art. 93 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

203 assinaturas válidas;  
004 assinaturas que não conferem;  
023 assinaturas repetidas; e  
001 assinatura de deputado licenciado.

Atenciosamente,

  
CLAUDIO RAMOS AGUIRRA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. Mozart Vianna de Paiva  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 215, DE 1995****(Do Sr. Matheus Schmidt e Outros)**

Dá nova redação ao inciso VI do artigo 93 da Constituição Federal.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, DE 1995.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Artigo único.** O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. ....

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;"

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição Federal elenca, em seu art. 40, as hipóteses de aposentadoria do servidor público. O art. 202 da Carta estabelece os requisitos para aposentadoria pela Previdência Social. Ambos regimes prevêem a aposentadoria por idade aos sessenta e cinco anos, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, e por tempo de serviço após trinta anos de serviço, para esta, ou trinta e cinco, para aquele. O professor se aposenta aos trinta anos de serviço, e a professora aos vinte e cinco. A regra, portanto, é que as mulheres possam se aposentar cinco anos antes dos homens.

Tal regra, todavia, não foi seguida pelo art. 93 da Lei Máxima, que dispõe, em seu inciso VI, sobre a aposentadoria dos magistrados. A presente Proposta de Emenda Constitucional objetiva assegurar às juízas o direito à aposentadoria com cinco anos a menos do que o tempo de serviço exigido dos juizes, sanando a apontada omissão do Texto Constitucional.

Sala das Sessões, em 26 de 5205 de 1995

  
Deputado MATHEUS SCHMIDT

## DEPUTADO

ABELARDO LUPION  
ADELSON SALVADOR  
ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
AGNALDO TIMOTEO  
AGNELO QUEIROZ  
AIRTON DIPP  
ALBERICO FILHO  
ALCESTE ALMEIDA  
ALEXANDRE CERANTO  
ALOYSIO NUNES FERREIRA  
ALZIRA EWERTON  
ANIBAL GOMES  
ANTONIO BRASIL  
ANTONIO DO VALLE  
ANTONIO FEIJAO  
ANTONIO JOAQUIM  
ARACELY DE PAULA  
ARMANDO ABILIO  
ATILA LINS  
AUGUSTINHO FREITAS  
AUGUSTO CARVALHO  
AUGUSTO VIVEIROS  
AYRES DA CUNHA  
B. SA  
BENEDITO DE LIRA  
BENEDITO DOMINGOS  
BETO LELIS  
BONIFACIO DE ANDRADA  
CARLOS ALBERTO  
CARLOS CAMURCA  
CARLOS MAGNO  
CHICAO BRIGIDO  
CIRO NOGUEIRA  
CONFUCIO MOURA  
CORIOLANO SALES  
COSTA FERREIRA  
CUNHA LIMA  
DANILO DE CASTRO  
DE VELASCO  
DELFIN NETTO  
DOLORES NUNES  
EDSON EZEQUIEL  
EDSON SILVA  
EFDRAIM MORAIS  
ELIAS MURAD  
ELISEU RESENDE  
EMERSON OLAVO PIRES  
ENIO BACCI  
ERALDO TRINDADE  
EURIPEDES MIRANDA  
EXPEDITO JUNIOR  
EZIDIO PINHEIRO  
FERNANDO DINIZ  
FERNANDO GABEIRA

FERNANDO GONCALVES  
FERNANDO LOPES  
FERNANDO ZUPPO  
FRANCISCO HORTA  
GENESIO BERNARDINO  
GERSON PERES  
GILVAN FREIRE  
GIOVANNI QUEIROZ  
HERCULANO ANGHINETTI  
HILARIO COIMBRA  
HUGO LAGRANHA  
IBERE FERREIRA  
ILDEMAR KUSSLER  
INACIO ARRUDA  
IVO MAINARDI  
JAIME MARTINS  
JAIR MENEGUELLI  
JAIR SOARES  
JOAO COSER  
JOAO FASSARELLA  
JOAO IENSEN  
JOAO MAIA  
JOAO MENDES  
JOAO PIZZOLATTI  
JOSE ALDEMI  
JOSE BORBA  
JOSE CARLOS VPEIRA  
JOSE FORTUNATI  
JOSE JANENE  
JOSE LUIZ CLEROT  
JOSE REZENDE  
LAIRE ROSADO  
LAPROVITA VIEIRA  
LAURA CARNEIRO  
LEONEL PAVAN  
LUCIANO ZICA  
LUIZ BARBOSA  
LUIZ ROBERTO PONTE  
LUIZ DURAO  
LUIZ MAINARDI  
LUIZ PIAUHYLINO  
MARCIA CIBILIS VIANA  
MARCIA MARINHO  
MARCOS MEDRADO  
MARQUINHO CHEDID  
MAURI SERGIO  
MAURICIO NAJAR  
MAURICIO REQUIAO  
MURILO PINHEIRO  
NAIR XAVIER LOBO  
NELSON MEURER  
NESTOR DUARTE  
NILSON GIBSON  
NILTON BAIANO  
NOEL DE OLIVEIRA

OLAVIO ROCHA  
ORCINO GONCALVES  
OSVALDO BIOLCHI  
OSVALDO REIS  
PAULO BAUER  
PAULO CORDEIRO  
PAULO FEIJO  
PAULO PAIM  
PAULO RITZEL  
PAULO ROCHA  
PAULO TITAN  
PEDRINHO ABRAO  
PEIRO JANEDO  
PEDRO CORREA  
PEDRO NOVAIS  
PHILEMON RODRIGUES  
RAIMUNDO BEZERRA  
RAIMUNDO SANTOS  
RAQUEL CAPIBERIBE  
RAUL BELEM  
RENAN KURTZ  
RICARDO BARROS  
RICARDO GOMYDE  
RICARDO HERACLIO  
ROBERTO BALESTRA  
ROBERTO FRANCA  
ROBERTO JEFFERSON  
ROBERTO MAGALHAES  
RODRIGUES PALMA  
ROGERIO SILVA  
ROLAND LAVIGNE  
RUBEM MEDINA  
SALATIEL CARVALHO  
SARAIVA FELIPE  
SEBASTIAO MADEIRA  
SERAFIM VENZON  
SERGIO BARCELLOS  
SEVERIANO ALVES  
SILAS BRASILEIRO  
SILVERNANI SANTOS  
SILVIO TORRES  
SIMARA ELLERY  
SOCORRO GOMES  
TALVANE ALBUQUERQUE  
TELMO KIRST  
THEODORICO FERRACO  
UBALDINO JUNIOR  
USHITARO KAMIA  
VALDENOR GUEDES  
VALDOMIRO MEGER  
VICENTE ARRUDA  
VILMAR ROCHA  
VILSON SANTINI  
WALDOMIRO FIORAVANTE  
WIGBERTO TARTUCE  
WILSON BRAGA

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Ofício nº 111/95

Brasília, 28 de setembro de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à  
Constituição, do Senhor Matheus Schmidt, que " dá nova redação ao artigo 93, inciso

VI, da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

173 assinaturas válidas;  
016 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,

FRANCISCO DA SILVA CARDOZO  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

#### TÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

#### CAPÍTULO VII

#### DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### SEÇÃO II

#### DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Art. 40. O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;



II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1.º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2.º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3.º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4.º Os proventos da aposentadoria serão revisitos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5.º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6.º As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei.

#### TÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO III

#### DO PODER JUDICIÁRIO

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da prestação e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

## TÍTULO VIII

### DA ORDEM SOCIAL

#### Seção III

#### DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Art. 202.** É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I – aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

II – após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei.

III – após trinta anos, ao professor, e após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.

§ 1º É facultada aposentadoria proporcional após trinta anos de trabalho, ao homem, e após vinte e cinco, à mulher.

§ 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

## PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### **I - RELATÓRIO**

O ilustre Deputado RICARDO BARROS é o primeiro signatário desta proposta de emenda que intenta alterar o inciso VI do art. 93 da Constituição Federal, com o objetivo de ampliar o limite de idade da aposentadoria compulsória dos magistrados de setenta para sessenta e cinco anos:

Na sua justificação, os autores aduzem que:

"A emenda acolhe a tese no sentido de que, até os setenta e cinco anos de idade, não há como se considerar a decrepitude ou a inaptidão do magistrado, para o exercício da função pública. Afastá-lo da função, compulsoriamente, em pleno vigor físico e mental, em razão do preceito constitucional, configura ato de violência inaceitável." (...) Ademais, veja-se que a modificação no regime da aposentadoria não é inovadora em termos de Primeiro Mundo, porquanto já consagrada em outras nações, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra e França, onde se busca conservar na função pública, respeitando a vontade própria de escolha, o servidor que acumulou, ao longo de profícua carreira, vasto cabedal de experiência e saber."

Sucede que o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 139, I, do Regimento Interno, determinou a apensação à presente proposição da Proposta de Emenda Constitucional nº 215, de 1995, em virtude de tratar-se de matéria análoga e conexa.



Pretende a PEC nº 215, de 1995, da lavra do nobre Deputado MATHEUS SCHMIDT e Outros, alterar o inciso VI do art. 93 da Lei Maior, com o intuito de assegurar às juízas o direito à aposentadoria com cinco anos que o tempo de serviço exigido aos juizes.

Na sua justificação, os autores consideram que:

"A Constituição Federal elenca, em seu art. 40, as hipóteses de aposentadoria do servidor público. O art. 202 da Carta estabelece os requisitos para aposentadoria pela Previdência Social. Ambos regimes prevêm a aposentadoria por idade aos sessenta e cinco anos para o homem, e aos sessenta para a mulher, e por tempo de serviço após trinta anos de serviço para esta, ou trinta e cinco para aquele. O professor se aposenta aos trinta anos de serviço, e a professora aos vinte e cinco. (...) A regra, portanto, é que as mulheres possam se aposentar cinco anos antes dos homens. Tal regra, todavia, não foi seguida pelo art. 93 da Lei Máxima, que dispõe, em seu inciso VI, sobre a aposentadoria dos magistrados. A presente proposta de emenda constitucional objetiva sanar a apontada omissão do texto constitucional."

As propostas em epígrafe foram distribuídas a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, à qual compete, a teor dos arts. 32, III, "b", e 202, **caput**, do Regimento Interno, pronunciar-se, preliminarmente quanto à sua admissibilidade, apreciando os aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação.

## II - VOTO DO RELATOR

Os pressupostos de admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 127 e 215, de 1995, são os constantes do art. 60, I, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal, e do art. 201, I a III, do Regimento Interno.

Neste passo, as proposições em tela contam com número suficiente de assinaturas para sua regular tramitação nesta Casa, conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa.

Doutra sorte, o País passa por período de completa normalidade jurídico-constitucional: não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Finalmente, as propostas em testilha não contrariam as cláusulas pétreas, visto que não pretendem abolir a forma federal de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, nem a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais.

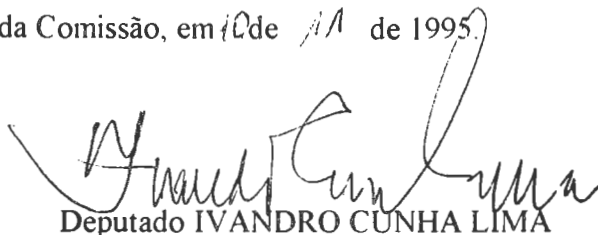
Destarte, as proposições em exame não contêm qualquer ofensa às normas constitucionais, regimentais e legais em vigor, nada encontrando que obste seu livre trâmite neste Órgão Legislativo.

No que concerne à técnica legislativa e redação, registramos a inobservância, pela PEC nº 127, de 1995, das normas consagradas nesta Casa atinentes à matéria.

Assim, e considerando a jurisprudência firmada por este douto Colegiado, oferecemos a anexa emenda à proposta aludida, com o fito de aperfeiçoar-lhe a técnica legislativa e redação.

Ante o exposto, nosso voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 1995, com a emenda adiante ofertada, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 1995, apensada.

Sala da Comissão, em 10 de 11 de 1995.



Deputado IVANDRO CUNHA LIMA

Relator

#### Emenda Oferecida Pelo Relator

Dê-se ao artigo único da PEC nº 127, de 1995, a seguinte redação:

"Artigo único. O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. ....  
.....

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta e cinco anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na judicatura."

Sala da Comissão, em 10 de 11 de 1995.



Deputado IVANDRO CUNHA LIMA

Relator

### III PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade, com emenda, da Proposta de Emenda à Constituição nº 127/95 e da de nº 215/95, apensada, nos termos do parecer do Relator.

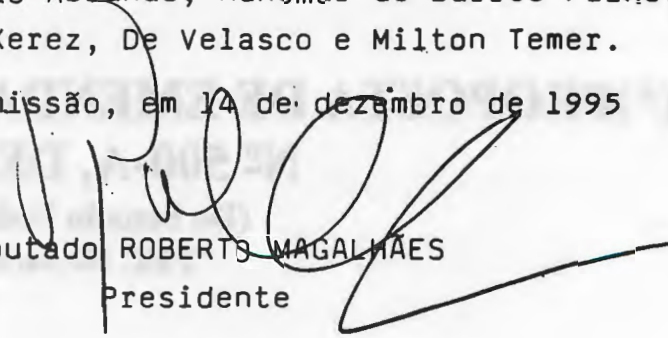
Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Roberto Magalhães - Presidente, Nestor Duarte e Zulaiê Cobra - Vice-Presidentes, Antônio dos Santos, Benedito de Lira, Bonifácio de Andrada, Cláudio Cajado, Jair Siqueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Ary Kára, Edinho Araújo, Gilvan Freire, Ivandro Cunha Lima, Jorge Wilson, José Luiz Clerot, Adylson Motta, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Jarbas Lima, José Rezende, Prisco Viana, Danilo de Castro, Edson Soares, Marconi Perillo, Vicente Arruda, Hélio Bicudo, José Genoíno, Paulo Delgado, Coriolano Sales, Ênio Bacci, Matheus Schmidt, Francisco Rodrigues, Alexandre Cardoso, Nilson Gibson, Aldo Arantes, Ciro Nogueira, Jair Soares, Alberto Goldman, Aloy-



sio Nunes Ferreira, Elias Abrahão, Adhemar de Barros Filho, Alcione Athayde, Ayrton Xerez, De Velasco e Milton Temer.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 1995

  
Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Presidente

EMENDA ADOTADA - CCJR

Dê-se ao artigo único da proposta a seguinte redação:

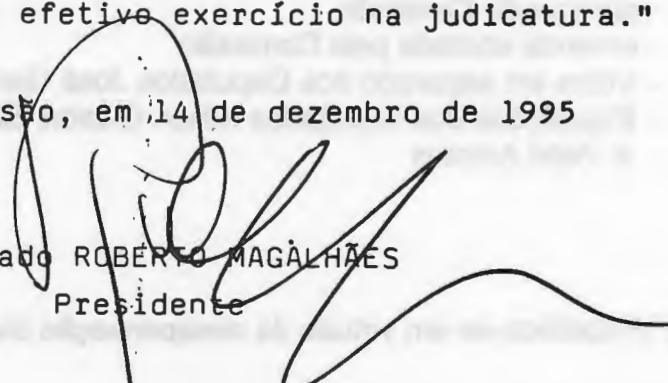
"Artigo único. O inciso VI do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93 .....

.....

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta e cinco anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na judicatura."

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 1995

  
Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Presidente

**(\*)PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 500-A, DE 1997****(Do Senado Federal)****PEC Nº 54/95**

Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade desta, com emenda, e pela inadmissibilidade da de nº 517/97, apensada, contra os votos dos Deputados Vicente Arruda, Prisco Viana, Coriolano Sales, José Machado e, em separado, dos Deputados José Genoíno e Jarbas Lima.

**SUMÁRIO****I - Proposta inicial****II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:**

- parecer do Relator
- emenda oferecida pelo Relator
- parecer reformulado
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão
- Votos em separado dos Deputados José Genoíno e Jarbas Lima
- Exposições dos Deputados Nilson Gibson, Sérgio Miranda, Wolney Queiroz e Aldo Arantes

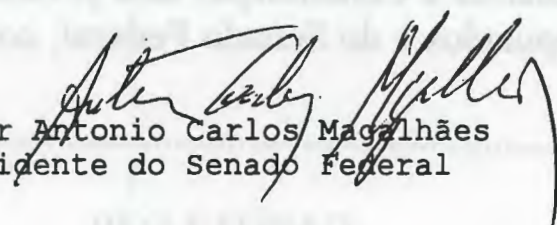
(\*)Republica-se em virtude da desapensação da PEC nº 517/97

**Artigo único.** O § 2º do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102.....

.....  
 § 2º Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros."

Brasília, em 13 de agosto de 1997

  
 Senador Antonio Carlos Magalhães  
 Presidente do Senado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
 COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

.....

#### TÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I

#### Do Poder Legislativo

.....



## SEÇÃO VIII

### Do Processo Legislativo

---

#### SUBSEÇÃO II

#### Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

---

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

---

### CAPÍTULO III

#### Do Poder Judiciário

---

#### SEÇÃO II

#### Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

---

§ 2º - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

---

---

## SINOPSE

## IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PEC 00054 1995 PROP. EMENDA CONSTITUIÇÃO (CN)

ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL

15 09 1995

SENADO : PEC 00054 1995

AUTOR SENADOR : RONALDO CUNHA LIMA E OUTROS PMDB PB

EMENTA DA NOVA REDAÇÃO AO PARAGRAFO SEGUNDO DO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

## DESPACHO INICIAL

(SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

## ULTIMA AÇÃO

RMCD REMETIDO A CAMARA DOS DEPUTADOS

12 08 1997 (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEX)

1720 RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 12 DE AGOSTO DE 1997.

## ENCAMINHADO A

: (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEX) EM 12 08 1997

## TRAMITAÇÃO

15 09 1995 (SF) PLENARIO (PLEN)

LEITURA.

15 09 1995 (SF) MESA DIRETORA

DESPACHO A CCJ.

DCN2 16 09 PAG 15903.

19 09 1995 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

RELATOR SEN JEFFERSON PERES.

16 10 1995 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

14 12 1995 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

PARECER, SEN JEFFERSON PERES, FAVORAVEL AO PROJETO.

14 12 1995 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

CONCEDIDA VISTA AOS SEN JOSAPHAT MARINHO E JOSE EDUARDO DUTRA, PELO PRAZO REGIMENTAL DE 05 (CINCO) DIAS.

24 04 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

DEVOLVIDA PELO SEN JOSE EDUARDO DUTRA QUE APRESENTA VOTO EM SEPARADO PELA APROVAÇÃO DA MATERIA, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA.

24 04 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

A COMISSÃO DETERMINA A RETIRADA DA MATERIA DA PAUTA E O SEU ENCAMINHAMENTO AO RELATOR, PARA O CONHECIMENTO DO VOTO EM SEPARADO OFERECIDO PELO SEN JOSE EDUARDO DUTRA.

24 04 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

O SEN JOSE EDUARDO DUTRA APRESENTA VOTO EM SEPARADO, PELA APROVAÇÃO DA PEC, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA.

24 04 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

O SEN JOSAPHAT MARINHO ENCAMINHA A COMISSÃO ARTIGO DE SUA AUTORIA, PUBLICADO NO JORNAL 'A TARDE', EM 25 02 1996, INTITULADO 'O EFEITO VINCULANTE E AVOCATORIA'.

A PRESIDENCIA DETERMINA A RETIRADA DA MATERIA DA PAUTA E O ENCAMINHAMENTO DA MESMA AO RELATOR, PARA CONHECIMENTO DO VOTO OFERECIDO NESTA DATA.



- 09 05 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE  
SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.
- 03 12 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
APROVADO O PARECER DO RELATOR COM MAIORIA DE VOTOS;  
COM VOTOS VENCIDOS DOS SEN JOSE EDUARDO DUTRA E PEDRO  
SIMON.
- 03 12 1996 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
ANEXADO AO PROCESSADO, PARECER DA COMISSÃO, COM A  
EMENDA 1 - CCJ.
- 09 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
LEITURA PARECER 003 - CCJ.  
DSF 10 01 PAG 0127 A 0135.
- 09 01 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA.
- 14 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA A INCLUSÃO DA MATERIA NA  
PAUTA DA SESSÃO DO DIA 21 DE JANEIRO DE 1997.  
DSF 15 01 PAG 2221.
- 21 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO PRIMEIRO TURNO  
(PRIMEIRA SESSÃO DE DISCUSSÃO).
- 21 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
NÃO HOUVE ORADORES NO PRIMEIRO DIA DE DISCUSSÃO.  
DSF 22 01 PAG 2846.
- 22 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO PRIMEIRO TURNO  
(SEGUNDA SESSÃO DE DISCUSSÃO).
- 22 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
NÃO HOUVE ORADORES NO SEGUNDO DIA DE DISCUSSÃO.  
DSF 23 01 PAG 2936.
- 23 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO PRIMEIRO TURNO  
(TERCEIRA SESSÃO DE DISCUSSÃO).
- 23 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
NÃO HOUVE ORADORES NO TERCEIRO DIA DE DISCUSSÃO.  
DSF 24 01 PAG 3019.
- 28 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO PRIMEIRO TURNO (QUARTA  
SESSÃO).
- 28 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
NÃO HOUVE ORADORES NO QUARTO DIA DE DISCUSSÃO.
- 29 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO PRIMEIRO TURNO (QUINTA  
E ULTIMA SESSÃO).
- 29 01 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
DISCUSSÃO ENCERRADA, COM A APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS  
2 A 7 - PLEN: 2, SEN JOSE SERRA E OUTROS; 3, SEN HUGO  
NAPOLEÃO E OUTROS; 4, SEN RONALDO CUNHA LIMA E OUTROS;  
5 E 6, SEN JOSE IGNACIO FERREIRA E OUTROS;  
7 (SUBSTITUTIVO), SEN JOSE EDUARDO DUTRA, APOS USAREM  
DA PALAVRA OS SEN HUGO NAPOLEÃO, JOSE IGNACIO FERREIRA,  
RONALDO CUNHA LIMA, JOSAPHAT MARINHO, JEFFERSON PERES E  
JOSE SERRA.



- 29 01 1997 (SF) MESA DIRETORA  
DESPACHO A CCJ, PARA EXAME DAS EMENDAS.  
DSF 30 01 PAG 3429 A 3452.
- 30 01 1997 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
ENCAMINHADO AO RELATOR, SEN JEFFERSON PERES, PARA EXAME  
DAS EMENDAS 02 A 07, DE PLENARIO.
- 17 06 1997 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE  
SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.
- 03 07 1997 (SF) COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)  
DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES  
DE SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.
- 15 07 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
ANEXEI AS FLS. JUNTADA DE Nº 50, MSG 00414 1997.
- 15 07 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
AGENDADO PARA O DIA 22 DE JULHO DE 1997.
- 22 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA VOTAÇÃO PRIMEIRO TURNO, DEPENDENDO  
DE PARECER DA CCJ SOBRE AS EMENDAS 2 A 7 - PLEN).
- 22 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
PARECER ORAL DA CCJ FAVORAVEL A EMENDA 4 - PLEN, NOS  
TERMOS DE SUBSTITUTIVO QUE OFERECE (EMENDA 8 -PLEN), E  
CONTRARIO AS EMENDAS 2, 3, 5 A 7 - PLEN, RELATOR SEN  
JEFFERSON PERES, EM SUBSTITUIÇÃO.
- 22 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
A PRESIDENCIA, TENDO EM VISTA A RELEVANCIA DA MATERIA,  
ABRE A DISCUSSÃO DO PARECER ORA PROFERIDO, OPORTUNIDADE  
EM QUE USAM DA PALAVRA OS SEN ROBERTO FREIRE, LUCIO  
ALCANTARA, JOSE EDUARDO DUTRA, JOSAPHAT MARINHO, RAMEZ  
TEBET, ANTONIO CARLOS VALADARES E RONALDO CUNHA LIMA.  
DSF 23 07 PAG 14814 A 14830.  
RETIFICAÇÃO FEITA NO DSF 25 07 PAG 15138 A 15143.
- 23 07 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
JUNTADO UM EXEMPLAR DO AVULSO DO PARECER PROFERIDO EM  
PLENARIO, EM SUBSTITUIÇÃO A CCJ, RELATOR SEN JEFFERSON  
PERES, SOBRE AS EMENDAS 2 A 7 - PLEN, CONTENDO AS  
AUDIENCIAS PUBLICAS REALIZADAS PERANTE AQUELA COMISSÃO  
COM AS SEGUINTESS PESSOAS: DR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO,  
DO CONSELHO FEDERAL DA OAB; MINISTRO JOSE PAULO  
SEPULVEDA, DO STF; DR. GERALDO BRINDEIRO, PROCURADOR-  
GERAL DA REPUBLICA; DESEMBARGADOR PAULO GERALDO DE  
OLIVEIRA MEDINA, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS;  
DR. EVANDRO LINS E SILVA; E MINISTRO JOSE CELSO DE MELLO  
FILHO, DO STF, DE FLS. 64 A 130.
- 23 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA VOTAÇÃO PRIMEIRO TURNO.
- 23 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
LEITURA E APROVAÇÃO DO RQ. 526, DO SEN JEFFERSON PERES,  
SOLICITANDO PREFERENCIA PARA VOTAÇÃO DA EMENDA 8 - PLEN  
(SUBSTITUTIVO).
- 23 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
LEITURA E APROVAÇÃO DO RQ. 527, DO SEN JOSE SERRA,  
SOLICITANDO DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DOS  
PARAGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO DA EMENDA 2 - PLEN,



RETIRADAS AS SEGUINTE EXPRESSÕES: 'E DE INCONSTITUCIONALIDADE', 'DETERMINADO', 'RELEVANTE', 'GRAVE' E 'CAPUT DO'; DA EXPRESSÃO: 'QUE TERÃO POR OBJETO A VALIDADE, A INTERPRETAÇÃO E A EFICÁCIA DE NORMAS', CONSTATANTE DO PARÁGRAFO TERCEIRO DA EMENDA 3 - PLEN, BEM COMO DO SEU PARÁGRAFO QUARTO, RETIRADA A EXPRESSÃO: 'DE QUE TRATA O PARÁGRAFO SEGUNDO DESTE ARTIGO', CONSTATANTE TAMBÉM DA EMENDA 6 - PLEN; ACRESCIDAS DE EXPRESSÕES DAS EMENDAS 3, 4, 5 E 8, NOS TERMOS DE TEXTO CONSOLIDADO DANDO NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO SEGUNDO E ACRESCENDO PARÁGRAFOS TERCEIRO E QUARTO AO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

LEITURA E APROVAÇÃO DOS RQ. 528 E 529, DOS SEN RAMEZ TEBET E JOSE IGNACIO FERREIRA, DE DESTAQUES PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DAS EMENDAS 3 E 5 - PLEN, RESPECTIVAMENTE.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

VOTAÇÃO APROVADA A EMENDA 8 - PLEN (SUBSTITUTIVO), COM A EXCLUSÃO DA EXPRESSÃO 'AO PODER EXECUTIVO', QUE DEVERA SER SUBSTITUÍDA PELA EXPRESSÃO 'DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA A PRESIDÊNCIA DECLARA PREJUDICADA A EMENDA 3 - PLEN, DESTACADA, DE PARECER CONTRÁRIO, TENDO O RELATOR, SEN JEFFERSON PERES, PRESTADO ESCLARECIMENTOS.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

VOTAÇÃO REJEITADA A EMENDA 5 - PLEN, DESTACADA COM O SEGUINTE RESULTADO: SIM 13, NÃO 53, ABST. 05, TOTAL= 71, TENDO O RELATOR, SEN JEFFERSON PERES, PRESTADO ESCLARECIMENTOS.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

FICAM PREJUDICADOS A PRESENTE PROPOSTA, A EMENDA SUBSTITUTIVA 1 - CCJ, E AS EMENDAS DE 2, 4, 6 E 7 - PLEN, TENDO O SEN GILBERTO MIRANDA, ENCAMINHADO A MESA DECLARAÇÃO DE VOTO.

23 07 1997 (SF) MESA DIRETORA

DESPACHO A CCJ, PARA REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO REGIMENTAL.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

LEITURA PARECER 385 - CCJ, OFERECENDO A REDAÇÃO DA MATÉRIA PARA O SEGUNDO TURNO.

DSF 24 07 PAG 14908 A 14928.

A PRESIDÊNCIA DECLARA PREJUDICADA A EMENDA 3 - PLEN, DESTACADA, DE PARECER CONTRÁRIO, TENDO O RELATOR, SEN JEFFERSON PERES, PRESTADO ESCLARECIMENTOS.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

VOTAÇÃO REJEITADA A EMENDA 5 - PLEN, DESTACADA COM O SEGUINTE RESULTADO: SIM 13, NÃO 53, ABST. 05, TOTAL= 71, TENDO O RELATOR, SEN JEFFERSON PERES, PRESTADO ESCLARECIMENTOS.

23 07 1997 (SF) PLENÁRIO (PLEN)

FICAM PREJUDICADOS A PRESENTE PROPOSTA, A EMENDA SUBSTITUTIVA 1 - CCJ, E AS EMENDAS DE 2, 4, 6 E 7 - PLEN, TENDO O SEN GILBERTO MIRANDA, ENCAMINHADO A MESA DECLARAÇÃO DE VOTO.

- 23 07 1997 (SF) MESA DIRETORA  
DESPACHO A CCI, PARA REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO  
REGIMENTAL.
- 23 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
LEITURA PARECER 385 - CCI, OFERECENDO A REDAÇÃO DA  
MATERIA PARA O SEGUNDO TURNO.  
DSF 24 07 PAG 14908 A 14928.
- 23 07 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA PARA O SEGUNDO TURNO,  
APOS INTERSTICIO REGIMENTAL.
- 24 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
1000 COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA QUE A MATERIA CONSTARA DA  
ORDEM DO DIA NOS DIAS 6, 7 E 12 DE AGOSTO PROXIMO, PARA O  
1º, 2º E 3º DIA DE DISCUSSÃO, EM SEGUNDO TURNO, E NÃO  
HAVENDO EMENDAS DE REDAÇÃO A MATERIA CONSTARA DA PAUTA DO  
DIA 13 DE AGOSTO, PARA VOTAÇÃO EM SEGUNDO TURNO.  
DSF 25 07 PAG 15123 E 15124.
- 24 07 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)  
1710 RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 24 DE JULHO DE 1997.
- 06 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO SEGUNDO TURNO (PRIMEIRA  
SESSÃO).
- 06 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
NÃO HOUE ORADORES NO PRIMEIRO DIA DE DISCUSSÃO.
- 07 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO SEGUNDO TURNO (SEGUNDA  
SESSÃO).
- 07 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
USA DA PALAVRA NO SEGUNDO DIA DE DISCUSSÃO O SEN JOSE  
EDUARDO DUTRA.  
DSF 08 08 PAG 15897.
- 12 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
INCLUSÃO ORDEM DO DIA DISCUSSÃO SEGUNDO TURNO (TERCEIRA  
E ULTIMA SESSÃO)
- 12 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
DISCUSSÃO ENCERRADA.
- 12 08 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)  
VOTAÇÃO APROVADA A PROPOSTA DE EMENDA, COM O SEGUINTE  
RESULTADO: SIM 57, NÃO 10, ABST. 01, TOTAL= 68.
- 12 08 1997 (SF) MESA DIRETORA  
DESPACHO A CAMARA DOS DEPUTADOS.  
DSF 13 08 PAG
- 13 08 1997 À CÂMARA DOS DEPUTADOS COM O OFÍCIO SF/Nº ..... 829/97

Ofício nº 829 (SF)

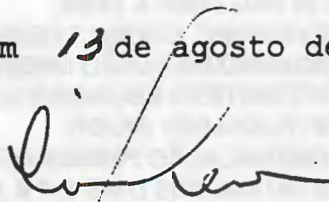
Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser  
submetido à revisão da Câmara dos Deputados, a Proposta de



Emenda à Constituição nº 54, de 1995, constante dos autógrafos juntos, que "dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal".

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício

**PRIMEIRA SECRETARIA**

Em, 15/08/1997.

De ordem, ao senhor Secretário-Geral da Mesa para as devidas providências.



Diogo Alves de Aguiar Junior  
Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
vpl/.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 500, DE 1997  
(PEC Nº 54/95 do Senado Federal)**

Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado NEY LOPES

**I - RELATÓRIO**

A presente proposta de emenda à Constituição, oriunda do Senado Federal, objetiva dar nova redação ao § 2º do art. 102, a fim de que tenham **eficácia contra todos e efeito vinculante**, relativamente aos **demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios**, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas **ações diretas de inconstitucionalidade** e nas **ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo** e, ainda, quando o declarar, pelo voto de **dois terços de seus membros**, **decisões definitivas de mérito**.

A bem-lançada **justificação** da proposta, que teve como autor o proficiente Senador pelo Estado da Paraíba, RONALDO CUNHA LIMA, além de ressaltar que ela procura dar nova amplitude ao efeito vinculante, hoje restrito aos casos de **ação declaratória de constitucionalidade**, observa que "a medida pretende dar um sentido uniforme à prestação jurisdicional no país, à medida em que as decisões da mais alta Corte de Justiça do País são de obediência compulsória pelos aplicadores da lei no Poder Executivo e pelos demais órgãos da magistratura nacional, seja em grau singular ou tribunal".

Com relação ao **efeito vinculante**, entende que "evitará decisões diferentes sobre demandas idênticas já decididas no STF em grau definitivo", eliminando transtornos, como o de que se tem notícia no caso dos 147% devidos aos aposentados, que, mesmo após o pronunciamento do Supremo, obteve decisões díspares.

A redação primitiva exigia que as decisões definitivas de mérito só produziram **eficácia erga omnes** e **efeito vinculante**, após **sumuladas**, sob o argumento de que "o efeito vinculante torna a decisão reiterada e sumulada uma norma com plenos efeitos suscetível de mudança ou perante o próprio STF ou através de lei". -

Outro argumento é de natureza material, informando que "o STF é, entre as Cortes Constitucionais de todo o mundo, talvez a mais demandada, chegando a examinar cerca de 25 mil processos por ano, o que esgota sua capacidade atrasando os feitos. Em algumas Cortes, como a dos EUA, julga-se por ano no máximo 500 processos".

A redação original da PEC era a seguinte:

"Art. 102. ....  
.....

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após sumuladas, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado foi oferecida a emenda nº 1, substituindo o texto original por:

"As decisões definitivas de mérito, sumuladas, proferidas do Supremo Tribunal Federal, se este assim o declarar, terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

No Plenário do Senado, a PEC recebeu as seguintes emendas:

- nº 2 - além de dar nova redação ao § 2º, explicitando que o efeito vinculante abrange a súmula aprovada pela maioria absoluta do Tribunal e as decisões proferidas em ação declaratória de constitucionalidade e na ação direta de inconstitucionalidade, acrescentou § 3º, instituindo o incidente de inconstitucionalidade, dotado de efeito vinculante, permitindo que o STF decida, de maneira expedita os conflitos surgidos no âmbito da jurisdição ordinária, como se lê:

"§ 2º As decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, bem como as súmulas aprovadas pela maioria absoluta do Tribunal serão publicadas do Diário Oficial, terão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios".



"§ 3º Suscitada, em determinado processo, questão relevante sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição, em caso de controvérsia relevante entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput do art. 103, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.";

- nº 3 - introduzia os §§ 3º e 4º, o § 3º, visando limitar a edição de decisões com efeito vinculante às matérias de ordem tributária e previdenciária, atenuando os poderes concedidos ao STF, para que não se crie o "juiz legislador", e o 4º estabelecendo parâmetro para a revisão das decisões com efeito vinculante, evitando que se tornem imutáveis, disposições essas que foram adotadas no Substitutivo do Deputado JAIRO CARNEIRO à PEC nº 96/92, que cuida da reforma do Judiciário:

"§ 3º As decisões de que trata o parágrafo anterior terão por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas tributárias e previdenciárias, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica."

"§ 4º A aprovação, alteração ou cancelamento da decisão com efeito vinculante de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer de ofício ou por proposta de qualquer tribunal competente na matéria, pelo Ministério Público da União ou dos Estados, pela União, os Estados ou o Distrito Federal e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.";

- nº 4 - distinguia o efeito vinculante que se atribui aos casos concretos do exame em abstrato, assim:

"§ 2º Terão efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, e à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) as decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal, nas ações referidas na alínea a do inciso I deste artigo;

b) as decisões definitivas de mérito, do Supremo Tribunal Federal, quando este assim o declarar pelo voto de dois terços de seus membros.";

- nº 5 - acrescia, ao art. 102, parágrafo limitando a edição de decisões com efeito vinculante às matérias de ordem tributária e previdenciária:

"§ As decisões de que trata o parágrafo anterior terão por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas tributárias e previdenciárias, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processo sobre questão idêntica.";

- nº 6 - acrescentava parágrafo ao art. 102, visando estabelecer parâmetros para o revisor das decisões com efeito vinculante, impedindo sua imutabilidade:

"§ A aprovação, alteração ou cancelamento da decisão com efeito vinculante de que trata o parágrafo anterior, poderá ocorrer de ofício ou por proposta de qualquer tribunal competente na matéria; pelo Ministério Público da União ou dos Estados; pela União, os Estados ou o Distrito Federal e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.";

- nº 7 - acrescia ao art. 52, que trata da competência privativa do Senado, o inciso XI, renumerando os demais:

"XI - atribuir às decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após sumuladas, eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

O Senador JEFFERSON PERES, Relator da PEC no Senado, opinou contrariamente às emendas retromencionadas, ressaltando a de nº 4 cujo teor incorporou ao texto, acatando, além disso, sugestão do Senador JOSAPHAT MARINHO, no sentido de permitir ao Supremo Tribunal Federal, independentemente de sumula, declarar o efeito vinculante, por decisão de dois terços de seus membros, nos casos em que assim entender adequado, aduzindo que "de elevado interesse público, a proposta facilitará a ação do Supremo, pois a súmula depende de consolidação da jurisprudência para ser estabelecida e, ao mesmo tempo, depende de formalidades para ser alterada."

Dai surgiu a **Emenda nº 8 de Plenário**, ficando o § 2º do art. 102 da Constituição assim redigido:

"§ 2º Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, por voto de dois terços de seus membros."

Afinal, prevaleceu a substituição da expressão "**ao Poder Executivo**" por "**da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios**".

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado ouviu, em audiências públicas, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, o Procurador-Geral da República, Dr. GERALDO BRINDEIRO, o Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Dr. PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA, o Dr. EVANDRO LINS E SILVA, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, e o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO.

Igualmente ao Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa promoveu audiência pública no dia 21 de janeiro do ano em curso e ouviu as seguintes autoridades: Dr. AYMORE ROQUES POTTES DE MELLO, Juiz do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, Dr. LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO, o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. ACHILES DE JESUS SIGUARA FILHO, o Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Dr. PÁDUA RIBEIRO, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. SEPÚLVEDA PERTENCE, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. DALMO DALLARI, jurista e o Dr. GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO, Advogado-Geral da União.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinar sobre a admissibilidade de proposta de emenda à



Constituição, nos termos da alínea *b*, do inciso III. do art. 32 do Regimento Interno, bem como do art. 202, *caput*.

O exame do mérito da matéria reíge à competência deste Órgão Técnico, competindo esse mister à Comissão Especial designada pelo Presidente, na hipótese de admissão da proposta, consoante o disposto no § 2º do art. 202 da Lei Interna.

Passamos, portanto, à apreciação da **admissibilidade** da Proposta de Emenda à Constituição nº 500, de 1997, oriunda do Senado Federal, que pretende conferir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante a decisões proferidas pelo STF, na forma e nas hipóteses que especifica.

Dispõe o § 1º do art. 60 da Constituição Federal que ela não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, circunstâncias essas que por ora não ocorrem.

O § 4º do mesmo art. 60, a seu turno, determina que a proposta de emenda à Constituição não será objeto de deliberação se ela visar, ainda que somente tendente, abolir a forma federativa de Estado (I), o voto direto, secreto, universal e periódico (II), a separação dos Poderes (III) ou os direitos e garantias individuais (IV).

Verifica-se que a proposta em exame não ofende o disposto nos incisos I, II, III e IV do § 4º do art. 60. Contudo, no que tange aos direitos e garantias individuais, não podemos deixar de atentar para o que dispõe o § 2º do art. 5º da Constituição Federal:

"§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem **outros** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados (...)" (destacamos)

Tal dispositivo remonta à Constituição Federal de 1891, que, em seu art. 78, enunciava:

"A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna."

As demais Cartas Políticas pátrias seguiram essa orientação. A fonte de inspiração foi a Emenda IX à Constituição dos Estados Unidos da América de 1787:

"A enumeração de certos direitos na Constituição não poderá ser interpretada como negando outros direitos inerentes ao povo."

Quanto à origem do preceito, CELSO RIBEIRO BASTOS e IVES GANDRA MARTINS abordam com clareza o tema:

"O dispositivo americano fazia muito sentido, sobretudo em face da concepção jusnaturalística sobre o direito então vigente. O que se queria dizer é que o esquecimento ou a deliberada não-inclusão de direitos já reconhecidos em nível de costumes não implicava uma revogação da Carta Magna." (*Comentários à Constituição do Brasil*, v. 2, p. 394. Ed. Saraiva, 1989)

A Constituição Federal, ao enumerar os direitos fundamentais, não foi exaustiva. Há direitos explicitamente reconhecidos e outros, conforme se depreende do disposto no § 2º do art. 5º, que decorrem do regime e dos princípios por ela adotados.

O alcance do indigitado dispositivo nos revela com precisão MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO:

"A principal consequência do dispositivo em estudo é, conforme já ensinava João Barbalho (*Constituição Federal brasileira*, cit., p. 469), que não se aplica à matéria o brocardo *inclusio unius exclusio alterius*. "Para afastar essa conclusão" - ensina o mestre - "a Constituição declara que a enumeração nela feita, quanto a direitos e garantias, não deve ser tida como supressiva de outros não mencionados, os quais ficam subsistentes uma vez que sejam decorrentes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consagra" (*Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, v. 1, p. 88, Ed. Saraiva, 1990)

Não se pode desconhecer que o legislador constituinte erigiu como um dos princípios constitucionais, no que concerne a estrutura organizacional do Poder Judiciário, as competências diametralmente díspares, de um lado, do Supremo Tribunal Federal, ao qual incumbiu a guarda da Lei Maior e, de outro, do Superior Tribunal de Justiça, ao qual a Carta Política conferiu a missão de uniformizador do direito federal infraconstitucional.

PONTES DE MIRANDA, ao discorrer sobre a natureza e conceituação dos direitos fundamentais, reporta-se aos direitos que têm sua origem nos órgãos estatais. Transcrevemos a lição do preclaro

"A segunda classe dos direitos fundamentais é a dos que se originam de **garantia institucional**, ou seja de instituições jurídicas (família, casamento, propriedade), ou de órgãos estatais, ou paraestatais. O conceito de instituto ou de instituição pode ser dado pela Constituição mesma. (...) As garantias de órgãos - ou de complexos organizativos - mais se referem a poderes constituídos, entidades estatais ou paraestatais. (...) Porque as garantias institucionais têm caráter mais social que individual, pensaram alguns que as garantias institucionais não geram direitos, pretensões e ações. Isto é falso, quer a respeito das garantias de institutos, quer das garantias de órgãos." (*Comentários à Constituição de 1967*, Tomo IV, p. 656, Ed. Revista dos Tribunais).

Inconcebível, destarte, a alteração da sistemática constitucional pátria para que o Supremo Tribunal Federal possa declarar efeito vinculante em matéria infraconstitucional (como, por exemplo, mandado de segurança de competência originária), o que se pode depreender do texto aprovado no Senado Federal que se refere a todas as decisões definitivas de mérito proferidas pela Suprema Corte, sem qualquer limitação material.

Com efeito, a proposição confere amplitude desmensurada às competências do Eg. STF, que poderá dar efeito vinculante a toda e qualquer decisão definitiva de mérito que profira, independentemente da matéria tratada, com o que estará castrando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que constituirá, a toda evidência, lesão aos princípios que norteiam o perfil constitucional do Poder Judiciário.

Quanto à missão constitucional do STF, oportuno ressaltar, nessa ocasião, os ensinamentos do Ministro CARLOS MÁRIO VELLOSO, membro daquela Egrégia Corte:

"No Brasil, em 1987/1988, a Assembleia Nacional Constituinte debateu em profundidade o tema relacionado com as cortes constitucionais, com a defesa da Constituição, com o controle da constitucionalidade. A efetivação do ajuste da Constituição formal à Constituição substancial, real, fez parte das cogitações dos constituintes. Muitos propugnavam por uma Corte Constitucional segundo o modelo europeu. Prevaleceu, entretanto, no seio da Assembleia Constituinte o bom senso. Não seria possível que fosse desprezada a experiência centenária de controle de constitucionalidade



que vinha sendo praticado pelo Supremo Tribunal Federal, que construiu, em termos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, uma doutrina brasileira. O constituinte consagrou, então o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional, estabelecendo competir-lhe, precipuamente, a guarda da Constituição. É o Supremo Tribunal Federal, então, a partir de 1988, a Corte Constitucional do Brasil. Justamente para que pudesse o Supremo Tribunal Federal realizar sua missão de Corte Constitucional, criou a Constituição de 1988 o Superior Tribunal de Justiça, que passou a exercer a competência do Supremo Tribunal no que concerne ao contencioso de direito federal comum; vale dizer, ao tempo em que a Constituição confere ao Supremo Tribunal as galas de guardião maior da Constituição, ela deseja que o Superior Tribunal de Justiça seja o responsável pela integridade, pela autoridade e pela uniformidade de interpretação do direito federal comum" (O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional in *Revista de Informação Legislativa*, out/93, pp. 5/30) (destacamos)

No tocante à competência do STF, impende lembrar, aqui, o magistério daquele insigne Ministro da Corte Suprema (cabendo aditar a menção à alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993):

"Segundo a Constituição de 1988, ao Supremo Tribunal Federal são conferidas competências em três planos: em primeiro lugar, competências originárias; depois, competência recursal ordinária e, finalmente, competência recursal extraordinária. Nesta última, mediante o recurso extraordinário, o Supremo Tribunal realiza o controle de constitucionalidade na sua forma difusa, já que, na ordem constitucional brasileira, são dois os tipos de controle de constitucionalidade adotados: o difuso, conferido a qualquer juiz ou tribunal, e que chega ao Supremo Tribunal através do recurso extraordinário, e o concentrado, que o Supremo Tribunal realiza no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, assim de sua competência exclusiva. (...) (ob. cit. p. 9)

(...) a história do Supremo Tribunal Federal se confunde com a história do controle de constitucionalidade. Afirmei também que compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da

Constituição. É na jurisdição constitucional que a Corte Suprema realiza essa competência fundamental, substancial, essencial e precípua, como está no art. 102 da Constituição, jurisdição constitucional que foi ampliada pela Constituição de 1988. A jurisdição constitucional compreende o controle de constitucionalidade, nos seus dois tipos, controle difuso e controle concentrado, e compreende também a jurisdição constitucional das liberdades" (ob. cit. p. 22)

Ainda quanto às atribuições do Excelso Pretório, cabe transcrever, a título de ilustração, a seguinte hipótese de divergência entre o STF e o STJ, em matéria idêntica de natureza infraconstitucional, apontada por aquele ilustre magistrado:

"Isto quer dizer que o direito administrativo, no que concerne aos servidores públicos, será interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, no caso de o servidor, que se julgar prejudicado pela decisão do TCU, impetrar mandado de segurança contra ato da Corte de Contas. Imaginemos que um outro servidor, na mesma situação, prefira a ação ordinária de outro, sem possibilidade de recurso ao Supremo Tribunal, se não tiver sido instaurado o contencioso constitucional. E não haverá possibilidade de ocorrer a uniformização da jurisprudência." (O STJ na Constituição. RDA 175/9)

Também, no Senado Federal, durante a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 23 de abril de 1997, o assunto foi ventilado pelas autoridades presentes. Naquela oportunidade, o ilustre Ministro EVANDRO LINS E SILVA esclareceu seu posicionamento no sentido que, salvo em matéria constitucional, a adoção de efeito vinculante fere o sistema constitucional quanto à organização do Poder Judiciário:

"(...) a redação da Emenda nº 3 do Parlamento, (...), é bem clara. Ela limita a vinculação à matéria constitucional. Considera vinculante a decisão do tribunal que decide matéria constitucional. Neste caso estou de pleno acordo. Agora, em matéria de lei federal ou de normativo do poder público penso que a súmula não pode ser vinculante, porque vai ferir, porque ela vai dar uma interpretação da lei que pode não ter sido aquela que o Parlamento editou. E então dá caráter impositivo



obrigatório à sua decisão em matéria normal, comum, de lei federal."(Avulso, Senado Federal, p. 108)

Participava dos debates, na ocasião, o Senador JOSAPHAT MARINHO, que manifestou-se favorável ao entendimento do palestrante, no particular:

"(...) eu considero sobretudo o seu primeiro argumento, o de que o efeito vinculante fora da matéria constitucional fere a estrutura do sistema judicial."(Avulso, Senado Federal, p. 109)

Não é demasiado lembrar, aqui, que a abrangência maior e sem limitações do efeito vinculante poderá atingir outros pontos do sistema constitucional, sendo cabível citar, *verbi gratia*, o preceito que dispõe que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre matérias de competência privativa da União.

Acerca desse tema, leciona o Professor VICENTE DE PAULA MACIEL JÚNIOR:

"Outro ponto que tem sido evitado na discussão do efeito vinculante da súmula se prende ao fato de que o Brasil adotou em sua Constituição o sistema federativo de governo, enumerando a competência da União (art. 21, 22 e seus parágrafos da CF/88), deixando aos Estados a competência residual (parágrafo I do art. 25 da CF/88). Na verdade, no Brasil, houve o ideal federativo, embora se pautasse, na prática, pela conduta unitária de governo, com a prevalência da figura da União no cenário nacional. (...) a Constituição Federal foi coerente ao prever no art. 5º que "todos são iguais perante a lei", e mais adiante, por consequência, estabelecer (art. 22, I da CF/88, que a União terá competência privativa para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho. E mais coerente ainda se mostra quando se verifica a existência do parágrafo único do art. 22 da CF/88, que prevê a possibilidade de Lei Complementar poder autorizar aos Estados, legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas no referido artigo, pois, conforme ensina JOSÉ AFONSO DA SILVA, a competência privativa é aquela que pode ser delegada.



Se a competência privativa é a que pode ser delegada, andou bem a Constituição em prever a possibilidade de delegação no parágrafo único, do art. 22 da Magna Carta. Existe, em tese, a possibilidade de que os Estados, mediante Lei Complementar que os autorize, legislem sobre a matéria especificada no art. 22 da CF/88. Ou seja, os Estados podem, desde que autorizados por lei complementar, editar normas de direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.(...)

Portanto, quando se verifica que o legislador constituinte de 1988 concedeu a possibilidade de, por lei complementar, autorizar aos Estados a edição de normas de direito material e processual, verifica-se que há uma tendência nítida de fortalecimento da autonomia dos estados, para haver um equilíbrio do sistema federativo brasileiro. Só que, incoerentemente, o legislador ainda não editou lei complementar que permitisse aos Estados a regulamentação de sua vida negocial interna, mantendo-se ainda forte centralização do poder Federal, característica constante do sistema nacional. Também, incoerentemente, os Estados-membros não têm reivindicado e pressionado para a obtenção da autonomia de sua auto-regulamentação.(...)

A divergência de posições jurisprudenciais dentro do sistema federativo é comum, mesmo porque cada unidade da federação tem uma Constituição Estadual, tradições e costumes que geram reações mais ou menos uniformes dentro dele. O que deve haver, no entanto, é uma uniformidade de jurisprudência em cada Estado, imperando o entendimento da maioria, mas, a diversidade da jurisprudência de Estado para Estado é, normal. E mesmo dentro de cada Estado, em virtude da vinculação de nosso ordenamento ao dos países de "civil law", deve ser permitida a possibilidade de alteração da jurisprudência, o que mantém a adequação da norma a seu tempo." (O Efeito Vinculativo das Súmulas e Enunciados in *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 34, p. 164/167)

Constata-se, portanto, que a redação da proposta em análise carece de aprimoramento técnico-jurídico, com o escopo de que reste

plenamente explicitada em seu texto a competência do STF para declarar o efeito vinculante tão-somente **em matéria constitucional**, motivo pelo qual sugerimos, nesta oportunidade, **emenda de redação** visando tal propósito. O aperfeiçoamento alvitrado atenderá, outrossim, à boa técnica legislativa, vindo ao encontro da necessidade de se evitar perplexidades interpretativas, diante da imprecisão do texto em torno da extensão da eficácia das decisões do Pretório Excelso.

Ressalte-se, por oportuno, a natureza regimental da **emenda de redação**. O art. 118, § 8º, do Regimento Interno denomina emenda de redação aquela "**modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto**". *In casu*, a redação vinda do Senado Federal certamente pressupõe o respeito à estrutura do sistema judiciário brasileiro, isto é, o Supremo Tribunal Federal como o guardião maior da Constituição e o Superior Tribunal de Justiça como o "responsável pela integridade, autoridade e uniformização de interpretação do direito federal comum" (ob. cit. Ministro Carlos Mário Velloso). Todavia, para evitar dúvidas ou interpretações, quanto à extensão da expressão **definitivas de mérito**, impõe-se maior clareza no texto com a menção "**em matéria constitucional**", o que obviamente compatibiliza e ajusta a redação com o **princípio** da Constituição, erigido pelo legislador originário, de que o Poder Judiciário apoia-se nas competências do STF para as matérias constitucionais (art. 102, *caput*) e do STJ, para as matérias infra-constitucionais (art. 105), sendo tais regras cláusulas péticas por tratarem-se de **direitos e garantias fundamentais** (ex vi art. 5º, § 2º, da Constituição Federal).

Há de se assinalar, ainda, por relevante e com vistas ao oportuno exame de mérito pela Comissão Especial, que tanto a redação original da PEC para o § 2º do art. 102 da Constituição, quanto a decorrente da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, dispunham que as decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF e que produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante deveriam ser sumuladas.

O eminente Senador JOSAPHAT MARINHO, todavia, sugeriu, em Plenário, que, **independentemente de súmula**, se permitisse ao STF declarasse o efeito vinculante de suas decisões, nos casos que entendesse adequados, pois dois terços de seus votos, daí resultando, juntamente com a Emenda nº 4, do ilustre Senador RONALDO CUNHA LIMA, a Emenda nº 8 de Plenário, a final aprovada como a redação proposta pelo Senado Federal para o § 2º do art. 102 da Constituição.

As razões daquele eminente Senador pela Bahia para suprimir a menção às decisões sumuladas estão explicitadas nas suas doutas



manifestações nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Na exposição do Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, por exemplo, em 19 de março de 1997, o Senador JOSAPHAT MARINHO assim se refere sobre a supressão da súmula com efeito vinculante:

"Tenho discutido esse assunto com os colegas e, particularmente, com o Senador Ronaldo Cunha Lima. Perante S. Ex<sup>a</sup> dei a sugestão, por ele admitida e incluída em sua emenda. Ao invés de cuidar-se de feito vinculante mediante súmula, dar-se apenas ao Supremo Tribunal Federal - e só ao Supremo Tribunal Federal - a faculdade de declarar efeito vinculante, por dois terços de seus membros, nos casos em que a Corte entender adequada a medida. Vale dizer, não se generaliza. A súmula daria formalmente um efeito demasiado genérico. Por outro lado tinha o inconveniente de que, adotada, o seu cancelamento obedece a uma formalidade que dificulta. E mais. Um dos aspectos de que se cuida para estabelecer o efeito vinculante é o de obstar o número excessivo de processos. A súmula exigirá decisões repetidas para que fosse adotada. E o quadro brasileiro está, desse ângulo, exigindo uma solução pronta. (...) Não sendo súmula, terá outra vantagem: se o Supremo apurar que sua decisão, ao longo do tempo, não está produzindo os efeitos úteis devidos, poderá cancelar o efeito vinculante sem outras formalidades que a da decisão igualmente por dois terços. Não ficará sujeito àquele processo formal com que se pode alterar a súmula." (Avulso, Senado Federal, pp. 26/27).

Igualmente, por oportunidade da exposição ao Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, em 2 de abril de 1997, repetiu o Senador JOSAPHAT MARINHO suas motivações para supressão da súmula com efeito vinculante:

"(...) na emenda do Senador Ronaldo Cunha Lima, entrou uma sugestão que foi por mim feita: a de permitir-se ao Supremo Tribunal Federal, independentemente da súmula, declarar o efeito vinculante por decisão de dois terços de seus membros nos casos em que assim entendesse adequado. Tenho a impressão de que essa fórmula facilita a ação do Supremo



e é de irrecusável interesse público. A súmula depende de consolidação da jurisprudência para ser estabelecida e, ao mesmo tempo, depende de formalidades para ser alterada." (Avulso, p. 54).

Poderá vir a merecer, igualmente, apreciação da Comissão Especial a questão da eficácia das decisões tomadas com efeitos vinculantes, estabelecendo medidas processuais e coercitivas para seu cumprimento.

Face à grande relevância que a declaração de efeito vinculante passará a ter no sistema jurídico do País, parece-nos conveniente que norma legal, no nível maior de lei complementar, disponha sobre o procedimento para sua revisão e cancelamento.

Para tal, poderia a Comissão Especial, dentro de sua esfera de competência regimental, acolher emenda, acaso ali proposta, acrescenta ao art. 102 da Constituição, um § 3º, enunciador de norma que poderia ter a seguinte redação:

"§ 3º A lei complementar estabelecerá medidas processuais e coercitivas quanto à administração pública, para assegurar a eficácia das súmulas vinculantes, e disporá sobre o procedimento para sua revisão e cancelamento."

Entendemos oportuno, ainda, tecer algumas considerações acerca das manifestações e sugestões dos membros desta Comissão e dos ilustres palestrantes que participaram da audiência pública realizada neste Órgão Técnico, no dia 21 de janeiro do ano corrente.

Dos argumentos apresentados pelas autoridades convidadas, basicamente verificam-se dois posicionamentos distintos: de um lado os que vislumbram inconstitucionalidade e os que consideram a proposta apenas inadequadamente redigida, faltando-lhe clareza redacional para ajustar-se à vontade do legislador originário, quanto à estrutura constitucional do Poder Judiciário.

A manifestação do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE foi de coragem e sinceridade extremas: declarou a falência do STF tal como funciona hoje. Disse que em 1997 o STF "fingiu" ter julgado 40.000 processos. A "mentira" ocorre dado o sistema e o Ministro apontou o maior problema que é o Recurso Extraordinário.

Comparando com dados de outros Tribunais Constitucionais, mencionou que nos EUA chegam à Suprema Corte cerca de

4000 processos, dos quais apenas 5% são julgados. A proporção é ainda menor na Alemanha, onde dos 7000 entrados, apenas 2% chegam a ser examinados. O mesmo ocorre na Corte Constitucional espanhola. E no contato com os magistrados desses tribunais, o Ministro observou que apesar das estatísticas serem bem mais favoráveis, esses órgãos já se consideram em crise!

O próprio Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, porém, observou que a redação do Senado dá amplitude muito maior do que o que é necessário ao Supremo, ou seja, bastaria que, de acordo com sua natureza de Tribunal Constitucional, as decisões do STF fossem vinculantes **em matéria constitucional**.

Na verdade, não há como ignorar que algo tem que ser feito. A inércia leva ao descrédito do Judiciário e à frustração do cidadão, além de não permitir que haja acesso real à democracia. Estes argumentos sensibilizaram os presentes.

Relevo se dá à manifestação do Presidente em exercício do STJ, Ministro PÁDUA RIBEIRO, que propugnou pela restrição do precedente vinculante ao que chamou "causas de safra", ou seja, ações com causa de pedir e pedido absolutamente iguais, diferindo apenas as partes, como muitas vezes ocorre em matéria trabalhista, administrativa, tributária e previdenciária. Observou, porém, ser o precedente inadmissível em causas penais e cíveis.

Esta manifestação, que consideramos a mais adequada das apresentadas, oferecemos como sugestão à Comissão Especial que nos sucederá no exame desta PEC: **limitar o precedente vinculante às matérias trabalhistas, administrativas, tributárias e previdenciárias, desde que idênticos os pedidos e causas de pedir.**

Outras idéias foram defendidas, das quais sobreleva notar a posição defendida pelo Deputado JOSÉ GENOÍNO, de substituir a redação da PEC por outra em que a Súmula do STF se destinasse a impedir recursos ("Súmula impeditiva de recurso"), o que deverá ser debatido e examinado na Comissão Especial.

Também é de se por em relevo a sugestão do Deputado VICENTE CASCIONE, de que houvesse norma destinada à limitação dos recursos ao STF que partem da própria administração, pois são os mais numerosos.

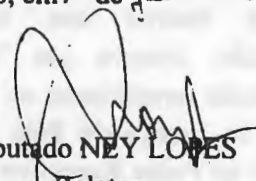
Por fim, é de se salientar a emenda proposta pelo Deputado GERSON PERES, que sugeriu que essa norma dos precedentes



**vinculantes deveria ficar sujeita a revisão daqui a cinco anos, para verificação de sua eficácia na solução dos problemas do Poder Judiciário. Apesar de bastante adequada, esta sugestão só poderá ser tratada na Comissão Especial que examinará o mérito da PEC.**

Por todo o exposto, voto pela admissibilidade da PEC em comento, com a Emenda de redação ora apresentada.

Sala da Comissão, em 27 de Janeiro de 1998.

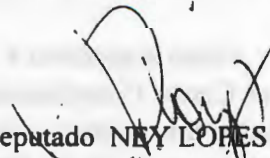
  
Deputado NEY LOPES  
Relator

#### **EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR**

##### **EMENDA DE REDAÇÃO**

Inclua-se no § 2º do art. 102 da Constituição Federal, na redação dada pelo artigo único da PEC nº 500, de 1997, após o vocábulo "mérito", a seguinte expressão: ",em matéria constitucional,".

Sala da Comissão, em 27 de Janeiro de 1998.

  
Deputado NEY LOPES  
Relator

#### **PARECER REFORMULADO DO RELATOR**

##### **I - RELATÓRIO**

A presente proposta de emenda à Constituição, oriunda do Senado Federal, objetiva dar nova redação ao § 2º do art. 102, a fim de que tenham **eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração direta e indireta da União,**



dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo e, ainda, quando o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros, decisões definitivas de mérito.

A bem-lançada justificação da proposta, que teve como autor o proficiente Senador pelo Estado da Paraíba, RONALDO CUNHA LIMA, além de ressaltar que ela procura dar nova amplitude ao efeito vinculante, hoje restrito aos casos de ação declaratória de constitucionalidade, observa que "a medida pretende dar um sentido uniforme à prestação jurisdicional no país, à medida em que as decisões da mais alta Corte de Justiça do País são de obediência compulsória pelos aplicadores da lei no Poder Executivo e pelos demais órgãos da magistratura nacional, seja em grau singular ou tribunal".

Com relação ao efeito vinculante, entende que "evitará decisões diferentes sobre demandas idênticas já decididas no STF em grau definitivo", eliminando transtornos, como o de que se tem notícia no caso dos 147% devidos aos aposentados, que, mesmo após o pronunciamento do Supremo, obteve decisões díspares.

A redação primitiva exigia que as decisões definitivas de mérito só produziram eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, após sumuladas, sob o argumento de que "o efeito vinculante torna a decisão reiterada e sumulada uma norma com plenos efeitos suscetível de mudança ou perante o próprio STF ou através de lei".

Outro argumento é de natureza material, informando que "o STF é, entre as Cortes Constitucionais de todo o mundo, talvez a mais demandada, chegando a examinar cerca de 25 mil processos por ano, o que esgota sua capacidade atrasando os feitos. Em algumas Cortes, como a dos EUA, julga-se por ano no máximo 500 processos".

A redação original da PEC era a seguinte:

"Art. 102. ....  
.....

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após sumuladas, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado foi oferecida a emenda nº 1, substituindo o texto original por:

"As decisões definitivas de mérito, sumuladas, proferidas do Supremo Tribunal Federal, se este assim o declarar, terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

No Plenário do Senado, a PEC recebeu as seguintes emendas:

- nº 2 - além de dar nova redação ao § 2º, explicitando que o efeito vinculante abrange a súmula aprovada pela maioria absoluta do Tribunal e as decisões proferidas em ação declaratória de constitucionalidade e na ação direta de inconstitucionalidade, acrescentou § 3º, instituindo o incidente de inconstitucionalidade, dotado de efeito vinculante, permitindo que o STF decida, de maneira expedita os conflitos surgidos no âmbito da jurisdição ordinária, como se lê:

"§ 2º As decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, bem como as súmulas aprovadas pela maioria absoluta do Tribunal serão publicadas do Diário Oficial, terão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios".

"§ 3º Suscitada, em determinado processo, questão relevante sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição, em caso de controvérsia relevante entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput do art. 103, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.";

- nº 3 - introduzia os §§ 3º e 4º, o § 3º, visando limitar a edição de decisões com efeito vinculante às matérias de ordem tributária e



previdenciária, atenuando os poderes concedidos ao STF, para que não se crie o "juiz legislador", e o 4º estabelecendo parâmetro para a revisão das decisões com efeito vinculante, evitando que se tornem imutáveis, disposições essas que foram adotadas no Substitutivo do Deputado JAIRO CARNEIRO à PEC nº 96/92, que cuida da reforma do Judiciário:

"§ 3º As decisões de que trata o parágrafo anterior terão por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de **normas tributárias e previdenciárias**, acerca das quais haja **controvérsia atual** entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica."

"§ 4º A aprovação, alteração ou cancelamento da decisão com efeito vinculante de que trata o § 2º deste artigo poderá ocorrer de ofício ou por proposta de qualquer tribunal competente na matéria, pelo Ministério Público da União ou dos Estados, pela União, os Estados ou o Distrito Federal e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.";

- n° 4 - distinguia o efeito vinculante que se atribui aos casos concretos do exame em abstrato, assim:

"§ 2º Terão efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, e à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) as decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal, nas ações referidas na alínea a do inciso I deste artigo;

b) as decisões definitivas de mérito, do Supremo Tribunal Federal, quando este assim o declarar pelo voto de dois terços de seus membros.";

- n° 5 - acrescia, ao art. 102, parágrafo limitando a edição de decisões com efeito vinculante às matérias de ordem tributária e previdenciária:

"§ As decisões de que trata o parágrafo anterior terão por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de **normas tributárias e previdenciárias**, acerca das quais haja **controvérsia atual** entre órgãos judiciários ou entre esses



e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processo sobre questão idêntica.";

nº 6 - acrescentava parágrafo ao art. 102, visando estabelecer parâmetros para o revisor das decisões com efeito vinculante, impedindo sua imutabilidade:

"§ A aprovação, alteração ou cancelamento da decisão com efeito vinculante de que trata o parágrafo anterior, poderá ocorrer de ofício ou por proposta de qualquer tribunal competente na matéria; pelo Ministério Público da União ou dos Estados; pela União, os Estados ou o Distrito Federal e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.";

- nº 7 - acrescia ao art. 52, que trata da competência privativa do Senado, o inciso XI, renumerando os demais:

"XI - atribuir às decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após sumuladas, eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo."

O Senador JEFFERSON PERES, Relator da PEC no Senado, opinou contrariamente às emendas retromencionadas, ressaltando a de nº 4 cujo teor incorporou ao texto, acatando, além disso, sugestão do Senador JOSAPHAT MARINHO, no sentido de permitir ao Supremo Tribunal Federal, independentemente de súmula, declarar o efeito vinculante, por decisão de dois terços de seus membros, nos casos em que assim entender adequado, aduzindo que "de elevado interesse público, a proposta facilitará a ação do Supremo, pois a súmula depende de consolidação da jurisprudência para ser estabelecida e, ao mesmo tempo, depende de formalidades para ser alterada."

Dai surgiu a Emenda nº 8 de Plenário, ficando o § 2º do art. 102 da Constituição assim redigido:

"§ 2º Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, por voto de dois terços de seus membros."

Afinal, prevaleceu a substituição da expressão "ao Poder Executivo" por "da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios".

Está apensada à PEC nº 500/97 a PEC nº 517/97, que tem objetivo análogo, apenas com redação diferenciada.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado ouviu, em audiências públicas, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, o Procurador-Geral da República, Dr. GERALDO BRINDEIRO, o Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Dr. PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA, o Dr. EVANDRO LINS E SILVA, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, e o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO.

Igualmente ao Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa promoveu audiência pública no dia 21 de janeiro do ano em curso e ouviu as seguintes autoridades: Dr. AYMORÉ ROQUES POTTES DE MELLO, Juiz do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, Dr. LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO, o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. ACHILES DE JESUS SUGUARA FILHO, o Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Dr. PÁDUA RIBEIRO, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. SEPÚLVEDA PERTENCE, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. DALMO DALLARI, jurista e o Dr. GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO, Advogado-Geral da União.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinar sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição, nos termos da alínea *b*, do inciso III, do art. 32 do Regimento Interno, bem como do art. 202, *caput*.

O exame do mérito da matéria refoge à competência deste Órgão Técnico, competindo esse mister à Comissão Especial designada pelo Presidente, na hipótese de admissão da proposta, consoante o disposto no § 2º do art. 202 da Lei Interna.



Passamos, portanto, à apreciação da **admissibilidade** da Proposta de Emenda à Constituição nº 500, de 1997, oriunda do Senado Federal, que pretende conferir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante a decisões proferidas pelo STF, na forma e nas hipóteses que especifica.

Dispõe o § 1º do art. 60 da Constituição Federal que ela não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, circunstâncias essas que por ora não ocorrem.

O § 4º do mesmo art. 60, a seu turno, determina que a proposta de emenda à Constituição não será objeto de deliberação se ela visar, ainda que somente tendente, abolir a forma federativa de Estado (I), o voto direto, secreto, universal e periódico (II), a separação dos Poderes (III) ou os direitos e garantias individuais (IV).

Verifica-se que a proposta em exame não ofende o disposto nos incisos I, II, III e IV do § 4º do art. 60. Contudo, no que tange aos direitos e garantias individuais, não podemos deixar de atentar para o que dispõe o § 2º do art. 5º da Constituição Federal:

"§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem **outros** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados (...)" (destacamos)

Tal dispositivo remonta à Constituição Federal de 1891, que, em seu art. 78, enunciava:

"A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna."

As demais Cartas Políticas pátrias seguiram essa orientação. A fonte de inspiração foi a Emenda IX à Constituição dos Estados Unidos da América de 1787:

"A enumeração de certos direitos na Constituição não poderá ser interpretada como negando outros direitos inerentes ao povo."

Quanto à origem do preceito, CELSO RIBEIRO BASTOS e IVES GANDRA MARTINS abordam com clareza o tema:

"O dispositivo americano fazia muito sentido, sobretudo em face da concepção jusnaturalística sobre o



direito então vigente. O que se queria dizer é que o esquecimento ou a deliberada não-inclusão de direitos já reconhecidos em nível de costumes não implicava uma revogação da Carta Magna." (*Comentários à Constituição do Brasil*, v. 2, p. 394, Ed. Saraiva, 1989)

A Constituição Federal, ao enumerar os direitos fundamentais, não foi exaustiva. Há direitos explicitamente reconhecidos e outros, conforme se depreende do disposto no § 2º do art. 5º, que decorrem do regime e dos princípios por ela adotados.

O alcance do indigitado dispositivo nos revela com precisão MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO:

"A principal consequência do dispositivo em estudo é, conforme já ensinava João Barbalho (*Constituição Federal brasileira*, cit., p. 469), que não se aplica à matéria o brocardo *inclusio unius exclusio alterius*. "Para afastar essa conclusão" - ensina o mestre - "a Constituição declara que a enumeração nela feita, quanto a direitos e garantias, não deve ser tida como supressiva de outros não mencionados, os quais ficam subsistentes uma vez que sejam decorrentes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consagra" (*Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, v. 1, p. 88, Ed. Saraiva, 1990)

Não se pode desconhecer que o legislador constituinte erigiu como um dos princípios constitucionais, no que concerne a estrutura organizacional do Poder Judiciário, as competências diametralmente díspares, de um lado, do Supremo Tribunal Federal, ao qual incumbiu a guarda da Lei Maior e, de outro, do Superior Tribunal de Justiça, ao qual a Carta Política deferiu a missão de uniformizador do direito federal infraconstitucional.

PONTES DE MIRANDA, ao discorrer sobre a natureza e conceituação dos direitos fundamentais, reporta-se aos direitos que têm sua origem nos **órgãos estatais**. Transcrevemos a lição do preclaro jusconstitucionalista:

"A segunda classe dos direitos fundamentais é a dos que se originam de **garantia institucional**, ou seja de instituições jurídicas (família, casamento, propriedade), ou de **órgãos estatais**, ou **paraestatais**. O conceito de

instituto ou de instituição pode ser dado pela Constituição mesma. (...) As garantias de órgãos - ou de complexos organizativos - mais se referem a poderes constituídos, entidades estatais ou paraestatais. (...) Porque as garantias institucionais têm caráter mais social que individual, pensaram alguns que as garantias institucionais não geram direitos, pretensões e ações. Isto é falso, quer a respeito das garantias de institutos, quer das garantias de órgãos." (*Comentários à Constituição de 1967*, Tomo IV, p. 656, Ed. Revista dos Tribunais).

Inconcebível, destarte, a alteração da sistemática constitucional pátria para que o Supremo Tribunal Federal possa declarar efeito vinculante em matéria infraconstitucional (como, por exemplo, mandado de segurança de competência originária), o que se pode depreender do texto aprovado no Senado Federal que se refere a todas as decisões definitivas de mérito proferidas pela Suprema Corte, sem qualquer limitação material.

Com efeito, a proposição confere amplitude desmensurada às competências do Eg. STF, que poderá dar efeito vinculante a toda e qualquer decisão definitiva de mérito que profira, independentemente da matéria tratada, com o que estará castrando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que constituirá, a toda evidência, lesão aos princípios que norteiam o perfil constitucional do Poder Judiciário.

Quanto à missão constitucional do STF, oportuno ressaltar, nessa ocasião, os ensinamentos do Ministro CARLOS MÁRIO VELLOSO, membro daquela Egrégia Corte:

"No Brasil, em 1987/1988, a Assembléia Nacional Constituinte debateu em profundidade o tema relacionado com as cortes constitucionais, com a defesa da Constituição, com o controle da constitucionalidade. A efetivação do ajuste da Constituição formal à Constituição substancial, real, fez parte das cogitações dos constituintes. Muitos propugnavam por uma Corte Constitucional segundo o modelo europeu. Prevaleceu, entretanto, no seio da Assembléia Constituinte o bom senso. Não seria possível que fosse desprezada a experiência centenária de controle de constitucionalidade que vinha sendo praticado pelo Supremo Tribunal Federal, que construiu, em termos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, uma doutrina

brasileira. O constituinte consagrou, então o Supremo Tribunal Federal como "Corte Constitucional, estabelecendo competir-lhe, precipuamente, a guarda da Constituição. É o Supremo Tribunal Federal, então, a partir de 1988, a Corte Constitucional do Brasil. Justamente para que pudesse o Supremo Tribunal Federal realizar sua missão de Corte Constitucional, criou a Constituição de 1988 o Superior Tribunal de Justiça, que passou a exercer a competência do Supremo Tribunal no que concerne ao contencioso de direito federal comum; vale dizer, ao tempo em que a Constituição confere ao Supremo Tribunal as galas de guardião maior da Constituição, ela deseja que o Superior Tribunal de Justiça seja o responsável pela integridade, pela autoridade e pela uniformidade de interpretação do direito federal comum" (O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional in *Revista de Informação Legislativa*, out/93, pp. 5/30) (destacamos)

No tocante à competência do STF, impende lembrar, aqui, o magistério daquele insigne Ministro da Corte Suprema (cabendo aditar a menção à alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993):

"Segundo a Constituição de 1988, ao Supremo Tribunal Federal são conferidas competências em três planos: em primeiro lugar, competências originárias; depois, competência recursal ordinária e, finalmente, competência recursal extraordinária. Nesta última, mediante o recurso extraordinário, o Supremo Tribunal realiza o controle de constitucionalidade na sua forma difusa, já que, na ordem constitucional brasileira, são dois os tipos de controle de constitucionalidade adotados: o difuso, conferido a qualquer juiz ou tribunal, e que chega ao Supremo Tribunal através do recurso extraordinário, e o concentrado, que o Supremo Tribunal realiza no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, assim de sua competência exclusiva. (...) (ob. cit. p. 9)

(...) a história do Supremo Tribunal Federal se confunde com a história do controle de constitucionalidade. Afirmei também que compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição. É na jurisdição constitucional que a Corte Suprema realiza essa competência fundamental,



substancial, essencial e precípua, como está no art. 102 da Constituição, jurisdição constitucional que foi ampliada pela Constituição de 1988. A jurisdição constitucional compreende o controle de constitucionalidade, nos seus dois tipos, controle difuso e controle concentrado, e compreende também a jurisdição constitucional das liberdades" (ob. cit. p. 22)

Ainda quanto às atribuições do Excelso Pretório, cabe transcrever, a título de ilustração, a seguinte hipótese de divergência entre o STF e o STJ, em matéria idêntica de natureza infraconstitucional, apontada por aquele ilustre magistrado:

"Isto quer dizer que o direito administrativo, no que concerne aos servidores públicos, será interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, no caso de o servidor, que se julgar prejudicado pela decisão do TCU, impetrar mandado de segurança contra ato da Corte de Contas. Imaginemos que um outro servidor, na mesma situação, prefira a ação ordinária de outro, sem possibilidade de recurso ao Supremo Tribunal, se não tiver sido instaurado o contencioso constitucional. E não haverá possibilidade de ocorrer a uniformização da jurisprudência." (O STJ na Constituição. *RDA* 175/9)

Também, no Senado Federal, durante a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 23 de abril de 1997, o assunto foi ventilado pelas autoridades presentes. Naquela oportunidade, o ilustre Ministro EVANDRO LINS E SILVA esclareceu seu posicionamento no sentido que, salvo em matéria constitucional, a adoção de efeito vinculante fere o sistema constitucional quanto à organização do Poder Judiciário:

"(...) a redação da Emenda nº 3 do Parlamento, (...), é bem clara. Ela limita a vinculação à matéria constitucional. Considera vinculante a decisão do tribunal que decide matéria constitucional. Neste caso estou de pleno acordo. Agora, em matéria de lei federal ou de ato normativo do poder público penso que a súmula não pode ser vinculante, porque vai ferir, porque ela vai dar uma interpretação da lei que pode não ter sido aquela que o Parlamento editou. E então dá caráter impositivo obrigatório à sua decisão em matéria normal, comum, de lei federal." (Avulso, Senado Federal, p. 108)

Participava dos debates, na ocasião, o Senador JOSAPHAT MARINHO, que manifestou-se favorável ao entendimento do palestrante, no particular:

"(...) eu considero sobretudo o seu primeiro argumento, o de que o efeito vinculante fora da matéria constitucional fere a estrutura do sistema judicial."(Avulso, Senado Federal, p. 109)

Não é demasiado lembrar, aqui, que a abrangência maior e sem limitações do efeito vinculante poderá atingir outros pontos do sistema constitucional, sendo cabível citar, *verbi gratia*, o preceito que dispõe que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre matérias de competência privativa da União.

Acerca desse tema, leciona o Professor VICENTE DE PAULA MACIEL JÚNIOR:

"Outro ponto que tem sido evitado na discussão do efeito vinculante da súmula se prende ao fato de que o Brasil adotou em sua Constituição o sistema federativo de governo, enumerando a competência da União (art. 21, 22 e seus parágrafos da CF/88), deixando aos Estados a competência residual (parágrafo I do art. 25 da CF/88). Na verdade, no Brasil, houve o ideal federativo, embora se pautasse, na prática, pela conduta unitária de governo, com a prevalência da figura da União no cenário nacional. (...) a Constituição Federal foi coerente ao prever no art. 5º que "todos são iguais perante a lei", e mais adiante, por consequência, estabelecer (art. 22, I da CF/88, que a União terá competência privativa para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho. E mais coerente ainda se mostra quando se verifica a existência do parágrafo único do art. 22 da CF/88, que prevê a possibilidade de Lei Complementar poder autorizar aos Estados, legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas no referido artigo, pois, conforme ensina JOSÉ AFONSO DA SILVA, a competência privativa é aquela que pode ser delegada.

Se a competência privativa é a que pode ser delegada, andou bem a Constituição em prever a possibilidade de delegação no parágrafo único do art. 22 da Magna Carta. Existe, em tese, a possibilidade de que

os Estados, mediante Lei Complementar que os autorize, legislem sobre a matéria especificada no art. 22 da CF/88. Ou seja, os Estados podem, desde que autorizados por lei complementar, editar normas de direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.(...)

Portanto, quando se verifica que o legislador constituinte de 1988 concedeu a possibilidade de, por lei complementar, autorizar aos Estados a edição de normas de direito material e processual, verifica-se que há uma tendência nítida de fortalecimento da autonomia dos estados, para haver um equilíbrio do sistema federativo brasileiro. Só que, incoerentemente, o legislador ainda não editou lei complementar que permitisse aos Estados a regulamentação de sua vida negocial interna, mantendo-se ainda forte centralização do poder Federal, característica constante do sistema nacional. Também, incoerentemente, os Estados-membros não têm reivindicado e pressionado para a obtenção da autonomia de sua auto-regulamentação.(...)

A divergência de posições jurisprudenciais dentro do sistema federativo é comum, mesmo porque cada unidade da federação tem uma Constituição Estadual, tradições e costumes que geram reações mais ou menos uniformes dentro dele. O que deve haver, no entanto, é uma uniformidade de jurisprudência em cada Estado, imperando o entendimento da maioria, mas, a diversidade da jurisprudência de Estado para Estado é normal. E mesmo dentro de cada Estado, em virtude da vinculação de nosso ordenamento ao dos países de "civil law", deve ser permitida a possibilidade de alteração da jurisprudência, o que mantém a adequação da norma a seu tempo." (O Efeito Vinculativo das Súmulas e Enunciados *in Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 34, p. 164/167)

Constata-se, portanto, que a redação da proposta em análise carece de aprimoramento, com o escopo de que reste plenamente explicitada em seu texto a competência do STF para declarar o efeito vinculante tão-somente em matéria constitucional, motivo pelo qual sugerimos, nesta oportunidade, emenda visando tal propósito. O aperfeiçoamento alvitrado atenderá, outrossim, à boa técnica legislativa, vindo



ao encontro da necessidade de se evitar perplexidade interpretativa, diante da imprecisão do texto em torno da extensão da eficácia das decisões do Pretório Excelso.

Ressalte-se, por oportuno, a natureza regimental da **emenda**. O art. 118, § 8º, do Regimento Interno denomina emenda de redação aquela **"modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto"**. *In casu*, a redação vinda do Senado Federal certamente pressupõe o respeito à estrutura do sistema judiciário brasileiro, isto é, o Supremo Tribunal Federal como o guardião maior da Constituição e o Superior Tribunal de Justiça como o "responsável pela integridade, autoridade e uniformização de interpretação do direito federal comum" (ob. cit. Ministro Carlos Mário Velloso). Todavia, para evitar dúvidas ou interpretações, quanto à extensão da expressão **definitivas de mérito**, impõe-se maior clareza no texto com a menção **"em matéria constitucional"**, o que obviamente compatibiliza e ajusta a redação com o **princípio** da Constituição, erigido pelo legislador originário, de que o Poder Judiciário apoia-se nas competências do STF para as matérias constitucionais (art. 102, *caput*) e do STJ, para as matérias infra-constitucionais (art. 105), sendo tais regras cláusulas pétreas por tratarem-se de **direitos e garantias fundamentais** (ex vi art. 5º, § 2º, da Constituição Federal).

**Quanto ao exame de admissibilidade da PEC nº 517/97**, em apenso, temos a observar que a expressão "após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida", contida na proposta para o § 3º do art. 102, parece-nos, evidentemente, inadequada sob o enfoque constitucional.

Com efeito, tal expressão, pela sua amplitude, abrange as decisões interlocutórias, não definitivas por natureza, e que, por tal motivo, escapam à apreciação do Supremo Tribunal Federal, que se atém **exclusivamente às decisões definitivas em matéria constitucional**.

Como já assinalamos, quando da apreciação da PEC nº 500/97, a maior extensão da competência da Suprema Corte, no particular, feriria a sistemática constitucional do Poder Judiciário, que constitui princípio imodificável, a teor do § 2º do art. 5º da Lei Maior.

Há de se assinalar, ainda, por relevante e com vistas ao oportuno exame de mérito pela Comissão Especial, que tanto a redação original da PEC para o § 2º do art. 102 da Constituição, quanto a decorrente da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, dispunham que as decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF e que produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante deveriam ser **sumuladas**.

O eminente Senador JOSAPHAT MARINHO, todavia, sugeriu, em Plenário, que, **independentemente de súmula, se permitisse ao STF declarasse o efeito vinculante de suas decisões, nos casos que entendesse adequados, pois dois terços de seus votos, daí resultando, juntamente com a Emenda nº 4, do ilustre Senador RONALDO CUNHA LIMA, a Emenda nº 8 de Plenário, a final aprovada como a redação proposta pelo Senado Federal para o § 2º do art. 102 da Constituição.**

As razões daquele eminente Senador pela Bahia para suprimir a menção às decisões sumuladas estão explicitadas nas suas doulas manifestações nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Na exposição do Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, por exemplo, em 19 de março de 1997, o Senador JOSAPHAT MARINHO assim se refere sobre a supressão da súmula com efeito vinculante:

"Tenho discutido esse assunto com os colegas e, particularmente, com o Senador Ronaldo Cunha Lima. Perante S. Exª dei a sugestão, por ele admitida e incluída em sua emenda. Ao invés de cuidar-se de efeito vinculante mediante súmula, dar-se apenas ao Supremo Tribunal Federal - e só ao Supremo Tribunal Federal - a faculdade de declarar efeito vinculante, por dois terços de seus membros, nos casos em que a Corte entender adequada a medida. Vale dizer, não se generaliza. A súmula daria formalmente um efeito demasiado genérico. Por outro lado tinha o inconveniente de que, adotada, o seu cancelamento obedece a uma formalidade que dificulta. E mais. Um dos aspectos de que se cuida para estabelecer o efeito vinculante é o de obstar o número excessivo de processos. A súmula exigirá decisões repetidas para que fosse adotada. E o quadro brasileiro está, desse ângulo, exigindo uma solução pronta. (...) Não sendo súmula, terá outra vantagem: se o Supremo apurar que sua decisão, ao longo do tempo, não está produzindo os efeitos úteis devidos, poderá cancelar o efeito vinculante sem outras formalidades que a da decisão igualmente por dois terços. Não ficará sujeito àquele processo formal com que se pode alterar a súmula." (Avulso, Senado Federal, pp. 26/27).

Igualmente, por oportunidade da exposição ao Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, em 2 de abril de 1997, repetiu o Senador



JOSAPHAT MARINHO suas motivações para supressão da súmula com efeito vinculante:

"(...) na emenda do Senador Ronaldo Cunha Lima, entrou uma sugestão que foi por mim feita: a de permitir-se ao Supremo Tribunal Federal, independentemente da súmula, declarar o efeito vinculante por decisão de dois terços de seus membros nos casos em que assim entendesse adequado. Tenho a impressão de que essa fórmula facilita a ação do Supremo e é de irrecusável interesse público. A súmula depende de consolidação da jurisprudência para ser estabelecida e, ao mesmo tempo, depende de formalidades para ser alterada." (Avulso, p. 54).

Poderá vir a merecer, igualmente, apreciação da Comissão Especial a questão da eficácia das decisões tomadas com efeitos vinculantes, estabelecendo medidas processuais e coercitivas para seu cumprimento.

Face à grande relevância que a declaração de efeito vinculante passará a ter no sistema jurídico do País, parece-nos conveniente que norma legal, no nível maior de lei complementar, disponha sobre o procedimento para sua revisão e cancelamento.

Para tal, poderia a Comissão Especial, dentro de sua esfera de competência regimental, acolher emenda, acaso ali proposta, acrescenta ao art. 102 da Constituição, um § 3º, enunciador de norma que poderia ter a seguinte redação:

"§ 3º A lei complementar estabelecerá medidas processuais e coercitivas quanto à administração pública, para assegurar a eficácia da declaração de efeito vinculante, e disporá sobre o procedimento para sua revisão e cancelamento."

Entendemos oportuno, ainda, tecer algumas considerações acerca das manifestações e sugestões dos membros desta Comissão e dos ilustres palestrantes que participaram da audiência pública realizada neste Órgão Técnico, no dia 21 de janeiro do ano corrente.

Dos argumentos apresentados pelas autoridades convidadas, basicamente verificam-se dois posicionamentos distintos: de um lado os que vislumbram inconstitucionalidade e os que consideram a proposta apenas inadequadamente redigida, faltando-lhe clareza redacional para ajustar-se à vontade do legislador originário, quanto à estrutura constitucional do Poder Judiciário.



A manifestação do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE foi de coragem e sinceridade extremas: declarou a fâlcia do STF tal como funciona hoje. Disse que em 1997 o STF "fingiu" ter julgado 40.000 processos. A "mentira" ocorre dado o sistema e o Ministro apontou o maior problema que é o Recurso Extraordinário.

Comparando com dados de outros Tribunais Constitucionais, mencionou que nos EUA chegam à Suprema Corte cerca de 4000 processos, dos quais apenas 5% são julgados. A proporção é ainda menor na Alemanha, onde dos 7000 entrados, apenas 2% chegam a ser examinados. O mesmo ocorre na Corte Constitucional espanhola. E no contato com os magistrados desses tribunais, o Ministro observou que apesar das estatísticas serem bem mais favoráveis, esses órgãos já se consideram em crise!

O próprio Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, porém, observou que a redação do Senado dá amplitude muito maior do que o que é necessário ao Supremo, ou seja, bastaria que, de acordo com sua natureza de Tribunal Constitucional, as decisões do STF fossem vinculantes **em matéria constitucional**.

Na verdade, não há como ignorar que algo tem que ser feito. A inércia leva ao descrédito do Judiciário e à frustração do cidadão, além de não permitir que haja acesso real à democracia. Estes argumentos sensibilizaram os presentes.

Relevo se dá à manifestação do Presidente em exercício do STJ, Ministro PÁDUA RIBEIRO, que propugnou pela restrição do precedente vinculante ao que chamou "causas de safra", ou seja, ações com causa de pedir e pedido absolutamente iguais, diferindo apenas as partes, como muitas vezes ocorre em matéria trabalhista, administrativa, tributária e previdenciária. Observou, porém, ser o precedente inadmissível em causas penais e cíveis.

Esta manifestação, que consideramos a mais adequada das apresentadas, oferecemos como sugestão à Comissão Especial que nos sucederá no exame desta PEC: **limitar o precedente vinculante às matérias trabalhistas, administrativas, tributárias e previdenciárias, desde que idênticos os pedidos e causas de pedir.**

Outras idéias foram defendidas, das quais sobreleva notar a posição defendida pelo Deputado JOSÉ GENOÍNO, de substituir a redação da PEC por outra em que a Súmula do STF se destinasse a impedir recursos ("Súmula impeditiva de recurso"), o que deverá ser debatido e examinado na Comissão Especial.

Também é de se por em relevo a sugestão do Deputado VICENTE CASCIONE, de que houvesse norma destinada à limitação dos recursos ao STF que partem da própria administração, pois são os mais numerosos.

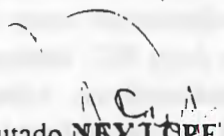
Merece registro, ainda, a emenda proposta pelo Deputado GERSON PERES, que sugeriu que essa norma dos precedentes vinculantes deveria ficar sujeita a revisão daqui a cinco anos, para verificação de sua eficácia na solução dos problemas do Poder Judiciário. Apesar de bastante adequada, esta sugestão só poderá ser tratada na Comissão Especial que examinará o mérito da PEC.

Por fim, cumpre-nos fazer breves anotações acerca dos votos em separado oferecidos nesta Comissão pelos Deputados JOSÉ GENOÍNO, ALDO ARANTES, SÉRGIO MIRANDA, WOLNEY QUEIROZ, NILSON GIBSON E JARBAS LIMA.

Não obstante os votos esposarem teses já conhecidas por esta Comissão, apresentam sugestões inovadoras para análise da Comissão Especial, merecendo realce a fórmula da súmula impeditiva de recursos, idéia da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, que se sustenta na irrecorribilidade da sentença ou do acórdão que tenha aplicado decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de ADIn, ADC ou de recurso extraordinário.

Por todo o exposto, voto pela admissibilidade da PEC nº 500/97, com a Emenda ora apresentada, ou seja, acrescida da expressão "matéria constitucional" e pela inadmissibilidade da PEC nº 517/97, apensada.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1998.

  
Deputado NEY LOPES.  
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 500, DE 1997**

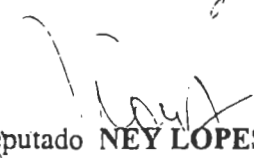
Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal.

Autor: SENADO FEDERAL  
Relator: NEY LOPES

**EMENDA**

Inclua-se no § 2º do art. 102 da Constituição Federal, na redação dada pelo artigo único da PEC nº 500, de 1997, após o vocábulo "mérito", a seguinte expressão: ",em matéria constitucional,".

Sala da Comissão, em 09 de *dezembro* de 1998.

  
Deputado **NEY LOPES**  
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 500, DE 1997****III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Vicente Arruda, Prisco Viana, Coriolano Sales, José Machado e, em separado, dos Deputados José Genoíno e Jarbas Lima, pela admissibilidade, com emenda, da Proposta de Emenda à Constituição nº 500/97 e pela inadmissibilidade da de nº 517/97, apensada, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Ney Lopes.



Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Anibal - Presidente, Magno Bacelar - Vice-Presidente, Darci Coelho, Ney Lopes, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Alzira Ewerton, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Djalma de Almeida César, Adhemar de Barros Filho, Gerson Peres, Jarbas Lima, José Rezende, Prisco Viana, Coriolano Sales, José Genoino, José Machado, Luiz Eduardo Greenhalgh, Pedro Canedo, Coraúci Sobrinho, Paulo Gouvêa, Rubem Medina, Bonifácio de Andrada, João Leão, Luiz Piauhyllino, Salvador Zimbaldi, Ivandro Cunha Lima, Luís Barbosa e Roberto Jefferson.

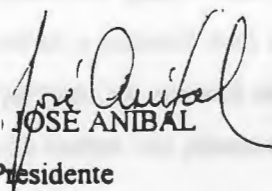
Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 1998

  
Deputado JOSÉ ANIBAL  
Presidente

EMENDA ADOTADA - CCJR

Inclua-se no § 2º do art. 102 da Constituição Federal, proposto pelo artigo único da PEC nº 500/97, após o vocábulo "mérito", a seguinte expressão: ",em matéria constitucional,":

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 1998

  
Deputado JOSÉ ANIBAL  
Presidente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 500, DE 1997  
(PEC Nº 54/95, do Senado Federal)  
(Apensa: PEC Nº 517/97)**

“Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal.”

**Autor:** Senador RONALDO CUNHA LIMA

**Relator:** Deputado NEY LOPES

**Declaração de Voto:** Deputado JOSÉ

**VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO****I - RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 500, de 1997, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, objetiva instituir em nosso ordenamento jurídico o chamado efeito vinculante para decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo. O chamado efeito vinculante ou súmula vinculante só passaria a vigorar quando fosse declarada pelo voto de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.

A ela foi apensada a Proposta de Emenda à Constituição nº 517/97, de autoria da Deputada Dalila Figueiredo, que institui o efeito vinculante com as seguintes características: a) a decisão instituidora da súmula com efeito vinculante deverá ser adotada por três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal; b) a decisão só será adotada após reiteradas manifestações em casos análogos; c) a matéria a ser sumulada diz respeito a questão processual controvertida, excluídas aquelas relativas aos direitos e garantias individuais; e d) o Supremo Tribunal poderá proceder à revisão ou cancelamento da súmula.

O Relator, ao término de seu parecer, apresenta Substitutivo que altera a redação ao incluir, após os vocábulo “mérito”, a expressão “em matéria constitucional”, concluindo pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 500/97.

É o relatório.

## II - VOTO

### 1. ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DA PEC Nº 500/97

Na Comissão Especial destinada a oferecer parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 96/92, do Deputado Hélio Bicudo, a qual a nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 112/95 está apensada, tivemos a oportunidade de apresentar voto em separado em que discutimos a constitucionalidade da súmula com efeito vinculante. Não obstante as diferenças entre ambas as propostas, notadamente no que se refere a penalidade pelo não cumprimento da súmula contida no Substitutivo do Relator à PEC nº 112/95, os argumentos ali expendidos se aplicam da mesma forma à Proposta em discussão. Na ocasião, manifestamo-nos nos seguintes termos:

*“A instituição da súmula com efeito vinculante constitui-se em instrumento de controle ideológico e de estratificação do processo criador do direito, que afronta os princípios e regramentos constitucionais.*

*Primeiramente, a súmula com efeito vinculante fere o pacto federativo, violando cláusula pétrea da Constituição (art. 60, § 4º, inciso I), ao suprimir dos juízes e Tribunais inferiores, regionais e estaduais, a prerrogativa de interpretar a lei e julgarem os processos de acordo com o livre convencimento de cada um, ficando todos obrigados a aplicar a determinação dos Tribunais Superiores, sob pena de cometerem crime de responsabilidade. Ela colide, também, com o princípio do juízo natural, pelo qual “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” (art. 5º, inciso LIII, da C.F.), violando um dos postulados dos Direitos e Garantias Fundamentais.*

*A súmula com efeito vinculante contraria o princípio da legalidade na medida em que os cidadãos não serão mais obrigados “a fazer ou deixar de fazer alguma coisa” apenas em virtude da lei, mas também em função da súmula vinculante. Por este viés, o Substitutivo do Relator está conferindo à súmula com efeito vinculante uma força cogente que nem a lei e nem a própria Constituição, discutidas e elaboradas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Constituinte Originário, possuem, pois é da natureza mesma da lei e da Constituição serem interpretadas consoante os usos e costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência.*

*Aspecto curioso - talvez revelador do real objetivo da reforma proposta - diz respeito a disparidade na aplicação da súmula, pois ela não é oponível a todos indistintamente. Se, por um lado, ela*



também obriga e condiciona a administração pública direta e indireta das três esferas federativas, podendo o agente da Administração que a descumprir ser punido com a perda do cargo, por outro, ela não vincula a administração privada, acarretando um desequilíbrio do ordenamento jurídico e das relações sociais por ele disciplinadas.

Consoante o insuspeito entendimento de EVANDRO LINS E SILVA, o pretendido efeito vinculante das súmulas afrontaria duas “garantias maiores, ou seja, dois institutos postos na Constituição para garantir os direitos fundamentais dos cidadão”. São elas, a saber:

*O primeiro deles é a separação de Poderes, inscrita no art. 2º da Constituição. A independência recíproca dos Poderes pressupõe, como é óbvio, que cada um deles exerça uma função exclusiva; caso contrário, haveria superposição funcional. A função precípua e exclusiva do Poder Legislativo, como estabelecido desde os primórdios do regime democrático moderno, é a de ditar as leis, entendidas como expressão da vontade geral do povo. Ora, a súmula com efeito vinculante absoluto para o juízes de primeira instância significa a introdução de um sucedâneo da lei em nosso sistema jurídico, produzindo a superposição ou conflito de atribuições entre os Poderes Legislativo e Judiciário.*

*A segunda garantia institucional afrontada pelas súmulas vinculantes é a liberdade-poder de todos os magistrados de decidir os litígios segundo a lei, conforme o seu convencimento pessoal. Essa independência da magistratura não pode ser suprimida nem mesmo reduzida, não só, como é óbvio, pelos demais Poderes, mas também pelos tribunais superiores ou órgãos dirigentes do Poder Judiciário. Os juízes de primeira instância ficariam proibidos de julgar livremente os casos abrangidos pelo pronunciamento prévio dos tribunais superiores, com a supressão do princípio do duplo grau de jurisdição” (EVANDRO LINS E SILVA. In “Súmula e Efeito Vinculante”, texto mimeo, pág. 8, 9 e 10).*

Único sobrevivente dos ministros presentes à sessão de 13 de dezembro de 1963, quando foi publicada oficialmente a primeira edição da Súmula da Jurisprudência Dominante do Supremo Tribunal Federal, EVANDRO LINS E SILVA, afirma categoricamente, verbis:

*“Segundo os protestos dos eminentes magistrados que compõem o STF e o STJ, o principal fator de obstrução do andamento dos seus trabalhos é o intenso recebimento de feitos repetitivos. Foi justamente essa abundância de causas*

*iguais que inspirou a feitura das Súmulas. A Súmula resolve com toda a rapidez os casos que sejam repetição de outros julgados, por simples despacho de poucas palavras do relator.*

*Faz muito tempo que o Supremo não edita novas súmulas, talvez há mais de dez anos. A ausência de súmulas retira do julgador o instrumento para solucionar, de imediato, recurso interposto ou a ação proposta. Por outro lado, os tribunais e juízes inferiores, que, de regra e geralmente, utilizam as súmulas como fundamento de suas decisões, não têm como se valer delas, inclusive para a celeridade de seus pronunciamentos. É muito difícil, devem ser raríssimos os casos, de rebeldia contra as súmulas. Ao contrário, os juízes de segunda e primeira instâncias não apenas as respeitam, mas as utilizam, como uma orientação que muito os ajudam em suas decisões. Todos sentem falta das Súmulas, que se tornaram instrumentos utilíssimos a todos os juízes e aos advogados. Elas, na prática, já são quase vinculantes, pela tendência majoritária dos juízes em acompanhar os julgados dos tribunais superiores. Torná-las obrigatórias é que não me parece ortodoxo, do ponto de vista da harmonia, independência e separação dos poderes. Todos os juízes devem ter a independência para julgar de acordo com a sua consciência e o seu convencimento, inclusive para divergir da súmula e pleitear a sua revogação.*

*As minorias dos tribunais, se não concordassem com a maioria, que estabeleceu a súmula, seriam rebeldes, teriam de calar-se, não poderiam mais lutar pela defesa de suas posições?*

*Amanhã, se um juiz decide contrariamente à Súmula, acompanhando um ministro que foi minoritário na sua elaboração, poderá ser punido por sua atitude? (In ob. cit.)."*

Além das razões anteriormente transcritas, podemos elencar outras que maculam a pretensa constitucionalidade da Proposta que estamos discutindo. Como veremos a seguir.

Na interpretação das leis, deve-se respeitar o princípio fundamental do pluralismo político (CF, art. 1º, inciso V) que é violado no instante em que se "elege" uma determinada interpretação, em detrimento de outras constitucionalmente válidas, para lhe dar o efeito vinculante e compulsório. Toda centralização na atividade de interpretar os textos jurídicos é antidemocrática. Uma Constituição "aberta", com seus valores múltiplos, só é compatível com a pluralidade de idéias, de ideologias e de pensamentos.

Choca-se, ademais, a súmula vinculante, com o princípio da tutela ordinária dos direitos fundamentais, que deriva do art. 5º, § 1º (eficácia imediata),



da Constituição Federal, que está amparado pela cláusula pétrea do art. 60, § 4º, inciso IV. No moderno constitucionalismo, reconhece-se que os direitos fundamentais contam com a garantia da tutela ordinária (juizes ordinários), extraordinária (recursos extraordinários) e internacional (Cortes Internacionais). Se os juizes ordinários não possuem a imparcialidade e a independência necessárias e se, de outra parte, devem seguir “orientações jurisprudenciais superiores”, torna-se patente que essa tutela ordinária se resume a pura formalidade. A diferença entre Democracia formal e Democracia substancial está exatamente na capacidade do sistema jurídico de prestar efetiva tutela aos direitos fundamentais.

Pelas razões expostas é que entendemos que a Proposta em discussão deva ser considerada inadmissível. Entretanto, entendemos também que a realidade concreta do acúmulo de ações e da morosidade da prestação jurisdicional está a exigir desta Casa outras alternativas, consoante veremos a seguir

## 2. A PROPOSTA DO GRUPO MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - AJURIS

Na audiência pública promovida por esta Comissão em 21 de janeiro do ano em curso, tivemos o privilégio de ouvir, dentre outros, o Dr. AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, na ocasião Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul e hoje Desembargador do Tribunal de Justiça, além de Diretor de Assuntos Constitucionais da Associação de Juizes daquele Estado na gestão 94/95 e 96/97 e Coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais. Na exposição aqui realizada, e distribuída, por escrito, para todos os parlamentares, pudemos tomar conhecimento de proposta elaborada em 1995 pelo Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais e adotada pela AJURIS, “consistente nas fórmulas de unificação e uniformização do sistema de controles da constitucionalidade e da súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos” (Aymoré Roque Pottes De Mello. In “A Aplicação do Efeito Vinculante/Súmula Vinculante no Sistema de Controles da Constitucionalidade Brasileiro: as PEC’s nºs 500/97 (PEC nº 54/96-SF) e 517/97”, palestra proferida na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados em 21.1.98, texto mimeo. p. 28). Pela justeza do mérito da proposta, por estarmos convencidos de que ela se constitui em uma alternativa viável às propostas de efeito vinculante/súmula vinculante que estão sendo debatidas nesta Casa, e por, lamentavelmente, o Relator não ter conferido, em seu voto, o destaque e a análise que ela merece, transcreveremos na íntegra o trecho da exposição que a define e explicita, *verbis*:

*“De registrar, em duplo abono dessas fórmulas e com especial ênfase à súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos, a sua índole não-autoritária, racionalizante e ergonômica. A magistratura gaúcha aprovou-as em assembléia geral de classe realizada em outubro de 1995, quando rejeitou o mecanismo do efeito/súmula*



vinculante e o incidente de constitucionalidade *per saltum*. Por outro lado, mais recentemente, a magistratura brasileira, a exemplo do que já havia decidido no XIV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela A.M.B. e ocorrido em Fortaleza em novembro/1995, novamente reuniu-se no Recife em novembro de 1997, no âmbito do XV Congresso Brasileiro de Magistrados (A.M.B. - Associação dos Magistrados Brasileiros), tendo rejeitado o mecanismo do efeito/súmula vinculante e aprovado em sessão plenária a fórmula da súmula impeditiva de recursos, sendo que ambas as proposições foram apresentadas e defendidas pela AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

A mecânica e estrutura dessa fórmula parte de concepção singela. Mediante a reiteração de decisões - concentradas e/ou difusas - declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo impugnado, o S.T.F., em procedimento específico e normatizado, edita súmula (oriunda do mecanismo concebido pelo saudoso Ministro VICTOR NUNES LEAL e, como tal, endossado no C.P.C. vigente, ou seja, sem efeito vinculante) cujo preceito, adjetamente, declare que o seu enunciado torna-se, a partir da publicação, condição de inadmissibilidade à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que aplicá-la. Considerando que a inconformidade objeto de questionamento constitucional deve cingir-se a matéria de direito, uma vez estando esta sumulada pelo S.T.F., todos os recursos contra ela dirigidos, inclusive o agravo de instrumento, terão efeito unicamente configurativo da tão decantada e eternizante "mora legal judicializada". Subindo a exame do S.T.F., mediante recurso extraordinário, as razões de inconformidade e inaplicação do enunciado da súmula (sem efeito vinculante), o fluxo de criação jurisprudencial historicamente construído pelos operadores do direito judiciário a partir do 1º. Grau de jurisdição - o julgo natural ou da terra - permanecerá intacto e de acordo com a melhor tradição do Direito brasileiro, de indiscutida matriz romano-germânica, ontológica e estruturalmente diverso do sistema da *commom law*. Intacto permanece, também, o sagrado princípio e direito-garantia fundamental do duplo Grau de jurisdição, pois a edição da súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos tem como pressuposto a existência de fluxo criativo jurisprudencial com a participação assegurada a todos os operadores do Direito em todos os julgos e tribunais do País. É de registrar, ademais, que essa fórmula, uma vez transplantada normativamente para o âmbito de competências dos respectivos Tribunais Superiores, gera idênticos resultados no plano democrático da imponibilidade *erga omnes*, racionalização e ergonomia do sistema recursal que lhes é inerente.

E, o que é mais importante, resolve o problema da enorme quantidade de recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal, mormente no que eles dizem respeito às questões de

*abrangência de massa, sejam idênticas, análogas ou dessemelhantes. Em sentido contrário, é de bom senso concluir que, se o acolhimento legislativo e a utilização processo-procedimental dessas fórmulas continuarem a assoberbar o Supremo Tribunal Federal de recursos extraordinários, é aconselhável ouvir o que a cidadania fala por seus advogados e juízes das instâncias inferiores.*

*Em suma, as fórmulas propostas são de todos e para todos, assegurando e legitimando a participação de todos no processo de criação do Direito para todos. E o processo legislativo-parlamentar típico, a matriz da lei por excelência, permanece sem competidores. A exceção das medidas provisórias...*

*Essa fórmula tem o seguinte enunciado normativo, sediado no art. 102 da Constituição Federal, no mais mantendo-se a sua redação e renumerando-se os dispositivos que se fizerem necessários.*

***"I - processar e julgar, originariamente:***

***a) a ação direta constitucional de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, quando contrariar dispositivo desta Constituição;***

.....

***§ 1º. A declaração de inconstitucionalidade proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva de mérito, em ação direta ou incidentalmente, é oponível contra todos e produz efeito automático, geral e subordinante de cassação da validade do preceito inconstitucional desde o seu início de vigência, constituindo-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a sentença ou acórdão que a houver aplicado.***

***§ 2º. O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante julgamento fundamentado de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões definitivas de mérito declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo, editar súmula e dispor que o seu enunciado constitui-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado.***

***§ 3º. A revisão ou cancelamento de súmula editada nos termos do § 2º. poderá ocorrer de ofício, por proposta de qualquer tribunal competente para a matéria ou mediante provocação das autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 103, observado idêntico escopo de votação.***



§ 4º. A decisão que acolher, no todo ou em parte, reclamação de garantia da autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal, constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.

§ 5º. A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos de lei, e, uma vez julgada procedente, total ou parcialmente, sua decisão constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais."

A proposta do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS é muito simples e visa a sacramentar constitucionalmente aquilo que a estrutura judiciária brasileira, historicamente, mesmo em tempos de exceção democrática, sempre produziu, alcançando o seu modelo judiciário - tecnoburocrático - à condição de mais conceituado e efetivo da América Latina, em que pese todos os seus defeitos e imperfeições, mormente as de ordem corporativa. Ademais, é preciso que se afirme com todas as letras, em alto e bom som para todos os brasileiros, que a estrutura orgânica e funcional da magistratura brasileira não encontra similar no mundo inteiro, embora os seus juizes sejam cidadãos de uma nação de terceiro mundo, quadro que, a nosso ver, coloca os aperfeiçoamentos do Judiciário nacional majoritariamente no campo crítico do comportamento humano, à semelhança, neste quadrante, de todas as demais corporações existentes no país.

A proposta visa a consolidar o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional do país. Mas também diz que todos os Juízos e Tribunais pertencem aos brasileiros, ao Estado-Nação, o que deve ser entendido e reforçado pelos governos que se sucedem. Diz, ainda, que devem ser alteradas as regras definidoras do modo de acesso ao S.T.F. e estabelecido tempo de exercício de mandato eletivo para os seus membros. Diz, ademais, que as regras do jogo pertinentes ao sistema de controles da constitucionalidade devem ser transparentes e estar claramente escritas na Carta Política do país: só a lei mal-feita ou deliberadamente lacunosa precisa de construções hermenêuticas que supram os seus defeitos, independentemente da intenção com que foi produzida. Diz, sem prejuízo, que os princípios do juízo natural da terra (1º. Grau de jurisdição) e o duplo Grau de jurisdição se constituem na mais importante e democrática fonte de evolução do direito positivo, deste modo esgotando-se a justiça do povo, dela defluindo, consequencial e posteriormente - jamais o contrário -, a função republicana federativa nacional de uniformização hermenêutica da instância

REPUBLICANA

pelos Tribunais superiores quanto à



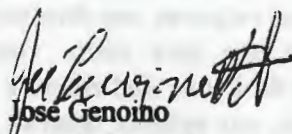
*legislação ordinária e pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito legislativo constitucional. Diz, por fim, que a direção empreendida pelo Constituinte Originário de 1.988 foi descentralizante no âmbito do pacto federativo, reforçando a tessitura institucional dos Municípios e dos Estados, nesta ordem, colocando a União no lugar de onde ela jamais deveria ter saído na História brasileira.*

*Por outro lado, a proposta da AJURIS declara que a causa primeira e última do atrolhamento de recursos no S.T.F. está calcada na situação que o Poder Executivo federal e dos Estados criam, por si e seus prepostos orgânicos e funcionais, ao instrumentalizar as vias recursais extraordinárias do Judiciário com fins eminentemente protelatórios para retardar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, formadores da tão decantada mora judicializada, sem prejuízo da edição abusiva e indiscriminada de medidas provisórias, modo pelo qual tira partido das históricas fragilidades institucionais e operativas do Congresso Nacional. Declara, ainda, que as distorções operacionais da malha recursal extraordinária contribuem de forma decisiva para que esse quadro de inadimplência do S.T.F. se agudize ainda mais, pois não possui qualquer sistema de freios - institucionais democráticos - que lhe dêem racionalidade e efetividade. Declara, por fim, que a finalidade da malha recursal encontra a sua grande razão de ser no duplo grau de jurisdição, pois como o próprio nome refere, o sistema recursal para os Tribunais da Federação é extraordinário.” (In ob. cit. p. 28 a 34).*

Os argumentos transcritos falam por si. Estamos diante de uma alternativa viável que está a merecer toda a atenção desta Casa e de todos aqueles que se preocupam com a Reforma do Poder Judiciário, notadamente o Supremo Tribunal Federal.

Por todo o exposto, **voto pela inadmissibilidade** da Proposta de Emenda à Constituição nº 500/97, da emenda a ela apresentada e da Proposta de Emenda à Constituição nº 517/97.

Sala da Comissão, em 15 de Abril 1998.

  
José Genoíno  
Deputado Federal  
PT/SP

**VOTO EM SEPARADO DO SR. DEPUTADO JARBAS LIMA****I - RELATÓRIO.**

Trata-se de examinar, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, à luz do disposto no art. 32, inc. III, em especial no pertinente às suas alíneas "a", "b", "d" e "e" (1a. e 6a. hipóteses), do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº. 500/97, originária do Senado Federal - onde tramitou sob o nº. 54/95 -, à qual foi apensada, nesta Casa, a Proposta de Emenda Constitucional nº. 517/97.

O enunciado da PEC nº. 500/97, nos termos em que recebida a proposta do Senado Federal, tem a seguinte redação:

**" Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros."**

Por outro lado, o enunciado da apensada PEC nº. 517/97, originária desta Casa, propõe a criação e a seguinte redação para o § 3º. do art. 102 da Constituição Federal:

**" O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de três quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida e excluídas as matérias relativas aos direitos e garantias individuais, aprovar Súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento."**



Recebidas as propostas nesta Comissão, foi designado Relator o ilustre Deputado Ney Lopes. Iniciada a tramitação regimental e em regime de discussão das matérias abrangidas pelos referidos projetos legislativos de ordem constitucional, esta Comissão entendeu por bem realizar audiência pública a fim de colher subsídios junto a proeminentes personalidades do mundo jurídico nacional, visando ao enriquecimento do debate parlamentar e à busca de soluções legiferantes que, sem prejuízo de elaborar soluções para magistrados e tribunais, se pusessem a serviço do Estado Democrático de Direito e dos jurisdicionados. Assim é que, no curso do dia 21 de janeiro de 1.998, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação desta Casa teve a singular oportunidade de ouvir os seguintes juristas: Juiz AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, membro do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul - T.A.R.G.S. - e Coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais do mesmo Estado, que se pronunciou contrariamente à adoção do efeito/súmula vinculante propostos nas PEC's sob estudo, enunciando proposta alternativa consistente na fórmula da "súmula impeditiva de recursos" no sistema de controles da constitucionalidade nacional; Juiz LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - A.M.B., que se manifestou contrário à aprovação das PEC's sob referência e apoiou a fórmula da "súmula impeditiva de recursos" elaborada pelo Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais coordenado pelo Juiz acima referido, aprovada no XV Conselho Nacional de Magistrados (1.997) por proposta da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul; Doutor REGINALDO OSCAR DE CASTRO, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - O.A.B., que se manifestou contrariamente à aprovação das PEC's em tramitação; Promotor de Justiça ACHILES DE JESUS SIGUARA FILHO, Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público - CONAMP, que também se pronunciou contrariamente à aprovação das PEC's sob regime de discussão na C.C.J.R.; Ministro PÁDUA RIBEIRO, Vice-Presidente do



Superior Tribunal de Justiça - S.T.J., que se pronunciou favoravelmente à aprovação da PEC nº. 500/97, todavia limitado o efeito vinculante exclusivamente à matéria constitucional; Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, membro do Supremo Tribunal Federal - S.T.F., que se pronunciou pela aprovação da PEC nº. 500/97, nos termos em que aprovada no Senado Federal; Professor Doutor DALMO DE ABREU DALLARI, advogado, jurista e constitucionalista da Faculdade do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo - U.S.P., que se manifestou pela rejeição de ambas as PEC's sob discussão, em face dos vícios de inconstitucionalidade; e Doutor GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO, Advogado-Geral da União - A.G.U., que manifestou o seu apoio às propostas de adoção do efeito/súmula vinculante constantes nas PEC's nºs. 500/97 e 517/97.

É o relatório.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO DO VOTO.**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

De início, impende deixar registrada a iterativa participação que tenho desenvolvido nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em Comissões Especiais e em Plenário, em projetos que digam respeito à estrutura orgânica e ao funcionamento do Poder Judiciário brasileiro.

Neste sentido, sempre registrei com firmeza as posições que assumi no curso dos estudos e discussões inerentes a esse setor de construção legislativa constitucional ou infraconstitucional, a exemplo dos relatórios, questões de ordem, votos de mérito e recursos que produzi - nesta C.C.J.R., nas Comissões Especiais pertinentes ou em Plenário - nas propostas de reforma constitucional do Poder Judiciário (PEC's nº. 96/92 e nº. 112/95), da Previdência Social (PEC nº. 33/95) e

do Aparelho de Estado (PEC n.º. 173/95), nos projetos de lei n.º. 2.960/97 e n.º. 2.961/97 e muitos outros.

Nesse mister, sempre tenho propugnado pela intangibilidade constitucional das cláusulas garantidoras da independência interna e externa dos magistrados e do Poder Judiciário, enfatizando a indispensabilidade das suas funções de autogoverno, não obstante também sempre tenha identificado a necessidade de aperfeiçoamentos na sua estrutura orgânica e funcional, igualmente propondo soluções democráticas, não-autoritárias nem subservientes, que visem à consolidação desse Poder de Estado como a derradeira trincheira de defesa das liberdades públicas e baluarte de sustentação do Estado Democrático de Direito sufragado na Carta Constitucional de 1.988.

Por conseguinte, é nessa moldura ideária de conduta parlamentar que me vejo na contingência de contribuir para o debate ora desenvolvido nesta Comissão em torno das PEC's. n.ºs. 500/97 e 517/97, que introduzem modificações substanciais no sistema de controles da constitucionalidade brasileiro.

## **2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL EM TRAMITAÇÃO.**

Neste sentido, por refletir com exatidão a plataforma de idéias que tenho defendido em relação à questão judiciária, peço vênica para adotar como fundamentação de voto as análises e proposições desenvolvidas pelo Doutor AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul, Coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais do mesmo Estado e Diretor de Assuntos Constitucionais da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, na palestra que proferiu na audiência pública realizada nesta Comissão em 21 de janeiro próximo passado, a qual tem o seguinte teor

**" A APLICAÇÃO DO EFEITO VINCULANTE/SÚMULA VINCULANTE NO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO: AS PEC's n.ºs. 500/97 (PEC n.º. 54/96-SF) E 517/97.**

**1. AS RAÍZES GENÉRICAS DA CRISE.**

Trata-se de analisar, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposta de emenda constitucional n.º. 500/97, da Câmara dos Deputados, a partir do conteúdo propositivo que lhe foi dado pelo Senado Federal, de onde é originária e foi legislativamente processada como a proposta de emenda constitucional n.º. 54/95, registrando-se que, nesta Casa, recebeu o apensamento da PEC n.º. 517/97.

Preliminarmente ao enfrentamento do tema proposto, de conveniência proceder breve exame de da Carta Federal, em especial o da legalidade e o da moralidade. Na prática, o Judiciário não foi capaz de desempenhar de pronto e a contento esse novo papel, que sequer resultou nitido na consciência dos seus operadores. Generalizou-se, por conseguinte, a crítica ao Judiciário, sobrevivendo a sua crise.

Para EUGENIO RAÚL ZAFFARONI, autor da classificação de modelos judiciários em que o brasileiro é classificado como técnico-burocrático, meio termo entre os modelos empírico-primitivo e de democracias contemporâneas avançadas (*in* "Poder Judiciário - Crise, Acertos e Desacertos.", Ed. RT, 1a. edição, 1.995), "A pobreza de análise (da questão judiciária) é, inclusive, mais profunda, porque tampouco é raro que se ignorem ou não se especifiquem as funções que se quer atribuir ao Judiciário. Qualquer instituição deve cumprir determinadas funções e sua estrutura otimizada dependerá da clara atribuição prévia dessas funções, quer dizer, a estrutura otimizada de uma instituição será sempre a que a capacite para o melhor desempenho do que a ela será cometido. Quando o que lhe é cometido não seja bem definido, ainda menos definidos serão os seus modelos estruturais. (...) Por último, é indispensável ter em consideração que as instituições reconhecem funções "manifestas" e "latentes", ou seja, as funções que são anunciadas no discurso oficial e funções que realmente são cumpridas na sociedade." (op. cit., p. 22). Anotando argutamente que a disparidade entre as funções manifestas e latentes não pode ser erigida em discurso sedante, ZAFFARONI preleciona ser "indubitável que a opacidade teórica na identificação das funções judiciais desemboca na impossibilidade de "pensar" claramente as estruturas do Judiciário, mas tampouco se pode deixar de considerar que isto se potencializa com a tentação de ocultar a falta de precisão pensante sob uma generalizada sensação de "crise judicial",



que nada mais faz do que dramatizar sem definir." (op. cit., p. 23). Assevera o ilustre jurista portenho, contudo, que "dentro da relatividade do mundo, a impossibilidade do ideal não legitima a perversão do real.", e que "ainda que a sensação de crise seja explorada politicamente, ainda que ela seja redundante na América Latina, ainda que dela se abuse até o ponto de assim mercados de trabalho e de consumo, de par com altas taxas de desemprego, baixos níveis salariais, crescimento geométrico do mercado informal de trabalho e notável incremento nos índices de inadimplência empresarial e civil.

E porque inegável, a crise passa a mobilizar os principais e históricos atores da cena política nacional e instaura um verdadeiro e litigioso processo de disputa pelo poder de produzir e direcionar a sua solução. Como costuma acontecer em querelas deste gênero e dimensão, as facções litigantes fazem proliferar os movimentos redistributivos de culpas e de isenções de responsabilidade, não só a fim de mascarar os reais intentos revisionistas do processo de manutenção e/ou tomada do poder, mas também com o objetivo de criar clima de emocionalidade no enfrentamento das questões, assim propiciando terreno fértil ao surgimento de ambientes difusamente dúbios, facilitadores das ações transacionais assecuratórias do atingimento das soluções e metas hegemônicas celebrizadas por Lampedusa em "O Leopardo". Para os tradicionais atores dessa cena política, historicamente nada há de mais perigoso do que uma legítima crise do sistema dogmático, âmbito em que a incontornável auto-admissibilidade - ou confissão - de ineficiência e ineficácia dos modelos institucionais pode gerar resultados e/ou soluções de alto risco - autênticas caixas de Pandora - para as supremacias estabelecidas.

Na área pública, então, sob ótica vertical, a União passa a protagonizar procedimentos autofágicos com os Estados e Municípios, em luta generalizante e redistributiva dos serviços e receitas, assim pretendendo aumentar a sua participação nestas e livrar-se da execução daqueles, inaugurando práticas políticas que objetivam o estabelecimento do Estado Unitário e hegemônico, enquanto que, no plano doutrinário, passa a desenvolver princípios, diretrizes e ações de governo atreladas aos princípios doutrinários apregoados pelo neoliberalismo engendrado por Frederick Hayek e a Société du Mont Pélerin na década de 40, nos dias atuais de conhecidas e funestas consequências sociais no México, Argentina, Chile, Bolívia e, mais recentemente, nos denominados "Tigres Asiáticos". Na ótica horizontal, o Executivo Federal estabelece, de um lado, práticas mutualistas partidárias que subsumem a dominação política do Congresso Nacional, e, de outro, a atribuição de responsabilidade, ao Poder Judiciário, pela geração de altos níveis de insegurança jurídica para os investimentos produtivos, além da falta de efetividade jurisdicional como matriz de instauração de moratória no implemento das

políticas públicas. Na área da iniciativa privada, seus agentes corporativos assistem e incentivam o aprofundamento desse quadro contristador, e, através de preposições políticas e partidárias, buscam viabilizar a formação do Estado Mínimo, a aquisição vil do patrimônio público e a privatização dos (deficitários ?) serviços estatais.

Nesse processo de disputa de poder entre os atores da cena nacional, a crise política do Estado transforma-se em fator de "ingovernabilidade", justificativa que o Poder Executivo central e suas alianças partidárias encontram para imputar à rígida "Constituição Cidadã" toda a sorte de responsabilidades pelas mazelas brasileiras. Identificada a culpada, de imediato surge o veredito-solução: tornar flexível a Carta de 1988, desconstitucionalizando-a naqueles assuntos de interesse liberatório do Governo, reformando-a nos temas de inconveniência ou obstaculização política.

## 2. A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO.

A crise institucional de sistemas políticos dogmáticos e hegemônicos, quando pacífica, carrega no seu bojo enorme potencial de mudanças em todos os setores da cena nacional, pois retrata o esgotamento, em níveis os mais variados - mas sempre avariados -, das supremacias e modelos vigentes. Tomisticamente considerada, a inexorabilidade dessa crise pode ser transformada em poderosa diáspora para a correção de rumos distorcidos e construção de estruturas objetivas que alavanquem a sua superação e permitam a edificação de um futuro melhor e socialmente mais justo para a cidadania no médio prazo. A questão reside, consoante já referido, em produzir e direcionar suas soluções em consonância com essas finalidades, de evidente e insubstituível cunho humanístico. Foi-se a época em que, acreditava-se, alguns construiriam durante certo tempo o bolo, para depois - e nenhum algum - repartirem-no com todos.

Natural, pois, que a crise judiciária seja parte integrante e emergente de uma crise conjuntural do Estado brasileiro, tendo contribuído interna e externamente para a sua formação e surgimento. Por igual cristalino que a tomada de consciência sobre a crise judiciária, por parte dos operadores e atores nela envolvidos, seguida da formulação de planejamentos estratégicos objetivos e programas e projetos de saneamento consistente das distorções atuais, permitirá a estruturação de um Poder Judiciário apto ao eficiente e eficaz atendimento dos pleitos da cidadania. Entretanto, para que tal ocorra, torna-se indispensável um profundo, sério e desapassionado exame diagnóstico e de situacionamento da questão judiciária brasileira, a identificação das suas raízes, contornos e efeitos, bem como a sua



comparação com os modelos judiciários existentes no mundo contemporâneo, suas principais características, defeitos e virtudes. Assim procedendo-se, ficam de pronto afastados os vícios do emocionalismo, os ranços do corporativismo, as irresponsabilidades do voluntarismo ignorante e serviçal, a prepotência da hierarquia cega e obscurantista, os casuismos das soluções subjetivas, interesseiras e subalternas, a tutela de posturas bonapartistas e saudosismos gongóricos. Então, e só então, ter-se-á legitimação ética e firmes condições de equacionamento sustentado da questão judiciária brasileira.

No clima originado pela ânsia reformista para alcance da tão apregoada "governabilidade" no plano federal, numerosas propostas de reforma da Carta de 1.988 vêm sendo postas à apreciação do Congresso Nacional, âmbito em que o Judiciário tem merecido destaque como "Poder em crise", sendo revelada profunda insatisfação com o baixo nível de atendimento de suas atribuições constitucionais. Por isso e mediante discurso que parte de premissas equivocadas na maioria das vezes, a necessidade da reforma da estrutura judiciária coloca-se como sentimento quase que generalizado entre os detentores do poder para tanto. Todavia, para que as apregoadas reformas não resultem no desmantelamento do Judiciário como Poder de Estado, enfraquecendo-o ao ponto de torná-lo um mero serviço estatal subordinado aos interesses e controle dos governos que se sucedem, é preciso que se tenha presente a globalidade das causas da "crise da Justiça" - constituída por vasto elenco -, atrelada à inegável crise do Estado e do Direito.

A sociedade brasileira, em curto espaço de tempo, adquiriu nova identidade: em 1.940, apenas 32% da sua população pertenciam à zona urbana, ao passo que em 1.980 esse percentual subiu para 68%, concentrando 90% dos brasileiros na condição de pobres a miseráveis. A partir de 1.985, com o paulatino ressurgimento da democracia como princípio básico e com a reafirmação do Judiciário como Poder, o questionamento e a impugnação popular às ações e omissões governamentais passou a ser rotineiro nas lides forenses, gerando uma explosão de demandas - liberando a "litigiosidade contida", no sentir do Ministro Sepúlveda Pertence - e colocando em contraposição os novos conflitos sociais com leis envelhecidas e formação técnica defasada. O final do regime militar resultou no abandono de políticas de crescimento forçado e artificial, tornando-se inescandíveis e agravadas as misérias e demais mazelas sociais. Os conflitos passaram de individuais a intercoletivos, ou travados entre coletividades e Governo, gerando grupos massivos de lesados, tais como aposentados, trabalhadores e contribuintes. O Direito passou de uma visão abstrata e inerte para uma perspectiva ativista, colocado em posição politizada e gerando perplexidade à maioria ortodoxa dentre seus operadores. Promulgada a Carta de 1.988,



nela lançadas as bases de um novo pacto social brasileiro; começou a operar-se, de modo célere e efetivo, a adequação do jurídico à pulsante realidade brasileira. Muito especialmente no âmbito do Direito Material, ao Judiciário foi garantido instrumental técnico-legislativo que lhe permitisse ir ao encontro dessa nova ordem social, assim passando a efetivar legitimamente o "Direito vivo" e os direitos sociais deferidos pela nova Constituição Federal. O que ocorreu, entretanto, revela um Estado inadimplente perante essa nova ordem, tendo o Judiciário funcionado como "fórmula legal e legítima" de fuga do Poder Público e do empresariado quanto ao cumprimento dos seus deveres obrigacionais. Instaurou-se época em que, se o cidadão quisesse efetivar seu direito, "que fosse para a Justiça!". Centenas de milhares de demandas judiciais poderiam ter sido evitadas se as políticas públicas então adotadas houvessem seguido os cogentes princípios insculpidos no "caput" do artigo 37 situacionamento dessas propostas no cenário político pertinente às reformas constitucionais em curso no Congresso Nacional, a fim de que, diante de visão analítica de conjuntura, melhor se possa aquilatar a natureza, dimensão e efeitos dos projetos legislativos ora sob comentário.

Inserida numa sociedade de massas voltada para o consumo e no bojo de uma economia de Terceiro Mundo sustentada por moldura altamente concentradora de renda, a crise política do Estado brasileiro escancarou-se nos anos 80. O retorno às práticas democráticas fortaleceu o Estado de Direito e, como consequência do desenvolvimento da consciência política nacional, desembocou na Constituinte Originária de 1988, daí emergindo a denominada "Carta Cidadã", consagradora de substantivas conquistas da Sociedade brasileira no plano distributivo dos direitos e garantias fundamentais - individuais, sociais, difusos e coletivos -, a maior parte deles fruto de históricos pleitos e árduas lutas por várias décadas.

Promulgada, a Carta de 88 gerou um processo coletivo de levantamento de expectativas na sociedade brasileira, em paralelo ao início de desenvolvimento sustentado, no plano comportamental, da sua consciência crítica no exercício da cidadania. Este dinâmico quadro de perspectivas sociais, somado à massa de miserabilidade econômica de amplos segmentos populacionais ávidos de reivindicações, entra em choque, todavia, com a estrutura operacional de base do Estado brasileiro. O embate, no início deste processo, trava-se na esfera político-econômica pública, e, ao depois, com a estabilização da moeda, também no segmento privado. Nos dois setores, inevitavelmente entrelaçados no plano político e econômico, o resultado é identicamente frustrante no plano das expectativas sociais geradas. Na área pública, as demandas sociais reprimidas revelam as distorções do Estado organicamente imperial, funcionalmente corporativo, economicamente clientelista e socialmente

inadimplente; na área de iniciativa privada, escancara-se a selvageria e volatilidade dos capitais financeiros, a fragilidade do sistema bancário, a precariedade de sustentação econômica dos parques produtivos nacionais, o clientelismo dependente das verbas públicas e, até por consequência, a incipiência e inconstância dos **chamar-se qualquer disfuncionalidade, ainda que se tire proveito da dramaticidade para inibir o pensamento, ainda que o conceito mesmo tenha perdido conteúdo e sua carga emocional dificulte os diagnósticos e a previsão de soluções, o certo é que a "sensação" tão extensa deve ter algum fundamento real.**" (op. cit., p. 25).

### 3. AS PROPOSTAS DE REFORMA JUDICIÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL.

Caracterizando-se o modelo judiciário brasileiro como estruturalmente técnico-burocrático, de examinar-se as tendências de rumos que o seu processo de reforma vem tomando no Congresso Nacional. O estudo permitirá a formação de juízo prognóstico sobre se o Judiciário receberá condições de ingressar no seletivo universo atinente ao modelo das democracias avançadas, ou será arremessado aos porões obscuros do modelo empírico-primitivo. Por oportuno, Zaffaroni traça interessante digressão a respeito do tema, asseverando que **"qualquer estrutura técnico-burocrática pode revolucionar no sentido do modelo democrático contemporâneo, mas também pode degradar-se no sentido de um modelo empírico, dependendo das forças que atuem em seu interior e do "ambiente" em que se enquadre."** (op. cit., p. 159).

No âmbito das reformas constitucionais em curso no Congresso Nacional, o princípio republicano consubstanciado na divisão de Poderes harmônicos e independentes entre si vem sendo cotidianamente posta em cheque por um extraordinário e bem coordenado esforço de interesses econômico-financeiros transnacionais e blocos políticos nacionais, que têm em comum a crença messiânica nos poderes mágicos e reguladores da *invisib'e hand* do mercado como matriz de pacificação dos conflitos sociais e promoção da prosperidade geral da Nação.

Para que os seus poderes possam ser eficazmente exercidos, entretanto, esses interesses requerem uma agência política que não sofra embaraços em sua ação, consoante magistralmente diagnosticado por MAURO CAPPELLETTI na já antológica obra "Juizes Legisladores?", de que é triste exemplo de resultados o "Estado-Empresa" edificado pelo governo Berlusconi na Itália. Ou seja, um Poder Executivo que detenha, de fato, **também** o poder de legislar, usurpando, na prática, as prerrogativas do Poder Legislativo, além de ficar imune ao controle dos seus atos pelo Poder Judiciário, tudo se justificando porque só ele - e o



"Consenso de Washington" - detêm a visão do que é necessário para prover o bem comum, pragmática o suficiente para não se deixar deter por escrúpulos jurídicos, que não se compadecem com essa moldura unitária de Estado e com esse projeto de hegemonia política.

A gravidade institucional desse cenário político adquiriu tal dimensão que, em março de 1997, a comunidade jurídica nacional, convocada por EVANDRO LINS E SILVA, PAULO BONAVIDES, ROSAH RUSSOMANO, DALMO DE ABREU DALLARI, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, FÁBIO KONDER COMPARATO, GODOFREDO DA SILVA TELLES JR., EROS ROBERTO GRAU, SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA e dezenas de outros notáveis signatários desse documento, editou **"Manifesto à Nação"** no qual ficou registrado que **"o País vem sendo dirigido, predominantemente, pelo Poder Executivo por meio de medidas, denominadas provisórias, mas que, pela reiteração, se vão tornando definitivas e cujo desmedido fluxo atinge a inacreditável média de duas por dia. Há, pois, presentemente, verdadeira usurpação das funções legislativas do Congresso Nacional. (...) Dessarte, o Executivo se agiganta em relação ao Legislativo e desborda do princípio constitucional que estabelece a independência entre os Poderes, exatamente para prevenir interferências indevidas e a supremacia de um deles. Aliás, ninguém menos que o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça já denunciou à sociedade brasileira que '... a concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei'."** Mais adiante, ao defender a independência externa e interna da magistratura e do Poder Judiciário, o **"Manifesto"** denuncia **"a concepção subordinante de que magistrados não devem julgar segundo a Constituição e as leis, mas segundo o que o Executivo estima desejável"**, ao depois concluindo que **"Tudo leva a crer que está em curso um processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, elaborado à imagem e semelhança dos atuais governantes. Nessa marcha não apenas a Constituição é espezinhada, mas também interesses fundamentais da Nação."**

No que diz respeito ao Poder Judiciário, o quinhão é amargo. As reformas constitucionais (administrativa, previdenciária e judiciária) e numerosos projetos de lei em curso no Congresso Nacional, se implementadas, importarão na servilização do Judiciário enquanto Poder de Estado, consequência da quebra dos predicamentos da magistratura, ainda atingindo, de quebra, todo o funcionalismo público estatutário. Vale dizer: todo o serviço público essencial, indelegável e inegociável do Estado. O resultado disto, somado à privatização da previdência social pública e a instituição dos fundos privados complementares de aposentadoria e



de pensão, é uma insegurança sócio-econômica que deverá contribuir muito pouco para a probidade de conduta, numa demonstração bizarra do funcionamento das leis de mercado.

A essa altura, entretanto, a magistratura e os demais segmentos indelegáveis do serviço público estatutário não mais gozarão das garantias constitucionais de irredutibilidade de vencimentos e de proventos. A esse tempo, ainda nos termos das reformas propostas, os magistrados também já estarão privados dos seus demais predicamentos: da garantia da vitaliciedade, pela perda do cargo mediante simples decisão administrativa e escore de votação rebaixado ao mínimo matematicamente admitido, além de majoração arbitrária do período de prova para a aquisição dessa garantia; da garantia da inamovibilidade, através do afrouxamento do conceito de "interesse público" e minimalização do escore de votação. Isso tudo sem prejuízo da ampliação descriteriada e casuística do sistema de vedações aos juizes, âmbito em que a regra proibitiva das práticas nepotistas é uma das únicas bem-vindas. Porque, na sua integralidade, a reforma judiciária proposta consagra um autêntico regime de força hierárquico-administrativo dos Tribunais superiores sobre os demais órgãos judiciários do País, inclusive em detrimento da intangível cláusula de autonomia federativa da Justiça dos Estados e do Distrito Federal. O resultado dessa proposta é a perda da independência interna dos magistrados. Por outro lado, paralelamente, com a implementação das reformas previdenciária e administrativa, o Judiciário ficará a mercê do Poder Executivo, cuja consequência conjuntural mais imediata é a perda da independência externa do Poder Judiciário e dos juizes. Em conclusão: a magistratura e o Judiciário perdem a sua independência interna e externa, configurando o que EUGENIO RAÚL ZAFFARONI denomina de "funcionarização" da magistratura, pois, de fato, o Judiciário deixa de ser Poder de Estado e os juizes deixam de ser juizes, transformados que foram em meros burocratas a serviço do poder.

Não menos graves são os atentados aos princípios federativo e da independência dos poderes, estabelecidos em cláusulas pétreas na Constituição Federal e intangíveis pelo processo de emenda constitucional: pretendem a fixação de níveis de remuneração inferior para os membros dos Tribunais dos Estados e, ainda, de um subteto estadual para os vencimentos dos juizes, ao arbitrio dos governadores. Isso tudo sem mencionar-se a mutilação das vantagens por tempo de serviço dos juizes, cujo "subsídio" passa a ser teto de vencimentos para todo o serviço público nacional. E, a título de golpe definitivo na estrutura judiciária, a proposta de que a competência para proposição legislativa de alteração dos "subsídios" dos juizes passe a ser, obrigatoriamente, de iniciativa conjunta dos chefes dos três Poderes.

Mas não é só isso. A instituição das súmulas com efeito vinculante terá o condão de eliminar o processo evolutivo do Direito, subtraindo dos juizes das instâncias inferiores e dos tribunais de 2º Grau - por excelência o berço da jurisprudência - toda a criatividade e independência, assim cristalizando um poder supra-legislativo nos tribunais superiores. Pelo não acatamento das súmulas, poderá o magistrado responder a processo criminal por desobediência, isto se antes ele não perder o cargo por decisão meramente administrativa, que é outra das pretendidas inovações, com o que já terá caído por terra, também, a garantia da vitaliciedade, predicamento que, antes de tudo e sobretudo, é uma das mais preciosas conquistas da cidadania contra a opressão e os desmandos públicos e privados.

Parece não haver limites para o exercício absoluto do poder. Outra das proposições em curso ressuscita dos porões dos anos de chumbo o poder advocatório de ações tramitando nas instâncias inferiores pelos tribunais superiores. Quer seja através da advocatória proposta criar na via difusa do sistema de controle da constitucionalidade - rebatizada de "questão constitucional incidente" -, quer seja através da advocatória outorgada ao autoritário e antifederativo "Conselho Nacional de Justiça" para os procedimentos administrativo-disciplinares, inclusive os já julgados definitivamente.

E tudo isto é feito a pretexto de resolver os problemas da justiça judiciária - talvez porque a concretização de justiça social, na jurisdição distributiva, também passe pelo Poder Judiciário, derradeiro baluarte da cidadania esmagada contra as ações arbitrárias, discriminações e omissões casuísticas do poder governamental na implementação e desenvolvimento das políticas públicas -, tanto quanto solucionar as deficiências infraestruturais e conjunturais do Poder Judiciário, tema objeto de intensa campanha publicitária promovida por órgãos de imprensa conhecidos por seu engajamento com cada um dos governos que se sucedem. Não hesitam ainda, o que é mais grave, em confundir dolosamente as garantias da magistratura com privilégios corporativos, como se os seus destinatários não fossem os cidadãos e o seu objeto a defesa inegociável e intransigente das liberdades públicas. Nesse contexto, pois, o Judiciário-jurisdição torna-se um obstáculo que é preciso remover, ao custo da sua independência externa e interna.

Nenhuma das reformas constitucionais em tramitação, contudo, toca verdadeiramente nas causas do mau funcionamento da Justiça, entre as quais está, reconhecidamente, a hipertrofia legislativa, a violação reiterada, pelo poder público, de normas legais e da própria Constituição, na deliberada e reiterada interposição, pela administração pública, de recursos judiciais em milhares de casos nos quais sabe muito bem que será mal-sucedida. Dados estatísticos judiciários recentemente divulgados dão conta de



que o INSS e a União são responsáveis por 50% dos processos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça, sendo que no Supremo Tribunal Federal, a União, o INSS e o governo do Estado de São Paulo são responsáveis por 60% dos processos (jornal Zero Hora, edição de 05/01/98, p. 16).

Por outro lado, nada é feito para conter o crescente descompasso entre o número de juizes em atividade e o incrível aumento do volume de processos. Nos últimos dez anos, o número de juizes em atividade no país apenas dobrou, enquanto o número de processos aumentou em 937%, fenômeno cujo curso coincide, para agravar o quadro, com a redução sistemática dos recursos orçamentários destinados ao Poder Judiciário. É nesse contexto que a Carta Política vigente passa a ser um empecilho e deve ser reformada.

#### 4. SINOPSE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.

O sistema das Constituições rígidas - Cartas Políticas no sentido formal - fundamenta-se na distinção ontológica entre poder constituinte e poderes constituídos, daí resultando a superioridade da lei constitucional - obra do poder constituinte - sobre a legislação ordinária, infra-constitucional, emanada de atos hierarquicamente inferiores dos poderes constituídos, cuja respectiva competência é proveniente da própria Constituição e por ela limitado. Desse entorno procede, por conseguinte, a supremacia incontestável da norma constitucional sobre as demais regras de direito vigentes num determinado ordenamento jurídico. E porque rígidas no sentido formal, as normas constitucionais balizadas neste sistema adquirem estabilidade axiologicamente superior à lei ordinária, até por isso requerendo especial processo de revisão, mais consistente e criterioso do que o pertinente à sua consorte infraconstitucional. A defesa da Constituição torna-se corolário e, em consequência, a inserção de lei inconstitucional na ordem jurídica vigente instaura questão vital para o justo funcionamento dos órgãos de Estado, do aparelho de governo e, em especial, dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Carta Política.

Neste setor de defesa da Constituição, surge e agiganta-se o sistema de controle da constitucionalidade das leis. Seja formal ou material, político ou jurisdicional esse sistema de controles, as suas dificuldades principiam quando se trata de definir **organicamente os meios e modos** através dos quais devem ser expelidos do ordenamento jurídico vigente os preceitos inconstitucionais de leis e atos normativos. Essa definição orgânica e modal dos controles de constitucionalidade que integrarão o



sistema ocorre através da eleição dos seus atributos e mecanismos instrumentais.

Uma das históricas técnicas de controle da constitucionalidade das leis reside na definição de que o exercício dessa competência é de ordem jurisdicional, atribuição de órgãos judicantes do Poder Judiciário, consagrando **duas vertentes básicas**, quais sejam:

(a) o **controle por via de exceção**, também denominado de **incidental, difuso e concreto**, tradicionalmente desenvolvido por todos os graus ordinários de jurisdição no âmbito de processo cuja sentença ou acórdão **declara**, ao julgar o mérito da lide, com eficácia limitada às partes litigantes, ~~em caráter~~ prejudicial interno e incidental, a **inconstitucionalidade** de preceito juspositivo que se lhe quis aplicável e nele foi invalidado, preceito esse que, no entanto, fora daquele processo, continua integrado à ordem jurídica vigente até que órgão jurisdicional a tanto competente o invalide com oponibilidade eficaz **erga omnes**, assim subtraindo-o, desde sempre, do mundo jurídico:

(b) o **controle por via de ação**, também denominado de **direto, concentrado e abstrato**, desenvolvido por colegiado jurisdicional com competência específica e no âmbito de **ação de inconstitucionalidade** tipicamente inserida na Carta Política, cujo acórdão, em julgamento de mérito: (b1) na hipótese de **procedência do pedido**, **declara a inconstitucionalidade do preceito** positivo impugnado, constituindo decisão que o **invalida** com **oponibilidade** eficaz **erga omnes**, assim subtraindo-o, desde sempre, do mundo jurídico: (b2) na hipótese de **improcedência do pedido**, **declara a constitucionalidade do preceito** positivo impugnado, constituindo decisão que o afirma válido e eficaz no ordenamento.

Assim, em apertada síntese, orientada para o que o sistema condiz com a paulatina tradição judiciária brasileira, essas são as duas vias de controle da constitucionalidade praticadas no país, vindo a pelo ilustrativo da matéria a valoração política que o eminente constitucionalista PAULO BONAVIDES demarcou, *verbis*:

*“ Em nosso sistema constitucional, o emprego e a introdução das duas técnicas traduzem de certo modo uma determinada evolução doutrinária e institucional, que não deve passar despercebida.*

*Com efeito, a aplicação da via de exceção, unicamente pela via do recurso extraordinário, a princípio, e a seguir também pelo mandado de segurança, configura o momento liberal das instituições pátrias, volvidas preponderantemente, desde a Constituição de 1.891, para a defesa e salvaguarda dos direitos individuais. (...).*

*O controle por via de exceção é de sua natureza mais apto a prover a defesa do cidadão contra os atos normativos do Poder, porquanto em toda demanda que suscite controvérsia constitucional sobre lesão de direitos individuais estará sempre aberta uma via recursal à parte ofendida.*

*A latitude de iniciativa da sindicância de constitucionalidade, em se tratando da via direta, é decisiva para marcar-lhe a feição liberal ou estatal, democrática ou autoritária, em ordem a determinar se o controle se faz com o propósito de atender aos fins individuais ou aos interesses do Estado, interesses que tanto podem exprimir uma necessidade de harmonia na relação entre os distintos órgãos de soberania como um impulso de expansão e hegemonia de um dos poderes, nomeadamente o Executivo.* (in "Curso de Direito Constitucional", PAULO BONAVIDES, SP, Malheiros Editores, 6a. ed. rev. e ampl., 1.996, pp. 293/294)

Com efeito, buscando inspiração no modelo constitucional norte-americano, a **via de exceção - incidental, concreta e difusa - de controle da constitucionalidade** foi introduzida no Brasil com a Constituição de 1.891, na esteira da sacração da república, do federalismo e do regime presidencialista de governo, sendo acometida aos juizes e tribunais a competência para apreciar a validade das leis e regulamentos, incumbindo-lhes deixar de aplicar aos casos ocorrentes as leis manifestamente inconstitucionais e os regulamentos manifestamente incompatíveis com as leis e com a Constituição (art. 13, § 10, da Lei n.º 221, de 20/11/1.894). Essa via de exceção **jamaiz** deixou de integrar o **ordenamento constitucional** sufragado pelas Cartas Políticas promulgadas ou outorgadas a partir de 1.891.

Por outro lado, a **via da ação - direta, abstrata e concentrada - de controle da constitucionalidade** começou a ser introduzida no Brasil na Constituição Federal de 1.934, diante de peculiar representação interventiva (art. 12, § 2º) por ofensa legislativa estadual às suas cláusulas sensíveis (art. 7º, inc. VII), sendo deseficacizada na Carta do Estado Novo (1.937: art. 96, e parágrafo único) e reinstituída na Constituição de 1.946, na qual o Senado Federal continuou com a competência para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tendo ficado claro, então, ao contrário do que a CF/34 poderia sugerir, que só as decisões dessa Corte poderiam provocar a suspensão da Câmara Alta da República. Mas foi através do art. 2º da Emenda Constitucional n.º 16, de 26 de novembro de 1.965, atributiva de nova redação à alínea "k" do art. 101, inciso I, da CF/46, que a via abstrata de controle da constitucionalidade recebeu maior amplitude, sendo atribuída ao Supremo Tribunal Federal a competência para o processo e julgamento de representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador Geral



da República, com o que a ação direta desvinculou-se dos fins de intervenção federal, conforme os textos constitucionais anteriores. A E.C. n.º 16/65 foi absorvida, no quadrante, pela Constituição de 1.967, a qual, por sua vez, através da E.C. n.º 1/59, dentre outras, recebeu importantes inovações positivas conjunturais, tais como os princípios da legalidade e do acesso à jurisdição. Com a Constituição Federal de 1.988, o controle concentrado da constitucionalidade recebe alguns avanços, tais como a ampliação do rol de legitimados ativos e a declaração de inconstitucionalidade por omissão. Mas o sistema, como um todo, permaneceu hermetico. Por fim, através da E.C. n.º 3, de 1.º 03/93, nessa via foi criada a malsinada ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, dotada de oponibilidade *erga omnes* e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Embora ainda persistam algumas hesitações quanto ao Supremo Tribunal Federal vir a tornar-se exclusivamente a Corte Constitucional do País, na esteira, aliás, da obra inacabada que a Carta Política 1.988 inaugurou nesse setor judiciário, consoante anota o percuciente constitucionalista DALMO DE ABREU DALLARI (*in* "O Poder dos Juizes", SP, Ed. Saraiva, 1.996, Cap. XIII, pp. 109/117), desde muito a comunidade jurídica nacional é unânime no reconhecimento da importância e dimensão que o sistema de controles da constitucionalidade possui para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, tendo como pressuposto que a Carta Política é o mais legítimo instrumento de regulação do Estado, à qual todos os governantes, sem exceção, devem obediência juramentada.

Neste âmbito, torna-se também indiscutível que a Constituição Federal de 1.988, tirante o aleijão da ação declaratória de constitucionalidade com efeito vinculante que lhe foi enxertado pela Emenda Constitucional n.º 3/93, deferiu modernidade ao sistema bifurcado de controles da constitucionalidade que promulgou, no entanto ainda abrigando algumas disfuncionalidades que, na prática, colocam em cheque todo a eficácia desse sistema, tais como a ausência de previsão normativa expressa sobre o efeito de cassação da validade de preceito declarado inconstitucional na via de controle concentrado, a eficácia *ex tunc* dessas decisões nas vias direta e incidental e a moratória placitação senatorial atributiva de eficácia *erga omnes* à declaração de inconstitucionalidade do S.T.F. na via de controle difuso (art. 52, inc. X, C.F.).

Por outro lado, em face da amplitude das matérias inseridas no ordenamento inaugurado pela Carta de 1.988, os questionamentos de constitucionalidade passaram a se fazer presentes em grande número de processos judiciais, seja em razão da interpretação das leis e, especialmente, das medidas provisórias, seja em razão da aplicação direta de dispositivos constitucionais, ou



em razão da "crise de governabilidade" argüida por Executivos imperiais para inobservar o princípio da legalidade previsto na Constituição Federal (art. 5º, inciso II, e art. 37, *caput*, da CF/88).

Dai resultou - e continua proliferando - a **indevida utilização da malha recursal extraordinária** como **meio de procrastinação da efetividade das decisões judiciais**, inclusive e principalmente as relativas a questões de interesse de massa, sejam individuais, difusos ou coletivos os direitos controvertidos, nas quais há, via de regra, **lesão causada pelo Poder Público**, mesmo nos casos em que a orientação jurisprudencial da Corte Suprema há muito esteja pacificada. Não se deve subdimensionar, aí, a incontrolável produção legislativa empreendida pelo Executivo Federal através da utilização abusiva de medidas provisórias, fazendo com que o sistema jurídico brasileiro seja cotidiana e casuisticamente alterado. Neste campo, dois fatores têm sido decisivos para o agravamento da situação: a não-apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional e a hermenêutica magnânima para com o conceito de "relevância e urgência" como pressuposto de edição de medidas provisórias. Desse modo, não cessam de surgir novas questões de valoração constitucional, adquirindo especial importância e interesse geral o sistema de controles da constitucionalidade adotado no País.

Essas questões tomam dimensão endêmica quando se verifica que, na média, têm chegado ao Supremo Tribunal Federal cerca de trinta mil processos por ano, dos quais 73% envolvendo o Poder Público, a quase totalidade deles versando sobre matérias jurisprudencialmente consolidadas por decisões dessa Corte. A situação fica mais agravada quando se trata dar cumprimento ao disposto no art. 543, e parágrafos, do C.P.C., na hipótese de interposição simultânea de recurso extraordinário (STF) e de recurso especial (STJ), anotando-se que esse dispositivo, em si, não merece censura, tornando-se problemática a sua execução em face da enorme demanda recursal nesses dois Tribunais e seus inevitáveis reflexos nas pautas de julgamento.

Esse quadro vem sendo apontado, com acerto, como fator de inviabilização da Corte Constitucional do país, e, na sua esteira, também a título de **solução empírica** para o problema, na via de controle abstrato foi concebida a malsinada ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, cujas decisões definitivas de mérito produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, consoante autoriza o art. 102, § 2º, da Carta Política de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93. Decorridos cinco anos de vigência desse dispositivo, verificou-se o **erro diagnóstico** da sua **concepção**, em face da sua **inoperância** como **instrumento**

abstrato de controle da constitucionalidade, para o que muito contribuiu o repúdio que lhe foi endereçado por parcela significativa da comunidade jurídica nacional.

Continuou a persistir, por conseguinte, o quadro de distorções supra referido, e, em face da enorme quantidade de demandas recursais extraordinárias de interesse massivo, repetitivas e idênticas, **outra solução empírica** foi concebida para debelar o problema. Retomando o modelo sufragado na E.C. nº 3/93, todavia inaugurando uma escalada de força institucional até então nunca vista em tempos de normalidade democrática no país, a solução desta vez concebida consiste na proposta de criação de regra constitucional que **permite** (1: PEC nº 500/97) a atribuição de efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, das decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal na via difusa (recurso extraordinário) do sistema de controles da constitucionalidade, e (2: PEC nº 517/97) a edição de súmula com efeito vinculante no referido sistema de controles.

##### 5. AS PROPOSTAS BÁSICAS CONSTANTES DAS PEC's nº. 500/97-CD (PEC Nº. 54/95-SF) E nº. 517/97.

Neste quadrante e apertada síntese, a PEC nº. 500/97 introduz profundas alterações no sistema de controles da constitucionalidade brasileiro, a maioria delas fruto de uma visão estruturada em princípio de concentração autoritária de poder, propondo nova redação ao § 2º. do art. 102 da Constituição Federal, dispondo que **"Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações direta de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros."**

A apensada PEC nº. 517/97, por sua vez, propondo a criação de § 3º. no art. 102 da Constituição Federal, dispõe que **"O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de três quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida e excluídas as matérias relativas aos direitos e garantias individuais, aprovar Súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento."**

Na PEC nº. 500/97, o proposto § 2º. do art. 102 da Constituição Federal prevê a atribuição de (a) **eficácia contra todos** e (b) **efeito vinculante**, relativamente aos (b.1.) **demais órgãos do Poder Judiciário** e (b.2.) à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, (c) às **decisões do Supremo Tribunal Federal** nas (c.1.) **ações diretas** de (c.1.1.) **inconstitucionalidade (ADIN)** e (c.1.2.) **declaratória de constitucionalidade (ADCON)**, bem assim (c.2.) a **toda e qualquer decisão definitiva de mérito** declarada por 2/3 de seus membros.

Na PEC nº. 517/97, o proposto § 3º. do art. 102 da Constituição Federal prevê a possibilidade (a) do **Supremo Tribunal Federal**, (b) após **reiteradas decisões** sobre (b.1.) **questão processual controvertida** e (b.2.) **excluídas as matérias** relativas aos **direitos e garantias individuais**, (c.) aprovar **súmula com efeito vinculante** (c.1.) em relação aos **demais órgãos do Poder Judiciário** e (c.2.) à Administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal, bem como (d.) **proceder** à sua (d.1.) **revisão** ou (d.2.) **cancelamento**.

As propostas ora sob exame rigorosamente não se excluem, embora o enunciado da PEC nº. 517/97 seja mais restritivo e esteja todo subsumido no preceito da PEC nº. 500/97, basicamente na medida em que esta última permite que o S.T.F., mediante **decisão singular** proferida por **dois terços** de seus membros em **um único processo** tramitante em qualquer das vias do sistema de controles da constitucionalidade ou no âmbito de sua competência esparsa, atribua **efeito vinculante** à matéria de **direito material e/ou processual** objeto do julgamento, ao passo que aquela pressupõe, no mesmo âmbito de competência e para a aprovação de **súmula com efeito vinculante** por **três quintos** de seus membros, a existência de **reiteradas decisões** do S.T.F. sobre **questão processual controvertida**, ainda assim **excluídas as questões processuais relativas aos direitos e garantias individuais**.

Por conseguinte, a partir do princípio de que quem pode o mais pode o menos, a única novidade que a PEC nº. 517/97 traz em relação a de nº. 500/97 é a atribuição de **efeito vinculante à súmula** - produto de **decisões reiteradas** - do S.T.F., resultado que o preceito da PEC nº. 500/97 confere ao S.T.F. mediante **decisão em um único processo e sem as restrições quanto à matéria** que o enunciado da PEC nº. 517/97 impõe à **súmula**.

## 6. ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE PROPOSTO E SUAS VARIÁVEIS.



## 7. A PROPOSTA DE EMENDA ALTERNATIVA DO GRUPO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DA AJURIS - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.

No momento em que são propostas alterações legislativas de vital importância para o aperfeiçoamento do sistema de controles da constitucionalidade em favor de toda a cidadania brasileira, todos pretendemos contribuir, mesmo modestamente - como é o caso deste estudo opinativo -, para que **também** melhorem, **em consequência**, as condições quali-quantitativas de trabalho jurisdicional da nossa Corte Constitucional. Nesse afã, submeto à consideração dos eminentes parlamentares integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, os estudos e conclusões desenvolvidos pelo Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais - integrado por juizes estaduais, federais e do trabalho gaúchos -, que coordeno como Diretor de Assuntos Constitucionais da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, a partir da intensa participação que temos realizado, desde o início de 1995, no âmbito dos processos legislativos pertinentes às reformas constitucionais tramitantes no Congresso Nacional.

Sinteticamente, no que diz respeito à **súmula com efeito vinculante** criada na PEC nº 517/97, impende registrar algumas considerações acerca dos vícios que a contaminam de forma inarredável, a começar pela violação do pacto federativo (art. 60, § 4º, inc. I, CF/88), pois retira dos juízos e tribunais inferiores, regionais ou estaduais, a possibilidade de interpretar a lei frente aos casos concretos, **obrigando-os a aplicar a determinação** emanada do S.T.F. Dessa forma, em matéria dotada de efeito vinculante ou sumulada, ficam bloqueadas todas as vias de acesso jurisdicional que não desemboquem direta ou indiretamente no S.T.F.

De outra parte, a **súmula com efeito vinculante subtrai prerrogativa do Poder Legislativo** (art. 60, § 4º, inc. III, CF/88), impondo-se como uma "super-lei nacional" e esmagando as competências legislativas de todos os entes da federação frente ao comando sumular. Ainda neste âmbito, a medida proposta colide frontalmente com o **princípio da legalidade** (art. 5º, inc. II, CF/88), cláusula pétrea na definição do art. 60, § 4º, inc. IV, da Carta Política. Esse princípio, então, **perde toda a sua histórica força**, que sustenta o sistema jurídico romano-germânico adotado no país, pois **a vida nacional não será só regrada por normas legais, mas também por preceitos sumulares**. Com o mecanismo da **súmula em análise**, o modelo de Estado de Direito brasileiro será **sui generis**, pois "ninguém será

**obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de súmula vinculante.**" Não bastasse, a súmula com efeito vinculante consagra **princípio de anti-isonomia** na medida em que só obriga o Poder Judiciário e a Administração Pública, não incidindo sobre as relações da órbita privada. Fere, além disso, o **princípio da irretroatividade das leis** (art. 5º, inc. XXXVI, CF/88), pois passa a regular inclusive as relações jurídicas constituídas antes de sua edição. Não obstante, relativamente ao histórico fluxo de criação jurisprudencial brasileiro, a súmula com efeito vinculante e a decisão singular do S.T.F. com efeito vinculante geram efeitos do presente para o futuro, impedindo a formação de jurisprudência sobre a matéria que lhe é objeto e encerrando qualquer discussão sobre o assunto.

Por esses fundamentos, a magistratura gaúcha, reunida em assembleia geral da AJURIS (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul) em outubro de 1995, rejeitou a proposta de súmula com efeito vinculante, deliberação essa que se repetiu no âmbito do XIV e do XV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovidos pela A.M.B. (Associação dos Magistrados Brasileiros) e ocorridos respectivamente nos anos de 1995 e 1997.

Ademais, peço vênica para fazer remissão aos fundamentos sustentados pelos eminentes Deputados Federais JARBAS LIMA (PPB/RS), JOSÉ GENOÍNO (PT/SP), MILTON MENDES (PT/SC) e RÉGIS DE OLIVEIRA (PFL/SP), então parlamentar e hoje Vice-Prefeito da cidade de São Paulo (SP), em seus votos em separado apresentados na Comissão Especial de Reforma da Estrutura do Poder Judiciário, rejeitando o mecanismo da súmula com efeito vinculante e, como um todo, o Substitutivo apresentado pela Relatoria das PEC's nº 96/92 e nº 112/95.

Para fins de sistematização do exame do preceito da PEC nº. 500/97 no âmbito do **sistema de controles da constitucionalidade** brasileiro, o **ângulo de abordagem** da análise ocorrerá, neste estudo, **tanto na via de ação** (direta, abstrata e concentrada: ADIN, ADCON, excluindo a ADInPO), **quanto na via de exceção** (incidental, concreta e difusa: Rec. Extr.), a partir de **dois vetores**: um, sobre a **decisão declaratória da inconstitucionalidade**; outro, sobre a **decisão declaratória da constitucionalidade**.

Neste sentido e de início, de relembrar o **sistema de cargas eficaciais** introduzido pelo saudoso e insubstituível PONTES DE MIRANDA no direito processual pátrio, mormente quando aplicado às **sentenças** (monocráticas ou colegiadas) das denominadas **ações dúplices, bifrontes ou de múltipla face**. Por esse consagrado e universal sistema, a **ação direta de (in)constitucionalidade é instrumentalmente única e potencialmente dúplice nos efeitos diretos da decisão** sobrevinda do **julgamento da causa** - o mesmo podendo ser afirmado quanto



ao resultado do julgamento de recurso extraordinário pelo S.T.F., embora esta não seja a disciplina constitucional vigente -, independentemente da natureza jurídica da pretensão que nela é deduzida. Tendo esse sistema como pressuposto, as variáveis decisórias no sistema de controles da constitucionalidade são as seguintes:

(a) a decisão (publicada) que julga procedente pretensão direta de inconstitucionalidade possui carga eficaz declarativa positiva, constitutiva negativa, mandamental positiva e/ou negativa e autoexecutória sobre o preceito declarado inconstitucional, cassando a validade normativa (= vigência) desse preceito e subtraindo-o do ordenamento jurídico em face de um comando judiciário automático, geral e subordinante, oponível *erga omnes* e *ex tunc*, em todo o território nacional.

(b) a decisão (publicada) que julga improcedente pretensão direta de inconstitucionalidade possui carga eficaz exclusivamente declarativa positiva, porque reafirma, convalidando, a existência, validade e eficácia (potencial) do preceito (impugnado, mas) mantido vigente. A sua carga eficaz constitutiva positiva é zero, pois este efeito não decorre dessa decisão, mas da imanência própria da lei enquanto resultado institucional do processo legislativo típico: o mesmo sucede quanto à sua mandamentalidade e à sua autoexecutoriedade (a idéia da súmula vinculante nasceu, aliás, das naturais defecções da norma jurídica no âmbito dessas duas cargas, como meio de impor-lhe uma ultra-cogência no plano da efetividade, todavia através de uma concepção institucionalmente autoritária e, ainda assim, sem conseguir fugir do tradicional binômio “preceito-sanção”, a partir da proposta de criminalização da conduta do juiz naquilo que o notável jurista EVANDRO LINS E SILVA denomina criticamente de “crime de hermenêutica”).

(c) a decisão (publicada) que julga procedente pretensão direta declaratória de constitucionalidade possui, rigorosamente, idênticos atributos e gera idênticos efeitos aos discriminados em (b), supra.

(d) a decisão (publicada) que julga improcedente pretensão direta de constitucionalidade deve possuir, rigorosamente, idênticos atributos e gerar idênticos efeitos aos discriminados em (a), supra. Todavia, na disciplina estabelecida pelo vigente § 2º. do art. 102-CF/88, essa decisão não concretiza eficazmente a declaração de inconstitucionalidade do preceito federal pretendido convalidar mas afirmado inconstitucional pelo S.T.F., embora o dispositivo em tela preveja a produção de eficácia contra todos e, *a laetere*, efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.



(e) as variáveis decisórias desse sistema de cargas eficaciais devem ser identicamente aplicáveis aos julgamentos da via de exceção (incidental, concreta e difusa: recurso extraordinário), pois inexiste lógica real institucional para que, sendo o Supremo Tribunal Federal a Corte Constitucional do país, sejam cultivados dois pesos e duas medidas nas vias do sistema de controles da constitucionalidade, mormente sabendo-se que democráticos e influentes setores parlamentares do Senado Federal vêm essa uniformização com simpatia, não interpretando-a como uma *capitis deminutio* à Câmara Alta da República.

Por conseguinte, nos termos do sistema acima alinhavado, os aperfeiçoamentos a serem introduzidos no sistema de controles da constitucionalidade consistem no seguinte:

(1) criação de cláusula constitucional de unificação dos instrumentos de ação na via direta, abstrata e concentrada de controle da constitucionalidade, criando a ADIC (ação direta constitucional);

(2) manutenção do recurso extraordinário como o único instrumento procedimental da via incidental, concreta e difusa de controle da constitucionalidade, pressuposto consciente e deliberado de rejeição de quaisquer instrumentos procedimentais com natureza avocatória, a exemplo da “questão constitucional incidente” proposta no substitutivo do Deputado Jairo Carneiro para a reforma do Poder Judiciário e no PL n°. 2.960/97;

(3) criação de cláusula constitucional de uniformização dos predicamentos (atributos, mecanismos e efeitos) supra elencados nas alíneas (a), (b), (c), (d) e (e), das decisões do S.T.F. para os instrumentos procedimentais (ADIC e REextr.) pertinentes, respectivamente, às duas vias do sistema de controles da constitucionalidade;

(4) criação de cláusula constitucional pela qual o Supremo Tribunal Federal poderá, mediante julgamento fundamentado de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões definitivas de mérito declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, editar súmula (sem efeito vinculante, nos exatos moldes concebidos pelo Ministro VICTOR LEAL e, como tal, endossado no C.P.C. vigente) e dispor que o seu enunciado constitui-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado;

(5) criação de cláusula constitucional autorizativa de revisão ou cancelamento da súmula impeditiva de recursos editada nos termos do item (4), supra, de ofício pelo S.T.F. e com legitimação ativa das autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 103 da Constituição Federal, observado idêntico escore de votação para o respectivo julgamento;

(6) criação de cláusulas constitucionais que autorizem, nos casos de procedência total ou parcial de reclamação de garantia da autoridade de decisão do S.T.F. e de arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal, a imposição e executividade de sanção indenizatória civil contra os infratores e seus representantes legais;

(7) criação de cláusula constitucional que estabeleça o critério eletivo como modo de acesso ao Supremo Tribunal Federal e fixe tempo de exercício de mandato jurisdicional para os membros eleitos, com composição orgânica que assegure à magistratura de carreira 2/3 da sua composição plenária.

Por outro lado, tendo por pressuposto o contexto propositivo acima enunciado, de registrar que a PEC nº. 500/97 adotou a expressão "eficácia contra todos" - bastante desgastada pelo repúdio que a comunidade jurídica nacional endereçou à ação declaratória de constitucionalidade criada pela E.C. nº. 3/93 - de categorização jurídica de menor densidade do que o sólido e tradicional conceito de "oponibilidade *erga omnes*", que serve tanto ao direito material enquanto regramento abstrato de conduta aplicável indistintamente aos planos judicial ou extrajudicial, quanto à coisa julgada material (que é instituto de direito material subjetivado, embora nasça no/do processo judicial) como fonte normativa concreta provinda da sentença (no caso) colegiada.

O atributo da oponibilidade *erga omnes* na decisão declarativa da inconstitucionalidade é da essência da via direta, abstrata e concentrada de controle da constitucionalidade. A presença desse atributo é tão indispensável nessa via que a PEC originária do Senado Federal perdeu a oportunidade de estruturá-la simetricamente às decisões proferidas pelo S.T.F. na via de controle difuso, medida que confere racionalidade global ao sistema de controles, inclusive resolvendo a delonga figurativa e moratória da homologação disposta no art. 52, inc. X, da Carta Magna. Tanto quanto prever e conferir expressa carga eficaz dúplice ou bifronte às decisões proferidas nos lindes dessa nova e única ação direta de constitucionalidade.

Mas o problema nesse setor, como visto, não reside nesse atributo, que na referida PEC convive com o proposto e espúrio efeito vinculante. Reside, sim, na fórmula eficaz proposta para esse atributo da oponibilidade *erga omnes*, qual seja a não-atribuição de efeito de cassação da validade do preceito declarado inconstitucional. A expressa atribuição desse efeito, por conseguinte, mantém a integridade do sistema romano-germânico e consolida definitivamente o princípio da legalidade (artigos 5º, inc. II, e 37, *caput*, da C.F./88) adotados no País. Essa fórmula vincula automaticamente, sem tratamentos diferenciais ou

autoritarismos, toda a atividade jurisdicional e a administração pública de todos os entes da Federação à decisão de inconstitucionalidade do S.T.F., além de subtrair do ordenamento jurídico a base legal para a ação dos particulares na órbita privada. Isto é **oponibilidade *erga omnes*** dotada de **efetividade**, em que o **efeito vinculante** é mera - e não mais do que - **decorrência estrutural** do sistema instituído.

Entretanto, o que propõe a PEC nessa área ? A oponibilidade ***erga omnes*** - nela denominada de "eficácia contra todos" - é concebida como um **atributo sem autossuficiência causal**, pois divide o seu espaço de poder com um **efeito vinculante relativo e diferencial**, que, embora **decorrente**, é alçado à condição de **atributo**, criando uma ***capitis deminutio*** automática à oponibilidade ***erga omnes***, já então tornada sua irmã univitelina.

A fórmula proposta na PEC, ao fim e ao cabo, declara: a oponibilidade ***erga omnes*** não tem efeito vinculante para a órbita privada; o efeito vinculante fica restrito à Administração Pública de todas as esferas da Federação e ao Judiciário-jurisdição. Trata-se de **critério anti-isonômico**, logicamente insustentável, pois potencializa a situação de um preceito ser considerado inválido para o âmbito público e válido para o campo privado, não obstante as naturais diferenças existentes entre estes dois setores por força da atividade vinculada do administrador público, diferenças estas que, ao fim e ao cabo, significam que a **administração pública só pode fazer ou deixar de fazer o que a lei determina, ao passo que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe**. Torna-se evidente, na esdrúxula dicotomia proposta, que o também proposto **efeito vinculante**, por si só, não é auto-imponível na órbita privada. Até por isso, o equívoco da proposta na formulação desses atributos é flagrante, ficando óbvio quando comparado com a fórmula alternativa: **cassada a validade** do preceito declarado **inconstitucional**, este **deixa de existir *erga omnes*** e com eficácia ***ex tunc*** no ordenamento jurídico. Idêntica criteriação pode ser formulada para o controle difuso da (in)constitucionalidade.

De anotar-se, por fim, que a atribuição de **efeito vinculante** a toda e qualquer decisão **singular** definitiva de mérito do S.T.F. na via **difusa** equivale, na prática, à **supressão** desse histórico e imprescindível instrumento do sistema de controles da constitucionalidade. Neste âmbito, o proposto quórum decisório de 2/3 dos membros da nossa Corte Maior passa a ser o **instrumento de supressão** da via de controle constitucional difusa em relação às matérias que lhe sejam objeto de decisão, assim violando o catálogo de direitos fundamentais da Carta Magna em vigor no que ele diz respeito ao **princípio do acesso amplo e irrestrito à jurisdição** (art. 5º., inc. XXXV) e ao **princípio do**



contraditório e ampla defesa (art. 5º, inc. LV), ao princípio do juiz natural ou da terra (art. 5º, inc. LIII), ao princípio do duplo Grau de jurisdição (art. 5º, inc. LV, 2a. parte) e ao princípio que proíbe os juízos ou tribunais de exceção (art. 5º, inc. XXXVII), razão pela qual a PEC nº. 500/97 abriga vício formal de inconstitucionalidade, violando frontalmente o comando mandatório cogente disposto no art. 60, § 4º, incisos I, III e IV, da Carta Política em vigor.

Ao lado da oponibilidade *erga omnes* inerente ao efeito de cassação ou de afirmação da validade, do preceito constitucionalmente impugnado e com a finalidade de **interar o sistema** de controles de (in)constitucionalidade, conferindo caráter dúplice, bifronte, ou de múltipla face, às ações diretas e, em especial, outorgando imponibilidade às decisões declaratórias de constitucionalidade - tanto na via concentrada, quanto na difusa (Rec.Extr.) -, a PEC ora sob exame poderia examinar a possibilidade de adotar a **fórmula normativa** elaborada em 1995 pelo **Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais**, do qual sou Coordenador, encampada pela Diretoria da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - e aprovada em assembléia geral da classe, consistente nas **fórmulas de unificação e uniformização do sistema de controles da constitucionalidade e da súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos**.

De registrar, em duplo abono dessas **fórmulas** e com especial ênfase à **súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos**, a sua índole não-autoritária, racionalizante e ergonômica. A magistratura gaúcha aprovou-as em assembléia geral de classe realizada em outubro de 1995, quando rejeitou o mecanismo do efeito/súmula vinculante e o incidente de constitucionalidade *per saltum*. Por outro lado, mais recentemente, a magistratura brasileira, a exemplo do que já havia decidido no XIV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela A.M.B. e ocorrido em Fortaleza em novembro/1995, novamente reuniu-se no Recife em novembro de 1997, no âmbito do XV Congresso Brasileiro de Magistrados (A.M.B. - Associação dos Magistrados Brasileiros), tendo rejeitado o **mecanismo do efeito/súmula vinculante** e aprovado em sessão plenária a **fórmula da súmula impeditiva de recursos**, sendo que ambas as proposições foram apresentadas e defendidas pela AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

A mecânica e estrutura dessa fórmula parte de concepção singela. Mediante a **reiteração de decisões** - concentradas e/ou difusas - **declaratórias da constitucionalidade** de lei ou ato normativo impugnado, o S.T.F., em procedimento específico e normatizado, edita **súmula** (oriunda do mecanismo concebido pelo saudoso Ministro VICTOR NUNES LEAL e, como

tal, endossado no C.P.C. vigente, ou seja, **sem efeito vinculante**) cujo preceito, **adjetamente, declare** que o seu enunciado torna-se, a partir da publicação, **condição de inadmissibilidade à interposição de quaisquer recursos** contra o **acórdão** que aplicá-la. Considerando que a inconformidade objeto de questionamento constitucional deve cingir-se a matéria de direito, uma vez estando esta sumulada pelo S.T.F., todos os recursos contra ela dirigidos, inclusive o agravo de instrumento, terão efeito unicamente configurativo da tão decantada e eternizante **"mora legal judicializada"**. Subindo a exame do S.T.F., mediante recurso extraordinário, as razões de inconformidade e inaplicação do enunciado da súmula (**sem efeito vinculante**), o **fluxo de criação jurisprudencial historicamente construído pelos operadores do direito judiciário a partir do 1º. Grau de jurisdição - o juízo natural ou da terra - permanecerá intacto e de acordo com a melhor tradição do Direito brasileiro**, de indiscutida matriz romano-germânica, ontológica e estruturalmente diverso do sistema da *commom law*. Intacto permanece, também, o sagrado princípio e direito-garantia fundamental do **duplo Grau de jurisdição**, pois a edição da súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos tem como **pressuposto a existência de fluxo criativo jurisprudencial com a participação assegurada a todos os operadores do Direito em todos os juízos e tribunais do País**. É de registrar, ademais, que essa fórmula, uma vez transplantada normativamente para o âmbito de competências dos respectivos Tribunais Superiores, gera idênticos resultados no plano democrático da imponibilidade *erga omnes*, racionalização e ergonomia do sistema recursal que lhes é inerente.

E, o que é mais importante, **resolve o problema da enorme quantidade de recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal**, mormente no que eles dizem respeito às questões de abrangência de massa, sejam idênticas, análogas ou dessemelhantes. Em sentido contrário, é de bom senso concluir que, se o **acolhimento legislativo e a utilização processual-procedimental** dessas fórmulas continuarem a assoberbar o Supremo Tribunal Federal de recursos extraordinários, é **aconselhável ouvir o que a cidadania fala por seus advogados e juízes das instâncias inferiores**.

Em suma, **as fórmulas propostas são de todos e para todos, assegurando e legitimando a participação de todos no processo de criação do Direito para todos**. E o processo legislativo-parlamentar típico, a matriz da lei por excelência, **permanece sem competidores. À exceção das medidas provisórias...**

Essa fórmula tem o seguinte enunciado normativo, sediado no art. 102 da Constituição Federal. no mais



mantendo-se a sua redação e renumerando-se os dispositivos que se fizerem necessários:

“ I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta constitucional de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, quando contrariar dispositivo desta Constituição;

.....  
§ 1º. A declaração de inconstitucionalidade proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva de mérito, em ação direta ou incidentalmente, é oponível contra todos e produz efeito automático, geral e subordinante de cassação da validade do preceito inconstitucional desde o seu início de vigência, constituindo-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a sentença ou acórdão que a houver aplicado.

§ 2º. O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante julgamento fundamentado de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões definitivas de mérito declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo, editar súmula e dispor que o seu enunciado constitui-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado.

§ 3º. A revisão ou cancelamento de súmula editada nos termos do § 2º. poderá ocorrer de ofício, por proposta de qualquer tribunal competente para a matéria ou mediante provocação das autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 103, observado idêntico escopo de votação.

§ 4º. A decisão que acolher, no todo ou em parte, reclamação de garantia da autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal, constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.

§ 5º. A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos de lei, e, uma vez julgada procedente, total ou parcialmente, sua decisão constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.”

A proposta do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS é muito simples e visa a sacramentar constitucionalmente aquilo que a estrutura judiciária



brasileira, historicamente, mesmo em tempos de exceção democrática, sempre produziu, alçando o seu modelo judiciário - tecnoburocrático - à condição de mais conceituado e efetivo da América Latina, em que pese todos os seus defeitos e imperfeições, mormente as de ordem corporativa. Ademais, é preciso que se afirme com todas as letras, em alto e bom som para todos os brasileiros, que a **estrutura orgânica e funcional da magistratura brasileira não encontra similar no mundo inteiro**, embora os seus

juizes sejam cidadãos de uma nação de terceiro mundo, quadro que, a nosso ver, coloca os aperfeiçoamentos do Judiciário nacional majoritariamente no **campo crítico do comportamento humano**, à semelhança, neste quadrante, de todas as demais corporações existentes no país.

A proposta visa a consolidar o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional do país. Mas também diz que todos os Juízos e Tribunais pertencem aos brasileiros, ao Estado-Nação, o que deve ser entendido e reforçado pelos governos que se sucedem. Diz, ainda, que devem ser alteradas as regras definidoras do modo de acesso ao S.T.F. e estabelecido tempo de exercício de mandato eletivo para os seus membros. Diz, ademais, que as regras do jogo pertinente ao sistema de controles da constitucionalidade devem ser transparentes e estar claramente escritas na Carta Política do país: **só a lei mal-feita ou deliberadamente lacunosa precisa de construções hermenêuticas que supram os seus defeitos**, independentemente da intenção com que foi produzida. Diz, sem prejuízo, que os princípios do juízo natural da terra (1º. Grau de jurisdição) e o duplo Grau de jurisdição se constituem na mais importante e democrática fonte de evolução do direito positivo, deste modo esgotando-se a justiça do povo, dela defluindo, consequencial e posteriormente - jamais o contrário -, a função republicana federativa nacional de uniformização hermenêutica da instância extraordinária representada pelos Tribunais superiores quanto à legislação ordinária e pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito legislativo constitucional. Diz, por fim, que a direção empreendida pelo Constituinte Originário de 1.988 foi descentralizante no âmbito do pacto federativo, reforçando a tessitura institucional dos Municípios e dos Estados, nesta ordem, colocando a União no lugar de onde ela jamais deveria ter saído na História brasileira.

Por outro lado, a proposta da AJURIS declara que a causa primeira e última do atrolhamento de recursos no S.T.F. está calcada na situação que o Poder Executivo federal e dos Estados criam, por si e seus prepostos orgânicos e funcionais, ao instrumentalizar as vias recursais extraordinárias do Judiciário com fins eminentemente protelatórios para retardar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, formadores da tão decantada mora

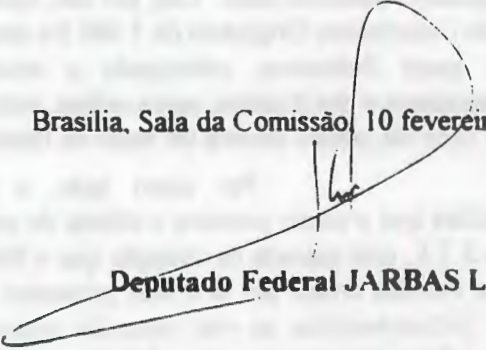
judicializada, sem prejuízo da edição abusiva e indiscriminada de medidas provisórias, modo pelo qual tira partido das históricas fragilidades institucionais e operativas do Congresso Nacional. Declara, ainda, que as distorções operacionais da malha recursal extraordinária contribuem de forma decisiva para que esse quadro de inadimplência do S.T.F. se agudize ainda mais, pois não possui qualquer sistema de freios - institucionais democráticos - que lhe dêem racionalidade e efetividade. Declara, por fim, que a finalidade da malha recursal encontra a sua grande razão de ser no duplo grau de jurisdição, pois como o próprio nome refere, o sistema recursal para os Tribunais da Federação é **extraordinário**.

Em síntese, a PEC ora sob exame nesta Comissão Permanente peca por falta de visão democrática, sistêmica e estrutural ao formular o sistema de controles de (in)constitucionalidade. De quebra, ainda mantém o procedimento moratório sufragado no art. 52, inc. X, da Carta Política. No meu modesto entendimento, que retrata a posição do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS e desta própria entidade representativa dos magistrados da Justiça Comum do Estado do Rio Grande do Sul, a conclusão é pela rejeição de ambas as PEC's ora examinadas por vício de inconstitucionalidade."

### III - CONCLUSÃO DO VOTO.

Ante o exposto, o meu VOTO é no sentido de REJEITAR as Propostas de Emendas Constitucional nº. 500/97 e nº. 517/97 por vício de inconstitucionalidade.

Brasília, Sala da Comissão, 10 fevereiro 1.998.

  
Deputado Federal JARBAS LIMA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO NILSON GIBSON**(PSB- PE)

PEC nº 500/97

Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da  
Constituição Federal .

Autor : Senado Federal

Relator : Deputado Ney Lopes (PFL- RGN)

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, três  
argumentos , entendem os defensores do efeito vinculante :

I.- os números aterradores da estatística de processos  
recebidos e julgados do Supremo Tribunal Federal. O acúmulo de  
processos no Excelso Pretório é pavoroso .

II.- o segundo aspecto da justificativa diz respeito a  
harmonização das decisões que envolvem questões de constitu  
cionalidade

III.- o terceiro ponto, trata-se da questão do acesso /  
ao Judiciário que, de certa forma , é um efeito dos pontos an-  
teriores . O excesso de feitos, despreocupados com a matéria em  
julgamento, ou a excepcionalidade com a matéria em julgamento/  
ou a excepcionalidade do caso, põe em fila, direitos liqui-  
dos e certos já assentados pacificamente nas decisões do STF.  
Com isso se dificulta o acesso ao Judiciário em sua ins -  
tância terminal e máxima , e , mesmo que se garanta a super  
veniência de um julgamento favorável, a justiça tardia  
é quase sempre justiça falha ou injustiça .



Concessa maxima venia, os argumentos basilares que justificam a proposta não nos convencem. Temos posição contrária à proposta de efeito vinculante.

A independência do Magistrado e seu livre convencimento, o engessamento da jurisprudência são argumentos, que manifesto contrário à adoção de Súmula // Vinculante, por se tratar de mecanismo autoritário e antidemocrático, suprime, efetivamente, a independência do Magistrado.

Data venia, também levanto o argumento do efeito vinculante fora da matéria constitucional, fere a estrutura do sistema judicial.

Ex-positis, seguindo entendimento da Associação dos Magistrados - Sessão Plenária Deliberativa realizada no dia 28 de outubro de 1997-, na cidade do Recife referente ao tema : "A SÚMULA VINCULANTE E A INDEPENDÊNCIA JURÍDICA DO MAGISTRADO, MANIFESTOU CONTRÁRIO À ADOÇÃO DE SÚMULA VINCULANTE, POR SE TRATAR DE MECANISMO ANTIDEMOCRÁTICO E AUTORITÁRIO, QUE SUPRIME A INDEPENDÊNCIA DO MAGISTRADO E CONTRARIA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL", portanto a PEC nº 500, de 1997 em exame, põe em risco os alicerces mais profundos do nosso Estado de Direito, pois coloca em risco contra o art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que diz não ter Constituição a sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos Poderes. Há necessidade da preservação da consciência e independência do Juiz, e os da necessidade de evolução do Direito.

Não se pode comparar as consequências, do efeito vinculante já previsto no atual art. 102 da Lei Maior, com as daquele que, tão capciosamente, se pretende introdu-

zir , com a PEC nº 500, de 1997, de autoria do Senado Federal , sendo forçoso nominar de sofista quem assim o afirmar. O efeito vinculante previsto no atual art. 102 § 2º da Constituição somente alcança decisões proferidas em ações / declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, ou seja , além de não interferir no pacto federativo, mas não alcança do que a lide de constitucionalidade , de que são titulares exclusivos o Presidente da República , / a Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem assim, o Procurador FEDERAL da República , conforme o §4º do mesmo diploma constitucional , não se comprometendo, mesmo / em relação a eles , e a qualquer cidadão, a lide comum e o próprio controle incidental de constitucionalidade.

Data venia, aprovada a PEC nº 500 , de 1997, de autoria do Senado Federal , abrangerá tal efeito vinculante a todos os cidadãos , suprimindo-lhes , quanto à matéria simulada, o direito de acesso e o litígio concreto em qualquer modalidade, frente ao Poder Judiciário .

Assim sendo, votamos pela INADMISSIBILIDADE, in totum, da PEC nº 500 , de 1997, que padece de vícios de inconstitucionalidade, juridicidade e anti-regimentalidade, inclusive, também pela inadmissibilidade da PEC nº 54, de 1995 da ilustre e honrada Deputada, Sra. DADILA FIGUEIREDO e outros .

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 19

  
DEPUTADO NILSON GIBSON (PSB- Fe.)

## EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA

**Relatório**

Em seu voto o Relator, o eminente Deputado Ney Lopes, após historiar a tramitação da proposta em apreciação no Senado Federal, conclui pela sua admissibilidade, com uma emenda de redação.

Esta PEC veio para a Câmara com uma significativa alteração ocorrida no próprio Senado, no sentido de prever o efeito vinculante **das decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal, declaradas por voto de dois terços de seus membros**, além das decisões nas Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade de lei ou ato normativo.

Discute-se aqui, portanto, a possibilidade de vinculação dos efeitos de uma decisão e não mais das súmulas, entendidas, no dizer de Cármen Lúcia Antunes Rocha como o *"...resumo de uma tendência jurisprudencial adotada, predominantemente, por determinado tribunal sobre matéria específica, sendo enunciada em forma legalmente definida e publicada em número de ordem"* (pág.23 da Revista da OAB, nº 63, Ano XXVI - Julho/Dezembro de 1996).

Esta ampliação resultou da concordância do Senado com os argumentos do ilustre Senador Josaphat Marinho, no sentido de que: *"Ao invés de cuidar-se de efeito vinculante mediante súmula, dar-se apenas ao Supremo Tribunal Federal - e só ao Supremo Tribunal Federal - a faculdade de declarar efeito vinculante, por dois terços de seus membros, nos casos em que a Corte entender adequada a medida. Vale dizer, não se generaliza. A súmula daria formalmente um efeito demasiado genérico. Por outro lado tinha o inconveniente de que, adotada, o seu cancelamento obedece a uma formalidade que dificulta. E mais. Um dos aspectos de que se cuida para estabelecer o efeito vinculante é o de obstar o número excessivo de processos. A súmula exigirá decisões repetidas para que fosse adotada. E o quadro brasileiro está, desse ângulo, exigindo uma solução pronta. (...) Não sendo súmula terá outra vantagem: se o Supremo apurar que sua decisão, ao longo do tempo, não está produzindo os efeitos úteis devidos, poderá cancelar o efeito vinculante sem outras formalidades que a da*



*decisão igualmente por dois terços. Não ficará sujeito àquele processo formal com que se pode alterar a súmula. (Avulso, Senado Federal, pp. 26/27 – citado no voto do Relator)".*

Após significativas audiências públicas, nas quais foi possível recolocar a dimensão do problema, o nobre Relator conclui, com base em várias manifestações, por sugerir uma emenda de redação, no sentido de explicitar que as decisões definitivas de mérito referem-se às "**em matéria constitucional**".

### **Voto**

Filio-me à corrente de opinião sustentada nesta Comissão pelo Prof. Dalmo de Abreu Dallari, que com sua peculiar clareza didática revela as impropriedades inconstitucionais verificadas na proposição em análise.

Se o efeito vinculante de súmulas jurisprudenciais implicava no cerceamento da independência dos juízes, quanto mais a vinculação a decisões de mérito, mesmo que em matérias constitucionais como pretende o nobre Relator, através de emenda que não é de redação, mas de mérito e portanto insuscetível de ser apresentada e apreciada nesta Comissão.

Como bem assinalou também nesta Comissão o Ministro Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça: *"...todas as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo, em qualquer matéria.. matéria penal, matéria civil, todas as matérias... efeito vinculante. Será isso razoável? Será que isso é compatível com o regime da separação de poderes? Será que isso é compatível com os direitos e garantias individuais?"*

Conforme tem sido alertado pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr Evandro Lins e Silva, a adoção de efeito vinculante de súmulas do STF e agora com maior gravidade, de decisões de mérito, implicará, como afirmado por este brilhante advogado: *"...dar ao Judiciário um poder legislativo, criando um tumulto constitucional, uma confusão de atribuições dos poderes dos diversos Poderes da União"* (Jornal do Conselho Federal da OAB,

nº 48/1996, pág.3). Trata-se do estabelecimento de evidente normatização de conduta para terceiros e neste sentido não há como fugir à percepção de que esta proposta de emenda constitucional tende a abolir a separação de poderes, violando assim o disposto no § 4º do art.60 da Constituição Federal.

No que se refere à violação a esta cláusula pétrea, aproveito para transcrever passagem lapidar do eminente constitucionalista José Afonso da Silva, segundo o qual a Constituição: *“...ampliou o núcleo explicitamente imodificável na via da emenda, definindo no art.60, § 4º, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; os direitos e garantias individuais.*

É claro que o texto não proíbe apenas emendas que expressamente declarem: *‘fica extinta a liberdade religiosa, ou de comunicação..., ou o habeas corpus, o mandado de segurança...’*. A vedação atinge a pretensão de modificar qualquer elemento conceitual da Federação, ou do voto direto, ou indiretamente restringir a liberdade religiosa, ou de comunicação ou o direito e garantia individual; basta que a proposta de emenda se encaminhe ainda que remotamente, *‘tenda’* (emendas tendentes, diz o texto), para a sua abolição.

Assim, p.ex., a autonomia dos Estados federados assenta na capacidade de auto-organização, de autogoverno e de auto-administração. Emenda que retire deles parcela dessas capacidades, por mínima que seja, indica tendência a abolir a forma federativa de Estado. Atribuir a qualquer dos Poderes atribuições que a Constituição só outorga a outro importará tendência a abolir o princípio da separação de Poderes (grifo nosso - págs.61 - Curso de Direito Constitucional Positivo, 8ª edição, Edit. Malheiros).

A gravidade da crise do Poder Judiciário, que como já foi dito, situa-se no contexto da crise do Estado brasileiro, deve exigir soluções amplas e profundas, que atendam aos reais interesses do povo, titular do poder, na perspectiva de proporcionar o aumento da prestação jurisdicional.

A proposição em análise, como bem afirmou o Exmo Sr Ministro Sepúlveda Pertence é uma solução *“...para o problema de cúpula, que é o objeto desta proposta com os reflexos sobre a máquina”*.

Embora estejamos adentrando em questões relacionadas ao mérito do problema, é importante assinalar que não será reduzindo as demandas na cúpula do Poder Judiciário, que os cidadãos deixarão de pedir a prestação jurisdicional para os conflitos de interesse em que estejam envolvidos, em especial quando a parte violadora dos direitos é o Estado.

Neste particular, recordemo-nos das sábias palavras do Prof. Dalmo Dallari ao lembrar de uma discussão havida com o então Ministro da Justiça Nelson Jobim, que insistia em falar em indústria de liminares: *"E eu então pude dizer que toda indústria necessita de matéria-prima. A matéria-prima das liminares são as ilegalidades do governo. Se o Governo parar de cometer ilegalidades, não haverá mais matéria-prima, fecha a indústria. Basta que se estabeleça entre nós o hábito salutar e democrático de se respeitar a Constituição e as leis do País, o que infelizmente não anda muito na moda entre nós"*.

No que se refere à discussão sobre volume de demandas, os dados fornecidos pelo Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, órgão do Supremo Tribunal Federal revelam que efetivamente ocorre esta sobrecarga. No ano de 1996, mantendo a tendência dos anos anteriores, 90,5% dos processos recebidos e distribuídos aos Ministros do Tribunal eram constituídos de Recursos Extraordinários (38,6%) e de Agravos de Instrumento (71,9%).

De 1990 a 1996, estes dois recursos representaram 89,9% da demanda do Supremo Tribunal Federal.

No Superior Tribunal de Justiça, a situação não é diferente. De Janeiro a Setembro de 1996, de 56.764 processos distribuídos, os Recursos Especiais (22.465) e os Agravos de Instrumento (26.617) totalizaram 86,47% dos processos no Tribunal.

Considerando estes dados, poderíamos chegar à conclusão idêntica a dos defensores do efeito vinculante das decisões de mérito do STF, considerando que os temas em discussão judicial são poucos que, pela repetição, sobrecarregam os tribunais.

Ocorre que esta solução ataca apenas a consequência do problema. Não aborda as causas deste transtorno, que antes de ser prejudicial



à administração da justiça, é gravemente lesivo aos direitos e interesses dos cidadãos.

Ainda de acordo com dados do Supremo Tribunal Federal, "**Os maiores 'clientes' do Supremo Tribunal Federal**" (publicado na edição de 4/12/96 do Informativo STF), no ano de 1996 são a União Federal, com 6.067 processos, o INSS, com 3.990 processos, o Estado de São Paulo, o Banco do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, o Município de São Paulo, o Estado do Paraná, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado de Santa Catarina e o Estado de Minas Gerais.

Nos últimos seis anos, os recursos de Agravo de Instrumento e Recursos Extraordinários envolvendo os "*maiores clientes do STF*", relacionados acima, totalizaram 126.220 processos, sendo que os processos de interesse da União e do INSS, representam, em relação a este total de processos, respectivamente 28,44% e 21,94%, ou seja 50,38% dos processos no Supremo Tribunal.

Com base nestes dados, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o problema do Poder Judiciário é o Poder Executivo, federal, estadual e municipal.

Neste sentido, estabelecer o efeito vinculante de decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal, embora possa, num primeiro momento remeter à noção de que o problema do volume de demandas no Poder Judiciário seria reduzido, mas a causa real do transtorno à segurança jurídica dos cidadãos não terá sido atacada, ou seja o desrespeito aos direitos constitucionais dos cidadãos.

É nesta perspectiva de sistemáticas violações a direitos que assume relevância a preocupação da adoção de mecanismo tão forte, diante da força do Governo em reduzir direitos a qualquer custo, no sentido de reduzir a máquina do Estado, de acordo com a visão neoliberal de gestão pública do Estado.

Neste sentido, deve-se analisar a elevada **desproporção de juizes em relação à população brasileira**, além de se constatar

que o Poder Judiciário ainda não se faz presente na maioria das comunidades, impondo aos cidadãos seu deslocamento para os centros urbanos e metropolitanos.

A sugestão apresentada pelo Prof. Dalmo Dallari, no sentido da Administração Pública implementar mais as súmulas administrativas, previstas no art.4º, XII e 43 da Lei Complementar nº 73/93 e outros expedientes, como o constante no Decreto nº 1601, de 23 de agosto de 1995, como alternativa imediata à adoção do efeito vinculante das súmulas ou de decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal, apesar do Ministro Sepúlveda Pertence acreditar que *"isto não resolveria grande parte do problema"*, mas contribuiria significativamente para que o principal *"cliente"* do Supremo Tribunal Federal, ou seja, o Estado, não mais recorresse à última instância, como ocorre quase que compulsivamente com o INSS.

Também não é mais possível deixar de assinalar a contradição dos que argumentam favoravelmente ao efeito vinculante das decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal, quando reconhecem que a crise do Poder Judiciário exige providências mais amplas.

Se as medidas necessárias à implementação de um Poder Judiciário rápido, eficiente e acessível ao povo são amplas, por que se discute, ou melhor, se enfatiza tanto a importância de uma solução de *"cúpula"*?

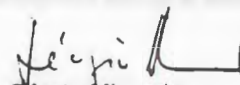
Possibilitar que a instância máxima do Poder Judiciário resolva as questões que venham a surgir, impedindo que prossigam, consistirá num valioso e eficaz instrumento destinado a conter as legítimas reações populares a possíveis violações de direitos decorrentes da implementação do projeto neoliberal de reforma do Estado, como o que o atual Governo Federal se esforça por impulsionar, desregulamentando as relações sociais e jurídicas, sob a falsa propaganda da necessidade de modernização do Estado, atropelando os dispositivos constitucionais aprovados pelo Constituinte originário.

O tumulto político, constitucional e administrativo decorrente das reformas administrativa, da previdência, da concentração de poder que se pretende com a reforma tributária, são aspectos que poderão ensejar um volume grande de demandas e o estabelecimento imediato do efeito vinculante

das decisões do Supremo Tribunal contribuirá significativamente para constranger o direito e garantia individual previsto no inciso XXXV do art.5º da Constituição Federal, segundo o qual não se excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

São estas, portanto as considerações que em nome do Partido Comunista do Brasil – PC do B, trago a esta Comissão, como fundamento de meu voto no sentido de não admitir a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional, em razão de sua inconstitucionalidade, por força do impedimento previsto nos incisos III e IV do § 4º do art.60 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 10 de Fevereiro de 1998



Sérgio Miranda

Deputado Federal

PC do B - MG

#### EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ

Visa a presente emenda ampliar o efeito vinculante das decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, e a produção de sua eficácia contra todos, que hoje vigora somente nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal - art. 102, § 2º da CF/88.

Tal proposta originária do modelo jurídico norte-americano surge como uma solução para os problemas do judiciário brasileiro, de forma a dar-lhe maior uniformidade à prestação jurisdicional e descongestionar o Supremo Tribunal Federal dos milhares de processos submetidos à sua apreciação.

Vale destacar que a proposta é uma adaptação do *stare decisis* norte-americano e fruto do direito consuetudinário, para um sistema jurídico de origens romanas, que tem nas normas escritas e



editadas pelo Poder Legislativo, a nascente das regras a serem observadas. A idéia no direito americano do *stare decisis* está diretamente correlacionada com a própria criação das normas americanas; ou seja, ao Poder Judiciário Americano é dado também o poder de legislar. É bom que se diga, que mesmo lá, este instituto tem merecido críticas.

Parece-nos, que os males do Poder Judiciário não exigem o presente remédio, especialmente, se considerarmos seus efeitos colaterais.

O apontado problema do congestionamento do STF decorre, em nosso entender, do acúmulo de competências conferidas àquela Corte, que nos termos da constituição, é tribunal Constitucional e recursal, isto é, deve processar e julgar as ações constitucionais previstas nas alíneas do inciso I do art. 102 e os recursos previstos nos incisos II e III do art. 102 da CF/88.

Muito embora os reclamos da sociedade sejam no sentido de uma prestação jurisdicional célere e eficaz, cremos que a uniformidade da prestação jurisdicional não servirá à este propósito. A uniformidade da prestação jurisdicional apenas servirá para o abreviamento das discussões jurídicas e para o engessamento do processo sociológico de criação e evolução do direito enquanto fato social dinâmico. Ou seja, a proposta trata dos sintomas da doença e não de suas reais causas.

Melhor que este caminho, que em última análise transforma os juizes em meros reprodutores burocráticos das decisões da cúpula do judiciário e alarga sobremaneira o poder do Supremo Tribunal Federal, para os apontados problemas do Judiciário teria sido a opção, por uma emenda constitucional que redefinisse e redistribuisse as competências judiciárias, especialmente, as da Suprema Corte e, ainda, um projeto reformador (PL) das leis processuais pátrias, dando continuidade àquelas reformas iniciadas pela Lei nº 8.950/94, simplificando os procedimentos e reduzindo as alquimias recursais.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal - Ministro Celso de Melo - aponta ainda outra causa do congestionamento do aparelho judiciário. Para ele é a atuação processual compulsiva do Poder Público que muitas vezes opõe resistência injustificada e arbitrária às pretensões legítimas de cidadãos de boa-fé.

Por ter esta opinião, o excelentíssimo Ministro quando esteve perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado Federal, sugeriu a aplicação das disposições da Lei Complementar nº 70/96, que atribui ao Advogado-Geral da União o

jurisprudencial iterativa dos Tribunais, a serem obedecidas pela União e por suas autarquias.

Complementando sua análise, o excelentíssimo Ministro afirmou que a reforma do Poder Judiciário *"não pode conduzir à criação de mecanismos que basquem, a partir de formulações interpretativas subordinantes, fixadas por órgãos que se situam na cúpula da estrutura judiciária, imobilizar o poder inovador da jurisprudência, gerando, a partir de hermenêutica de submisso, uma grave interdição ao direito de o magistrado refletir de maneira crítica e de decidir em regime de liberdade segundo convicções fundadas em exegese criteriosa do sistema normativo e com observância responsável dos limites fixados pelo ordenamento positivo ... o juiz não pode ser despojado de sua independência"*.

É evidente que a proposta da súmula vinculante fere de morte o princípio do livre convencimento do juiz e assim o princípio constitucional do juízo natural - art. 5º inciso LIII da CF/88. Mas não é só, mitiga o princípio da ampla defesa, e do duplo grau de jurisdição - art. 5º inciso LV da CF/88. Todas estas, normas principiológicas que descrevem direitos e garantias individuais e que, como tal, são cláusulas pétreas conforme inciso IV do § 4º do art. 60 da CF/88.

Com a aprovação da presente proposta, as súmulas editadas pelo STF deixarão de ser um instrumento veiculador e orientador de proposições jurídicas para se configurarem em verdadeiros instrumentos de controle ideológico dos operadores do direito, provocando, assim, a dogmatização do direito.

A súmula vinculante será norma oponível contra todos, como se lei fosse. Será a norma criada pela Corte Suprema em face de sua interpretação. Serão onze pessoas, que ainda que gozem de sabedoria, estarão ditando a interpretação da norma, como se infalíveis fossem.

Se já não bastasse a usurpação de prerrogativas do Poder Legislativo pelo Executivo, através das infundáveis medidas provisórias, ter-se-á ameaçada, também, a competência constitucional do Poder Legislativo com a aprovação da súmula vinculante.

Portanto, neste ponto, identificamos ainda mais duas infringências às normas constitucionais insuscetíveis de revisão. A primeira é que a proposta viola o princípio da independência dos Poderes - art. 2º da CF/88 - petrificado pelo inciso III do § 4º do art. 60, e por segundo, o princípio da legalidade - art. 5º inciso II da CF/88, também irreformável em face do disposto no inciso IV do já mencionado parágrafo do artigo 60 da CF/88.



Segundo comentários do ilustre advogado Sérgio Ferraz, publicado no Jornal da OAB-Federal, a regra constitucional de que *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei."* (art. 5º, II) resultará enfraquecida, devendo, assim, constar *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da Lei ou de súmula vinculante"*

O Instituto Brasileiro dos Advogados - IAB em matéria intitulada *IAB Rejeita Efeito das Súmulas*, (que reproduz o parecer nº 1.402/95 daquele Instituto), publicada no informativo *Consullex* nº 12/96, pag. 314, sintetiza assim a opinião daquela classe:

*" Que as súmulas vinculantes redundarão em deplorável incentivo à ociosidade intelectual dos magistrados;*

*Que a aplicação do Direito através de súmulas contaminaria a jurisprudência com o caráter estático das leis;*

*Que a ameaça do engessamento da criação jurídica torna-se ainda mais assustadora quando se verifica que só o STJ, recém-criado, já produziu cerca de 150 súmulas;*

*Que a prevalecer essa tendência, um dia serão supérfluos os advogados e os juizes, ou veremos estes últimos substituídos por "robôs" de toga;"*

Como alternativa para o abrandamento dos efeitos colaterais da súmula vinculante, pode-se identificar várias sugestões, como aquelas que sugerem sua aplicação exclusivamente quando tratar-se de matéria tributária ou previdenciária, porém, sem dúvida nenhuma, somente aquela constante da Emenda nº 07 - do Senador Eduardo Dutra - deve merecer acolhida.

Segundo esta proposta, caberia ao Senado a atribuição da eficácia *"erga omnes"* e efeito vinculante à decisão definitiva de mérito do Supremo Tribunal Federal em respeito à lógica jurídica já instalada atualmente pelo inciso X do art. 52 da Carta Magna.

Neste sentido manifestamo-nos pela rejeição da PEC. nº 54 de 1995.

Caso o substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado seja aprovado, manifestamo-nos pela aprovação das Emendas de Plenário nº 6, de autoria do Senador José Inácio que propugna por critérios de alteração e cancelamento de decisões com efeito vinculante e da já mencionada Emenda de Plenário nº 7 de autoria do Senador José Eduardo Dutra para as quais sugerimos a apresentação de destaques.



Embora não conste do Caderno de Emendas apresentadas, oferecemos para a reflexão a sugestão do Professor Ives Granda Martins acerca da flexibilização das súmulas. Para o ilustre professor as súmulas vinculantes não deverão ter caráter dogmático: quando o juiz e ou os advogados das partes apresentarem nova faceta do direito, não examinada pelo STF. Desse modo, o dinamismo do direito e sua evolução estariam garantidos contra a ameaçadora estagnação.

Salas da Comissão, de abril de 1988.

Dep.  

PDT/PE

#### EXPOSIÇÃO DO DEPUTADO ALDO ARANTES

A proposta de emenda constitucional em exame pretende introduzir alteração de grande alcance no ordenamento jurídico brasileiro, abrindo a possibilidade de que o STF confira eficácia **erga omnes** e efeito vinculante às suas decisões finais de mérito, quando assim o declarar **explicitamente**, em decisão tomada pelo voto de pelo menos dois terços dos membros daquele excelso colégio judicante.

Argumentam, os defensores dessa alteração, com a necessidade de reduzir o volume excessivo de processos que acorrem àquela Suprema Corte, em especial os repetitivos recursos sobre questões constitucionais já anteriormente decididas e sobre as quais já se encontra pacificada a jurisprudência daquele órgão, reduzindo assim a sobre-humana carga que pesa sobre os seus ministros, que resulta na espantosa média de 27,4 mil processos/ano, a serem decididos por apenas 11 julgadores.

O deputado NEY LOPES, na qualidade de Relator, nesta Comissão, emitiu Parecer favorável à sua admissibilidade com a apresentação de emenda de redação em que limita os efeitos propostos às decisões em matéria constitucional, e não somente.

Temos um entendimento diferente.

No exercício da missão que é conferida aos membros desta Comissão, cabe a nós o controle preventivo das questões constitucionais, constituindo-nos em guardas avançados da constitucionalidade das proposições que se apresentam nesta Casa. Representamos o primeiro baluarte de guarda da Constituição, o primeiro filtro onde devem decantar as inconstitucionalidades.

E a inconstitucionalidade da emenda em apreço salta aos olhos.

Em primeiro lugar, entendemos que, ao se dar tal prerrogativa aos ministros do Supremo Tribunal Federal, resvala-se num terreno pantanoso, tendente à abolição da separação dos Poderes da República. Com tal instrumento em mãos, as decisões do Supremo podem passar a constituir-se em verdadeiras normas gerais - em leis. O Supremo Tribunal Federal passa a legislar.

Isso é insofismável. Ao permitir que o STF confira eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante pretendido a decisões suas, o que se faz, em verdade, é estabelecer evidente normatização de conduta para terceiros e, neste sentido, não há como fugir à percepção de que esta proposta de emenda constitucional tende a abolir a separação de poderes.

O Relator consigna, mesmo, em seu Parecer, a parte da Justificativa da redação original da proposta em que se argumenta que *"o efeito vinculante torna a decisão reiterada e sumula da uma norma com plenos efeitos suscetível de mudança ou perante o próprio STF ou através de lei"*. Que é isso, senão uma lei, sob nome diverso?. Fica evidenciado que uma atribuição privativa do Congresso nacional, a de legislar, passa a sofrer a concorrência do STF, praticamente em igualdade de condições. Mais: assim como só uma lei pode revogar outra, só outra lei para revogar a decisão vinculante do STF, mas as decisões do STF podem revogar suas próprias decisões e revogar leis, ao dar-lhes um sentido que pode ser contrário à intenção do legislador, mas que passa a valer contra todos e a vincular os juízes, como se fora lei.

O Relator levanta ainda outra linha de preocupação, com a qual concordamos, mas da qual não tira as devidas consequências. Após elaborada análise, conclui ele em seu Parecer:

" Não é demasiado lembrar, aqui, que a abrangência maior e sem limitações do efeito vinculante poderá atingir ou-

tros pontos do sistema constitucional, sendo cabível citar, *verbi gratia*, o preceito que dispõe que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre matérias de competência privativa da União."

É importante transcrever aqui passagem esclarecedora citada nessa altura pelo Relator, de autoria do Professor VICENTE DE PAULA MACIEL JÚNIOR, sobre o tema:

"Portanto, quando se verifica que o legislador constituinte de 1988 concedeu possibilidade de, por lei complementar, autorizar aos Estados a edição de normas de direito material e processual, verifica-se que há uma tendência nítida de fortalecimento da autonomia dos Estados, para haver um equilíbrio do sistema federativo brasileiro."

Ou seja, a emenda proposta tende a enfraquecer o princípio federativo, ao subtrair possibilidades que hoje estão abertas de transferência de competências legislativas do âmbito federal para o estadual. Ao invés de tirar daí essa inferência, que decorre cristalina do seu raciocínio, de que a proposta de emenda constitucional alberga o vício insanável de tender a abolir o sistema federativo, o ilustre Relator se limita a oferecer, à guisa de saneamento desse defeito, Emenda de Redação que limita o efeito vinculante às decisões "em matéria constitucional".

Diga-se de passagem, a emenda do ilustre Relator, ademais de não ter o condão de solucionar a aberração inconstitucional da emenda, servindo apenas para circunscrever o seu campo de atuação, ainda cria um problema por si própria. É evidente que não se trata de mera Emenda de Redação, pois não se trata aqui de vício de linguagem, nem de incorreção de técnica legislativa ou de lapso manifesto, mas de uma alteração da proposta advinda do Senado, no sentido de criar uma restrição. É, portanto, uma emenda de mérito e como tal insuscetível de ser apresentada e apreciada nesta Comissão.

Em nossa ótica, o festejado constitucionalista JOSÉ AFONSO DA SILVA, em sua obra-prima "**Curso de Direito Constitucional Positivo**", espousa entendimento que fulmina as pretensões dos defensores desta proposição, quando destaca:

A Constituição, como já dissemos antes, ampliou o núcleo explicitamente imodificável na via da emenda, definindo no art. 60, § 4º, que *não sera objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.*



É claro que o texto não proíbe apenas emendas que expressamente declarem: 'fica abolida a Federação ou a forma federativa de Estado', 'fica abolido o voto direto...', 'passa a vigorar a concentração de Poderes', ou ainda 'fica extinta a liberdade religiosa, ou de comunicação...', ou o *habeas corpus*, o mandado de segurança...'. A vedação atinge a pretensão de modificar qualquer elemento conceitual da Federação, ou do voto direto, ou indiretamente restringir a liberdade religiosa, ou de comunicação ou outro direito e garantia individual; basta que a proposta de emenda se encaminhe ainda que remotamente, 'tenda' (emendas *tendentes*, diz o texto) para a sua abolição." [Ob. cit., Malheiros Editores, 14ª ed., S. Paulo, 1997, pág. 69]

E, como se tivesse diante dos olhos a emenda que ora examinamos, continua o ilustre publicista, apresentando exemplos lapidares:

" Assim, por exemplo, a autonomia dos Estados federados assenta na capacidade de auto-organização, de auto-governo e de auto-administração. Emenda que retire deles parcela dessas capacidades, por mínimo que seja, indica *tendência* a abolir a forma federativa de Estado. **Atribuir a qualquer dos Poderes atribuições que a Constituição só outorga a outro importará tendência a abolir o princípio da separação de Poderes.**" (negritos nossos) [Ob. cit., id., *ibid.*]

O mesmo entendimento foi expendido por diversos juristas de nomeada. Assinalou muito bem, nesta Comissão, o ministro **PÁDUA RIBEIRO**, do Superior Tribunal de Justiça:

"...todas as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo, em qualquer matéria...efeito vinculante. Será isso razoável? Será que isso é compatível com o regime de separação de Poderes? Será que isso é compatível com os direitos e garantias individuais?"

Nesse diapasão também se manifestou o ex-Ministro do STF, Dr. EVANDRO LINS E SILVA, ao alertar que a adoção do efeito vinculante das súmulas do STF, e agora com maior gravidade, de decisões de mérito, implicará

"...dar ao Judiciário um poder legislativo, criando um tumulto constitucional, uma confusão de atribuições de poderes dos diversos Poderes da União (Jornal do Conselho Federal da OAB, nº 48/1996, pág. 08)

Não são estes os únicos ângulos sob os quais se pode questionar a constitucionalidade da emenda sob exame. Na ver-

dade, propõe ela uma profunda subversão da própria estrutura do Judiciário. O legislador constituinte demarcou estritamente as competências do Supremo Tribunal Federal e as do Superior Tribunal de Justiça, atribuindo a um a guarda da Constituição e ao outro a missão de uniformizar o direito federal infraconstitucional. A emenda subtrai, de um golpe, ao STJ, essa atribuição, à medida que o vincula obrigatoriamente à interpretação do STF.

Nesse sentido, concordamos inteiramente com o Relator, quando assim se posiciona:

Inconcebível, destarte, a alteração da sistemática constitucional pátria para que o Supremo Tribunal Federal possa declarar efeito vinculante em matéria inconstitucional (como, por exemplo, mandado de segurança de competência originária), o que se pode depreender do texto aprovado no Senado Federal que se refere a todas as decisões definitivas de mérito proferidas pela Suprema Corte, sem qualquer limitação material."

No entanto, como vimos, o remédio que traz à baila, uma emenda em que se acrescenta que somente em matéria constitucional seria permitido ao STF utilizar-se dos novos poderes que a PEC lhe confere, infelizmente é insuficiente e de impossível apreciação neste fórum.

Exige a Constituição, nestes casos, que a emenda que apresente tais óbices não seja sequer objeto de deliberação, não vá a Plenário, e é esse exatamente o papel que cabe a nós, nesta Comissão, cumprir.

Não desconhecemos o fato absolutamente comprovado da sobrecarga que recai sobre os eminentes ministros do STF. Beira o absurdo o número de processos ali examinados, e mais absurdo se evidencia quando o comparamos com o número médio de processos que são julgados em Cortes Constitucionais de outros países. Enquanto o STF julgou cerca de 32 mil processos em 1997, a Suprema Corte norte-americana só tomou conhecimento de cerca de 500, e essa mesma desproporção se encontra quando se examina as Cortes similares da França, Itália, etc.

A proposta de emenda ora analisada não é, no entanto, o remédio idôneo para sanar aquele problema.

No que se refere à discussão sobre o volume de demandas, os dados fornecidos pelo Banco Nacional de Dados do



Poder Judiciário, órgão do STF, revelam que essa sobrecarga se deve a causas bem específicas e identificadas. No ano de 1996, por exemplo, mantendo a tendência dos anos anteriores, 90,5% dos processos recebidos e distribuídos aos ministros daquele Tribunal eram constituídos de Recursos Extraordinários (38,6%) e de Agravos de Instrumento (51,9%).

De acordo com a divulgação do STF sobre "**Os maiores 'clientes' do Supremo Tribunal Federal**" (publicada na edição de 04/12/96 do Informativo STF), naquele mesmo ano de 1996, esses maiores clientes eram encabeçados pela União Federal, com 6.067 processos, e o INSS, com 3.990 processos, seguidos pelo Estado de São Paulo, o Banco do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, o Município de São Paulo, o Estado do Paraná e o Estado de Minas Gerais.

Nos últimos seis anos, os Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários envolvendo aqueles "maiores clientes do STF" totalizaram 126.220, sendo de interesse da União e do INSS, respectivamente, 28,44% e 21,94%, ou seja, 50,38% dos processos no Supremo Tribunal.

Sendo bem determinadas as causas dessa sobrecarga, é preciso que o remédio a elas se adeque. Não se pode atirar com um canhão, carregado de inconstitucionalidade, quando o caso é de uma cirurgia precisa e bem delineada.

Nesse sentido, a posição da Associação dos Magistrados, cônica como ninguém desse problema, pois tem presente que a adoção da Súmula Vinculante é "*mecanismo antidemocrático e autoritário, que suprime a independência do magistrado e contraria a Constituição Federal*" [Sessão Plenária Deliberativa realizada em Recife a 28.10.97], não se furtou a apresentar solução condizente com a gravidade do problema, ao propor que se adotasse, ao invés, o que denominou "**Súmula Impeditiva de Recursos**", na verdade um mecanismo que permite ao STF deixar de conhecer de recursos que afrontem decisões reiteradas, que signifiquem jurisprudência pacificada do STF, já devidamente sumuladas.

Veja-se que aqui se invertem os termos do problema: ao contrário de constranger os demais órgãos do Judiciário e de

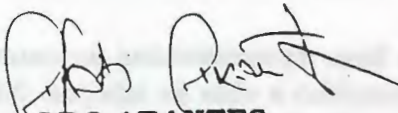


subverter a estrutura desse Poder, ao invés de normatizar para terceiros alheios às lides ali julgadas, usurpando um poder legislativo que não lhe cabe, e de se imiscuir na autonomia dos Estados federados, ao STF é reservado um poder que é compatível com suas funções, qual seja, o de não ser obrigado a tomar em conhecimento as demandas repetitivas, sobre matérias nas quais se tenha já pronunciado reiteradas vezes num sentido unívoco, o que deixa intactas as decisões das instâncias inferiores que estejam em concordância com esse sentido.

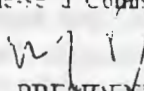
Consegue-se, assim, o desafio necessário para que o STF possa se ocupar dos temas mais candentes e de maior complexidade, ainda controversos, com tempo para aprofundá-los convenientemente, sem engessar-se a formação jurisprudencial que é como a seiva viva do Direito.

Com essas considerações, que expendo aqui em nome do PCdoB, voto no sentido de não admitir a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional, em razão de sua inconstitucionalidade por força do impedimento previsto nos incisos III e IV do art. 60 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 13 de maio de 1998,

  
**ALDO ARANTES**  
 Deputado Federal  
 PCdoB-GO

Deiro. Desapense-se a PEC nº 517/97 da PEC 500/97 em decorrência do Parecer pela inadmissibilidade daquela, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJ), art. 32, inciso III, letra "b"). Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 01 de Maio de 1998  PRESIDENTE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Of. P nº 01 /99

Brasília, 04 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa. seja providenciada a desapensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 517/97 da de nº 500/97, em conformidade com o parecer

desta Comissão proferido em 09/12/98, que decidiu pela inadmissibilidade da propositura apensada.

Na oportunidade, reitero meus votos de estima e consideração.

  
Deputado JOSÉ ANÍBAL  
Presidente

Exmo. Sr.

Deputado MICHEL TEMER

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

NESTA

**EMENDA À PROPOSTA DE  
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96/1992  
(Do Sr. Nedson Micheleti e Outros)**

*Extingue o Tribunal Superior do Trabalho, a Representação  
Classista e o Poder Normativo da Justiça do Trabalho*

**(Dá nova redação à Seção V da Constituição, alterando a redação dos artigos 111, 113, 114 e 115 e suprimindo os artigos 116 e 117)**

Substitua-se os artigos 9, 10, 11 e 12 pelos seguintes:

**DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO**

**Art. 9º. - O art. 111 e o art. 112 passam a ter a seguinte redação:**

“Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

I - os Tribunais Regionais do Trabalho;

II - os Juizes do Trabalho.”

“Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas da Justiça de Trabalho podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.”

**Art. 10º. - O art. 113 e o art. 114 passam a ter a seguinte redação:**

“Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as causas decorrentes das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dissídios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças”.

**Art. 11º. - O art. 115 passa a ter a seguinte redação:**

“Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo Único. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

- I - juízes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento;
- II - advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no art. 94.”

**Art. 12 - Suprima-se os artigos 116 e 117**

#### **JUSTIFICATIVA:**

O objetivo da proposta é extinguir uma das instâncias da Justiça do Trabalho, o TST, o poder normativo da Justiça do Trabalho, ao mesmo tempo que abole a figura dos juízes classistas.

Tais modificações iniciam o tão necessário processo de reformas no Poder Judiciário, particularmente nos aspectos concernentes à Justiça do Trabalho que, por efeito em cascata, provocarão mudanças e adequações na Legislação infra-constitucional.

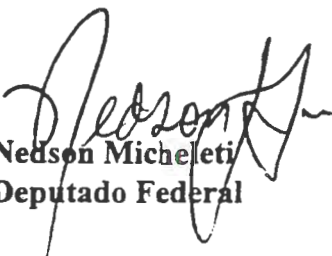
Elas possibilitarão maior agilidade nos processos e a democratização do acesso, pelas partes em litígio, ao acompanhamento e desenrolar dos processos, pois como o TST se encontra em Brasília, o



acompanhamento dos processos torna-se extremamente difícil para os trabalhadores.

O fim do poder normativo da Justiça do Trabalho permitirá a democratização das relações entre trabalhador/empregador, possibilitando a livre negociação e opção das partes em constituir árbitros para os seus conflitos.

Decorrente imediata dessas modificações será a redução do custo da Justiça do Trabalho, possibilitando a retomada dos investimentos nos Tribunais Regionais do Trabalho e na implantação de mais varas da Justiça do Trabalho, o que, por si só, possibilitará a maior agilidade e presteza das referidas juntas e tribunais.

  
Nedson Micheleti  
Deputado Federal

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009601)

AUTOR: NEDSON MICHELETI E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - NEDSON MICHELETI	PR	PT
2 - HELIO BICUDO	SP	PT
3 - MILTON MENDES	SC	PT
4 - MARCELO DEDA	SE	PT
5 - JOSE FRITSCH	SC	PT
6 - CHICO FERRAMENTA	MG	PT
7 - ALCIDES MODESTO	BA	PT
8 - DOMINGOS DUTRA	MA	PT
9 - FERNANDO FERRO	PE	PT
10 - MIGUEL ROSSETTO	RS	PT
11 - JOSE MACHADO	SP	PT
12 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
13 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
14 - GILNEY VIANA	MT	PT
15 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
16 - PADRE ROQUE	PR	PT
17 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
18 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
19 - JOAO COSER	ES	PT

20 -	LUCIANO ZICA	SP	PT
21 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
22 -	JOAO IENSEN	PR	PTB
23 -	CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
24 -	RIVALDO MACARI	SC	PMDB
25 -	VILSON SANTINI	PR	PTB
26 -	INACIO ARRUDA	CE	PC DO B
27 -	JORGE ANDERS	ES	PSDB
28 -	ROGERIO SILVA	MT	PPB
29 -	BASILIO VILLANI	PR	PPB
30 -	MILTON TEMER	RJ	PT
31 -	JOAO PAULO	SP	PT
32 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
33 -	CHICO VIGILANTE	DF	PT
34 -	TILDEN SANTIAGO	MG	PT
35 -	JOSE GENOINO	SP	PT
36 -	RICARDO GOMYDE	PR	PC DO B
37 -	ELIAS ABRAHAO	PR	PMDB
38 -	MAURICIO REQUIAO	PR	PMDB
39 -	LUIZ MAINARDI	RS	PT
40 -	NILMARIO MIRANDA	MG	PT
41 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
42 -	PAULO DELGADO	MG	PT
43 -	LEONEL PAVAN	SC	PDT
44 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
45 -	SANDRA STARLING	MG	PT
46 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
47 -	LUIZ GUSHIKEN	SP	PT
48 -	DOMINGOS LEONELLI	BA	PSDB
49 -	MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
50 -	JOAO MELLAO NETO	SP	PFL
51 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
52 -	UBALDINO JUNIOR	BA	PSB
53 -	PEDRO WILSON	GO	PT
54 -	ELTON ROHNELT	RR	PSC
55 -	ITAMAR SERPA	RJ	PSDB
56 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
57 -	ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
58 -	OLAVIO ROCHA	PA	PSDB
59 -	UBALDO CORREA	PA	PMDB
60 -	IBERE FERREIRA	RN	PFL
61 -	GILVAN FREIRE	PB	PMDB
62 -	RENAN KURTZ	RS	PDT
63 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
64 -	SIMARA ELLERY	BA	PMDB
65 -	ZILA BEZERRA	AC	PMDB
66 -	ANDRE PUCCINELLI	MS	PMDB
67 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
68 -	OSCAR GOLDONI	MS	PMDB
69 -	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
70 -	JOSE FORTUNATI	RS	PT
71 -	JOSE BORBA	PR	PTB

72 - ANTONIO UENO	PR	PFL
73 - PAULO HESLANDER	MG	PTB
74 - FELIPE MENDES	PI	PPB
75 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
76 - MARCONI PERILLO	GO	PSDB
77 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
78 - MARIA VALADAO	GO	PPB
79 - ALZIRA EWERTON	AM	PPB
80 - JOSE REZENDE	MG	PPB
81 - BENEDITO GUIMARAES	PA	PPB
82 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
83 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
84 - HUGO LAGRANHA	RS	PTB
85 - WILSON BRANCO	RS	PMDB
86 - PAULO RITZEL	RS	PMDB
87 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
88 - EZIDIO PINHEIRO	RS	PSDB
89 - PAULO ROCHA	PA	PT
90 - AGNELO QUEIROZ	DF	PC DO B
91 - AGNALDO TIMOTEO	RJ	PPB
92 - LUIZ DURAO	ES	PDT
93 - JOSE CHAVES	PE	S. PART.
94 - ODILIO BALBINOTTI	PR	S. PART.
95 - ROBERTO VALADAO	ES	PMDB
96 - JOAO THOME MESTRINHO	AM	PMDB
97 - RITA CAMATA	ES	PMDB
98 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PMDB
99 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
100 - ANTONIO DOS SANTOS	CE	PFL
101 - ADELSON RIBEIRO	SE	PSDB
102 - WILSON CUNHA	SE	PFL
103 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PL
104 - JOSE MAURICIO	RJ	PDT
105 - ERALDO TRINDADE	AP	PPB
106 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
107 - RICARDO HERACLIO	PE	PMN
108 - GENESIO BERNARDINO	MG	PMDB
109 - AYRES DA CUNHA	SP	PFL
110 - CIPRIANO CORREIA	RN	PSDB
111 - JONIVAL LUCAS	BA	PFL
112 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
113 - LUIZ MOREIRA	BA	PFL
114 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
115 - MARCOS MEDRADO	BA	PPB
116 - JAIR AZI	BA	PFL
117 - JAIME FERNANDES	BA	PFL
118 - JOSE TUDE	BA	PTB
119 - NEWTON CARDOSO	MG	PMDB
120 - ILDEMAR KUSSLER	RO	PSDB
121 - CARLOS APOLINARIO	SP	PMDB
122 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
123 - ROBERTO ROCHA	MA	PMDB



124 - JOSE ALDEMIR	PB	PMDB
125 - VALDIR COLATTO	SC	PMDB
126 - ANTONIO BRASIL	PA	PMDB
127 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
128 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
129 - MAURO FECURY	MA	PFL
130 - NAN SOUZA	MA	PPB
131 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
132 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
133 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
134 - JOAO MAIA	AC	PSDB
135 - SAULO QUEIROZ	MS	PFL
136 - SERGIO AROUCA	RJ	PPS
137 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
138 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
139 - CONCEICAO TAVARES	RJ	PT
140 - CELSO DANIEL	SP	PT
141 - PAULO TITAN	PA	PMDB
142 - MALULY NETTO	SP	PFL
143 - FERNANDO TORRES	AL	PSDB
144 - JOSE TELES	SE	PPB
145 - MOACYR ANDRADE	AL	PPB
146 - DELFIM NETTO	SP	PPB
147 - SARNEY FILHO	MA	PFL
148 - NILTON BAIANO	ES	PMDB
149 - LUIZ BUAIZ	ES	PL
150 - EULER RIBEIRO	AM	PMDB
151 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
152 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
153 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
154 - PAULO BERNARDO	PR	PT
155 - NOEL DE OLIVEIRA	RJ	PMDB
156 - WELINTON FAGUNDES	MT	PL
157 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
158 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
159 - WILSON CIGNACHI	RS	PMDB
160 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
161 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
162 - ADAO PRETTO	RS	PT
163 - CECI CUNHA	AL	PSDB
164 - CUNHA BUENO	SP	PPB
165 - CARLOS DA CARBRAS	AM	PFL
166 - ALEXANDRE CERANTO	PR	PFL
167 - WILSON CAMPOS	PE	PSDB
168 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
169 - BENEDITO DE LIRA	AL	PFL
170 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
171 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
172 - DOLORES NUNES	TO	PSDB
173 - SERGIO CARNEIRO	BA	PDT
174 - HUMBERTO COSTA	PE	PT
175 - CARLOS AIRTON	AC	PPB

176 - SALOMAO CRUZ	RR	PFL
177 - WAGNER ROSSI	SP	PMDB
178 - MARTA SUPPLY	SP	PT
179 - JOSE AUGUSTO	SP	PT
180 - EDUARDO JORGE	SP	PT
181 - ANA JULIA	PA	PT
182 - LAEL VARELLA	MG	PFL
183 - GEDDEL VIEIRA-LIMA	BA	PMDB
184 - MARIA LAURA	DF	PT
185 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	185	REPETIDAS: 24
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	2	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	211	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS -

1 - JOSE BORBA	PR	PTB
2 - VILSON SANTINI	PR	PTB
3 - BENEDITO GUIMARAES	PA	PPB
4 - GILVAN FREIRE	PB	PMDB
5 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
6 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
7 - MARCELO DEDA	SE	PT
8 - GENESIO BERNARDINO	MG	PMDB
9 - SERGIO CARNEIRO	BA	PDT
10 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
11 - LUIZ DURAO	ES	PDT
12 - NEWTON CARDOSO	MG	PMDB
13 - JOSE ALDEMIR	PB	PMDB
14 - ANTONIO BRASIL	PA	PMDB
15 - UBALDINO JUNIOR	BA	PSB
16 - ODILIO BALBINOTTI	PR	S. PART.
17 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
18 - ERALDO TRINDADE	AP	PPB
19 - ERALDO TRINDADE	AP	PPB
20 - ERALDO TRINDADE	AP	PPB
21 - MARIA LAURA	DF	PT
22 - MARIA LAURA	DF	PT
23 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB
24 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - ARI MAGALHAES	PI	PPB
2 - RAIMUNDO BEZERRA	CE	PMDB

<b>EMENDA Nº</b> <span style="font-size: 1.5em; font-family: cursive;">002-CE</span>	
<b>PROPOSTA</b> PEC Nº 96-A / 92	<b>DISPOSITIVO:</b> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <span>( ) SUPRESSIVA</span> <span>( ) SUBSTITUTIVA</span> <span>( ) ADITIVA DE</span> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <span>( ) AMPLIATIVA</span> <span>( ) MODIFICATIVA</span> </div>
<b>COMISSÃO ESPECIAL</b>	
<b>DEPUTADO</b> REGIS DE OLIVEIRA	<b>AUTOR</b> PARTIDO PSDB UF SP PÁGINA / 11

**SUBSTITUTIVO DA PROPOSTA DE EMENDA**  
**A CONSTITUIÇÃO Nº 96/92**

(DO DEP. HÉLIO BICUDO - PT/SP)

Introduz Modificações na Estrutura do Poder Judiciário

Art. 1º - São suprimidas do inciso I do art. 93 da Constituição Federal as expressões "cujo cargo inicial será o de Juiz Substituto" e acrescentadas as expressões "da associação de classe da magistratura", passando o inciso I a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93 - .....

I- "ingresso na carreira através de concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação de Classe da magistratura em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, a ordem de classificação".

Art. 2º - É acrescentada à letra a inciso II do art. 93 a seguinte expressão : "Tríplice", passando a ter a seguinte redação:

Art. 93 - .....

I - .....

II- .....

a) - "é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista tríplice de merecimento".

Art. 3º - São acrescentadas no inciso II, letra d do art. 93 da Constituição Federal, as seguintes expressões: "fundamentado" e "A recusa pressupõe a existência de processo administrativo-disciplinar por falta grave, ou constituirá peça inicial à sua instauração" e suprimidas no mesmo dispositivo, as expressões " conforme procedimento próprio", passando a alínea a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93 - .....

I - .....

II- .....

d) - " na apuração de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, repetindo-se a



votação até fixar-se a indicação. A recusa pressupõe a existência de processo administrativo-disciplinar por falta grave, ou constituirá peça inicial de sua instauração”.

Art. 4º - São suprimidas no inciso II do art. 93 da Constituição Federal as seguintes expressões: “ou , onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe origem”, passando o inciso a ter a seguinte redação:

Art. 93 - .....

I - .....

II - .....

III - “o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância”.

Art. 5º - No inciso V do art. 93 substituir a expressão “a dez” por “cinco” e suprimir as expressões “a título nenhum”, acrescentando as expressões “aos que fazem jus”, passando a ter o inciso a redação seguinte:

I - .....

II - .....

III - .....

VI - .....

V - “os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a cinco por cento de uma para outra das categorias de carreira, não podendo exceder aos que fazem jus os Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Art. 6º - A redação do inciso VI do art. 93 passa a ser a seguinte:

VI - “A aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez, aos setenta anos de idade ou após quinze anos de permanência no Supremo Tribunal Federal, nos demais Tribunais Superiores, nos Tribunais regionais Federais e do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, desde que observado o tempo de trinta anos de serviço, e facultativa, respeitado igual tempo de serviço, após dez anos de exercício efetivo na judicatura”.

Art. 7º - São acrescentadas ao inciso IX do art. 93 as seguintes expressões: “e decisões administrativas” - “inclusive as relativas à movimentação do quadro da magistratura”, passando o inciso a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93 - .....

IX - “todos os julgamentos e decisões administrativas dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive as relativas à movimentação do quadro da magistratura, serão públicos e fundamentados, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes”.

Art. 8º - São acrescentadas ao inciso X do art. 93 da Constituição Federal as expressões “inclusive as disciplinares, serão fundamentadas, sob pena de nulidade” e “vitalicios”, após as expressões “administrativas dos Tribunais” e “membros”, respectivamente, ficando, em consequência, suprimidas as expressões “sendo as disciplinares”, passando a ter a seguinte redação:

Art. 93 - .....

X - "as decisões administrativas dos Tribunais inclusive as disciplinares, serão fundamentadas, sob pena de nulidade, e tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros vitalícios".

Art. 9º - Substituir no inciso XI do art. 93 da Constituição Federal, as expressões "vinte e cinco" e "onze", após as expressões "superior a", "mínimo de-", "o máximo de", pelas expressões "trinta", "quinze" e "trinta", respectivamente, e acrescentar a expressão "vitalícios" após a expressão "membros" e suprimir, após a expressão "juridicionais" as expressões "da competência do Tribunal Pleno", pelas seguintes expressões: "delegadas pelo Tribunal Pleno, na forma do Regimento Interno", passando o inciso a ter a seguinte redação:

Art. 93 - .....

XI - "nos tribunais com número superior a trinta julgadores poderá ser constituído órgão especial, com número mínimo de 15 e o máximo de trinta membros vitalícios, para o exercício das atribuições administrativas e jurídicas delegadas pelo Tribunal Pleno, na forma do regimento interno".

Art. 10º - É acrescentado ao art. 93 da Constituição Federal o inciso XII com a seguinte redação:

Art. 93 - .....

XII - "um terço dos membros do Órgão Especial será preenchido pelos mais antigos do próprio Tribunal, um terço será escolhido pelo Tribunal Pleno e um terço será escolhido pelos magistrados de carreira vitalícios, para um mandato de dois anos".

Art. 11º - É acrescentada no inc. I do art. 95 da constituição Federal a expressão "automaticamente" e suprimida a expressão "só", passando o inciso a ter a seguinte redação:

Art. 95 - .....

I - "vitaliciedade, que, no primeiro grau, será adquirida automaticamente após dois anos de efetivo exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado".

Art. 12º - São acrescentadas no inc. I do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal as seguintes expressões: "pública" e "direção da Escola da Magistratura", substituindo as expressões "uma de" por "e o", passando o inciso a ter a seguinte redação:

Art. 95 - .....

I-.....

II-.....

III-.....

Parágrafo Único -

I - "exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função pública, salvo direção da Escola de Magistratura e o magistério".

Art. 13º - É acrescentado no inciso II do art. 96 da Constituição Federal, a alínea e, com a seguinte redação:

Art. 96 - .....

I-.....

II-.....

a).....

b).....

- c).....
- d).....
- e) - "emenda à Constituição".

Art. 14º - É acrescentado ao art. 96 da constituição Federal parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 96 - .....

I-.....

- a).....
- b).....
- c).....
- d).....
- e).....
- f).....

II-.....

- a).....
- b).....
- c).....
- d).....
- e).....

III - .....

"Parágrafo Único - Os órgãos diretivos dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça, escolhidos dentre os seus integrantes, serão eleitos pelos magistrados vitalícios de primeiro e segundo graus a ele vinculados".

Art. 15º - É acrescentado o inc. II ao art. 98 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

Art. 98 - .....

I-.....

II-.....

III- "juizados de instrução, integrados por juizes togados com a incumbência de preparar o procedimento criminal acusatório, podendo determinar as diligências e as prisões cautelares necessárias ao bom andamento dos trabalhos".

Art. 16º - São acrescentadas ao § 1º do art. 99 da Constituição Federal as seguintes expressões: "reservando-se no mínimo 6% na União e 12% nos Estados, da receita global, para o Poder Judiciário, excluídas as verbas destinadas ao pagamento de precatórios", passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99 - .....

"Parágrafo 1º - Os Tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais poderes, na lei de diretrizes orçamentárias, reservando-se no mínimo 6% na União e 12 % nos Estados, da receita global, para o Poder Judiciário, excluídas as verbas destinadas ao pagamento de precatórios".

Art. 17º - É acrescentado ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal a expressão "atualizado" após a expressão "pagamento" e, em consequência, são suprimidas as expressões "data em que terão atualizados os seus valores", ficando a redação do parágrafo da forma seguinte:

Art. 100 - .....

§ 1º - "É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento atualizado até o final do exercício seguinte".



Art. 18º - É acrescentado ao art. 100 da Constituição Federal o Parágrafo 3º, com a seguinte redação:

Art. 100-.....

§ 1º -.....

§ 2º -.....

§ 3º - "os débitos alimentares, inclusive trabalhistas, serão pagos após o trânsito em julgado, mediante intimação judicial, com prazo de trinta dias, sob pena de aplicação da parte final do parágrafo segundo".

Art. 19º - É substituída no art. 101 da Constituição Federal a expressão "sessenta e cinco" por "sessenta", passando o artigo a ter a seguinte redação:

Art. 101 - "O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada".

Art. 20º - O parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal é transformado em § 1º, ficando acrescentado o § 2º com a seguinte redação:

Art. 101 - .....

§ 1º - "Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal".

§ 2º - "No mínimo seis dos Ministros serão oriundos da Magistratura de carreira".

Art. 21 - É substituída, no parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal a expressão "sessenta e cinco" por "sessenta", passando o parágrafo a ter a seguinte redação:

Art. 104-.....

Parágrafo Único - "Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da república, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:"

Art. 22 - É suprimida a expressão "ou última", na alínea a, inc. II do art. 105 da Constituição Federal, passando a ter a seguinte redação:

Art. 105 - .....

I-.....

II-.....

a) - "os habeas corpus decididos em única instância pelos tribunais dos estados, do Distrito Federal e Territórios quando a decisão for denegatória".

Art. 23º - É substituída no art. 107 da Constituição Federal a expressão "sessenta e cinco" por "sessenta", passando o *caput* a ter a seguinte redação:

Art. 107 - "Os Tribunais Regionais federais compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, sendo:"

Art. 24º - É dada nova redação ao inc. III do art. 111 da Constituição Federal e no § 1º é substituída a expressão "sessenta e cinco" por "sessenta", suprimida a expressão "sendo" após a expressão "Senado Federal", acrescentadas, em seguida, as expressões "sendo vinte e um escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho"; são suprimidos os incisos I e II do mesmo artigo e são suprimidas no § 2º do mesmo artigo as expressões "e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho" e "de classistas, o resultado da indicação do colégio eleitoral integrado pelas diretorias das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores, conforme

o caso; as listas triplices para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos seguintes Ministros togados vitalícios”, passando a ter a seguinte redação:

Art. 111- .....

I- .....

II- .....

III- “os juizes do trabalho

§ 1º - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo vinte e um escolhidos dentre Juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

§ 2º - O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas triplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94.

§ 3º - .....

Art. 25º - São substituídas, no art. 112 da Constituição federal as expressões “as Juntas de Conciliação e Julgamento” por “os Juizos do Trabalho”, passando a ter a seguinte redação:

Art. 112 - “Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado, no Distrito Federal, e a lei instituirá os Juizos do Trabalho, podendo, nas Comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito”.

Art. 26º - São suprimidas no art. 113 da Constituição Federal as expressões “assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregadores”, passando a ter a seguinte redação:

Art. 113 - “A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho”.

Art. 27º - São substituídas no parágrafo 2º do art. 114 da constituição Federal as expressões “aos respectivos sindicatos” pelas expressões “ao sindicato de empregados”, passando a ter a seguinte redação:

Art. 114 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - “ recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado ao sindicato de empregados ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho”.

Art. 28º - É dada nova redação ao *caput* do art. 115 da Constituição Federal e ao parágrafo único do mesmo artigo; suprimidos os incisos I, II e III, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 115 - “Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, observado o disposto no art. 94.

Parágrafo Único-Na promoção dos Juizes do Trabalho será observado o critério alternado de antigüidade e merecimento”.

Art. 29º - São suprimidos o art. 116 da Constituição Federal e seu parágrafo único.

Art. 30º - São suprimidos o art. 117 da Constituição Federal e seu parágrafo único.

Art. 31º - São acrescentadas ao parágrafo 2º do art. 121 da Constituição Federal as expressões “e das zonas eleitorais”, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 121-.....

§ 1º - .....

§ 2º - "Os juizes dos Tribunais e das Zonas Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria".

Art. 32º - São modificados os incisos I e II do art. 123 da Constituição federal, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 123 - .....

Parágrafo Único - .....

I-"três dentre Juizes-Auditores da Justiça Militar da União;

II-dois dentre Advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, e membros do Ministério Público da Justiça Militar".

Art. 33º - São acrescentadas ao parágrafo 2º do art. 125 da Constituição Federal as expressões "e federal" após a expressão "Estadual", passando a ter a seguinte redação:

Art. 125 - .....

§ 1º-.....

§ 2º - " Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face da Constituição Estadual, ou de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Estadual e Federal, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão".

Art. 34º - No ato das disposições Constitucionais Transitórias são acrescentados artigo e parágrafo único ao final, que passam a vigorar na forma seguinte:

"Art. 71 - ficam extintos, onde houver, os Tribunais de Alçada, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, como desembargadores, respeitando-se a ordem de antiguidade e a classe de origem.

Parágrafo Único - no prazo de noventa dias, contados da promulgação da presente emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos Tribunais de Alçada em seus quadros, fixando-lhes a competência, remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo a proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes".

## JUSTIFICATIVA

Urge democratizar o Poder Judiciário, dotar-lhe de meios e condições de executar a sua missão constitucional com absoluta transparência, e extirpar-lhe segmento desnecessário e dispendioso, como o vocalato.

A proposição vem ao encontro do desejo da esmagadora maioria da Magistratura Brasileira, decidida em Congresso de sua entidade nacional de classe que, com muita honra, teve a satisfação de presidir.

A ordem numérica apresentada, como justificativa, corresponde ao artigo da PEC ora proposto.



1. A referência ao cargo inicial deverá ser deixada para os estatutos. A inclusão da associação de classe nas comissões de concursos democratizará o processo de seleção.

2. É preciso restringir a lista que, na falta de indicação, poderia ser quádrupla, sêxtupla, etc...

3. É preciso evitar que se abuse dessa faculdade de recusa. É que, em havendo motivação séria e objetiva para a punição do magistrado, o tribunal a revele e instaure o processo disciplinar.

4. A modificação visa, como alternativa, à eliminação dos Tribunais de Alçada. A sua manutenção constitui uma duplicação de recursos materiais e humanos, onerando o orçamento do Judiciário.

5. Embora anômalo num sistema federativo, pode-se até admitir o estabelecimento de um teto de vencimentos dos magistrados estaduais com base na remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. No entanto, tal teto não pode, de forma nenhuma, eliminar as vantagens pessoais conferidas aos juízes pela legislação do funcionalismo em geral.

Tal restrição, prevista, diga-se, no Projeto de Lei do Estatuto da Magistratura, que tramita no Congresso Nacional, não apenas fere o princípio da isonomia, com também vulnera a autonomia dos Estados-Membros no que tange à inflação das vantagens de seus servidores, dentre os quais se encontram os juízes.

A redação proposta permite que, na determinação do teto, se incluam eventuais vantagens indenizatórias pagas aos membros da Suprema Corte, v.g., moradia, transporte, etc.

6. Há duas modificações propostas: a aposentadoria compulsória aos quinze anos nos Tribunais, e o aumento do tempo mínimo, de cinco para dez anos, para a aposentadoria. Com a referida aposentadoria compulsória, se pretende eliminar a perpetuação dos Membros dos Tribunais, o que permitirá melhor oxigenação e servirá como estímulo aos demais membros da carreira. Com o aumento do tempo mínimo de permanência, de cinco para dez anos, pretende-se coibir o ingresso na magistratura a candidatos que só tem um objetivo: uma melhor aposentadoria.

7. Amplia a garantia de transparência das decisões dos órgãos judiciários e confirma o princípio da publicidade dos atos dos Poderes do Estado, previsto no art. 37 da Constituição Federal, e impede julgamentos políticos e pessoais, principalmente no que concerne aos critérios de promoção dos magistrados.

8. A proposta visa, de uma parte, a impedir que sejam tomadas decisões administrativas e disciplinares sem a necessária fundamentação, e de outra que juízes não togados (por exemplo, os representantes classistas da Justiça do Trabalho) decidam sobre a atividade funcional dos juízes togados. Com isso se pretende a transparência do Judiciário e a garantia aos direitos dos Jurisdicionados.

9. Com a atual redação o Órgão Especial fica com toda a competência, e desaparece praticamente o Tribunal Pleno. É criatura engolindo o criador. Com a emenda se pretende que a competência do Órgão Especial seja restrita e delegada, podendo ser ampliada, modificada e retirada a qualquer tempo, e havendo matérias que ficariam restritas ao Tribunal Pleno, de acordo com o desejo de cada Tribunal.

10. A propositura objetiva propiciar uma democratização interna do Poder Judiciário, fazendo com que o Órgão Especial seja integrado por magistrados de segundo grau eleitos pelos membros dos tribunais e pelos magistrados vitalícios, e não apenas pelos mais antigos.

Tal sugestão corresponde a uma antiga aspiração dos magistrados de primeiro e segundo graus no sentido de participarem da eleição dos integrantes dos órgãos diretivos dos respectivos tribunais.

11. Pretende-se, com a propositura, garantir o vitaliciamento imediato daqueles que tiverem passado o estágio probatório sem cometerem falta ou deslize funcional. A inclusão da palavra "automaticamente" indica que a aquisição da vitaliciedade não depende de nenhum ato do respectivo tribunal.

12. A Constituição prevê que o aperfeiçoamento e a formação dos magistrados dar-se-á em escolas de preparação e aperfeiçoamento. A direção dessas escolas deve ficar a cargo, preferencialmente, de magistrados que, para tanto, devem ser autorizados pela norma constitucional.



O acréscimo da palavra "pública" dá oportunidade a que os magistrados possam exercer outras atividades, desde que compatíveis com o seu mister, sobretudo aquelas relacionadas com as atividades de caráter acadêmico e cultural.

13. É preciso dar-se aos Tribunais a possibilidade de propor emendas, para estabelecer o equilíbrio entre os Poderes. Além disso, como o Judiciário está em constante contato com questões relativas à Constituição, é natural que dali surjam idéias para seu aperfeiçoamento. Não há qualquer temor de influência maléfica do Judiciário, pois a aprovação da emenda passará pelo crivo atento do legislativo, que continuará a exercer soberanamente sua competência.

14. Reclama-se muito da falta de transparência e da ausência de democracia do Poder Judiciário. A eleição direta dos dirigentes, estendida a todos os magistrados vitalícios vinculados ao Tribunal, traria justamente a democratização. Deve-se dizer que esse tipo de eleição é altamente desejada pela imensa maioria dos magistrados.

15. Os juizados de instrução têm dado excelente resultado em outros países no combate à criminalidade, sobretudo na Itália, ao mesmo tempo em que garantem o respeito aos direitos fundamentais dos acusados em geral, desde o início da persecução penal.

Os elementos de convicção colhidos sob a égide dos Juizes de Instrução apresentam melhor qualidade, evitando-se a repetição da prova acusatória na fase judicial, com o que se obtém a aceleração dos processos criminais.

16. Possuindo o Poder Judiciário autonomia financeira, é preciso garantir concretamente um mínimo dessa autonomia, sem deixar nas mãos dos dirigentes executivos a definição de verbas.

A prática tem mostrado que o Poder Judiciário é sempre relegado a um plano secundário na divisão de verbas, sendo poucos os Executivos estaduais que dão a ele a prioridade necessária. O que se constata é que o Poder Judiciário não tem podido atender aos reclamos cada vez maiores da população, justamente pela insuficiência de recursos financeiros.

17. O pagamento dos precatórios judiciais sem a devida atualização constitui um flagrante desrespeito ao direito de propriedade dos cidadãos e se converte em fator de desmoralização.

Não há como explicar ao cidadão que ele deve pagar seus débitos perante o Estado com atualizações diárias e imediatas, e até com pesadíssimas multas, enquanto os créditos não são atualizados com a mesma igualdade.

Deve-se lembrar também que a ausência de atualização eterniza a chamada "ordem cronológica", sufoca o Judiciário com processos que nunca terminam e se constitui em fonte perene de corrupção.

18. A emenda pretende dar efetividade prática à ressalva constante do caput do artigo.

Não se concebe que créditos advindos de sentença ou nascidos do não pagamento de salários ou outros direitos trabalhistas sejam pagos com demora de anos e condenem o credor a passar fome ou a procurar outras fontes de alimento.

19. Pretende-se adequar o texto à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura, para a aposentadoria.

20. Já que o Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo da magistratura do País, pretende-se, com a emenda, retirar desse Tribunal um pouco do caráter político da escolha, para estabelecimento de feição mais técnica.

Lembra-se que enquanto as chefias do Executivo e do Legislativo são eminentemente políticas, a chefia do Judiciário é técnica pela própria natureza.

21. Pretende-se adequar o texto à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura, para a aposentadoria.

22. Com essa expressão, o Superior Tribunal de Justiça funciona como uma terceira instância. Não há razão de ser. A jurisdição no Brasil deve ser feita em duplo grau, e não em triplo ou quádruplo. O excesso de recursos é que provoca muitas demoras.

23. Pretende-se adequar o texto à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura.



24. O Governo Federal tem denunciado os ralos por onde escoa, sem retorno, o dinheiro público.

Um desses ralos é, sem dúvida, a existência dos juizes classistas na Justiça do Trabalho. O pagamento aos classistas e suas aposentadorias corresponde a 70% da verba destinada pela Justiça do Trabalho ao pagamento dos vencimentos.

Do ponto de vista da jurisdição, não há nada que justifique a existência dos classistas, a não ser o imenso e forte lobby que eles possuem. Nas Juntas de Conciliação e Julgamento o papel deles, quando é efetivo, se resume a tentar a conciliação ou a auxiliar o juiz togado, como bedéis de luxo.

A proposta é no sentido de se extinguir a representação classista.

Quanto à idade máxima de 60 anos, pretende-se adequar o texto à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura, para a aposentadoria.

25. Pretende-se conciliar a redação à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

26. Pretende-se conciliar a redação à extinção da representação classista na Justiça do trabalho.

27. A faculdade de propor dissídio coletivo deve ficar restrita aos sindicatos de trabalhadores. O Poder Normativo deve ser exercido para a consolidação das conquistas dos trabalhadores.

28. Pretende-se conciliar a redação à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

29. Pretende-se conciliar a redação à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

30. Pretende-se conciliar a redação à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

31. A inclusão no dispositivo da expressão "juizes das zonas eleitorais" e não apenas os dos tribunais eleitorais, colima no sentido da previsão de alternatividade na designação de juizes de direito para funcionarem como juizes responsáveis por zonas eleitorais. Demais disso, a escolha será feita pelo mesmo processo previsto na letra "b", do § 1º, do artigo 120 da Constituição Federal.

Trata-se de uma adequação de procedimento na escolha de juizes eleitorais em Comarcas com mais de um Juiz de Direito, em conformidade com o mesmo processo de escolha para composição dos Tribunais eleitorais

32. O objetivo da proposta é aumentar no Superior Tribunal Militar o número de Juizes Auditores, de modo a tornar o Tribunal mais profissional, além de adequá-lo ao princípio já existente nos outros Tribunais, de maior participação da magistratura de carreira.

33. Quer se evitar que leis municipais continuem sem poder ser submetidas ao controle em tese de constitucionalidade, como ocorre atualmente, quando violam a Constituição Federal. Manifesto o inconveniente social, político, jurídico, econômico etc., de uma lei de manifesta inconstitucionalidade prosseguir sendo aplicada de maneira genérica, só afastada em litígios individuais. É até contraditório que a lei municipal possa ser derrubada desde logo por contrariar Constitucional Estadual, mas não o possa quando agride preceito da Constituição Federal. É verdade que o STF é o guardião primeiro da Constituição Federal. Porém, bem se sabe da impossibilidade física dessa Corte julgar ações diretas de inconstitucionalidade contra leis dos milhares de municípios brasileiros. Neste quadro, aparece como solução razoável a entrega do julgamento aos tribunais de justiça dos Estados. Não será prejudicado o controle maior do STF sobre a Carta Magna federal, pois que: a) - afinal, todo o Poder Judiciário é guardião daquela Carta; b) - em grau de recurso, terminará o tema por seguir ao exame do mais alto pretório.

34. Cada Tribunal possui uma estrutura completa, com Presidente, Vice, Secretária, corpo de funcionários.

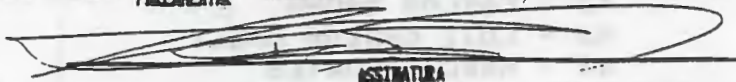
A criação de vários tribunais em uma única unidade da Federação tinha como justificativa o medo do agigantamento de alguns tribunais. No entanto, com a criação do Órgão Especial, Câmaras, Grupos de Câmaras, Conselho da Magistratura, o medo desse gigantismo arrefeceu, mostrando-se na verdade sem razão de existir.

A fusão dos tribunais é política de economia financeira e trará reflexos benéficos para a magistratura e os jurisdicionados.

PARLAMENTAR

29, 8, 95

DATA



ASSINATURA



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009602)

AUTOR: REGIS DE OLIVEIRA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPR
2 - SALATIEL CARVALHO	PE	PP
3 - RITA CAMATA	ES	PMDB
4 - JAQUES WAGNER	BA	PT
5 - AECIO NEVES	MG	PSDB
6 - HELIO BICUDO	SP	PT
7 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PP
8 - MENDONCA FILHO	PE	PFL
9 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
10 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
11 - LEOPOLDO BESSONE	MG	PTB
12 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
13 - PADRE ROQUE	PR	PT
14 - ELIAS MURAD	MG	PSDB
15 - DOMINGOS DUTRA	MA	PT
16 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
17 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
18 - SAULO QUEIROZ	MS	PFL
19 - JAIR SIQUEIRA	MG	PFL
20 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
21 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB
22 - JULIO REDECKER	RS	PPR
23 - WILSON CIGNACHI	RS	PMDB
24 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PP
25 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
26 - MARIA VALADAO	GO	PPR
27 - ALZIRA EWERTON	AM	PPR
28 - JOSE COIMBRA	SP	PTB
29 - EMERSON OLAVO PIRES	RO	PSDB
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
32 - JOSE FORTUNATI	RS	PT
33 - JOSE EGYDIO	RJ	PL
34 - RUBENS COSAC	GO	PMDB
35 - LAEL VARELLA	MG	PFL
36 - LAPROVITA VIEIRA	RJ	PP
37 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
38 - AGNELO QUEIROZ	DF	PC DO B
39 - UBALDINO JUNIOR	BA	PSB
40 - BENEDITO DE LIRA	AL	PFL
41 - CUNHA LIMA	SP	PSDB
42 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
43 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
44 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
45 - JAIME MARTINS	MG	PFL

46 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PFL
47 - JOAO LEAO	BA	PSDB
48 - MAURICIO NAJAR	SP	PFL
49 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
50 - OSCAR GOLDONI	MS	PMDB
51 - WIGBERTO TARTUCE	DF	PP
52 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
53 - ENIO BACCI	RS	PDT
54 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
55 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
56 - RENAN KURTZ	RS	PDT
57 - WAGNER ROSSI	SP	PMDB
58 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
59 - ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
60 - MATHEUS SCHMIDT	RS	PDT
61 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
62 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
63 - NOEL DE OLIVEIRA	RJ	PMDB
64 - PAULO HESLANDER	MG	PTB
65 - NEWTON CARDOSO	MG	PMDB
66 - GILVAN FREIRE	PB	PMDB
67 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
68 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
69 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
70 - PAULO LIMA	SP	PFL
71 - COSTA FERREIRA	MA	PP
72 - B. SA	PI	PSDB
73 - ROGERIO SILVA	MT	PPR
74 - RONIVON SANTIAGO	AC	PSD
75 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PTB
76 - AYRES DA CUNHA	SP	PFL
77 - JOSE CARLOS LACERDA	RJ	PPR
78 - MAURO LOPES	MG	PFL
79 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
80 - ANA JULIA	PA	PT
81 - BENEDITO GUIMARAES	PA	PPR
82 - RICARDO HERACLIO	PE	PMN
83 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB
84 - JORGE WILSON	RJ	PMDB
85 - DOLORES NUNES	TO	PSDB
86 - MARCELO DEDA	SE	PT
87 - PEDRO WILSON	GO	PT
88 - ANTONIO JOAQUIM	MT	PDT
89 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
90 - OLAVIO ROCHA	PA	PSDB
91 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
92 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL
93 - ANTONIO BRASIL	PA	PMDB
94 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
95 - JOAO IENSEN	PR	PTB
96 - OSORIO ADRIANO	DF	PFL

97 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
98 - GERSON PERES	PA	PPR
99 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
100 - WELSON GASPARINI	SP	PSDB
101 - FAUSTO MARTELLO	SP	PPR
102 - JOSE GENOINO	SP	PT
103 - ODILIO BALBINOTTI	PR	S. PART.
104 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPR
105 - DILCEU SPERAFICO	PR	PP
106 - JAIR AZI	BA	PFL
107 - IBERE FERREIRA	RN	PFL
108 - CIPRIANO CORREIA	RN	PSDB
109 - LUIZ FERNANDO	AM	PSDB
110 - EZIDIO PINHEIRO	RS	PSDB
111 - NELSON MEURER	PR	PP
112 - DILSO SPERAFICO	MS	PMDB
113 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
114 - AUGUSTO VIVEIROS	RN	PFL
115 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
116 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
117 - PEDRO CORREA	PE	PFL
118 - RICARDO GOMYDE	PR	PC DO B
119 - ARMANDO COSTA	MG	PMDB
120 - CUNHA BUENO	SP	PPR
121 - LUIS BARBOSA	RR	PTB
122 - FERNANDO TORRES	AL	PSDB
123 - ANTONIO BALHMANN	CE	PSDB
124 - LUIZ DURAO	ES	PDT
125 - SEVERIANO ALVES	BA	PDT
126 - LUIZ BUAIZ	ES	PL
127 - VALDIR COLATTO	SC	PMDB
128 - ANTONIO JORGE	TO	PPR
129 - NILSON GIBSON	PE	PSB
130 - HOMERO OGUIDO	PR	PMDB
131 - RIVALDO MACARI	SC	PMDB
132 - EDUARDO MASCARENHAS	RJ	PSDB
133 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	S. PART.
134 - SILVIO TORRES	SP	PSDB
135 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
136 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
137 - WILSON CUNHA	SE	PFL
138 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
139 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
140 - ROBERTO VALADAO	ES	PMDB
141 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
142 - ALBERTO SILVA	PI	PMDB
143 - SALOMAO CRUZ	RR	PFL
144 - CHICAO BRIGIDO	AC	PMDB
145 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
146 - VALDENOR GUEDES	AP	PP
147 - GENESIO BERNARDINO	MG	PMDB



148 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PTB
149 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB
150 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
151 - MURILO PINHEIRO	AP	PFL
152 - CARLOS CAMURCA	RO	PP
153 - FEU ROSA	ES	PSDB
154 - IVO MAINARDI	RS	PMDB
155 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
156 - RAUL BELEM	MG	PFL
157 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
158 - BETO LELIS	BA	PSB
159 - JOAO MAIA	AC	PSDB
160 - TUGA ANGERAMI	SP	PSDB
161 - JOSE LINHARES	CE	PP
162 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
163 - JOSE LUIZ CLEROT	PB	PMDB
164 - ELIAS ABRAHAO	PR	PMDB
165 - MARCONI PERILLO	GO	PP
166 - SILVERNANI SANTOS	RO	PP
167 - WERNER WANDERER	PR	PFL
168 - FERNANDO LYRA	PE	PSB
169 - EURICO MIRANDA	RJ	PPR
170 - HILARIO COIMBRA	PA	PTB
171 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PSDB
172 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
173 - ADROALDO STRECK	RS	PSDB
174 - JOAO ALMEIDA	BA	PMDB
175 - LEONEL PAVAN	SC	PDT
176 - MAX ROSENMAN	PR	S. PART.
177 - ELTON ROHNELT	RR	PSC
178 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
179 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
180 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PP
181 - ALEXANDRE CERANTO	PR	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	181	REPETIDAS: 47
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....	4	
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	1	
ASSINATURAS ILEGIVEIS.....	3	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	236	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - AGNELO QUEIROZ	DF	PC DO B
2 - ALZIRA EWERTON	AM	PPR
3 - JOSE COIMBRA	SP	PTB
4 - JOAO LEAO	BA	PSDB
5 - NOEL DE OLIVEIRA	RJ	PMDB
6 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PFL
7 - LAEL VARELLA	MG	PFL
8 - ANTONIO BRASIL	PA	PMDB

9 - SEVERIANO ALVES	BA	PDT
10 - ROGERIO SILVA	MT	PPR
11 - RICARDO HERACLIO	PE	PMN
12 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
13 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
14 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
15 - SALATIEL CARVALHO	PE	PP
16 - COSTA FERREIRA	MA	PP
17 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
18 - PAULO LIMA	SP	PFL
19 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
20 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
21 - WAGNER ROSSI	SP	PMDB
22 - PAULO HESLANDER	MG	PTB
23 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPR
24 - DILCEU SPERAFICO	PR	PP
25 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PP
26 - RONIVON SANTIAGO	AC	PSD
27 - LUIZ BUAIZ	ES	PL
28 - DILSO SPERAFICO	MS	PMDB
29 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
30 - ODILIO BALBINOTTI	PR	S. PART.
31 - ENIO BACCI	RS	PDT
32 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
33 - GILVAN FREIRE	PB	PMDB
34 - ROGERIO SILVA	MT	PPR
35 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
36 - LAPROVITA VIEIRA	RJ	PP
37 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
38 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
39 - LUIZ DURAQ	ES	PDT
40 - RUBENS COSAC	GO	PMDB
41 - DILSO SPERAFICO	MS	PMDB
42 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
43 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
44 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
45 - ROGERIO SILVA	MT	PPR
46 - NELSON MEURER	PR	PP
47 - JOSE LUIZ CLEROT	PB	PMDB

#### ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

1 - ROBSON TUMA	SP	PSL
2 - VILSON SANTINI	PR	PTB
3 - ALBERTO SILVA	PI	PMDB
4 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PSDB

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - ARIOSTO HOLANDA	CE	PSDB
---------------------	----	------

0003 - CE

EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96/1992(Do Deputado Nilson Gibson e outros)(Reorganiza o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento)(Dá nova redação à Seção V da Constituição, alterando a redação dos artigos 111, 112, 113, 115, 116 e 117)

Substitua-se os artigos 9º, 10, 11, 12, da Proposta de Emenda Constitucional nº 96/1992 pelos seguintes:

Art. 9º - O art. 111 passa a ter a seguinte redação:

Art. 111 - São órgãos da Justiça do Trabalho:

- I - o Tribunal Superior do Trabalho;
- II - os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III - as Juntas de Conciliação e Julgamento.

§1º - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I - dezessete juizes, dos quais nove escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;

II - dez juizes classistas, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores.

§2º - O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas triplas, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94 e, para os classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pelos de-



legados das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores , conforme o caso; as listas trípticas para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas por todos os Ministros.

§3º - A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Art.10 - O art.112 passa a ter a seguinte redação:

"Art.112 - Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e julgamento onde forem as mesmas necessárias."

Art.11 - O art. 113 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 113 - A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada obrigatoria e permanentemente a paridade de representação de trabalhadores e empregadores em todas as suas instâncias."

Art.12 - O art.115, o art.116 e o art. 117 passam a ter a seguinte redação:

"Art.115 - Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, sendo dois terços de juizes vitalícios e um terço de juizes classistas, observada, entre os vitalícios, a proporcionalidade estabelecida no art.111, §1º,I.

Parágrafo único - Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

I - juizes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antiguidade e por merecimento;

II - advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no art.94;

III-classistas indicados em listas trípticas pelas diretorias das federações e dos sindicatos inorganizados em federações com base territorial na região.

"art.116 - As Juntas de Conciliação e Julgamento serão compostas por três magistrados, sendo um magistrado de carreira e dois magistrados classistas, representantes dos empregados e dos empregadores.

Parágrafo Único - Os magistrados classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão escolhidos, dentre as listas tríplexes enviadas pelos seus sindicatos com base territorial na região, por um colégio constituído por classistas da 2ª Instância e nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma de lei, sendo asseguradas as reconduções."

"Art.117 - Os mandatos dos magistrados classistas são de quatro anos assegurados as reconduções, em todas as instâncias.

Parágrafo Único - Os magistrados classistas ~~terão, obrigatoriamente,~~ <sup>serão, obrigatoriamente,</sup> suplentes."

### J U S T I F I C A T I V A

A Justiça do Trabalho criada no Brasil por Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho deste país, inspirou-se basicamente na sábia orientação dada pela OIT - Organização Internacional do Trabalho desde a sua fundação em 1919. Já naqueles idos, preconizava aquela entidade, hoje parte integrante da ONU, a fundamental e imprescindível participação dos trabalhadores e dos empregadores na busca da solução dos conflitos de interesse entre a classe laboral e a patronal. Adotadas aquelas idéias inovadoras, com entusiasmo, surgiu o embrião daquilo que transformou-se, com o passar dos anos, na maior e mais autêntica conquista do trabalhador no que concerne à aplicação de uma Justiça mais justa, mais social, que melhor e mais rapidamente atendia aos reclamos não só do trabalhador como do próprio empregador.

Queiram ou não os detratores e ex-adversos da Justiça do Trabalho, é ela, indubitavelmente, fator de concórdia social e, até serve de modelo para que países mais adiantados - segundo alguns conceituam - como a Inglaterra, Israel e outros passassem a adotá-lo. Hoje, uma quantidade enorme de países possui este ramo especializado de justiça sempre com a presença dos representantes dos trabalhadores e dos empregadores.

Quando se fala, se argumenta que a sociedade deve participar mais efetivamente nas decisões que a atingem e, até mesmo o Judiciário é questionado, propõe o Controle Externo do judiciário, o fim da vitaliciedade dos juizes de carreira e dos membros dos quintos constitucionais, é de relevancia lembrar-se que, na Justiça do Trabalho são os representantes classistas os responsáveis pelo tão propalado controle externo da magistratura. Infelizmente, não ainda como seria de se desejar mas, já sendo uma grande contribuição para a sociedade em geral.



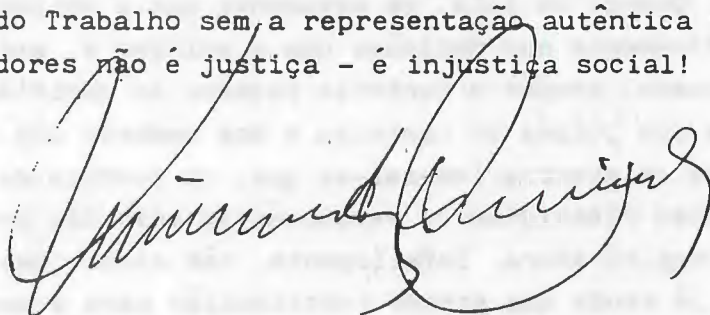
Há que se aprimorar as formas de indicação desses magistrados classistas e a isto se propõe a presente Emenda, bem como retirar das mãos únicas dos Presidentes dos Tribunais este formidável poder que, às vezes, torna-se objeto de manobras não muito salutares.

A presença dos representantes classistas deve ser algo permanente e obrigatória e não ficar sujeita ao bel talante daqueles que tentam cercear a participação do povo, através de seus cidadãos, naqueles órgãos que lhes dizem respeito muito de perto.

Outrossim, o entendimento da permanência do juiz classista em qualquer das instâncias existentes na Justiça especializada, principalmente nas Juntas de Conciliação e Julgamento, não pode ficar restrito ao alvedrio de uma ~~Presença no caso do Presidente~~ de um Tribunal, que muitas vezes, interrompe o trabalho profícuo e altamente profissional de um determinado magistrado classista quer por questões pessoais ou pressões que possa vir a receber. Quem, verdadeiramente, deve decidir soberanamente sobre a permanência ou não de um representante classista em atividade são as suas bases originais, sindicatos, federações ou confederações. Esses sim, são os únicos com capacidade para julgar a atuação dos seus representantes. Quanto a tão propalada questão de diminuição de custos que viria a propiciar outros ganhos paralelos em termos de desempenho, tudo não passa de bem arquitetada campanha difamatória, falácias engendradas por aqueles que querem a qualquer custo desestabilizar as relações entre Capital e Trabalho e, por outros apenas interessados em ocupar os espaços que viriam a ser deixados pelos magistrados classistas.

A melhor prestação jurisdicional só será atingida no momento em que a Representação Classista sair do colete de gesso, da camisa de força em que foi colocada, seja através da atualização da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, seja pela mudança de mentalidade e de atitudes de outros componentes da Justiça do Trabalho que, obstinadamente, persistem em negar aos magistrados classistas o direito legal que têm de melhor porfiar em defesa dos direitos dos jurisdicionados.

Justiça do Trabalho sem a representação autêntica de trabalhadores e empregadores não é justiça - é injustiça social!





PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009603)

AUTOR: NILSON GIBSON

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - JOAO COSER	ES	PT
2 - SILVERNANI SANTOS	RO	PPB
3 - PAULO HESLANDER	MG	PTB
4 - ARMANDO COSTA	MG	PMDB
5 - DOLORES NUNES	TO	PSDB
6 - JOFRAN FREJAT	DF	PPB
7 - RAUL BELEM	MG	PFL
8 - NESTOR DUARTE	BA	PMDB
9 - ALDO REBELO	SP	PC DO B
10 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PPB
11 - FRANCISCO DORNELLES	RJ	PPB
12 - ROBERTO FRANCA	MT	PSDB
13 - ODILIO BALBINOTTI	PR	S. PART.
14 - ANTONIO BALHMANN	CE	PSDB
15 - MARCOS MEDRADO	BA	PPB
16 - BENEDITO GUTMARAES	PA	PPB
17 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
18 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PMDB
19 - FERNANDO TORRES	AL	PSDB
20 - SINAO SESSIM	RJ	PPB
21 - RONIVON SANTIAGO	AC	PSD
22 - ALBERTO SILVA	PI	PMDB
23 - MAGNO BACELAR	MG	S. PART.
24 - OSORIO ADRIANO	DF	PFL
25 - WIGBERTO TARTUCE	DF	PPB
26 - JOAO COLACO	PE	PSB
27 - ADROALDO STRECK	RS	PSDB
28 - LUIZ DURAO	ES	PDT
29 - ALEXANDRE CERANTO	PR	PFL
30 - SIMARA ELLERY	BA	PMDB
31 - JONIVAL LUCAS	BA	PFL
32 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
33 - HILARIO COIMBRA	PA	PTB
34 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
35 - PADRE ROQUE	PR	PT
36 - MUSSA DEMES	PI	PFL
37 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
38 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PMDB
39 - NEWTON CARDOSO	MG	PMDB
40 - FRANCISCO DIOGENES	AC	PFL
41 - WELINTON FAGUNDES	MT	PL
42 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
43 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
44 - SALATIEL CARVALHO	PE	PPB
45 - JOSE JANENE	PR	PPB

46 - NEY LOPES	RN	PFL
47 - EMERSON OLAVO PIRES	RO	PSDB
48 - OSMANIO PEREIRA	MG	PSDB
49 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
50 - PEDRO CORREA	PE	PFL
51 - WILSON CIGNACHI	RS	PMDB
52 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
53 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
54 - SALOMAO CRUZ	RR	PFL
55 - JOAO MELLAO NETO	SP	PFL
56 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
57 - THEODORICO FERRACO	ES	PTB
58 - EDSON SOARES	MG	PSDB
59 - EZIDIO PINHEIRO	RS	PSDB
60 - CUNHA BUENO	SP	PPB
61 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
62 - LEONEL PAVAN	SC	PDT
63 - ILDEMAR KUSSLER	RO	PSDB
64 - MAURICIO REQUIAO	PR	PMDB
65 - MURILO PINHEIRO	AP	PFL
66 - AECIO NEVES	MG	PSDB
67 - MARQUINHO CHEDID	SP	PSD
68 - SAULO QUEIROZ	MS	PFL
69 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
70 - BENEDITO DE LIRA	AL	PFL
71 - OSVALDO REIS	TO	PPB
72 - ADHEMAR DE BARROS FILHO	SP	PPB
73 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
74 - B. SA	PI	PSDB
75 - ROLAND LAVIGNE	BA	PL
76 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
77 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
78 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
79 - UBALDINO JUNIOR	BA	PSB
80 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
81 - RUBENS COSAC	GO	PMDB
82 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
83 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
84 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PSDB
85 - BETO LELIS	BA	PSB
86 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
87 - MAURO LOPES	MG	PFL
88 - KOYU IHA	SP	PSDB
89 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
90 - IVANDRO CUNHA LIMA	PE	PMDB
91 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	S. PART.
92 - ENIO DACCI	RS	PDT
93 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
94 - JOAO IENSEN	PR	PTB
95 - PAULO RITZEL	RS	PMDB
96 - USHITARO KAMIA	SP	PSB

97 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
98 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
99 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
100 - JOSE TUDE	BA	PTB
101 - ANTONIO JOAQUIM	MT	PDT
102 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
103 - JOSE ALDEMIR	PB	PMDB
104 - VADAO GOMES	SP	PPB
105 - PEDRO CANEDO	GO	PL
106 - HOMERO OGUIDO	PR	PMDB
107 - LUIZ BUAIZ	ES	PL
108 - PAULO LIMA	SP	PFL
109 - JOSE COIMBRA	SP	PTB
110 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
111 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PL
112 - WILSON BRANCO	RS	PMDB
113 - LAEL VARELLA	MG	PFL
114 - NELSON MEURER	PR	PPB
115 - DARCI COELHO	TO	PFL
116 - VILSON SANTINI	PR	PTB
117 - LUIS BARBOSA	RR	PTB
118 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
119 - SERGIO CARNEIRO	BA	PDT
120 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
121 - ERALDO TRINDADE	AP	PPB
122 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
123 - AUGUSTO VIVEIROS	RN	PFL
124 - GERSON PERES	PA	PPB
125 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
126 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
127 - ROBERTO VALADAO	ES	PMDB
128 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
129 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
130 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PSDB
131 - ROGERIO SILVA	MT	PPB
132 - ELIAS MURAD	MG	PSDB
133 - ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	MA	PFL
134 - NILSON GIBSON	PE	PSB
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
137 - SEVERIANO ALVES	BA	PDT
138 - JOAO MAIA	AC	PSDB
139 - LAPROVITA VIEIRA	RJ	PPB
140 - RAIMUNDO BEZERRA	CE	PMDB
141 - ROBERTO ARAUJO	RR	PSDB
142 - PAULO TITAN	PA	PMDB
143 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
144 - JOSE LINHARES	CE	PPB
145 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
146 - ADAUTO PEREIRA	PB	PFL
147 - CUNHA LIMA	SP	PSDB



148 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PTB
149 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB
150 - RENAN KURTZ	RS	PDT
151 - LUIS ROBERTO PONTE	RS	PMDB
152 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
153 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
154 - PIMENTEL GOMES	CE	PSDB
155 - DILSO SPERAFICO	MS	PMDB
156 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
157 - DE VELASCO	SP	PSD
158 - PEDRINHO ABRAO	GO	PTB
159 - EULER RIBEIRO	AM	PMDB
160 - ROBERIO PESSOA	CE	PFL
161 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB
162 - RICARDO HERACLIO	PE	PMN
163 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
164 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PTB
165 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
166 - WALDIR DIAS	PI	PPB
167 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
168 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PPB
169 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
170 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
171 - REGIS DE OLIVEIRA	SP	PFL
172 - JAIR SIQUEIRA	MG	PFL
173 - JARBAS LIMA	RS	PPB
174 - VILMAR ROCHA	GO	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	174	REPETIDAS: 9
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	1	
ASSINATURAS ILEGIVEIS.....	2	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	186	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
2 - MARCOS MEDRADO	BA	PPB
3 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
4 - VADAO GOMES	SP	PPB
5 - ROGERIO SILVA	MT	PPB
6 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB
7 - CUNHA BUENO	SP	PPB
8 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
9 - ROLAND LAVIGNE	BA	PL

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - ROBERTO PAULINO	PB	PMDB
---------------------	----	------

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA  
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ  
MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO"**

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 112/95**

Institui o Sistema de Controle do Poder Judiciário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 92 mais um inciso, renumerando-se os demais, dando-se nova redação ao parágrafo único:

"Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

- I- o Supremo Tribunal Federal;
- II- o Conselho Nacional da Magistratura;
- III- o Superior Tribunal de Justiça;
- IV- os Tribunais Regionais Federais e os Juizes Federais;
- V- os Tribunais e Juizes do Trabalho;
- VI- os Tribunais e Juizes Eleitorais;
- VII- os Tribunais e Juizes Militares;
- VIII- os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios

**Parágrafo único** O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional da Magistratura e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional."

**Art. 2º** Dê-se ao artigo 101 a seguinte redação, substituindo-se o parágrafo único para § 1º e acrescentando-se § 2º:

"Art. 101 O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§1º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§2º As funções judicantes do Supremo Tribunal Federal serão exercidas por onze dos seus Ministros. O décimo segundo Ministro exercerá, exclusivamente, funções de Corregedor-Geral da Justiça junto ao Conselho Nacional da Magistratura."

**Art. 3º** Dê-se ao artigo 102, I, alíneas "d" e "q", a seguinte redação:

"Art. 102 .....

I- .....

d) o "habeas corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e os "habeas data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional da Magistratura;



q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, do próprio Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional da Magistratura;

.....

Art. 4º É acrescentada ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal a seguinte Seção III, renumeradas as demais:

### Seção III

#### Do Conselho Nacional da Magistratura

Art. 104. Funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal o Conselho Nacional da Magistratura, com jurisdição sobre todo o Poder Judiciário.

§1º Os membros do Conselho Nacional da Magistratura serão escolhidos mediante eleição, em votação secreta, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo:

I- quatro dentre Ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo voto de seus membros;

II- um dentre Ministros do Superior Tribunal de Justiça, pelo voto de seus membros;

III- um dentre Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, pelo voto de seus membros;

IV- um dentre Ministros togados do Tribunal Superior Trabalho, pelo voto de seus membros;

V- um dentre Ministros do Superior Tribunal Militar, pelo voto de seus membros;

VI- cinco dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais e escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal, com observância das regiões nacionais

VII- um dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais e escolhido pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII- um dentre juizes dos Tribunais Regionais do Eleitorais, indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais e escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral;

IX- um dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais e escolhido pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X- um advogado dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, de notavel saber juridico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicado em lista triplice pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e escolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

§2º O Conselho Nacional da Magistratura será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o integra como membro nato.

§3º Compete ao Conselho Nacional da Magistratura, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I- zelar pela independência do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos regulamentares no âmbito de suas atribuições, ou recomendando providências para o fim de tornar efetiva a pronta prestação jurisdicional;

II- fiscalizar o andamento dos serviços judiciários e velar pelo exato comportamento profissional dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário;

III- supervisionar a administração superior do Poder Judiciário, expedindo atos normativos para o fim de disciplinar a gestão administrativa e financeira dos Tribunais;

IV- expedir atos normativos a respeito de leis que digam respeito à remuneração dos magistrados e servidores do Poder Judiciário;

V- a iniciativa legislativa na apresentação de projetos de lei relativos a matéria processual e concernentes à organização e funcionamento do Poder Judiciário;

VI- zelar pela observância do art. 37 desta Constituição e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstitui-los, revê-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

VII- conhecer das reclamações e representações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, recomendar a remoção, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

VIII- rever, de ofício ou mediante provocação, atos de vitaliciamento de magistrados, podendo desconstituir tais atos, assegurada ampla defesa;

IX- determinar a instauração de procedimentos disciplinares contra magistrados e servidores, bem assim de correições e investigações em órgãos do Poder Judiciário;



X- representar ao Ministério Público, quando cabível, a instauração da ação judicial de perda do cargo;

XI- formalizar atos de exoneração, aposentadoria e disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, de magistrados e servidores;

XII- representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração da justiça ou de abuso de autoridade;

XIII- elaborar relatório anual, que será apresentado ao Supremo Tribunal Federal, propondo providências a respeito da situação do Poder Judiciário, relatório que deverá integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§4º Ao determinar a instauração de procedimentos disciplinares contra magistrados e servidores, bem assim de correições e investigações em órgãos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional da Magistratura poderá determinar o afastamento, até que sejam concluídas as investigações, de magistrados e servidores da Justiça.

§5º O Conselho Nacional da Magistratura escolherá, em votação secreta, um Ministro-Corregedor, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o qual não terá, no Tribunal, nenhuma função judicante, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I- providenciar a execução das decisões do Conselho Nacional da Magistratura e realizar as inspeções, investigações e correições de determinadas pelo Conselho;

II- designar magistrados e membros do Ministério Público, federais ou estaduais, mediante requisição, para auxiliá-lo nas inspeções, investigações e correições, podendo cometer-lhes o exercício de suas atribuições;

III- requisitar servidores do Poder Judiciário para integrar comissões de inspeção, investigação ou correições;

IV- recomendar ao Conselho Nacional da Magistratura o afastamento de magistrados ou de servidores sujeitos a procedimentos disciplinares, investigação ou correição, enquanto durar tais procedimentos, investigações ou correições;

V- praticar atos que lhe forem autorizados pelo Conselho;

VI- apresentar ao Conselho Nacional da Magistratura relatório circunstanciado a respeito das correições, inspeções e investigações procedidas, propondo as providências que entender necessárias e as penas a serem aplicadas.

§6º O Corregedor-Geral terá livre acesso aos órgãos do Poder Judiciário, podendo requisitar livros, papéis ou processos necessários ao bom desempenho das correições, inspeções e investigações determinadas pelo Conselho Nacional da Magistratura.

§7º Junto ao Conselho Nacional da Magistratura oficiará o Procurador-Geral da República.

§8º Poderão dirigir-se e representar ao Conselho Nacional da Magistratura, além das autoridades, órgãos e entidades legitimadas para a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103), mais os seguintes:

I- os Tribunais;

II- o Advogado-Geral da União;

III- o Procurador-Geral de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal;

IV- o Procurador-Geral do Estado ou do Distrito Federal;

V- os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

VI- o cidadão, comprovada a cidadania com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda foi elaborada sob inspiração das inovações propostas pelo eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro CARLOS MÁRIO VELLOSO, em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, em janeiro de 1995, e trazidas ao conhecimento dos nobres pares do Congresso Nacional em audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão Especial, nos dias 20 e 27 de setembro do ano em curso, com vistas ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Tais inovações podem ser resumidas nos seguintes pontos principais:

1. Criação do Conselho Nacional da Magistratura, junto ao Supremo Tribunal Federal, composto por quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal, quatro Ministros que representariam os quatro Tribunais Superiores (STJ, TSE, STM e TST), cinco Desembargadores que representariam os Tribunais dos Estados-membros, um Juiz representante dos Tribunais Regionais Federais, um Juiz representante dos Tribunais Regionais Eleitorais, um Juiz representante dos Tribunais Regionais do Trabalho e um advogado, indicado em lista triplice pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e escolhido pelo Supremo Tribunal Federal;

2. O Conselho seria o órgão de coordenação superior da Justiça brasileira, tendo, dentre outras atribuições a ele conferidas pelo Estatuto da Magistratura, a missão de fiscalizar o andamento dos serviços judiciários, propondo ao Congresso projetos de leis que tornassem mais célere a prestação jurisdicional, de eliminar práticas administrativas viciosas e zelar pelo exato comportamento de juizes e servidores da Justiça;



3. O Procurador-Geral da República oficiaria junto ao Conselho;
4. O Corregedor-Geral, escolhido entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, seria o órgão executivo do Conselho Nacional da Magistratura;
5. Enquanto Corregedor, o Ministro do STF não teria funções judicantes no Tribunal;
6. O Corregedor-Geral poderia requisitar juizes e membros do Ministério Público, federais e estaduais, para auxiliá-lo, podendo aos juizes delegar atribuições.

A proposição ora apresentada inspira-se, outrossim, nos trabalhos realizados por ocasião da Revisão Constitucional, em 1994, notadamente no Substitutivo proposto pelo Relator da Revisão, o ilustre ex-Deputado NELSON JOBIM, que concluiu pela instituição de um órgão nacional, integrado ao Judiciário, para exercer o controle administrativo e disciplinar deste Poder, proposta esta na qual encontramos vários pontos de coincidência com as modificações propostas ao texto constitucional pelo insigne Ministro CARLOS MÁRIO VELLOSO, no que tange à alteração da estrutura do Poder Judiciário por meio da criação de órgão de controle de composição mista.

Cremos que mediante a formalização das idéias inovadoras retro-apontadas estaremos colaborando com os trabalhos deste douto órgão colegiado ao fim de aprimorar a atual estrutura do Poder Judiciário.

Sala da Comissão, em      de      de 199

  
Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PMDB
2 - REGIS DE OLIVEIRA	SP	PFL
3 - JAIR CARNEIRO	BA	PFL
4 - B. SA	PI	PSDB
5 - ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
6 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
7 - SAULO QUEIROZ	MS	PFL
8 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
9 - LIMA NETTO	RJ	PFL
10 - ELIAS ABRAHAO	PR	PMDB
11 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PMDB
12 - UBALDINO JUNIOR	BA	PSB
13 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
14 - IBERE FERREIRA	RN	PFL
15 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
16 - JURANDYR PAIXAO	SP	PMDB
17 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
18 - LUIZ HENRIQUE	SC	PMDB
19 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB
20 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPR
21 - MICHEL TEMER	SP	PMDB
22 - JOSE ANIBAL	SP	PSDB
23 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
24 - LUIZ CARLOS SANTOS	SP	PMDB
25 - RODRIGUES PALMA	MT	PTB
26 - GONZAGA MOTA	CE	PMDB
27 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
28 - JORGE WILSON	RJ	PMDB
29 - ADROALDO STRECK	RS	PSDB
30 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PTB
31 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
32 - PEDRO IRUJO	BA	PMDB
33 - EDSON SOARES	MG	PSDB
34 - INACIO ARRUDA	CE	PC DO B
35 - EULER RIBEIRO	AM	PMDB
36 - NILTON BAIANO	ES	PMDB
37 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
38 - ALMINO AFFONSO	SP	PSDB
39 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPR
40 - FAUSTO MARTELLO	SP	PPR
41 - ELTON ROHNELT	RR	PSC
42 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
43 - FRANCISCO DORNELLES	RJ	PPR
44 - LUCIANO CASTRO	RR	PPR
45 - GILVAN FREIRE	PB	PMDB
46 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
47 - PAULO MOURAO	TO	PSDB
48 - JOSE LUIZ CLEROT	PB	PMDB
49 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB

50 - BENEDITO GUIMARAES	PA	PPR
51 - JARBAS LIMA	RS	PPR
52 - LUIZ DURAO	ES	PDT
53 - JOAO COSER	ES	PT
54 - LIDIA QUINAN	GO	PMDB
55 - ANTONIO BRASIL	PA	PMDB
56 - JOAO LEAO	BA	PSDB
57 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
58 - SILVIO TORRES	SP	PSDB
59 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PTB
60 - SERGIO NAYA	MG	PP
61 - ANTONIO AURELIANO	MG	PSDB
62 - FEU ROSA	ES	PSDB
63 - EMERSON OLAVO PIRES	RO	PSDB
64 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
65 - HELIO ROSAS	SP	PMDB
66 - NEY LOPES	RN	PFL
67 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
68 - VADAO GOMES	SP	PP
69 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
70 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
71 - AECIO NEVES	MG	PSDB
72 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
73 - BETO MANSUR	SP	PPR
74 - LEOPOLDO BESSONE	MG	PTB
75 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
76 - MAURICIO REQUIAO	PR	PMDB
77 - RICARDO IZAR	SP	PPR
78 - ADYLSO MOTA	RS	PPR
79 - CUNHA LIMA	SP	PSDB
80 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
81 - ALDO REBELO	SP	PC DO B
82 - ROMEL ANIZIO	MG	PP
83 - BENEDITO DOMINGOS	DF	PP
84 - NELSON MEURER	PR	PP
85 - MARISA SERRANO	MS	PMDB
86 - CELSO DANIEL	SP	PT
87 - JOAO THOME MESTRINHO	AM	PMDB
88 - WILSON BRANCO	RS	PMDB
89 - CARLOS MELLES	MG	PFL
90 - CASSIO CUNHA LIMA	PB	PMDB
91 - NOEL DE OLIVEIRA	RJ	PMDB
92 - NESTOR DUARTE	BA	PMDB
93 - JOAO ALMEIDA	BA	PMDB
94 - JOSE ALDEMIR	PB	PMDB
95 - VICENTE CASCIONE	SP	PTB
96 - JAIR AZI	BA	PFL
97 - MARCOS MEDRADO	BA	PP
98 - GERSON PERES	PA	PPR
99 - MALULY NETTO	SP	PFL
100 - MAURICIO NAJAR	SP	PFL
101 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL



102	- RITA CAMATA	ES	PMDB
103	- NILMARIO MIRANDA	MG	PT
104	- MARCELO DEDA	SE	PT
105	- ANDRE PUCCINELLI	MS	PMDB
106	- PAULO CORDEIRO	PR	PTB
107	- ALZIRA EWERTON	AM	PPR
108	- PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
109	- WAGNER ROSSI	SP	PMDB
110	- AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
111	- ROBERTO SANTOS	BA	PSDB
112	- WELSON GAZPARINI		
113	- SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
114	- TILDEN SANTIAGO	MG	PT
115	- KOYU IHA	SP	PSDB
116	- VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
117	- LUIZ MOREIRA	BA	PFL
118	- HELIO BICUDO	SP	PT
119	- MILTON TEMER	RJ	PT
120	- MILTON MENDES	SC	PT
121	- ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
122	- MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
123	- CORIOLANO SALES	BA	PDT
124	- EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
125	- NILSON GIBSON	PE	PSB
126	- JOSE REZENDE	MG	PTB
127	- IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPR
128	- FRANCISCO RODRIGUES	RR	PSD
129	- ENIO BACCI	RS	PDT
130	- IVANDRO CUNHA LIMA	PB	PMDB
131	- DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
132	- JAIR SOARES	RS	PFL
133	- ROBERTO BALESTRA	GO	PPR
134	- ADHEMAR DE BARROS FILHO	SP	PRP
135	- DOMINGOS LEONELLI	BA	PSDB
136	- MARQUINHO CHEDID	SP	PSD
137	- BENITO GAMA	BA	PFL
138	- PAES LANDIM	PI	PFL
139	- ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
140	- ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
141	- EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
142	- CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
143	- TUGA ANGERAMI	SP	PSDB
144	- ROLAND LAVIGNE	BA	PL
145	- NICIAS RIBEIRO	PA	PMDB
146	- MARIO DE OLIVEIRA	MG	PP
147	- VALDENOR GUEDES	AP	PP
148	- AYRES DA CUNHA	SP	PFL
149	- PAULO LIMA	SP	PFL
150	- FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
151	- ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
152	- URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
153	- EFRAIM MORAIS	PB	PFL

154 - ADAUTO PEREIRA	PB	PFL
155 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PMDB
156 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
157 - JULIO REDECKER	RS	PPR
158 - WILSON CIGNACHI	RS	PMDB
159 - ILDEMAR KUSSLER	RO	PSDB
160 - NELSON OTOCH	CE	PSDB
161 - UBALDO CORREA	PA	PMDB
162 - NEWTON CARDOSO	MG	PMDB
163 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
164 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
165 - SERGIO MIRANDA	MG	PC DO B
166 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
167 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
168 - MARILU GUIMARAES	MS	PFL
169 - JOSE ROCHA	BA	PFL
170 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
171 - WILSON CAMPOS	PE	PSDB
172 - SIMAO SESSIM	RJ	PPR
173 - CANDINHO MATTOS	RJ	PMDB
174 - RIVALDO MACARI	SC	PMDB
175 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PP
176 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB
177 - SIMARA ELLERY	BA	PMDB
178 - CECI CUNHA	AL	PSDB
179 - SERGIO AROUCA	RJ	PPS
180 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
181 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
182 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PSDB
183 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
184 - LUIS ROBERTO PONTE	RS	PMDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	184	REPETIDAS: 15
ASSINATURAS ILEGIVEIS.....	5	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	204	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - CARLOS MAGNO	SE	PFL
2 - FAUSTO MARTELLO	SP	PPR
3 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
4 - HELIO ROSAS	SP	PMDB
5 - FERNANDO GOMES	BA	PMDB
6 - EDSON SOARES	MG	PSDB
7 - JAIR CARNEIRO	BA	PFL
8 - RODRIGUES PALMA	MT	PTB
9 - JURANDYR PAIXAO	SP	PMDB
10 - EULER RIBEIRO	AM	PMDB
11 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
12 - B. SA	PI	PSDB
13 - JOAO LEO	BA	PSDB
14 - SAULO QUEIROZ	MS	PFL
15 - ELIAS ABRAHAO	PR	PMDB

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO".**

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

Nos termos do Art. 202, § 3º, do Regimento Interno, foi divulgado na Ordem do Dia das Comissões prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A/92, a partir de 9/8/95, por 10 (dez) sessões, tendo, ao seu término este órgão recebido 1 (uma) emenda. Reaberto o prazo, por Ato da Presidência da Casa, a partir de 5/10/95, esta Comissão recebeu, ao seu término, mais 3 (três) emendas, perfazendo um total de 4 (quatro) emendas.

Sala da Comissão em 20 de outubro de 1995.

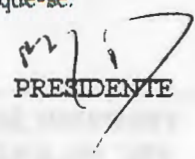
  
Marlene Nassif

Secretária



Defiro a retirada da assinatura, excepcionalmente, considerando que o requerente relatará a matéria nesta Legislatura, e porque não ocorre prejuízo ao trâmite da proposição acessória, que é de iniciativa coletiva. Faço-o atento ao princípio inserto no art. 102, § 4º, do RICD. Oficie-se ao requerente e, após, publique-se.

Em 26/05/99

  
PRESIDENTE

Brasília, 11 de maio de 1999.

Of. n.º 125/99 - GAB. 626

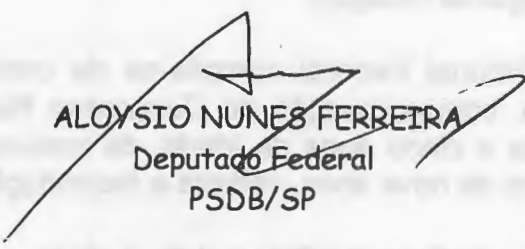
Excelentíssimo Senhor,

Na legislatura anterior, durante o funcionamento da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição n.º 96-A, de 1992, que "introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário" e apensada, foram apresentadas quatro emendas, em 1995.

Sou o primeiro signatário da emenda de n.º 4, referente à PEC n.º 112/95, apensada à PEC 96/92, razão pela qual, tendo sido designado Relator-Geral da Comissão nessa legislatura, solicito a retirada de minha assinatura na referida emenda.

Na oportunidade reitero protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
ALOYSIO NUNES FERREIRA  
Deputado Federal  
PSDB/SP

Exm.º Sr.

**DEPUTADO MICHEL TEMER**

D.º. Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília - DF

**USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO**

**Emenda nº:**  
001-CE/99

**CLASSIFICAÇÃO**

**PROPOSIÇÃO  
PEC 96-A/92**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR A PEC 96-A/92 (Reforma do Poder Judiciário)**

**AUTORES:**

**Deputado Fernando Coruja PDT-SC**

**Página 1/10**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À PEC Nº 96-A, DE 1992  
(Do Sr. Fernando Coruja e outros)**

Art. 1º O inciso I do art. 95 da Constituição Federal, nos termos do art. 3º da PEC nº 96-A/92, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 95.....

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, observada a aferição por Conselho especial de que participarão um representante do Conselho Superior da Magistratura, um representante do Ministério Público e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil especialmente designados para este fim, sendo assegurada uma possibilidade de reexame da concessão, decorrido novo interstício de dois anos;

Art. 2º O art. 101 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 4º da PEC nº 96-A/92, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, dentre bacharéis de direito com mais de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, pelo prazo máximo de nove anos, vedada a recondução, sendo:

- I - cinco Ministros oriundos do Superior Tribunal de Justiça;
- II - três Ministros oriundos do Ministério Público Federal;
- III - três Ministros dentre advogados com mais de dez anos de efetivo exercício profissional.



§ 1º A escolha do Ministro, a ser nomeado na forma deste artigo, recairá sobre integrantes de lista tríplice a ser elaborada, respectivamente, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público Federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º A renovação dos membros do Supremo Tribunal Federal far-se-á por um terço a cada três anos."

Art. 3º Suprima-se o § 3º do art. 101 da Constituição Federal com a redação conferida pelo art. 4º da PEC nº 96-A/92.

Art. 4º Suprima-se a alínea "f" do inciso I do art. 102 da Constituição Federal e dê-se a seguinte redação à alínea "n":

"Art. 102...

I -...

...

n) a ação em que mais da metade dos membros do Superior Tribunal de Justiça estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;"

Art. 5º Dê-se à alínea "a" do inciso II do art. 102 da Constituição Federal a seguinte redação:

"art. 102.....

I -...

II -

a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelo Superior Tribunal de Justiça se denegatória a decisão."

Art. 6º Dê-se ao §2º do art. 102 da Constituição Federal, nos termos do artigo único da PEC nº 500-A/97, a seguinte redação, bem como acrescente-se o seguinte § 3º:

"Art. 102...

.....

§ 2º À administração pública direta, indireta ou fundacional, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, é vedado interpor recurso para cujo julgamento seja necessário rediscutir tese sumulada pelo Supremo Tribunal Federal, ou decidida pela maioria absoluta de seus membros.

§ 3º Considera-se crime de responsabilidade a ação ou omissão de autoridade pública que der ensejo a descumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal tomada em ação direta de inconstitucionalidade."

Art. 7º O art. 104 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 4º da PEC nº 96-A/92, passa a ter a seguinte redação:



"Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça é composto de, no mínimo, trinta e três ministros nomeados pelo Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, com mandato máximo de nove anos, dentre bacharéis em direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de trinta e cinco anos, vedada a recondução, sendo:

- I - (redação idêntica ao atual inciso I do art. 104 da Constituição Federal);
- II - (redação idêntica ao atual inciso II do art. 104 da Constituição Federal).

Parágrafo único. A renovação dos membros do Superior Tribunal de Justiça far-se-á por um terço a cada três anos."

Art. 8º O inciso I do art. 105 da Constituição Federal, passa a vigor acrescido das seguintes alíneas:

"Art. 105...

I -...

- i) as causas e conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- j) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do Tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;"

Art. 9º Suprima-se o art. 8º da PEC nº 96-A/92.

Art. 10. Dê-se ao art. 1º da PEC nº 112-A, de 1995, na parte referente à competência dos órgãos que compõem o sistema de controle do Poder Judiciário (artigo sem número) a seguinte redação:

"Art. Compete ao Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário:

- I - estabelecer políticas judiciárias e velar pelo fiel cumprimento do Estatuto da Magistratura;
- II - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- III - elaborar e aprovar sua proposta orçamentária, assim como opinar sobre as propostas orçamentárias referidas no § 2º do art. 99;
- IV - acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários dos Tribunais de sua jurisdição;
- V - decidir sobre processos administrativos de afastamento, promoção, permuta e disponibilidade de magistrados;
- VI - opinar sobre propostas de criação de novos cargos ou órgãos administrativos ou judiciários, para encaminhamento ao Congresso Nacional;
- VII - supervisionar a organização das secretarias e serviços dos tribunais;

VIII - decidir sobre processos disciplinares a que respondam os magistrados componentes da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Federais;

IX - decidir, em grau de recurso, sobre os processos disciplinares a que respondam os juízes estaduais e federais, bem como os funcionários e serventuários do Poder Judiciário;

X - deliberar sobre recursos contra a decisão proferida em concurso público para provimento dos cargos de juízes, funcionários e serventuários do Poder Judiciário;

XI - rever, em remessa de ofício, recurso voluntário ou reclamação, as decisões dos Conselhos Estaduais de Controle Administrativo do Poder Judiciário;

Parágrafo único. Os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios organizar-se-ão e funcionarão, no que couber, de acordo com as disposições aplicáveis ao Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário.

Art. 11. Dê-se ao art. 1º da PEC nº 112-A, de 1995, na parte referente à composição dos Conselhos Federal, estadual e Distrital de Justiça (artigos sem número) a seguinte redação:

“Art. O Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de fiscalização do Poder Judiciário, com sede na Capital da República, vedada a interferência na função jurisdicional dos demais órgãos, colegiados ou singulares, compõe-se de 21 (vinte e um) membros, da seguinte forma:

I - sete magistrados, assegurada a representatividade de todas as instâncias da Justiça Federal;

II - sete membros do Ministério Público eleitos pelo Ministério Público Federal;

III - sete advogados eleitos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. Os Conselhos Estaduais de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de fiscalização do Poder Judiciário, com sede na Capital dos estados, vedada a interferência na função jurisdicional dos demais órgãos, colegiados ou singulares, compõe-se de 21 (vinte e um) membros, da seguinte forma:

I - sete magistrados, assegurada a representatividade dos Tribunais e dos Juízos singulares;

II - sete membros do Ministério Público eleitos pelo Ministério Público dos Estados;

III - sete advogados eleitos pelos integrantes da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. O Conselho Distrital de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de fiscalização do Poder Judiciário, com sede em Brasília, vedada a interferência na função jurisdicional dos demais órgãos, colegiados ou singulares, compõe-se de 21 (vinte e um) membros, da seguinte forma:



- I - sete magistrados, assegurada a representatividade do Tribunal de Justiça e dos Juízos singulares;
- II - sete membros do Ministério Público eleitos pelo Ministério Público dos Estados;
- III - sete advogados eleitos pelos integrantes da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil."

Art. 12. Dê-se ao art. 126 da Constituição Federal a seguinte redação:

"Art. 126. É obrigatória a designação, pelo Tribunal de Justiça, de juízes com competência para resolver questões agrárias.

Parágrafo único. A Lei disporá sobre o processo judicial agrário, sendo inerentes ao exercício da jurisdição agrária os seguintes princípios:

- I - redução das formalidades judiciais e extrajudiciais;
- II - fase conciliatória e adoção dos princípios da oralidade e da concentração;
- III - prevalência do princípio da equidade;
- IV - tipicidade dos poderes de instrução processual, com a presença do juiz no local do litígio, quando necessário;
- V - rapidez e eficiência, inclusive no processo de execução."

### **Justificativa**

A presente emenda substitutiva global à PEC nº 96-A/92 e às demais PEC's a ela apensadas, tem o objetivo de aprimorar as valiosas contribuições lançadas por seus autores bem como acrescentar novas sugestões ao debate de matéria de tamanha envergadura.

Valemo-nos, no curto espaço de tempo facultado à apresentação das emendas, de algumas das sugestões elaboradas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sobre a Reforma do Poder Judiciário, ainda em 1997.

Creemos ter podido colaborar de alguma forma na conformação de um novo poder Judiciário, mais célere, mais democrático, mais ágil e mais acessível a todos os brasileiros.

Passaremos a analisar, de forma sucinta e tópica as alterações contidas na presente emenda.

#### **1) art. 1º da Emenda Substitutiva**

Neste artigo dispõe-se sobre os critérios para a concessão da prerrogativa constitucional da vitaliciedade. Combina-se o critério temporal previsto na atual Constituição com a avaliação subjetiva de que trata o art. 3º da PEC nº 96-A/92.



## 2) art. 2º da Emenda Substitutiva

Trata da composição do Supremo Tribunal Federal. Neste artigo aprimora-se os critérios mais objetivos e democráticos propostos no art. 4º da PEC 96-A/92. Prevê representantes do STJ, do MP, e dos advogados. Prevê, ainda, mandato não superior a nove anos.

## 3) art. 3º da Emenda Substitutiva

Elimina-se a previsão de regras previdenciárias tendo em vista o evidente conflito com as normas específicas da Constituição Federal e o prejuízo que seria causado aos Ministros do STF.

## 4) art. 4º da Emenda Substitutiva

Altera-se a competência originária do STF com o intuito de desafogar aquela Corte das inúmeras responsabilidades que lhe são incumbidas. Mencionadas competências são repassadas ao STJ.

## 5) art. 5º da Emenda Substitutiva

Altera a competência recursal ordinária do STF, promovendo a distribuição de atribuições com o STJ.

## 6) art. 6º da Emenda Substitutiva

Institui a “súmula impeditiva de recursos” e prevê o crime de responsabilidade por descumprimento de decisão do STF proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

## 7) art. 7º da Emenda Substitutiva

Altera os requisitos para nomeação a cargo de ministro do STJ.

## 8) art. 8º da Emenda Substitutiva

Altera competências do STJ acrescentando-lhe atribuições antes inerentes ao STF.

## 9) art. 9º da Emenda Substitutiva

Elimina-se a supressão da Justiça de primeira instância proposta pelo art.8º da PEC n 96-A/92.

## 10) art. 10 da Emenda Substitutiva

Aprimora as competências do órgão de controle externo do Poder judiciário previsto na PEC nº 112-A/95.

## 11) art. 11º da Emenda Substitutiva

Aprimora a composição dos órgãos de controle externo do Poder judiciário previsto na PEC nº 112-A/95.

## 12) art. 12 da Emenda Substitutiva

Torna obrigatória a designação de juízes com competência exclusiva para dirimir questões agrárias, bem como estabelece princípios norteadores do processo judicial especial.

Estas são as razões que nos levaram a apresentar a presente emenda para a qual esperamos contar com o apoio de nossos Pares.

DATA	ASSINATURA PARLAMENTAR
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; margin: 0 auto;"></div>	

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
4 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
5 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
10 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
11 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
12 - ANA CATARINA	RN	PMDB
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
17 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
18 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
19 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
20 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
21 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
22 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
23 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
24 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
25 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
26 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT

27 -	BABA	PA	PT
28 -	BISPO WANDERVAL	SP	PL
29 -	CAIO RIELA	RS	PTB
30 -	CARLITO MERSS	SC	PT
31 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
32 -	CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
33 -	CELSO GIGLIO	SP	PTB
34 -	CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
35 -	CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
36 -	CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
37 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
38 -	DE VELASCO	SP	PST
39 -	DELFIN NETTO	SP	PPB
40 -	DJALMA PAES	PE	PSB
41 -	DR. HELIO	SP	PDT
42 -	DR. ROSINHA	PR	PT
43 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
44 -	EBER SILVA	RJ	PDT
45 -	EDISON ANDRINO	SC	PMDB
46 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
47 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
48 -	EDUARDO SEABRA	AP	PTB
49 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
50 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
51 -	ENIO BACCI	RS	PDT
52 -	EUJACIO SIMOES	BA	PL
53 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
54 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
56 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
58 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
59 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
60 -	FRANCO MONTORO	SP	PSDB
61 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
62 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
63 -	GILMAR MACHADO	MG	PT
64 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
65 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
66 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
67 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
68 -	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
69 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
70 -	IARA BERNARDI	SP	PT
71 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
72 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
73 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
74 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
75 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
76 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
77 -	JOAO CALDAS	AL	PMN
78 -	JOAO COLACO	PE	PMDB



79	-	JOAO FASSARELLA	MG	PT
80	-	JOAO GRANDAO	MS	PT
81	-	JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
82	-	JOAO LEAO	BA	PSDB
83	-	JOAO PAULO	SP	PT
84	-	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
85	-	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
86	-	JOSE ANTONIO	MA	PSB
87	-	JOSE BORBA	PR	PMDB
88	-	JOSE CHAVES	PE	PMDB
89	-	JOSE DIRCEU	SP	PT
90	-	JOSE GENOINO	SP	PT
91	-	JOSE MACHADO	SP	PT
92	-	JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
93	-	JOSE PIMENTEL	CE	PT
94	-	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
95	-	JOSE TELES	SE	PSDB
96	-	JUQUINHA	GO	PSDB
97	-	LAVOISIER MAIA	RN	PFL
98	-	LINCOLN PORTELA	MG	PST
99	-	LUCI CHOINACKI	SC	PT
100	-	LUCIANO BIVAR	PE	PSL
101	-	LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
102	-	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
103	-	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
104	-	LUIZ MAINARDI	RS	PT
105	-	LUIZ RIBEIRO	RJ	PSDB
106	-	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
107	-	LUIZ SERGIO	RJ	PT
108	-	LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
109	-	MARCIO BITTAR	AC	PPS
110	-	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
111	-	MARCOS CINTRA	SP	PL
112	-	MARCOS ROLIM	RS	PT
113	-	MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
114	-	MARIA LUCIA	MG	PMDB
115	-	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
116	-	MEDEIROS	SP	PFL
117	-	MILTON TEMER	RJ	PT
118	-	MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
119	-	MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
120	-	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
121	-	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
122	-	NELSON PELLEGRINO	BA	PT
123	-	NEUTON LIMA	SP	PDT
124	-	NILMARIO MIRANDA	MG	PT
125	-	NILSON MOURAO	AC	PT
126	-	OLIMPIO PIRES	MG	PDT
127	-	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
128	-	PADRE ROQUE	PR	PT
129	-	PAES LANDIM	PI	PFL
130	-	PASTOR VALDECI	RJ	PST

131 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
132 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
133 - PAULO DELGADO	MG	PT
134 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
135 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
136 - PAULO PAIM	RS	PT
137 - PAULO ROCHA	PA	PT
138 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
139 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
140 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
141 - PEDRO WILSON	GO	PT
142 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
143 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
144 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
145 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
146 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
147 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
148 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
149 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
150 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
151 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
152 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
153 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
154 - RONALDO CAIADO	GO	PFL
155 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
156 - RUBENS BUENO	PR	PPS
157 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
158 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
159 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
160 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
161 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
162 - SERGIO BARROS	AC	PDT
163 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
164 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
165 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
166 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
167 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
168 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
169 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
170 - WALDIR PIRES	BA	PT
171 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
172 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
173 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
174 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
175 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
176 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 176  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 176

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		Emenda nº: 002-CE/99	
CLASSIFICAÇÃO			
PROPOSIÇÃO PEC 96-A/92			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR A PEC 96-A/92 (Reforma do Poder Judiciário)			
AUTOR: Deputado Fernando Coruja		Partido PDT	UF SC
			Página 1/2

**EMENDA ADITIVA À PEC Nº 96-A DE 1992**  
(Do Sr. Fernando Coruja e outros)

Inclua-se o presente artigo, onde couber, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação da emenda constitucional que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, comissão especial mista, destinada a elaborar, em 180 (cento e oitenta) dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria, bem como a promover alterações na legislação infraconstitucional objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.”

**Justificativa**

É certo que a Reforma do Poder Judiciário a ser promovida no âmbito da emenda constitucional em questão, não abarcará todas as vertentes necessárias à dinamização da prestação jurisdicional em nosso país. Ademais, vários dos pontos a serem tratados demandarão um detalhamento, uma regulamentação posterior. Neste sentido, é imperiosa a ação do Poder Legislativo no sentido de efetivar as alterações ansiadas por toda a população no que concerne à reestruturação do Poder Judiciário, modificação de leis processuais, etc. sob pena de se criar uma enorme frustração no seio da sociedade.

A presente emenda objetiva, pois, conferir plena efetividade às alterações a serem empreendidas no texto constitucional referentes à estrutura do Poder Judiciário prevendo, logo após a promulgação da respectiva emenda constitucional pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a instalação, no âmbito do Poder Legislativo, de comissão que terá a incumbência de elaborar, num prazo de 6 meses, todas os projetos de lei, complementares ou ordinárias, que objetivem dar plena efetividade aos novos comandos constitucionais.



Entendemos que as matérias tratadas nesta proposta de emenda à Constituição são da maior relevância e dizem respeito à necessidade de transformar o Poder Judiciário num poder mais transparente, célere, qualificado e acessível a todos os brasileiros. Neste sentido, é de fundamental importância que as deliberações tomadas quanto aos novos comandos constitucionais sejam de plano regulamentadas e tornadas efetivas.

Ademais, quaisquer matérias que, por sua natureza ou complexidade, não tenham atingido o consenso necessário, e que não tenham o status constitucional podem ser rediscutidas num momento posterior com um grau de detalhamento maior.

<b>DATA</b> ____/____/____	<b>ASSINATURA PARLAMENTAR</b> 
-------------------------------	---

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
4 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
5 - AIRTON CASCAREL	RR	PPB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
10 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
11 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
12 - ANA CATARINA	RN	PMDB
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
17 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
18 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
19 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
20 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
21 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
22 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
23 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
24 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
25 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
26 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
27 - BABA	PA	PT
28 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
29 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
30 - CABO JULIO	MG	PL

31 -	CAIO RIELA	RS	PTB
32 -	CARLITO MERSS	SC	PT
33 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
34 -	CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
35 -	CELSO GIGLIO	SP	PTB
36 -	CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
37 -	CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
38 -	CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
39 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
40 -	DE VELASCO	SP	PST
41 -	DELFIM NETTO	SP	PPB
42 -	DJALMA PAES	PE	PSB
43 -	DR. HELIO	SP	PDT
44 -	DR. ROSINHA	PR	PT
45 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
46 -	EBER SILVA	RJ	PDT
47 -	EDISON ANDRINO	SC	PMDB
48 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
49 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
50 -	EDUARDO SEABRA	AP	PTB
51 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
52 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
53 -	ENIO BÄCCI	RS	PDT
54 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
55 -	EUJACIO SIMOES	BA	PL
56 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
57 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
58 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
59 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
60 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
61 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
62 -	FRANCO MONTORO	SP	PSDB
63 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
64 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
65 -	GILMAR MACHADO	MG	PT
66 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
67 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
68 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
69 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
70 -	HELIO COSTA	MG	PMDB
71 -	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
72 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
73 -	IARA BERNARDI	SP	PT
74 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
76 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
77 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
78 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
79 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
80 -	JOAO CALDAS	AL	PMN
81 -	JOAO COLACO	PE	PMDB
82 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT

83 - JOAO GRANDAO	MS	PT
84 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
85 - JOAO LEAO	BA	PSDB
86 - JOAO MAGNO	MG	PT
87 - JOAO PAULO	SP	PT
88 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
89 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
90 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
91 - JOSE BORBA	PR	PMDB
92 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
93 - JOSE DIRCEU	SP	PT
94 - JOSE GENOINO	SP	PT
95 - JOSE MACHADO	SP	PT
96 - JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
97 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
98 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
99 - JOSE TELES	SE	PSDB
100 - JUQUINHA	GO	PSDB
101 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
102 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
103 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
104 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
105 - LUCIANO BIVAR	PE	PSL
106 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
107 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
108 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
109 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
110 - LUIZ MAINARDI	RS	PT
111 - LUIZ RIBEIRO	RJ	PSDB
112 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
113 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
114 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSR
115 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
116 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
117 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
118 - MARCOS CINTRA	SP	PL
119 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
120 - MARCOS ROLIM	RS	PT
121 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
122 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
123 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
124 - MEDEIROS	SP	PFL
125 - MILTON TEMER	RJ	PT
126 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
127 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
128 - MUCIO SA	RN	PMDB
129 - MUSSA DEMES	PI	PFL
130 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
131 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
132 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
133 - NEUTON LIMA	SP	PDT
134 - NEY LOPES	RN	PFL



135	- NILMARIO MIRANDA	MG	PT
136	- NILSON MOURAO	AC	PT
137	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
138	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
139	- PADRE ROQUE	PR	PT
140	- PAES LANDIM	PI	PFL
141	- PASTOR JORGE	DF	PMDB
142	- PASTOR VALDECI	RJ	PST
143	- PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
144	- PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
145	- PAULO DELGADO	MG	PT
146	- PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
147	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
148	- PAULO OCTAVIO	DF	PFL
149	- PAULO PAIM	RS	PT
150	- PAULO ROCHA	PA	PT
151	- PEDRO EUGENIO	PE	PSB
152	- PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
153	- PEDRO VALADARES	SE	PSB
154	- PEDRO WILSON	GO	PT
155	- PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
156	- POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
157	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
158	- REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
159	- REMI TRINTA	MA	PL
160	- RICARDO BERZOINI	SP	PT
161	- RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
162	- RICARDO NORONHA	DF	PMDB
163	- ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
164	- ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
165	- RODRIGO MAIA	RJ	PFL
166	- ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
167	- ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
168	- RONALDO CAIADO	GO	PFL
169	- RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
170	- RUBENS BUENO	PR	PPS
171	- SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
172	- SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
173	- SAULO PEDROSA	BA	PSDB
174	- SERAFIM VENZON	SC	PDT
175	- SERGIO BARROS	AC	PDT
176	- SERGIO GUERRA	PE	PSB
177	- SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
178	- SERGIO NOVAIS	CE	PSB
179	- SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
180	- UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
181	- VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
182	- VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
183	- VALDIR GANZER	PA	PT
184	- VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
185	- VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
186	- WALDIR PIRES	BA	PT

187 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
188 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
189 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
190 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
191 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
192 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 192      REPETIDAS: 2  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 194

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
2 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT

EMENDA Nº 003 - CE/99

#### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992

#### Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992 (Apensa a PEC nº 112, de 1995)

Introduz modificações na estrutura do Poder  
 Judiciário.

#### EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao texto do art. 111, §§ 1º, da Constituição Federal, constantes do art. 9º, da PEC nº 96, de 1992, as redações que se seguem:

“ Art. 111. ....

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre os juízes de carreira da magistratura trabalhista, com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, mediante promoção de juízes do trabalho de primeiro grau, com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.”.

Art. 2º Suprima-se o § 2º, do texto do art. 111, proposto pela PEC nº 96, de 1992.

Art. 3º Dê-se ao art. 12 da PEC nº 96, de 1992, a redação que se segue:

“ Art. 12. O art. 115, da Constituição Federal de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘ Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, mediante promoção de juízes do trabalho de primeiro grau, com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.

Art. 4º Dê-se ao art. 116, da Constituição Federal de 1988, a redação que se segue:

“ Art. 116. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária trabalhista que terá por sede a respectiva Capital e será composta por Juntas de Conciliação e Julgamento localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. A Junta de Conciliação e Julgamento será composta por juízes do trabalho, de carreira.

Art. 5º Suprima-se o art. 117, da Constituição Federal de 1988.



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem dois objetivos.

O primeiro é por fim à figura dos juízes trabalhistas classistas.

Nesse sentido, foi mantida a redação original proposta ao art. 111, §§ 1º, que retirou dos Tribunais Superior do Trabalho os Ministros classistas. Foi sugerida uma nova redação para o art. 115, da Constituição Federal, que guardou correlação com o texto proposto ao art. 111, § 2º, pela PEC nº 96, em seu art. 9º, afastando os juízes classistas da composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Com a alteração proposta no texto do artigo 116, da Constituição Federal de 1988, e com a supressão do art. 117, da Lei Maior, ampliamos a idéia original afastando também da magistratura trabalhista de primeiro grau a representação classista.

O segundo objetivo, em coerência com outra emenda por nós apresentada, relativa à extinção do chamado "quinto constitucional", refere-se à eliminação de vagas nos Tribunais Trabalhistas destinadas a membros do Ministério Público Trabalhista e a advogados.

Assim, alterando o texto proposto pela PEC nº 96, de 1992, ao art. 111, §§ 1º com o novo texto apresentado para o art. 115, da CF/88, restringimos o acesso ao Tribunal Superior do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho aos magistrados trabalhistas, retirando da composição desses Tribunais as vagas destinadas aos membros do Ministério Público Trabalhista e aos advogados.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.



DEPUTADA ZULAIÊ COBRA

AUTOR: ZULAIE COBRA E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
9 - ALDO REBELO	SP	PCdqB
10 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
11 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
12 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
13 - ANA CATARINA	RN	PMDB
14 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
15 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
16 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
17 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
18 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
19 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
20 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
21 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
22 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
23 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
24 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
25 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
26 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
27 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
28 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
29 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
30 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
31 - B. SA	PI	PSDB
32 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
33 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
34 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
35 - CABO JULIO	MG	PL
36 - CAIO RIELA	RS	PTB
37 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
38 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
39 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
40 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
41 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
42 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
43 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
44 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
45 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
46 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
47 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB

48 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
49 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
50 -	DE VELASCO	SP	PST
51 -	DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
52 -	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
53 -	DR. HELENO	RJ	PSDB
54 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
55 -	EBER SILVA	RJ	PDT
56 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
57 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
58 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
59 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
60 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
61 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
62 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
63 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
64 -	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
65 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
66 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
67 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
68 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
69 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
70 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
71 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
72 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
73 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
74 -	FLAVIO DERZI	MS	PMDB
75 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
76 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
77 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
78 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
79 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
80 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
81 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
82 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
83 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
84 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
85 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
86 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
87 -	JAIR CARNEIRO	BA	PFL
88 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
89 -	JOAO CASTELO	MA	PSDB
90 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
91 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
92 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
93 -	JOSE CASLOS MARTINEZ		
94 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
95 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
96 -	JOSE GENOINO	SP	PT
97 -	JOSE MACHADO	SP	PT
98 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
99 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT



---

100 - JOSE TELES	SE	PSDB
101 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
102 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
103 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
104 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
105 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
106 - LUCIA VANIA	GO	PSDB
107 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
108 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
109 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
110 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
111 - MALULY NETTO	SP	PFL
112 - MARCAL FILHO	MS	PMDB
113 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
114 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
115 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
116 - MARCOS CINTRA	SP	PL
117 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
118 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
119 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
120 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
121 - MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
122 - MAURO FECURY	MA	PFL
123 - MEDEIROS	SP	PFL
124 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
125 - MILTON TEMER	RJ	PT
126 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
127 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
128 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
129 - MUSSA DEMES	PI	PFL
130 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
131 - NELO RODOLFO	SP	PPB
132 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
133 - NELSON MEURER	PR	PPB
134 - NELSON OTOCH	CE	PSDB
135 - NEUTON LIMA	SP	PDT
136 - NEY LOPES	RN	PFL
137 - NICE LOBAO	MA	PFL
138 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
139 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
140 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
141 - OSVALDO COELHO	PE	PFL
142 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
143 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
144 - PAULO MARINHO	MA	PFL
145 - PAULO PAIM	RS	PT
146 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
147 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
148 - PEDRO IRUJO	BA	PMDB
149 - PEDRO WILSON	GO	PT
150 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
151 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT

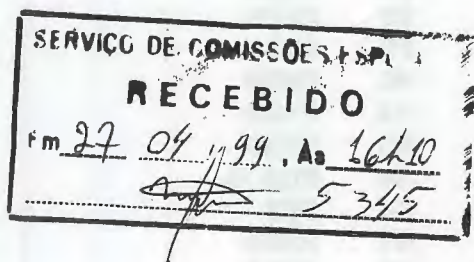
152 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
153 - REMI TRINTA	MA	PL
154 - RICARDO IZAR	SP	PPB
155 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB
156 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
157 - RITA CAMATA	ES	PMDB
158 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
159 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
160 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
161 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
162 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
163 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
164 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
165 - RONALDO CESAR COELHO		
166 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
167 - RUBENS BUENO	PR	PPS
168 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
169 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
170 - SANTOS FILHO	PR	PFL
171 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
172 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
173 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
174 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
175 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
176 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
177 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
178 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
179 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
180 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
181 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
182 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
183 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
184 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
185 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
186 - WALDIR PIRES	BA	PT
187 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
188 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
189 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
190 - ZE INDIO	SP	PPB
191 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
192 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 192  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 193

REPETIDAS: 1

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - OSMANIO PEREIRA MG PMDB

**EMENDA Nº 004- CE/99****COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992****Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992  
(Apensa a PEC nº 112, de 1995)**Introduz modificações na estrutura do Poder  
Judiciário.**EMENDA MODIFICATIVA**

Art. 1º Dê-se ao texto do art. 112, da Constituição Federal, constante do art. 10, da PEC nº 96, de 1992, a redação que se segue:

“ Art. 112. A lei disciplinará a jurisdição e sede dos Tribunais Regionais do Trabalho, que deverão guardar identidade com a jurisdição e sede dos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo único. Nas comarcas onde não forem instituídas Juntas de Conciliação e Julgamento, a lei poderá atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda pretende reduzir o número de Tribunais Regionais do Trabalho estabelecendo que eles existirão em igual número, com a mesma jurisdição e localizados na mesma sede dos Tribunais Regionais Federais.



O excesso de gastos na construção de sedes suntuosas de alguns Tribunais Regionais do Trabalho, apontado quando da instalação da CPI do Judiciário, no Senado Federal, seriam por si só justificativa suficiente para propormos essa redução. Mas, aduziríamos, ainda, que não há justificativa para a existência de Tribunais Regionais do Trabalho em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, quando em todo Brasil temos apenas cinco Tribunais Regionais Federais.

Essa autorização constitucional faz com que, em alguns Estados menores, criem-se Tribunais para um número reduzidíssimo de Juntas de Conciliação no Estado, sem que estabeleça critérios ou uma relação custo – benefício que justificasse sua criação.

Em face dessa realidade, estamos propondo a redução do número de Tribunais Regionais do Trabalho tomando como parâmetro de redução o número de Tribunais Regionais Federais existentes.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADA ZULAIÊ COBRA

AUTOR: ZULAIE COBRA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
10 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL

---

11 -	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
12 -	ANA CATARINA	RN	PMDB
13 -	ANDRE BENASSI	SP	PSDB
14 -	ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
15 -	ANIVALDO VALE	PA	PSDB
16 -	ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
17 -	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
18 -	ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
19 -	ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
20 -	ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
21 -	ANTONIO PALOCCI	SP	PT
22 -	ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
23 -	ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
24 -	ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
25 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
26 -	ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
27 -	AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
28 -	AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
29 -	AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
30 -	B. SA	PI	PSDB
31 -	BETINHO ROSADO	RN	PFL
32 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
33 -	BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
34 -	CABO JULIO	MG	PL
35 -	CAIO RIELA	RS	PTB
36 -	CARLOS DUNGA	PB	PMDB
37 -	CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
38 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
39 -	CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
40 -	CELSO GIGLIO	SP	PTB
41 -	CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
42 -	CESAR BANDEIRA	MA	PFL
43 -	CESAR SCHIRMER		
44 -	CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
45 -	CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
46 -	CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
47 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
48 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
49 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
50 -	DE VELASCO	SP	PST
51 -	DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
52 -	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
53 -	DR. HELENO	RJ	PSDB
54 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
55 -	EBER SILVA	RJ	PDT
56 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
57 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
58 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
59 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
60 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
61 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
62 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB

63 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
64 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
65 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
66 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
67 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
68 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
69 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
70 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
71 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
72 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
73 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
74 -	FLAVIO DERZI	MS	PMDB
75 -	FRANCO MONTORO	SP	PSDB
76 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
77 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
78 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
79 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
80 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
81 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
82 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
83 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
84 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
85 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
86 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
87 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
88 -	JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
89 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
90 -	JOAO CASTELO	MA	PSDB
91 -	JOAO LEO	BA	PSDB
92 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
93 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
94 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
95 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
96 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
97 -	JOSE GENOINO	SP	PT
98 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
99 -	JOSE MACHADO	SP	PT
100 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
101 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
102 -	JOSE TELES	SE	PSDB
103 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
104 -	JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
105 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
106 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
107 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
108 -	LUCIA VANIA	GO	PSDB
109 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
110 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
111 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
112 -	MALULY NETTO	SP	PFL
113 -	MARCAL FILHO	MS	PMDB
114 -	MARCELO CASTRO	PI	PMDB



115 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
116 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
117 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
118 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
119 -	MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
120 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
121 -	MARISA SERRANO	MS	PSDB
122 -	MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
123 -	MAURO FECURY	MA	PFL
124 -	MEDEIROS	SP	PFL
125 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
126 -	MILTON TEMER	RJ	PT
127 -	MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
128 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
129 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
130 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
131 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
132 -	NELO RODOLFO	SP	PPB
133 -	NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
134 -	NELSON MEURER	PR	PPB
135 -	NELSON OTOCH	CE	PSDB
136 -	NEUTON LIMA	SP	PDT
137 -	NEY LOPES	RN	PFL
138 -	NICE LOBAO	MA	PFL
139 -	NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
140 -	OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
141 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
142 -	OSVALDO COELHO	PE	PFL
143 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
144 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
145 -	PAULO MARINHO	MA	PFL
146 -	PAULO PAIM	RS	PT
147 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
148 -	PEDRO HENRY	MT	PSDB
149 -	PEDRO IRUJO	BA	PMDB
150 -	PEDRO WILSON	GO	PT
151 -	PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
152 -	PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
153 -	RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
154 -	RICARDO IZAR	SP	PPB
155 -	RICARDO RIQUE	PB	PMDB
156 -	RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
157 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
158 -	ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
159 -	ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
160 -	ROBERTO BRANT	MG	PSDB
161 -	ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
162 -	RODRIGO MAIA	RJ	PFL
163 -	ROMEL ANIZIO	MG	PPB
164 -	ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
165 -	RONALDO CAIADO	GO	PFL
166 -	RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB

167 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
168 - RUBENS BUENO	PR	PPS
169 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
170 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
171 - SANTOS FILHO	PR	PFL
172 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
173 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
174 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
175 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
176 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
177 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
178 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
179 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
180 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
181 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
182 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
183 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
184 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
185 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
186 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
187 - WALDIR PIRES	BA	PT
188 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
189 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
190 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
191 - ZE INDIO	SP	PPB
192 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
193 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
194 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

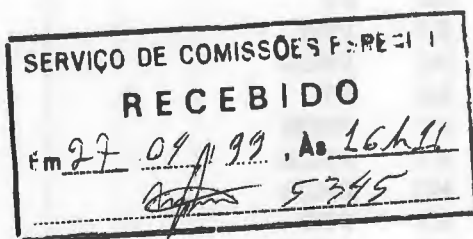
ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 194  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 196

REPETIDAS: 2

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
2 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB

EMENDA Nº 005 - CE/95

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992****Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992  
(Apensa a PEC nº 112, de 1995)**

Introduz modificações na estrutura do Poder  
Judiciário.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Art. 1º Suprimam-se os arts. 13 e 15 da PEC nº 96, de  
1992.

Art. 2º Dê-se ao art. 13 da PEC nº 96, de 1992, a redação  
que se segue:

“ Art. 13. O art. 123, da Constituição Federal de 1988, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

‘ Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze  
Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República,  
depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo  
dois dentre oficiais-generais da Marinha, três dentre oficiais-  
generais do Exército, dois dentre oficiais-generais da  
Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da  
carreira, e quatro dentre civis.

Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo  
Presidente da República dentre juizes auditores militares com  
mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.”.



## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a manter o Superior Tribunal Militar, porém com a redução de sua composição.

Estamos reduzindo o número de Ministros para onze – em lugar dos quinze anteriormente previstos. Escolhemos o número onze com base na composição do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ressalte-se que foi a comparação com o STF que nos levou a propor que o número de Ministros do STM fosse reduzido para onze, uma vez que não há nenhuma argumentação que justifique ter o STM uma composição numérica maior que a do STF quando ele recebe para apreciar um número infinitamente inferior de processos do que a nossa Corte Maior.

Além da redução da composição, em coerência com outras emendas em que fui a primeira signatária, estou afastando do acesso ao Tribunal os membros do Ministério Público militar e dos advogados, destinando todas as vagas reservadas aos civis para os juízes auditores.

Sala da Comissão, em        de        de 1999.

  
DEPUTADA ZULAIÉ COBRA

AUTOR: ZULAIÉ COBRA E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALCEU COLLARES	RS	PDT

9 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
10 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
11 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
12 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
13 - ANA CATARINA	RN	PMDB
14 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
15 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
16 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
17 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
18 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
19 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
20 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
21 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
22 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
23 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
24 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
25 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
26 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
27 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
28 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
29 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
30 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
31 - B. SA	PI	PSDB
32 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
33 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
34 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
35 - CABO JULIO	MG	PL
36 - CAIO RIELA	RS	PTB
37 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
38 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
39 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
40 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
41 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
42 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
43 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
44 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
45 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
46 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
47 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
48 - CUNHA BUENO	SP	PPB
49 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
50 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
51 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
52 - DE VELASCO	SP	PST
53 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
54 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
55 - DR. HELENO	RJ	PSDB
56 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
57 - EBER SILVA	RJ	PDT
58 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
59 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
60 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB

61 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
62 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
63 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
64 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
65 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
66 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
67 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
68 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
69 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
70 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
71 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
72 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
73 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
74 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
75 -	FLAVIO DERZI	MS	PMDB
76 -	FRANCO MONTORO	SP	PSDB
77 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
78 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
79 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
80 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
81 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
82 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
83 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
84 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
85 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
86 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
87 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
88 -	JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
89 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
90 -	JOAO CASTELO	MA	PSDB
91 -	JOAO LEO	BA	PSDB
92 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
93 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
94 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
95 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
96 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
97 -	JOSE GENOINO	SP	PT
98 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
99 -	JOSE MACHADO	SP	PT
100 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
101 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
102 -	JOSE TELES	SE	PSDB
103 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
104 -	JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
105 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
106 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
107 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
108 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
109 -	LUCIA VANIA	GO	PSDB
110 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
111 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
112 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB



113 - MALULY NETTO	SP	PFL
114 - MARCAL FILHO	MS	PMDB
115 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
116 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
117 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
118 - MARCOS CINTRA	SP	PL
119 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
120 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
121 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
122 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
123 - MAURO FECURY	MA	PFL
124 - MEDEIROS	SP	PFL
125 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
126 - MILTON TEMER	RJ	PT
127 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
128 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
129 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
130 - MUSSA DEMES	PI	PFL
131 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
132 - NELO RODOLFO	SP	PPB
133 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
134 - NELSON MEURER	PR	PPB
135 - NELSON OTOCH	CE	PSDB
136 - NEUTON LIMA	SP	PDT
137 - NEY LOPES	RN	PFL
138 - NICE LOBAO	MA	PFL
139 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
140 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
141 - OSVALDO COELHO	PE	PFL
142 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
143 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
144 - PAULO MARINHO	MA	PFL
145 - PAULO PAIM	RS	PT
146 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
147 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
148 - PEDRO IRUJO	BA	PMDB
149 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
150 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
151 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
152 - REMI TRINTA	MA	PL
153 - RICARDO IZAR	SP	PPB
154 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB
155 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
156 - RITA CAMATA	ES	PMDB
157 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
158 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
159 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
160 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
161 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
162 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
163 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
164 - RONALDO CAIADO	GO	PFL

165 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
166 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
167 - RUBENS BUENO	PR	PPS
168 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
169 - SANTOS FILHO	PR	PFL
170 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
171 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
172 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
173 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
174 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
175 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
176 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
177 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
178 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
179 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
180 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
181 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
182 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
183 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
184 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
185 - WALDIR PIRES	BA	PT
186 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
187 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
188 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
189 - ZE INDIO	SP	PPB
190 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
191 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
192 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 192  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 193

REPETIDAS: 1

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - DINO FERNANDES RJ PSDB

**EMENDA Nº 006 - CE/99****COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992****Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992  
(Apensa a PEC nº 112, de 1995)**

Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Art. 1º Dê-se ao art. 2º da PEC nº 96, de 1992, a redação que se segue:

“ Art. 2º Suprima-se o art. 94 da Constituição Federal de 1988.”.

Art. 2º Dêem-se ao texto do art. 104, da Constituição Federal, constante do art. 6º, da PEC nº 96, de 1992, e ao texto do art. 107, da Constituição Federal, constante do art. 8º, da PEC nº 96, de 1992, as redações que se seguem:

“ Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:



I – dois terços dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais ; e

II – um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

.....

Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.”.

### JUSTIFICAÇÃO

O art. 94, da Constituição Federal, prevê que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

A regra do chamado “quinto constitucional” – instituída pela Constituição de 1934, e repetida pelas Constituições que a seguiram com pequenas alterações, tem como seu princípio inspirador a idéia de que o ingresso na Magistratura de segundo grau de membros do Ministério Público e de advogados permite que novas linhas hermenêuticas – contempladas com a possibilidade de se manifestarem por meio de votos e não apenas de pareceres ou de peças processuais - surjam no seio dos Tribunais, contribuindo para a evolução da pensamento jurídico e para o aprimoramento da qualidade da prestação jurisdicional oferecida à população.

O art. 107, por sua vez, dentro do Seção referente ao Tribunal Regional Federal – Seção IV – toma a referir-se ao “quinto constitucional”, ao fixar vagas no tribunal a serem preenchidas por membros do Ministério Público e por advogados.

O modelo teórico é, sem dúvida, admirável, porém a prática e a realidade demonstram que esse ideal ficou longe de ser alcançado.

O instituto do “quinto constitucional” ao invés de produzir os resultados positivos desejados quando de sua criação acabou por gerar um processo seletivo que é, normalmente, fonte de cisão dentro dos órgãos de representação das respectivas classes.

Quem já teve a oportunidade de acompanhar com maior proximidade a verdadeira batalha que se forma entre os candidatos à vaga de desembargador ou de juiz federal do TRF tem conhecimento de que os efeitos perversos do instituto superam em muito eventuais, e bastante raras, mudanças de linhas de pensamento dentro dos Tribunais, a partir da renovação proporcionada pelo ingresso na magistratura de advogados e de membros do Ministério Público.

Discorrendo sobre o processo, entendemos, é possível tornarem-se mais claros os efeitos indesejados a que nos referimos.

Inicialmente, a disputa interna para integrar a lista sêxtupla que é enviada ao Tribunal provoca a formação de autênticos “partidos” dentro do órgão de classe. Não são poucos os casos em que essa “partidarização” provoca prejuízos à atuação do órgão pela prática de atos – promovidos pelos grupos em oposição – que visam a causar transtornos à atuação do candidato da facção oposta, como forma de favorecer o seu próprio candidato.

Vencida a primeira etapa que consiste em obter sucesso em votação interna para integrar a lista sêxtupla, inicia-se a fase em que as disputas internas deixam o âmbito de cada órgão e são expostas a terceiros, estranhos à classe.

É a “campanha que vai para as ruas”.

Passam os grupos a atuar junto aos desembargadores e juízes do Tribunal Regional Federal com direito a voto para a escolha dos três candidatos que comporão a lista tríplice.



É nessa fase, também, em que o ideal de renovação do pensamento jurídico dentro do Tribunal se esvai, uma vez que a tendência natural dos magistrados é afastar os candidatos considerados inconvenientes, isto é, os que professam teses hermenêuticas estranhas às teses dominantes no órgão julgador em questão.

Vencida a segunda etapa, integrando o candidato a lista tríplice, inicia-se a fase essencialmente política e absolutamente dissociada de qualquer elemento que a possa identificar com o modelo teórico, idealista e nefelibata, que inspirou o instituto.

Como a escolha é feita pelo Chefe do Poder Executivo os candidatos passam a buscar apoio na classe política. É a época de contato com Governadores, Ministros, Secretário de Estado, Deputados, Senadores ou qualquer outra autoridade que possa exercer algum tipo de influência junto ao responsável pela decisão final.

Seria ingenuidade acreditar que o futuro desembargador ou juiz do TRF, por mais íntegro que seja, consiga concluir essa etapa sem estar de alguma forma vinculado às autoridades que o apolaram, ainda que o vínculo seja meramente de gratidão.

Dessa forma, permite-se que fatores estranhos às questões técnico-jurídicas influenciem os futuros julgamentos.

Frise-se, que não se está afirmando que esses juízes prolatarão suas sentenças movidos por má-fé. Porém, como a ciência política já demonstrou, não existe decisão puramente técnica. Todas as decisões serão influenciadas por elementos intrínsecos ao responsável por tomá-la (educação, meio social em que se criou e vive, relações de amizade, compromissos profissionais etc.) que se manifestam quando da ponderação dos elementos de prova, opostos, colacionados aos autos do caso que se tem de decidir.

Assim, o instituto em vez de beneficiar a qualidade da Justiça e, conseqüentemente, o jurisdicionado, pode trazer prejuízos sérios a ambos.




Pelos motivos expostos é que entendemos ser prejudicial à própria justiça e à prestação jurisdicional a ser oferecida à população a manutenção do instituto do "quinto constitucional", razão pela qual estamos apresentando a presente emenda para afastá-lo do texto constitucional.

Incluímos no texto da emenda a correção ao texto do art. 104, que trata da composição do Superior Tribunal de Justiça.

Embora a inclusão de membros do Ministério Público e de advogados não apareça sob a forma de "quinto constitucional" – seria um "terço constitucional" – pôr coerência com as razões que nos levaram a propor a extinção do "quinto constitucional" estamos, igualmente, sugerindo o fim do ingresso no STJ de profissionais estranhos à magistratura.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADA ZULAIE COBRA

AUTOR: ZULAIE COBRA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MS	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDP
3 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALDO REBELO	SP	PMDB
9 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
10 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
11 - ALOYCIO NUNES FERREIRA	GO	PSDB
12 - ANDRÉ BENASSI	SP	PSDB
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS DISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL

17 -	ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
18 -	ANTONIO PALOCCI	SP	PT
19 -	ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
20 -	ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
21 -	ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
22 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
23 -	ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
24 -	AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
25 -	AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
26 -	AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
27 -	BETINHO ROSADO	RN	PFL
28 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
29 -	BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
30 -	CABO JULIO	MG	PL
31 -	CAIO RIELA	RS	PTB
32 -	CARLOS DUNGA	PB	PMDB
33 -	CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
34 -	CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
35 -	CELSO GIGLIO	SP	PTB
36 -	CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
37 -	CESAR BANDEIRA	MA	PFL
38 -	CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
39 -	CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
40 -	CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
41 -	CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
42 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
43 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
44 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
45 -	DE VELASCO	SP	PST
46 -	DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
47 -	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
48 -	DR. HELENO	RJ	PSDB
49 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
50 -	EBER SILVA	RJ	PDT
51 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
52 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
53 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
54 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
55 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
56 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
57 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
58 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
59 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
60 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
61 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
62 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
63 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
64 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
65 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
66 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
67 -	FETTER JUNIOR	RS	PPR
68 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB

69	- FLAVIO DERZI	MS	PMDB
70	- FRANCO MONTORO	SP	PSDB
71	- GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
72	- GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
73	- GILBERTO KASSAB	SP	PFL
74	- GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
75	- GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
76	- HENRIQUE FONTANA	RS	PT
77	- HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
78	- IEDIO ROSA	RJ	PMDB
79	- INALDO LEITAO	PB	PMDB
80	- IVAN PAIXAO	SE	PPS
81	- JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
82	- JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
83	- JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
84	- JOAO CASTELO	MA	PSDB
85	- JOAO LEAO	BA	PSDB
86	- JOSE ANTONIO	MA	PSB
87	- JOSE CHAVES	PE	PMDB
88	- JOSE DIRCEU	SP	PT
89	- JOSE GENOINO	SP	PT
90	- JOSÉ LOURENÇO	BA	PFL
91	- JOSE MACHADO	SP	PT
92	- JOSE PIMENTEL	CE	PT
93	- JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
94	- JOSE TELES	SE	PSDB
95	- JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
96	- JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
97	- JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
98	- LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
99	- LEO ALCANTARA	CE	PSDB
100	- LIDIA QUINAN	GO	PSDB
101	- LUCIA VANIA	GO	PSDB
102	- LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
103	- LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PDT
104	- LUIZ FERNANDO	AM	PPB
105	- MALULY NETTO	SP	PFL
106	- MARCAL FILHO	MS	PMDB
107	- MARCELO CASTRO	PJ	PMDB
108	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
109	- MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PFL
110	- MARCOS CINTRA	SP	PL
111	- MARIA ABADIA	DF	PSDB
112	- MARIA DO CARMO LARA	MD	PT
113	- MARINHA RAUPP	RO	PSDB
114	- MARISA SERRANO	MS	PSDB
115	- MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
116	- MAURO FECURY	MA	PFL
117	- MEDEIROS	SP	PFL
118	- MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
119	- MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
120	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
121	- MORONI TORGAN	CE	PSDB



122	- MUSSA DENEZ	PI	PFL
123	- NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
124	- NELSON MEURER	PR	PPB
125	- NELSON OTOCH	CE	PSDB
126	- NEUTON LIMA	SP	PFL
127	- NICE LOBAO	MA	PFL
128	- NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
129	- OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
130	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
131	- OSVALDO COELHO	PL	PFL
132	- PAULO FEIJO	RJ	PSDB
133	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
134	- PAULO MARINHO	MA	PFL
135	- PAULO PALM	RS	PT
136	- PEDRO FERNANDES	MA	PFL
137	- PEDRO HENRY	MT	PSDB
138	- PEDRO IRUJO	BA	PMDB
139	- PEDRO WILSON	GO	PT
140	- PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
141	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142	- RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143	- REMI TRINTA	MA	PL
144	- RICARDO IZAR	SP	PPB
145	- RICARDO RIQUE	PB	PMDB
146	- RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
147	- RITA CAMATA	ES	PMDB
148	- ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
149	- ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
150	- ROBERTO BRANT	MG	PSDB
151	- ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
152	- ROMEL ANIZIO	MG	PPB
153	- ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
154	- RONALDO CAIADO	GO	PFL
155	- RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
156	- RONALDO VASCONCELOS	MG	PL
157	- RUBENS BUENO	PR	PPB
158	- SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
159	- SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
160	- SANTOS FILHO	PR	PFL
161	- SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
162	- SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
163	- SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
164	- SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
165	- SIMAO SESSIM	RJ	PPB
166	- TETE BEZERRA	MT	PMDB
167	- UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
168	- URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
169	- VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
170	- VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
171	- VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
172	- VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
173	- VILMAR ROCHA	GO	PFL
174	- VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT

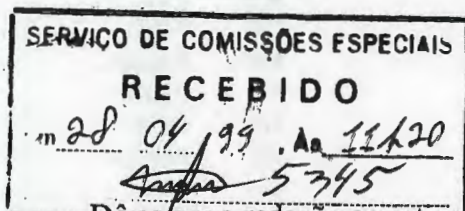
175 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
176 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
177 - WALDIR PIRES	BA	PT
178 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
179 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
180 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
181 - ZE INDIO	SP	PMDB
182 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
183 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
184 - ZULAIÉ COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 184      REPETIDAS: 1  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 185

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ANTONIO CARLOS KONDER REIG      SC      PFL

**EMENDA Nº 007 - CE/99**



~~Dê-se nova redação ao artigo 16 da Proposta de Emenda Constitucional nº 96-A,~~  
de 1992, que modifica o artigo 125 da Constituição Federal conforme segue:

“Art. 16 - O artigo 125 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

Art. 125.....

§ 3º - A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a justiça militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar, cujos cargos de juiz serão preenchidos pelos critérios adotados no Tribunal de Justiça.

§ 4º - Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais.



§ 5º Compete aos Juizes de Direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civil e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência do Juiz de Direito, processar e julgar os demais crimes militares.”

### JUSTIFICAÇÃO

Políticos, magistrados e juristas vêm se empenhando na busca de soluções para a grave crise enfrentada pela justiça como um todo. Essa busca, evidentemente, no que diz respeito à Justiça Militar, não passa pela transferência, pura e simples de todos os crimes que não se refiram à profissão do militar estadual, para a Justiça Comum dos Estados. Isso levaria a aumentar o estrangulamento das Varas Criminais Estaduais, sem efetivo controle em razão da pulverização dos feitos entre as diversas varas.

Assim como ninguém desconhece a situação caótica em que se encontram as varas criminais, abarrotadas de processos, que pode ser resumida na legislação obsoleta e na falta de pessoal e condições para suportar o volume de feitos iniciados diariamente, não se pode objetar que os policiais militares, no exercício de suas missões constitucionais - artigo 144 da Carta - são, efetivamente, a teor do artigo 42 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 18/98, militares dos Estados. É, pois, pela investidura militar que têm o foro especializado, a exemplo do que ocorre com a atividade civil de controlador de voo, que tanto pode ser exercida por civil como por sargento da Aeronáutica, sujeitando-se cada um a julgamento pela respectiva justiça comum ou militar.

A Justiça Militar dispõe de condições de atender aos reclamos da sociedade, particularmente se considerarmos que, na atualidade, essa justiça, em todos os Estados do Brasil, é composta por Juizes de carreira, civis, togados e concursados, e conta com a atuação de representante do Ministério Público Estadual.

É clara, no entanto, a necessidade de aperfeiçoamentos, oferecidos na forma das seguintes inovações:

- a) julgamento dos crimes cometidos em serviço de policiamento somente pelo juiz togado, civil, investido por concurso público na forma da lei;
- b) julgamento dos crimes próprios de “caserna” pelos Conselhos de Justiça, composto pelos Oficiais e pelo Juiz acima referido, por se tratar de matéria atinente à hierarquia militar e a instituição militar;
- c) transferência da presidência do Conselho de Justiça (§5º) ao juiz togado.

Assim, os crimes cometidos, no policiamento, por militares estaduais, com previsão legal no Código Penal Militar, como crimes militares (lesão corporal, furto, estelionato, etc.), serão julgados por um juiz togado, civil, permanecendo com os Conselhos de Justiça apenas os denominados “delitos de caserna”, ou seja, os previstos única e



exclusivamente no Código Penal Militar (deserção, violência contra superior ou inferior, etc.). A exceção são os crimes impróprios, praticados por militar contra militar, que permanecem com os Conselhos, tendo em vista o reflexo interno de tais crimes nas corporações militares.

Com a proposta, atende-se a um reclamo da Sociedade: o julgamento de crimes cometidos por policiais militares em atividade de policiamento ostensivo far-se-á por um juiz civil, e não por seus pares militares.

Ressalte-se, que proposta idêntica foi aprovada por unanimidade, no XI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado no mês de setembro de 1996, em Goiânia/GO, e trazida a este Parlamento por sua Excelência o Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, à época Presidente do STF, aos ser ouvido em Audiência Pública sobre a PEC 96/92, aos 21 de agosto de 1996, quando assim se pronunciou: "Trago aos Juizes Militares estaduais que me procuraram uma sugestão fértil (...) que é a de apelar para a distinção entre crimes propriamente militares e imprópriamente militares (...). A sugestão, a princípio é fértil. O que temo muito é que (...) a transferência pura e simples da competência para a Justiça Comum acabe, apenas, mudando a causa da impunidade, que é o congestionamento, o estrangulamento da Justiça Comum.

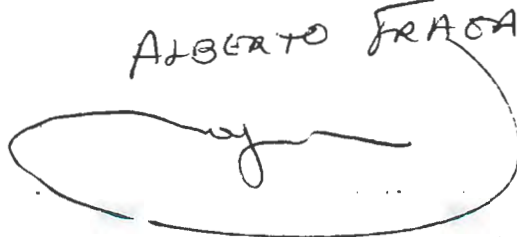
Contribuição adicional, de importância incontestada, consiste, por meio da reforma da Justiça Militar, em concentrar na competência do foro especializado as matérias próprias do estatuto militar, como as ações relativas aos atos administrativos disciplinares militares - que passariam a ser julgados pelos Juizes togados. Sabe-se que a legislação militar, especialmente os regulamentos disciplinares militares são pouco conhecidas da Justiça Comum, cujos Juizes, só eventualmente lidam com elas.

Temos a certeza de que com o apoio dos demais pares desta Casa, a presente emenda constituir-se-á num grande avanço na modernização desse órgão especializado do poder judiciário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1999

DEPUTADO

ALBERTO FRAGA



AUTOR: ALBERTO FRAGA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ANA CATARINA	RN	PMDB
9 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
12 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
13 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
14 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
15 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
16 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
17 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
18 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
21 - B. SA	PI	PSDB
22 - BABA	PA	PT
23 - BADU PICANCO	AP	PSDB
24 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
25 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CABO JULIO	MG	PL
28 - CAIO RIELA	RS	PTB
29 - CARLITO MERSS	SC	PT
30 - CARLOS BATATA	PE	PSDB
31 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
32 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
33 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
34 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
35 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
36 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
37 - DARCI COELHO	TO	PFL
38 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
39 - DE VELASCO	SP	PST
40 - DELFIM NETTO	SP	PPB
41 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
42 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
43 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
44 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
46 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
47 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
48 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB

50 - ELISEU MOURA	MA	PPB
51 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
52 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
53 - ENIO BACCI	RS	PDT
54 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
55 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
56 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
57 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
58 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
59 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
60 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
61 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
62 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
63 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
64 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
65 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
66 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
67 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
68 - GERALDO MAGELA	DF	PT
69 - GERALDO SIMOES	BA	PT
70 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
71 - GERSON PERES	PA	PPB
72 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
73 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
74 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
75 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
76 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
77 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
78 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
79 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
80 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
81 - JOAO CALDAS	AL	PMN
82 - JOAO COSER	ES	PT
83 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
84 - JOAO LEAO	BA	PSDB
85 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
86 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
87 - JOAO TOTA	AC	PPB
88 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
89 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
90 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
91 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
92 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
93 - JOSE TELES	SE	PSDB
94 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
95 - JULIO REDECKER	RS	PPB
96 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
97 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
98 - LINO ROSSI	MT	PSDB
99 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
100 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
101 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
102 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB



103 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
104 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
105 - MARCOS ROLIM	RS	PT
106 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
107 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
108 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
109 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
110 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
111 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
112 - MUSSA DEMES	PI	PFL
113 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
114 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
115 - NELSON MEURER	PR	PPB
116 - NILSON MOURAO	AC	PT
117 - NILSON PINTO	PA	PSDB
118 - NILTON BAIANO	ES	PPB
119 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
120 - ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
121 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
122 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
123 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
124 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
125 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
126 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
127 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
128 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
129 - PAULO MARINHO	MA	PFL
130 - PAULO PAIM	RS	PT
131 - PEDRO CELSO	DF	PT
132 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
133 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
134 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
135 - PEDRO WILSON	GO	PT
136 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
137 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
138 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
139 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
140 - REMI TRINTA	MA	PL
141 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
142 - RICARDO BARROS	PR	PPB
143 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
144 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
145 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
146 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
147 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
148 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
149 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
150 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
151 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
152 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
153 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
154 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB

155 -	SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
156 -	SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
157 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
158 -	SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
159 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
160 -	SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
161 -	SERGIO REIS	SE	PSDB
162 -	SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
163 -	SIMAO SESSIM	RJ	PPB
164 -	TELMO KIRST	RS	PPB
165 -	URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
166 -	VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
167 -	VILMAR ROCHA	GO	PFL
168 -	WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
169 -	WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
170 -	ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
171 -	ZE INDIO	SP	PMDB
172 -	ZEZE PERRELLA	MG	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 172  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 177

REPETIDAS: 5

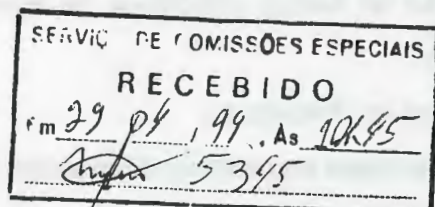
#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	B. SA	PI	PSDB
2 -	DE VELASCO	SP	PST
3 -	ELISEU MOURA	MA	PPB
4 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
5 -	LUIS BARBOSA	RR	PFL

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <b>008-CE-99</b>	
PROPOSIÇÃO PEC Nº 96-A/92		CLASSIFICAÇÃO	
COMISSÃO:			
AUTOR: DEPUTADO (A) NEY LOPES		PARTIDO PFL	UF RN
		PAGINA 01/23	

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

## SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992



“Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º.** Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 52:

“**Art. 52.** Compete privativamente ao Senado Federal:

I .....

II – processar e julgar os Ministros da Corte Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - .....;”

**Art. 2º.** Dê-se a seguinte redação ao art. 92:

“**Art. 92.** São órgãos do Poder Judiciário:

I – a Corte Constitucional e o Supremo Tribunal de Justiça;

II – o Conselho Nacional de Administração da Justiça;



### III .....

§ 1º A Corte Constitucional, o Supremo Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Administração da Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º A lei assegurará que a jurisdição, em todos os seus níveis, seja prestada de modo eficaz, instituindo sistema processual que permita a celeridade do procedimento, a informalidade e o aproveitamento dos atos, só anulados ou renovados quando comprovado o prejuízo.”

**Art. 3º.** Incluem-se no Capítulo do Poder Judiciário, após o atual art. 92, os seguintes artigos:

“**Art...** O Conselho Nacional de Administração da Justiça compõe-se de nove membros, escolhidos na forma da lei complementar, sendo:

I – um Ministro da Corte Constitucional, que será seu Presidente;

II – dois do Supremo Tribunal de Justiça, entre os quais será eleito o Corregedor;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um do Tribunal Superior Eleitoral da classe dos juristas (art. 119, II) e um do Superior Tribunal Militar;

IV – dois Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um Juiz de Tribunal Regional Federal.

**Art....** O Conselho Nacional de Administração da Justiça exercerá, na forma da lei complementar, de ofício ou mediante provocação do Procurador-Geral da República ou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem prejuízo da atividade correicional dos tribunais, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentadores no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – definir e fixar, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário e das associações representativas das carreiras jurídicas, plano de metas e o planejamento estratégico, e plano e programas de avaliação institucional e do funcionamento do Poder Judiciário, tendo em vista o aumento da eficiência, racionalização, incremento da

produtividade e maior eficácia do sistema, garantindo mais segurança, celeridade e maior acessibilidade na realização dos serviços da Justiça;

III – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e manifestar-se sobre os planos e programas de investimentos dos órgãos do Poder Judiciário.”

**Art. 4º.** Dê-se ao *caput* e ao inciso V do art. 93 a seguinte redação:

“**Art. 93.** Lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal de Justiça disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - .....;

V – os subsídios dos Ministros da Corte Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça são equivalentes; o dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros da Suprema Corte de Justiça e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º.”

**Art. 5º.** Inclua-se no art. 96, com a reordenação dos demais incisos :

“**Art. 96.** Compete privativamente:

.....

III – à Corte Constitucional, em matéria constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores, em matéria infraconstitucional, editar, mediante o voto de dois terços dos seus membros, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário submetidos à sua jurisdição e à administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento;

IV – à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores processar e julgar as reclamações para a preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial, inclusive dos juizados especiais ou dos arbitrais, e anular o ato administrativo reclamado.

§ 1º A lei estabelecerá, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores:

- a) os pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência, admitindo-se seleção das causas a serem decididas, segundo critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica;
- b) os casos de edição de súmulas vinculantes e o procedimento a ser observado para sua edição, revisão e cancelamento; e

§ 2º À Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores é facultada a iniciativa da lei de que trata o parágrafo anterior e de matérias pertinentes ao exercício da função jurisdicional e da atividade judiciária.”

**Art. 6º.** Dê-se a seguinte redação ao art. 101, na Seção II do Capítulo III:

“**Art. 101.** A Corte Constitucional compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os Ministros da Corte Constitucional serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal e terão o mandato de seis anos.

§ 2º Para fins de escolha, a Corte Constitucional encaminhará lista triplíce ao Presidente da República, elaborada tendo por base listas sêxtuplas oriundas do Conselho Nacional de Administração da Justiça, do Ministério Público e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.”

**Art. 7º.** Dê-se a seguinte redação aos arts. 102, 103 e 105:

**“Da Corte Constitucional**

**Art. 102.** Compete à Corte Constitucional, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de lei, ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante;



- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I;
- d) o *habeas-corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas-data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República, do Conselho Nacional de Administração da Justiça e da própria Corte Constitucional;
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- f) o *habeas-corpus*, quando coator o Tribunal Superior Eleitoral, ou o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição da Corte Constitucional, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
- g) o *habeas-corpus*, quando o coator for o Supremo Tribunal de Justiça e a coação decorrer do descumprimento de preceito desta Constituição;
- h) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes (art. 96, IV);
- j) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- l) a ação em que todos os membros da magistratura sejam, direta ou indiretamente, interessados e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam, direta ou indiretamente, interessados;
- m) os conflitos de competência entre o Supremo Tribunal de Justiça e os

Tribunais Superiores, e entre o Tribunal Superior Eleitoral e qualquer outro tribunal ou juiz;

n) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

o) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal Superior Eleitoral ou da própria Corte Constitucional.

II – julgar, em recurso ordinário, o *habeas-corpus*, o mandado de segurança, o *habeas-data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral, se denegatória a decisão;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais, quando a decisão recorrida:

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pela Corte Constitucional, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito proferidas pela Corte Constitucional na forma do art. 102, I, “a”, a partir da sua publicação oficial, produzirão eficácia contra todos e terão efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, podendo ser liminarmente determinada a suspensão da execução das decisões proferidas por tribunais e juízes.

#### **Art. 103.....**

§ 3º Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá a Corte Constitucional, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, ou de outro momento que venha a ser fixado.

§ 4º Suscitada, em determinado processo, relevante controvérsia constitucional que acarrete grave insegurança jurídica, incluída a arguição de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição, a Corte Constitucional, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no *caput* deste artigo, poderá processar o

incidente e determinar a suspensão do processo, a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.

### **Do Supremo Tribunal de Justiça**

**Art. 105.** Compete ao Supremo Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, após autorização da respectiva Assembléia e obedecido o art. 53, § 2º;
- b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, seus próprios Ministros, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;
- c) os mandados de segurança e os *habeas-data* contra ato de Ministro de Estado, do Tribunal de Contas da União ou do próprio Supremo Tribunal de Justiça;
- d) os *habeas-corpus*, quando coator ou paciente qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas “a” ou “b”, ou quando o coator for tribunal, inclusive o próprio Supremo Tribunal de Justiça, ressalvado o disposto no art. 102, I, letra “h”, e a competência da Justiça Eleitoral;
- e) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, ressalvado o disposto no art. 102, I, “n”, e quando o conflito se estabelecer entre juízes ou tribunais vinculados a um mesmo Tribunal Superior;
- f) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- g) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (art. 96, IV);



h) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

i) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, do próprio Supremo Tribunal de Justiça, de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência da Corte Constitucional;

j) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

l) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

m) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

n) as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e quando o Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas-corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

- c) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;
- d) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
- e) o crime político.

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas no mérito, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) .....;
- b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais (art. 24, § 1º).

§ 1º São irrecorríveis as decisões do Supremo Tribunal de Justiça, salvo quando contrariarem a Constituição.

§ 2º Não concorrendo os pressupostos da alínea “n” do inciso I, o Supremo Tribunal de Justiça indicará o tribunal ou o juízo competente.

§ 3º Funcionário junto ao Supremo Tribunal de Justiça:

I – a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

§ 4º A requerimento do Procurador-Geral da República, poderá o Supremo Tribunal de Justiça conceder mandado inibitório, em causas repetitivas, envolvendo a aplicação da lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 5º A decisão concessiva do mandado inibitório produzirá eficácia contra todos e prevalecerá até que o Tribunal julgue a causa.

c) .....

**Art. 8º.** Substituir nos artigos a seguir referidos:

“a) Nos arts. 61, 64, 84-XIV, 96-II e 99-I, a referência a “Supremo Tribunal Federal” por “Corte Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Administração da Justiça”;

b) No art. 73, § 3º, a referência a “Superior Tribunal de Justiça” por “Tribunais Superiores”.

**Art. 9º.** O art. 119 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 119.** O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros escolhidos:

I – mediante eleição, pelo voto secreto, quatro juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça;

II – por nomeação do Presidente da República, três juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Corte Constitucional.

*Parágrafo único.* O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seus dirigentes dentre os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça

Onde se lê “Supremo Tribunal Federal”, leia-se “Corte Constitucional”.

Onde se lê “Superior Tribunal de Justiça”, leia-se “Supremo Tribunal de Justiça”.

**Art. 10.** Dê-se a seguinte redação ao art. 107, *caput*, incisos I e II, da Constituição:

“**Art. 107.** Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:



I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, nomeados pelo Presidente da República;

II – os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, pelo Presidente do Tribunal.”

**Art. 11.** Acrescentar uma alínea ao inc. I do art. 108:

“.....;

f) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária.”

**Art. 12.** Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 125:

“.....

§ 2º Cabe aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, ou Distrital, ante a lei orgânica do Distrito Federal, respectivamente, bem como de incidente de inconstitucionalidade, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.”

**Art. 13.** Acrescentar ao ADCT:

“**Art. 75.** Enquanto não editada a lei a que se refere o § 1º do art. 96, caberá aos regimentos internos da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores a regulamentação dos requisitos e procedimentos para a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante, bem como o estabelecimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua respectiva competência.”

.....

## JUSTIFICAÇÃO

O presente substitutivo ajusta as competências do Supremo Tribunal Federal, que passa à condição de Corte Constitucional, e do Superior Tribunal de Justiça, que passa a ser a corte máxima da interpretação e aplicação da lei federal, com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça. Aperfeiçoa-se assim, o texto originário, dando efetividade à vontade do legislador constituinte que o aprovou. Segue-se o modelo adotado, entre outros países, por Portugal, Itália, Rússia e Polônia, estes dois últimos regidos por Constituições promulgadas neste último decênio do século.

As decisões definitivas de mérito da Corte Constitucional em ações de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade terão eficácia contra todos e efeito vinculante, podendo haver restrição de seus efeitos no tempo. É também prevista a suscitação de incidente para resolver controvérsia constitucional surgida em qualquer processo, que poderá ficar suspenso até que se profira a decisão sobre a matéria constitucional. Com isso, evita-se a demora que decorre da necessidade de esgotar as vias recursais até chegar à Corte Constitucional.

Na competência originária do Supremo Tribunal de Justiça incluem-se, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, assim como definido na letra “n”, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente (§2º).

Na competência recursal especial, especifica-se que lhe cabe julgar recurso de decisão que tenha apreciado o mérito da causa (art. 105, III). Tratando-se de decisão sobre lei ou ato de governo local contestados em face de lei federal fica esclarecido que tal situação acontece quando a contestação se dá frente a lei federal que estabeleça normas gerais; se não for assim, a questão é constitucional e a matéria, de competência do Supremo Tribunal Federal.

As decisões do Supremo Tribunal de Justiça serão recorríveis quando afrontarem a Constituição.

O Supremo Tribunal de Justiça está diretamente vinculado à Justiça Federal e aos tribunais estaduais, exercendo a função revisora de suas decisões em matéria infraconstitucional. Já desempenha, quanto à Justiça Federal, função supervisora através do Conselho da Justiça Federal, composto por alguns de seus juízes e pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais. A proposta reforça essa atuação, nela incluindo a função correicional. De outro lado, cria, junto ao Supremo Tribunal de Justiça, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, entidade cuja presença se faz cada dia mais necessária para a melhoria da prestação jurisdicional, atualmente apenas existente nos Estados.

Por fim, o substitutivo propõe a instituição do mandado inibitório, para permitir a manifestação do STJ em causas repetitivas e assim evitar as dificuldades que decorrem da existência de dezenas de decisões contraditórias sobre a mesma questão, gerando perplexidade, que somente será vencida muito tempo depois, percorridos os longos caminhos recursais.

Procura, pois, solucionar a questão relativa à denominada “guerra das liminares”, em especial nas ações coletivas, incluindo algumas delas, pela sua relevância, na competência originária do Supremo Tribunal de Justiça e de outros tribunais e criando, com esse objetivo, também, o “mandado inibitório”.

Elimina a referência aos juizados de pequenas causas, constante do art. 21, X, uma vez que estes estão abrangidos pelo conceito mais amplo de juizados especiais (art. 98, I), e por isso considera um dos casos de competência concorrente a criação, funcionamento e processo não do juizado de pequenas causas, mas sim dos juizados especiais. Além disso, faz referência aos juízos arbitrais, cuja criação está sendo proposta mediante emenda ao art. 98.

Institui o Conselho Nacional de Administração da Justiça, órgão incumbido do controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, integrado por representantes de órgãos do Poder Judiciário sob a presidência de um Ministro da Corte Constitucional. A lei complementar tratará de especificar suas atribuições e funcionamento,



mas desde logo ficam definidos alguns princípios quanto ao seu papel fiscalizador e orientador de planos, programas e metas. Sua função correicional está complementada com a emenda que se propõe ao art. 93, inciso VIII, e parágrafos 1º e 2º.

Inclui-se, entre as atribuições disciplinares do Conselho Nacional de Administração da Justiça, a de decretar a perda do cargo do juiz que exercer ou praticar atos que lhe são defesos (art. 95, § 1º) e, também, evidenciar negligência contumaz ou procedimento incompatível (art. 95, § 2º). Para tornar efetiva essa atuação, impõe-se a sua previsão no texto constitucional, no qual também ficará explicitado que a disponibilidade ou aposentadoria aplicadas a título de punição terão vencimentos ou proventos proporcionais (art. 93, VIII).

Propõe atribuir ao regimento interno dos tribunais dispor sobre criação, competência, composição e funcionamento dos seus órgãos jurisdicionais e administrativos, observadas as normas processuais e as garantias das partes.

Atribui à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores a competência para a edição de súmula vinculante, instrumento útil para evitar a repetição de demandas e recursos sobre matéria pacificada na jurisprudência dos tribunais. Para garantir que as citadas Cortes sejam chamadas a se manifestar em questões federais de transcendência social, econômica, política ou jurídica, prevê a elaboração de lei dispondo sobre a matéria.

O cidadão tem o direito de encontrar, na sede do seu município, um órgão do Poder Judiciário ao qual possa apresentar a sua pretensão. Sendo inviável instalar comarca em todos os municípios, é preciso garantir em todos a presença ao menos de um conselho de conciliação, primeiro passo de acesso à Justiça, cuja composição e competência serão definidas em lei. Observa-se que a participação será não-remunerada, para evitar que se transforme em mais uma fonte de despesas. É a alteração que se prevê para o art. 98, III.

O parágrafo segundo do citado artigo sugere a criação de juízos e câmaras arbitrais, que terão a competência para solver os litígios que hoje não se incluem na competência dos juizados especiais. É preciso aproveitar a experiência bem-sucedida dos juizados especiais



para ampliar o acesso à Justiça através de órgãos com capacidade para solucionar o litígio de modo informal e com a rapidez de uma audiência.

E assim pode ser tanto em primeiro grau, com os juízos arbitrais, como junto aos Tribunais, com as câmaras arbitrais.

A experiência evidenciou, de modo muito claro, que a desatualização dos valores constantes dos precatórios tem causado grave prejuízo aos credores, obrigados a renovar a pretensão por diversos anos, em busca da diferença decorrente da desvalorização da moeda. Além disso, a falta de previsão de pagamento de juros estimula o descumprimento da ordem. Para evitar esses dois males, propõe-se a necessidade de pagamento em valores atualizados e com juros de mora. Daí as alterações propostas para o art. 100.

Em caso de descumprimento da previsão orçamentária, abre-se a possibilidade do seqüestro (§ 5º).

Por último, o substitutivo atribui competência originária aos Tribunais Regionais nas ações civis públicas sobre lesões cuja abrangência atinja mais de uma seção judiciária; estende aos Estados e ao Distrito Federal o sistema de controle da constitucionalidade através de ação direta, contra atos estaduais, municipais e distritais impugnados diante da Constituição Estadual ou do Distrito Federal; e dá competência ao Presidente do Tribunal Regional Federal para a promoção de juízes de carreira ao respectivo Tribunal.

Enquanto não elaborado o texto legislativo sobre a admissibilidade dos recursos e da súmula vinculante, os regimentos dos tribunais indicados suprirão a falta de regulamentação. Aceita a premissa da necessidade da súmula e de regulação legislativa da admissibilidade dos recursos à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores, conveniente que desde logo possam ser postas em prática tais soluções, considerando o imenso e crescente número de feitos.

Os princípios do contraditório e da ampla defesa têm seu conteúdo estabelecido na lei e, nos termos desta, são assegurados e podem ser exercidos. Daí a explicitação feita no final do inciso LV, para evitar que qualquer violação ao processo legal seja também considerada uma ofensa à Constituição.

AUTOR: NEY LOPES

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
12 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
15 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
16 - ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	MA	PPB
17 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
18 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
19 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
20 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
21 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
22 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
23 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
24 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
25 - ATILA LIRA	PI	PSDB
26 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
27 - B. SA	PI	PSDB
28 - BARBOSA NETO	GO	PMDB
29 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
30 - CAIO RIELA	RS	PTB
31 - CARLOS MELLES	MG	PFL
32 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
33 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
34 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
35 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
36 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
37 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
38 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
39 - DELFIM NETTO	SP	PPB
40 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
41 - DR. HELIO	SP	PDT
42 - EBER SILVA	RJ	PDT
43 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
44 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
45 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
46 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
47 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB



48 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 -	EDUARDO SEABRA	AP	PTB
50 -	EFRAIM MORAIS	PB	PFL
51 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
52 -	ELISEU RESENDE	MG	PFL
53 -	ELTON ROHNELT	RR	PFL
54 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
55 -	ENIO BACCI	RS	PDT
56 -	EUIJACIO SIMOES	BA	PL
57 -	EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
58 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
59 -	EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
60 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
61 -	FELIX MENDONCA	BA	PTB
62 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
63 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
64 -	FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
65 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
66 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
67 -	GERSON PERES	PA	PPB
68 -	GERVASIO SILVA	SC	PFL
69 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
70 -	GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
71 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
72 -	HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
73 -	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
74 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
75 -	IARA BERNARDI	SP	PT
76 -	IBERE FERREIRA	RN	PPB
77 -	IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
78 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
79 -	JAIME FERNANDES	BA	PFL
80 -	JAIRO AZI	BA	PFL
81 -	JOAO CASTELO	MA	PSDB
82 -	JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
83 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
84 -	JOAO MAGNO	MG	PT
85 -	JOAO MENDES	RJ	PMDB
86 -	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
87 -	JOAO TOTA	AC	PPB
88 -	JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
89 -	JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
90 -	JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB
91 -	JORGE WILSON	RJ	PMDB
92 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
93 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
94 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
95 -	JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
96 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
97 -	JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
98 -	JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
99 -	JOSE ROBERTO BATOCCHIO	SP	PDT

100 - JOSE ROCHA	BA	PFL
101 - JOSE RONALDO	BA	PFL
102 - JOSE TELES	SE	PSDB
103 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
104 - JOSUE BENGTSON	PA	PTB
105 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
106 - JUQUINHA	GO	PSDB
107 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
108 - LAEL VARELLA	MG	PFL
109 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
110 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
111 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
112 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
113 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
114 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
115 - LINO ROSSI	MT	PSDB
116 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
117 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
118 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
119 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
120 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
121 - LUIZ MOREIRA	BA	PFL
122 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
123 - MAGNO MALTA	ES	PTB
124 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
125 - MARCIO MATOS	PR	PT
126 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
127 - MARCOS AFONSO	AC	PT
128 - MARCOS CINTRA	SP	PL
129 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
130 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
131 - MEDEIROS	SP	PFL
132 - MILTON TEMER	RJ	PT
133 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
134 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
135 - MUCIO SA	RN	PMDB
136 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
137 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
138 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
139 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
140 - NELSON PROENCA	RS	PMDB
141 - NEUTON LIMA	SP	PDT
142 - NEY LOPES	RN	PFL
143 - NICE LOBAO	MA	PFL
144 - NILTON BAIANO	ES	PPB
145 - PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
146 - PASTOR VALDECI	RJ	PST
147 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
148 - PAULO BRAGA	BA	PFL
149 - PAULO DELGADO	MG	PT
150 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
151 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB

152 - PAULO MAGALHAES	BA	PFL
153 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
154 - PAULO PAIM	RS	PT
155 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
156 - PEDRO IRUJO	BA	PMDB
157 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
158 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
159 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
160 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
161 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
162 - REMI TRINTA	MA	PL
163 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
164 - RENILDO LEAL	PA	PTB
165 - RICARDO BARROS	PR	PPB
166 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
167 - RICARDO IZAR	SP	PPB
168 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
169 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
170 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
171 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
172 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
173 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
174 - SANTOS FILHO	PR	PFL
175 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
176 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
177 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
178 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
179 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
180 - TELMO KIRST	RS	PPB
181 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
182 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
183 - VADAO GOMES	SP	PPB
184 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
185 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
186 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
187 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
188 - WERNER WANDERER	PR	PFL
189 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
190 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
191 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
192 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
193 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 193

TOTAL DE ASSINATURAS..... 193



USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <b>009-CE-99</b>	
CLASSIFICAÇÃO			
PROPOSIÇÃO <b>PEC 96-A</b>			
COMISSÃO: <b>REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO</b>			
AUTOR: DEPUTADO(A) <b>Vicente Arnd</b>		PARTIDO <b>PPR</b>	UF <b>CC</b>
		PAGINA <b>01/01</b>	

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

\* Dê-se a seguinte redação aos arts. 102, 103 e 105:  
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:**

**I – processar e julgar, originariamente:**

a) a ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de lei, ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante.

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I;

d) o habeas-corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas-data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República, do Conselho Nacional de Administração da Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

f) o *habeas-corpus*, quando coator o Tribunal Superior Eleitoral, ou o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

g) o *habeas-corpus*, quando o coator for o Superior Tribunal de Justiça e a coação decorrer do descumprimento de preceito desta Constituição;

h) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes (art. 96, IV);

j) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

l) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

m) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores, e entre o Tribunal Superior Eleitoral e qualquer outro tribunal ou juiz;

n) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

o) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal Superior Eleitoral, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

II - julgar, em recurso ordinário, o *habeas-corpus*, o mandado de segurança, o *habeas-data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral, se denegatória a decisão;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais, quando a decisão recorrida:

.....



§ 2º. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na forma do art. 102, I, a, a partir da sua publicação oficial, produzirão eficácia contra todos e terão efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, podendo ser liminarmente determinada a suspensão da execução das decisões proferidas por tribunais e juízes.

- Art. 103: ....

§ 3º. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, ou de outro momento que venha a ser fixado.

§ 4º. Suscitada, em determinado processo, relevante controvérsia constitucional que acarrete grave insegurança jurídica, incluída a arguição de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição, o Supremo Tribunal Federal, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput deste artigo, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.

### SEÇÃO III

#### DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:**

- processar e julgar, originariamente:

a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, após autorização da respectiva Assembléia e obedecido o art. 53, § 2º;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, seus próprios Ministros, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União, os



chefes de missão diplomática de caráter permanente, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

c) os mandados de segurança e os habeas-data contra ato de Ministro de Estado, do Tribunal de Contas da União ou do próprio Superior Tribunal de Justiça;

d) os habeas-corpus, quando coator ou paciente qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas a ou b, ou quando o coator for tribunal, inclusive o próprio Superior Tribunal de Justiça, ressalvado o disposto no art. 102, I, letra h, e a competência da Justiça Eleitoral;

e) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, ressalvado o disposto no art. 102, I, n, e quando o conflito se estabelece entre juízes ou tribunais vinculados a um mesmo Tribunal Superior;

f) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

g) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (art. 96, IV);

h) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

i) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, do próprio Superior Tribunal de Justiça, de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal;

j) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

l) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

m) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

n) as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e quando o Tribunal considerar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os habeas-corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

d) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

e) o crime político.

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas no mérito, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:



a) ...

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais (art. 24, § 1º).

§ 1º. São irrecorríveis as decisões do Superior Tribunal de Justiça, salvo quando contrariarem a Constituição.

§ 2º. Não concorrendo os pressupostos da alínea "n" do inciso I, o Superior Tribunal de Justiça indicará o tribunal ou o juízo competente.

§ 3º. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

§ 4º. A requerimento do Procurador-Geral da República, poderá o Superior Tribunal de Justiça conceder mandado inibitório, em causas repetitivas, envolvendo a aplicação da lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 5º. A decisão concessiva do mandado inibitório produzirá eficácia contra todos e prevalecerá até que o Tribunal julgue a causa.

#### JUSTIFICAÇÃO

A emenda amplia a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, liberando o Supremo Tribunal Federal de algumas dessas causas, reforçando o seu aspecto de Corte Constitucional.

As decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal, em ações de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, terão eficácia contra todos e efeito vinculante, podendo haver restrição de seus efeitos no tempo. É também prevista a suscitação de incidente para resolver controvérsia constitucional surgida em qualquer processo, que



poderá ficar suspenso até que se profira a decisão sobre a matéria constitucional. Com isso, evita-se a demora que decorre da necessidade de esgotar as vias recursais até chegar ao Supremo Tribunal Federal.

Na competência originária do Superior Tribunal de Justiça inclui-se, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, assim como definido na letra "n", desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente (§ 2º).

Na competência recursal especial especifica-se que lhe cabe julgar recurso de decisão que tenha apreciado o mérito da causa (art. 105, III). Tratando-se de decisão sobre lei ou ato de governo local, contestado em face de lei federal, fica esclarecido que tal situação acontece quando a contestação se dá frente a lei federal que estabeleça normas gerais; se não for assim, a questão é constitucional e a matéria de competência do Supremo Tribunal Federal.

As decisões do Superior Tribunal de Justiça são recorríveis quando afrontarem a Constituição.

O Superior Tribunal de Justiça está diretamente vinculado à Justiça Federal e aos Tribunais estaduais, exercendo a função revisora de suas decisões em matéria infraconstitucional. Já desempenha, quanto à Justiça Federal, função supervisora através do Conselho da Justiça Federal, composto por seus juízes e pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais. A proposta reforça essa atuação, nela incluindo a função correicional. De outro lado, cria junto ao Superior Tribunal de Justiça a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, entidade cuja presença se faz cada dia mais necessária para a melhoria da prestação jurisdicional, atualmente apenas existente nos Estados.

Por fim, a emenda propõe a instituição do mandado inibitório, para permitir a manifestação do STJ em causas repetitivas e assim evitar as dificuldades que decorrem da existência de dezenas de decisões contraditórias sobre a

mesma questão, gerando perplexidade que somente será vencida muito tempo depois, percorridos os longos caminhos recursais.

27

27, 04, 95

DATA

  
 ASSINATURA PARLAMENTAR

AUTOR: VICENTE ARRUDA.

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
6 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
9 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
10 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
11 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
12 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
13 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
16 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
17 - ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	MA	PPB
18 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
19 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
20 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
21 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
22 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
23 - ATILA LIRA	PI	PSDB
24 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
25 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
26 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
27 - BADU PICANCO	AP	PSDB
28 - BASILIO VILLANI	PR	PSDB
29 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
30 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
31 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
32 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
33 - CARLOS MELLES	MG	PFL
34 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
35 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
36 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
37 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
38 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
39 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
40 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
41 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
42 - DARCI COELHO	TO	PFL
43 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
44 - DE VELASCO	SP	PST
45 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
46 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
47 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
48 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
49 - EBER SILVA	RJ	PDT
50 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
51 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
52 - EDUARDO JORGE	SP	PT
53 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL
54 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
55 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
56 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
57 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
58 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
59 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
60 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
61 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
62 - FLAVIO DERZI	MS	PMDB
63 - FRANCO MONTORO	SP	PSDB
64 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
65 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
66 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
67 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
68 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
69 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
70 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
71 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
72 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
73 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
74 - JOAO CALDAS	AL	PMN
75 - JOAO COLACO	PE	PMDB
76 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
77 - JOAO LEAO	BA	PSDB
78 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
79 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
80 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
81 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
82 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
83 - JOSE LINHARES	CE	PPB
84 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
85 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
86 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
87 - JOSE ROCHA	BA	PFL
88 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
89 - JUQUINHA	GO	PSDB
90 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
91 - LAEL VARELLA	MG	PFL



DEPUTADO	UF	PARTIDO
92 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
93 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
94 - LUCIA VANIA	GO	PSDB
95 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
96 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
97 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
98 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
99 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
100 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
101 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
102 - MARCELO DEDA	SE	PT
103 - MARCELO TEIXEIRA	CE	PMDB
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
105 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
106 - MARCIO MATOS	PR	PT
107 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
108 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
109 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
110 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
111 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
112 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
113 - MAX MAURO	ES	PTB
114 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB
115 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
116 - MILTON TEMER	RJ	PT
117 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
118 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
119 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
120 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
121 - NEY LOPES	RN	PFL
122 - NILSON MOURAO	AC	PT
123 - NILTON BAIANO	ES	PPB
124 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
125 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
126 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
127 - PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
128 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
129 - PAULO DE ALMEIDA	RJ	PPB
130 - PAULO DELGADO	MG	PT
131 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
135 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
136 - PEDRO CORREA	PE	PPB
137 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
138 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
139 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
140 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
141 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
144 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
145 - REMI TRINTA	MA	PL
146 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
147 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB

	DEPUTADO	UF	PARTIDO
148 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB	
149 - RITA CAMATA	ES	PMDB	
150 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB	
151 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB	
152 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL	
153 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB	
154 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL	
155 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB	
156 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB	
157 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL	
158 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB	
159 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB	
160 - SERGIO BARROS	AC	PDT	
161 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB	
162 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB	
163 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB	
164 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB	
165 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL	
166 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL	
167 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB	
168 - VILMAR ROCHA	GO	PFL	
169 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB	
170 - WERNER WANDERER	PR	PFL	
171 - WILSON SANTOS	MT	PMDB	
172 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB	
173 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB	
174 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB	

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 174  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 183

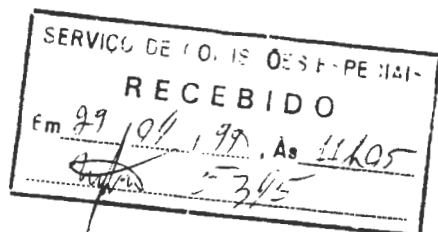
REPETIDAS: 9

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
3 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
4 - ATILA LIRA	PI	PSDB
5 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
6 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
7 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
8 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
9 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB

EMENDA Nº 010- CE/99



Emenda Constitucional nº 36, de 1992

Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao inciso I do art. 96 da Constituição Federal

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

“Art. 96 -----

I -----

§ 1º Os Tribunais, pela maioria dos seus membros efetivos, por votação secreta, elegerão, dentre seus Juizes, sem observar a ordem de antigüidade, em número correspondente ao dos cargos de direção, os titulares destes, com mandato por dois anos, permitida a reeleição para mais um mandato. Quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos, incluindo-se o de Presidente, não figurará mais entre os reelegíveis.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao Juiz eleito, para completar período de mandato inferior a um ano”.

JUSTIFICATIVA - Adotando os mesmos fundamentos que determinaram fosse acolhida a tese da reeleição na esfera dos Poderes Executivo e Legislativo, o Judiciário precisa receber tratamento isonômico.

De um lado, para que se possibilite, junto aos Tribunais, a escolha dos melhores na condução administrativa das Cortes, quebrando-se a observância à ordem de antigüidade; de outro, para que se evite a descontinuidade administrativa, não contornável com a prescrição do mandato em dois anos.

A aprovação da Emenda ora proposta conduzirá à alteração do art. 102 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 35 de 14 de março de 1979 (LOMAN), considerados incompatíveis com a realidade atual.

Brasília, 26 de Abril de 1999

Deputado José Lourenço:  
PFL-BA Gab 313



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009610)

AUTOR: JOSE LOURENCO

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON CASCATEL	RR	PPS
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
9 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
10 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
11 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
12 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
13 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
14 - ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	MA	PPB
15 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
16 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
17 - B. SA	PI	PSDB
18 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
19 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
20 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
21 - CABO JULIO	MG	PL
22 - CAIO RIELA	RS	PTB
23 - CARLOS MELLES	MG	PFL
24 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
25 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
26 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
27 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
28 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
29 - CUNHA BUENO	SP	PPB
30 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
31 - DARCI COELHO	TO	PFL
32 - DE VELASCO	SP	PST
33 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
34 - DR. HELIO	SP	PDT
35 - DR. ROSINHA	PR	PT
36 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
37 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
38 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
39 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
40 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
41 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
42 - ELISEU MOURA	MA	PPB
43 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
44 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
45 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
46 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
47 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
48 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
49 - FETTER JUNIOR	RS	PPB

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
51 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
52 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
53 - GERALDO SIMOES	BA	PT
54 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
55 - GERSON PERES	PA	PPB
56 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
57 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
58 - HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
59 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
60 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
61 - HUGO BIEHL	SC	PPB
62 - IARA BERNARDI	SP	PT
63 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
64 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
65 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
66 - JAIME MARTINS	MG	PFL
67 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
68 - JAIRO AZI	BA	PFL
69 - JAQUES WAGNER	BA	PT
70 - JOAO CALDAS	AL	PMN
71 - JOAO LEO	BA	PSDB
72 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
73 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
74 - JOAO TOTA	AC	PPB
75 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
76 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
77 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
78 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
79 - JOSE DIRCEU	SP	PT
80 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
81 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
82 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
83 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
84 - JUQUINHA	GO	PSDB
85 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
86 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
87 - LINO ROSSI	MT	PSDB
88 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
89 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
90 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
91 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
92 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
93 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
94 - MARCELO TEIXEIRA	CE	PMDB
95 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
96 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
97 - MARCIO MATOS	PR	PT
98 - MARCOS AFONSO	AC	PT
99 - MARCOS CINTRA	SP	PL
100 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
101 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB
102 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
103 - MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
104 - MAURO FECURY	MA	PFL

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - MEDEIROS	SP	PFL
106 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
107 - MUCIO SA	RN	PMDB
108 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
109 - MUSSA DEMES	PI	PFL
110 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
111 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
112 - NELSON MEURER	PR	PPB
113 - NELSON PROENCA	RS	PMDB
114 - NILSON PINTO	PA	PSDB
115 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
116 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
117 - ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
118 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
119 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
120 - OSCAR ANDRADE	RO	PFL
121 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
122 - PAES LANDIM	PI	PFL
123 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
124 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
125 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
126 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
127 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
128 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
129 - PAULO LIMA	SP	PMDB
130 - PAULO MOURAO	TO	PSDB
131 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO CORREA	PE	PPB
135 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
136 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
137 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
138 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
139 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
140 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
141 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
144 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
145 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
146 - RICARDO IZAR	SP	PPB
147 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
148 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
149 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
150 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
151 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
152 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
153 - RUBENS BUENO	PR	PPS
154 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
155 - SANTOS FILHO	PR	PFL
156 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
157 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
158 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
159 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SERGIO REIS	SE	PSDB
161 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
162 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
163 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
164 - TELMO KIRST	RS	PPB
165 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
166 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
167 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
168 - WERNER WANDERER	PR	PFL
169 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
170 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
171 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171 REPETIDAS: 15  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 186

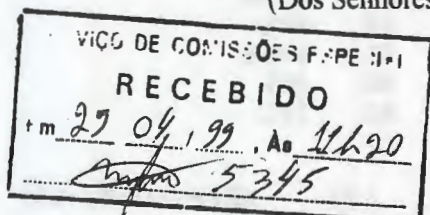
## SECRETARIA-GERAL DA MESA

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
2 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
3 - DARCI COELHO	TO	PFL
4 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
5 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
6 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
7 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
8 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
9 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
10 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
11 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
12 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
13 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
14 - SERGIO REIS	SE	PSDB
15 - VILMAR ROCHA	GO	PFL

EMENDA Nº 011 CE/99**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA  
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N 96/92****EMENDA SUBSTITUTIVA À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO N° 96/92**

(Dos Senhores José Priante e Bonifácio de Andrada e outros)

*"Introduz modificações na estrutura do  
Poder Judiciário e dá outras providências"*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Artigo 5º da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações e incisos acrescidos:

"Art. 5º - .....

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, podendo a lei estabelecer exigência de prévio depósito que garanta o cumprimento da decisão judicial como condição à admissibilidade de recurso;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, ficando assegurado aos interessados no processo criminal ou em qualquer processo sob assistência judiciária o direito à comunicação da decisão final;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, destinando-se o provimento judicial a suprir a norma para o interessado, no âmbito do pedido, enquanto não editada pela autoridade ou órgão competente;

LXXIV - o Estado assegurará o acesso à Justiça, estabelecendo limites ao valor das taxas judiciais e custas processuais, e prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, extensiva a todos os atos necessários à efetiva satisfação do direito reclamado;

LXXVIII - aos interessados, no âmbito judicial ou administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

LXXIX - as pessoas jurídicas de direito público interno, em processo judicial ou administrativo, não terão prerrogativas especiais, inclusive de prazo para manifestação ou de duplo grau obrigatório, ressalvadas as referentes a execuções fiscais;

LXXX - é vedada a edição de lei ou qualquer ato normativo tendente a impedir ou limitar o deferimento de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias.

Art. 2º O Capítulo III ("Do Poder Judiciário"), do Título IV da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

### **"CAPÍTULO III Do Poder Judiciário**

#### **SEÇÃO I Disposições Gerais**

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

- I - o Supremo Tribunal Federal;
- II - o Superior Tribunal de Justiça;
- III - os Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais;
- IV - os Tribunais e Juizes do Trabalho;
- V - os Tribunais e Juizes Eleitorais;
- VI - os Tribunais e Juizes Militares;
- VII - os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito

Federal e Territórios.

*Parágrafo único.* O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, ouvido o Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

- I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;



II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, considerados os cargos efetivamente providos, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento, regida por critérios objetivos, em julgamento público e mediante votação individualmente fundamentada, sob pena de nulidade, com avaliação de desempenho funcional, presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência, com aproveitamento, em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, devendo ser fundamentado cada voto de recusa, sob pena de nulidade;

e) a decisão proferida nos termos da alínea "d" implicará obrigatória instauração de processo administrativo-disciplinar contra o juiz recusado, constituindo sua peça inicial;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância, de acordo com o inciso II;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação como requisitos para ingresso e de aperfeiçoamento de magistrados, assegurada a igualdade de oportunidade, para promoção na carreira;

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

VI - a aposentadoria compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, e facultativa, após dez anos de efetivo exercício na judicatura, aos trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade, se homem, e aos trinta anos de contribuição e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, com proventos integrais, observadas, no que couber, as regras do art. 40 ;

VII - concessão do benefício da pensão por morte deverá ser igual ao valor da remuneração ou subsídio do magistrado falecido, ou ao valor dos proventos percebidos na data de seu falecimento;

VIII - o juiz titular residirá na respectiva comarca;

IX - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão motivada por voto de dois terços do respectivo tribunal, asseguradas a ampla defesa e a presença, no julgamento, do interessado e de seu advogado;

X - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

XI - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e tomadas em sessão pública, sob pena de nulidade, podendo, a requerimento dos interessados, ou se o interesse público o exigir, nos termos da lei, limitar-se a presença, em determinados atos, a eles e a seus advogados, ou somente a estes, sendo as disciplinares tomadas pelo voto individualmente fundamentado de dois terços de seus membros;

XII - remoção voluntária pelo critério de antigüidade;

XIII - não será nomeado para o cargo de juiz, em qualquer tribunal, aquele que, independentemente do tempo de duração, nos dois anos anteriores tenha ocupado em qualquer dos Poderes, cargo, função ou emprego de demissibilidade "ad nutum" e cargo de conselheiro ou equivalente na Ordem dos Advogados do Brasil;

XIV - não poderá ser nomeado para o exercício de atividade de direção, assessoria, auxiliar ou conciliador, ou qualquer outro cargo em comissão ou função de confiança, em órgão do Poder Judiciário, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou afim até o terceiro grau, de magistrado em atividade, salvo se titular de cargo efetivo do Poder Judiciário, vedado o exercício junto ao respectivo magistrado;

XV - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à sua população.

Art. 94 - Um quinto dos lugares do Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.



*Parágrafo único.* Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, será adquirida, automaticamente, após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III - irredutibilidade de subsídio e proventos, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

§ 1º. Aos juízes em atividade é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se a atividade político-partidária.

§ 2º. O magistrado aposentado não poderá exercer o procuratório judicial na mesma unidade federativa em que atuava, antes de decorridos dois anos de sua aposentadoria.

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;



e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

g) constituir, onde houver mais de vinte e cinco julgadores, órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno delegadas por este;

II - ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores:

a) eleger seus órgãos diretivos;

b) aprovar súmula, de ofício ou por provocação, mediante decisão fundamentada de quatro quintos dos membros de seu Plenário ou Órgão Especial, após reiteradas decisões sobre a matéria, e declarar que seu enunciado, a partir da publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra decisão que a houver aplicado;

III - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores e a alteração do número de seus respectivos membros;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

IV - aos Tribunais de Justiça e Regionais:

a) eleger seus órgãos diretivos, sendo a escolha do Presidente e do Vice-Presidente e da metade dos membros do órgão especial, onde houver, procedida por seus integrantes e pelos juízes vitalícios de primeiro grau, em atividade;

b) criar câmaras ou turmas fora da sede do tribunal;

V - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

§ 1.º - A lei disciplinará o procedimento para proposta, aprovação, revisão e cancelamento da súmula, sendo a iniciativa do respectivo Tribunal ou dos legitimados à propositura da ação de inconstitucionalidade.

§ 2.º - O Presidente e o Vice-Presidente de Tribunal devem ser escolhidos dentre os integrantes do Órgão Especial, onde houver, sendo vedada a reeleição.

§ 3.º - O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores detêm iniciativa de leis de processo e os demais Tribunais a de leis sobre procedimentos.

§ 4.º - A lei disporá sobre organização e funcionamento de centros de conciliação e arbitragem, em caráter privado, sob registro e fiscalização de órgão do Poder Judiciário.

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

Art. 98. A União e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau, cuja indicação observará, alternadamente, os critérios de merecimento e de antigüidade;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

*Parágrafo único* - A lei estabelecerá as hipóteses de conciliação e transação penal para os casos de infrações que não sejam consideradas de menor potencial ofensivo.

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada a autonomia administrativa e financeira.

§ 1.º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.



§ 2.º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1.º - Os créditos de natureza alimentícia, decorrentes de salários, vencimentos, subsídios, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e acidentários e indenizações por morte ou invalidez fundadas na responsabilidade civil, serão pagos, independentemente de precatório, em trinta dias, contados da determinação judicial, atendida a ordem de cumprimento das intimações, podendo a penhora, decretada em processo de execução, recair em bens dominiais não afetados à atividade estatal.

§ 2.º Relativamente aos créditos indicados no parágrafo anterior, cumpre à entidade pública devedora consignar dotação suficiente ao seu pronto pagamento, que não poderá ser inferior ao montante dos créditos para satisfação de precatórios referentes ao mesmo exercício.

§ 3.º O orçamento das entidades de direito público consignará dotação suficiente ao pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho, consoante os valores fornecidos pelo tribunal com jurisdição sobre o juízo da execução, ao qual serão transferidos os respectivos recursos e os créditos adicionais, em seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir de 1º de fevereiro.

§ 4.º Os valores devidos, atualizados até a data do pagamento, serão pagos até 30 de setembro do exercício seguinte ao da apresentação do precatório, devendo o presidente do tribunal competente, vencido o prazo, ou em caso de omissão no orçamento, ou de preterição ao direito de precedência, determinar o sequestro de verba de qualquer dotação da entidade executada, suficiente à satisfação do débito, ressalvadas as destinadas às atividades de saúde, educação e segurança.

§ 5.º O descumprimento das providências a que alude o parágrafo anterior, pelo presidente do tribunal, constituirá crime de responsabilidade, em que também incorrerá o dirigente que obstar ou tentar frustrar, por qualquer meio, a liquidação regular do precatório, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis e da intervenção nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.



§ 6.º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública de qualquer nível, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, poderão ser compensados com tributos devidos, no caso de precatórios não liquidados até o fim do exercício previsto para seu pagamento.

## **Seção II**

### **Dos Conselhos de Justiça**

Art. 101 - O sistema de planejamento e administração do Poder Judiciário é constituído pelo Conselho Nacional da Justiça e pelos Conselhos Regionais e Estaduais de Justiça.

§ 1.º - O Conselho Nacional da Justiça terá sede na Capital Federal, composto por onze membros, dentre magistrados vitalícios e com mais de cinco anos de magistratura, sendo:

a) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, como membro nato;

b) um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e um Ministro do Superior Tribunal Militar, escolhidos pela maioria absoluta dos membros do respectivo tribunal;

c) um Desembargador de Tribunal de Justiça, um Juiz de Tribunal Regional Federal e um Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, escolhidos pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal; apreciando listas de dois nomes para cada vaga, elaboradas pelos respectivos tribunais, não podendo os escolhidos pertencer à mesma unidade da Federação;

d) um Juiz Federal, um Juiz do Trabalho e dois Juizes Estaduais, escolhidos pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, apreciando listas de dois nomes para cada vaga, elaboradas pela entidade máxima representativa da magistratura nacional, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, não podendo os escolhidos pertencer à mesma unidade da Federação.

§ 2.º - Os membros eleitos do Conselho serão escolhidos por períodos de três anos, em sistema de rodízio, vedada a recondução, servindo em caráter de dedicação exclusiva, com remuneração idêntica à de Ministro do Supremo Tribunal Federal, enquanto no exercício.

§ 3.º - Cada Conselheiro será eleito com um Suplente, sendo o Presidente substituído pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se o contido no parágrafo anterior apenas nos períodos de convocação.

§ 4.º - Compete ao Conselho Nacional da Justiça, na forma de lei complementar:

I - a iniciativa de ações concernentes a assegurar a independência, autonomia, eficiência e eficácia administrativa, orçamentária e financeira do Poder Judiciário.

II - o desenvolvimento institucional do planejamento e avaliação e fiscalização administrativa e orçamentária do Poder Judiciário;

III - a elaboração das diretrizes gerais que viabilizem a implementação de políticas de organização e métodos garantidores da efetividade, racionalização e presteza dos serviços judiciários;

§ 5.º - Os Conselhos Estaduais e Regionais funcionarão junto a cada Tribunal de Justiça e a cada Tribunal Regional e terão no mínimo cinco e no máximo onze Conselheiros, integrado paritariamente por Juizes do próprio Tribunal, escolhidos por este, e por Juizes vitalícios de primeira instância, escolhidos em colégio eleitoral destes, sendo Presidente o do respectivo Tribunal, observado o contido nos parágrafos 2º e 3º, exceto a dedicação exclusiva.

§ 6.º - Aos Conselhos Estaduais e Regionais competem, na forma da lei complementar, as atribuições administrativas e orçamentárias pertinentes à primeira instância e às questões comuns desta e do respectivo Tribunal.

§ 7.º - Os Conselhos terão iniciativa legislativa nas matérias discriminadas na lei complementar e ainda nas que afetem as atribuições administrativas referidas neste artigo.

### SEÇÃO III

#### Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

*Parágrafo único.* Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 103. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

b) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;



c) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, e o Procurador-Geral da República;

d) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, o Advogado-Geral da União, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

e) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores;

f) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

g) o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

i) a extradição solicitada por Estado estrangeiro, em relação às suas autoridades políticas;

j) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

l) os conflitos entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

m) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

n) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

o) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o habeas corpus, decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;



b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Superiores, quando a decisão recorrida:

a) contrariar a Constituição, em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

*Parágrafo único.* A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

Art. 104. Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- VI - o Presidente de Tribunal Superior ou de Tribunal de Justiça;
- VII - o Procurador-Geral da República ou os Procuradores-Gerais de Justiça;
- VIII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- IX - partido político com representação no Congresso Nacional;
- X - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1.º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, a União, o Estado ou o Distrito Federal, que poderá defender o ato ou texto impugnado.

§ 3.º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente

para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, sob pena de crime de responsabilidade, para fazê-lo em trinta dias.

§ 4º. Enquanto não suprida a omissão reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, o preceito constitucional será aplicado concretamente nos termos determinados pela decisão, que valerá como norma geral.

#### **Seção IV**

##### **Do Superior Tribunal de Justiça**

Art. 105. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

*Parágrafo único.* Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

I - dois quintos dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais e dois quintos dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, oriundos da magistratura de carreira na forma do art. 93, I, indicados em lista triplíce elaborada pelo próprio Tribunal Superior;

II - um quinto, em partes iguais, de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e membros do Ministério Público, dentre os integrantes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais observado o disposto no art. 94.

Art. 106. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os habeas corpus, quando o coator ou o paciente for quaisquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

c) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, de Tribunal de Justiça ou de Tribunal Regional Federal;

d) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da

administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

e) a extradição solicitada por Estado estrangeiro, ressalvada a competência do Supremo Tribunal Federal;

f) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

g) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal, o Território ou o Município;

h) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

i) as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça, e o Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;

j) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

l) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

n) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

## II - julgar, em recurso ordinário:

a) os habeas corpus decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;



d) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça.

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar a Constituição;
- b) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido.

*Parágrafo único* - Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

## **Seção V**

### **Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais**

Art. 107. São órgãos da Justiça Federal:

- I - os Tribunais Regionais Federais;
- II - os Juízes Federais.

Art. 108. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, nomeados pelo Presidente da República;

II - os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente, escolhidos pelo Tribunal e nomeados pelo respectivo Presidente.

*Parágrafo único.* A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

Art. 109. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

c) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de juiz federal;

d) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;

II - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Art. 110. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;



VIII - os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos não sujeitos diretamente a outra jurisdição;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1.º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2.º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3.º Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

§ 4.º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 111. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

*Parágrafo único.* Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes da Justiça local, na forma da lei.

## **Seção VI**

### **Dos Tribunais e Juízes do Trabalho**

Art. 112. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- I - o Tribunal Superior do Trabalho;
- II - os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III - os Juízes do Trabalho.

Art. 113 - O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de, no mínimo, vinte e sete Ministros, escolhidos, pelo próprio Tribunal, dentre brasileiros



com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I - um quinto, em partes iguais, de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e membros do Ministério Público do Trabalho, dentre os integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho observado o disposto no art. 94.;

II - os demais, dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, na forma do art. 93, I, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal Superior.

Art. 114. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva Região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho, com mais de dez anos de carreira, indicados na forma do disposto no art. 94 e nomeados pelo Presidente da República;

II - os demais, mediante promoção de Juízes do Trabalho com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente, escolhidos pelo Tribunal e nomeados pelo respectivo Presidente.

Art. 115. A lei complementar disporá sobre a criação de Tribunais Regionais do Trabalho e a organização e competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 116 - A lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos Juízes de Direito com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

Art. 117. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - os dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União;

II - as causas que decorram da relação de trabalho, envolvendo trabalhadores sem vínculo empregatício e os tomadores dos respectivos serviços;

III - os dissídios coletivos que tenham por objeto interpretar os instrumentos normativos avençados entre trabalhadores e empregadores;

IV - os dissídios que envolvam o exercício do direito de greve;

V - os litígios que envolvam direito sindical, inclusive matéria relativa à representação sindical;

VI - as ações relativas a acidentes de trabalho;

VII - a execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

VIII - os mandados de segurança, "habeas corpus" e "habeas data", quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

IX - os conflitos de competência entre os órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 103, I;

X - os dissídios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças;

XI - na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

## Seção VII

### Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

- I - o Tribunal Superior Eleitoral;
- II - os Tribunais Regionais Eleitorais;
- III - os Juízes eleitorais;
- IV - as Juntas Eleitorais.

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

- a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

*Parágrafo único.* O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1.º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 2.º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos juízes de direito e das Juntas Eleitorais.

§ 1.º Os membros dos Tribunais, os juízes de direito e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2.º Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

§ 3.º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

§ 4.º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;



II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

IV - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

V - denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.

#### Seção VIII

#### Dos Tribunais e Juízes Militares

Art. 122. São órgãos da Justiça Militar:

I - o Superior Tribunal Militar;

II - os Conselhos de Justiça e os Juízes-Auditores.

Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, dois dentre oficiais-generais do Exército e dois dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

*Parágrafo único.* Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, sendo:

I - três dentre os juízes titulares da magistratura de carreira, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II - um dentre advogados e um dentre os membros do Ministério Público Militar, observado o disposto art. 94.

Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei e os mandados de segurança e habeas corpus decorrentes de atos disciplinares militares.

*Parágrafo único.* A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar, cabendo ao Juiz Auditor processar e julgar os crimes impropriamente militares e os mandados de segurança e habeas corpus decorrentes de atos disciplinares militares, e aos Conselhos de Justiça, sob a presidência do Juiz Auditor, processar e julgar os crimes propriamente militares e os crimes dolosos contra a vida impropriamente militares.

## SEÇÃO IX

### Dos Tribunais e Juizes dos Estados

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1.º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2.º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3.º A Justiça Militar estadual será constituída, em primeiro grau, pelos Juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo Tribunal de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, podendo a lei criar Tribunal de Justiça Militar nas unidades da federação em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4.º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares das unidades da federação nos crimes militares definidos em lei, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, e os mandados de segurança e habeas corpus decorrentes de atos disciplinares militares, cabendo ao Tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais.

§ 5.º Ao Juiz de Direito do Juízo Militar compete processar e julgar os crimes impropriamente militares e os mandados de segurança e habeas corpus decorrentes de atos disciplinares, cabendo aos Conselhos de Justiça, sob a presidência do Juiz de Direito, processar e julgar os crimes propriamente militares e os praticados por militar contra militar.

Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juizes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.

*Parágrafo único.* Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio."

Art.3.º - O art.134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 134 .....

§ 1.º - Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante



concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da vitaliciedade e da inamovibilidade, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 2.º - À Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, com iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.”

Art. 4.º - O art. 168 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 168. ....

*Parágrafo único.* O descumprimento do disposto neste artigo autoriza, mediante representação, a decretação do seqüestro, pelo órgão judicial competente, da quantia necessária à satisfação do duodécimo não repassado.”

Art. 5.º - Inclua-se, onde couber, nas Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes artigos:

“Art.... - O disposto no inciso LXXIX do art. 5o entrará em vigor a partir de dois anos da data da promulgação desta Emenda.

Art. .... - Os Estados adaptarão suas Constituições atribuindo iniciativa de Emenda aos respectivos Tribunais de Justiça, podendo, até a promulgação da referida alteração, exercê-la nos termos do art. 60, IV.

Art. .... - Às aposentadorias dos magistrados e às pensões devidas a seus dependentes aplicam-se as regras de transição e, no que couber, as demais disposições contidas na Emenda Constitucional nº 20/98.

Art. .... - O disposto no inciso XIV, do art. 93, alcança os atuais ocupantes dos cargos e funções indicadas, cessando o exercício incompatível a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, preservados, até essa data, os efeitos financeiros dos respectivos atos de nomeação ou de designação.

Art. .... - Ressalvados os débitos de que trata o § 1º do art. 100, da Constituição, na redação dada por esta Emenda, os precatórios emitidos até 31 de dezembro de 1998 poderão ser liquidados com cláusulas de juros e de preservação real:

I - em três exercícios orçamentários consecutivos, a partir do ano 2000, por decisão do Poder Executivo, editada até noventa dias da promulgação desta Emenda, observado o art. 100;

II - a requerimento do credor e respeitada a ordem dos pedidos, em títulos ou certificados da dívida pública equivalentes à moeda, utilizáveis:



a) em privatização de empresas controladas pelo Poder Público e na alienação de sua participação acionária;

b) no pagamento de qualquer dívida com a entidade de direito público emitente, independentemente do limite global para a respectiva dívida mobiliária.

*Parágrafo único.* Enquanto não editada a lei de que trata o § 1º, do art. 100, o limite de pagamento não submetido a precatório será o fixado no art. 128, da Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

Art. .... - As atuais Juntas de Conciliação e Julgamento são transformadas em Varas da Justiça do Trabalho, ficando extintas as vagas destinadas aos juízes classistas e, nos Tribunais, as vagas decorrentes serão providas na forma dos arts. 113 e 114, com a redação dada por esta Emenda.

*Parágrafo único* - Os atuais Ministros e juízes classistas ficarão em disponibilidade remunerada até o término do respectivo mandato.

Art. .... - A composição do Superior Tribunal Militar será adaptada à medida da vacância, sendo as vagas destinadas a Ministros militares extintas até que se chegue ao número paritário entre as Forças, conforme estabelecido por esta Emenda.

Art. .... - Os Tribunais de Alçada, nos Estados onde houver, serão incorporados jurisdicional e administrativamente aos respectivos Tribunais de Justiça, no prazo de seis meses a partir da promulgação desta Emenda, respeitada a antigüidade de seus juízes."

### JUSTIFICATIVA

1. A presente emenda substitutiva global à PEC nº 96-A/92 e às demais PECs à mesma apensadas objetiva o aprimoramento das idéias formuladas por seus autores, além de sugerir inovações ao debate em matéria de tamanha relevância à vida do país.

A proposta centra-se em reforma estrutural do Poder Judiciário, do primeiro grau aos Tribunais Superiores, sublinhada, muito especialmente, por princípios de modernidade vigentes em países progressistas, tais como os da transparência, acesso, eficiência e efetividade da prestação jurisdicional ao cidadão.

2. Enfrentando preliminar necessária, a Emenda Substitutiva proposta adita aos incisos LV, LX, LXXI e LXXIV e cria os incisos LXXVIII, LXXIX e LXXX ao art. 5º da Constituição Federal, que trata dos "Direitos Individuais", com princípios de reforço à assistência judiciária, do acesso à Justiça, da limitação de custas e taxas judiciais, do direito à comunicação da decisão final ao interessado e de razoável duração do processo, com os meios para tal necessários.

2.1 Ainda no tema, extingue privilégios processuais relativos a prazos e duplo grau obrigatório em favor do Estado, vedando, também, a edição de lei ou qualquer outro ato tendente a impedir ou limitar a concessão de medidas judiciais cautelares, liminares e antecipatórias.

2.2 Bastante aconselhável explicitar a busca de efetividade para o mandado de injunção, inscrito no inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal. A proposta visa efetivar o direito consagrado na CF/88. O mandado de injunção, atualmente, assegura direito fundamental, praticamente inócuo na prática, dada a inexistência de lei regulamentadora.

Tem-se evidente, até aqui, que este instituto representou evidente avanço social, urgindo, contudo, revista caráter substantivo, igualmente buscado para a decisão que declarar a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetivo direito constitucional. Daí porque a decisão judicial fará as vezes da norma infraconstitucional ausente e integrará o direito, até então ineficaz, à ordem jurídica concreta.

Assim, o juiz ou o tribunal, verificando que o direito reconhecido pela Constituição é ineficaz ou inviável, em razão da ausência da norma ou omissão do Poder Público, efetivará, por força da proposta ora apresentada, a integração imediata do direito à ordem jurídica, tornando-o, assim, eficaz e exercitável.

2.3 No art. 92, afirma-se a extinção dos Tribunais de Alçada. Busca-se com a medida, já adotada nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul - com o que se reduziram a apenas 3(três) as unidades da Federação que ainda contam com tais órgãos inferiores de segundo grau de jurisdição -, a supressão dessa instância recursal, evitando-se duplicidade de estrutura organizacional. Com isso, reforça-se a diminuição de custeio e, principalmente, obtém-se maior celeridade na prestação jurisdicional final.

2.4 A estrutura orgânica dos tribunais, inclusive com suas disposições gerais relativas aos magistrados, agita-se, por meio de novo perfil essencialmente democrático, caracterizado por decisões públicas e sempre motivadas, assegurando igualdade de oportunidade pela criação de obstáculo à nomeação de parentes até o 3º grau, dificultando em muito a prática do nepotismo por meio de regra cuja extensão ao âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo se considera essencial.

3. Cria-se, ainda, mecanismo de "impedimento temporário ao exercício do Poder Judiciário" (quarentena) aos egressos de empregos de demissibilidade ad nutum de qualquer dos Poderes e/ou a Conselheiros da OAB, durante dois anos, por qualquer período exercido, como também a magistrados, pelo mesmo prazo, para o exercício do procuratório judicial na mesma unidade federativa em que atuava ao aposentar-se, medida que alcança de juizes a ministros de tribunais.

4. Dispõe-se nos tribunais sobre a subordinação do Órgão Especial, onde houver, ao poder do Pleno, ensejando o funcionamento daquele por delegação deste, sendo que o Órgão Especial será composto por metade entre os mais antigos e metade eleita por todos os juizes vitalícios, mediante voto direto e secreto.



5. Assegura-se, em medida de verdadeira oxigenação democrática, tão grata nos dias atuais, do processo eleitoral no Poder Judiciário, a escolha direta por todos os

magistrados vitalícios a eles vinculados, para os cargos de presidente e vice-presidente dos tribunais, vedada a reeleição, e afastada da forma direta de eleição a escolha do Corregedor, com isso se procurando evitar a inibição do exercício de função de natureza eminentemente disciplinar.

6. Como proposta de inspiração inovadora ímpar, a PEC proposta traz no seu art. 101 a criação do Conselho Nacional de Justiça, composto por 11 (onze) membros, tendo o Presidente do Supremo Tribunal Federal como membro nato e os restantes recrutados dos Tribunais Superiores ao Primeiro Grau de Jurisdição.

6.1 O CNJ tem como atribuições estabelecer diretrizes gerais de políticas, assegurar, verticalmente, eficiência e eficácia administrativa ao Poder Judiciário, e coordenar institucionalmente o planejamento, avaliação e fiscalização administrativo-orçamentário em âmbito nacional.

6.2 Acolhe-se também, na verticalidade proposta, a criação de Conselhos Estaduais e Regionais, da Justiça Estadual e Federal, respectivamente, com as mesmas atribuições do CNJ inerentes à Primeira Instância.

7. Ainda habitando a modificação da estrutura orgânica dos tribunais, reconheceu-se competência para a criação de Centros de Conciliação e Arbitragem, sob credenciamento e fiscalização de seus operadores pelo Poder Judiciário, incentivando-se vias alternativas para a solução de litígios patrimoniais.

7.1 Possibilitou-se o deslocamento de Câmaras ou Turmas para fora da sede do respectivo Tribunal; autorizou-se a União a criar Juizados Especiais, inclusive na Justiça do Trabalho; estendeu-se a hipótese da transação penal para além dos crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/95), estimulando-se, assim, penas alternativas à segregação do apenado.

8. Quanto aos precatórios, em créditos de natureza alimentícia, decorrentes de salário, vencimento, subsídio, proventos e pensões, previdência, acidentes e indenização por morte ou invalidez, buscou-se maior efetividade ao respectivo cumprimento, tanto na forma como no prazo. Adita-se a possibilidade de sequestro de verba, independente da existência de dotação específica, ressalvada a das atividades de saúde, educação e segurança, alcançando, inclusive, presidentes de tribunais que descumprirem o procedimento regular, pela apuração da falta sob a rubrica de crime de responsabilidade.

8.1 A efetividade, por fim, é perseguida pela hipótese de penhora de bens dominiais não afetados à atividade estatal, em regular processo de execução, podendo também o crédito de qualquer nível ser compensado com tributos devidos, se não liquidados até o fim do exercício previsto para o seu pagamento.



9. O tratamento dado ao Supremo Tribunal Federal procura realçar-lhe o caráter eminente de Corte Constitucional, retirando-lhe competências infraconstitucionais cometidas aos demais Tribunais Superiores, principalmente ao Superior Tribunal de Justiça, reequilibrando-se, no cabível, a demanda de processos a

cada um, sem ferir a garantia primordial do duplo grau de jurisdição, depositário da efetiva segurança jurídica.

10. No Superior Tribunal de Justiça, além da já referida ampliação de competência, alterou-se a sua composição, passando a 2/5 (dois quintos) dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, igual fração dentre desembargadores de Tribunais de Justiça e a 1/5 (um quinto), em partes iguais, dentre representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.

11. A Justiça do Trabalho teve na PEC recepcionada proposta praticamente consensual na comunidade jurídica nacional, qual seja, a extinção da representação paritária (juizes classistas), dispensável porquanto refoge ao exigido princípio da imparcialidade, passando suas vagas no TST e nos TRTs a ser ocupadas por juizes de carreira. Tal substituição tem a finalidade de possibilitar julgamentos céleres ao descomunal estoque de processos hoje existente e, a cada ano, em maior número ascendendo àqueles pretórios.

11.1 Atendendo à especialização da Justiça do Trabalho, deu-se relevância maior à sua competência, nela agasalhando todas as ações decorrentes da relação de trabalho e de acidentes de trabalho.

12. Para fortalecer o instituto da ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), foi inserida a previsão de prática de crime de responsabilidade pelo órgão administrativo que, por omissão, descumpra a decisão em ação de inconstitucionalidade. Pelo texto aprovado, após tomar ciência da declaração de inconstitucionalidade por omissão, o poder competente deverá adotar as medidas necessárias em 30 (trinta) dias.

13. Espirando-se em institutos de forte natureza constitucional, a proposta inova com a Súmula Impeditiva de Recurso, que constitui alternativa, que se entende mais eficaz e menos traumática à consciência jurídica nacional, para a pretendida instituição da Súmula Vinculante. A vantagem está em que leva à produção do mesmo efeito básico desejado - que é a vedação de recursos repetitivos sobre matéria já definida na jurisprudência, interpostos, em percentual que chega a induzir perplexidade (cerca de 80%), por órgãos da própria Administração Pública -, sem ferir a liberdade decisória dos Juizes e Tribunais das instâncias locais ou setoriais.

13.1 A inovação proposta não elimina o sistema de súmulas atualmente vigente, que constitui importante sinalizador jurisprudencial sobre matérias controvertidas. Apenas cria outra espécie de súmula, de mais profunda repercussão na ordem jurídica - e por isso com exigência de quorum mais qualificado para sua edição -, voltada precipuamente ao objetivo de impedir recursos protelatórios e com isso desafogar os Tribunais Superiores.



14. Altera-se a composição do Superior Tribunal Militar, que em 1934 era de 11 (onze) ministros, mantida até 1965 quando o número de ministros foi alterado para 15 (quinze), ocasião em que, pelas ambiência política então imperante, ampliou-se a competência da Corte para julgar os crimes contra a segurança nacional. Como se sabe, essa competência não mais prevalece, sendo, portanto, razoável retornar ao número anterior de 11(onze) ministros, procedendo-se a à redução numérica de 4 (quatro), dentre aqueles de origem militar.

14.1 A Justiça Militar Federal tem papel fundamental na preservação da hierarquia e disciplina, fatores essenciais à preservação das Forças Armadas. A redução do número de Ministros de 15 (quinze) para 11 (onze) é uma adequação à proporcionalidade do volume de processos, devendo-se ressaltar, no entanto, que na esfera militar os efeitos dos delitos são mais lesivos à estrutura institucional e mais contagiantes que na população civil.

14.2 As inovações da proposta referem-se, ainda, à reserva de competência para julgamento dos crimes denominados “impropriamente militares” pelo juiz-auditor, preservando-se a atual composição colegiada para os crimes “propriamente militares”, ou seja, os crimes de caserna, aqueles que mais diretamente afetam a hierarquia e a disciplina, instrumentos essenciais à sobrevivência e eficácia das Forças Armadas.

14.3 Amplia-se, por outro lado, a competência da Justiça Militar para os mandados de segurança relativos à disciplina militar, em face da especialidade da respectiva legislação, que impõe deveres e obrigações aos militares diversos dos que se exigem do cidadão civil.

14.4 Os policiais militares, por sua vez, são militares dos Estados (art. 42 da Constituição Federal, com redação da EC 18/98) e, no exercício de suas atribuições constitucionais, não perdem a condição de militares. Ninguém desconhece a difícil situação atual das Varas Criminais, com excesso de processos, o que reforça a proposição de manter a competência da Justiça Militar.

14.5 A proposta, ressalvada alguma área de especificidade, guarda semelhança com a configuração sugerida para a Justiça Militar Federal. Como contribuição, sustenta as seguintes inovações:

a) O julgamento dos crimes impropriamente militares (praticados durante o policiamento) somente pelo juiz civil togado, investido por concurso público na forma da lei.

b) Julgamento dos crimes próprios de caserna pelos Conselhos de Justiça, compostos pelos oficiais e pelo juiz acima referido, por se tratar de matéria atinente à instituição e hierarquia militares.

c) A Presidência do Conselho de Justiça será sempre exercida pelo juiz de direito, com a competência ainda para os mandados de segurança decorrentes de atos relativos à disciplina militar.

15. Ampliando, na medida do possível, o princípio de fundamental importância à cidadania, pela facilitação do acesso à Justiça, eleva-se na presente



PEC a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública. A possibilidade de elaboração de sua própria proposta orçamentária deflui do tratamento que a Constituição Federal assegurou à Defensoria Pública, na esteira da dicção de seu art. 134.

15.1 Acresce que a Defensoria Pública é órgão com peculiaridades que distanciam a Instituição dos demais Órgãos do Estado, com projetos, objetivos e ações rigorosamente típicos e singulares, que reclamam tratamento orçamentário apropriado e formulado com a autonomia compatível com as necessidades diferenciadas de cada Defensoria Pública.

15.2 A PEC não implicará, de forma alguma, a possibilidade de política remuneratória imune às salvaguardas decorrentes do interesse do Poder Público. Neste mesmo diapasão, de independência e fortalecimento da Defensoria Pública, acolhe a PEC a vitaliciedade para seus membros.

15.3 O munus do Defensor Público, por sua própria natureza e finalidade, reclama absoluta segurança no provimento do cargo para o cabal exercício de sua destinação constitucional, buscando a melhor estrutura aparelhada à postulação e defesa dos direitos e interesses de seus assistidos, hipossuficientes a que se deve assegurar igualdade de forças no equilíbrio da relação processual, especialmente quando o litígio envolva interesses da própria Administração Pública.

15.4 Assim, a vitaliciedade surge, também, como consectário dos princípios constitucionais regentes da Defensoria Pública, que dizem respeito antes à segurança jurídica da própria parte, desprovida de recursos materiais, e, como perverso desdobramento, de meios de informação que facilitem a proteção da lei em sua finalidade de criação de iguais oportunidades para a concretização de direitos e garantias, do que a qualquer situação que se possa considerar privilégio de seus agentes.

16. No capítulo das disposições transitórias, incluíram-se dispositivos de suma importância para a adequação no tempo de certas medidas integrantes da PEC, correspondentes ao grau de dificuldade para eventual vigência imediata, tais como:

- a) Prazo de 2 (dois) anos para que o Poder Público perca as prerrogativas especiais quanto aos prazos processuais e ao duplo grau obrigatório, permitindo, assim, maior racionalidade na reestruturação de seus órgãos de defesa judicial;
- b) Maior largueza na aplicação do novo procedimento dos precatórios, com prazo razoável para a adaptação da Fazenda Pública;
- c) Extinção imediata das vagas ocupadas pelos representantes classistas no 1º grau da Justiça do Trabalho, destinando-se as vagas dessa representação nos tribunais aos juízes de carreira, preservada, tão somente para efeitos remuneratórios, a situação jurídica dos representantes classistas de 2º grau até o final dos respectivos mandatos;
- d) Em relação à proposta de redução da composição do Superior Tribunal Militar, adaptação das regras de vacância decorrentes da aposentadoria de seus membros, sem descuidar-se do equilíbrio paritário entre as forças que o integram;



e) Finalmente, quanto aos Tribunais de Alçada, nos 3 (três) Estados da Federação onde ainda persiste sua existência (Minas Gerais, Paraná e São Paulo), previsão de prazo de 6 (seis) meses para sua incorporação jurisdicional e administrativa aos respectivos Tribunais de Justiça.

17. O empenho empregado no aprimoramento da proposta que, como contribuição ao debate, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade civil, viu-se atingido pela contingência de prazos cuja hipervalorização pode levar a indesejável açodamento das soluções. Forçoso, entretanto, reconhecer a justificada ansiedade nacional pela superação dos entraves e obstáculos que retardam, de maneira insuportável, a Reforma do Judiciário. Reforma que, fiel ao matiz democrático, venha facilitar, afinal, a ampliação do acesso à Justiça como forma de aproximação ao ideal/sentimento de uma ordem jurídica mais justa, fundada nos valores constitucionais e éticos de liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade e diversidade. Reforma do Judiciário que represente, então e antes de mais nada, uma profunda revisão cultural: dos juizes, advogados, promotores e defensores públicos, e servidores da justiça em relação à premente necessidade de reformulação de princípios e valores que, convertidos em dogmas, se reduzem à esterilidade. Também dos usuários do sistema, para que compreendam a necessidade dessa reforma, distanciada de interesses, ainda que legítimos, mais particularizados, como leito para um salto de qualidade no mundo globalizado em que Direito e Justiça, mais que mecanismos de sustentação de estruturas sócio-econômicas e políticas, o sejam de suporte de garantias da democracia participativa e de um Estado de Direito, que, fundado no primado da lei, não perca de vista advertência de Calheiros Bonfim: “A lei não esgota o direito, assim como a gramática não exaure o idioma”.

18. Com o sentimento voltado para essas angústias e perplexidades e a visão para um mirante de esperanças desertas de qualquer ingenuidade, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Ordem dos Advogados do Brasil formaram, em outubro/98, uma Comissão Mista cujo trabalho, edificado na busca do consenso em torno do interesse público, superou naturais asperezas e incompreensões, procurando afirmar-se como tributo à superação de uma suposta grandeza que, sedimentada pelo individualismo, não vai além dos contornos limitados pela visão mais embaçada. Que esse horizonte, ora apenas despontado, possa agigantar-se no trabalho permanente, necessariamente inacabado, da construção de uma nação democrática.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1999.

  
Deputado José Priante

  
Deputado Bonifácio de Andrada

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009611)

AUTOR: JOSE PRIANTE E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
6 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ANA CATARINA	RN	PMDB
10 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
11 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
12 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
15 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
16 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
17 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
18 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
19 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
20 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
21 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
22 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
23 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
24 - B. SA	PI	PSDB
25 - BABA	PA	PT
26 - BADU PICANCO	AP	PSDB
27 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
28 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
29 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
30 - CABO JULIO	MG	PL
31 - CARLITO MERSS	SC	PT
32 - CARLOS MELLES	MG	PFL
33 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
34 - CELSO JACOB	RJ	PDT
35 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
36 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
37 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
38 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
39 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
40 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
41 - DARCI COELHO	TO	PFL
42 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
43 - DE VELASCO	SP	PST
44 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
45 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
46 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
47 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
48 - DR. HELIO	SP	PDT
49 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EBER SILVA	RJ	PDT
51 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
52 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
53 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
54 - ELISEU MOURA	MA	PPB
55 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
56 - ENIO BACCI	RS	PDT
57 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
58 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
59 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
60 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
61 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
62 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
63 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
64 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
65 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
66 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
67 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
68 - FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
69 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
70 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
71 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
72 - GERALDO SIMOES	BA	PT
73 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
74 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
75 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
76 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
77 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
78 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
79 - HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
80 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
81 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
82 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
83 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
84 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
85 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
86 - JAIME MARTINS	MG	PFL
87 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
88 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
89 - JAIRO AZI	BA	PFL
90 - JOAO CALDAS	AL	PMN
91 - JOAO COLACO	PE	PMDB
92 - JOAO COSER	ES	PT
93 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
94 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
95 - JOAO LEO	BA	PSDB
96 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
97 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
98 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
99 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
100 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB
101 - JORGE WILSON	RJ	PMDB
102 - JOSE BORBA	PR	PMDB
103 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
104 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - JOSE DIRCEU	SP	PT
106 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
107 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
108 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
109 - JUQUINHA	GO	PSDB
110 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
111 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
112 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
113 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
114 - LINO ROSSI	MT	PSDB
115 - LUCIANO BIVAR	PE	PSL
116 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
117 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
118 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
119 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
120 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
121 - LUIZ MOREIRA	BA	PFL
122 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
123 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
124 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
125 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
126 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
127 - MARCOS AFONSO	AC	PT
128 - MARCOS CINTRA	SP	PL
129 - MARCOS ROLIM	RS	PT
130 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
131 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
132 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
133 - MEDEIROS	SP	PFL
134 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
135 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
136 - MUCIO SA	RN	PMDB
137 - MUSSA DEMES	PI	PFL
138 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
139 - NELSON MEURER	PR	PPB
140 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
141 - NELSON PROENCA	RS	PMDB
142 - NICE LOBAO	MA	PFL
143 - NILSON PINTO	PA	PSDB
144 - NILTON BAIANO	ES	PPB
145 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
146 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
147 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
148 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
149 - PAES LANDIM	PI	PFL
150 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
151 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
152 - PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
153 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
154 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
155 - PAULO BRAGA	BA	PFL
156 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
157 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
158 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
159 - PAULO PAIM	RS	PT

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - PAULO ROCHA	PA	PT
161 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
162 - PEDRO CELSO	DF	PT
163 - PEDRO CORREA	PE	PPB
164 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
165 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
166 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
167 - PEDRO WILSON	GO	PT
168 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
169 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
170 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
171 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
172 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
173 - RICARDO BARROS	PR	PPB
174 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
175 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
176 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
177 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
178 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
179 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
180 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
181 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
182 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
183 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
184 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
185 - RUBENS FURLAN	SP	PFL
186 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
187 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
188 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
189 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
190 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
191 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
192 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
193 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
194 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
195 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
196 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
197 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
198 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
199 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
200 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
201 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
202 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
203 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
204 - WERNER WANDERER	PR	PFL
205 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 205  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 227

REPETIDAS: 22

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
2 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
3 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
4 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
5 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
6 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
7 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
8 - DE VELASCO	SP	PST
9 - DE VELASCO	SP	PST
10 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
11 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
12 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
13 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
14 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
15 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
16 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
17 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
18 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
19 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
20 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
21 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
22 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL

EMENDA Nº 012 - CE/99

PROPOSIÇÃO : PEC 96-A/92

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 1999

(Do Sr. Alberto Mourão e outros)

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
em 29 04 99, às 15h30
75342

Dá nova redação aos arts. 5º, 92, 93, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 111, 112, 114, 125, 129, 168, 226, 236 e acrescenta o art. 76 e 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para introduzir modificações na estrutura do Poder Judiciário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:



Art. 1º Os incisos XXX, LXXI e LXXIV do art. 5º da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao inciso LXXIV as alíneas a e b e, ao artigo, os incisos LXXVIII, LXXIX e LXXX:

"Art. 5º .....

XXX - é garantido o direito de herança, permitida a sucessão através de procedimento administrativo, na forma da lei;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, devendo a autoridade judiciária determinar a satisfação do direito nos termos em que definir a regulamentação para o caso concreto;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, além de estabelecer limites ao valor das taxas judiciais e custas processuais nos seguintes termos:

a) a assistência judiciária gratuita aos necessitados, nos termos da lei, se estenderá a todos os atos necessários à efetiva concretização do direito a ser reclamado;

b) a União, os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas competências, assegurarão o acesso à justiça, afastando qualquer dificuldade, estabelecendo os limites das taxas judiciais e custos processuais, e fixando teto ou isenções para cada espécie de ação;

LXXVIII - aos litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação;

LXXIX - é vedada a edição de qualquer ato normativo tendente a impedir o deferimento pelo órgão jurisdicional competente de medidas liminares, cautelares ou antecipatórias, quando caracterizado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação;

LXXX - as pessoas jurídicas de direito público, quando atuarem como partes em processos judiciais, não disporão de tratamento privilegiado em matéria recursal, nem de quaisquer outras prerrogativas processuais excepcionais, ressalvadas as referentes a constituição e cobrança de seus créditos, nos termos da lei."(NR)

Art. 2º O inciso VII do art. 92 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. ....  
VII - Tribunais de Justiça e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios."(NR)

Art. 3º A alínea b do inciso II e os incisos III, IV, VI, VIII e X do art. 93 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo o inciso XII:

"Art. 93 .....

II - .....

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira terça parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira e de educação permanente, através de cursos de mestrado profissionalizante, oferecidos pela Escola da Magistratura;

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos, e facultativa aos trinta e cinco anos de contribuição, após dez anos de exercício efetivo na judicatura e cinco anos no cargo;

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão motivada, por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa, sendo garantida a presença no julgamento da parte e de seu advogado;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e tomadas em sessão pública, pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XII - fica vedada a nomeação para cargo em comissão ou designar para função de confiança ou para o exercício de qualquer outra atividade de direção, a assessoria ou auxiliar, e de conciliador, de livre nomeação ou designação,



exoneração ou dispensa em qualquer órgão do Poder Judiciário, da jurisdição a que está vinculado o juiz, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou afim, até terceiro grau de magistrado em atividade, salvo se titular de cargo efetivo de órgão do Poder Judiciário, vedada a nomeação, designação ou exercício junto ao respectivo magistrado." (NR)

Art. 4º O parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art.95. ....  
Parágrafo único. ....

IV - exercer o procuratório advocatício na mesma unidade federativa em que atuava, antes de decorridos dois anos da aposentadoria."(NR)

Art. 5º A alínea a do inciso I do art. 96 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo o inciso IV e os §§ 1º e 2º:

"Art. 96 .....

I - .....  
a) elaborar seus regimentos internos, com observância de normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

IV - os presidentes e vice-presidentes dos tribunais serão eleitos dentre os integrantes do Tribunal ou do órgão especial, através de eleição direta e secreta por todos os juizes vitalícios em atividade, inclusive do primeiro grau de jurisdição, ressalvados os tribunais superiores, cujos administradores serão eleitos apenas pelos membros vitalícios do próprio tribunal.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores, mediante decisão fundamentada de quatro quintos dos membros do seu plenário ou órgão especial, poderão de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula e declarar que o seu enunciado, a partir da publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos, contra a decisão que a houver publicado.

§ 2º A lei disciplinará o procedimento para proposta, aprovação, revisão e cancelamento da súmula, podendo a iniciativa partir, além do próprio tribunal, dos que são legitimados à propositura da ação de inconstitucionalidade." (NR)



Art. 6º O *caput* e o inciso I do art. 98 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo um parágrafo único:

"Art. 98 A União e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau, cuja indicação observará os critérios de merecimento e antiguidade;

.....  
Parágrafo único. A lei estabelecerá as hipóteses de conciliação e transação penal para os casos de delito que não são da competência do juizado especial."(NR)

Art. 7º O §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo os parágrafos 3º, 4º e 5º:

"Art. 100. ....

§ 1º Os de natureza alimentícia, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e acidentários e indenizações por morte ou invalidez fundados na responsabilidade civil serão pagos, independentemente de precatório, em trinta dias, contados da determinação judicial, parceladamente ou não em quantia nunca inferior ao salário ou benefício original corrigido, podendo a penhora recair sobre bens dominicais não afetando a atividade estatal.

§ 2º Os orçamentos das entidades de direito público consignarão dotação suficiente ao pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho, consoante os valores fornecidos pelo tribunal com jurisdição sobre o juízo da execução, ao qual serão transferidos os respectivos recursos e os dos créditos adicionais, em seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir de 1º de fevereiro.

§ 3º Os valores devidos, atualizados até a data do pagamento, serão pagos até 30 de setembro do exercício seguinte ao da apresentação do precatório, devendo o presidente do tribunal competente, vencido o prazo, ou em caso de omissão no orçamento ou preterição ao direito de precedência, determinar o seqüestro de verba de qualquer dotação da entidade executada, suficiente à satisfação do débito, ressalvadas as destinadas às atividades de saúde, educação e segurança.

§ 4º O descumprimento das providências a que alude o parágrafo anterior, pelo presidente do tribunal, constituirá

crime de responsabilidade, em que também incorrerá o dirigente que obstar ou tentar frustrar, por qualquer meio, a liquidação regular do precatório, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis e da intervenção nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

§ 5º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública de qualquer nível, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, poderão ser compensadas com tributos devidos pelo credor, no caso de precatórios não liquidados até o fim do exercício previsto para o seu pagamento." (NR)

Art. 8º A alínea a do inciso I do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. ....

I - .....

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;" (NR)

Art. 9º Os § 2º e 4º do art. 103 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 103. ....

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção de providências necessárias, e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 4º Enquanto não suprida a omissão reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional será aplicada concretamente nos termos determinados pela decisão." (NR)

Art. 10 O § 1º e os incisos I e II do art. 111 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111. ....

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I - um quinto, em partes iguais, de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, escolhidos dentre advogados de notório saber jurídico, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e membros do Ministério



Público do Trabalho, indicados na forma do disposto no art. 94.

II - os demais de juízes togados e vitalícios, escolhidos dentre os juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho de carreira da magistratura trabalhista." (NR)

Art. 11. O *caput* do art. 112 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo um parágrafo único:

"Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá Juntas de Conciliação e Julgamento.

Parágrafo único. A jurisdição será do juiz de direito da comarca, sempre que esta não for sede de Juízo do Trabalho." (NR)

Art. 12. O art. 114 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar:

I - os dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União;

II - os dissídios coletivos que tenham por objetivo interpretar os instrumentos normativos coletivos avançados entre trabalhadores e empregadores;

III - os litígios que envolvam sindicatos, sindicatos e trabalhadores e sindicatos e empregadores, bem como os que envolvam matéria relativa à representação sindical;

IV - os litígios que envolvam o direito de greve;

V - os dissídios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças;

VI - os conflitos de jurisdição entre os órgãos com jurisdição trabalhista; e

VII - outras controvérsias decorrentes da relação do trabalho, na forma da lei." (NR)

Art. 13. Ficam suprimidos o § 2º do art. 102 e o § 2º do art. 114 da Constituição Federal.

Art. 14. O art. 125 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

"Art. 125. ....

§ 5º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, varas específicas, nas comarcas onde o número de feitos que envolvam o poder público for superior a cinco mil." (NR)



Art. 15. O art. 129 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de um parágrafo 5º com a seguinte redação:

"Art. 129. ....  
§ 5º Quando das medidas propostas com base no inciso III deste artigo resultar obrigação de fazer, deverá ser observada a devida previsão orçamentária."(NR)

Art. 16. O art. 168 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 168. ....  
Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo autoriza a decretação de seqüestro da quantia necessária à satisfação do duodécimo não repassado." (NR)

Art. 17. O § 6º do art. 226 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 226. ....  
§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação, judicial ou na via administrativa, por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos." (NR)

Art. 18. O § 1º do art. 236 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 236. ....  
§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, definindo a fiscalização de seus atos."(NR)

Art. 19. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos arts. 76 e 77, com a seguinte redação:

"Art. 76. Para cumprimento do disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, proposto nesta Emenda, deverá ser editada lei no prazo de cento e oitenta dias, após a promulgação desta, definindo novos prazos e procedimentos processuais."(NR)

"Art. 77. Ressalvados os débitos de que trata o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, na redação dada por esta Emenda, os precatórios emitidos até 31 de dezembro de 1998 poderão ser liquidados com cláusulas de juros e de preservação real:

I - em cinco exercícios orçamentários consecutivos, a partir do ano 2000, por decisão do Poder Executivo, editada até noventa dias da promulgação desta Emenda, observado o art. 100;

II - a requerimento do credor e respeitada a ordem dos pedidos, em títulos ou certificados da dívida pública equivalente à moeda, utilizáveis:

- a) em privatização de empresas controladas pelo Poder Público e na alienação de sua participação acionária;
- b) no pagamento de qualquer dívida com a entidade de direito público emitente, independente do limite global para a respectiva dívida imobiliária.

Parágrafo único. Enquanto não editada a lei de que trata o § 1º do art. 100, o limite de pagamento não submetido a precatório será o fixado no art. 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995."(NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como escopo principal tornar o Poder Judiciário mais ágil, aperfeiçoando o atual sistema sem, contudo, arranhar os princípios gerais consagrados no ordenamento jurídico e a necessária promoção da Justiça.

Tivemos como preocupação primeira a preservação do equilíbrio entre aqueles que se socorrem do Poder Judiciário e a prestação da jurisdição de modo mais célere.

Com este pensamento introduzimos a adoção de algumas medidas que imaginamos necessárias ao aperfeiçoamento da atual estrutura.

Desta forma as modificações e inovações mais representativas:

Voltamos nossa atenção ao instituto do **mandado de injunção**, direito consagrado na Constituição Federal de 1988 que, entretanto, se torna inócuo dada à inexistência de lei regulamentadora. A proposta é de que este instituto, que representou evidente avanço social deva ter caráter substantivo, assim também a decisão que declarar a inconstitucionalidade por imposição de medida para tornar efetivo direito constitucional.

Com relação à duração do processo, cria-se um inciso no art. 5º da Constituição Federal, prevendo o princípio da garantia individual do cidadão, que garante a **celeridade** da tramitação judicial.



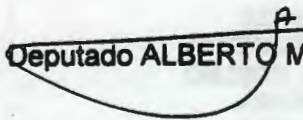
A prática do nepotismo, assim entendida a nomeação de parentes de autoridades públicas para a titulação de cargos em comissão, vem sendo crescentemente questionada pela consciência jurídica nacional, que a interpreta como afronta ao princípio da moralidade administrativa inserto no *caput* do art. 37 da Carta Magna. A ausência de vedação explícita no ordenamento objetivo, contudo, tem impedido que a ela se ponha cobro.

Imaginamos que seja possível a obstaculização dos recursos repetitivos sobre matéria já definida na jurisprudência, deduzidos, em sua maior parte, por órgãos da própria administração pública, ser ferir a liberdade decisória dos juízes e tribunais das instâncias locais, com a instituição da súmula imperativa.

Defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil, justa reivindicação no sentido de restabelecer "quarentena" ao magistrado aposentado, comungamos do mesmo pensamento e propomos entre as vedações do parágrafo único do art. 195, um período de dois anos para o exercício do procuratório advocatício na mesma unidade federativa em que o magistrado atuava.

Assim, apresentamos a síntese da nossa proposta de emenda à Constituição, para a qual encarecemos a atenção, a colaboração e apoio dos nossos nobres Pares, visando o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em      de      de 1999.

  
Deputado ALBERTO MOURÃO



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009612)

AUTOR: ALBERTO MOURAO

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADAUTO PEREIRA	PB	PFL
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
5 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
6 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
7 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
8 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
9 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
10 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
11 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
12 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
13 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
14 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
15 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
16 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
17 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
18 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
19 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
20 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
21 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
22 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
23 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
24 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
25 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
26 - ATILA LINS	AM	PFL
27 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
28 - B. SA	PI	PSDB
29 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
30 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
31 - CABO JULIO	MG	PL
32 - CAIO RIELA	RS	PTB
33 - CARLITO MERSS	SC	PT
34 - CARLOS MELLER	MG	PFL
35 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
36 - CELSO JACOB	RJ	PDT
37 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
38 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
39 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
40 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
41 - CORONEL GARCIA	RJ	PSDB
42 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
43 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
44 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
45 - DE VELASCO	SP	PST
46 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
47 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
48 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
49 - DR. HELIO	SP	PDT

50 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
51 -	EBER SILVA	RJ	PDT
52 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
53 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
54 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
55 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
56 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
57 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
58 -	ELISEU MOURA	MA	PPB
59 -	EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
60 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
61 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
62 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
63 -	FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
64 -	GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
65 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
66 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
67 -	GERSON PERES	PA	PPB
68 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
69 -	GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
70 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
71 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
72 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
73 -	IGOR AVELINO	TO	PMDB
74 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
75 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
76 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
77 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
78 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
79 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
80 -	JOAO GRANDAO	MS	PT
81 -	JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
82 -	JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
83 -	JOAO MENDES	RJ	PMDB
84 -	JOAO PAULO	SP	PT
85 -	JOAO TOTA	AC	PPB
86 -	JORGE ALBERTO	SE	PMDB
87 -	JORGE COSTA	PA	PMDB
88 -	JORGE WILSON	RJ	PMDB
89 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
90 -	JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
91 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
92 -	JOSE JANENE	PR	PPB
93 -	JOSE MACHADO	SP	PT
94 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
95 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
96 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
97 -	JOSUE BENGTON	PA	PTB
98 -	JUQUINHA	GO	PSDB
99 -	JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
100 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
101 -	LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
102 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
103 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
104 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB



---

105 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
106 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
107 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
108 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
109 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
110 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
111 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
112 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
113 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
114 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
115 - MARCIO MATOS	PR	PT
116 - MARCOS AFONSO	AC	PT
117 - MARCOS ROLIM	RS	PT
118 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
119 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB
120 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
121 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
122 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB
123 - MEDEIROS	SP	PFL
124 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
125 - MILTON MONTI	SP	PMDB
126 - MOACIR MICHELETTI	PR	PMDB
127 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
128 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
129 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
130 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
131 - NELSON TRAD	MS	PTB
132 - NEUTON LIMA	SP	PDT
133 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
134 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
135 - NILSON MOURAO	AC	PT
136 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
137 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
138 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
139 - PADRE ROQUE	PR	PT
140 - PAES LANDIM	PI	PFL
141 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
142 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
143 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
144 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
145 - PAULO LIMA	SP	PMDB
146 - PAULO MOURAO	TO	PSDB
147 - PAULO ROCHA	PA	PT
148 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
149 - PEDRO CELSO	DF	PT
150 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
151 - PEDRO CORREA	PE	PPB
152 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
153 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
154 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
155 - PEDRO WILSON	GO	PT
156 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
157 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
158 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
159 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB



160 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
161 - RICARDO BARROS	PR	PPB
162 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
163 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
164 - RITA CAMATA	ES	PMDB
165 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
166 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
167 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
168 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
169 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
170 - RUBENS FURLAN	SP	PFL
171 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
172 - SANTOS FILHO	PR	PFL
173 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
174 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
175 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
176 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
177 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
178 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
179 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
180 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
181 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
182 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
183 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
184 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
185 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
186 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
187 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
188 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
189 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
190 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
191 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
192 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
193 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
194 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
195 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
196 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
197 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
198 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB
199 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 199  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 231

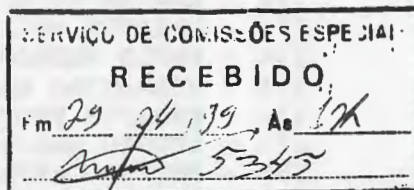
REPETIDAS: 32

EMENDA Nº 013 - CE/99

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS. (ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO)

**Substitutivo à Proposta**

(Dos Srs. Roberto Jefferson, Luiz Antonio Fleury e Caio Riela)



O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - O inciso I, do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o inciso II e renumerando-se os demais:

**ART. 52** - Compete privativamente ao Senado Federal: <sup>1</sup>

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, os membros do Conselho de Justiça da União, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade e nos crimes políticos:

**Art. 2º** - O caput e as alíneas "b" e "d" do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

**ART. 61** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho de Justiça da União.

<sup>1</sup> Art. 52 - Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

*Lei*

aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - (.....);

II - disponham sobre:

a) (.....);

b) matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) (.....);

d) organização da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

e) (.....);

f) (.....);

g) (.....);

**Art. 3º - O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação :**

**ART. 62** - Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de dez dias.

§ 1º - As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 2º - Vencido o prazo previsto no parágrafo anterior e não convertida em lei a medida provisória, não poderá esta ser reeditada.

**Art. 4º : A Seção I do Capítulo III, do Título IV, da Constituição Federal , passa a vigorar com a seguinte redação:**





**ART. 95** - O Conselho de Justiça da União, com sede na Capital Federal, compõe-se de:

I – membros natos:

- a) – o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o presidirá;
- b) – o Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- c) – o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- d) – o Ministro da Justiça;
- e) – o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- f) – o Procurador-Geral da República;
- g) – o Advogado-Geral da União.

II – cinco Ministros do Superior Tribunal de Justiça, eleitos, na forma da lei, por seus pares, para investidura por dois anos, vedada a recondução:

III – dez advogados, maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada e com mais de quinze anos de efetivo exercício de advocacia, escolhidos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.<sup>3</sup>

**ART. 96** - Cada Estado terá um Conselho de Justiça Estadual, com sede na respectiva Capital, que compõe-se de:

I – membros natos:

- a) – o Presidente do Tribunal de Justiça Estadual, que o presidirá;
- c) – o Procurador-Geral de Justiça do Estado;
- d) – o Secretário da Justiça;
- e) – o Procurador-Geral do Estado;
- f) – Presidente da Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

II – cinco desembargadores do Tribunal de Justiça, eleitos, na forma da lei, por seus pares, para investidura por dois anos, vedada a recondução.

III - cinco advogados, maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada e com mais de quinze anos de efetivo exercício de advocacia, escolhidos pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> V. art. 2º, das Disposições Transitórias, sobre a composição inicial do Conselho de Justiça da União.

<sup>4</sup> V. art. 2º, das Disposições Transitórias, sobre a composição inicial dos Conselhos de Justiça Estaduais.

**ART. 97** - Durante a investidura, os membros da magistratura e advogados eleitos para o Conselho de Justiça da União e os Conselhos de Justiça Estadual terão dedicação exclusiva e ficam impedidos de exercer qualquer outra função ou atividade não permitida aos juízes.

**ART. 98** - Dentre outras atribuições, compete ao Conselho de Justiça da União:

I – exercer a supervisão orçamentária, administrativa e disciplinar do Poder Judiciário, de seus órgãos auxiliares e serventias, bem como dos serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público Federal, mediante:<sup>5</sup>

- a) elaboração do plano plurianual e planos de investimento;
- b) fiscalização dos limites remuneratórios;
- c) iniciativa exclusiva de Lei Complementar sobre:

1 – a sua própria organização, atribuições e funcionamento e normas gerais sobre a organização e funcionamento dos Conselhos de Justiça Estadual;<sup>6</sup>

2 – o Estatuto da Magistratura Nacional, que conterà o Código de Ética da Magistratura Nacional;

3 – a organização judiciária da Justiça União;

d) iniciativa concorrente de lei sobre:

1 – normas de direito material, quando demonstrada sua condição de fato gerador de litígios judiciais e sobre processo e procedimento, visando a maior celeridade da prestação jurisdicional e o amplo acesso à Justiça;

<sup>5</sup> Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

<sup>6</sup> V. Arts. 3º e 4º, das Disposições Transitórias, sobre a iniciativa de lei sobre a organização, atribuições e funcionamento do Conselho de Justiça da União e Conselhos de Justiça Estaduais, respectivamente.

- e) exame, de ofício ou mediante provocação, dos atos administrativos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais e membros da magistratura da Justiça Federal e do Distrito Federal e Territórios, tendo em vista sua legalidade, anulando-os ou corrigindo a ilegalidade;
  - f) o conhecimento de reclamações ou representações contra qualquer magistrado do País, dos seus órgãos auxiliares e serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público ou oficializados, aplicando-lhes as medidas cabíveis, por prática de ato passível de sanção disciplinar e por violação de prazo processual ou administrativo, sempre que estes forem ultrapassados em pelo menos três vezes, se inferior ou igual a cinco dias, e em duas, se maior;
  - g) avocação, de ofício ou provocada, de:
    - 1 - processos disciplinares contra qualquer juiz de primeira instância do País e contra os responsáveis por atos notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público Federal, determinar seu afastamento temporário e, em qualquer caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis;
    - 2 - de investigação sobre crime imputado a qualquer membro da magistratura do País;
    - II - propor alterações nos Programas de Cursos de Preparação, de Formação e Aperfeiçoamento das Escolas Superiores da Magistratura;
    - III - elaborar seu regimento interno;
    - IV - requisitar livros, papéis, documentos e processos administrativos necessários ao desempenho de suas funções.
- § 1º - Os Conselhos de Justiça Estadual exercerão as atribuições previstas neste artigo e na lei relativamente a respectiva Justiça e Magistratura Estadual, seus órgãos auxiliares e serventias, bem como relativas aos serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público Estadual ou oficializados.
- § 2º - As atribuições do Conselho de Justiça da União e dos Conselhos de Justiça Estaduais não prejudicam e nem interferem nas competências dos Tribunais de Contas e, ressalvado o poder de avocação, a que se refere este artigo, não prejudicam nem interferem na competência disciplinar dos tribunais, estabelecida em lei.
- § 3º - As sanções disciplinares impostas a magistrados dependerão do voto da maioria absoluta dos membros do Conselho de Justiça da União e dos Conselhos de Justiça Estaduais.
- § 4º - As reuniões do Conselho de Justiça da União e dos Conselhos de Justiça Estadual serão abertas e publicadas as suas manifestações, salvo se, em caso de processo disciplinar



ou de investigação criminal, a maioria de seus integrantes entender que a publicidade poderá prejudicar a apuração dos fatos.

**ART. 99** - O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os órgãos da Justiça Federal, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados estabelecerão sistemas para elaboração dos relatórios anuais para os Conselhos de Justiça, sobre:

- I - a composição dos tribunais, número de juizes e cargos em primeira instância, o número e natureza dos processos e das decisões finais proferidas em ambas as instâncias;
- II - a respectiva dotação orçamentária, os recursos efetivamente recebidos e a execução orçamentária;
- III - a composição, estrutura, atribuições e o movimento dos órgãos auxiliares da justiça e suas serventias, bem como dos serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público ou oficializados.

### SEÇÃO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA MAGISTRATURA NACIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO

**ART. 100** - Para organização da Justiça Federal, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e da Justiça dos Estados serão observadas as seguintes regras:

- I - cada Estado se constitui numa Seção Judiciária da Justiça Federal, em cuja circunscrição territorial os cargos da carreira dos juizes de primeira instância são escalonados em três graus, dois para o interior e o último para a capital estadual ou região metropolitana; se os Juízos da Justiça Federal se instalarem apenas nas Capitais, os graus da carreira serão determinados pela competência em razão do valor e da matéria, nos termos da lei;
- II - os cargos da carreira da magistratura de primeira instância da Justiça do Distrito Federal e Territórios são escalonados em três graus, determinados pela competência em razão do valor e da matéria, nos termos da lei;
- III - os cargos da carreira da magistratura de primeira instância da Justiça dos Estados são escalonados em três entrâncias, que serão duas para as comarcas do interior e uma, denominada entrância especial, que abrange apenas a região metropolitana, onde houver,

ou a comarca da respectiva Capital, ambas podendo ser subdivididas em foros regionais, com competência plena.

**ART. 101** - Lei complementar, disporá sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, observados as seguintes normas:

I - o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz interino, far-se-á através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se à ordem de classificação nas nomeações, que serão feitas pelo Presidente do respectivo tribunal;

II - o concurso de ingresso na carreira da Justiça Federal será realizado para o exercício das funções jurisdicionais de primeira instância em determinada Seção Judiciária, vedada a promoção ou remoção para cargo de outra;

III - a investidura do juiz interino no cargo de juiz substituto ocorrerá após a sua aprovação no Curso de Formação de Magistrados, ministrado pela Escola Superior da Magistratura, com duração mínima de quatro semestres;

IV - a designação de juiz interino, que será feita somente para o exercício de funções judicantes nos juizados especiais cíveis, referidos no art. 103, II, dependerá de conclusão, com aproveitamento, do primeiro semestre no Curso de Formação dos Magistrados;

V - a promoção do juiz substituto para o cargo de juiz de primeiro grau ou de primeira entrância dependerá de sua vitaliciedade e, decorridos seis meses desta, será considerado inscrito para os cargos vagos de primeiro grau ou para as comarcas vagas de primeira instância, pelo critério de antigüidade;

VI - a designação do juiz substituto será feita somente para:

- a) auxiliar juiz titular nos processos de conhecimento, respeitadas as limitações impostas por lei, podendo proferir despachos ordinatórios e decisões interlocutórias, presidir audiências de conciliação e de instrução, neste caso com competência para homologar transações, por sentença;
- b) assumir funções judicantes nos juizados referidos no art. 103, II, III e IV;

VII - promoção, de um grau para outro ou de uma entrância para outra, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes regras:

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

---

V art. 5º, das Disposições Transitórias, sobre as atuais competências dos foros distritais e regionais.



- b) a promoção pressupõe cinco anos de exercício no grau ou na entrância em que se encontra o interessado;
- c) aferição do merecimento por critérios objetivos, estabelecidos no Estatuto da Magistratura Nacional, dentre os quais a presteza e segurança no exercício da jurisdição, consideradas as reais condições de trabalho, e pelo resultado obtido nos Cursos de Aperfeiçoamento dos Magistrados, que serão obrigatórios a cada três anos, ministrados pelas Escolas Superiores da Magistratura;
- d) na apuração da antigüidade, o tribunal não poderá recusar o juiz mais antigo;
- e) a antigüidade do juiz substituto vitalício é apurada pela ordem de classificação no concurso de ingresso;
- f) proibição de promoção do juiz que estiver respondendo a procedimento disciplinar ou investigação por prática de crime;

VIII – a remoção, sempre para outro cargo de mesmo nível ou para comarca de igual entrância, será:

- a) voluntária, sempre por merecimento, aferido este nos termos da alínea “c”, do inciso anterior, pressupondo três anos de exercício no cargo ou na comarca onde se encontra o interessado e inexistência de inscritos para promoção;
- b) por inscrição automática, pelo critério de antigüidade, após seis anos de investidura em cargo de mesmo grau de primeira instância da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, ou em cargo da mesma comarca da Justiça Estadual, exceto, neste caso, se investido em cargo da comarca da Capital;
- c) compulsória, pelo critério de antigüidade, nos casos previstos em lei, mas sempre por fato determinado e em razão de interesse público, por decisão de dois terços do respectivo tribunal ou Conselho de Justiça, se houver avocação, assegurada ampla defesa;
- d) por permuta, que fica subordinada às regras acima estabelecidas para a remoção voluntária;

IX – o acesso dos magistrados de carreira, com mais de vinte anos de exercício, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados no último grau ou na entrância especial, desde que, no primeiro caso, lotados em cargos sob a jurisdição do respectivo Tribunal Regional Federal;

X – para um quinto do número de cargos dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados serão nomeados membros do



Ministério Público e advogados, para uma investidura de dez anos, observadas as seguintes regras:

- a) indicação em lista sêxtupla, pelo Conselho Superior do Ministério Público e pelo órgão competente da Ordem dos Advogados do Brasil, respectivamente, de membros do Ministério Público e de advogados com mais de vinte anos de efetivo exercício, notório saber jurídico e reputação ilibada, aqueles com atribuições funcionais junto ao tribunal e estes com atuação profissional na área de jurisdição do tribunal;
- b) a indicação será feita diretamente pelo respectivo tribunal, caso não elaborada a lista sêxtupla, no prazo de vinte dias;
- c) escolha de um dos nomes que compõem a lista sêxtupla pelo Tribunal Regional Federal, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e pelo Tribunal de Justiça dos Estados;
- d) aprovação do nome por Comissão Especial do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas, conforme o caso;
- e) nomeação do aprovado pelo Presidente do Tribunal Regional Federal ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ou dos Estados;
- f) cessada a investidura do membro do Ministério Público, reassumirá cargo do mesmo nível que ocupava anteriormente, assegurados o subsídio, os direitos e vantagens adquiridos pelas funções exercidas no tribunal.<sup>8</sup>

XI – o subsídio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos membros dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Tribunais de Justiça dos Estados serão fixados em noventa e cinco por cento dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados de um grau para outro ou de uma entrância para outra, não podendo a diferença ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

XII – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;

---

<sup>8</sup> V. art. 6º, das Disposições Transitórias, sobre os atuais membros dos tribunais.

XIII — o juiz titular residirá na respectiva comarca, ou, nas regiões metropolitanas, em comarca contígua, mediante expressa autorização do tribunal a que estiver subordinado hierarquicamente.

XIV — para os cargos do Poder Judiciário, cujo provimento independer de concurso público, não poderão ser nomeados ou designados cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral, consanguíneo, afim ou por vínculo de adoção, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado em atividade ou aposentado, e nem este último:

XV — salvo para o Supremo Tribunal Federal, durante o período de férias forenses ou de férias individuais dos membros dos tribunais não haverá interrupção ou suspensão dos julgamentos, devendo ser convocados, na forma da lei, juizes do último grau ou da última entrância da carreira para substituí-los;

XVI — quando houver extinção do órgão jurisdicional, o magistrado será designado para outro, do mesmo nível, até sua promoção ou remoção.

§ 1º — O Poder Público responde pelos danos morais e materiais decorrentes de atos jurisdicionais ou administrativos praticados por magistrado com dolo, fraude, abuso de prerrogativa ou desvio de poder, dispondo de ação regressiva contra este.

§ 2º — O juiz sem vitaliciedade poderá perder o cargo por deliberação administrativa do tribunal a que estiver vinculado ou do Conselho de Justiça respectivo, desde que haja advocação: adquirida a vitaliciedade, a perda do cargo somente ocorrerá por sentença judicial transitada em julgado, em caso de infração às vedações constitucionais, negligência reiterada no cumprimento dos deveres do cargo, procedimento incompatível com a dignidade das funções judicantes, abuso das prerrogativas e desvio de poder, além daqueles previstos em lei.

§ 3º — As sanções administrativas a serem impostas aos magistrados serão definidas em lei.

**ART. 102** - Todos os julgamentos e sessões administrativas dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as suas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, ao membro do Ministério Público, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

**ART. 103** — Os juizes gozarão das seguintes garantias:

- a) vitaliciedade, que na primeira instância somente será adquirida após dois anos de exercício no cargo de juiz substituto, através de procedimento próprio para a avaliação



- do desempenho funcional e compatibilidade pessoal com o exercício do cargo e as funções jurisdicionais;
- b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público previsto em lei ou nesta Constituição;
- c) irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

**ART. 104** - As vedações impostas aos juizes são as seguintes:

- I – exercício de outro cargo ou função, salvo magistério, de acordo com autorização dada pelo respectivo tribunal, que examinará a compatibilidade de horários;
- II – recebimento, a qualquer título ou pretexto, de custas ou participação em processo, de doações e auxílio de qualquer natureza, em razão das suas funções;
- III – atividade político-partidária ou pronunciamentos desta natureza;
- IV – manifestação de opiniões pessoais a respeito de quaisquer situações jurídicas submetidas à apreciação pelo Poder Judiciário, antes de decisão final;
- V – fundamentação de decisão com opiniões pessoais a respeito de fatos que não guardam pertinência com o objeto do processo ou com considerações que conflitem com a parte decisória da sentença;
- VI – exercício da advocacia, nos três anos que se seguirem à cessação da investidura no cargo de magistrado, salvo em se tratando de advogado que foi investido em cargo de tribunal.

**ART. 105** - Compete privativamente:

- I - aos tribunais:
  - a) eleger seus órgãos diretivos, por eleição secreta com a participação de todos os seus integrantes, vedada a recondução para o mesmo ou outro cargo, no periodo imediatamente seguinte;
  - b) elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
  - c) nos termos da lei de organização judiciária, instalar os órgãos jurisdicionais, suas secretarias, suas serventias e serviços auxiliares da justiça, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;



d) fiscalizar a criação, extinção e sistemas de atuação dos serviços notariais e de registro, delegatários do Poder Público ou oficializados, pelo fiel cumprimento das normas que disciplinam as importâncias a serem pagas pelos seus usuários, exercendo sobre eles atividade correicional;

e) prover, por concurso público de provas e títulos, na forma prevista nesta Constituição:

1 – os cargos de juiz da respectiva jurisdição;

2 – os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança, assim definidos em lei, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único:

II – ao Supremo Tribunal Federal, com observância do disposto no art. 48, XV, propor ao Congresso Nacional, observado o disposto no art. 169, a remuneração para os cargos dos seus serviços auxiliares, das suas serventias, bem como a fixação do subsídio de seus membros.

III – ao Superior Tribunal de Justiça, propor ao Congresso Nacional, observado o disposto no art. 169, a remuneração para os cargos dos seus próprios serviços auxiliares e serventias e daqueles vinculados à Justiça Federal e do Distrito Federal e Territórios, bem como, excetuados os Ministros do Supremo Tribunal Federal, a fixação do subsídio para os membros da Magistratura da União, observado o disposto no art. 98, XII:

IV – aos Tribunais de Justiça Estaduais, observado o disposto no art. 169, a remuneração para os cargos dos seus próprios serviços auxiliares e serventias e daqueles vinculados à Justiça Estadual, bem como a fixação do subsídio dos membros da Magistratura do Estado, observado o disposto no art. 98, XII:

Parágrafo único – Nos tribunais com número superior a trinta julgadores poderá ser constituído órgão especial para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno, um terço de seus membros constituída pelos mais antigos e dois terços eleita por voto de todos os integrantes do tribunal, vedada a recondução até que todos tenham participado do órgão especial.

**ART. 106** - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais:

I – declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;

II – conceder medida liminar ou cautelar em ações que versem sobre processo legislativo, direitos e prerrogativas decorrentes de mandato eletivo e competências exclusivas de órgãos do Poder Legislativo e do Chefe do Poder Executivo;

III – aplicar penas disciplinares aos membros da magistratura.

**ART. 107** – Do Poder Judiciário, segundo dispuser a respectiva lei de organização judiciária, contarão os seguintes órgãos jurisdicionais de primeira instância:

I – Juízos Cíveis e Criminais, com competência especializada ou comum:

II – Juizados Especiais Cíveis, para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, a serem definidas em lei, inclusive as que digam respeito às relações de consumo e do trabalho;

III – Juizados Especiais Cíveis Itinerantes, com as atribuições previstas no inciso anterior, que funcionarão após o término da jornada de trabalho no local em que for instalado, com aproveitamento de estabelecimentos públicos ou comunitários e com permanência mínima de três meses, para atendimento da população mais carente;

IV – Juizados Especiais de Instrução Criminal para as infrações penais de menor potencial ofensivo, permitida a transação, nos termos da lei;

V – Juizados de Instrução Criminal;

VI – Plantões Judiciários, que funcionarão nos dias em que não houver expediente forense e, nos dias úteis, após o encerramento deste, para situações de urgência e flagrantes de crimes inafiançáveis;

§ 1º – Para o exercício das funções jurisdicionais dos juizados cíveis e especiais de instrução criminal referidos neste artigo, a lei criará procedimentos sumaríssimos, necessariamente com a fase de conciliação prévia que, se realizada, isentará as partes de qualquer despesa processual, regido pela informalidade e pela oralidade, devendo o recurso ser conhecido por turmas de julgamento formadas por magistrados de primeiro grau;

§ 2º – A lei disporá sobre o procedimento nos dissídios individuais e coletivos, privilegiando o seu encerramento por composição entre as partes, instituindo a oralidade e a informalidade, dispensando a exigência de capacidade postulatória quando a causa for de pequeno valor e pouca complexidade.

§ 3º – O Poder Judiciário estabelecerá convênios com as faculdades de direito para que sejam designados, dentre os alunos da última série e mediante remuneração, estagiários para atuar como procuradores das partes nos juizados especiais cíveis, quando estas não contarem com procurador constituído, valendo, o estágio, como título para o concurso de ingresso na magistratura.

§ 4º – A União, o Distrito Federal e os Estados organizarão a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, e verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação.

**ART. 108** - Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta compete:

I – no âmbito da União, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ouvido o Superior Tribunal de Justiça;

II – no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º – As custas processuais, taxas judiciárias ou emolumentos recolhidos em razão de atos praticados perante o Poder Judiciário e decorrentes dos serviços notariais e de registro dos funcionários do Poder Público ou oficializados serão destinados, respectivamente, aos investimentos e manutenção da Justiça Federal, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados e seu valor, que constará das propostas orçamentárias dos tribunais, será creditado diretamente ao Poder Judiciário, na forma da lei.

**ART. 109** - À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º - São créditos de natureza alimentícia os decorrentes de relação de emprego com o Poder Público e suas entidades, os decorrentes de investidura em cargo ou função pública, de acidentes do trabalho e indenizações por responsabilidade civil, cujo pagamento será preferencial, não podendo ser satisfeitos precatórios de outra natureza antes dos precatórios alimentares.

§ 2º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba específica ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.



§ 3º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 4º - A União, os Estados e os Municípios manterão rigoroso controle dos precatórios, publicando na imprensa oficial, no mês de agosto de cada ano, a relação dos que lhes forem enviados até o dia 1º de julho do mesmo exercício, bem assim aqueles que foram pagos e os pendentes de pagamento, desde a publicação anterior.

**Art. 6º - A seção II, renumerada para Seção IV, do Capítulo III, do Título IV, passa a vigorar com a seguinte redação :**

#### **SEÇÃO IV DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**ART. 110** - O Supremo Tribunal Federal compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único - Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão indicados, alternadamente, pelo Presidente da República e pela Câmara dos Deputados e nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para uma investidura de quinze anos.

**ART. 111** - Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- b) pedido de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade;

- c) examinar, de ofício, a constitucionalidade de Medida Provisória, no prazo de cinco dias de sua edição, podendo suspender sua eficácia por inconstitucionalidade, o que impedirá seu exame pelo Congresso Nacional;<sup>9</sup>
- d) nas infrações penais comuns, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, os Senadores da República, os Deputados Federais e os membros do Tribunal de Contas da União;
- e) nos crimes de responsabilidade, os Senadores da República, os Deputados Federais e os membros do Tribunal de Contas da União;<sup>10</sup>
- f) as ações populares e as ações civis públicas contra as pessoas referidas nas alíneas "d" e "e", deste inciso, ou contra órgão que integrem;
- g) "*habeas corpus*", sendo paciente ou coator qualquer das pessoas referidas nas alíneas "d" e "e", deste inciso, assim como autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
- h) mandado de segurança e o "*habeas data*" contra atos do Presidente da República, do próprio Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como de seus Ministros, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de cada uma dessas Casas Legislativas e do Tribunal de Contas da União e seus membros;
- i) mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for da atribuição das pessoas e órgãos da alínea anterior;
- j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e qualquer outro tribunal do País;

<sup>9</sup> V. proposta de alteração do art. 62 da Constituição Federal.

<sup>10</sup> A alteração proposta impõe nova redação aos incisos I e II, do art. 52, que se encontra logo após o Capítulo do Poder Judiciário



II - julgar, em recurso ordinário:

- a) o "*habeas corpus*", o mandado de segurança, o "*habeas data*" e o mandado de injunção decididos em única instância pelo Superior Tribunal de Justiça, se denegatória a decisão;
- b) as decisões do Superior Tribunal de Justiça em matéria eleitoral, desde que contrariem esta Constituição ou sejam denegatórias de *habeas corpus* e de mandado de segurança.

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

§ 3º - O regimento interno do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça estabelecerão normas procedimentais para a edição e revogação de suas súmulas vinculantes.

§ 4º - As decisões sumuladas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, que versarão unicamente sobre questão de direito ou interpretação de lei ou ato normativo federais, a partir de sua publicação terão efeito vinculante relativamente aos demais órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, podendo, no entanto, ser objeto de revisão por representação formulada pela maioria de seus Ministros, por qualquer Tribunal do País e pelos que têm legitimidade para propor a ação de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade (art. 112).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> V. Art. 7º. das Disposições Transitorias. sobre as atuais Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça



§ 5º - O descumprimento das decisões sumuladas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, por agente político ou por agente público, é motivo para a perda do cargo e responsabilização pelos danos patrimoniais provocados, com decretação de indisponibilidade dos bens, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

§ 6º - As decisões judiciais ou administrativas proferidas contra decisões sumuladas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça não terão qualquer eficácia, podendo ela ser declarada a qualquer tempo:

I – pelo Supremo Tribunal Federal, se proferida por membro ou órgão colegiado do próprio Tribunal e, ainda, do Superior Tribunal de Justiça;

II – pelo Superior Tribunal de Justiça, se proferida por membro ou órgão colegiado de tribunal ou por magistrados da Justiça Federal ou da Justiça do Distrito Federal e Territórios e por desembargadores do Tribunal de Justiça dos Estados;

III – pelo Tribunal de Justiça dos Estados, se proferida por magistrado de primeira instância da Justiça Estadual.

§ 7º - A Procuradoria-Geral da República deverá se manifestar em todas as causas de competência do Supremo Tribunal Federal.

**ART. 112** - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal:

- I. o Presidente da República;
- II. a Mesa do Senado Federal;
- III. a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV. a Mesa de Assembleia Legislativa;
- V. o Governador de Estado;
- VI. o Superior Tribunal de Justiça;
- VII. os Tribunais de Justiça Estaduais;
- VIII. o Procurador-Geral da República;
- IX. o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- X. partido político com representação no Congresso Nacional;
- XI. confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

XII. o Advogado-Geral da União.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias, pena de edição da medida pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

**Art. 7º - A Seção III, renumerada para Seção V, do Capítulo III, do Título IV, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação :**

### **SEÇÃO V DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA<sup>12</sup>**

**ART. 113** - O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, cento e vinte Ministros.

Parágrafo único – Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo seu Presidente, para uma investidura de quinze anos, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada, pelo Senado Federal, a indicação feita pelo Supremo Tribunal Federal, sendo:

I – um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça Estaduais;

II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e Territórios e Estadual, alternadamente.

**ART. 114** - Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

<sup>12</sup> V. art. 1º, I, "a", sobre os atuais membros dos Tribunais Superiores.

- a) nos crimes comuns, os Ministros de Estado, os membros do Conselho de Justiça da União, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União;
- b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os juizes dos Tribunais Regionais Federais, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios, os membros da Magistratura da União de primeira Instância, os membros do Ministério Público da União, os dos Tribunais de Contas dos Estados;
- c) as ações populares e as ações civis públicas contra as pessoas referidas nas alíneas anteriores, deste inciso, ou contra órgão que integrem;
- d) o "*habeas corpus*", sendo paciente ou coator qualquer das pessoas referidas na alínea "a" e "b", deste inciso, assim como autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça;
- e) o mandado de segurança e o "*habeas data*" contra atos dos Ministros de Estado, dos membros do Conselho da Justiça da União, dos Tribunais Regionais Federais ou de seus integrantes, dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados ou de seus desembargadores, do Procurador-Geral da República, do Advogado-Geral da União, dos Tribunais de Contas Estaduais e de seus membros;
- f) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for da atribuição das pessoas e órgãos da alínea anterior, deste inciso, de órgão ou entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, ressalvada a competência do Supremo Tribunal Federal;
- g) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- h) os litígios entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- i) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- j) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;
- l) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;



- m) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvada a competência do Supremo Tribunal Federal, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;
- n) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- o) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e de suas súmulas vinculantes;
- p) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

II - julgar, em recurso ordinário:

- a) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados, quando a decisão for denegatória;
- b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados, quando denegatória a decisão;
- c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

IV - julgar, em grau de recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais, versando sobre direito eleitoral, quando:

- a) forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;
- b) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
- c) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;
- d) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;
- e) denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

Parágrafo único - São irrecorríveis as decisões do Superior Tribunal de Justiça em matéria eleitoral, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

**Art. 8º - A Seção IV, renumerada para Seção VI, do Capítulo III, do Título IV, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se todos os artigos das Seções V e VI :**

## **SEÇÃO VI DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA FEDERAL**

**ART. 115** – Os Tribunais Regionais Federais compõem-se, no mínimo de trinta e três juizes.

**ART.116** - Compete aos Tribunais Regionais Federais:<sup>13</sup>

I - processar e julgar, originariamente:

- a) nos crimes comuns e de responsabilidade, desde que lotados na Seção Judiciária sob sua jurisdição, os membros da Magistratura da União de primeira Instância e os membros do Ministério Público da União;
- b) as ações civis públicas, as ações populares, os mandados de segurança e o *habeas data*, contra as pessoas constantes da alínea anterior;
- c) o *habeas corpus* desde que o paciente ou o coator seja uma das pessoas constantes da alínea “a”, deste inciso;
- d) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados ou dos juizes da Justiça Federal da respectiva Seção Judiciária;

e) os conflitos de competência entre juizes Justiça Federal da respectiva Seção Judiciária;  
II - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal e Territórios e dos Estados que exerçam as funções de competência daqueles, na respectiva Seção Judiciária.

§ 1º – Os Tribunais Regionais Federais poderão constituir turmas especializadas para o processo e julgamento de causas de sua competência originária e para sua competência recursal, neste caso levando em conta a matéria sobre a qual versa a causa.

<sup>13</sup> V. art. 1º, I, “b”, sobre os atuais membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Militares.



§ 2º – As Juntas Eleitorais, com atribuições, competência e organização estabelecidas por lei, ficam subordinadas aos Tribunais Regionais Federais.

§ 3º – Os Tribunais Regionais Federais poderão homologar acordos coletivos sobre relações do trabalho, de vigência temporária, ainda que divergentes da legislação, desde que pleiteado pela maioria absoluta das partes envolvidas, sempre no interesse da preservação do emprego, comprovada devidamente esta circunstância.

**ART. 117 - Aos juizes da Justiça Federal compete processar e julgar:<sup>14</sup>**

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as de acidentes de trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico financeira;

VII - os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, ressalvada a competência dos tribunais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

<sup>14</sup> V art. 1º, I, “c”, sobre os atuais juizes do trabalho e militares.



XI - a disputa sobre direitos indígenas.

XII - os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XIII - os dissídios que tenham origem no cumprimento de convenções coletivas de trabalho ou acordos coletivos de trabalho, mesmo quando ocorram entre sindicatos ou entre sindicato de trabalhadores e empregador;

XIV - litígios que versem sobre representação sindical;

XV - ações propostas por sindicatos ou contra sindicatos, envolvendo relações do trabalho;

XVI - ações sobre o direito de greve;

XVII - litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as sentenças coletivas sobre as relações do trabalho;

XVIII - causas que versem sobre matéria eleitoral, nos termos da lei;

XIX - os crimes militares definidos em lei.

§ 1º - Para o processo e julgamento dos crimes militares a que se refere o inciso XIX, deste artigo, o juízo criminal será integrado por oficiais das Forças Armadas, na forma da lei.

§ 2º - Serão processadas e julgadas no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado.

**Art. 118** - Nas causas em que a União ou entidade autárquica ou empresa pública federal intervierem como assistentes ou oponentes, o juiz da causa original apreciará o pedido, cabendo recurso ao Tribunal Regional Federal da respectiva Seção Judiciária.

**ART. 119** - As ações em que a União ou entidade autárquica ou empresa pública federal forem autoras ou rés serão observadas as regras comuns de competência.

**ART. 120.** - Nas causas em que a União ou entidade autárquica ou empresa pública federal forem autoras, rés, assistentes ou oponentes, será observado o princípio da igualdade das partes, inclusive quanto aos prazos, custas, despesas processuais e seu adiantamento e honorários advocatícios, vedada o reexame de ofício da decisões nelas proferidas.

**Art. 9º** - A Seção VII do Capítulo III, do Título IV da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação :

## SEÇÃO VII

### DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**ART. 121** – O Distrito Federal organizará a sua Justiça e a dos Territórios Nacionais, cabendo-lhe, além das competências da Justiça Federal de primeira e segunda instâncias, exercer a jurisdição sobre todos os litígios que ocorrerem dentro de seus limites territoriais, nos termos da lei.

**ART. 122** - Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios compete processar e julgar, originariamente:

- I. os juízes da Justiça do Distrito Federal e Territórios de primeira instância, ressalvada a competência da Justiça Federal e a do Tribunal do Júri;
- II. o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- III. os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ressalvada a competência da Justiça Federal e a do Tribunal do Júri;
- IV. os Deputados Distritais;
- V. causas decorrentes de atos da Mesa ou de Comissões Permanentes da Câmara Legislativa, ou desta última.

Parágrafo único – A lei estabelecerá as demais competências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**Art. 10º** : A Seção VIII, do Capítulo III, do Título IV da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação :

## SEÇÃO VIII

### DA JUSTIÇA DOS ESTADOS<sup>15</sup>

**ART. 123** - Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

---

<sup>15</sup> V. art. 1º, II, letras "a" e "b", sobre os atuais juizes dos Tribunais de Alçada dos Estados, dos Tribunais de Justiça Militares Estaduais e da Justiça Militar Estadual.

**ART. 124.** - A competência do Tribunal de Justiça do Estado será definida na Constituição do Estado, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

- I. os juizes da Justiça Estadual de primeira instância e os membros do Ministério Público Estadual, ressalvada a competência da Justiça Federal e a do Tribunal do Júri;
- II. os Secretários de Estado;
- III. os membros do Conselho de Justiça Estadual;
- IV. causas decorrentes de atos do Conselho de Justiça Estadual;
- V. o Procurador-Geral de Justiça do Estado;
- VI. os Deputados Estaduais;
- VII. os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
- VIII. as causas decorrentes de atos da Mesa ou de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, ou desta última;
- IX. os Prefeitos Municipais;
- X. o Presidente de Câmara Municipal.

**ART. 125** - Aos juizes de primeira instância competem o processo e julgamento das causas que não sejam da competência da Justiça Federal ou da Justiça do Distrito Federal e Territórios e nem da competência do Tribunal de Justiça do Estado, nos termos da lei.

Parágrafo único - Para o processo e julgamento dos crimes militares, salvo os dolosos contra a vida, contra a pessoa e os de abuso de autoridade, o juízo criminal será integrado por oficiais das Polícias Militares Estaduais, na forma da lei.

**ART. 126** - Cabe aos Estados instituir a ação de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face da Constituição Estadual e de leis ou atos normativos municipais em face desta Constituição e da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

**Art. 11** – O § 2º do art. 127, o art. 128, o caput do art. 129, revogado o § 4º do mesmo artigo e o art. 130, passam a vigorar com a seguinte redação :



**ART. 127 - (.....).<sup>16</sup>**

§ 1º - (.....).

§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, provendo, observado o disposto no art. 169, os seus cargos e serviços auxiliares, por concurso público de provas ou de provas e títulos, propondo ao Poder Legislativo a política remuneratória de seus integrantes.

§ 3º - (....)

**ART. 128 – Integram o Ministério Público Nacional:**

I – o Ministério Público Federal;

II – o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

III – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público Federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, indicado, na forma da lei, pelos seus integrantes, dentre os que estiverem no mais alto grau da carreira, maiores de trinta e cinco anos e de notável saber jurídico, nomeado pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de três anos, vedada a recondução.<sup>17</sup>

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República ou do Conselho de Justiça da União, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os membros dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da lei, indicarão o nome de um de seus integrantes, do mais alto grau da carreira e com mais de vinte anos de exercício, para o cargo de Procurador-Geral da Justiça, que será nomeado pelo Governador após a aprovação pela maioria absoluta do respectivo Poder Legislativo, sempre para mandato de três anos, vedada a recondução.

<sup>16</sup> Redação atual: “Art. 127 - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias”.

9º do Dispõe: “O mandato do Procurador-Geral da República e Procuradores-Gerais de Justiça.

§ 4º O Procurador-Geral da Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo respectivo, por iniciativa do Poder Executivo ou, ainda, conforme o caso, do Conselho de Justiça Estadual ou do Conselho de Justiça da União.

§ 5º Lei complementar federal estabelecerá o Estatuto do Ministério Público Nacional, contendo o Código de Ética do Ministério Público, a organização, atribuições e funcionamento do Ministério Público da União e do Distrito Federal e Territórios, bem como normas gerais sobre a organização, atribuições e funcionamento dos Ministérios Públicos dos Estados, observadas as normas estabelecidas nesta Constituição para a organização do Poder Judiciário perante o qual officie, aplicando aos seus membros as que dizem respeito ao ingresso e à carreira, garantias e vedações da magistratura; leis complementares estaduais disciplinarão a sua organização, atribuições e funcionamento, tendo em vista as suas peculiaridades.

§ 6º - Ao Ministério Público Federal, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados aplica-se o disposto nos artigos 98 e 99, sujeitando-se às competências do Conselho de Justiça da União e dos Conselhos de Justiça dos Estados, respectivamente.

**ART. 129** - São funções institucionais do Ministério Público, a serem exercidas nos termos e casos previstos expressamente em lei:<sup>18</sup>

I - (.....);

II - (.....);

III - (.....);

<sup>18</sup> Redação atual: "Art. 129 - São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. § 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei. § 2º As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação. § 3º O ingresso na carreira far-se-a mediante concurso público de provas e títulos assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação. § 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI."



IV - (.....);

V - (.....);

VI - (.....);

VI - (.....);

VII - (.....);

VIII - (.....);

IX - (.....).

§ 1º (.....).

§ 2º (.....).

§ 3º – O Poder Público responde pelos danos morais e materiais decorrentes de atos praticados por membro do Ministério Público com dolo, fraude, abuso de prerrogativa ou desvio de poder, dispondo de ação regressiva contra este.

Revogue-se o § 4º, do art. 129.

**ART. 130** - As funções de Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União serão exercidas pelo Ministério Público Federal; junto aos Tribunais de Contas Estaduais ou Municipais, pelo Ministério Público dos Estados.<sup>19</sup>

**Art. 12** – Ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescente-se os dispositivos abaixo relacionados com as redações seguintes:

**ART. 76** - A lei disporá sobre as alterações decorrentes da reestruturação do Poder Judiciário, a ser exercida em cento e oitenta dias, cuja iniciativa compete:

I -- ao Supremo Tribunal Federal, ouvido o Conselho de Justiça da União, para as alterações no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal e do Distrito Federal e Territórios, de seus órgãos auxiliares e serventias e da Magistratura da União, observadas as seguintes normas:

a) os membros dos Tribunais Superiores passarão a integrar o Superior Tribunal de Justiça;

<sup>19</sup> V. art. 10, da Disposições Transitórias, sobre o prazo dado ao Poder Executivo para a iniciativa da lei a que se refere este artigo.



b) os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais Militares Federais passarão a integrar os Tribunais Regionais Federais da respectiva Seção Judiciária;

c) os juizes do trabalho e juizes militares passam a integrar a carreira de primeira instância da Justiça Federal.

II – aos Tribunais de Justiça dos Estados, ouvidos os Conselhos Estaduais de Justiça do Estado, para as alterações na Magistratura Estadual, seus órgãos jurisdicionais, órgãos auxiliares e serventias, observadas as seguintes normas:

a) os juizes de Tribunal de Alçada Estadual e de Tribunal de Justiça Militar Estadual passarão a integrar o Tribunal de Justiça do Estado;

b) os juizes de carreira da Justiça Militar Estadual passarão a integrar a carreira da Magistratura Estadual.

§ 1º - As integrações previstas neste artigo sempre serão feitas com respeito aos direitos e vantagens adquiridos no cargo de origem, vedada a redução de subsídio.

§ 2º - Assim que completadas as alterações na sua área de atribuição, os juizes classistas ficarão em disponibilidade remunerada até o término da investidura, sem prejuízo de direitos e vantagens adquiridas.

§ 3º - As alterações decorrentes da reestruturação do Poder Judiciário serão programadas para se encerrarem no prazo máximo de doze meses.

§ 4º - Os órgãos auxiliares e serventias dos órgãos jurisdicionais integrarão carreiras únicas, instituídas para a Justiça Federal, para a Justiça do Distrito Federal e Territórios e para cada Justiça Estadual.

**ART. 77** - O Conselho de Justiça da União e os Conselhos de Justiça Estadual serão instalados trinta dias após a promulgação desta Emenda.

**ART. 78** - O Conselho de Justiça da União no prazo de cento e oitenta dias remeterá ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que disciplinará a sua organização, atribuições e funcionamento e normas gerais sobre a organização e funcionamento dos Conselhos Estaduais de Justiça, os critérios que tornam obrigatória a alteração das leis de organização judiciária das Justças da União e as alterações decorrentes das normas constitucionais sobre o Poder Judiciário.

**ART.79.** Os Conselhos de Justiça Estadual, no prazo de trinta dias, a contar da publicação da lei complementar a que se refere o artigo anterior , remeterão às Assembléias Legislativas projeto de lei complementar que disciplinará a sua organização, atribuições e funcionamento, bem como os critérios que tornam obrigatória a alteração da lei de organização judiciária da respectiva Justiça Estadual.

**ART.80** – No Estado em que houver foro regional ou distrital da Justiça Estadual, com competência limitada, esta será respeitada até a aprovação da lei de organização judiciária estadual, que lhes atribuirá competência plena

**ART.81** – Os atuais membros do Ministério Público, investidos em cargos dos tribunais, terão sua investidura assegurada até completar os requisitos para a aposentadoria voluntária, podendo, entretanto, optar, desde logo, pela permanência no cargo pelo prazo previsto no art. 101, X, alínea “f”.

**ART. 82** - As atuais Súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeitos vinculantes, após sua confirmação e publicação na imprensa oficial.

**ART. 83** - Os atuais membros do Ministério Público do Trabalho, Militar e do Tribunal de Contas da União passam a integrar o Ministério Público Federal: os dos Tribunais de Contas Estaduais ou Municipais, o Ministério Público dos Estados.

**ART. 84** - O Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios e dos Estados concluirão a investidura atual, ficando o novo processo de escolha dependente da lei ordinária.

**ART. 85** – O Poder Executivo no prazo de cento e oitenta dias encaminhará o Estatuto do Ministério Público Nacional, que conterà o Código de Ética do Ministério Público e normas gerais sobre a organização dos Ministério Público dos Estados.

**ART. 86** – Fica revogada a disposição do art. 29, § 3º, do ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, aplicando-se aos atuais membros do Ministério Público todas as vedações impostas aos magistrados (art. 104).



**ART. 87** - Mediante aprovação em curso especial de formação na Escola Superior da Magistratura, os atuais delegados de polícia titulares de cargos na Capital do Estado poderão ser nomeados juizes para atuar exclusivamente nos juizados especiais de instrução criminal.

### JUSTIFICATIVA

Há, sem dúvida nenhuma, um sentimento generalizado de enorme preocupação a respeito das dificuldades em que se encontra o Poder Judiciário Nacional para poder exercer suas funções jurisdicionais com a rapidez, a segurança e a imparcialidade exigidas num Estado de Direito Democrático.

Esta situação acaba gerando um perigoso sentimento de desconfiança e de descrédito na Justiça, agravada sobremaneira pelo incrível recrudesimento da violência nos últimos tempos, especialmente no campo e nas grandes cidades, e pela sensação de impunidade generalizada, que toma conta da nação.

Os diagnósticos feitos e conhecidos apresentam conclusões diversas, influenciadas pelo ângulo de visão, pelas tendências políticas ou pela formação profissional de quem as formula.

Este Substitutivo buscou um pouco em cada fonte e traz idéias próprias, cuja sistematização tem por pressuposto duas ordens de causas principais que concorrem para os atuais problemas do Poder Judiciário, passíveis de serem classificadas em **causas externas** e em **causas internas** relativamente ao mecanismo judiciário e ao sistema de administração da justiça.

Considera-se causas externas aquelas que concorrem para a existência de um número muito grande de litígios judiciais e aquelas que influenciam na sua tramitação.

Dentre as primeiras, urge destacar a existência de **normas jurídicas materiais que são verdadeiras fontes de litígios**, como, para nos atermos ao exemplo mais gritante, as Medidas Provisórias editadas pelo Poder Executivo. De outra parte, não houvessem gravíssimas questões jurídicas envolvendo a Previdência Social, as demandas acidentárias e tributárias, as ações que têm o próprio Estado no pólo passivo da relação jurídica processual (a esgotar todas as instâncias, por mero dever de ofício) e talvez a Justiça estivesse mais desembaraçada para cuidar de demandas privadas, que são inevitáveis. Não atravessasse o País a grave crise de desemprego, de falta de educação e de



lazer para os mais desfavorecidos e, com certeza, a violência não estaria à solta, a atulhar de processos a Justiça Criminal.

As causas externas que influenciam o trabalho judiciário são as normas processuais.

Sob este aspecto, porém, cumpre deixar registrado que o sistema processual brasileiro vem levando, indevidamente, a culpa quase que exclusiva pela demora da prestação jurisdicional. Mas, esta é uma meia verdade. Se há aperfeiçoamentos a serem instituídos no nosso sistema processual, a verdade é que o **direito substantivo é que provoca a avalanche de demandas**, às quais serve – nem sempre muito bem – o direito processual, que é mero instrumento.

Por outro lado, não se olvide que um sistema processual busca encontrar o equilíbrio entre a rapidez da entrega da tutela jurisdicional e a justiça dos julgados. sendo bom remarcar que o excesso de rapidez compromete a justiça das decisões e, vice-versa, o zelo extremo em se buscar a decisão mais justa retarda o julgamento.

Mais: o **sistema recursal** previsto nas leis processuais está intimamente ligado ao **preparo do juiz e à confiança que se deposita na imparcialidade do magistrado**.

Este substitutivo, embora atento às causas externas que podem concorrer para a demora, a insegurança e a parcialidade da Justiça, cuida, como não poderia deixar de ser, quase que exclusivamente, das causas internas de tais problemas, que é este, o seu âmbito próprio de reformulação.

Referidas **causas internas** foram consideradas em suas três vertentes principais:

- (i) a simplificação dos ramos do Poder Judiciário postos a serviço do cidadão;
- (ii) o maior cuidado com a carreira da magistratura e com a formação dos juizes.
- (iii) a criação de órgãos que possam exercer a avaliação dos serviços jurisdicionais, propondo medidas para adequá-los à realidade nacional.

Vejamos cada uma delas em separado.

## **A SIMPLIFICAÇÃO DOS RAMOS INTERNOS DO PODER JUDICIÁRIO POSTOS A SERVIÇO DO CIDADÃO**

Num País como o Brasil, dada a sua extensão territorial e as enormes diferenças regionais, inimaginável, por ora, a existência de um único ramo do Poder Judiciário.

Por outro lado, a proliferação de *Justiças Internas* provoca efeitos indesejáveis, a começar pela dificuldade que tem a pessoa comum de entender o mecanismo judiciário, transformado para ela num verdadeiro e insondável mistério, do qual entende apenas os iniciados, e, justamente por isso, alvo de sua desconfiança. E, por esta primeira razão, da Justiça se afasta o homem comum, sem se dar conta que está abrindo mão de um de seus mais fundamentais direitos: o acesso ao Judiciário.

Também são injustificáveis os custos com a manutenção de tantos ramos do Poder Judiciário.

Um País com enormes e notórias carências como o Brasil não pode se dar ao luxo de manter diversas estruturas com a mesma finalidade, muitas vezes até com atribuições superpostas. Princípio elementar de racional divisão e execução de um trabalho recomenda a utilização da mesma infra-estrutura por vários órgãos que exercem a mesma atividade-fim. Apenas para ilustrar, lembramos do sistema de informática, que pode ser o mesmo: de serventias e órgãos auxiliares, que precisam de poucos cargos de chefia e de mais serventuários: a realização de citações e intimações, que podem ser feitas por um mesmo oficial de justiça, a cumprir um roteiro programado pelos bairros e pelas ruas da cidade etc.

O sistema atual provoca, ainda, a falta de entrosamento entre órgãos jurisdicionais diversos que, pertencendo a segmentos distintos, deixam de considerar a realidade jurídica como um todo.

Com efeito. A demanda judicial é um reflexo da inobservância espontânea das normas jurídicas materiais. A repetição de demandas da mesma espécie, porém, é um sintoma claro da insuficiência das normas jurídicas materiais para disciplinar uma determinada situação de fato, elevada, por elas, à categoria de situação de direito. Se há muitas ações executivas fiscais é porque o sistema tributário não é bom; se inúmeras são as ações trabalhistas é porque as normas que regulam as relações do trabalho deixaram de ser atuais e assim por diante.



Ora, é incrível que os órgãos jurisdicionais, por onde passam todas as demandas, não possam ter uma visão de conjunto desta gravíssima questão (pois o mesmo problema, com enfoques técnicos diversos são levados, muitas vezes, a órgãos de “Justiças” diversas) os quais, deixando um pouco de lado o nobre mister de julgar, passem a interferir, decisiva e positivamente, no próprio ordenamento jurídico pátrio. A Magistratura, integrada, pode se transformar em fundamental agente de prevenção de demandas: a atividade que se espera de uma magistratura preventiva, apta a enfrentar os desafios de um novo sistema econômico mundial.

Por estas razões essenciais, o presente Substitutivo considera que são necessárias apenas:

- (i) a Justiça Federal;
- (ii) a Justiça do Distrito Federal e Territórios; e
- (iii) as Justiças Estaduais.

Neste novo contexto, a Justiça Federal conserva a sua antiga competência e, ainda, assume as da Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar Federal.

No que concerne à Justiça do Trabalho, o substitutivo acaba com os juizes classistas e entende que as profundas alterações que estão ocorrendo – e que estão por ocorrer – nas tradicionais relações de emprego, graças, especialmente, à chamada globalização da economia e à automação industrial, devem encontrar um novo mecanismo judiciário, mais arejado e mais preparado para enfrentá-las, em curtíssimo prazo.

A Justiça Eleitoral também não deve ficar à mercê de injunções de momento, especialmente pela composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, cuja formação, não raramente, já define, de antemão, a tendência dos julgados nesta ou naquela direção partidária.

Finalmente, a Justiça Militar, que como é público e notório, acabou se hipertrofiando e, por outro lado, deixando a população às escuras quanto ao que efetivamente ocorre dentro de seus extrapolados limites de atribuições, não mais encontra motivo plausível para ficar à parte do sistema judiciário.

A Justiça do Distrito Federal, cuja jurisdição se exerce nos seus próprios limites territoriais, permanece com as causas que já eram de sua competência e continua a exercer as competências da Justiça Federal.



Nos Estados, o Substitutivo considera a existência de apenas um tribunal – O Tribunal de Justiça – que passa a ser integrado pelos Tribunais de Alçada e pelos Tribunais de Justiça Militar Estadual, onde existem.

Encerrando os injustificáveis privilégios concedidos de há muito à União, quando tem que participar do processo, o Substitutivo prevê sua absoluta igualdade em relação às partes privadas e, por esta razão, nas comarcas do interior dos Estados, onde não houver Juízo da Justiça Federal, a competência deste será exercida pelos juizes de primeira Instância da Justiça Estadual, cuja carreira absorverá os juizes militares estaduais.

### **MAIOR CUIDADO COM A CARREIRA DA MAGISTRATURA E COM A FORMAÇÃO DOS JUÍZES**

Não será preciso demonstrar que as Faculdades de Direito não conseguem formar bacharéis com conhecimento mais profundo da Ciência Jurídica: não serão outras, por exemplo, as razões que determinaram a criação dos exames de suficiência ao final dos cursos e os exames para a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Contudo, as carreiras da Magistratura freqüentemente apresentam claros que precisam ser preenchidos com rapidez, dada a demanda dos serviços judiciais.

Assim, o quadro que se encontra hoje pelo Brasil é o de uma magistratura repleta de recém formados que assumem, sem nenhuma experiência profissional anterior e de pronto, a magistratura plena.

O concurso de ingresso na carreira, por mais difícil que seja, é apenas circunstancial e episódico: avalia tão-somente os conhecimentos jurídicos do candidato, que, se importantes, nem de longe são os únicos requisitos exigíveis para o bom e equilibrado exercício da judicatura.

O Substitutivo entende que não seria o melhor caminho exigir dos interessados alguns anos de experiência na advocacia, pois, além de sua problemática aferição substancial (e não meramente formal), em dúvida ela contribuiria para que vocações genuínas se perdessem pelo tempo decorrido e, com certeza, canalizaria para a magistratura um sem número de frustrações profissionais.

A idéia que se encontra no Substitutivo consiste em não exigir esse “período de experiência”, mas sujeitar os que ingressam na carreira da magistratura à freqüência em Curso de Formação Profissional pelas Escolas Superiores da Magistratura, durante o qual

seria avaliado não apenas do ponto de vista de seu preparo jurídico, como também sob o aspecto de sua vocação e adaptação às atividades judicantes. Prevê-se, ainda, que tais Cursos possam completar a própria formação humanística do magistrado, dar-lhes conhecimentos de administração (no futuro, serão os diretores dos fóruns e corregedores dos serviços auxiliares do foro judicial e extrajudicial) e uma visão mais real da própria sociedade brasileira (hoje, o sistema de recrutamento por concurso público se assemelha muito ao antigo sistema eleitoral censitário: apenas os mais abastados podem frequentar escolas de primeiro grau particulares – que são as melhores – e depois, as melhores universidades – normalmente as públicas – constituindo, em seguida, a maioria dos aprovados).

De outra parte, como veremos adiante, sua atribuição jurisdicional não é plena desde logo, mas é adquirida gradualmente.

***CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS QUE POSSAM EXERCER A AVALIAÇÃO  
DOS SERVIÇOS JURISDICIONAIS E DO FORO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.  
PROPONDO MEDIDAS PARA ADEQUÁ-LOS À REALIDADE NACIONAL***

Dos três ramos de Poder do Estado, o Judiciário é o único que não é renovado de tempos em tempos, pelo voto direto e secreto.

Nas circunstâncias históricas em que se o Poder Judiciário se firmou, justificada a sua composição por concurso e a investidura vitalícia, que representam mais um dos reflexos da luta pela afirmação das garantias e direitos individuais contra o Estado Absoluto.

Sem um Poder Judiciário estável, com garantias perenes, os direitos individuais seriam letra morta nas Constituições. Como não superamos totalmente este estágio de evolução, a escolha dos magistrados por concurso e a garantia de vitaliciedade são justificadas, até hoje.

Todavia, esta especial condição do Poder Judiciário trouxe, por assim dizer, um efeito colateral indesejável: a incapacidade de auto reflexão, de autocrítica, de um necessário e constante repensar sobre a qualidade e a maneira pela qual deve prestar seus serviços.

Salvo honrosas exceções (que, como sempre, apenas confirmam a regra), uma vez investido no cargo de magistrado de um dos tribunais do País, e, pois, nos órgãos de direção do Poder Judiciário, sem a “ameaça” de ser substituído eleitoralmente, o



magistrado, infelizmente, se acomoda e parece, então, que a Administração da Justiça está tão longe de suas responsabilidades como os destinos da economia mundial. O tempo e os anseios da nação, hoje concretizados pelos movimentos em prol da reforma do Judiciário são provas cabais do que se afirma.

Noutros termos: os acertos e erros provocados pela eleição democrática dos integrantes do Poder Executivo e Legislativo (que ainda é o melhor caminho disponível) jamais terão qualquer influência sobre os membros do Poder Judiciário – e, daí, a acomodação, quase inevitável.

O presente Substitutivo cria, por estas razões, dentro do próprio Poder Judiciário, um órgão de supervisão, que receberá todas as informações necessárias para poder propor as mudanças no sistema, sejam de ordem legal ou administrativa e disciplinar, sem interferir na atividade jurisdicional dos órgãos judiciários.

Não é razoável que a lei de organização judiciária, v.g., seja de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, pois dos serviços judiciários ele pouco entende e nem é exigível que entenda. Mais: nem mesmo encontra motivação política para atuar em relação a um outro Poder, que, se bem desempenhar suas funções, pouco ou nada lhe renderá eleitoralmente – e embora a realidade, que todos sabem, seja esta – nem sempre vem descrita em toda a sua nudez. Muito mais lógico é o sistema preconizado pelo Substitutivo, que entrega esta missão a um órgão que tem experiência na área, que recebe todos os dados e informações a respeito e, sobretudo, tem interesse na melhoria dos serviços jurisdicionais e nas atividades auxiliares do foro judicial e extrajudicial.

No que pertine à atividade disciplinar desses órgãos, ela é complementar, mas indispensável.

É que as mesmas razões que levaram o Poder Judiciário a se acomodar quanto às suas próprias atribuições e organização, desenvolveram ao longo dos tempos um poderosíssimo espírito de corpo, que descabe num Estado de Direito Democrático. Se a infração penal praticada por magistrado é investigada e punida, o mesmo, infelizmente não se pode dizer de um sem número de infrações administrativas e de desrespeito aos direitos do cidadão. Abuso de poder e de prerrogativas, violação aos prazos processuais, para ficarmos apenas nos mais evidentes, são atos diariamente praticados e tolerados, já que os atuais mecanismos, perversamente, acabam se voltando contra aquele que faz uma representação aos órgãos corregedores da Justiça.



A composição dos mencionados órgãos é eclética: dele participam Presidentes de tribunais, um representante do Poder Executivo, o chefe do Ministério Público, magistrados e advogados, alguns como membros natos (pela função que exercem), outros eleitos pelos seus pares, para investidura de dois anos. Somente assim será possível inserir no âmbito do Poder Judiciário um mecanismo de permanente reavaliação e de propostas para a correção do sistema de administração de justiça e do próprio ordenamento jurídico.

Postas as premissas gerais da reforma contida no substitutivo, algumas questões específicas, de maior importância, merecem considerações em separado.

#### **A) O Supremo Tribunal Federal**

O Supremo Tribunal Federal continua sendo o órgão máximo do Poder Judiciário Nacional, com sede Capital Federal (art. 92, I, "a" e § 1º).

Dado o conhecido acúmulo de processos no Supremo Tribunal Federal, o Substitutivo prevê para ele quinze Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 110).

Sua nomeação, entretanto deverá ser feita pelo próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal (art. 110, parágrafo único), pois este é chefe de um dos ramos do Poder, situando-se no mesmo nível hierárquico do Presidente da República e o Poder Judiciário deve guardar a maior independência possível do Poder Executivo.

A idade máxima de sessenta anos se justifica dado que a aposentadoria é compulsória aos setenta – e pelo menos dez anos, há de se servir ao órgão de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro.

A forma de escolha foi alterada pelo Substitutivo: cabe ela, alternativamente, ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados, sempre aprovada pelo Senado Federal. O objetivo claro é o de impedir a constituição do Supremo Tribunal Federal de acordo com a vontade exclusiva do Executivo, dado que a exigência de aprovação pelo Senado Federal nada significa, sob este aspecto, pois sempre aquele terá um nome de seu agrado que possa ser aprovado por este último.

A competência do Supremo Tribunal Federal foi reduzida (art. 111), a fim de torná-lo efetivamente, como já enfaticamente proclama o texto constitucional, em órgão jurisdicional a quem cabe, precipuamente, a guarda da Constituição.

Contudo, pela posição que o Supremo Tribunal Federal ocupa na hierarquia dos órgãos jurisdicionais, deve ter também uma competência originária, para as ações contra determinadas pessoas, ocupantes dos mais altos cargos da República.

Nesta sua competência originária, porém, entende o Substitutivo que não cabe o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade e dos crimes políticos praticados por aquelas mesmas autoridades, razão pela qual esta atribuição deve passar a ser do Senado Federal, o que implica alterar a redação do art. 52.

Assim, o Supremo Tribunal Federal julgaria, nas infrações penais comuns, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, os Senadores da República, os Deputados Federais e os membros do Tribunal de Contas da União e o Senado Federal, nos crimes políticos e de responsabilidade. Contudo os crimes de responsabilidade dos Senadores da República, dos Deputados Federais e dos membros do Tribunal de Contas da União continuam a ser da Suprema Corte, dadas as vinculações óbvias destes, com o Poder Legislativo.

Nas ações sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo o Substitutivo elimina o fictício contraditório, a cargo do Advogado-Geral da União (vigente § 3º, do art. 103), pois a autoridade ou órgão que os editou e que, em querendo, faça a defesa, nas suas informações.

De se salientar a competência prevista na alínea "c", do art. 111, do Substitutivo, consistente em **rever, de ofício, a constitucionalidade de Medida Provisória, no prazo de cinco dias de sua edição**. Editar Medida Provisória é uma atividade anômala do Poder Executivo, e, como tal, merece tratamento diferenciado em relação às leis emanadas do Poder Legislativo. Justifica-se, ainda, esta atribuição, porque a Medida Provisória acaba interferindo, de maneira direta e imediata, na vida de todos os cidadãos, sendo evidente a presença do interesse público no exame de sua conformidade com as normas constitucionais. De outra parte, melhor será o pronunciamento desde logo do órgão jurisdicional encarregado de velar pela Carta Magna que deixar a Medida Provisória surtir efeitos que serão posteriormente objeto de infindáveis demandas judiciais. O mérito da Medida Provisória, no entanto, dependerá do Poder Legislativo, que tem a atribuição para convertê-las em lei (art. 62 e parágrafo único da Constituição Federal).

Modifica-se, ainda, o próprio art. 62 e seu parágrafo único, a fim de dilatar o prazo de validade de medida provisória – para sessenta dias – e proibir a sua reedição.



O Substitutivo, ainda, cria as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal (e do Superior Tribunal de Justiça), que será um importante mecanismo para diminuir demandas e eficiente fórmula para apressar o julgamento dos recursos (art. 111, § 4º).

A súmula vinculante ainda concorre para acabar com a chamada "loteria do judiciário", que decorre de julgamentos (e medidas liminares) dispares sobre uma mesma situação jurídica ou norma legal, de acordo com os entendimentos singulares de magistrados diversos, a gerar tal perplexidade no cidadão, que, à falta de resposta para tão peculiar desfecho de demandas idênticas, vai encontrá-la, equivocadamente, na parcialidade do magistrado. E, o resultado, é o descrédito na Justiça.

Todavia, para que o entendimento sumulado não se eternize, são previstos sistemas para sua alteração, suficientemente amplos quanto à sua iniciativa (art. 111, § 4º).

Por fim, de nada basta a vinculação ao teor das súmulas apenas por parte dos órgãos do Poder Judiciário e, por esta razão, o Executivo e o Legislativo devem-se conformar com elas, sendo, sua violação, motivo de perda do cargo e responsabilização pessoal do agente político ou do agente público pelos danos causados (art. 111, § 5º).

Também se amplia a legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade e para a ação declaratória de constitucionalidade, estendendo-a ao Superior Tribunal de Justiça, aos Tribunais de Justiça Estaduais e ao Advogado-Geral da União (art. 112).

Cuidando-se de inconstitucionalidade por omissão, não suprida esta, a competência para a edição da medida fica sendo do Supremo Tribunal Federal (art. 112, § 2º).

O Superior Tribunal de Justiça situa-se, como o Supremo Tribunal Federal, fora das "Justiças" e deve absorver os atuais Tribunais Superiores (art. 92, I, "b"), motivo pelo qual deverá ter pelo menos cento e vinte cargos de Ministros (art. 113, *caput*).

Seus Ministros são nomeados pelo seu Presidente (desvinculação do Poder Executivo – art. 113 e parágrafo único), dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada, pelo Senado Federal, a indicação feita pelo Supremo Tribunal Federal, sendo, um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça Estaduais e outro terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e Territórios e Estadual, alternadamente.



O Superior Tribunal de Justiça assume algumas das atuais competências do Supremo Tribunal Federal, pois, como se explicou, o Substitutivo pretende com que este seja, prioritariamente, o guardião da Constituição.

Aumenta-se, ainda, os casos de sua competência originária pela qualidade das partes (art. 114, I) e continua como instância recursal ordinária (art. 114, II) e especial (art. 114, III), neste caso, para todas as causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais (que englobam os atuais Tribunais Regionais do Trabalho, Eleitoral e Militar), nos mesmos casos e hipóteses hoje vigentes.

#### **B) Do Conselho de Justiça da União e dos Conselhos de Justiça Estaduais**

Os membros da magistratura e advogados escolhidos para os Conselhos de Justiça (aos quais é vedada a recondução) terão dedicação plena por dois anos e têm as mesmas vedações dos juizes, recebendo subsídio igual, conforme o caso, ao dos Ministros do Supremo Tribunal Federal ou dos desembargadores do Tribunal de Justiça (art. 97 e § 1º).

Os Conselhos, nas respectivas áreas de atuação, exercem a supervisão orçamentária, administrativa e disciplinar do Poder Judiciário (art. 98, I, II e III, respectivamente) e do Ministério Público (art. 128, § 6º), recebendo, para tanto, informações sobre esses campos de atribuição provenientes de todos os órgãos jurisdicionais, auxiliares, serventias e dos serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público ou oficializados (art. 99) e do Ministério Público.

Cabe destacar as seguintes competências dos Conselhos de Justiça:

- (i) – **elaborar o plano plurianual** para o Poder Judiciário (art. 98, I, “d”);
- (ii) – **iniciativa de leis** – pois, se não a tiver, todo seu trabalho será meramente reflexivo e estará fatalmente perdido – nas seguintes áreas (art. 98, II):

(ii.a.) – o **Estatuto da Magistratura Nacional**, que conterà o Código de Ética da Magistratura Nacional, que hoje é de atribuição do Supremo Tribunal Federal (art. 98, vigente), sendo esta, pelo Substitutivo, atribuição privativa do Conselho de Justiça da União;

(ii.b.) – a **organização judiciária**, dispondo sobre a criação e extinção de tribunais, o número de seus integrantes e seus órgãos auxiliares e serventias, sobre o número de cargos no Superior Tribunal de Justiça (Conselho de Justiça da União), sobre a criação e extinção de cargos de primeira instância da carreira da Magistratura, de suas

serventias e órgãos auxiliares, sobre os serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público ou oficializados, sobre as alterações da divisão judiciária e matérias correlatas (hoje de iniciativa exclusiva da Presidência da República, pelo art. 61, § 1º, II, “b”, vigente);

(ii.c.) - **normas de direito material**, quando demonstrada sua condição de fato gerador de litígios judiciais, **normas de processo e procedimento**, visando a maior celeridade da prestação jurisdicional e o amplo acesso à Justiça, **normas para simplificação do inquérito policial**, tendo em vista a rapidez das investigações, **normas de para o procedimento do inquérito civil**, assegurada a ampla defesa e os recursos a ela inerentes;

(ii.d.) - **criação e extinção de órgãos dos serviços notariais e de registro, delegatários do Poder Público Federal ou oficializados e sistemas de sua atuação**;

(iii) - **atividades disciplinares** sobre os membros da magistratura, órgãos auxiliares, serventias e órgãos de serviços notariais e de registro que atuam por delegação do Poder Público ou oficializados, inclusive por excesso de prazo (art. 98, III).

Saliente-se, pela sua importância e ineditismo, a atuação dos Conselhos de Justiça em **relação órgãos dos serviços notariais e de registro, delegatários do Poder Público Federal ou oficializados**, que hoje, pode-se dizer, agem quase sem controle quanto ao seu sistema de atuação e número de órgãos. O cidadão, que deles não pode prescindir, por determinação do Poder Público, não conta, no âmbito deste, com um órgão que imponha a criação de tantos quantos sejam necessários para seu satisfatório atendimento.

Por outro lado, a organização do sistema de distribuição de Justiça deve contar com uma espécie de “gatilho”, que determine a ampliação ou restrição dos órgãos e serviços, quando atingidos certos níveis de demanda (art. 98, II, “a”, n.º 1). Cuida-se de um instrumento indispensável para que haja efetivo acesso à Justiça.

Finalmente, o substitutivo traz a solução para um dos mais graves problemas da Justiça: **o descontrole dos prazos processuais e administrativos**. Não basta a existência de um sistema que exija grandes formalidades para entrar em ação e, o que é pior, exponha o reclamante a quem do reclamado precisa constantemente – estes mecanismos, existentes, jamais são acionados. Não nos cabe ocultar o que todo mundo sabe: o sistema correicional vigente é letra morta. O que se propõe é a informalidade da



reclamação e desnecessidade de identificação do interessado, já que o fato em si mesmo – a violação do prazo – pode ser apurado pelo simples exame documental (art. 98, § 5º).

### **C) Da Justiça Federal**

Os órgãos jurisdicionais da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais e as Juízos Federais.

Os Tribunais Regionais Federais, pelas razões já expostas, passam a ser integrados pelos atuais Tribunais Regionais do Trabalho, Eleitorais e Militares, da respectiva Seção Judiciária, adquirindo-lhes as competências.

Presumivelmente, deverão atuar por turmas especializadas, o que é previsto no Substitutivo (art. 116, § 1º) e terão sob sua subordinação as Juntas Eleitorais (art. 116, § 2º).

De se salientar que o Substitutivo confere aos Tribunais Regionais Federais atribuições sobre as **relações de trabalho** (atualmente da Justiça do Trabalho).

Neste ponto, importante frisar que o Substitutivo lhe confere o poder de **homologar acordos coletivos sobre relações do trabalho, de vigência temporária, ainda que divergentes da legislação, desde que pleiteado pela maioria absoluta das partes envolvidas, sempre no interesse da preservação do emprego, comprovada devidamente esta circunstância** (art. 116, § 3º), que é de indiscutível atualidade e importância: as profundas mudanças na economia e nas relações do trabalho impõem que a preservação do emprego se coloque acima dos direitos individuais, que devem vigor em sua plenitude apenas em situações de normalidade.

Paralelamente, os Juízos de primeira instância, nos quais são investidos os juizes federais, ganham as competências das relações de emprego e militares, passando os juizes do trabalho e militares a integrar a carreira da magistratura federal.

Neste ponto o Substitutivo corrige uma impropriedade técnica da atual Constituição: órgãos jurisdicionais não são os juizes, como consta atualmente do Texto Magno, mas Juízos, nos quais há cargos de juizes, para o exercício de cujas competências são investidas pessoas físicas que, assim passam a ser agentes políticos.

Em três dispositivos (arts. 118, 119 e 120), o substitutivo cuida de dispensar à União o mesmo tratamento que a lei confere às partes privadas, pois nada justifica seus atuais privilégios dentro do processo.



Remarque-se que as competências da Justiça Federal são exercidas, no Distrito Federal, pela sua Justiça e, nos Estados, onde não houver Juízos daquela, pelos juízes estaduais de primeira instância.

#### **D) Da Justiça do Distrito Federal e Territórios**

Além das competências da Justiça Federal a Justiça do Distrito Federal tem as suas próprias atribuições (art. 121), com a definição de algumas de suas competências das originárias do seu Tribunal de Justiça no próprio texto constitucional (art. 122).

#### **E) Da Justiça dos Estados**

A competência da Justiça dos Estados é determinada por exclusão (art. 125), mas o Substitutivo também prevê algumas das competências originárias do seu Tribunal de Justiça (art. 124).

O presente Substitutivo busca também preencher uma grave lacuna no sistema da atual Constituição, que vem a ser a ação de **constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal**: hoje não há órgão jurisdicional com esta competência, ficando a hipótese relegada ao controle difuso, em casos singulares, com a indesejável multiplicação das demandas.

Pode ela ser atribuída ao Tribunal de Justiça Estadual, uma vez que o recurso a respeito, quando cabível, será para o Supremo Tribunal Federal, o que garantirá a uniformidade de interpretação da Constituição Federal.

#### **F) Da carreira da Magistratura**

O substitutivo busca harmonizar as carreiras das magistraturas de primeira instância da Justiça Federal, do Distrito Federal e dos Estados.

Todas elas têm três classes de cargos, classificados em **graus** para as duas primeiras e em **entrâncias**, para as últimas (art. 100).

A **ascensão na carreira**, que ocorre por promoção por merecimento e por antigüidade, alternadamente, obedece as seguintes regras:

- (i) ingresso no cargo de **juiz interino** (art. 101, I);
- (ii) **permanência** nesse cargo até completar o Curso de Formação de Magistrado, a ser ministrado pelas Escolas Superiores da Magistratura (sob orientação e direção dos Conselhos de Justiça – art. 98, IV e V), **com duração de quatro semestres** (art. 101, III);

- (iii) se concluído o curso com aproveitamento, nomeação para o cargo de **juiz substituto** (idem);
- (iv) **permanência** no cargo de juiz substituto **por dois anos**, para poder adquirir a vitaliciedade (art. 103, “a” c.c. art. 101, V);
- (v) promoção para o primeiro grau ou para primeira entrância, **após a vitaliciedade** (art. 101, V) e realizada por antigüidade, por inscrição automática, decorridos seis meses daquela (art. 101, V);
- (vi) promoção para os cargos ou entrâncias seguintes somente depois de permanência de **cinco anos** no cargo ou entrância anterior (98, VII, “b”);
- (vii) acesso aos tribunais após **vinte anos** de exercício em primeira instância, art. 98, IX);

Ainda: para a promoção por merecimento, são previstos critérios objetivos de aferição e realização de Cursos de Aperfeiçoamento, obrigatórios a cada três anos (art. 101, VII, “c”).

A atribuição aos juizes também é conferida **gradualmente**: o juiz **interino** somente pode atuar nos Juizados Especiais Cíveis, destinados a causas de menor complexidade e o juiz substituto somente pode ser designado para auxiliar o juiz titular em processos de conhecimento, mesmo assim, sem poder de proferir sentenças, ou, então, para assumir funções judicantes plenas nos juizados especiais (art. 101, IV e VI).

A **remoção**, segundo o Substitutivo, sempre será precedida da promoção e é de três espécies (art. 101, VIII), valendo destacar a decorrente de exercício, por mais de seis anos, em cargo de grau ou instância que não seja o último, da Capital (art. 101, VIII, “b”), pois não dá bons resultados, como regra, nem a curta e nem a eterna permanência do juiz no mesmo-local. Há, ainda, a previsão de remoção decorrente de manifestação popular, nos termos da lei (idem)

O Substitutivo veda a nomeação ou designação **para os cargos do judiciário que independem de concurso público**, de cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral, consanguíneo, afim ou por vínculo de adoção, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado em atividade ou aposentado, e nem este último (art. 101, XIV).

A respeito do chamado “**quinto constitucional**”, o Substitutivo traz uma **sistemática melhor** para a escolha e investidura de membros do Ministério Público e



advogados e introduz importante inovação: essa investidura será para dez anos, devendo os membros do Ministério Público, cessada aquela, retornar ao cargo de origem. A razão da norma é evidente. A investidura de membros do Ministério Público e de advogados diretamente nas funções jurisdicionais dos tribunais é feita para que estes órgãos tenham uma composição mista, integrados por aqueles que estiveram atuando numa outra posição processual. Todavia, sendo vitalícia a investidura, após muitos anos não terão eles como manter a antiga, saudável e desejável perspectiva sobre o fenômeno processual. Ora, se esta é a razão de ser do quinto constitucional, para preservá-la é preciso dar aos que alcançam os tribunais por esta via uma investidura a termo certo (art. 101, X).

Salvo para o Supremo Tribunal Federal, durante o período de férias forenses ou de férias individuais dos membros dos tribunais não haverá interrupção ou suspensão dos julgamentos, devendo ser convocados, na forma da lei, juizes do último grau ou da última entrância da carreira para substituí-los (art. 101, XV), pois as férias não podem prejudicar quem precisa dos serviços jurisdicionais.

Elimina-se, outrossim, a **indisponibilidade** e a **aposentadoria disciplinar**: ou o magistrado tem condições para exercer as atribuições de seu cargo, ou deve perder a investidura. Quando houver extinção do órgão jurisdicional, o magistrado será designado para outro, do mesmo nível, até sua promoção ou remoção (art. 101, XVI).

#### **G) Das garantias e das vedações dos magistrados**

As garantias previstas no substitutivo são as tradicionais, conquanto imponha um procedimento próprio para que o juiz adquira a vitaliciedade, para que possam ser devidamente apurados não apenas o seu desempenho funcional como também sua vocação e equilíbrio para o exercício da função (art. 103, "a").

Quanto às vedações, mantidas ficam as vigentes (eliminando-se a acumulação de um cargo no magistério, pois o que importa é a compatibilidade de horários das aulas, sejam quantos forem os cargos, a critério do respectivo tribunal – art. 104, "a") e acrescentando-se as seguintes:

- I. pronunciamentos de natureza político-partidária (art. 104, "c", segunda parte);
- II. manifestação de opiniões pessoais a respeito de quaisquer situações jurídicas submetidas à apreciação pelo Poder Judiciário, antes de decisão final (art. 104, "d");



III. fundamentação de decisão com opiniões pessoais a respeito de fatos que não guardam pertinência com o objeto do processo ou com considerações que conflitem com a parte decisória da sentença (art. 104, "e");

IV. exercício da advocacia, nos três anos que se seguirem a cessação da investidura no cargo de magistrado, salvo em se tratando de advogado que foi investido em cargo de tribunal (art. 104, "f").

Efetivamente, não deve o magistrado ter atividade político-partidária e nem fazer pronunciamentos dessa natureza, muitas vezes até mais prejudicial à Magistratura que aquela. Nem deve se pronunciar – como tem ocorrido – sobre situação a respeito da qual o Poder Judiciário ainda vai decidir, o que, muitas vezes, tem influenciado as decisões de juízes de primeiro grau. Em certos processos, não podendo condenar por falta de prova, a fundamentação da decisão é mais que uma condenação – e isto deve ser evitado, uma vez que consubstancia uma mera opinião pessoal do juiz. Por último, quem esteve no exercício do poder jurisdicional não deve advogar logo em seguida, pois isto tem gerado (e não se pode recriminar quem assim se manifesta) um sentimento de influência do ex-juiz sobre o Judiciário, que concorre para o descrédito da Justiça.

#### **H) Das competências privativas dos tribunais**

São mantidas, de um modo geral, as competências privativas dos tribunais, salvo as que digam respeito àquelas próprias da lei de organização judiciária, pelo que foi exposto acima (art. 105).

A alteração mais significativa que o Substitutivo introduz neste ponto diz respeito à eleição dos órgãos diretivos do tribunal, que passam a ser eleitos por todos os seus integrantes e à composição do órgão especial dos tribunais – aos invés de integrado apenas pelos mais antigos, estes serão apenas um terço de seu total, sendo dois terços eleitos pelos demais, vedada a recondução, até que todos tenham tido oportunidade de participar (art. 105, parágrafo único).

O substitutivo exige *quorum* qualificado (maioria absoluta dos membros do tribunal) para (art. 106):

- (i) declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;
- (ii) conceder medida liminar ou cautelar em ações que versem sobre processo legislativo, direitos e prerrogativas decorrentes de mandato

eletivo e competências exclusivas de órgãos do Poder Legislativo e do Chefe do Poder Executivo:

- (iii) aplicar penas disciplinares aos membros da magistratura.

A matéria sob (ii), acima, se justifica pela sua excepcional relevância.

### **I) Dos Juízos de Primeiro Grau**

O Substitutivo busca disciplinar quais são os órgãos jurisdicionais de primeira instância (art. 107):

- (i) **Juízos Cíveis e Criminais**, com competência especializada ou comum;
- (ii) **Juizados Especiais Cíveis**, para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, a serem definidas em lei, inclusive as que digam respeito às relações de consumo e do trabalho;
- (iii) **Juizados Especiais Cíveis Itinerantes**, com as atribuições previstas no inciso anterior, que funcionarão após o término da jornada de trabalho no local em que for instalado, com aproveitamento de estabelecimentos públicos ou comunitários e com permanência mínima de três meses, para atendimento da população mais carente;
- (iv) **Juizados de Instrução Criminal**, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, permitida a transação, nos termos da lei.

Para as infrações penais de menor potencial ofensivo, ficam criados os **Juizados de Instrução**, evitando-se a inútil repetição, em juízo, de atos investigatórios feitos em inquéritos policiais, podendo haver o aproveitamento de delegados de polícia como juizes de instrução, desde que aprovados em cursos especiais na Escola Superior da Magistratura (art. 12, das disposições Transitórias).

De outra parte, o substitutivo busca abrir frentes de trabalho e valorizar o estudante de direito, prevendo convênios entre o Poder Judiciário e faculdades de direito, permitindo-lhes atuar como estagiário nos Juizados Especiais Cíveis, valendo, a função, como título para o concurso de ingresso na magistratura (art. 107, § 4º).

Para facilitar o acesso à Justiça e a sua rapidez, prevê-se, para os juizados, ritos sumaríssimos, necessariamente com a fase de conciliação prévia que, se realizada, isentará as partes de qualquer despesa processual, regido pela informalidade e pela

oralidade, devendo o recurso ser conhecido por turmas de julgamento formadas por magistrados de primeiro grau (art. 107, § 1º).

#### **J) Dos precatórios alimentares**

O Substitutivo conceitua os créditos alimentícios (art. 109, § 1º, primeira parte), cercando-os das seguintes garantias:

- (i) não pode ser pago precatório de outra natureza antes dos alimentares (art. 109, § 1º, parte final);
- (ii) estabelece a obrigação de um rigoroso controle dos precatórios, a ser mantido pela União, os Estados e os Municípios, que deverão publicar na imprensa oficial, no mês de agosto de cada ano, a relação dos que lhes forem enviados até o dia 1º de julho do mesmo exercício, bem assim aqueles que foram pagos e os pendentes de pagamento, desde a publicação anterior (art. 109, § 4º).

O Substitutivo busca adaptar o Ministério Público à reformulação do Poder Judiciário e à carreira da magistratura e, ainda, tem duas outras orientações, ambas no sentido de fortalecer a Instituição: uma referente à escolha e destituição de seu chefe e outra concernente à subordinação do exercício de suas funções institucionais ao princípio da legalidade.

#### **A) REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL**

Assim, paralelamente à reorganização do Poder Judiciário, o Ministério Público Nacional passa a ser integrado por:

- (i) Ministério Público Federal;
- (ii) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- (iii) Ministério Público dos Estados.

Ao Ministério Público Federal passarão integrar os membros atuais do Ministério Público do Trabalho, Militar e o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União (art. 130).

Já os Ministério Público junto aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, passam à carreira do Ministério Público dos Estados (art. 130).



### **B) ESCOLHA E DESTITUIÇÃO DO CHEFE DA INSTITUIÇÃO**

Não mais se justifica a indicação do nome do Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público Federal, pelo Presidente da República.

Nem, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, que o respectivo Governador faça a escolha do o Procurador-Geral da Justiça, dentre nomes constantes de uma lista triplice, de acordo com seus critérios pessoais e políticos.

Após o advento da atual Constituição, o Ministério Público ganhou maturidade e tem prestado relevantes serviços à nação, que não precisam aqui ser demonstrados.

É hora de completar a tarefa dos constituintes e desligá-lo, de vez, do Poder Executivo.

Por estas razões, o Substitutivo prevê que cada Ministério Público, nos termos da lei, faça a escolha de quem deverá dirigi-lo e que seu nome seja aprovado pelo Poder Legislativo, que é aquele que pode interromper sua investidura a termo certo, prevista para três anos, sem recondução.

Por outro lado, a destituição do chefe do Ministério Público será de iniciativa concorrente do Poder Executivo e do Conselho de Justiça da União ou dos Estados, conforme o caso (art. 128, § 1º a 4º), mas decidida pelo Poder Legislativo, como já se frisou.

### **C) DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

A carreira dos diversos Ministérios Públicos que integram o Ministério Público Nacional devem seguir, rigorosamente, o modelo da carreira dos magistrados junto aos quais oficiam, sendo inteiramente aplicáveis aos seus membros, guardadas as diferenças existentes entre suas atividades e as dos juizes, as mesmas garantias e vedações.

O Substitutivo, assim, prevê a edição de Lei complementar (de iniciativa do Conselho de Justiça da União – art. 128, § 6º) que, estabelecendo o Estatuto Nacional do Ministério Público (e seu Código de Ética), deverá dispor sobre a organização, atribuições e funcionamento do Ministério Público Federal e do Distrito Federal e Territórios e normas gerais sobre a organização, atribuições e funcionamento dos Ministérios Públicos dos Estados, que terão seu perfil definitivo estabelecido em leis estaduais, cuja iniciativa é do respectivo Conselho de Justiça Estadual (art. 128, § 6º).

Completa-se, assim, a perfeita harmonia entre o Poder Judiciário e o Ministério Público.

#### **D) FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O Substitutivo mantém todas as atuais funções institucionais do Ministério Público, mas altera a redação do atual art. 129, *caput*, para inserir-lhe a expressão: “a serem exercidas nos termos previstos expressamente em lei”.

Conquanto a grande maioria das atribuições do Ministério Público estejam hoje disciplinadas em leis especiais (somente para recordar algumas – as chamadas Lei da Ação Civil Pública e Lei do Colarinho Branco, Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor), a verdade é que algumas das suas funções ainda precisam de tratamento legal.

A falta de legislação adequada – e ainda que em nome das melhores intenções – a verdade é que abusos têm sido praticados, pois o intérprete único e exclusivo da existência ou não de um interesse público a defender ou investigar é o membro do Ministério Público, consistindo, esta situação, numa verdadeira anomalia dentro do Estado de Direito Democrático, pois cuida-se de um poder que a nenhum outro órgão ou entidade do Estado vem conferido.

Ora, eleitos para representar a vontade do povo são os parlamentares, legítimos intérpretes das tendências de um dado momento histórico e que têm a missão de escrever nas leis o que a sociedade reclama e espera dos órgãos estatais.

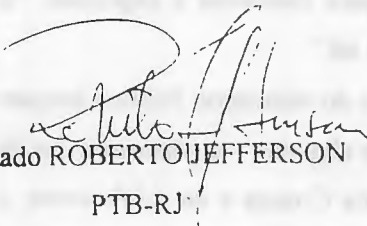
Houvesse eleição popular para o Ministério Público e legítimo seria ele mesmo decidir, numa área de discricionariedade imensa, o que deve e pode fazer, pois o controle de suas atividades pelo voto representaria um mecanismo natural de contrapeso à sua atuação.

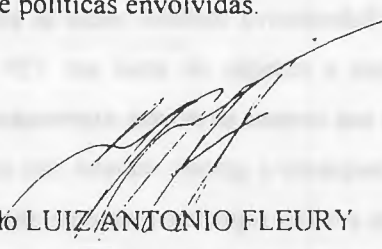
No sistema atual, porém, há que se inserir para o Ministério Público o princípio da estrita legalidade, pois a lei saberá estabelecer sistemas de controle e remédios jurídicos eficientes para abusos e desvios de poder.


Não há razão para que os crimes de responsabilidade e crimes políticos praticados pelo Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, os membros do Conselho de Justiça da União, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, sejam julgados pelo Supremo Tribunal Federal, dada a própria natureza desses delitos.



Melhor será, portanto, que o Senado Federal os julgue, pois saberá melhor apreciar as questões de responsabilidade e políticas envolvidas.

  
Deputado ROBERTO JEFFERSON  
PTB-RJ

  
Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY  
PTB-SP

  
Deputado CAIO RIELA  
PTB-RS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC (ASS009613)

AUTOR: ROBERTO JEFFERSON E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
4 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
9 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
10 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
11 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
12 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
15 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
16 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
17 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
18 - ATILA LIRA	PI	PSDB
19 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
20 - B. SA	PI	PSDB
21 - BABA	PA	PT
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - BISPO WANDERVAL	SE	PL
24 - CAIO RIELA	RS	PTB
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
27 - CELSO JACOB	RJ	PDT



28 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
29 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
30 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
31 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
32 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
33 - DE VELASCO	SP	PST
34 - DELFIM NETTO	SP	PPB
35 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
36 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
37 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
41 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
42 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
43 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
44 - ELISEU MOURA	MA	PPB
45 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
46 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
47 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
48 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
49 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
50 - FRANCISCO COELHO	MA	PFL
51 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
52 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
53 - GERALDO MAGELA	DF	PT
54 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
55 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
56 - GILBERTO KASSAB	SP	PFL
57 - GILMAR MACHADO	MG	PT
58 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
59 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
60 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
61 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
62 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
63 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
64 - IRIS SIMOES	PR	PTB
65 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
68 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
69 - JAQUES WAGNER	BA	PT
70 - JOAO CALDAS	AL	PMN
71 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
72 - JOAO MAGNO	MG	PT
73 - JOAO MENDES	RJ	PMDB
74 - JOAO PAULO	SP	PT
75 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
76 - JOAO TOTA	AC	PPB
77 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
78 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL

79 -	JORGE COSTA	PA	PMDB
80 -	JORGE WILSON	RJ	PMDB
81 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
82 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
83 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
84 -	JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
85 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
86 -	JOSE GENOINO	SP	PT
87 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
88 -	JOSE MELO	AM	PFL
89 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
90 -	JOSE RONALDO	BA	PFL
91 -	JOSUE BENGTON	PA	PTB
92 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
93 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
94 -	LINCOLN PORTELA	MG	PST
95 -	LUCIANO BIVAR	PE	PSL
96 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
97 -	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
98 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
99 -	LUIZ MOREIRA	BA	PFL
100 -	LUIZ SERGIO	RJ	PT
101 -	MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
102 -	MARCELO DEDA	SE	PT
103 -	MARCIO MATOS	PR	PT
104 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
105 -	MARCOS AFONSO	AC	PT
106 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
107 -	MARCOS DE JESUS	PE	PST
108 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
109 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
110 -	MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
111 -	MEDEIROS	SP	PFL
112 -	MILTON TEMER	RJ	PT
113 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
114 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
115 -	MURILO DOMINGOS	MT	PTB
116 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
117 -	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
118 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
119 -	NELSON TRAD	MS	PTB
120 -	NEUTON LIMA	SP	PFL
121 -	NEY LOPES	RN	PFL
122 -	NICE LOBAO	MA	PFL
123 -	NILTON CAPIXABA	RO	PTB
124 -	NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
125 -	ODELMO LEAO	MG	PPB
126 -	OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
127 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
128 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
129 -	OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB

130 -	PADRE ROQUE	PR	PT
131 -	PASTOR JORGE	DF	PMDB
132 -	PASTOR VALDECI PAIVA	RJ	PST
133 -	PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
134 -	PAULO DE ALMEIDA	RJ	PPB
135 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
136 -	PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
137 -	PAULO LIMA	SP	PMDB
138 -	PAULO OCTAVIO	DF	PFL
139 -	PAULO PAIM	RS	PT
140 -	PAULO ROCHA	PA	PT
141 -	PEDRO CHAVES	GO	PMDB
142 -	PEDRO CORREA	PE	PPB
143 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
144 -	PEDRO IRUJO	BA	PMDB
145 -	PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
146 -	PEDRO VALADARES	SE	PSB
147 -	PEDRO WILSON	GO	PT
148 -	PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
149 -	POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
150 -	PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
151 -	RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
152 -	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
153 -	RENILDO LEAL	PA	PTB
154 -	RICARDO BERZOINI	SP	PT
155 -	RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
156 -	RICARDO NORONHA	DF	PMDB
157 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
158 -	ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
159 -	ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
160 -	ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
161 -	ROBERTO PESSOA	CE	PFL
162 -	ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
163 -	RODRIGO MAIA	RJ	PFL
164 -	ROMEL ANIZIO	MG	PPB
165 -	RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
166 -	RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
167 -	RUBENS BUENO	PR	PPS
168 -	SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
169 -	SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
170 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
171 -	SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
172 -	SERGIO BARROS	AC	PDT
173 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
174 -	SERGIO NOVAIS	CE	PSB
175 -	SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
176 -	SIMAO SESSIM	RJ	PPB
177 -	SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
178 -	TELMO KIRST	RS	PPB
179 -	VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
180 -	VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT



181 -	WALFRIDO MARES GUIA	MG	PTB
182 -	WERNER WANDERER	PR	PFL
183 -	XICO GRAZIANO	SP	PSDB
184 -	ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
185 -	ZEZE PERRELLA	MG	PFL
186 -	ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	186	REPETIDAS: 45
TOTAL DE ASSINATURAS.....	231	

# ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

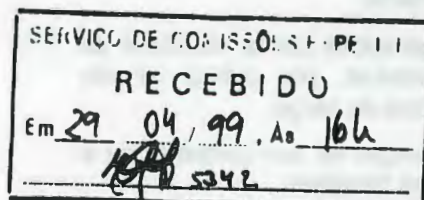
1 -	AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
2 -	AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
3 -	ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
4 -	ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
5 -	ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
6 -	ANTONIO JORGE	TO	PFL
7 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
8 -	CAIO RIELA	RS	PTB
9 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
10 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
11 -	CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
12 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
13 -	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
14 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
15 -	DR. HELIO	SP	PDT
16 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
17 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
18 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
19 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
20 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
21 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
22 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
23 -	JOAO MENDES	RJ	PMDB
24 -	JOSUE BENGTON	PA	PTB
25 -	JOSUE BENGTON	PA	PTB
26 -	LINCOLN PORTELA	MG	PST
27 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
28 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
29 -	MARCOS AFONSO	AC	PT
30 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
31 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
32 -	NEUTON LIMA	SP	PFL
33 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
34 -	PASTOR VALDECI PAIVA	RJ	PST
35 -	PAULO LIMA	SP	PMDB

36 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
37 - PAULO PAIM	RS	PT
38 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
39 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
40 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
41 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
42 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
43 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
44 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
45 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT

EMENDA Nº 014 - CE/99

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992  
(Apensa a PEC nº 112, de 1995)**



Introduz modificações na estrutura do  
Poder Judiciário.

**EMENDA ADITIVA**

Art. 1º Inclua-se, onde couber, na PEC nº 96, de 1992, os artigos que se seguem:

" Art. . O controle externo do Poder Judiciário será exercido pelo Conselho Nacional de Magistrados.

Art. . O Conselho Nacional de Magistrados será composto:

I – por três Ministros do Supremo Tribunal Federal;

II – por um Ministro dos Tribunais Superiores;

III – por três desembargadores dos Tribunais de Justiça;



IV – por um membro do Ministério Público da União;

V – por um advogado.

§ 1º O mandato dos membros integrantes do Conselho Nacional de Magistrados será de três anos, vedada a recondução.

§ 2º A vaga destinada a Ministro de Tribunal Superior será ocupada, em sistema de rodízio, por Ministro integrante do STJ, do TST e do STM, nessa ordem, eleito mediante votação do Pleno do Tribunal.

§ 3º As vagas destinadas aos desembargadores dos Tribunais de Justiça serão ocupadas por desembargadores integrantes de Tribunais distintos, escolhidos por seus respectivos Tribunais, mediante votação do Pleno, obedecido sistema de rodízio entre os Tribunais de Justiça.

§ 4º A sequência do rodízio entre os Tribunais de Justiça a que se refere o parágrafo anterior será definida quando da composição do primeiro Conselho, em função do número de juízes integrantes do quadro da magistratura do Estado e do Distrito Federal.

§ 5º A vaga destinada a membro do Ministério Público da União será ocupada por Subprocurador-Geral da República, eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público da União.

§ 6º A vaga destinada a advogado será ocupada por um advogado com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, eleito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. . Compete ao Conselho Nacional de Magistrados, entre outras atribuições que vierem a ser estabelecidas em lei complementar :

I – processar e julgar, originariamente:

- a) denúncias e reclamações oferecidas contra membros da magistratura, federal ou estadual, por prática de ato atentatório à dignidade e decoro do cargo;
- b) a reclamação para a conservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- c) a execução de suas decisões relativas às denúncias e reclamações oferecidas contra membros da magistratura, federal ou estadual;

II – julgar, mediante recurso extraordinário, as reclamações contra atos atentatórios à boa ordem judicial, praticados por Tribunais ou juízes, decididas em única ou última instância, quando houver manifestação para a admissibilidade do recurso por maioria absoluta dos seus membros;

III – exercer funções de inspeção e controle permanente ou periódico, ordinário ou extraordinário, geral ou parcial.

Parágrafo único. É vedada a manifestação do Conselho



Nacional de Magistrados sobre o mérito das decisões proferidas.

Art. As sessões deliberativas do Conselho Nacional de Magistrados não poderão ser secretas, sendo suas decisões publicadas em órgão da imprensa oficial.

Parágrafo único. Só haverá restrição à publicidade dos atos praticados pelo Conselho Nacional de Magistrados quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Art. Lei complementar, de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre as competências, organização e funcionamento do Conselho Nacional dos Magistrados.”.

## JUSTIFICAÇÃO

O controle externo do Poder Judiciário insere-se dentre as reivindicações mais constantes da sociedade brasileira, que reclama contra atos arbitrários praticados por juízes e funcionários do Poder Judiciário, algumas vezes ao arrepio da lei, que não são coibidos, em razão do mais absoluto corporativismo, pelas atuais Corregedorias dos Tribunais.

Não são poucas as reclamações contra as decisões proferidas nas correições interpostas pelos advogados junto aos órgãos competentes e, pior, contra as verdadeiras perseguições que se desenvolvem – ao abrigo das lacunas da lei – contra as causas patrocinadas pelos advogados que ousaram interpor essas correições.

Nossa emenda pretende criar um órgão de controle externo do Poder Judiciário – o Conselho Nacional da Magistratura.

Inicialmente, definimos a composição do Conselho e a duração do mandato de seus membros.

Quanto à composição, cabem esclarecimentos em relação às vagas destinadas ao Ministro de Tribunal Superior e aos desembargadores de Tribunais de Justiça.

Nossa premissa básica foi a de não propor um Conselho com um número elevado de membros a fim de não reduzir a eficácia e eficiência de sua atuação.

Em consequência, definimos que nove integrantes seria um número adequado.

Para adaptarmos a representação dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal criamos um sistema de rodízio, ou seja, as vagas serão destinadas aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça, a cada nova composição do Conselho, segundo uma seqüência, o que permitirá, ao final de um certo número de composições, que todos os Tribunais Superiores e todos os Tribunais de Justiça tenham tido a oportunidade de comporem o Conselho Nacional de Magistrados.

Em relação aos Tribunais Superiores, determinamos que concorrerão à vaga o STJ, o TST e o STM, excluído apenas o TSE, que não tem uma composição fixa. A seqüência do rodízio já está estabelecida pela ordem em que os Tribunais são citados no dispositivo.

Com respeito aos Tribunais de Justiça a solução referente à seqüência do rodízio torna-se mais complexa. Como se faz necessário estabelecer um critério, optamos por fixar a seqüência a partir do número de magistrados que compõem os quadros da magistratura do Estado e do Distrito Federal. Isto é, o Estado com o maior número de magistrados será o primeiro da lista, sendo as demais posições definidas, sucessivamente, em razão desse mesmo critério.

Faz-se importante que se destaque que em cada composição corresponderá ao Tribunal do Estado ou do Distrito Federal apenas uma única vaga, portanto, integrarão o Conselho três desembargadores originários de Tribunais distintos.

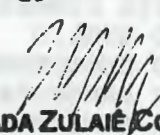
Indicamos, também, de forma não exaustiva, algumas das competências do Conselho, deixando explícito que outras atribuições poderão ser definidas em sede de lei complementar de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Definimos, ainda, que as sessões deliberativas deverão ser públicas e seus resultados publicados em órgão da imprensa oficial, a fim de tornar a atuação do Conselho, responsável pelo controle externo do Judiciário, transparente para a sociedade e para reduzir, pela publicidade, qualquer influência de natureza corporativa.



Por fim, ao tratarmos da competência do Conselho, para que não restem dúvidas e para evitar que contra a idéia se ergam os membros do Poder Judiciário, definimos que é vedada a sua manifestação sobre o mérito das decisões proferidas nos processos.

Sala da Comissão, em de de 1999.

  
DEPUTADA ZULAIE COBRA

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009614)

AUTOR: ZULAIE COBRA E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
7 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
8 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
9 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
10 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
11 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
12 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
13 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
14 - ANA CATARINA	RN	PMDB
15 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
16 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
17 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
18 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
19 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
20 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
21 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
22 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
23 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
24 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
25 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
26 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
27 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
28 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
29 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
30 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
31 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
32 - B. SA	PI	PSDB
33 - BETINHO ROSADO	RN	PFL



34 - BISPO-RODRIGUES	RJ	PL
35 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
36 - CABO JULIO	MG	PL
37 - CAIO RIELA	RS	PTB
38 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
39 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
40 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
41 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
42 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
43 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
44 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
45 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
46 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
47 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
48 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
49 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
50 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
51 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
52 - DE VELASCO	SP	PST
53 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
54 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
55 - DR. HELENO	RJ	PSDB
56 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
57 - EBER SILVA	RJ	PDT
58 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
59 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
60 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
61 - EDUARDO JORGE	SP	PT
62 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
63 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
64 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
65 - ESTHER GROSSI	RS	PT
66 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
67 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
68 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
69 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
70 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
71 - FERNANDO FERRO	PE	PT
72 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
73 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
74 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
75 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
76 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
77 - FLAVIO DERZI	MS	PMDB
78 - FRANCO MONTORO	SP	PSDB
79 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
80 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
81 - GILBERTO KASSAB	SP	PFL
82 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
83 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
84 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
85 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
86 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
87 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB

88 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
89 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
90 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
91 -	JAIR CARNEIRO	BA	PFL
92 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
93 -	JOAO CASTELO	MA	PSDB
94 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
95 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
96 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
97 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
98 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
99 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
100 -	JOSE GENOINO	SP	PT
101 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
102 -	JOSE MACHADO	SP	PT
103 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
104 -	JOSE TELES	SE	PSDB
105 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
106 -	JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
107 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
108 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
109 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
110 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
111 -	LUCIA VANIA	GO	PSDB
112 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
113 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
114 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
115 -	MALULY NETTO	SP	PFL
116 -	MARCAL FILHO	MS	PMDB
117 -	MARCELO CASTRO	PI	PMDB
118 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
119 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
120 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
121 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
122 -	MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
123 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
124 -	MARISA SERRANO	MS	PSDB
125 -	MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
126 -	MAURO FECURY	MA	PFL
127 -	MEDEIROS	SP	PFL
128 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
129 -	MILTON TEMER	RJ	PT
130 -	MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
131 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
132 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
133 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
134 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
135 -	NELO RODOLFO	SP	PPB
136 -	NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
137 -	NELSON MEURER	PR	PPB
138 -	NELSON OTOCH	CE	PSDB
139 -	NEUTON LIMA	SP	PDT
140 -	NEY LOPES	RN	PFL

141 -	NICE LOBAO	MA	PFL
142 -	NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
143 -	OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
144 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
145 -	OSVALDO COELHO	PE	PFL
146 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
147 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
148 -	PAULO MARINHO	MA	PFL
149 -	PAULO PAIM	RS	PT
150 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
151 -	PEDRO HENRY	MT	PSDB
152 -	PEDRO IRUJO	BA	PMDB
153 -	PEDRO WILSON	GO	PT
154 -	PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
155 -	PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
156 -	RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
157 -	REMI TRINTA	MA	PL
158 -	RICARDO IZAR	SP	PPB
159 -	RICARDO RIQUE	PB	PMDB
160 -	RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
161 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
162 -	ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
163 -	ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
164 -	ROBERTO BRANT	MG	PSDB
165 -	ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
166 -	RODRIGO MAIA	RJ	PFL
167 -	ROMEL ANIZIO	MG	PPB
168 -	ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
169 -	RONALDO CAIADO	GO	PFL
170 -	RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
171 -	RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
172 -	RUBENS BUENO	PR	PPS
173 -	SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
174 -	SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
175 -	SANTOS FILHO	PR	PFL
176 -	SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
177 -	SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
178 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
179 -	SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
180 -	SIMAO SESSIM	RJ	PPB
181 -	TETE BEZERRA	MT	PMDB
182 -	UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
183 -	URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
184 -	VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
185 -	VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
186 -	VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
187 -	VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
188 -	VILMAR ROCHA	GO	PFL
189 -	VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
190 -	WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
191 -	WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
192 -	WALDIR PIRES	BA	PT
193 -	XICO GRAZIANO	SP	PSDB
194 -	YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
195 -	ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
196 -	ZE INDIO	SP	PPB



197 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
198 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
199 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 199  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 199

EMENDA Nº 05 - CE/99

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA DE  
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992  
(Apensa a PEC nº 112, de 1995)**

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
<b>RECEBIDO</b>
Em <u>29</u> <u>04</u> / 99, às <u>16h</u>
<u>5842</u>

Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Art. 1º Dê-se ao texto do art. 101, da Constituição Federal, constante do art. 4º, da PEC nº 96, de 1992, a redação que se segue:

" Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e de reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta Senado Federal."

Art. 2º Inclua-se, onde couber, na PEC nº 96, de 1992, os artigos que se seguem:

" Art. . Um dos Ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal exercerá as funções de Ministro Corregedor Nacional.

Parágrafo único. O Ministro Corregedor Geral não participará dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal.

Art. . O mandato de Ministro Corregedor Geral será de três anos, vedada a recondução.

Art. . Lei complementar, de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre as competências do Ministro Corregedor Geral, entre as quais se inclui a de fazer correições sobre todos os órgãos jurisdicionais do País.”.

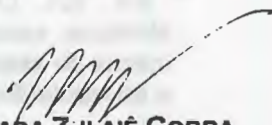
### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a criar, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o cargo de Ministro Corregedor Geral.

Em razão da complexidade e do volume de tarefas a serem executadas por esse Ministro no desempenho da função, o estamos excluindo das votações do Tribunal. Em consequência, para não haver problemas de **quorum** ou aumento da carga de processos de cada Ministro, sugerimos a ampliação do número de Ministros do STF de onze para doze membros.

Como a definição de competências é tarefa a exigir um profundo estudo – em razão da novidade do tema – definimos que lei complementar irá tratar da matéria, ressaltando, porém, que, obrigatoriamente, deverá ser incluída entre as suas competência a de fazer correições em todos os órgãos jurisdicionais do País.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADA ZILAIÉ COBRA

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009615)

AUTOR: ZULAIE COBRA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
7 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
8 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
9 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
10 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
11 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
12 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
13 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
14 - ANA CATARINA	RN	PMDB
15 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
16 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
17 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
18 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
19 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
20 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
21 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
22 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
23 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
24 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
25 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
26 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
27 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
28 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
29 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
30 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
31 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
32 - B. SA	PI	PSDB
33 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
34 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
35 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
36 - CABO JULIO	MG	PL
37 - CAIO RIELA	RS	PTB
38 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
39 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
40 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
41 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
42 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
43 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
44 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
45 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
46 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
47 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PMDB
48 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
49 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB



---

50	-	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
51	-	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
52	-	DE VELASCO	SP	PST
53	-	DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
54	-	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
55	-	DR. HELENO	RJ	PSDB
56	-	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
57	-	EBER SILVA	RJ	PDT
58	-	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
59	-	EDINHO BEZ	SC	PMDB
60	-	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
61	-	EDUARDO JORGE	SP	PT
62	-	EDUARDO PAES	RJ	PFL
63	-	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
64	-	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
65	-	ESTHER GROSSI	RS	PT
66	-	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
67	-	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
68	-	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
69	-	FATIMA PELAES	AP	PSDB
70	-	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
71	-	FERNANDO FERRO	PE	PT
72	-	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
73	-	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
74	-	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
75	-	FETTER JUNIOR	RS	PPB
76	-	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
77	-	FLAVIO DERZI	MS	PMDB
78	-	FRANCO MONTORO	SP	PSDB
79	-	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
80	-	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
81	-	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
82	-	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
83	-	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
84	-	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
85	-	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
86	-	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
87	-	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
88	-	INALDO LEITAO	PB	PMDB
89	-	IVAN PAIXAO	SE	PPS
90	-	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
91	-	JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
92	-	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
93	-	JOAO CASTELO	MA	PSDB
94	-	JOAO LEAO	BA	PSDB
95	-	JOSE ANTONIO	MA	PSB
96	-	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
97	-	JOSE CHAVES	PE	PMDB
98	-	JOSE DIRCEU	SP	PT
99	-	JOSE GENOINO	SP	PT
100	-	JOSE LOURENCO	BA	PFL
101	-	JOSE MACHADO	SP	PT
102	-	JOSE PIMENTEL	CE	PT
103	-	JOSE TELES	SE	PSDB
104	-	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB

---

105	- JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
106	- JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
107	- LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
108	- LEO ALCANTARA	CE	PSDB
109	- LIDIA QUINAN	GO	PSDB
110	- LUCIA VANIA	GO	PSDB
111	- LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
112	- LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
113	- LUIZ FERNANDO	AM	PPB
114	- MALULY NETTO	SP	PFL
115	- MARCAL FILHO	MS	PMDB
116	- MARCELO CASTRO	PI	PMDB
117	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
118	- MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
119	- MARCOS CINTRA	SP	PL
120	- MARIA ABADIA	DF	PSDB
121	- MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
122	- MARINHA RAUPP	RO	PSDB
123	- MARISA SERRANO	MS	PSDB
124	- MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
125	- MAURO FECURY	MA	PFL
126	- MEDEIROS	SP	PFL
127	- MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
128	- MILTON TEMER	RJ	PT
129	- MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
130	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
131	- MORONI TORGAN	CE	PSDB
132	- MUSSA DEMES	PI	PFL
133	- NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
134	- NELO RODOLFO	SP	PPB
135	- NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
136	- NELSON MEURER	PR	PPB
137	- NELSON OTOCH	CE	PSDB
138	- NEUTON LIMA	SP	PDT
139	- NEY LOPES	RN	PFL
140	- NICE LOBAO	MA	PFL
141	- NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
142	- OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
143	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
144	- OSVALDO COELHO	PE	PFL
145	- PAULO FEIJO	RJ	PSDB
146	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
147	- PAULO MARINHO	MA	PFL
148	- PAULO PAIM	RS	PT
149	- PEDRO FERNANDES	MA	PFL
150	- PEDRO HENRY	MT	PSDB
151	- PEDRO IRUJO	BA	PMDB
152	- PEDRO WILSON	GO	PT
153	- PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
154	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
155	- RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
156	- REMI TRINTA	MA	PL
157	- RICARDO IZAR	SP	PPB
158	- RICARDO RIQUE	PB	PMDB
159	- RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB



160 - RITA CAMATA	ES	PMDB
161 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
162 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
163 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
164 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
165 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
166 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
167 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
168 - RONALDO CAIADO	GO	PFL
169 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
170 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
171 - RUBENS BUENO	PR	PPS
172 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
173 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
174 - SANTOS FILHO	PR	PFL
175 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
176 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
177 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
178 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
179 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
180 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
181 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
182 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
183 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
184 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
185 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
186 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
187 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
188 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
189 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
190 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
191 - WALDIR PIRES	BA	PT
192 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
193 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
194 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
195 - ZE INDIO	SP	PPB
196 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
197 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
198 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 198  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 198



Recebido na Comissão Especial  
 em 29 de 04 de 99  
 [Assinatura] 17:05h



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO

USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

EMENDA Nº

16-CE-99



CLASSIFICAÇÃO

COMISSÃO:

PEC 96-A/92 - PODER JUDICIÁRIO

AUTOR: DEPUTADO(A)

GONZAGA PATRIOTA

PARTIDO

UF

PAGINA

PSB

PE

1/15

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 52:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I .....,

II – processar e julgar os Ministros da Corte Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - .....,”

Dê-se a seguinte redação ao art. 92:

“Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I – a Corte Constitucional e o Supremo Tribunal de Justiça;

II – o Conselho Nacional de Administração da Justiça;

III .....

§ 1º A Corte Constitucional, o Supremo Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Administração da Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º A lei assegurará que a jurisdição, em todos os seus níveis, seja prestada de modo eficaz, instituindo sistema processual que permita a celeridade do procedimento, a

informalidade e o aproveitamento dos atos, só anulados ou renovados quando comprovado o prejuízo."

#### TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se no Capítulo do Poder Judiciário, após o atual art. 92, os seguintes artigos:

"Art... O Conselho Nacional de Administração da Justiça compõe-se de nove membros, escolhidos na forma da lei complementar, sendo:

I – um Ministro da Corte Constitucional, que será seu Presidente;

II – dois do Supremo Tribunal de Justiça, entre os quais será eleito o Corregedor;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um do Tribunal Superior Eleitoral da classe dos juristas (art. 119, II) e um do Superior Tribunal Militar;

IV – dois Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um Juiz de Tribunal Regional Federal.

Art.... O Conselho Nacional de Administração da Justiça exercerá, na forma da lei complementar, de ofício ou mediante provocação do Procurador-Geral da República ou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem prejuízo da atividade correicional dos tribunais, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentadores no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – definir e fixar, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário e das associações representativas das carreiras jurídicas, plano de metas e o planejamento estratégico, e plano e programas de avaliação institucional e do funcionamento do Poder Judiciário, tendo em vista o aumento da eficiência, racionalização, incremento da

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <b>16-CE-71</b>	
PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	
COMISSÃO: PEC 96-A/92 - PODER JUDICIÁRIO			
AUTOR: DEPUTADO(A) GONZAGA PATRIOTA		PARTIDO PSB	UF PE
		PAGINA 3/15	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>produtividade e maior eficácia do sistema, garantindo mais segurança, celeridade e maior acessibilidade na realização dos serviços da Justiça;</p> <p>III – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e manifestar-se sobre os planos e programas de investimentos dos órgãos do Poder Judiciário.”</p> <p>Dê-se ao <i>caput</i> e ao inciso V do art. 93 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 93. Lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal de Justiça disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:</p> <p>I - .....</p> <p>V – os subsídios dos Ministros da Corte Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça são equivalentes; o dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros da Suprema Corte de Justiça e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º.”</p>			



Inclua-se no art. 96, com a reordenação dos demais incisos :

“Art. 96. Compete privativamente:

.....  
III – à Corte Constitucional, em matéria constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores, em matéria infraconstitucional, editar, mediante o voto de dois terços dos seus membros, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário submetidos à sua jurisdição e à administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento;

IV – à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores processar e julgar as reclamações para a preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial, inclusive dos juizados especiais ou dos arbitrais, e anular o ato administrativo reclamado.

§ 1º A lei estabelecerá, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores:

a) os pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência, admitindo-se seleção das causas a serem decididas, segundo critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica;

b) os casos de edição de súmulas vinculantes e o procedimento a ser observado para sua edição, revisão e cancelamento; e

§ 2º À Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores é facultada a iniciativa da lei de que trata o parágrafo anterior e de matérias pertinentes ao exercício da função jurisdicional e da atividade judiciária.”

Dê-se a seguinte redação ao art. 101, na Seção II do Capítulo III:

“Art. 101. A Corte Constitucional compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os Ministros da Corte Constitucional serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal e terão o mandato de seis anos.

§ 2º Para fins de escolha, a Corte Constitucional encaminhará lista triplíce ao Presidente da República, elaborada tendo por base listas sêxtuplas oriundas do Conselho Nacional de Administração da Justiça, do Ministério Público e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.”

Dê-se a seguinte redação aos arts. 102, 103 e 105:

#### “Da Corte Constitucional

**Art. 102.** Compete à Corte Constitucional, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de lei, ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante;
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I;
- d) o *habeas-corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas-data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República, do Conselho Nacional de Administração da Justiça e da própria Corte Constitucional;



e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

f) o *habeas-corpus*, quando coator o Tribunal Superior Eleitoral, ou o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição da Corte Constitucional, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

g) o *habeas-corpus*, quando o coator for o Supremo Tribunal de Justiça e a coação decorrer do descumprimento de preceito desta Constituição;

h) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes (art. 96, IV);

j) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

l) a ação em que todos os membros da magistratura sejam, direta ou indiretamente, interessados e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam, direta ou indiretamente, interessados;

m) os conflitos de competência entre o Supremo Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores, e entre o Tribunal Superior Eleitoral e qualquer outro tribunal ou juiz;

n) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

o) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal Superior Eleitoral ou da própria Corte Constitucional.

II – julgar, em recurso ordinário, o *habeas-corpus*, o mandado de segurança, o *habeas-data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral, se denegatória a decisão;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais, quando a decisão recorrida:



§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pela Corte Constitucional, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito proferidas pela Corte Constitucional na forma do art. 102, I, "a", a partir da sua publicação oficial, produzirão eficácia contra todos e terão efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, podendo ser liminarmente determinada a suspensão da execução das decisões proferidas por tribunais e juizes.

**Art. 103.....**

§ 3º Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá a Corte Constitucional, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, ou de outro momento que venha a ser fixado.

§ 4º Suscitada, em determinado processo, relevante controvérsia constitucional que acarrete grave insegurança jurídica, incluída a arguição de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição, a Corte Constitucional, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no *caput* deste artigo, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo, a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.

**Do Supremo Tribunal de Justiça**

**Art. 105.** Compete ao Supremo Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, após autorização da respectiva Assembléia e obedecido o art. 53, § 2º;
- b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, seus próprios Ministros, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos

Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais:

c) os mandados de segurança e os *habeas-data* contra ato de Ministro de Estado, do Tribunal de Contas da União ou do próprio Supremo Tribunal de Justiça;

d) os *habeas-corpus*, quando coator ou paciente qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas “a” ou “b”, ou quando o coator for tribunal, inclusive o próprio Supremo Tribunal de Justiça, ressalvado o disposto no art. 102, I, letra “h”, e a competência da Justiça Eleitoral;

e) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, ressalvado o disposto no art. 102, I, “n”, e quando o conflito se estabelecer entre juízes ou tribunais vinculados a um mesmo Tribunal Superior;

f) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

g) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (art. 96, IV);

h) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

i) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, do próprio Supremo Tribunal de Justiça, de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência da Corte Constitucional;

j) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

l) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

m) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

n) as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e quando o Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas-corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

d) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

e) o crime político.

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas no mérito, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) .....

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais (art. 24, § 1º).

§ 1º São irrecorríveis as decisões do Supremo Tribunal de Justiça, salvo quando contrariarem a Constituição.



§ 2º Não concorrendo os pressupostos da alínea "n" do inciso I, o Supremo Tribunal de Justiça indicará o tribunal ou o juízo competente.

§ 3º Funcionário junto ao Supremo Tribunal de Justiça:

I – a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

§ 4º A requerimento do Procurador-Geral da República, poderá o Supremo Tribunal de Justiça conceder mandado inibitório, em causas repetitivas, envolvendo a aplicação da lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 5º A decisão concessiva do mandado inibitório produzirá eficácia contra todos e prevalecerá até que o Tribunal julgue a causa.

c) .....

#### Justificativa

A mesma do texto-base, com a alternativa de denominar o Supremo Tribunal Federal "Corte Constitucional" e o Superior Tribunal de Justiça "Supremo Tribunal de Justiça", ajustando a nomenclatura dessas duas Cortes ao sistema hoje predominantemente na Europa, sem prejuízo das peculiaridades do sistema brasileiro.

Como sugestão, inclui-se também proposta de novo sistema de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (Corte Constitucional). Sugere-se que três listas sêxtuplas sejam encaminhadas, pelo CNAJ, pelo MP e pela OAB, à Corte Constitucional, que, por sua vez, as reduziria a uma lista triplíce. Essa lista triplíce seria encaminhada ao Presidente da República para a escolha do Ministro, e submissão do respectivo nome ao Senado (art. 101).

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

12/05/99

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pag. 1

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009616)

AUTOR: GONZAGA PATRIOTA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
6 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
7 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
8 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
9 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
10 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
11 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
12 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
13 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
14 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
15 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
16 - ATILA LIRA	PI	PSDB
17 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
18 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
19 - B. SA	PI	PSDB
20 - BASILIO VILLANI	PR	PSDB
21 - CABO JULIO	MG	PL
22 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
23 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
24 - CELSO JACOB	RJ	PDT
25 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
26 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
27 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
28 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
29 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
30 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
31 - DARCI COELHO	TO	PFL
32 - DE VELASCO	SP	PST
33 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
34 - DR. HELENO	RJ	PSDB
35 - DR. HELIO	SP	PDT
36 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
37 - EBER SILVA	RJ	PDT
38 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
39 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
40 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
41 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
42 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
43 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
44 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL
45 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
46 - ENIO BACCI	RS	PDT
47 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
48 - EULER MORAIS	GO	PMDB
49 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB

---

50 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
52 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
53 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
54 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
55 - FERNANDO FERRO	PE	PT
56 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
57 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
58 - FEU ROSA	ES	PSDB
59 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
60 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
61 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
62 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
63 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
64 - GERALDO SIMOES	BA	PT
65 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
66 - GILMAR MACHADO	MG	PT
67 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
68 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
69 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
70 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
71 - HUGO BIEHL	SC	PPB
72 - IARA BERNARDI	SP	PT
73 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
74 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
75 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
76 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
77 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
78 - JOAO CALDAS	AL	PMN
79 - JOAO COLACO	PE	PMDB
80 - JOAO MAGNO	MG	PT
81 - JOAO TOTA	AC	PPB
82 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
83 - JORGE ALBERTO	SE	PMDB
84 - JORGE KHOURY	BA	PFL
85 - JOSE BORBA	PR	PMDB
86 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
87 - JOSE GENOINO	SP	PT
88 - JOSE JANENE	PR	PPB
89 - JOSE LINHARES	CE	PPB
90 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
91 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
92 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
93 - JULIO REDECKER	RS	PPB
94 - JUQUINHA	GO	PSDB
95 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
96 - LAEL VARELLA	MG	PFL
97 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
98 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
99 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
100 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
101 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
102 - LINO ROSSI	MT	PSDB
103 - LUCIA VANIA	GO	PSDB
104 - LUIS BARBOSA	RR	PFL



105 -	LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
106 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
107 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
108 -	LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
109 -	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
110 -	LUIZ SERGIO	RJ	PT
111 -	LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
112 -	MAGNO MALTA	ES	PTB
113 -	MARCAL FILHO	MS	PMDB
114 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
115 -	MARCIO MATOS	PR	PT
116 -	MARCOS AFONSO	AC	PT
117 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
118 -	MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
119 -	MARIA ELVIRA	MG	PMDB
120 -	MARIA LUCIA	MG	PMDB
121 -	MARISA SERRANO	MS	PSDB
122 -	MAX ROSENMAN	PR	PSDB
123 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
124 -	MILTON MONTI	SP	PMDB
125 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
126 -	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
127 -	NELSON PELLEGRINO	BA	PT
128 -	NELSON PROENCA	RS	PMDB
129 -	NEUTON LIMA	SP	PFL
130 -	NILSON MOURAO	AC	PT
131 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
132 -	NILTON CAPIXABA	RO	PTB
133 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
134 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
135 -	OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
136 -	PADRE ROQUE	PR	PT
137 -	PAES LANDIM	PI	PFL
138 -	PASTOR AMARILDO	TO	PPB
139 -	PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
140 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
141 -	PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
142 -	PAULO PAIM	RS	PT
143 -	PEDRO CELSO	DF	PT
144 -	PEDRO CHAVES	GO	PMDB
145 -	PEDRO WILSON	GO	PT
146 -	PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
147 -	PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
148 -	REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
149 -	RENILDO LEAL	PA	PTB
150 -	RICARDO FERRACO	ES	PSDB
151 -	RICARDO IZAR	SP	PPB
152 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
153 -	ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
154 -	ROBERTO BRANT	MG	PSDB
155 -	ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
156 -	ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
157 -	ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
158 -	RUBENS BUENO	PR	PPS
159 -	SANTOS FILHO	PR	PFL

160 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
161 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
162 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
163 - SERGIO BARROS	AC	PDT
164 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
165 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
166 - SERGIO REIS	SE	PSDB
167 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
168 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
169 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
170 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
171 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
172 - WALDIR PIRES	BA	PT
173 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
174 - WILSON BRAGA	PE	PFL
175 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
176 - ZE INDIO	SP	PMDB
177 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
178 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
179 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 179      REPETIDAS: 31  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 210

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
2 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
3 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
4 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
5 - DR. HELIO	SP	PDT
6 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
7 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
8 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
9 - ENIO BACCI	RS	PDT
10 - ENIO BACCI	RS	PDT
11 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
12 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
13 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
14 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
15 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
16 - LINO ROSSI	MT	PSDB
17 - MAGNO MALTA	ES	PTB
18 - MARCIO MATOS	PR	PT
19 - MARCOS CINTRA	SP	PL
20 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
21 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
22 - NEUTON LIMA	SP	PFL
23 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
24 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
25 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
26 - PEDRO WILSON	GO	PT
27 - PEDRO WILSON	GO	PT
28 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
29 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
30 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
31 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB

EMENDA Nº **17** . CE/99

**COMISSÃO DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA DE  
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**

**EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992  
(Do Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia)**

"Revoga os arts. 118, 119, 120 e 121 da  
Constituição Federal e dá outras  
providências"

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos  
do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto  
constitucional:

**Art. 1º** Revogam-se os artigos 118, 119, 120 e 121 da Constituição  
Federal.

**Art. 2º** São acrescentados os §§ 5º, 6º, 7º e 8º ao art. 125 da Constituição  
Federal, com a seguinte redação:

"Art. 125. (...)

§ 1º (...);

§ 2º (...);

§ 3º (...),

§ 4º (...).

Recebido na Comissão Especial  
Em 29 de 04 de 99



§ 5º Lei Complementar disporá sobre a competência dos tribunais, juízes de direito e juntas, em matéria eleitoral.

§ 6º Os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias.

§ 7º São irrecorríveis as decisões do Superior Tribunal de Justiça em matéria eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

§ 8º Das decisões dos Tribunais de Justiça em matéria eleitoral caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II - ocorrer divergência na inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

IV - denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

#### JUSTIFICATIVA

A emenda que ora apresentamos tem como finalidade extinguir a Justiça Eleitoral.

Na realidade atual, são os próprios juízes de direito e Tribunais de Justiça estaduais que já exercem as funções da Justiça Eleitoral, sem prejuízo das suas próprias.

Assim, todo o aparato da Justiça Eleitoral afigura-se desnecessário, importando sua extinção numa economia anual estimada de 1 bilhão e 60 milhões de reais aos cofres públicos.

Nada obstante, procurou-se manter os mesmos princípios anteriormente vigentes, exercendo os Tribunais de Justiça a competência anteriormente atribuída aos Tribunais Regionais Eleitorais e o Superior Tribunal de Justiça a que cabia ao Tribunal Superior Eleitoral.

Por conseguinte, sem prejuízo da preservação do sistema, extingue-se apenas o órgão, com grande economia de recursos públicos.

Brasília, 14 de abril de 1999.

*Antonio Carlos Biscaia*  
**Deputado Antonio Carlos Biscaia**  
**PT/RJ**

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pag. 1

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009617)

AUTOR: ANTONIO CARLOS BISCAIA



DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
8 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
9 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
10 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
11 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
12 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
13 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
14 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
15 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
16 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
17 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
18 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
19 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
20 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
21 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
22 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
23 - BABA	PA	PT
24 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
25 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CABO JULIO	MG	PL

28 -	CAIO RIELA	RS	PTB
29 -	CARLITO MERSS	SC	PT
30 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
31 -	CELSE GIGLIO	SP	PTB
32 -	CELSE JACOB	RJ	PDT
33 -	CELSE RUSSOMANNO	SP	PPB
34 -	CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
35 -	CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
36 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
37 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
38 -	DARCI COELHO	TO	PFL
39 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
40 -	DJALMA PAES	PE	PSB
41 -	DR. HELENO	RJ	PSDB
42 -	DR. HELIO	SP	PDT
43 -	DR. ROSINHA	PR	PT
44 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
46 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
47 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
48 -	ENIO BACCI	RS	PDT
49 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
50 -	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
52 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
53 -	FELIX MENDONCA	BA	PTB
54 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
56 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
58 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
59 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
60 -	FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
61 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
62 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
63 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
64 -	GILMAR MACHADO	MG	PT
65 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
66 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
67 -	GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
68 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
69 -	GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
70 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
71 -	IARA BERNARDI	SP	PT
72 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
73 -	IGOR AVELINO	TO	PMDB
74 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
76 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
77 -	JAIRO AZI	BA	PFL
78 -	JAQUES WAGNER	BA	PT
79 -	JOAO COSER	ES	PT
80 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
81 -	JOAO GRANDAO	MS	PT
82 -	JOAO PAULO	SP	PT
83 -	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
84 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
85 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PT



86 - JOSE DIRCEU	SP	PT
87 - JOSE GENOINO	SP	PT
88 - JOSE MACHADO	SP	PT
89 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
90 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
91 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
92 - JUQUINHA	GO	PSDB
93 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
94 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
95 - LINO ROSSI	MT	PSDB
96 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
97 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
98 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
99 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
100 - LUIZ RIBEIRO	RJ	PSDB
101 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
102 - MAGNO MALTA	ES	PTB
103 - MARCELO DEDA	SE	PT
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
105 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
106 - MARCIO MATOS	PR	PT
107 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
108 - MARCOS AFONSO	AC	PT
109 - MARCOS CINTRA	SP	PL
110 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
111 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
112 - MAX MAURO	ES	PTB
113 - MAX ROSENMANN	PR	PSDB
114 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
115 - MILTON TEMER	RJ	PT
116 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
117 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
118 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
119 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
120 - NELSON MEURER	PR	PPB
121 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
122 - NEUTON LIMA	SP	PDT
123 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
124 - NILSON MOURAO	AC	PT
125 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
126 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
127 - PADRE ROQUE	PR	PT
128 - PAES LANDIM	PI	PFL
129 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
130 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
131 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
132 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
133 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
134 - PAULO PAIM	RS	PT
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CELSO	DF	PT
137 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
138 - PEDRO WILSON	GO	PT
139 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
140 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
141 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142 - REMI TRINTA	MA	PL
143 - RICARDO BERZOINI	SP	PT

144 - RITA CAMATA	ES	PMDB
145 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
146 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
147 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
148 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
149 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
150 - RUBENS BUENO	PR	PPS
151 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
152 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
153 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
154 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
155 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
156 - SERGIO REIS	SE	PSDB
157 - SILAS CAMARA	AM	PFL
158 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
159 - VALDIR GANZER	PA	PT
160 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
161 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
162 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
163 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
164 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
165 - WALDIR PIRES	BA	PT
166 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
167 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
168 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
169 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
170 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
171 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
172 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
173 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
174 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 174  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 176

REPETIDAS: 2

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - MAGNO MALTA	ES	PTB
2 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB

EMENDA Nº 18 - CE/99

**"COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS (ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO).**

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96/92  
(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá e outros).**

**Introduz modificações na estrutura  
do Poder Judiciário.**

**Artigo Único - Os arts. 93, IX; 95 § 1º e 2º; 96, I, a e b; 99, § 1º; 100 Parágrafo 2º; 101, Parágrafo Único; 104, Parágrafo Único; 168, Parágrafo Único da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. - 93.....**

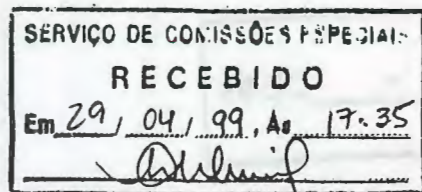
**IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive os administrativos, serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes; (NR).**

**Art. - 95.....**

**§ 1º Aos juízes é vedado:**

**IV - a prática de atos de administração, ressalvada a competência dos órgãos diretivos constantes do artigo 96, inciso I, alínea a.**





§ 2º - Aos juízes, desembargadores e ministros estende-se o disposto no artigo 85.

Art. 96 - Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos, assegurado a todos os juízes o direito a voto, e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos; (NR)

b) organizar, cometendo aos servidores os atos de administração, suas secretarias e serviços auxiliares e o dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva; (NR)

Art. 99 -

§ 1º - Os tribunais, assegurada a participação de seus servidores, elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. (NR)

Art. 100 -

Parágrafo 1º -

Parágrafo 2º - Os precatórios judiciais que requisitarem créditos de natureza alimentícia neste âmbito sempre compreendidos os referentes a vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, indenizações por acidente de trabalho, por morte ou invalidez, fundadas em responsabilização civil, serão dispostos em ordem cronológica específica, gozarão de precedência no atendimento e deverão ser pagos de uma só vez, com atualização integral, em 30 (trinta) dias da requisição do Presidente do Tribunal competente, com créditos abertos para tal fim, cabendo em caso de omissão, vencimento do prazo sem pagamento ou quebra de ordem cronológica determinar o requerimento do credor, o

sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.(NR)

Art. 101 - .....

Parágrafo Único - Os ministros do Supremo Tribunal Federal, serão eleitos pelo Colégio de Presidente dos Tribunais, pelo prazo máximo de 8 (oito) anos.

Art. 104 - .....

Parágrafo Único - Os ministros do Superior Tribunal de Justiça, assim como os demais Tribunais Superiores serão eleitos pelo Colégio de Presidente dos Tribunais, pelo prazo máximo de 8 (oito) anos improrrogáveis.(NR)

Art. 168 - .....

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo configura a infringência ao artigo 85, incisos II e VI, e seu parágrafo único, e a aplicação dos artigos 34, inciso IV, e 37, parágrafo 4º."

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva a contribuir no bojo da Reforma do Poder Judiciário com algumas idéias que acreditamos em muito aperfeiçoará o bom desempenho deste Poder e garantirá uma melhor prestação jurisdicional.

A primeira modificação diz respeito a sujeição das decisões administrativas ao princípio da publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, possibilitando, assim, transparência e democratização das decisões, corolário do Estado de Direito.

No que tange as garantias da magistratura, entendemos que é de todo necessária a vedação aos magistrados da prática de atos de administração, ressalvada a competência dos órgãos diretivos previstos no art. 96, I, a, com o escopo de permitir aos magistrados uma atuação mais consistente na área jurisdicional. No mesmo sentido, estende-se aos magistrados e desembargadores a imputação do crime de responsabilidade de que trata o art. 85 da Constituição Federal e normatizado pela Lei nº 1.079, de 1950, prevista apenas para os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Quanto a competência dos tribunais, propugna-se pela garantia a todos os juízes o direito a voto para eleição de seus órgãos diretivos, quer com relação a eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Superior Tribunal de Justiça, proporcionando maior transparência ao instituto da eleição e representatividade aos eleitos. Aliás, a idéia já foi inclusive objeto da Emenda nº 11 à Constituição do Estado de São Paulo.



A proposta apresenta também a inserção dos servidores de carreira na discussão das propostas orçamentárias, a exemplo da experiência bem sucedida no Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação a nova redação dada ao Artigo 100 da Constituição Federal, a ser inserida no parecer da Comissão Especial de Reforma da Estrutura do Poder Judiciário, visa a regular a matéria dos precatórios, dando-se particular e especial atenção aos de natureza alimentar.

Não se desconhece que corriqueiramente se descumprem precatórios que requisitam créditos de natureza alimentar. Tais valores voltam-se - como a própria denominação sugere - à subsistência de seus detentores. Cuida-se, no mais das vezes, do pagamento de salários, proventos, pensões e de verbas destinadas à manutenção de cidadãos acidentados por agentes do Estado.

Dada a natureza de tais créditos, há que se preverem elementos que permitam agilmente a sua satisfação na hipótese de descumprimento dos precatórios por parte das Entidades Devedoras. O próprio Ordenamento Jurídico Brasileiro prevê medidas drásticas na hipótese de renitência no pagamento de obrigação alimentar (ex.: prisão civil com o intuito de constranger o devedor), inexistindo qualquer razão plausível para que se conceda tratamento privilegiado aos Entes Públicos em detrimento dos cidadãos comuns e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado quando devedores de alimentos.

Tome-se como exemplo contundente decisão da lavra do eminente Ministro MOREIRA ALVES:

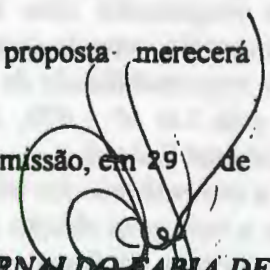
“Execução contra a Fazenda Pública: precatórios por créditos de natureza alimentícia: pagamento único e atualizado conforme a Constituição do Estado: sua constitucionalidade. Não contraria os arts. 100 e 165, parágrafo 8º, da Constituição da República, o art. 57, parágrafo 3º, da Constituição do Estado de São Paulo, segundo o qual “os créditos de natureza alimentícia” - “serão pagos de uma só vez, devidamente atualizados até a data do efetivo pagamento.”

Por fim, cientes de que a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário, instituída pelo art. 99, somente terá efetividade se à sua desobediência houver a incidência coercitiva dos dispositivos referidos no parágrafo único que se pretende ver incluído no art. 168 da Lei Maior.

Mediante o exposto, ressalte-se, por oportuno, a adoção de propostas oriundas do encontro da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário dos Estados e do Distrito Federal - FENASJ, realizado no ano de 1.998.

Certos de que a proposta merecerá a melhor acolhida, aguardamos a sua aprovação.

Sala da Comissão, em 29 de Abril de 1999.

  
ARNALDO FARIA DE SÁ  
Deputado Federal/SP



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009618)

AUTOR: ARNALDO FARIA DE SA E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALCEU COLLAES	RS	PDT
8 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
12 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
13 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
14 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
15 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
16 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
17 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
20 - ARY KARA	SP	PPB
21 - ATILA LINS	AM	PFL
22 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
23 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
24 - B. SA	PI	PSDB
25 - BABA	PA	PT
26 - BADU PICANCO	AP	PSDB
27 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
28 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
29 - CABO JULIO	MG	PL
30 - CARLITO MERSS	SC	PT
31 - CARLOS MELLES	MG	PFL
32 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
33 - CELSO JACOB	RJ	PDT
34 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
35 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
36 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
37 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
38 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
39 - DARCI COELHO	TO	PFL
40 - DE VELASCO	SP	PST
41 - DELFIM NETTO	SP	PPB
42 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
43 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
44 - DR. HELIO	SP	PDT
45 - DR. ROSINHA	PR	PT
46 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
47 - EBER SILVA	RJ	PDT
48 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
49 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSP

---

50 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
51 -	ELISEU MOURA	MA	PPB
52 -	ELISEU RESENDE	MG	PFL
53 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
54 -	ENIO BACCI	RS	PDT
55 -	ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
56 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
57 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
58 -	FELIX MENDONCA	BA	PTB
59 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
60 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
61 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
62 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
63 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
64 -	FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
65 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
66 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
67 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
68 -	GERSON GABRIELLI	BA	PFL
69 -	GERSON PERES	PA	PPB
70 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
71 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
72 -	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
73 -	HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
74 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
75 -	IBERE FERREIRA	RN	PPB
76 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
77 -	IGOR AVELINO	TO	PMDB
78 -	ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
79 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
80 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
81 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
82 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
83 -	JOAO COLACO	PE	PMDB
84 -	JOAO COSER	ES	PT
85 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
86 -	JOAO LEO	BA	PSDB
87 -	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
88 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
89 -	JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
90 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
91 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
92 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
93 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
94 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
95 -	JOSE JANENE	PR	PPB
96 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
97 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
98 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
99 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
100 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
101 -	JUQUINHA	GO	PSDB
102 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
103 -	LAIRE ROSADO	RN	PMDB
104 -	LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB

---

105 -	LEUR LOMANTO	BA	PFL
106 -	LINCOLN PORTELA	MG	PST
107 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
108 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
109 -	LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
110 -	LUIS BARBOSA	RR	PFL
111 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
112 -	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
113 -	LUIZ SERGIO	RJ	PT
114 -	MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
115 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
116 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
117 -	MARCOS ROLIM	RS	PT
118 -	MARCUS VICENTE	ES	PSDB
119 -	MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
120 -	MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
121 -	MEDEIROS	SP	PFL
122 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
123 -	MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
124 -	MUCIO SA	RN	PMDB
125 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
126 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
127 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
128 -	NELSON MEURER	PR	PPB
129 -	NELSON PELLEGRINO	BA	PT
130 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
131 -	NILTON BAIANO	ES	PPB
132 -	NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
133 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
134 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
135 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
136 -	PASTOR AMARILDO	TO	PPB
137 -	PASTOR JORGE	DF	PMDB
138 -	PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
139 -	PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
140 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
141 -	PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
142 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
143 -	PAULO ROCHA	PA	PT
144 -	PEDRO CANEDO	GO	PSDB
145 -	PEDRO CELSO	DF	PT
146 -	PEDRO CORREA	PE	PPB
147 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
148 -	PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
149 -	PEDRO WILSON	GO	PT
150 -	PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
151 -	POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
152 -	PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
153 -	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
154 -	REMI TRINTA	MA	PL
155 -	RICARDO BARROS	PR	PPB
156 -	RICARDO BERZOINI	SP	PT
157 -	RICARDO IZAR	SP	PPB
158 -	ROBERTO ARAUJO	RR	PPB
159 -	ROBERTO BALESTRA	GO	PPB



160 -	ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
161 -	ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
162 -	ROMEL ANIZIO	MG	PPB
163 -	ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
164 -	RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
165 -	RUBEM MEDINA	RJ	PFL
166 -	RUBENS FURLAN	SP	PFL
167 -	SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
168 -	SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
169 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
170 -	SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
171 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
172 -	SERGIO GUERRA	PE	PSB
173 -	SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
174 -	SERGIO REIS	SE	PSDB
175 -	SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
176 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
177 -	THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
178 -	VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
179 -	VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
180 -	VILMAR ROCHA	GO	PFL
181 -	VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
182 -	WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
183 -	WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
184 -	WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
185 -	WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 185  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 205

REPETIDAS: 20

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
2 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
3 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
4 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
5 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
6 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
7 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
8 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
9 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
10 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
11 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
12 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
13 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
14 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
15 -	AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
16 -	EBER SILVA	RJ	PDT
17 -	ELISEU MOURA	MA	PPB
18 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
19 -	LUIS BARBOSA	RR	PFL
20 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB

DA Nº 19 - CE/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO

PEC Nº 96-A/92

USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

EMENDA Nº

019-CE-99

CLASSIFICAÇÃO

COMISSÃO:

AUTOR: DEPUTADO (A) HENRIQUE EDUARDO ALVES

PARTIDO

PMDB

UF

RN

PAGINA

01 / 37

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 96 - A, DE 1992.

"Introduz modificações na estrutura do Poder  
Judiciário."

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado  
Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal,  
promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º.** Dê-se a seguinte redação ao inc. LV do art. 5º:

Art. 5º. ....

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo,  
e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a  
ampla defesa, com os meios recursais a ela inerentes, nos  
termos da lei.

**Art. 2º.** Dê-se a seguinte redação ao inciso X do art. 24:

Art. 24 .....  
.....

X – criação, funcionamento e processo dos juizados especiais e dos juízos arbitrais.

**Art. 3º.** Dê-se a seguinte redação aos dispositivos a seguir enumerados e acrescentem-se o artigo, parágrafos e incisos, abaixo redigidos:

**Art. 52.** Compete privativamente ao Senado Federal:

I .....  
.....

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

**Art. 92.** São órgãos do Poder Judiciário:

I – o Supremo Tribunal Federal;

II – o Superior Tribunal de Justiça;

III – o Conselho Nacional de Administração da Justiça;

IV .....  
.....



§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Administração da Justiça, e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º A lei assegurará que a jurisdição, em todos os seus níveis, seja prestada de modo eficaz, instituindo sistema processual que permita a celeridade do procedimento, a informalidade e o aproveitamento dos atos, só anulados ou renovados quando comprovado o prejuízo.

**Art. 4º.** Incluir no Capítulo do Poder Judiciário, após o atual art. 92, os seguintes artigos:

Art... O Conselho Nacional de Administração da Justiça compõe-se de nove membros, escolhidos na forma da lei complementar, sendo:

I – um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que será seu Presidente;

II – dois do Superior Tribunal de Justiça, entre os quais será eleito o Corregedor;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um do Tribunal Superior Eleitoral da classe dos juristas (art. 119, II) e um do Superior Tribunal Militar;

IV – dois Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um Juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. O Conselho Nacional de Administração da Justiça exercerá, na forma da lei complementar, de ofício ou mediante provocação do Procurador-Geral da República ou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem prejuízo da atividade correcional dos tribunais, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentadores no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - definir e fixar, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário e das associações representativas das carreiras jurídicas, plano de metas e o planejamento estratégico, e plano e programas de avaliação institucional e do funcionamento do Poder Judiciário, tendo em vista o aumento da eficiência, racionalização, incremento da produtividade e maior eficácia do sistema, garantindo mais segurança, celeridade e maior acessibilidade na realização dos serviços da Justiça;

III - acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e manifestar-se sobre os planos e programas de investimentos dos órgãos do Poder Judiciário.

**Art. 5º.** No art. 93, exccluir o inc. IV e incluir, após o atual inc. VIII, o seguinte inciso, reordenando-se os demais:

"IX - a disponibilidade e a aposentadoria, impostas nas condições do inciso anterior, serão com vencimentos ou proventos proporcionais ao tempo de serviço."

**Art. 6º.** Incluir no art. 95 o seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a § 1º:

“§ 1º Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III – dedicar-se à atividade político-partidária.

§ 2º O juiz perderá o cargo, por decisão do Conselho Nacional de Administração da Justiça, tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, nos casos:

I – previstos no parágrafo anterior;

II – de negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo;

III – de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

**Art. 7º.** Dê-se a seguinte redação aos artigos e incisos a seguir enumerados:

- do Título IV – Capítulo I, Seção VIII, Subseção III, Artigos 61 e 64.

- do Título IV – Capítulo I, Seção IX, Artigo 73, § 3º.

- do Título IV – Capítulo II, Seção II, Artigo 84, Inciso XIV.



do Título IV – Capítulo III, Seção I, Artigo 96, Inciso II, e Artigo 99, Inciso I.

- Art. 61. Acrescentar "do Superior Tribunal de Justiça", logo após "do Supremo Tribunal Federal".

- Art. 64. Acrescentar "do Superior Tribunal de Justiça", logo após "do Supremo Tribunal Federal".

- Art. 73, § 3º - Substituir "do Superior Tribunal de Justiça" por "dos Tribunais Superiores".

- Art. 84. ....

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

- Art. 96. Compete privativamente:

I - .....

II – ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

- Art. 99. ....

I – no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais:

**Art. 8º.** Dê-se a seguinte redação ao art. 96, inciso alínea "a":

**Art. 96.** Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a criação, a competência, a composição e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

**Art. 9º.** Inclua-se no art. 96, com a reordenação, aos demais incisos :

**Art. 96.** Compete privativamente:

....

III – ao Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores, em matéria infraconstitucional, editar, mediante o voto de dois terços dos seus membros, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário submetidos à sua jurisdição e à administração pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento;

IV- ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores processar e julgar as reclamações para a preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial, inclusive dos juizados especiais ou dos arbitrais, e anular o ato administrativo reclamado.

§ 1º A lei estabelecerá, em relação ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores:

a) os pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência, admitindo-se seleção das causas a serem decididas, segundo critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica;

b) os casos de edição de súmulas vinculantes e o procedimento a ser observado para sua edição, revisão e cancelamento; e

§ 2º Ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores é facultada a iniciativa da lei de que trata o parágrafo anterior e de matérias pertinentes ao exercício da função jurisdicional e da atividade judiciária.



**Art. 10.** No art. 98, incluir mais um inciso e transformar o seu parágrafo único em parágrafo primeiro, acrescentando-se-lhe o parágrafo segundo:

"Art. 98. A União, no Distrito Federal, e nos Territórios e os Estados criarão:

III – conselhos de conciliação, sem remuneração, obrigatórios nos municípios que não sejam sede de comarca, cuja composição e competência serão definidos em lei

§ 2º A lei criará juizados e câmaras arbitrais, para as causas que especificar.

**Art. 11.** Dê-se a seguinte redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 100, acrescentando-se-lhe, em seguida, os seguintes parágrafos 3º e 4º:

Art. 100. ....

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais.

§ 2º Na elaboração do orçamento das entidades de direito público, será prevista verba global suficiente para o pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho, com previsão de atualização na data do pagamento.

§ 3º O precatório será pago em valores atualizados na data do pagamento, com acréscimo do juro de mora à taxa que estiver em vigor para o pagamento dos impostos devidos à Fazenda Nacional na cobrança da dívida ativa.

§ 4º As dotações orçamentárias, inclusive os créditos especiais e suplementares, serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 5º O seqüestro também poderá ser deferido quando não pago o precatório no orçamento do ano anterior.

**Art. 12.** Dê-se a seguinte redação aos arts. 102, 103 e 105:

#### DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de lei, ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante.

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I;

d) o habeas-corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas-data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República, do Conselho Nacional de Administração da Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

f) o habeas-corpus, quando coator o Tribunal Superior Eleitoral, ou o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito a mesma jurisdição em uma única instância;

g) o habeas-corpus, quando o coator for o Superior Tribunal de Justiça e a coação decorrer do descumprimento de preceito desta Constituição;



h) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes (art. 96, IV);

j) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

l) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

m) os conflito de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores, e entre o Tribunal Superior Eleitoral e qualquer outro tribunal ou juiz;

n) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

o) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal Superior Eleitoral, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

II - julgar, em recurso ordinário, o habeas-corpus, o mandado de segurança, o habeas-data e o mandado de

injunção decididos em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral, se denegatória a decisão;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais, quando a decisão recorrida:

.....

§ 2º As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na forma do art. 102, I, a, a partir da sua publicação oficial, produzirão eficácia contra todos e terão efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, podendo ser liminarmente determinada a suspensão da execução das decisões proferidas por tribunais e juízes.

- Art. 103: ....

§ 3º Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, ou de outro momento que venha a ser fixado.

§ 4º Suscitada, em determinado processo, relevante controvérsia constitucional que acarrete grave insegurança jurídica, incluída a arguição de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição, o Supremo Tribunal Federal, a requerimento dos

órgãos ou entes referidos no *caput* deste artigo, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional.

### SEÇÃO III

#### DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

- processar e julgar, originariamente:

a) nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, após autorização da respectiva Assembléia e obedecido o art. 53, § 2º;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, seus próprios Ministros, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;



c) os mandados de segurança e os habeas-data contra ato de Ministro de Estado, do Tribunal de Contas da União ou do próprio Superior Tribunal de Justiça;

d) os habeas-corpus, quando coator ou paciente qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas "a" ou "b" ou quando o coator for tribunal, inclusive o próprio Superior Tribunal de Justiça, ressalvado o disposto no art. 102, I, letra "h", e a competência da Justiça Eleitoral;

e) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, ressalvado o disposto no art. 102, I, "n", e quando o conflito se estabelece entre juízes ou tribunais vinculados a um mesmo Tribunal Superior;

f) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

g) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (art. 96, IV);

h) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

i) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, do próprio Superior Tribunal de Justiça, de órgão, entidade ou autoridade federal,

da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal;

j) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

l) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

m) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

n) as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e quando o Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os habeas-corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, ressalvado o disposto no

artigo 102, II, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

d) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

e) o crime político;

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas no mérito, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) ...

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais (art. 24, § 1º).

§ 1º São irrecorríveis as decisões do Superior Tribunal de Justiça, salvo quando contrariarem a Constituição.



§ 2º Não concorrendo os pressupostos da alínea "n" do inciso I, o Superior Tribunal de Justiça indicará o tribunal ou o juízo competente.

§ 3º Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correccionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

§ 4º A requerimento do Procurador-Geral da República, poderá o Superior Tribunal de Justiça conceder mandado inibitório, em causas repetitivas, envolvendo a aplicação da lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 5º A decisão concessiva do mandado inibitório produzirá eficácia contra todos e prevalecerá até que o Tribunal julgue a causa.

c) ...

**Art. 13.** Dê-se a seguinte redação ao art. 107, caput, incisos I e II, da Constituição:

"Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na

respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, nomeados pelo Presidente da República;

II – os demais, mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e por merecimento, alternadamente, pelo Presidente do Tribunal."

**Art. 14.** Acrescentar uma alínea ao inc. I do art. 108:

.....

f) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária.

**Art. 15.** Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 125:

.....

"§ 2º Cabe aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de ação direta de constitucionalidade ou de

inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual ou Distrital, ante a lei orgânica do Distrito Federal, respectivamente, bem como de incidente de inconstitucionalidade, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão."

**Art. 16.** Acrescentar ao ADCT:

"Art. 75. Enquanto não editada a lei a que se refere o parágrafo primeiro do art. 96, caberá aos regimentos internos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores a regulamentação dos requisitos e procedimentos para a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante, bem como o estabelecimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua respectiva competência."

.....  
**JUSTIFICAÇÃO**

O presente substitutivo amplia a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, liberando o Supremo Tribunal Federal de algumas causas, reforçando o seu aspecto de Corte Constitucional.

As decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal em ações de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade terão eficácia contra todos e efeito vinculante, podendo haver restrição de seus efeitos no tempo. É também prevista a suscitação de incidente para resolver controvérsia constitucional surgida em qualquer processo, que poderá ficar suspenso até que se profira a decisão sobre a matéria constitucional. Com isso, evita-se a demora que decorre da necessidade de esgotar as vias recursais até chegar ao Supremo Tribunal Federal.



Na competência originária do Superior Tribunal de Justiça incluem-se, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, assim como definido na letra “n”, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente (§2º).

Na competência recursal especial, especifica-se que lhe cabe julgar recurso de decisão que tenha apreciado o mérito da causa (art. 105, III). Tratando-se de decisão sobre lei ou ato de governo local contestados em face de lei federal fica esclarecido que tal situação acontece quando a contestação se dá frente a lei federal que estabeleça normas gerais; se não for assim, a questão é constitucional e a matéria, de competência do Supremo Tribunal Federal.

As decisões do Superior Tribunal de Justiça serão recorríveis quando afrontarem a Constituição.

O Superior Tribunal de Justiça está diretamente vinculado à Justiça Federal e aos tribunais estaduais, exercendo a função revisora de suas decisões em matéria infraconstitucional. Já desempenha, quanto à Justiça Federal, função supervisora através do Conselho da Justiça Federal, composto por alguns de seus juízes e pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais. A proposta reforça essa atuação, nela incluindo a função correicional. De outro lado, cria, junto ao Superior Tribunal de Justiça, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, entidade cuja presença se faz cada dia mais necessária para a melhoria da prestação jurisdicional, atualmente apenas existente nos Estados.

Por fim, o substitutivo propõe a instituição do mandado inibitório, para permitir a manifestação do STJ em causas repetitivas e assim evitar as dificuldades que decorrem da existência de dezenas de dezenas de decisões contraditórias sobre a mesma questão, gerando perplexidade, que somente será vencida muito tempo depois, percorridos os longos caminhos recursais.

Procura, pois, solucionar a questão relativa à denominada “guerra das liminares”, em especial nas ações coletivas, incluindo algumas delas, pela sua relevância, na competência originária do

Superior Tribunal de Justiça e de outros tribunais e criando, com esse objetivo, também, o “mandado inibitório”.

Elimina a referência aos juizados de pequenas causas, constante do art. 21, X, uma vez que estes estão abrangidos pelo conceito mais amplo de juizados especiais (art. 98, I), e por isso considera um dos casos de competência concorrente a criação, funcionamento e processo não do juizado de pequenas causas, mas sim dos juizados especiais. Além disso, faz referência aos juízos arbitrais, cuja criação está sendo proposta mediante emenda ao art. 98.

Institui o Conselho Nacional de Administração da Justiça, órgão incumbido do controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, integrado por representantes de órgãos do Poder Judiciário sob a presidência de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. A lei complementar tratará de especificar suas atribuições e funcionamento, mas desde logo ficam definidos alguns princípios quanto ao seu papel fiscalizador e orientador de planos, programas e metas. Sua função correicional está complementada com a emenda que se propõe ao art. 93, inciso VIII, e parágrafos 1º e 2º.

Inclui-se, entre as atribuições disciplinares do Conselho Nacional de Administração da Justiça, a de decretar a perda do cargo do juiz que exercer ou praticar atos que lhe são defesos (art. 95, § 1º) e, também, evidenciar negligência contumaz ou procedimento incompatível (art. 95, § 2º). Para tornar efetiva essa atuação, impõe-se a sua previsão no texto constitucional, no qual também ficará explicitado que a disponibilidade ou aposentadoria aplicadas a título de punição terão vencimentos ou proventos proporcionais (art. 93, VIII).

Emendas técnicas são oferecidas, distinguindo o Superior Tribunal de Justiça dos demais Tribunais Superiores no sentido de deixar claro que é um Tribunal da Federação que exerce a função de órgão de cúpula da Justiça comum federal e estadual, e não de órgão da Justiça especializada.

Propõe atribuir ao regimento interno dos tribunais dispor sobre criação, competência, composição e funcionamento dos seus órgãos jurisdicionais e administrativos, observadas as normas processuais e as garantias das partes.



Atribui ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores a competência para a edição de súmula vinculante, instrumento útil para evitar a repetição de demandas e recursos sobre matéria pacificada na jurisprudência dos tribunais. Para garantir que as citadas Cortes sejam chamadas a se manifestar em questões federais de transcendência social, econômica, política ou jurídica, prevê a elaboração de lei dispondo sobre a matéria.

O cidadão tem o direito de encontrar, na sede do seu município, um órgão do Poder Judiciário ao qual possa apresentar a sua pretensão. Sendo inviável instalar comarca em todos os municípios, é preciso garantir em todos a presença ao menos de um conselho de conciliação, primeiro passo de acesso à Justiça, cuja composição e competência serão definidas em lei. Observa-se que a participação será não-remunerada, para evitar que se transforme em mais uma fonte de despesas. É a alteração que se prevê para o art. 98, III.

O parágrafo segundo do citado artigo sugere a criação de juízos e câmaras arbitrais, que terão a competência para solver os litígios que hoje não se incluem na competência dos juizados especiais. É preciso aproveitar a experiência bem-sucedida dos juizados especiais para ampliar o acesso à Justiça através de órgãos com capacidade para solucionar o litígio de modo informal e com a rapidez de uma audiência. E assim pode ser tanto em primeiro grau, com os juízos arbitrais, como junto aos Tribunais, com as câmaras arbitrais.

A experiência evidenciou, de modo muito claro, que a desatualização dos valores constantes dos precatórios tem causado grave prejuízo aos credores, obrigados a renovar a pretensão por diversos anos, em busca da diferença decorrente da desvalorização da moeda. Além disso, a falta de previsão de pagamento de juros estimula o descumprimento da ordem. Para evitar esses dois males, propõe-se a necessidade de pagamento em valores atualizados e com juros de mora. Daí as alterações propostas para o art. 100.

Em caso de descumprimento da previsão orçamentária, abre-se a possibilidade do seqüestro (§ 5º).

Por último, o substitutivo atribui competência originária aos Tribunais Regionais nas ações civis públicas sobre lesões cuja abrangência atinja mais de uma seção judiciária; estende aos Estados e ao Distrito Federal o sistema de controle da constitucionalidade através de



ação direta, contra atos estaduais, municipais e distritais impugnados diante da Constituição Estadual ou do Distrito Federal; e dá competência ao Presidente do Tribunal Regional Federal para a promoção de juizes de carreira ao respectivo Tribunal.

Enquanto não elaborado o texto legislativo sobre a admissibilidade dos recursos e da súmula vinculante, os regimentos dos tribunais indicados suprirão a falta de regulamentação. Aceita a premissa da necessidade da súmula e de regulação legislativa da admissibilidade dos recursos ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores, conveniente que desde logo possam ser postas em prática tais soluções, considerando o imenso e crescente número de feitos.

Os princípios do contraditório e da ampla defesa têm seu conteúdo estabelecido na lei e, nos termos deste, são assegurados e podem ser exercidos. Daí a explicitação feita no final do inciso LV, para evitar que qualquer violação ao processo legal seja também considerada uma ofensa à Constituição.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009619)

AUTOR: HENRIQUE EDUARDO ALVES

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
8 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
9 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
10 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
11 - ANA CATARINA	RN	PMDB
12 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL

14	- ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	PSDB
15	- ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16	- ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17	- ANTONIO JORGE	TO	PFL
18	- ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
19	- ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
20	- ARNON BEZERRA	CE	PSDB
21	- AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
22	- ATILA LINS	AM	PFL
23	- ATILA LIRA	PI	PSDB
24	- AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
25	- AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
26	- AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
27	- B. SA	PI	PSDB
28	- BASILIO VILLANI	PR	PSDB
29	- BISPO RODRIGUES	RJ	PL
30	- BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
31	- CAIO RIELA	RS	PTB
32	- CARLOS MELLES	MG	PFL
33	- CARLOS SANTANA	RJ	PT
34	- CELSO JACOB	RJ	PDT
35	- CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
36	- CHICO DA PRINCESA	FR	PSDB
37	- CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
38	- CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
39	- CORIOLANO SALES	BA	PDT
40	- COSTA FERREIRA	MA	PFL
41	- CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
42	- DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
43	- DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
44	- DARCI COELHO	TO	PFL
45	- DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
46	- DE VELASCO	SP	PST
47	- DELFIM NETTO	SP	PPB
48	- DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
49	- DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
50	- DINO FERNANDES	RJ	PSDB
51	- DJALMA PAES	PE	PSB
52	- DR. HELENO	RJ	PSDB
53	- DR. HELIO	SP	PDT
54	- DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
55	- EBER SILVA	RJ	PDT
56	- EDINHO BEZ	SC	PMDB
57	- EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
58	- EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
59	- EDUARDO PAES	RJ	PFL
60	- EDUARDO SEABRA	AP	PTB
61	- ELISEU MOURA	MA	PPB
62	- ELISEU RESENDE	MG	PFL
63	- ENIO BACCI	RS	PDT
64	- ESTHER GROSSI	RS	PT
65	- EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
66	- EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
67	- EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
68	- EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
69	- FELIX MENDONCA	BA	PTB
70	- FERNANDO CORUJA	SC	PDT



71 -	FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
72 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
73 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
74 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
75 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
76 -	FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
77 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
78 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
79 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
80 -	GERSON PERES	PA	PPB
81 -	GERVASIO SILVA	SC	PFL
82 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
83 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
84 -	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
85 -	HERACLITO FORTES	PI	PFL
86 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
87 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
88 -	HUGO BIEHL	SC	PPB
89 -	IARA BERNARDI	SP	PT
90 -	IBERE FERREIRA	RN	PPB
91 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
92 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
93 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
94 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
95 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
96 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
97 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
98 -	JAIRO AZI	EA	PFL
99 -	JOAO COLACO	PE	PMDB
100 -	JOAO COSER	ES	PT
101 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
102 -	JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
103 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
104 -	JOAO MENDES	RC	PMDB
105 -	JOAO PAULO	SP	PT
106 -	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
107 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
108 -	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
109 -	JOAO TOTA	AC	PPB
110 -	JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
111 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
112 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
113 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
114 -	JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
115 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
116 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
117 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
118 -	JOSE GENOINO	SP	PT
119 -	JOSE JANENE	PR	PPB
120 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
121 -	JOSE MACHADO	SP	PT
122 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
123 -	JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
124 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
125 -	JOSE PRIANTE	PA	PMDB
126 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
127 -	JOSE ROCHA	BA	PFL



128	- JOSE TELES	SE	PSDB
129	- JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
130	- JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
131	- JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
132	- JUQUINHA	GO	PSDB
133	- JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
134	- LAIRE ROSADO	RN	PMDB
135	- LEO ALCANTARA	CE	PSDB
136	- LINCOLN PORTELA	MG	PST
137	- LINO ROSSI	MT	PSDB
138	- LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
139	- LUIS BARBOSA	RR	PFL
140	- LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
141	- LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
142	- LUIZ FERNANDO	AM	PPB
143	- LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
144	- MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
145	- MARCAL FILHO	MS	PMDB
146	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
147	- MARCONDES GADELHA	PB	PFL
148	- MARCOS AFONSO	AC	PT
149	- MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
150	- MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
151	- MAX ROSENMAN	PR	PSDB
152	- MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
153	- MORONI TORGAN	CE	PSDB
154	- MUCIO SA	RN	PMDB
155	- MUSSA DEMES	PI	PFL
156	- NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
157	- NEIVA MOREIRA	MA	PDT
158	- NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
159	- NELSON MEURER	PR	PPB
160	- NELSON PELLEGRINO	BA	PT
161	- NEUTON LIMA	SP	PFL
162	- NILSON PINTO	PA	PSDB
163	- NILTON BAIANO	ES	PPB
164	- ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
165	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
166	- OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
167	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
168	- OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
169	- OSVALDO REIS	TO	PMDB
170	- PADRE ROQUE	PR	PT
171	- PAES LANDIM	PI	PFL
172	- PASTOR AMARILDO	TO	PPB
173	- PASTOR JORGE	DF	PMDB
174	- PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
175	- PAULO FEIJO	RJ	PSDB
176	- PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
177	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
178	- PAULO LIMA	SP	PMDB
179	- PAULO MARINHO	MA	PFL
180	- PEDRO CANEDO	GO	PSDB
181	- PEDRO CELSO	DF	PT
182	- PEDRO CORREA	PE	PPB
183	- PEDRO FERNANDES	MA	PFL
184	- PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
185	- PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL

186 - PEDRO WILSON	GO	PT
187 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
188 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
189 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
190 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
191 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
192 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
193 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
194 - RICARDO BARROS	PR	PPB
195 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
196 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
197 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
198 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
199 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
200 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
201 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
202 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
203 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
204 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
205 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
206 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
207 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
208 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
209 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
210 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
211 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
212 - SERGIO BARROS	AC	PDT
213 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
214 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
215 - SERGIO REIS	SE	PSDB
216 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
217 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
218 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
219 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
220 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
221 - VADAO GOMES	SP	PPB
222 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
223 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
224 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
225 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
226 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
227 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
228 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
229 - WALFRIDO MARES GUIA	MG	PTB
230 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
231 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
232 - WERNER WANDERER	PR	PFL
233 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
234 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
235 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB
236 - ZE INDIO	SP	PMDB
237 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
238 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
239 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 239  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 359

REPETIDAS: \*\*



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
3 - AIRTON DIPP	RS	PDT
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
6 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
7 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
8 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
9 - ATILA LIRA	PI	PSDB
10 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
12 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
13 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
14 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
15 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
16 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
17 - CELSO JACOB	RJ	PDT
18 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
19 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
20 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
21 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
22 - DARCI COELHO	TO	PFL
23 - DARCI COELHO	TO	PFL
24 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
25 - DE VELASCO	SP	PST
26 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
27 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
28 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
29 - DR. HELIO	SP	PDT
30 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
31 - EBER SILVA	RJ	PDT
32 - EBER SILVA	RJ	PDT
33 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
34 - ENIO BACCI	RS	PDT
35 - ESTHER GROSSI	RS	PT
36 - ESTHER GROSSI	RS	PT
37 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
38 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
39 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
40 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
41 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
42 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
43 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
44 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
45 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
46 - GERALDO MAGELA	DF	PT
47 - GERALDO SIMOES	BA	PT
48 - GERSON PERES	PA	PPB
49 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
50 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
51 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
52 - IARA BERNARDI	SP	PT
53 - IARA BERNARDI	SP	PT
54 - IBERE FERREIRA	RN	PPB



55 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
56 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
57 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
58 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
59 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
60 -	JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
61 -	JOAO TOTA	AC	PPB
62 -	JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
63 -	JOSE JANENE	PR	PPB
64 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
65 -	JOSE MACHADO	SP	PT
66 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
67 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
68 -	JOSE PRIANTE	PA	PMDB
69 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
70 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
71 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
72 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
73 -	LAIRE ROSADO	RN	PMDB
74 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
75 -	LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
76 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
77 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
78 -	MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
79 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
80 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
81 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
82 -	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
83 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
84 -	NELSON MEURER	PR	PPB
85 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
86 -	NILTON BAIANO	ES	PPB
87 -	OLIMPIO PIRES	MG	PDT
88 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
89 -	PAES LANDIM	PI	PFL
90 -	PAES LANDIM	PI	PFL
91 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
92 -	PAULO LIMA	SP	PMDB
93 -	PEDRO CANEDO	GO	PSDB
94 -	PEDRO CORREA	PE	PPB
95 -	PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
96 -	PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
97 -	RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
98 -	RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
99 -	RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
100 -	RICARDO BARROS	PR	PPB
101 -	RICARDO FIUZA	PE	PFL
102 -	ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
103 -	SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
104 -	SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
105 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
106 -	SERAFIM VENZON	SC	PDT
107 -	SERGIO BARROS	AC	PDT
108 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
109 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
110 -	SERGIO REIS	SE	PSDB
111 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB

112 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
113 -	VILMAR ROCHA	GO	PFL
114 -	VILMAR ROCHA	GO	PFL
115 -	VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
116 -	WERNER WANDERER	PR	PFL
117 -	ZE INDIO	SP	PMDB
118 -	ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
119 -	ZEZE PERRELLA	MG	PFL
120 -	ZEZE PERRELLA	MG	PFL

EMENDA Nº 20 - CE/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**COMISSÃO DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA  
 DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE  
 "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER  
 JUDICIÁRIO" E APENSADAS.**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 199**

"Introduz modificações na estrutura do  
 Poder Judiciário."

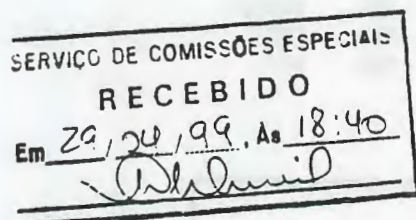
### **EMENDA Nº**

Art. 1º. **Dê-se aos arts. 2º, 4º, 6º, 8º, 9º e 12 da proposta a  
 seguinte redação:**

"Art. 2º. O art. 94 passa a ter a seguinte redação:

'Art. 94. ....

*Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal  
 formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Legislativo, que,  
 nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus  
 integrantes para nomeação."*



"Art. 4º. O art. 101 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 101. ....

§ 1º. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Congresso Nacional mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as suas Casas, em votação conjunta, para um mandato de oito anos, vedada a recondução.

§ 2º. A nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será imediatamente ratificada pelos eleitores em referendo, que deverá realizar-se novamente após transcorridos quatro anos de seu mandato."

...OS DEPUTADOS

"Art. 6º. O art. 104 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 104. ....

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Congresso Nacional, mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as suas Casas, em votação conjunta, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, para um mandato de oito anos, vedada a recondução, sendo:

"Art. 8º. O art. 107 passa a ter a seguinte redação:

Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Congresso Nacional dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, em votação conjunta;

Art. 9º. O art. 111 passa a ter a seguinte redação:

Art. 111. ....

III – Juízes do Trabalho.

§ 1º. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de sete Ministros, nomeados pelo Congresso Na



*mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as suas Casas, em votação conjunta, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, para um mandato de oito anos, vedada a recondução, sendo quatro quintos deles escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista e um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, indicados na forma do art. 94.*

§ 2º. *suprima-se.*

§ 3º ..... ”

“Art. 12. O art. 115 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Congresso Nacional, sendo:

I – quatro quintos deles escolhidos por promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento, dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista;

II – um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, em votação conjunta, obedecido o disposto no art. 94.

Parágrafo único. *suprima-se.*”

Art. 2º. Acrescente-se à proposta os seguintes arts. 19 e 20, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 19. O art. 119 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - .....

II – por nomeação do Congresso Nacional, mediante escolha por três quintos dos membros de ambas as suas Casas, em votação conjunta, dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

..... ”

“Art. 20. O art. 120 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 120. ....

§ 1º.

.....  
*III – por nomeação, pelo Congresso Nacional, mediante escolha por três quintos de dos membros de ambas as suas Casas, em votação conjunta, de dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, visa a colaborar para o esforço que agora se desenvolve no Congresso Nacional, no sentido de atender o clamor social por reformas no Poder Judiciário.

A Constituição Federal de 1988 traçou sólidos lineamentos da separação de Poderes de Estado na República, atribuindo aos tribunais brasileiros alto grau de autonomia e independência funcional, orçamentária e administrativa. Em contraponto, elaborou-se ali um complexo mecanismo de freios e contrapesos, dentro da já longa tradição republicana de contenção do poder pelo próprio poder, seguindo o modelo americano de *checks and balances*, de forma a não permitir que a independência do Judiciário se transformasse em arbítrio ou prevalência deste Poder sobre os demais. Assim, conforme um desses mecanismos, cumpre hoje ao Presidente da República escolher, dentre listas elaboradas pelos próprios tribunais, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Ministério Público, os futuros integrantes da magistratura superior do país, submetida a escolha à aprovação da Câmara Alta no Congresso Nacional.

A prática constitucional brasileira ao longo dos mais de dez anos de vigência da Constituição Cidadã, entretanto, ensejou enorme e indesejável predomínio do Poder Executivo no quadro institucional brasileiro, em detrimento, especialmente, das funções legislativas atribuídas pela Carta Política ao Parlamento. Com efeito, dentre tantos outros exemplos, assistimos hoje ao caos jurídico provocado pela abundante produção legislativa do Presidente da República, circunstância inclusive apontada como uma das causas preponderantes da crise que atualmente atravessa o Judiciário por diversas autoridades da República em audiências públicas realizadas pela Comissão de Reforma do Poder Judiciário, na legislatura passada.



Nessas circunstâncias, a atuação do Poder Judiciário, especialmente em seus estratos mais elevados, como nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, poderá sofrer influência direta dos ocupantes de cargos executivos, haja vista o fato de que a composição dos tribunais se forma concentrando nas mãos do Presidente da República a prerrogativa de escolha e nomeação dos Ministros e juízes.

A compreensão de que a atuação do Poder Judiciário não é ato meramente "técnico", de simples aplicação da lei ao caso concreto, mas guarda também conteúdo *político* – volitivo portanto, e muitas vezes sectário –, alerta para a força potencial do Presidente da República em se tratando da formação de Cortes de Justiça que terão a função de julgar os atos de sua administração e até mesmo pessoais. A doutrina há muito já reconheceu que o ato de aplicação do Direito é também ato de *produção* do Direito, sendo que o "fundamento do ato volitivo do órgão aplicador do Direito, em favor de uma das alternativas possíveis, será a afirmação implícita de uma determinada escala de valores"<sup>1</sup>. Esse valores, convém observar, dependendo da composição dessas Cortes, poderiam ser mais identificados com metas e políticas governamentais estabelecidas pelo Poder Executivo, escapando muitas vezes de uma discussão mais aprofundada no Parlamento, consciência que cedo surgiu na prática democrática norte-americana, onde a preocupação com uma possível *judicial dictatorship* (ditadura judicial) tem sido objeto de estudos e teorizações desde há muitas décadas.

Num momento em que se discute a necessidade da implantação de um controle que incremente o grau de legitimidade democrática do Poder Judiciário, convém não olvidar a reformulação dos mecanismos de freios e contrapesos para trazer para o Congresso Nacional, instância representativa máxima do povo brasileiro, a prerrogativa de escolher, num alto grau de consenso assegurado pelo *quorum* elevado que fazemos constar nesta emenda, os futuros integrantes das Cortes superiores e dos tribunais de segundo grau das Justiças Especializadas, em nível federal, e dos Tribunais de Justiça nos Estados.

Outrossim, propomos um mecanismo de investidura a termo certo para os magistrados integrantes dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, como forma de proporcionar uma salutar renovação dos

<sup>1</sup> CASTRO, Antonio Escosteguy. "A necessidade de controle social sobre o Poder Judiciário", in *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*. Ano XXII, vol. XX, nº 55, Setembro/dezembro 1991, p. 157.



quadros daquelas Cortes e uma maior abertura aos reclamos sociais por uma Justiça eficiente e mais célere, em contato com a realidade social brasileira e mais voltada para o cumprimento do objetivo de "construir uma sociedade livre, justa e solidária", erradicando a pobreza e as desigualdades sociais e regionais, conforme determina o art. 3º de nossa Carta Política.

Particularmente quanto ao Supremo Tribunal Federal, inspiramo-nos na Constituição do Japão<sup>2</sup> para instituir a confirmação popular da nomeação dos Ministros da mais alta Corte de Justiça do país, ainda na tarefa de buscar um maior grau de legitimação popular para o Judiciário. Como observam mui apropriadamente os juízes DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JR. e CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN, membros da Associação Juízes para a Democracia, "no Estado de Direito é inconcebível a existência de um poder estatal sem controle, ou mesmo que um deles, dentro da clássica estrutura tripartite, seja auto-suficiente na verificação da regularidade de sua atuação. Há que se introduzir, mais que um sistema de freios de contrapesos, envolvendo os outros poderes, um controle da sociedade civil, tanto difuso, pela transparência das decisões, quanto institucionalizado, para tornar viável a apuração de irregularidades e correção de rumos administrativos de atuação"<sup>3</sup>.

A par da discussão em torno da criação de um órgão de controle do Poder Judiciário, entendemos que o referendo popular sobre a investidura e permanência dos Ministros do Supremo Tribunal Federal consubstancia mais um mecanismo pelo qual se poderá dar aos cidadãos brasileiros maior domínio sobre a qualidade dos serviços de uma parcela da organização estatal cuja atividade deve resultar, afinal, em benefício da própria coletividade – serviço público, *serviço ao público* portanto.

Mantendo a extinção do vocalato na Justiça do Trabalho e a extinção da Justiça Militar, como propostas no texto original do ilustre Deputado

<sup>2</sup> "CHAPTER V: JUDICIARY – Article 79. *The Supreme Court shall consist of a Chief Judge and such numbers of judges as may be determined by law; all such judges excepting the Chief Justice shall be appointed by the Cabinet. 2) The appointment of the judges of the Supreme Court shall be reviewed by the people at the first general election of members of the House of Representatives following their appointment, and shall be reviewed again at the first general election of members of the House of Representatives after a lapse of ten (10) years, and in the same manner thereafter.*"

<sup>3</sup> CINTRA JR. Dyrceu Aguiar Dias e TREVISAN, Carlos Henrique Miguel. "Controle externo do Poder Judiciário" in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 38, dezembro/92, p. 47 e ss.

HÉLIO BICUDO, agregamos aqui nossa contribuição, certos de contar com o apoio de nossos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em 27 de 757 de 199.

  
Deputado ARLINDO CHINAGLIA

11/05/99

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009620)

AUTOR: ARLINDO CHINAGLIA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
6 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
7 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
8 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
9 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
12 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
13 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
14 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
15 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
16 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
17 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
18 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
19 - ARY KARA	SP	PPB
20 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
21 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
22 - B. SA	PI	PSDB
23 - BABA	PA	PT
24 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
25 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CABO JULIO	MG	PL
28 - CAIO RIELA	RS	PTB
29 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
30 - CELSO JACOB	RJ	PDT
31 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB



32 -	CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
33 -	CORIOLOANO SALES	BA	PDT
34 -	COSTA FERREIRA	MA	PFL
35 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
36 -	DARCI COELHO	TO	PFL
37 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
38 -	DE VELASCO	SP	PST
39 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
40 -	DJALMA PAES	PE	PSB
41 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
42 -	DR. HELIO	SP	PDT
43 -	DR. ROSINHA	PR	PT
44 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 -	EBER SILVA	RJ	PDT
46 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
47 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
48 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 -	EDUARDO SEABRA	AP	PTB
50 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
51 -	ENIO BACCI	RS	PDT
52 -	EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
53 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
54 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
55 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
56 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
57 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
58 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
59 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
60 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
61 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
62 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
63 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
64 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
65 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
66 -	GILMAR MACHADO	MG	PT
67 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
68 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
69 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
70 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
71 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
72 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
73 -	IGOR AVELINO	TO	PMDB
74 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
76 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
77 -	JAIR AZI'	BA	PFL
78 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
79 -	JAQUES WAGNER	BA	PT
80 -	JOAO COSER	ES	PT
81 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
82 -	JOAO GRANDAO	MS	PT
83 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
84 -	JOAO MAGNO	MG	PT
85 -	JOAO MATOS	SC	PMDB
86 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
87 -	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
88 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
89 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL



90	- JOSE DIRCEU	SP	PT
91	- JOSE GENOINO	SP	PT
92	- JOSE LINHARES	CE	PPB
93	- JOSE MACHADO	SP	PT
94	- JOSE MILITAO	MG	PSDB
95	- JOSE PIMENTEL	CE	PT
96	- JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
97	- JUQUINHA	GO	PSDB
98	- LEO ALCANTARA	CE	PSDB
99	- LIDIA QUINAN	GO	PSDB
100	- LINCOLN PORTELA	MG	PST
101	- LUIS BARBOSA	RR	PFL
102	- LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
103	- LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
104	- LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
105	- LUIZ SERGIO	RJ	PT
106	- LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
107	- MARCAL FILHO	MS	PMDB
108	- MARCELO DEDA	SE	PT
109	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
110	- MARCIO MATOS	PR	PT
111	- MARCOS AFONSO	AC	PT
112	- MARCOS ROLIM	RS	PT
113	- MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
114	- MARIA LUCIA	MG	PMDB
115	- MARISA SERRANO	MS	PSDB
116	- MAX ROSENMAN	PR	PSDB
117	- MEDEIROS	SP	PFL
118	- MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
119	- MILTON TEMER	RJ	PT
120	- MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
121	- MURILO DOMINGOS	MT	PTB
122	- NEIVA MOREIRA	MA	PDT
123	- NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
124	- NELSON PELLEGRINO	BA	PT
125	- NELSON TRAD	MS	PTB
126	- NILSON MOURAO	AC	PT
127	- OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
128	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
129	- OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
130	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
131	- PADRE ROQUE	PR	PT
132	- PAES LANDIM	PI	PFL
133	- PASTOR JORGE	DF	PMDB
134	- PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
135	- PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
136	- PAULO DE ALMEIDA	RJ	PPB
137	- PAULO DELGADO	MG	PT
138	- PAULO FEIJO	RJ	PSDB
139	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
140	- PAULO PAIM	RS	PT
141	- PAULO ROCHA	PA	PT
142	- PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
143	- PEDRO CANEDO	GO	PSDB
144	- PEDRO CELSO	DF	PT
145	- PEDRO EUGENIO	PE	PSB
146	- PEDRO IRUJO	BA	PMDB
147	- PEDRO WILSON	GO	PT

148 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
149 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
150 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
151 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
152 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
153 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
154 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
155 - RICARDO IZAR	SP	PPB
156 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
157 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
158 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
159 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
160 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
161 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
162 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
163 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
164 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
165 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
166 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
167 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
168 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
169 - SILAS CAMARA	AM	PFL
170 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
171 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
172 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
173 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
174 - WALDIR GANZER	PA	PT
175 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
176 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
177 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
178 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
179 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
180 - WALDIR PIRES	BA	PT
181 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
182 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
183 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
184 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
185 - WILSON BRAGA	PB	PFL
186 - WILSON SANTOS	M.	PMDB
187 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 187  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 232

REPETIDAS: 45

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
7 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
9 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
10 - CABO JULIO	MG	PL

11 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
12 - CELSO JACOB	RJ	PDT
13 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
14 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
15 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
16 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
17 - FERNANDO FERRO	PE	PT
18 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
19 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
20 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
21 - JOAO COSER	ES	PT
22 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
23 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
24 - JOSE DIRCEU	SP	PT
25 - JOSE MACHADO	SP	PT
26 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
27 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
28 - MARCOS ROLIM	RS	PT
29 - MARCOS ROLIM	RS	PT
30 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
31 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB
32 - MEDEIROS	SP	PFL
33 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
34 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
35 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
36 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
37 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
38 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
39 - PEDRO WILSON	GO	PT
40 - PEDRO WILSON	GO	PT
41 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
42 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
43 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
44 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
45 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

EMENDA Nº 21 CE/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

# **EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992.**

*Dá nova redação à PEC 96-A, de 1992, alterando dispositivos da Constituição da República, e introduzindo modificações na estrutura do Poder Judiciário.*



## E M E N D A

**Art. 1º** - O artigo 92 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 92** – São órgãos do Poder Judiciário:

- I – o Supremo Tribunal Federal;
- II – o Superior Tribunal de Justiça;
- III – os tribunais regionais federais e juízes federais;
- IV – os tribunais e juízes do trabalho;
- V – os tribunais e juízes eleitorais;
- VI – os tribunais e juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- VII – o Conselho Nacional de Política Judiciária e os conselhos regionais de política judiciária."

**Art. 2º** - O artigo 93 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 93** – A atividade judiciária é serviço público essencial e indelegável, norteados pelos princípios da publicidade, da soberania, da responsabilidade, da celeridade e da gratuidade, que se traduzem, entre outras, nas seguintes normas.

I – todos os julgamentos serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou apenas a estes.

II – são públicos os processos administrativos dos tribunais e motivadas as respectivas decisões;

III – a sentença estrangeira pode ser homologada, havendo, entre outros requisitos, legítimo interesse para sua eficácia em território nacional;

IV – não tem eficácia em território nacional decisão de instância internacional da qual o Brasil não participe como parte instituinte, com poder de voz e voto, em razão de tratado regular e plenamente eficaz;

V – a atividade judiciária não se interrompe, exercendo-se plenamente nos horários comuns de expediente e com plantões fora desses horários e nos feriados gerais, seus servidores, e os juízes, não gozam outras férias e benefícios que não os gerais do funcionalismo público;

VI – a inobservância do prazo legal fixado para o juiz proferir decisões deve ser específica e cabalmente justificada, é sindicável e pode implicar preclusão de jurisdição; a

Recebi original  
em 30/11/99, 16:00  
JLH

prolação da sentença ou do voto, ou a remessa do processo a julgamento, não podem exceder o prazo de noventa dias, contado a partir do encerramento de instrução, ou, em segundo grau, da distribuição;

VII – é vedada a edição de lei ou de qualquer ato normativo tendente a impedir ou cercear concessão de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias, pedido de liminar deve ser apreciado pelo juiz natural, passando nos tribunais por regular distribuição; somente por decisão colegiada pode, em juízo de revisão, ser suspensa ou revogada medida liminar;

VIII – a magistratura de primeiro grau será organizada em carreira, devendo dispor a lei sobre essa organização, direitos e deveres de seus juizes, observadas as seguintes regras:

- a) experiência de exercício em função judicial durante pelo menos cinco anos;
- b) ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, a ordem de classificação;
- c) vitaliciedade adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- d) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma da lei;
- e) inviolabilidade penal por decisões, despachos e votos proferidos no exercício de função estritamente jurisdicional, nos limites da lei;
- f) irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I;
- g) promoção de entrada para entrada, alternadamente, por antigüidade e merecimento;
- h) aposentadoria com vencimentos integrais, compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na judicatura;
- i) residência do juiz titular na comarca de sua jurisdição;
- j) impossibilidade de dedicar-se a atividade político-partidária, de receber custas ou participação em processo, e de exercer outro cargo ou função, salvo um de magistério.

**Parágrafo único** – Lei Complementar disporá sobre a responsabilidade administrativa, civil e política dos magistrados dos diversos graus, sobre a gratuidade dos serviços judiciais, sobre os casos em que se admite a cobrança de taxa judicial, e sobre a gestão e destinação da respectiva receita.”



**Art. 3º** - O artigo 94 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 94** – Os cargos em tribunais, excetuados aqueles a cujo respeito esta Constituição dispõe diversamente, serão providos por membros da magistratura, do Ministério Público e da advocacia, com mais de vinte anos de efetiva atividade profissional, notória idoneidade e saber jurídico, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes para servirem por período não superior a oito anos.

**§ 1º** - Um terço dos cargos será provido, alternadamente, por membros do Ministério Público e da advocacia, e dois terços por membros da magistratura;

**§ 2º** - Findo o prazo de seu serviço, o juiz de qualquer tribunal poderá aposentar-se, ressalvado o disposto sobre a Justiça Eleitoral;

**§ 3º** - É vedada a nomeação, como membro de órgão do Poder Judiciário, de quem, nos dois anos anteriores tenha ocupado cargo de confiança em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e dos Municípios, ou cargo estatutário em órgão de representação da classe dos advogados, dos magistrados e dos membros do Ministério Público;

**§ 4º** - Ressalvado o titular de cargo efetivo, não poderá ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função de confiança, ou para o exercício de qualquer outra atividade de direção, de assessoria ou de auxílio, ou de conciliador, em qualquer órgão do Poder Judiciário, o cônjuge, o companheiro ou o parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de magistrado em atividade.”

**Art. 4º** - O artigo 95 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 95** – A lei disporá sobre direitos e deveres dos membros de tribunais, observadas as seguintes regras:

I – inviolabilidade penal por despachos e votos proferidos no exercício de função estritamente jurisdicional, nos limites da lei;

II – aposentadoria com vencimentos integrais compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício no tribunal;

III – irredutibilidade de subsídios, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I;

IV – impossibilidade de dedicar-se a atividade político-partidária, de receber custas ou participação em processo, e de exercer outro cargo ou função, salvo um de magistério;

V – impossibilidade de exercer advocacia em área de jurisdição do respectivo tribunal, nos quatro anos seguintes ao seu afastamento por aposentadoria, disponibilidade, ou término do respectivo período de serviço;

VI – vedação de promoção, afastamento, aposentadoria, que não a compulsória, gozo de férias e de licença, que não a determinada por motivo de doença, de qualquer magistrado que detenha processo com inobservância dos prazos legais.”



**Art. 5º** - O artigo 96 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 96 – Compete privativamente aos tribunais:**

I – eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

II – organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

III – prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

IV – prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

V – conceder licença, férias e afastamento, por nojo e gala, a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.

**Parágrafo único** – Compete aos tribunais de justiça julgar os juízes de primeiro grau estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual de primeira instância, nas infrações penais comuns, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.”

**Art. 6º** - O § 2º do artigo 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“§ 2º - O encaminhamento da proposta compete:**

I – no âmbito da União, ao Conselho Nacional de Política Judiciária;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos conselhos regionais de política judiciária.”

**Art. 7º** - O artigo 101 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 101 – O Supremo Tribunal Federal compõe-se de dezesseis juízes, escolhidos dentre cidadãos com mais de quarenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que servirão por período não superior a oito anos.**

**Parágrafo único** – Os juízes do Supremo Tribunal Federal serão indicados, conjuntamente, pelos órgãos de representação nacional da magistratura, do Ministério Público e da advocacia, devendo a indicação ser ratificada pela maioria absoluta do Congresso Nacional.”

**Art. 8º** - O artigo 102 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 102** – Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I – julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual, e respectivo pedido de cautelar;

b) a ação direta de inconstitucionalidade, e respectiva cautelar, de medida provisória parcial ou totalmente renovada após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 62, mesmo que pendente de apreciação pelo Congresso Nacional;

c) a revisão e a ação rescisória dos seus julgados;

d) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

II – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

III – editar e rever súmulas de sua jurisprudência, de ofício ou mediante provocação das pessoas tituladas no art. 103, de tribunal ou de conselho de política judiciária;

IV – enviar ao Senado Federal cópia de suas decisões definitivas que tenham declarado a inconstitucionalidade de tratado, de lei ou de ato normativo, para que aquele delibere sobre a suspensão de sua execução.”

**Art. 9º** - O artigo 103 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 103** – Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, independentemente de seu específico interesse legal, estatutário ou corporativo:

I – o Procurador Geral da República;

II – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

III – partido político com estatuto registrado na Justiça Eleitoral há mais de um ano;

IV – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;



V – independentemente do local de sua sede, entidade sem fins lucrativos, constituída há mais de cinco anos para a prática de atividade de interesse público ou para a defesa de interesse público.”

§ 1º - São também legitimados para a ação do art. 102, I, a:

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou de Assembléia Legislativa;

III – o Governador de Estado.

§ 2º - É contraditório o procedimento da ação direta de inconstitucionalidade, devendo ser citados para a resposta:

I – pessoalmente, conforme o caso, a União, o Estado, o Distrito Federal o Território, ou a Mesa do Congresso;

II – por edital, o demais legitimados referidos neste artigo.

§ 3º - O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades;

§ 4º - Enquanto não editada lei dispondo sobre o procedimento da ação direta de inconstitucionalidade, aplicar-se-ão as regras e prazos do procedimento ordinário.

§ 5º - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.”

Art. 10 - O artigo 104 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104 – O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, cento e sete juízes, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notória idoneidade e saber jurídico, que servirão por período não superior a oito anos, aprovados pela maioria absoluta do Congresso Nacional, sendo:

I – um terço dentre juízes dos tribunais regionais federais e um terço dentre juízes dos tribunais de justiça, conforme indicação do próprio tribunal;

II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.”



**Art. 11 -** O artigo 105 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 105 –** Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

**I –** processar e julgar, originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, os ministros de Estado, os membros de tribunais, os membros dos tribunais e conselhos de contas, os chefes de missão diplomática de caráter permanente e os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) nos crimes de responsabilidade, os ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos tribunais de contas da União, dos Estados e do Distrito Federal e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

c) o *habeas corpus*, quando o paciente for qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas anteriores;

d) o mandado de segurança e o *habeas corpus* contra ato de tribunal superior, inclusive do próprio Superior Tribunal de Justiça, exceto do Supremo Tribunal Federal, e ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu presidente;

i) a revisão e a ação rescisória dos seus julgados;

j) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

l) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais;

m) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem esteja impedida ou seja direta e indiretamente interessada.

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas corpus* e o mandado de segurança decididos em última ou única instância pelos tribunais superiores, excetuado o Supremo Tribunal Federal, pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios quando a decisão for denegatória, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) o crime político;

c) as causas em que forem partes Estados estrangeiros ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal;

IV - editar e rever súmulas de sua jurisprudência, de ofício ou mediante provocação das pessoas tituladas no artigo 103, de tribunal, ou de conselho de política judiciária.”

**Art. 12** - O artigo 107 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 107** – Os tribunais regionais federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, observado o disposto no art. 94.”

**Art. 13** - O artigo 108 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 108** – Compete ao tribunais regionais federais:

I – processar e julgar, originariamente:

a) nas infrações penais comuns, os juízes federais, incluídos os da Justiça do Trabalho, e os membros do Ministério Público Federal da área da sua jurisdição, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

c) os mandados de segurança contra ato do próprio tribunal ou de juiz federal;



d) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao tribunal;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.”

**Art. 14** – Fica acrescentado, ao artigo 109 da Constituição da República, o seguinte inciso:

“XII – os crimes que a lei considere grave violação dos direitos humanos.”

**Art. 15** - O artigo 111 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 111** – São órgãos da Justiça do Trabalho:

I – os tribunais regionais do trabalho;

II – os juízes do trabalho.”

**Art. 16** - O artigo 112 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 112** – Haverá pelo menos um tribunal regional do trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, salvo a inexistência de volume de serviço que o justifique e facilidade de acesso ao mais próximo, a juízo do Conselho Nacional de Política Judiciária; também por iniciativa desse Conselho a lei instituirá ou extinguirá varas trabalhistas, podendo, nas comarcas onde não existirem, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.”

**Art. 17** - O § 2º do artigo 114 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo.”

**Art. 18** - O artigo 115 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 115** – Na composição dos tribunais regionais do trabalho será observado o disposto no artigo 94, recrutando-se no Ministério Público do Trabalho os membros que devam integrar o seu terço.”

**Art. 19** - O artigo 119 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 119** – O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á no mínimo de sete juízes, escolhidos:



I – três dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça, mediante eleição pelo voto secreto dos seus pares;

II – os demais, em partes iguais, dentre membros da advocacia e da magistratura federal, de notória idoneidade e saber jurídico, com mais de dez anos de exercício da atividade profissional, indicados pelos respectivos órgãos nacionais de representação de classe.

**Parágrafo Único** – O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Corregedor Eleitoral dentre os seus juizes membros do Superior Tribunal de Justiça.”

**Art. 20** - O artigo 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 120** – Haverá um tribunal regional eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal, composto no mínimo por sete juizes, escolhidos:

I – dois dentre membros do respectivo tribunal de justiça, mediante eleição pelo voto secreto dos seus pares;

II – um juiz de direito, mediante eleição pelo voto secreto dos seus pares;

III – dois juizes do tribunal regional federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal da circunscrição, escolhido mediante eleição por voto secreto dos seus pares;

IV – os demais dentre membros da advocacia, de notória idoneidade e saber jurídico, indicados pelo respectivo órgão estadual de representação.

**Parágrafo Único** – O Tribunal Regional Eleitoral elegerá o Presidente e o Vice-Presidente dentre os seus juizes membros do Tribunal de Justiça.”

**Art. 21** - O § 2º do artigo 121 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“§ 2º** - Os juizes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, prazo durante o qual ficarão afastados, de sua função de origem, aqueles proveniente da magistratura.”

**Art. 22** - A seção VII do capítulo III do título IV da Constituição da República passa a designar-se “Dos conselhos de política judiciária,” passando os respectivos artigos 122, 123 e 124 a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 122** – O Conselho Nacional de Política Judiciária compor-se-á de quinze membros, representando a magistratura, o ministério público, a advocacia, entidades da sociedade civil.

**Art. 123** – Ao Conselho Nacional de Política Judiciária compete:

- a) realizar pesquisas e levantamento de dados estatísticos quanto ao desempenho dos serviços judiciários;
- b) estabelecer, observadas a Constituição e as leis, as diretrizes relativas à organização, implantação, distribuição, manutenção e funcionamento dos serviços judiciários;
- c) exercer o controle da atividade administrativa do Judiciário da União, e da atuação funcional dos membros da sua magistratura;
- d) atuar como instância revisora das decisões dos conselhos regionais de política judiciária;
- e) rever e encaminhar as propostas orçamentárias dos tribunais da União;
- f) julgar por crimes de responsabilidade os juizes dos tribunais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- g) propor a criação de conselhos regionais de política judiciária.

**Art. 124** – Lei complementar discriminará a competência do Conselho Nacional de Política Judiciária, e dos conselhos regionais de política judiciária, sua competência, composição e organização.”

**Art. 23** – O parágrafo primeiro do artigo 125 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, podendo haver, em função do volume de serviço e facilidade de acesso, mais de um tribunal de justiça, com distinta jurisdição territorial.”

**Art. 24** - O parágrafo 1º do artigo 128 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador Geral da República, eleito por seus pares, dentre os integrantes da carreira com mais de vinte e cinco anos, e aprovado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos.”

**Art. 25** - O parágrafo único do artigo 134 da Constituição da República é renumerado como § 1º, acrescentado-se o seguinte:

“§ 2º - Sem prejuízo de atuação das Defensorias, é permitida às entidades de direito público a celebração de convênios para a prestação de assistência jurídica aos dela necessitados”.

**Art. 26-** A lei disporá sobre a dissolução dos órgãos da Justiça Militar.

**Art. 27 -** Lei complementar disporá sobre a dissolução do Tribunal Superior do Trabalho, sobre aproveitamento ou a disponibilidade proporcional dos seus membros, e sobre a disponibilidade proporcional dos juízes classistas de segundo grau.

**Art. 28 -** Revogam-se os parágrafos 3º e 4º do artigo 125, e o parágrafo 2º do artigo 128, renumerando-se os subseqüentes, e os artigos 113, 116, 117 da Constituição da República, ficando extintas a jurisdição e investidura dos juízes classistas da Justiça do Trabalho.

### JUSTIFICATIVA

Na linha de abalizadas opiniões da comunidade jurídica, e colhendo a experiência dos dez anos da vigência da Constituição, a presente proposta de emenda objetiva reestruturar o Poder Judiciário. São duas linhas principais: a extinção da justiça militar; a extinção do Tribunal Superior do Trabalho e do vocalato trabalhista; a criação dos conselhos de política judiciária; a reestruturação do Supremo Tribunal Federal e redução de sua competência a matéria constitucional; a alteração de composição dos tribunais e a forma de escolha de seus membros; o enunciado de princípios concernentes à atividade judiciária, a atribuição de competência à Justiça Federal para o julgamento dos crimes que impliquem violações graves aos direitos humanos.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1999.



**JOSÉ ROBERTO BATOCHIO**  
Deputado Federal PDT/SP



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009621)

AUTOR: JOSE ROBERTO BATOCHIO

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
4 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
5 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
8 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
9 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANA CATARINA	RN	PMDB
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
15 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
16 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
17 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
18 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
19 - ATILA LIRA	PI	PSDB
20 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
21 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - CAIO RIELA	RS	PTB
24 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
25 - CELSO JACOB	RJ	PDT
26 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
27 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
28 - CORONEL GARCIA	RJ	PSDB
29 - CUNHA BUENO	SP	PPB
30 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
31 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
32 - DE VELASCO	SP	PST
33 - DELFIM NETTO	SP	PPB
34 - DR. HELIO	SP	PDT
35 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
36 - EBER SILVA	RJ	PDT
37 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
38 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
39 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
40 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
41 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
42 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
43 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
44 - ENIO BACCI	RS	PDT
45 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
46 - ESTHER GROSSI	RS	PT
47 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
48 - EULER MORAIS	GO	PMDF
49 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
52 - FERNANDO FERRO	PE	PT
53 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
54 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
55 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
56 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
57 - FRANCISCO COELHO	MA	PFL
58 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
59 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
60 - GERALDO MAGELA	DF	PT
61 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
62 - GERSON PERES	PA	PPB
63 - GILMAR MACHADO	MG	PT
64 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
65 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
66 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
67 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
68 - HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
69 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
70 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
71 - HUGO BIEHL	SC	PPB
72 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
73 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
74 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
76 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
77 - JAIME MARTINS	MG	PFL
78 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
79 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
80 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
81 - JAQUES WAGNER	BA	PT
82 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
83 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
84 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
85 - JOAO PAULO	SP	PT
86 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
87 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
88 - JORGE COSTA	PA	PMDB
89 - JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
90 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
91 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
92 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
93 - JOSE DIRCEU	SP	PT
94 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
95 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
96 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
97 - JOSE RONALDO	BA	PFL
98 - JOSE TELES	SE	PSDB
99 - JULIO REDECKER	RS	PPB
100 - JUQUINHA	GO	PSDB
101 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
102 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
103 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
104 - LINO ROSSI	MT	PSDB

	DEPUTADO	UF	PARTIDO
105	- LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
106	- LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
107	- LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
108	- LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
109	- LUIZ FERNANDO	AM	PPB
110	- LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
111	- LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
112	- MAGNO MALTA	ES	PTB
113	- MARCELO DEDA	SE	PT
114	- MARCIO BITTAR	AC	PPS
115	- MARCIO MATOS	PR	PT
116	- MARCOS CINTRA	SP	PL
117	- MARCOS ROLIM	RS	PT
118	- MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
119	- MARIA ELVIRA	MG	PMDB
120	- MARIA LUCIA	MG	PMDB
121	- MAX MAURO	ES	PTB
122	- MAX ROSENMAN	PR	PSDB
123	- MEDEIROS	SP	PFL
124	- MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
125	- MILTON MONTI	SP	PMDB
126	- MILTON TEMER	RJ	PT
127	- MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
128	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
129	- MUCIO SA	RN	PMDB
130	- MUSSA DEMES	PI	PFL
131	- NEIVA MOREIRA	MA	PDT
132	- NELO RODOLFO	SP	PPB
133	- NELSON PELLEGRINO	BA	PT
134	- NEUTON LIMA	SP	PDT
135	- NEY LOPES	RN	PFL
136	- NICE LOBAO	MA	PFL
137	- NILTON BAIANO	ES	PPB
138	- NILTON CAPIXABA	RO	PTB
139	- ODELMO LEAO	MG	PPB
140	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
141	- OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
142	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
143	- PADRE ROQUE	PR	PT
144	- PAES LANDIM	PI	PFL
145	- PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
146	- PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
147	- PAULO BRAGA	BA	PFL
148	- PAULO LIMA	SP	PMDB
149	- PAULO PAIM	RS	PT
150	- PAULO ROCHA	PA	PT
151	- PEDRO CELSO	DF	PT
152	- PEDRO EUGENIO	PE	PSB
153	- PEDRO IRUJO	BA	PMDB
154	- PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
155	- PEDRO VALADARES	SE	PSB
156	- PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
157	- POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
158	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
159	- RAFAEL GUERRA	MG	PSDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
161 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
162 - REMI TRINTA	MA	PL
163 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
164 - RICARDO BARROS	PR	PPB
165 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
166 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
167 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
168 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
169 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
170 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
171 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
172 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
173 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
174 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
175 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
176 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
177 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
178 - SERGIO BARROS	AC	PDT
179 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
180 - SERGIO MIRANDA	MG	PcdoB
181 - SERGIO REIS	SE	PSDB
182 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
183 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
184 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
185 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
186 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
187 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
188 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
189 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
190 - WALDIR PIRES	BA	PT
191 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
192 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
193 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
194 - ZE INDIO	SP	PPB
195 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
196 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
197 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
198 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 198

TOTAL DE ASSINATURAS..... 210

REPETIDAS: 12

**ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS**

1 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
2 - CELSO JACOB	RJ	PDT
3 - DELFIM NETTO	SP	PPB
4 - EBER SILVA	RJ	PDT
5 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
6 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
7 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
8 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
9 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
10 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
11 - SERGIO BARROS	AC	PDT
12 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB

EMENDA Nº 22 CE/99

Recebido na Comissão Especial  
Em 30 de abril de 99

Erlles (2013)

10:00 h.

EMENDA À PEC Nº 96-A, DE 1.992  
(Do Sr. Paulo Otávio e outros)

Introduz modificações na estrutura da Justiça do Trabalho

"Art. 1º Suprimam-se os artigos 9º, 10 e 11 da Proposta de Emenda à Constituição Nº 96-A/92. reordenando-se os demais."

"Art. 2º Dê ao art. 12 da PEC 96-A/92 a seguinte redação:

Art. 12 Os artigos 113, 116 e 117 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 113 A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, na forma do art. 10.'

'Art. 116.....

§ 1º. Os juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho na forma da Lei.

§ 2º. As Juntas de Conciliação e Julgamento realizarão obrigatoriamente Audiência Prévia, com as partes em litígio na presença dos juízes classistas, representantes dos trabalhadores e empregadores, para promover a conciliação entre as partes '

'Art. 117 Os mandatos dos representantes classistas, em todas as instâncias, são de três anos, permitidas as reconduções

Paragrafo único. ....

JUSTIFICACÃO

As modificações introduzidas por esta Emenda a PEC 96-A/92, ao propor a supressão dos seus artigos 9º, 10 e 11", têm por objetivo corrigir o

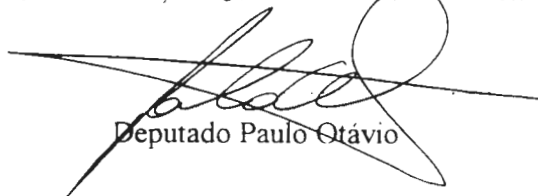
equivoco cometido pelo legislador que ao retirar a representação paritária da Justiça do Trabalho, contrariou cláusula pétrea prescrita no Art. 10 de nossa Constituição Federal transcrita *in verbis*: "É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

Esta Emenda pretende ampliar a participação dos representantes dos trabalhadores e empregadores na resolução dos conflitos trabalhistas, ao introduzir a Audiência Prévia coordenada pelos juizes classistas, com a finalidade exclusiva de tentar a conciliação entre as partes. Certamente esta inovação irá contribuir para descongestionar as pautas de instrução processual na Justiça do Trabalho, devendo aumentar consideravelmente o percentual dos acordos celebrados, que hoje se aproximam dos 50% dos processos que entram na Justiça do Trabalho.

Incluimos também o direito a mais de uma recondução, como um instrumento de fortalecimento e de estímulo ao bom desempenho da atividade.

É nosso entendimento, fortalecer uma Justiça especializada do trabalho, com representação paritária assegurada, que, inclusive, encontra-se definida na estrutura da OIT (Organização Internacional do Trabalho), desde sua fundação em 1919 até os dias atuais, da qual o Brasil é membro fundador.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1999



Deputado Paulo Otávio

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009622)

AUTOR: PAULO OCTAVIO E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
12 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
13 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
14 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
15 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB



16 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
17 - ARY KARA	SP	PPB
18 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
19 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
20 - BADU PICANCO	AP	PSDB
21 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
22 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
23 - CABO JULIO	MG	PL
24 - CAIO RIELA	RS	PTB
25 - CARLOS CURY	RO	PPB
26 - CARLOS MELLES	MG	PFL
27 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
28 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
29 - CELSO JACOB	RJ	PDT
30 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
31 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
32 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
33 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
34 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
35 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
36 - DARCI COELHO	TO	PFL
37 - DELFIM NETTO	SP	PPB
38 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
39 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
40 - DR. HELIO	SP	PDT
41 - EBER SILVA	RJ	PDT
42 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
43 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
44 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
45 - ELISEU MOURA	MA	PPB
46 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
47 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
48 - ENIO BACCI	RS	PDT
49 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
50 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
52 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
53 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
56 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
58 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
59 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
60 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
61 - FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
62 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
63 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
64 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
65 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
66 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
67 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
68 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
69 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
70 - HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
71 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
72 - HUGO BIEHL	SC	PPB
73 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
74 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
75 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
76 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
77 - JAIME MARTINS	MG	PFL
78 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
79 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT

80 - JAIRO AZI	BA	PFL
81 - JOAO COLACO	PE	PMDB
82 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
83 - JOAO MENDES	RJ	PMDB
84 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
85 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
86 - JOAO TOTA	AC	PPB
87 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
88 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
89 - JOSE BORBA	PR	PMDB
90 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
91 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
92 - JOSE DIRCEU	SP	PT
93 - JOSE JANENE	PR	PPB
94 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
95 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
96 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
97 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
98 - JUQUINHA	GO	PSDB
99 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
100 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
101 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
102 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
103 - LINO ROSSI	MT	PSDB
104 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
105 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
106 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
107 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
108 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
109 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
110 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
111 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
112 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
113 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
114 - MEDEIROS	SP	PFL
115 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MUCIO SA	RN	PMDB
118 - MUSSA DEMES	PI	PFL
119 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
120 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
121 - NILSON PINTO	PA	PSDB
122 - NILTON BAIANO	ES	PPB
123 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
124 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
125 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
126 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
127 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
128 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
129 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
130 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
131 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
132 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
133 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
134 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
137 - PEDRO CELSO	DF	PT
138 - PEDRO CORREA	PE	PPB
139 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
140 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
141 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
142 - PEDRO WILSON	GO	PT
143 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB

144 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
145 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
146 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
147 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
148 - REMI TRINTA	MA	PL
149 - RICARDO BARROS	PR	PPB
150 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
151 - RICARDO IZAR	SP	PPB
152 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
153 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
154 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
155 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
156 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
157 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
158 - RONALDO CAIADO	GO	PFL
159 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
160 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
161 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
162 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
163 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
164 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
165 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
166 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
167 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
168 - SERGIO REIS	SE	PSDB
169 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
170 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
171 - VADAO GOMES	SP	PPB
172 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
173 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
174 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
175 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
176 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
177 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
178 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
179 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
180 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 180  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 184

REPETIDAS: 4

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - EBER SILVA	RJ	PDT
2 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
3 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
4 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB



recebido  
Em 30 de abril de 99  
Erls. 2013. 10:00 h

EMENDA Nº 23 CE/99

## EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992

(Do Senhor José Lourenço e outros)

Altera dispositivos da Constituição  
Federal relativos à Justiça do Trabalho

Art. 1º Dê ao Artigo 9º da PEC 96-A/92 a seguinte redação:

“Art. 111.....

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após a aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I - dezessete juizes vitalícios, dos quais onze escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;

II - dez juizes Classistas temporários, com representação Paritária dos trabalhadores e empregadores.

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas triplices observando-se quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94 e, para as de juizes Classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pelas diretorias das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores conforme o caso; as listas triplices para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaborados pelos ministros vitalícios.

§ 3º Para o exercício do cargo de Ministro Classista titular ou suplente do Tribunal Superior do Trabalho, é imprescindível possuir diploma de curso superior, ser associado de entidade sindical há, no mínimo, três anos, e estar no desempenho da atividade econômica ou profissional por mais de cinco anos, tendo exercido a função de Juiz Classista de 2ª Instância por um período de três anos.

§ 4º A Lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

“Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, na forma do art. 10.”

“Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, sendo dois terços de juizes vitalícios e um terço de juizes Classistas, observada, entre os juizes vitalícios, a proporcionalidade estabelecida no art. 111, § 1º, I.

§ 1º.....

I - .....

II - .....

III - Classistas indicados em listas tripliques pelas diretorias das federações e dos sindicatos inorganizados em federações.”

§ 2º Os juizes Classistas representantes dos empregados e dos empregadores nos Tribunais Regionais do Trabalho terão que possuir, preferencialmente, diploma de curso superior e o exercício das funções de Juiz Classista em 1ª instância da Justiça do Trabalho durante pelo menos três anos, sendo imprescindível ser associado de entidade sindical há no mínimo três anos, e estar no desempenho da atividade econômica ou profissional por mais de cinco anos.

§ 3º A indicação nas listas tripliques, por vaga a ser preenchida, dos Juizes titulares e suplentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, representantes dos empregados e dos empregadores, será feita dentre os nomes previamente escolhidos pela Comissão de Seleção da Representação Paritária do Tribunal Regional do Trabalho, na forma estabelecida no parágrafo anterior, dentre os nomes indicados pela Federações e Sindicatos com base estadual, interestadual ou nacional e inorganizados em Federação, com base territorial na Região jurisdicionada pelo Tribunal.

“Art. 116. A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do trabalho e dois juizes Classistas, representantes dos trabalhadores e empregadores.

§ 1º Os juizes Classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei.”

§ 2º Os Juizes Classistas de 1ª Instância serão escolhidos por meio de listas que serão submetidas ao exame da Comissão de Seleção da Representação Paritária (CSRP), tripartite, constituída por juizes que integram a Corte, até o limite 18 (dezoito) membros, assim distribuídos:

a) 1/3 de Juizes Vitalícios, indicados pelos Juizes que integram a administração da Corte e Juizes Vitalícios mais antigos, em ordem subsequentes;

b) - 1/3 de Juizes Classistas, representantes dos trabalhadores, a serem indicados na forma estipulada no Regimento Interno;

c) 1/3 de Juizes Classistas, representantes dos empregadores, a serem indicados na forma estipulada no Regimento Interno;

§ 3º A Comissão de Seleção escolherá 3 (três) nomes para titular e 3 (três) para suplente, dentre os candidatos indicados por vaga a ser preenchida, enviando as listas ao Presidente do Tribunal, que deverá fazer as nomeações no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º Nas Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juizes Classistas funcionarão, também, como conciliadores, realizando audiências prévias com tal finalidade, na forma estabelecida em lei.

“Art. 117 Os mandatos dos representantes Classistas, em todas as instâncias, são de três anos, permitidas as reconduções.

**Parágrafo único.....”**

Art. 2º Suprima-se o art. 10º o art. 11 e o art. 12 da PEC 96-A/92, reordenando-se os demais.

#### **JUSTIFICATIVA :**

A jurisdição trabalhista, ora organização especial ou autônoma, através de tribunais do trabalho funciona, com eficiência, na Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Israel, Suécia, Espanha, Portugal e no Brasil, bem como em quase toda a América Latina, com ligeiras variantes na estrutura organizacional e no procedimento judicial.

Em nosso país, a Justiça do Trabalho existe há mais de cinquenta anos, quando foi incorporada ao Poder Judiciário da União, pela Constituição de 1946.

As modificações introduzidas no texto constitucional, através da presente PEC, têm por objetivo adaptar a legislação referente à Justiça do Trabalho às novas normas resultantes das alterações realizadas pelas reformas administrativas e previdenciária.

A proposta de emenda à Constituição que ora se propõe pretende a um só tempo: ampliar a participação dos trabalhadores e empregadores na Justiça do Trabalho, especialmente por meio da garantia de representação dos setores inorganizados; qualificar a representação nos Tribunais Superior e Regionais; e transformar a representação classista, na primeira instância, em juizes exclusivamente conciliadores a desempenhar suas funções através de audiência prévias, com aquele objetivo, ensejando, ainda, a possibilidade de uma escolha mais técnica e acertada.



Embora a produtividade da Justiça do Trabalho, em toda a sua história, tenha sido tão elevada, as Juntas de Conciliação, os Tribunais Regionais e o próprio Tribunal Superior do Trabalho jamais foram tão criticados, nos noticiários da imprensa brasileira.

Digno de registro o número de processos ajuizados na Justiça do Trabalho em 1998 que, segundo dados estatísticos oficiais provisórios, somam 2.450.470, sendo que 1.933.993 nas 1.092 Juntas de Conciliação e Julgamento; 385.064 nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e 131.413 no Tribunal Superior do Trabalho, de cujo total foram solucionados 2.428.893 processos.

A representação Classista Paritária, que está presente no próprio embrião da Justiça do Trabalho no Brasil, tem padecido de muitos defeitos que vão do processo de escolha de seus integrantes, ao exercício limitado de suas funções - especialmente na primeira instância, a garantia de privilégios até certo ponto injustificáveis (aposentadoria especial).

Vem ela, todavia, desempenhando notável papel de importância na faina do dia a dia da difícil missão de compor e decidir interesses, especialmente porque decorrentes dos conflitos entre o capital e o trabalho.

O que se pretende com a proposta ora apresentada é, também, definir critérios para permitir que a escolha dos Juizes Classistas seja objeto de análise prévia por uma Comissão Composta de representações de cada uma daquelas Classes, como também da própria Magistratura Trabalhista, ensejando, assim, a formação de listas o que, por certo, facilitará a escolha final, pelo Sr. Presidente da República (nos casos do TST e TRT's) ou pelos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (nos casos de nomeação para as JCJ's).

Embora inovadora, mesmo não sendo novidade, porque amplamente discutida entre os operadores do Direito do Trabalho, especialmente entre os advogados trabalhistas, é a proposta da transformação dos Juizes Classistas, na primeira instância, em Juizes Conciliadores, nos moldes adotados para os denominados Juizados de Pequenas Causas, o que deverá ser regulamentado por lei ordinária, deixando para o Juiz do Trabalho, monocraticamente, presidir e julgar as ações trabalhistas ajuizadas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Tal medida, por certo, desafogará, mais ainda, a Justiça do Trabalho, porque o Juiz do Trabalho disporá de mais tempo para instruir e julgar os processos e o Juiz leigo, mais identificado com as partes, terá mais êxito na missão de conciliar aos interesses em choque.

E fundamental, por fim, fortalecer a Justiça Especializada do Trabalho, com a representação Paritária assegurada, que além possui "profundas raízes sociológicas nos costumes do nosso povo", encontra-se, inclusive, definida pela própria Organização Internacional do Trabalho - OIT, desde a sua fundação, nos idos de 1919 - o Brasil é membro fundador - até os dias atuais.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1999

  
Deputado José Lourenço

PFL / BA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009623)

AUTOR: JOSE LOURENCO E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
9 - ANA CATARINA	RN	PMDB
10 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
11 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
12 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
13 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
14 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
15 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
16 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
17 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
18 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
19 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
20 - B. SA	PI	PSDB
21 - BADU PICANCO	AP	PSDB
22 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
23 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
24 - CABO JULIO	MG	PL
25 - CARLOS MELLER	MG	PFL
26 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
27 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
28 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
29 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
34 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
35 - DARCI COELHO	TO	PFL
36 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
37 - DE VELASCO	SP	PST
38 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
39 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
40 - DR. HELIO	SP	PDT
41 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
42 - EBER SILVA	RJ	PDT
43 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
44 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
45 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
46 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
47 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
48 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 - ELISEU MOURA	MA	PPB
50 - ENIO BACCI	RS	PDT
51 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
52 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
53 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
54 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
55 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
56 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT

57 - FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
58 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
59 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
60 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
61 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
62 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
63 - FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
64 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
65 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
66 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
67 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
68 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
69 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
70 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
71 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
72 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
73 - HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB
74 - HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
75 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
76 - HUGO BIEHL	SC	PPB
77 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
78 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
79 - JAIME MARTINS	MG	PFL
80 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
81 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
82 - JAIRO AZI	BA	PFL
83 - JOAO COLACO	PE	PMDB
84 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
85 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
86 - JOAO MATOS	SC	PMDB
87 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
88 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
89 - JOAO TOTA	AC	PPB
90 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
91 - JOSE BORBA	PR	PMDB
92 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
93 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
94 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
95 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
96 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
97 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
98 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
99 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
100 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
101 - LEUR LOMANTO	BA	PFL
102 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
103 - LINO ROSSI	MT	PSDB
104 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
105 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
106 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
107 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
108 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
109 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
110 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
111 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
112 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
113 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB
114 - MEDEIROS	SP	PFL
115 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MUCIO SA	RN	PMDB
118 - MUSSA DEMES	PI	PFL
119 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB



120 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
121 - NELSON MEURER	PR	PPB
122 - NELSON PROENCA	RS	PMDB
123 - NILSON PINTO	PA	PSDB
124 - NILTON BAIANO	ES	PPB
125 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
126 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
127 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
128 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
129 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
130 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
131 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
132 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
133 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
134 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
137 - PEDRO CELSO	DF	PT
138 - PEDRO CORREA	PE	PPB
139 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
140 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
141 - PEDRO WILSON	GO	PT
142 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
143 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
144 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
145 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
146 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
147 - RICARDO BARROS	PR	PPB
148 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
149 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
150 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
151 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
152 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
153 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
154 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
155 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
156 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
157 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
158 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
159 - SERGIO BARROS	AC	PDT
160 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
161 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
162 - SERGIO REIS	SE	PSDB
163 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
164 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
165 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
166 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
167 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
168 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
169 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
170 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
171 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
172 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
173 - WERNER WANDERER	PR	PFL
174 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
175 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 175  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 176

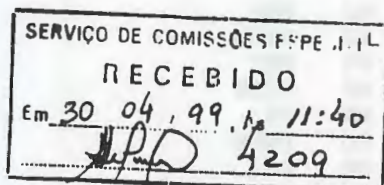
REPETIDAS: 1

**ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS**

1 - ELISEU MOURA MA PPB

EMENDA Nº **24** CE/99

**SUBSTITUTIVO**  
**À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**



Introduz modificações na estrutura do  
 Poder Judiciário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,  
 nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao  
 texto constitucional:

Art. 1º Ficam suprimidos os incisos V e VI do art. 92 da  
 Constituição Federal.

Art. 2º Fica acrescentado o seguinte inciso V A ao art. 93 da  
 Constituição Federal.

"Art. 93. ....

V.A. O subsídio dos juízes dos Tribunais Regionais  
 Federais corresponderá, no mínimo, a noventa por cento  
 dos subsídios dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

....."

Art. 3º Os incisos I e III do parágrafo único do art. 95 da  
 Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. ....

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer  
 função que seja incompatível com a magistratura, conforme  
 disposto em lei; (NR)

II - .....

III – exercer a atividade político-partidária, salvo  
 desincompatibilizando-se das funções, seis meses antes do  
 pleito. (NR)"

Art. 4º O parágrafo único do art. 101 da Constituição  
 Federal passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 101. ....

*Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, dentre indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. (NR)"*

Art. 5º O inciso III do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. ....

*III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, sempre que a decisão recorrida for relevante para os interesses nacionais, relevância esta a ser reconhecida e declarada pelo próprio Ministro relator do feito, quando o julgado: (NR)*

*a) contrarie dispositivo desta Constituição; (NR)*

*b) declare a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; (NR)*

*c) julgue válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. (NR)"*

Art. 6º Fica acrescentado o seguinte § 3º ao art. 102 da Constituição Federal:

"Art. 102. ....

*§ 3º Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, poderá estabelecer requisitos restritivos à arguição de relevância."*

Art. 7º O inciso III do art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105. ....

*III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida for relevante para os interesses nacionais, relevância esta a ser reconhecida e declarada pelo próprio Ministro relator do feito, desde que: (NR)*

*....."*

Art. 8º Fica acrescentado o seguinte § 2º ao art. 105, passando o atual parágrafo único a ter a denominação de § 1º:

"Art. 105. ....

*.....*



§ 1º (atual parágrafo único);

§ 2º Lei complementar, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, poderá estabelecer requisitos restritivos à arguição de relevância."

Art. 9º Ficam acrescentados os seguintes incisos ao art. 109 da Constituição Federal:

"Art. 109. ....

XII – os crimes praticados em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos;

XIII – os crimes praticados contra direitos humanos, como tal definidos em cláusulas de tratados que vinculem o Brasil;

XIV – as matérias eleitorais;

XV – os crimes militares definidos em lei."

Art. 10. Os parágrafos 1º, 2º, 4º e 5º do art. 109 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109. ....

§ 1º As causas em que a União ou qualquer das entidades mencionadas no inciso I forem autoras serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte. (NR)

§ 2º As causas intentadas contra a União ou qualquer

das entidades mencionadas no inciso I deverão ser aforadas na circunscrição judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal. (NR)

§ 3º .....

§ 4º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do local onde se realiza o pleito eleitoral, ou onde tiver ocorrido fato relativo às eleições, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal. (NR)

§ 5º Nas hipóteses dos parágrafos 3º e 4º, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau. (NR)"

Art. 11. Ficam acrescentados os seguintes artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 75. Os atuais servidores da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral passam a integrar a carreira de servidores da Justiça Federal, em suas respectivas unidades da federação, sem prejuízo de vantagens. Os magistrados da

*Justiça Militar passarão a integrar os quadros da Justiça Federal nas respectivas unidades em que atuam, transformando-se as atuais Juntas Militares em Varas Criminais da Justiça Federal, onde houver jurisdição especializada. Os Procuradores da Justiça Militar, à semelhança dos juizes, ingressarão nos quadros do Ministério Público Federal.*

**Art. 76.** *O patrimônio dos Tribunais Militares e Eleitorais passarão a integrar o patrimônio dos Tribunais Regionais Federais das respectivas unidades da federação.*

**Art. 77.** *Enquanto não forem fixados por lei os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a que se refere o artigo 48, XV, da Constituição Federal, estes corresponderão à maior remuneração paga atualmente a um Ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente a R\$ 12.720,00 (doze mil, setecentos e vinte reais).*

## **JUSTIFICAÇÃO**

Estamos apresentando substitutivo à PEC 96, de 1992 com o objetivo de participarmos ativamente do processo de reforma constitucional do Poder Judiciário.

Primeiramente, estamos propondo a extinção dos Tribunais e Juizes Militares e Eleitorais como órgãos do Poder Judiciário, transferindo suas funções para a competência dos Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais.

Em relação à Justiça Militar, é praticamente pacífica nos meios jurídicos e políticos a necessidade de sua extinção, haja visto que se trata de órgão jurisdicional com mínima ou nenhuma necessidade de existência independente dos demais órgãos. Nada justifica que exista uma jurisdição criminal militar independente da jurisdição ordinária.

Quanto à Justiça Eleitoral, trata-se de complexa e grande organização permanente que funciona esporadicamente. As eleições, no Brasil, de um modo geral, ocorrem no máximo a cada dois anos, não se justificando a manutenção e remuneração de um órgão próprio durante o espaço que medeia cada processo eletivo.

A Justiça Eleitoral consome, anualmente, o equivalente a um terço do orçamento da Justiça Federal, que é perene e possui milhares de processos em andamento. A extinção da Justiça Eleitoral, com sua incorporação pela Justiça Federal permitirá uma melhor distribuição orçamentária, ao mesmo tempo que os funcionários da Justiça Eleitoral, incorporados à Justiça Federal, permitirão uma agilização e melhor aparelhamento de pessoal desta.

Em decorrência dessa extinção, foi necessário acrescentar, ao art. 109 da Constituição Federal, algumas competências à Justiça Federal,



bem como dispor no ADCT como ficarão os atuais servidores da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral e o patrimônio dos tribunais extintos.

Outrossim, estamos inserindo regra para explicitar que os subsídios dos magistrados federais serão fixados com diferença não superior a dez por cento, tomando por base os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Atualmente não existe vinculação constitucional entre a remuneração dos subsídios dos Juizes dos Tribunais Regionais Federais com o dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. A ausência de tal regra implica numa política salarial absolutamente instável para a magistratura federal, sujeita a pressões políticas, tomando-a vulnerável. Sendo a magistratura federal detentora de competência para decidir as questões relativas à União Federal, sua vulnerabilidade enfraquece a independência do Poder Judiciário e sua liberdade de decisão em favor, ou contra, os interesses do administrador da ocasião.

Estamos alterando também o parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal, que trata das vedações dos juizes.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para os magistrados vedações quanto ao exercício de outras atividades, bem como lhes impôs diversos ônus, dentre os quais de residir na sede da Comarca, por exemplo. O processo histórico-político, por outro lado, tem procurado igualar os magistrados com as demais carreiras do Estado, sejam servidores públicos ou mesmo parlamentares. Ocorre que para nenhum deles é estabelecido tão largo rol de vedações, sem que haja uma contrapartida satisfatória. Se devem ser estabelecidas vedações constitucionais, à estas devem ser contrapostas vantagens próprias. Com a criação dos subsídios únicos, igualaram-se os magistrados com os demais membros de Poder, ao mesmo tempo que lhes impuseram diversos ônus, inclusive com vedação de participação ativa no processo político-democrático. A ausência de participação neste processo e a impossibilidade de eleição de legítimos e conhecedores representantes da magistratura tem dificultado sua participação, tornando-a alheia aos processos de decisão política do Estado. É hora de reparar este erro, tal qual já o fez a Carta de 1988 em relação aos militares.

Ademais, o Ministério Público possui vedação semelhante à dos magistrados, bem como as mesmas vantagens, mas não possuem os impedimentos relativos às atividades político-partidárias. A isonomia de tratamento deve funcionar em mão dupla, e não exclusivamente naquilo que beneficia uma classe ou categoria.



Incluimos, ainda, a necessidade de que a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal se faça em lista triplíce, acreditamos que tal medida diminuirá a influência do Executivo na indicação, possibilitando a participação da magistratura na escolha, através do Conselho Nacional de Justiça.

De outra parte, a proposta tem também por finalidade a redução do número de processos em tramitação no STF, utilizando-se o mesmo procedimento existente na Suprema Corte dos Estados Unidos. Além disso, procura agilizar a tramitação dos processos judiciais, os quais passariam por menos instâncias, já que muito poucos chegariam aos Tribunais Superiores. De outro lado, não há nenhuma razão para a uniformização de jurisprudência a nível nacional, nos casos de processos que tratem de questões não relevantes. E deve-se considerar, ainda, que essa proposta valoriza as jurisdições de 1ª e 2ª Instâncias, na medida em que aumenta a possibilidade de suas decisões se tornarem definitivas.

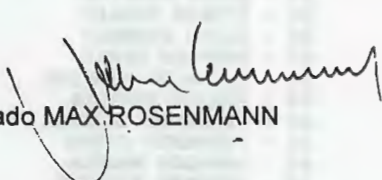
Outro aspecto da proposta que ora apresentamos é a redução do número de processos em tramitação no STJ. Para tal, utilizamo-nos do mesmo procedimento existente na Suprema Corte Americana, já salientado.

Por fim, estamos fixando em R\$ 12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais) os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal por dois motivos.

O primeiro deles, é que tal medida limitará o recebimento de remuneração exagerada que é percebida por alguns servidores públicos. O segundo, é que colocará fim ao atual impasse existente entre o Poder Judiciário e os demais Poderes do Estado, quanto ao valor do subsídio dos Ministros do Supremo.

Isto posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste substitutivo à PEC nº 96, de 1992.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
Deputado MAX ROSENMANN

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009624)

AUTOR: MAX ROSENMANN E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
4 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
5 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
6 - AIRTON DIPP	RS	PDT
7 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
8 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
9 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
10 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
11 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
12 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
13 - ALMIR SA	RR	PPB
14 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
15 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
16 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
17 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
18 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
19 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
20 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
21 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
22 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
23 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
24 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
25 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
26 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
27 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
28 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
29 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
30 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
31 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
32 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
33 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
34 - B. SA	PI	PSDB
35 - BASILIO VILLANI	PR	PSDB
36 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
37 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
38 - CARLITO MERSS	SC	PT
39 - CARLOS MELLES	MG	PFL
40 - CELSO JACOB	RJ	PDT
41 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
42 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
43 - CHICO DA PRINCESA	PR	PTB
44 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
45 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
46 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
47 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
48 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
49 - DARCI COELHO	TO	PFL
50 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
51 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
52 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
53 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
54 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
55 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL
56 - ELTON ROHNELT	RR	PFL
57 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
58 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
59 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
60 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
61 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
62 - GERALDO MAGELA	DF	PT
63 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
64 - GERSON PERES	PA	PPB
65 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
66 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
67 - HUGO BIEHL	SC	PPB
68 - IARA BERNARDI	SP	PT
69 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
70 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB



71 - IRIS SIMOES	PR	PTB	125 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
72 - IVANIO GUERRA	PR	PFL	126 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
73 - JAIME MARTINS	MG	PFL	127 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
74 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB	128 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
75 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT	129 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
76 - JAIRO AZI	BA	PFL	130 - PEDRO CORREA	PE	PPB
77 - JAQUES WAGNER	BA	PT	131 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
78 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB	132 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
79 - JOAO CALDAS	AL	PMN	133 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
80 - JOAO CASTELO	MA	PSDB	134 - PEDRO WILSON	GO	PT
81 - JOAO MENDES	RJ	PMDB	135 - FINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
82 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB	136 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
83 - JOAO TOTA	AC	PPB	137 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
84 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL	138 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
85 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB	139 - RENILDO LEAL	PA	PTB
86 - JOSE ANTONIO	MA	PSB	140 - RICARDO BARROS	PR	PPB
87 - JOSE BORBA	PR	PMDB	141 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
88 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL	142 - RICARDO IZAR	SP	PPB
89 - JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB	143 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
90 - JOSE LINHARES	CE	PPB	144 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
91 - JOSE PIMENTEL	CE	PT	145 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
92 - JOSE ROBERTO BATOCCHIO	SP	PDT	146 - ROBERTO, PESSOA	CE	PFL
93 - JOSE TELES	SE	PSDB	147 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
94 - JOSUE BENGTON	PA	PTB	148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
95 - JULIO REDECKER	RS	PPB	149 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
96 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB	150 - RUBENS BUENO	PR	PPS
97 - LAEL VARELLA	MG	PFL	151 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
98 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB	152 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
99 - LINO ROSSI	MT	PSDB	153 - SANTOS FILHO	PR	PFL
100 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB	154 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
101 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB	155 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
102 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB	156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
103 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT	157 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
104 - MANOEL CASTRO	BA	PFL	158 - SERGIO BARROS	AC	PDT
105 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB	159 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
106 - MARCIO BITTAR	AC	PPS	160 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
107 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB	161 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
108 - MARCIO MATOS	PR	PT	162 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
109 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB	163 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
110 - MARCOS CINTRA	SP	PL	164 - VADAO GOMES	SP	PPB
111 - MARCOS LIMA	MG	PMDB	165 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
112 - MARIA LUCIA	MG	PMDB	166 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
113 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB	167 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
114 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB	168 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
115 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB	169 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB	170 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
117 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL	171 - WALDIR PIRES	BA	PT
118 - MORONI TORGAN	CE	PSDB	172 - WERNER WANDERER	PR	PFL
119 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB	173 - WILSON BRAGA	PB	PFL
120 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB	174 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
121 - NELSON MEURER	PR	PPB	175 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
122 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB	176 - ZE INDIO	SP	PPB
123 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT	177 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
124 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB			

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 177      REPETIDAS: 3  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 180

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - JOSE ROBERTO BATOCCHIO	SP	PDT
2 - NELSON MEURER	PR	PPB
3 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT



*Substitutivo  
p. 1007*



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **(\*\*) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 96-B, DE 1992**  
**(Do Sr. Hélio Bicudo)**

## **Volume II**

**Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário**

**Brasília - 1999**

**(\*\*) REPUBLICADO EM VIRTUDE DE DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM QUESTÃO  
DE ORDEM.**

**SENADO FEDERAL**  
**Protocolo Legislativo**

**P.L.C. N.º 29/2000**  
**Flo: 102 p.**

## SUMÁRIO

- I - Proposta Inicial
- II - Propostas apensadas (112-A/95, 368-A/96, 127-A/95, 215/95, 500-A/97).
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - parecer do Relator
  - parecer da Comissão
- IV - Na Comissão Especial:
  - emendas apresentadas na Comissão -1995 (4)
  - termo de recebimento de emendas
  - emendas apresentadas na Comissão – 1999 nova legislatura (45)
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer da relatora
  - substitutivo oferecido pela relatora
  - complementação de parecer
  - reformulação parcial de voto
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão
  - votos em separado
- V - Plenário:
  - Questão de Ordem
  - Decisão da Presidência
  - Texto para apreciação do Plenário



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-B, DE 1992**

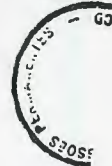
**(Do Sr. Hélio Bicudo)**

Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Deputado Luiz Carlos Santos); e da Comissão Especial pela aprovação, com substitutivo, desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 112-A/95, 500-A/97 e 368-A/96, apensadas; pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1/95, 2/95 e 4/95 (apresentadas na legislatura anterior) e das de nºs 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44 e 45; pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 127-A/95 e 215-A/95, apensadas, e das emendas nºs 3/95 (apresentada na legislatura anterior) e 4, 6, 17, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 38 e 41, nos termos do parecer da Relatora, que apresentou complementação e reformulação parcial de voto (Relatora: Deputada Zulaiê Cobra). Apresentaram votos em separado o Deputado Antônio Carlos Biscaia e, em conjunto, os Deputados Marcelo Déda, José Dirceu, Waldir Pires, Nelson Pellegrino, Antônio Carlos Biscaia, José Pimentel, Paulo Rocha e Padre Roque. Foram aprovados os destaques de nºs 247, 72, 79, 298, 70, 51, 281, 296, 42, 33, 293, 27, 88, 238, 187, 67, 32, 149, 73 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados Luiz Antônio Fleury e Renato Vianna; rejeitados os de nºs 297, 291, 251, 23, 220, 82, 155, 50, 292, 295, 233, 256, 283, 221, 177, 184, 286, 25, 216, 219, 162, 200, 218, 240, 201, 274, 217, 248, 101 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados José Roberto Batochio e Ibrahim Abi-Ackel; e prejudicados os de nºs 156, 38, 40, 241, 71, 83, 37, 86, 154, 13, 134, 112, 208, 24, 280, 212, 213, 211, 113, 210, 34, 78, 111 e 59.



EMENDA Nº 25 CE/99

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**  
**(Do Sr. José Militão e outros)**  
**Reforma do Judiciário**



Dá nova redação ao art. 236 da Constituição Federal e ao art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. O art. 236 da Constituição Federal, acrescido dos incisos de I a IV e revogados seus parágrafos, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos diretamente pelos órgãos da Administração Pública, nos limites das respectivas competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos seguintes termos:

I – O registro relativo a nascimento, casamento e óbito de pessoas naturais é de responsabilidade do Distrito Federal e dos Municípios;

II – O registro de pessoas jurídicas, de contratos e de outros documentos de natureza mercantil e de imóveis é de responsabilidade da Secretaria da Receita Federal;

Recebido em 30/04/94  
às 15:54 h

*Adm. Inf.*

2  
304  
ova

III – A autenticação de documentos, o reconhecimento de firmas e o protesto de títulos e documentos, quando indispensáveis nos procedimentos judiciais, são de responsabilidade dos órgãos auxiliares da Justiça.” (NR)

Art. 2º. O art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 32. Não são devidas, aos titulares dos serviços notariais e de registro, quaisquer indenizações ou reparações decorrentes da extinção dos cartórios ou da transferência desses serviços aos órgãos da Administração Pública.” (NR)

Art. 3º. A transmissão dos livros e documentos notariais e de registro, dos antigos cartórios para os órgãos da Administração Pública responsáveis por estes serviços, far-se-á no prazo máximo e improrrogável de 1 (um) ano, a contar da data de promulgação desta Emenda Constitucional, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sob a fiscalização e supervisão dos respectivos órgãos corretores da Justiça.

## JUSTIFICAÇÃO

Uma das preocupações que motivam a minha atuação parlamentar reside justamente na modernização e modificação dos serviços notariais e de registro, emblemas do atraso e da burocracia.

Neste sentido, merece acolhida e uma nova oportunidade de tramitação a proposta de emenda à Constituição da então Deputada Dalila Figueiredo, que infelizmente não mais faz parte de nosso convívio parlamentar, razão pela qual a reapresentamos, com pequenas modificações em seu conteúdo e justificação na forma que se segue.

Nos precisos termos do art. 236 da Constituição Federal, “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público”. Reconhece-se, no entanto, que se trata de grave distorção que precisa ser reparada a bem da população.



Com efeito, criou-se uma espécie de “reserva de mercado” que acabou por gerar monopólios injustificáveis, forçando a população a se defrontar com uma burocracia complicada, cara e absolutamente inútil, além de emperrada e ineficiente, que só se justifica pelos elevados lucros proporcionados aos “donos” dos cartórios.

Efetivamente, é proverbial a morosidade dos serviços cartorários, não sendo raras as denúncias de desrespeito das tabelas oficiais de preços dos serviços realizados. De fato, em correição feita nos cartórios de São Paulo, foram detectadas fraudes, sonegação fiscal e, até, a existência de um “caixa dois”, conforme noticiado em reportagem da “Folha de São Paulo” de 12 de fevereiro de 1.997, p.1-7.

Em sua ganância, os cartórios deixam, inclusive, de informar aos usuários de seus serviços que certos e determinados atos dispensam procuração, autenticação ou reconhecimento de firma, continuando alguns, inclusive, a cobrar o registro de nascimento e o assento de óbito de pessoas pobres, quando a própria Constituição Federal, refletida na Lei de Registros Públicos, garante a gratuidade nesses casos.

O curioso, porém, é que, devido ao nosso vício cartorário, poucos se dão conta de que tudo isso é inútil e desnecessário. Assim é que, a autenticação de cópias, por exemplo, jamais garantiu a veracidade do documento original, da mesma forma que o reconhecimento de firmas jamais preveniu ou desnudou a falsidade de qualquer documento; antes, pelo contrário, consta do anedotário jurídico que alguns cartórios já reconheceram firmas tão ilustres quanto a de Napoleão Bonaparte e do próprio Jesus Cristo.

O protesto extrajudicial de títulos e documentos, por seu turno, torna-se francamente dispensável, na medida em que sua principal função, qual seja a caracterização da mora, pode ser efetuada com a simples verificação do título vencido e não pago, sem qualquer necessidade de um protesto formal, ainda mais de caráter extrajudicial, inclusive nos casos em que, hoje, o protesto ainda é considerado necessário, a exemplo do requerimento de falência (condicionado à apresentação do título protestado por falta de pagamento). De resto, nos hipóteses em que a lei exigir autenticação, protesto de títulos e documentos ou reconhecimento de firmas para a instrução de procedimentos judiciais, tais atos serão, pela presente proposta, da mesma forma executados pelos órgãos do Poder Judiciário.

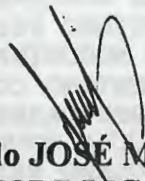


Quanto às outras funções cartorais, nada mais lógico do que transferi-las para as repartições públicas que lhes sejam afins, como o registro de imóveis, muito mais condizente com as funções da Receita Federal, já que ela detém meios e técnicas indispensáveis para o cadastro de imóveis, visando a cobrança de impostos. Da mesma forma, o registro de pessoas naturais seria mais condizente com as funções dos órgãos municipais, tornando-se desnecessária e até anômala a delegação dessa função a órgãos de natureza privada. Caberia, também, à Receita Federal, em função da natureza dos documentos e dos tributos porventura devidos, a tarefa de registrar os títulos mercantis, pois sobre eles e sobre as pessoas neles envolvidas as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal teriam acesso e os tributos, se devidos, poderiam ser recolhidos com mais presteza. Neste particular, buscamos contribuir para a redação original oferecida pela Deputada Dalila Figueiredo.

Salientamos, por final, que desde que os cartórios foram instituídos na burocracia brasileira, nada de novo foi feito para aperfeiçoá-los. As modernas técnicas de controle, incorporadas por novas tecnologias, os sistemas de comunicação, ágeis e eficientes, não comportam procedimentos tão antiquados que acarretam uma grande demora nas autenticações, registros e expedição de documentos, com preços absurdos e de difícil fiscalização.

Finalmente, trata-se de medida que se impõe como indispensável e urgente para a tão esperada modernização da Justiça e para a redução do propalado "Custo Brasil".

Sala das Sessões, em      de abril de 1.999.



**Deputado JOSÉ MILITÃO**  
**PSDB/MG**

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009625)

AUTOR: JOSE MILITAO E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
5 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
6 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
7 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
8 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
9 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
10 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
11 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
12 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
13 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
14 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
15 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
16 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
20 - ATILA LINS	AM	PFL
21 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
22 - BABA	PA	PT
23 - BADU PICANCO	AP	PSDB
24 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
25 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CABO JULIO	MG	PL
28 - CARLITO MERSS	SC	PT
29 - CARLOS BATATA	PE	PSDB
30 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
31 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
32 - CELSO JACOB	RJ	PDT
33 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
34 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
35 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
36 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
37 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
38 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
39 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
40 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
41 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
42 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
43 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
44 - DARCI COELHO	TO	PFL
45 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
46 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
47 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
48 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
49 - DR. HELIO	SP	PDT



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
51 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
52 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
53 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
54 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
55 - ELISEU MOURA	MA	PPB
56 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
57 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
58 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
59 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
60 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
61 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
62 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
63 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
64 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
65 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
66 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
67 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
68 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
69 - GERALDO MAGELA	DF	PT
70 - GERALDO SIMOES	BA	PT
71 - GILMAR MACHADO	MG	PT
72 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
73 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
74 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
75 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
76 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
77 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
78 - HUGO BIEHL	SC	PPB
79 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
80 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
81 - JAIME MARTINS	MG	PFL
82 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
83 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
84 - JAIRO AZI	BA	PFL
85 - JOAO CALDAS	AL	PMN
86 - JOAO CASTELO	MA	PSDB
87 - JOAO COSER	ES	PT
88 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
89 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
90 - JOAO LEAO	BA	PSDB
91 - JOAO PAULO	SP	PT
92 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
93 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
94 - JOAO TOTA	AC	PPB
95 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
96 - JORGE ALBERTO	SE	PMDB
97 - JORGE COSTA	PA	PMDB
98 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
99 - JOSE BORBA	PR	PMDB
100 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
101 - JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
102 - JOSE DIRCEU	SP	PT
103 - JOSE GENOINO	SP	PT
104 - JOSE MILITAO	MG	PSDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
106 - JUQUINHA	GO	PSDB
107 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
108 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
109 - LUCIA VANIA	GO	PSDB
110 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
111 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
112 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
113 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
114 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
115 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
116 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
117 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
118 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
119 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
120 - MARCELO DEDA	SE	PT
121 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
122 - MARCIO MATOS	PR	PT
123 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
124 - MARCOS CINTRA	SP	PL
125 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
126 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
127 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
128 - MAX MAURO	ES	PTB
129 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
130 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
131 - MUCIO SA	RN	PMDB
132 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
133 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
134 - NEUTON LIMA	SP	PDT
135 - NILSON PINTO	PA	PSDB
136 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
137 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
138 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
139 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
140 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
141 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
142 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
143 - PADRE ROQUE	PR	PT
144 - PAES LANDIM	PI	PFL
145 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
146 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
147 - PAULO DELGADO	MG	PT
148 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
149 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
150 - PAULO LIMA	SP	PMDB
151 - PAULO ROCHA	PA	PT
152 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
153 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
154 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
155 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
156 - PEDRO WILSON	GO	PT
157 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
158 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
159 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
161 - REMI TRINTA	MA	PL
162 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
163 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
164 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
165 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
166 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
167 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
168 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
169 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
170 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
171 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
172 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
173 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
174 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
175 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
176 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
177 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
178 - SILAS CAMARA	AM	PFL
179 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
180 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
181 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
182 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
183 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
184 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
185 - WALFRIDO MARES GUIA	MG	PTB
186 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
187 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
188 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
189 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB



ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 189      REPETIDAS: 20  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 209

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
3 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
4 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
5 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
6 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
7 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
8 - ELISEU MOURA	MA	PPB
9 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
10 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
11 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
12 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
13 - PAES LANDIM	PI	PFL
14 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
15 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
16 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
17 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB

18 - ROMMEL FEIJO  
19 - RONALDO VASCONCELLOS  
20 - RONALDO VASCONCELLOS

CE PSDB  
MG PL  
MG PL

EMENDA Nº 26 CE/99

IS  
COUTINHO

**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº ....., DE 1999  
( Do Sr. Deputado ZENALDO COUTINHO )**

**Dá nova redação à SEÇÃO V  
DOS TRIBUNAIS E JUIZES DO  
TRABALHO.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Artigo único: A Seção V Dos Tribunais e Juizes do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação.**

**Art. 111.- São órgãos da Justiça do Trabalho:**

- I - o Tribunal Superior do Trabalho;
- II - os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III - as Varas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo dezessete escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, cinco dentre advogados e cinco dentre membros do Ministério Público do Trabalho.



§ 2º - O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tripliques, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94.

§ 3º - A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 112. - A lei instituirá as Varas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito.

Art. 113. - A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Art. 114. - Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar:

I - os dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União;

II - os dissídios individuais entre servidores públicos e a administração pública municipal, distrital, estadual e federal, bem como as suas autarquias e fundações;

III - os dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores, quando propostos por ambas as categorias ou entidades interessadas, comprovado o exaurimento da tentativa prévia de negociação;

IV - os dissídios coletivos que tenham por objeto interpretar os instrumentos normativos coletivos avençados entre trabalhadores e empregadores;

V - os conflitos intra e intersindicais, individuais ou coletivos, bem como os que envolvam matéria relativa à representação sindical;

VI - os litígios sobre o direito de greve;

VII - os crimes contra a organização do trabalho;

VIII - as ações de acidente do trabalho;

Recebido em 30/04/99  
às 16:05h

*Delenc*

b1

293

9b

.01

IX - as ações relativas aos benefícios da Previdência Social, devidos aos empregados;

X - os litígios entre trabalhadores e bancos depositários, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e semelhantes;

XI - as ações relativas à indenização por dano moral, decorrentes de relação de emprego;

XII - as ações sobre ambiente do trabalho, resultantes de relação de emprego;

XIII - os "*habeas corpus*", em matéria de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

XIV - os mandados de segurança e os "*habeas data*" contra ato de autoridade judiciária trabalhista;

XV - os conflitos de jurisdição entre os órgãos com jurisdição trabalhista;

XVI - os dissídios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças;

XVII - na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º - Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

Art. 115. - Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes togados e vitalícios nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida no art. 111, § 1º.

Parágrafo Único - Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão juízes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento, dentre Presidentes Titulares de Vara de



Conciliação e Julgamento, bem como advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, observando-se, quanto a estes, o disposto no art. 94.

Art. 116. - A Vara de Conciliação e Julgamento será presidida por um juiz do trabalho de carreira.

Parágrafo Único - O ingresso na carreira da magistratura trabalhista dar-se-á no cargo de juiz do trabalho substituto.

Art. .... - É obrigatório o exaurimento da tentativa prévia de negociação para a propositura de ação trabalhista individual e coletiva.

Art. .... - Serão instituídas comissões internas de fábrica ou de empresa para a solução extra-judicial dos conflitos entre capital e trabalho.

Art. ....- Nas ações trabalhistas de valor reduzido, fixado em lei, o processo será julgado em instância única, salvo quando versarem sobre matéria constitucional.

Art. ....- O processo trabalhista orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Art..... - A sentença judicial trabalhista mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

Art.....- Será instituído um Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, nos termos da lei.

## JUSTIFICAÇÃO

### Justificativa para o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas:

#### **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas<sup>1</sup>**

##### *1. Prolegômenos*

Nunca é tarde para que nos convençamos de que a Justiça do Trabalho exerce uma *Jurisdição social*, um *tertius genus* que não se

<sup>1</sup> Tese aprovada no X Congresso Brasileiro de Magistrados, sob o tema "O Poder Judiciário e a Constituinte", realizado em Recife (PE), de 17 a 20 de setembro de 1986, dentre outros conclave jurídicos. Texto resumido.

Anexo III - Gab 286 - Brasília-LF - CEP 70160-900 - (061) 3185286 - Fax (061) 3182286 - E-mail: dep.zenaldocoutinho@camara.gov.br



confunde com a jurisdição civil ou penal. Portanto, deve ser tratada de maneira especial e diferenciada.

Observe-se que nas regras de *competência* incluem-se o poder de *decidir* e de *executar*, pois ambos são aspectos da mesma realidade - a aplicação do Direito, salvo se a pretensão tiver por objeto a mera declaração. Conforme a lição de KELLNER "o autor e a sociedade têm interesse de que a pretensão não só seja reconhecida mas também expressamente realizada, isto é, de que a unidade *cognição-execução* seja efetivamente concretizada" (cf. ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA, in "Créditos Trabalhistas no Juízo Concursal", Aide Editora, 1ª edição, 1985, pág. 133).

Por isso, resolvemos incluir, neste estudo, o problema da execução trabalhista, até mesmo porque, muito embora a questão seja pouco percebida pelos Tribunais, é justamente nos órgãos de 1º grau de jurisdição que se depara com entraves e com as dificuldades no efetivo cumprimento da *res judicata*. AMARO BARRETO tinha razão ao afirmar que na Justiça do Trabalho se executa mal (LTr 38/804, setembro-1984).

Desta forma, parece-nos oportuno que a matéria seja elevada à categoria de *garantia constitucional*. Se por um lado, a competência da Justiça do Trabalho ficará limitada, praticamente, à fase de conhecimento do processo - como veremos - em compensação, a idéia visa dotar o Judiciário Trabalhista dos *meios* que lhe permitam efetivamente dar cumprimento à sentença transitada em julgado ou de acordo descumprido.

A Justiça do Trabalho, dada a sua relevante missão sócio-político-jurídica, não pode e nem deve ficar no descrédito daqueles que a ela recorrem em busca da efetiva satisfação de suas pretensões procedentes.

Em suma, *reduz-se* a competência executória, com a eliminação total da execução nos moldes atuais - cuja eficácia é precária - , contudo, *amplia-se* a eficiência e a rapidez na entrega efetiva da tutela jurisdicional trabalhista. Mais do que uma simples reforma; uma verdadeira "revolução" no processo executivo trabalhista, com respaldo constitucional, sem quebra da ordem jurídica, como convém aos propósitos do aperfeiçoamento do Judiciário em crise e aos anseios da Sociedade atual. Portanto, um desafio ao Estado moderno, ao papel do Direito e aos princípios da Justiça Social.



## 2. Considerações críticas

O processo trabalhista, como recurso alternativo, concebido para ser simples, informal, concentrado, oral e célere, vem se tornando complexo, formal, seccionado na colheita da prova, escrito e lento, o que tem sido motivo de preocupação por todos aqueles que desejamos uma justiça mais efetiva, mediante um processo que seja instrumental, e jamais um fim em si mesmo.

Na fase de execução, um dos calcanhares de Aquiles na Justiça do Trabalho, a efetividade é quase nenhuma, porque nada ali obedece aos princípios basilares do processo verdadeiramente simples, informal, concentrado, oral e célere.

Desde o momento histórico em que o devedor deixou de responder com o seu próprio corpo pelas dívidas civis (salvo os resquícios em casos de dívida por alimentos e infidelidade do depósito), o seu patrimônio passou a garantir o crédito, em caso de execução judicial forçada. Daí a penhora sobre bens do devedor, para efeito de alienação, em praça ou leilão, e posterior pagamento para satisfação do direito do credor, como assegurado no título executivo judicial ou extrajudicial. Acontece que esse sistema complexo de execução, que vem dos romanos, já não atende às expectativas do credor trabalhista, não raro hipossuficiente e desempregado.

O que fazer ? Após ouvir conferência proferida por *Manuel Alonso Olea*, em São Paulo, no ano de 1976, que fez breve referência ao “Fondo de Garantia Salarial”, na Espanha, o juiz do trabalho, *Vicente José Malheiros da Fonseca*, atual Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Belém-Pará) e Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, sustentou a tese de criação de um “**Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas**”<sup>2</sup>, que tem defendido há quase vinte (20) anos, aprovada em diversos congressos jurídicos, mas ainda não aproveitada pelo legislador brasileiro.

O precedente espanhol funciona, em resumo, da seguinte maneira: havendo recurso da empresa relativo a parcela salarial, pode o trabalhador levantar logo o valor correspondente perante o *Fundo*; improvido o apelo, o obreiro já teve antecipado o seu pagamento; provido o recurso patronal, o *Fundo* se incumbe de cobrar do trabalhador e ressarcir o empregador.

<sup>2</sup> Tema central do livro *Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos*, LTr, São Paulo, 1993, de autoria de *Vicente José Malheiros da Fonseca*.

Anexo III - Gab 286 - Brasília-DF - CEP 70160-900 - (061) 3185286 - Fax (061) 3182286 - E-mail: dep.zenaldocoutinho@camara.gov.br



A idéia, ora proposta, é um pouco diferente. *Propõe-se* a movimentação do *Fundo* somente após o trânsito em julgado da decisão. Se houver recurso, a execução poderá estar garantida com o depósito parcial (50% do valor da condenação, em caso de recurso ordinário) ou total (100% do valor da condenação, na hipótese de recurso de revista). Não havendo garantia total, os embargos do devedor somente poderão ser admitidos mediante o depósito em dinheiro equivalente ao valor integral da condenação, em se tratando de decisão condenatória. Como a sentença deve ser líquida, considerável percentual de embargos do devedor não terá mais razão de ser apresentado, porque, como sabemos, versam costumeiramente sobre cálculos de liquidação de sentença. Aliás, proponho que esses embargos sejam opostos em audiência, onde também devem ser instruídos e imediatamente julgados, observando-se, ainda nesse particular, os princípios da simplicidade, informalidade, concentração, oralidade e celeridade. Superada a fase de embargos do devedor, e não havendo pagamento, o juízo da execução determinará a movimentação do *Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas* - que se destina a assegurar todo e qualquer crédito trabalhista, e não apenas o de natureza salarial, como na Espanha -, para efeito de pagamento imediato ao credor trabalhista, que terá, assim, satisfeito, de modo rápido, o seu direito. Em seguida, o *Fundo*, sub-rogando-se no crédito do trabalhador, passa a executar o devedor, perante a Justiça do Trabalho, mediante a aplicação de sanções severas, inclusive as *astreintes* (dia-multa), justamente para evitar a sua movimentação constante e inevitável descapitalização.

Como se vê, não haverá penhora, avaliação, registro, remoção, praça, leilão, embargos de terceiro e outras medidas e incidentes que retardam a efetiva e real entrega da prestação jurisdicional. As empresas, entretanto, poderão utilizar-se do *Fundo*, para aplicação em programas que tragam benefícios diretos ou indiretos aos trabalhadores e seus familiares, tais como creches, escolas, qualificação profissional, lazer etc., desde que não provoquem a movimentação judicial dos depósitos durante um período razoável (1 ou 2 anos). O *Fundo*, na hipótese sugerida, inicialmente resultará da fusão de diversos outros fundos já existentes no Brasil (FGTS, PIS-PASEP, FAT etc.). Os empregadores adimplentes com o *Fundo* receberão incentivos fiscais.

A fórmula preconizada, que se fundamenta nos princípios da seguridade e tem como premissa a função social da empresa, nas relações trabalhistas, atende aos pressupostos jurídicos da responsabilidade civil



objetiva, que justificam, por exemplo, o instituto do seguro prévio para garantir os infortúnios humanos, que não se restringem aos fenômenos da morte, do acidente, do incêndio, da doença e da aposentadoria, para os quais existem os fundos que asseguram a cobertura de compensações para os dependentes e segurados, mas devem incluir os riscos decorrentes das relações de emprego, especialmente em favor dos desempregados e seus familiares, excluídos de uma vida mais digna, vítimas da crueldade que a sociedade, egoisticamente, vem se acostumando a assistir, quase insensível, senão indiferente.

Foi, pois, pensando nas agruras do credor trabalhista, que espera “até não sei quando” o final do processo de execução, qual *Pedro Pedreiro*, do Chico Buarque de Hollanda, que o juiz trabalhista *Vicente José Málheiros da Fonseca* concebeu a idéia do *Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*, com vistas a agilizar e tornar realmente efetiva um das fases mais demoradas do processo do trabalho, ao lado do sistema recursal, que também carece de aperfeiçoamentos. O processo civil tem sofrido diversas mudanças. Guarda-se, ainda, a esperança de que o processo executório trabalhista possa ser dotado da *efetividade* de que tanto necessita.

### 3. Colocação do problema

A execução trabalhista apresenta-se penosa, muitas vezes com incidentes protelatórios. Se o direito material do trabalho possui características peculiares, impõe-se a necessidade de um processo judiciário trabalhista que se identifique com os princípios norteadores do equilíbrio entre o capital e o trabalho, inclusive na fase executória. A imediata satisfação do acordo ou da sentença é a garantia do prestígio do Judiciário Trabalhista, na sociedade. Hoje, porém, a execução trabalhista continua sob os moldes tradicionais da execução cível. Ora, o processo civil serve para a execução de sentença “entre iguais”, e não para a execução “entre desiguais”. Na execução trabalhista, os princípios de economia, celeridade e simplicidade processuais têm sido nulos. Não raro, o empregado ganha, mas não leva. De que vale valorizar o trabalho e não reconhecer aos trabalhadores as garantias decorrentes dessa valorização? O certo é que nem sempre a aplicação das normas subsidiárias ao processo trabalhista resolve o problema. Qual seria, então, a solução?

### 4. Solução

Creemos que a criação de um FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS resolveria o impasse.



Eis o seu funcionamento, em resumo: com o trânsito em julgado, promove-se a execução *ex-officio*, expedindo-se mandado de citação ao executado, sob pena de, em caso de falta de cumprimento da decisão ou do acordo, em 48 horas, o Juiz, por simples despacho, ordena o levantamento imediato da importância em depósito no FUNDO, em favor da parte credora, mediante mandado ou alvará judicial, cumprido pelo oficial de justiça, no valor correspondente ao principal e acessórios. Em caráter alternativo, expede-se autorização diretamente ao banco depositário para pagar o credor, sem maiores formalidades, cabendo ao banco remeter à Justiça de Trabalho o documento de quitação para anexação aos autos. O credor, porém, poderá deixar a quantia depositada, total ou parcialmente, no banco, com idênticos rendimentos assegurados à caderneta de poupança.

Sendo ilíquida, a sentença exequenda será previamente liquidada, utilizando-se métodos modernos de computação para os cálculos, se possível. Na liquidação por artigos, inverte-se o ônus da prova, a cargo do reclamado-empregador-executado, reduzindo-se o prazo de impugnação para cinco dias. Elimine-se a liquidação por arbitramento, que, se necessário, deve ser estabelecido logo na sentença final da fase cognitiva.

Em síntese: não há penhora, avaliação, remoção, depósito, editais, praça, arrematação, adjudicação, remição e outros atos ou incidentes que dificultam, retardam ou nulificam a execução trabalhista.

Com o levantamento do fundo a favor do credor e recolhidas as custas, arquiva-se o processo trabalhista. Em seguida, incumbe ao órgão gestor do FUNDO propor ação regressiva contra o executado, perante a Justiça Comum, subrogando-se nos direitos do credor trabalhista, mediante sanções severas para desestimular a movimentação desmotivada. Em caráter alternativo, o FUNDO poderá prosseguir na execução contra o executado, perante a própria Justiça do Trabalho.

##### *5. Recursos do Fundo e incentivos fiscais*

Os recursos para o FUNDO serão obtidos por depósitos mensais obrigatórios, em contas individualizadas, empresa por empresa, tal qual o sistema do FGTS. As empresas poderão movimentar também o FUNDO, em hipótese e valores limitados, a critério do legislador, mas a aplicação do recurso será rigorosamente fiscalizado pelo órgão gestor do FUNDO

(Banco do Trabalho) e deverá ser utilizada em benefício exclusivo dos trabalhadores ou de seus dependentes (creches, escolas, colônia de férias, etc.), sob pena de severas sanções, inclusive criminais. A lei instituirá

incentivos e estímulos fiscais, isenções e deduções tributárias às empresas contribuintes do FUNDO, se em determinado período de carência não houver falta de recolhimento mensal e não tenham sido inadimplentes na Justiça do Trabalho, mediante comprovação por certidões idôneas.

#### 6. Disciplinamento legal

O FUNDO será disciplinado por Lei Complementar, para incorporação à nova CLT, com definição de alíquotas e bases do tributo, bem como do sistema de arrecadação, administração e aplicação. Deve, porém, ser logo assegurado na nova Constituição Federal, como garantia dos trabalhadores.

#### 7. Conclusões

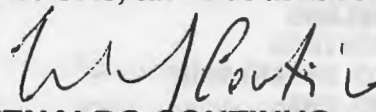
Não é suficiente que o crédito do trabalhador, reconhecido por sentença judicial, conserve o seu poder aquisitivo. Impõe-se que o empregador sofra as consequências penais por mora no cumprimento da obrigação resultante da *res judicata*, proporcionalmente à gravidade social da sua atitude. Em face do alcance social da medida e adotando-se o sistema francês das *astreintes*, propõe-se que seja inserido na Constituição Federal, um dispositivo que assegure que, na execução da sentença trabalhista, a dívida principal seja acrescida das sanções pecuniárias impostas pelo juiz à parte vencida pelo atraso no cumprimento da decisão judicial, sem prejuízo de sua atualização monetária. Não basta "dizer" o direito (*jurisdictio*); impõe-se realizá-lo, concretamente (*judex executione*).

(a) Trata-se de uma reformulação profunda e corajosa no nosso Direito Processual do Trabalho, pois é medida capaz de imprimir uma verdadeira *antecipação* da garantia das execuções trabalhistas, inclusive com apoio nos princípios da seguridade social;

(b) É um sistema de pagamento imediato, efetivo e atualizado dos créditos decorrentes do trabalho humano;

(c) É uma reforma ampla e eficaz da execução trabalhista.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999.

  
**ZENALDO COUTINHO**  
Deputado Federal - PSDB / Pa



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009626)

AUTOR: ZENALDO COUTINHO

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALMIR SA	RR	PPB
11 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
12 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
13 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
17 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
18 - ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	MA	PPB
19 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
20 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
21 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
22 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
23 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
24 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
25 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
26 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
27 - BABA	PA	PT
28 - BADU PICANCO	AP	PSDB
29 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
30 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
31 - CABO JULIO	MG	PL
32 - CAIO RIELA	RS	PTB
33 - CARLITO MERSS	SC	PT
34 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
35 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
36 - CELSO JACOB	RJ	PDT
37 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
38 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
39 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
40 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
41 - DJALMA PAES	PE	PSB
42 - DR. HELENO	RJ	PSDB
43 - DR. ROSINHA	PR	PT
44 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
46 - EDUARDO JORGE	SP	PT
47 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
48 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
49 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
51 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
52 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
53 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO FERRO	PE	PT
56 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 - FEU ROSA	ES	PSDB
58 - FLAVIO DERZI	MS	PMDB
59 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
60 - GERALDO MAGELA	DF	PT
61 - GERALDO SIMOES	BA	PT
62 - GERSON PERES	PA	PPB
63 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
64 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
65 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
66 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
67 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
68 - HUGO BIEHL	SC	PPB
69 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
70 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
71 - IRIS SIMOES	PR	PTB
72 - JAIME MARTINS	MG	PFL
73 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
74 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
75 - JOAO CASTELO	MA	PSDB
76 - JOAO COSER	ES	PT
77 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
78 - JOAO GRANDAO	MS	PT
79 - JOAO MAGNO	MG	PT
80 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
81 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB
82 - JORGE COSTA	PA	PMDB
83 - JORGE WILSON	RJ	PMDB
84 - JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
85 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
86 - JOSE DIRCEU	SP	PT
87 - JOSE GENOINO	SP	PT
88 - JOSE ROCHA	BA	PFL
89 - JOSE RONALDO	BA	PFL
90 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
91 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
92 - JUQUINHA	GO	PSDB
93 - LAEL VARELLA	MG	PFL
94 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
95 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
96 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
97 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
98 - LINO ROSSI	MT	PSDB
99 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
100 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
101 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
102 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
103 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
104 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
106 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
107 - MAGNO MALTA	ES	PTB
108 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
109 - MARCELO TEIXEIRA	CE	PMDB
110 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
111 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
112 - MARCOS AFONSO	AC	PT
113 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
114 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
115 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
116 - MILTON MONTI	SP	PMDB
117 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
118 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
119 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
120 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
121 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
122 - NICE LOBAO	MA	PFL
123 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
124 - NILSON PINTO	PA	PSDB
125 - NILTON BAIANO	ES	PPB
126 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
127 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
128 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
129 - PASTOR VALDECI	RJ	PST
130 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
131 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
132 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
133 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
134 - PAULO LIMA	SP	PMDB
135 - PAULO MARINHO	MA	PFL
136 - PAULO PAIM	RS	PT
137 - PAULO ROCHA	PA	PT
138 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
139 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
140 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
141 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
144 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
145 - REMI TRINTA	MA	PL
146 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
147 - RENILDO LEAL	PA	PTB
148 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
149 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
150 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
151 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
152 - RITA CAMATA	ES	PMDB
153 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
154 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
155 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
156 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
157 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
158 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
159 - RONALDO CAIADO	GO	PFL



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
161 - SANTOS FILHO	PR	PFL
162 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
163 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
164 - SERGIO BARROS	AC	PDT
165 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
166 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
167 - SILAS CAMARA	AM	PFL
168 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
169 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
170 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
171 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
172 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
173 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
174 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
175 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
176 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
177 - WILSON BRAGA	PB	PFL
178 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
179 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 179      REPETIDAS: 2  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 181

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
2 - NILSON PINTO	PA	PSDB

USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

EMENDA Nº

27-CE/99

CLASSIFICAÇÃO

PROPOSIÇÃO

COMISSÃO: COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992.

AUTOR: DEPUTADO(A) ANTONIO CARLOS KONDER REIS

PARTIDO  
PFL

UF  
SC

PÁGINA  
01 / 12

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

### EMENDA SUBSTITUTIVA À PEC 96-A, DE 1992

Art. 1º O art. 92 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.92. O Poder Judiciário Nacional compreende:

- I – o Supremo Tribunal Federal;
- II – o Superior Tribunal de Justiça;
- III – as seções judiciárias federais de cada Estado e do Distrito Federal, formadas pelos Tribunais de Justiça e os Juizes de Direito;
- IV – a Justiça Eleitoral;
- V – a Justiça Militar.

§1º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º Os Tribunais de Justiça têm sede nas capitais dos Estados e no Distrito Federal."

Art. 2º Os incisos I, III, V e VI do art. 93 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:



I – ingresso na carreira através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau se fará por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância;

V – obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º, os subsídios:

- a) dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros dos Tribunais Superiores;
- c) dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal de Desembargador;

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, salvo quanto à aposentadoria compulsória, que se dará aos setenta e cinco anos de idade;

Art. 3º O art. 94 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.



Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que escolherá um de seus integrantes para nomeação."

Art. 4º O inciso II do art. 95 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95.....

II – inamovibilidade por cinco anos, em cada comarca, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93. VIII."

Art. 5º Os incisos II e III do art. 96 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96.....

II – ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores, propor ao Poder Legislativo, observado o disposto no art. 169:"

III – aos Tribunais de Justiça, julgar os juízes a eles vinculados, bem como os membros do Ministério Público da respectiva Jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral."

Art. 6º O art. 98 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98 – Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre a organização e a divisão judiciárias nacional, devendo regular, entre outras matérias:

I – o funcionamento de câmaras especializadas no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais de Justiça;

II – criação de varas especializadas;

III – criação de juzgados especiais providos por juízes de direito competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses

previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau:

IV – decisões de primeira instância tomadas sempre por órgãos **colegiados, compostos por três Juizes de Direito, facultada a distribuição dos procedimentos de instrução aos três isoladamente;**

V – organização, competência e jurisdição dos Tribunais de Justiça, admitida a criação de mais de um tribunal por Estado;

VI – criação da justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação;

VII – funcionamento, junto ao Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional da Magistratura, composto por magistrados, com jurisdição sobre todo o Poder Judiciário."

Art. 7º O art. 99 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores elaborarão suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados, conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete aos presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

§ 3º A proposta do Superior Tribunal de Justiça discriminará suas dotações e as da Justiça Nacional nos Estados e no Distrito Federal."

Art. 8º O art. 102 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 102.....



IV – dispor, mediante resolução aprovada por dois terços de seus membros, sobre a súmula de sua jurisprudência dominante, com efeitos vinculantes, e a revisão de seus enunciados.”

Art. 9º O inciso I do parágrafo único do art. 104 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104.....

Parágrafo único.....

I – dois terços dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;”

Art. 10. O art. 105 da Constituição passa a vigorar com as seguintes modificações, revogado o parágrafo único:

“Art. 105.....

I – processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público que oficiem perante tribunais;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Eleitoral ou Militar;

II – julgar em recurso ordinário:

a) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais de Justiça, quando a decisão for denegatória;



b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais de Justiça, quando denegatória a decisão;

c) .....

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais de Justiça, quando a decisão recorrida:

.....”

Art. 11. O art. 118 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I – o Tribunal Superior Eleitoral;

II – as Câmaras Eleitorais dos Tribunais de Justiça;

III – os juízes eleitorais;

IV – as juntas eleitorais.”

Art. 12. O art. 120 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120. Funcionará em cada Tribunal de Justiça uma Câmara eleitoral, composta por:

I – dois desembargadores;

II – três juízes de direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

III – dois juízes nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em listas sêxtuplas pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. A Câmara Eleitoral elegerá seu presidente e o vice-presidente dentre os desembargadores.”

Art. 13. O art. 121 da Constituição passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência das Câmaras, juízes e juntas eleitorais.

§ 1º Os membros dos órgãos da Justiça Eleitoral, no exercício de suas funções, gozarão, no que lhes for aplicável, de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2º Os juízes do Tribunal Superior Eleitoral e das Câmaras Eleitorais dos Tribunais de Justiça, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria."

§ 4º Das decisões das Câmaras Eleitorais somente caberá recurso quando:

II – ocorrer divergência na interpretação de lei entre duas ou mais Câmaras Eleitorais ou entre Câmara Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral;

Art. 14. O art. 128 da Constituição passa a vigorar com as seguintes modificações, revogados os §§ 3º e 4º e transformado o atual § 5º em § 3º:

"Art. 128. O Ministério Público Nacional abrange:

- I – o Ministério Público Federal;
- II – o Ministério Público Militar.

§ 1º O Ministério Público Federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Lei complementar federal, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral da República, estabelecerá a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

- I - as seguintes garantias:



b) inamovibilidade por cinco anos, em cada comarca, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

II – as seguintes vedações:

e) exercer atividade político-partidária.”

Art. 15. O parágrafo único do art. 134 da Constituição é transformado em §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 134.....

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública Nacional, estruturando-a em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade por cinco anos na mesma comarca e vedado o exercício da advocacia fora as atribuições institucionais.

§ 2º A lei complementar disciplinará o exercício das atribuições da Defensoria Pública por advogados credenciados, cujas atividades serão coordenadas por defensores públicos de carreira.”

Art. 16. A Justiça Nacional, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública Nacional serão custeados, nos termos de lei complementar de iniciativa conjunta do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, do Procurador-Geral da República e do Chefe da Defensoria Pública Nacional, com recursos consignados nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 17. Lei complementar disporá sobre a integração:

I – dos magistrados, dos servidores e do patrimônio da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e do Trabalho à Justiça Nacional;

II – dos membros, dos servidores e do patrimônio do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e do Trabalho ao Ministério Público Federal;



III – dos membros, dos servidores e do patrimônio da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal à Defensoria Pública Nacional.

**Parágrafo único.** Os patrimônios das justiças estaduais e trabalhista bem como dos Ministérios Públicos Estaduais e do Trabalho e das Defensorias Públicas Estaduais serão transferidos para a Justiça Nacional nos termos previstos na Lei complementar referida no "caput" deste artigo.

**Art. 18.** As leis complementares previstas nos arts. 93, 98, 128, § 3º, e 134, parágrafo único, e no artigo anterior implementarão o disposto nesta Emenda Constitucional no prazo máximo de dois anos.

**Art. 19.** Acrescente-se ao art. 22 os seguintes incisos:

"XXX – custos dos serviços forenses;

XXXI - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XXXII - procedimentos em matéria processual;

XXXIII - assistência jurídica e defensoria pública."

**Art. 20.** São suprimidos do art. 24, renumerando-se os demais:

"IV – custos dos serviços forenses;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XIII - assistência jurídica e defensoria pública."

Art. 21. São revogados os arts. 106 a 117, 125 e 126 da Constituição.

Art. 22. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda constitucional tem por objetivo a instauração da Justiça Nacional, como meio seguro de garantir a afirmação crescente da República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito, para o bem, a grandeza e a felicidade do povo brasileiro.

Para implementar essa aspiração é preciso vencer a lei da inércia, pela qual "todo corpo tem a tendência de permanecer parado ou a de prosseguir o movimento produzido pelo impulso inicial e só não o consegue por causa do atrito" Se está parado, a tendência é permanecer parado; se está em movimento, a tendência é continuar em movimento.

Sofremos, também, os efeitos dessa lei da inércia, em nossa vida psicológica e, principalmente, em nossa vida pública. Por isso, a nossa tendência natural é "continuar", ainda que sejamos contra o continuismo. Essa disposição para continuar é uma manifestação muito legítima do nosso espírito de conservação, pois causa a impressão de que ficando na mesma posição política não sofremos as conseqüências do passar do tempo.

Essa tendência, que se poderia chamar de manifestação da lei da inércia na psicologia da vida pública, do homem público e na sociologia da vida política, faz com que tenhamos de vencer algumas resistências para podermos encarar, da melhor maneira possível, o campo reservado para a atuação do Brasil, seu Governo e seu povo.

Tenho o sentimento e a convicção da necessidade imperiosa de ampla e profunda reforma do Poder Judiciário. Para implementá-la, há que se superar a



lei da inércia e partir-se para a construção da Justiça Nacional, institucionalmente unificada.

Com esse propósito, a presente Emenda, mantida a independência do Poder Judiciário, sua autonomia administrativa e financeira, bem como a do Ministério Público, e os direitos e garantias dos magistrados e dos demais membros dos órgãos essenciais à prestação da Justiça, promove ampla reforma estrutural, cuja essência sintetizo:

- a) na cúpula, o Supremo Tribunal Federal, instituição garantidora da Constituição e da manutenção da Federação;
- b) o Superior Tribunal de Justiça, mantidas a Justiça Eleitoral e a Militar;
- c) Tribunais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal;
- d) decisões colegiadas na primeira instância, tomadas por três Juízes de Direito, sem prejuízo da instrução individual dos processos, idéia do notável juiz e jurista Evandro Lins e Silva;
- e) criação de Câmaras Especializadas no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, bem como de varas especializadas nas comarcas;
- f) funcionamento do Conselho Nacional da Magistratura, composto por magistrados, junto ao Supremo Tribunal Federal;
- g) disciplina da súmula vinculante e de seus critérios de revisão por resolução do Supremo Tribunal Federal;
- h) custeio da Justiça Nacional por todos os entes federados: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- i) conseqüente unificação do Ministério Público e da Defensoria Pública, com a previsão de fórmula para a universalização desta sem a realização de dispêndios onerosos com sua operação.

Sobre a construção da Justiça Nacional, permito-me ressaltar, sou lembrado pelo nobre Deputado Bonifácio José de Andrada da insistência de Oliveira Vianna em seu *Instituições Políticas Brasileiras*:



*(...) o nosso grande problema na organização da democracia no Brasil problema fundamental, para o qual devemos convergir todo o esforço e toda a combatividade de nosso idealismo – não é a generalização do sufrágio, não é o sufrágio universal; é – a organização da liberdade civil e individual. Reconhecer, assegurar e organizar a defesa efetiva das liberdades civis do povo-massa há de ser o nosso primeiro trabalho – se sonharmos dar vida e realidade à democracia no Brasil. É este o meio principal, e talvez o único, que temos para desintegrar os nossos dois formidáveis velhos complexos – o do “feudo” e o do “clã” – que nasceram e se desenvolveram justamente em consequência do regime quadrissecular de desgarantias dessas liberdades privadas, em que tem vivido nosso povo-massa desde o primeiro século (...).*

*Desta fase de insegurança e precariedade das liberdades civis e individuais e suas garantias, que nos vem da Colônia, restam ainda, entretanto, duas reminiscências vivazes que são como dois anacronismos, que ainda resistem, (...) mais poderosos, ao que parece do que os interesses superiores da Justiça, do Direito, e da própria Liberdade. Estas duas reminiscências coloniais são*

- a) a justiça estadual (o juiz “nosso”);*
- b) a polícia política (o delegado “nosso”).*

*Esses mesquinhos e pequeninos interesses (...) é que não nos permitiram ainda (...) instituir e organizar estes dois corretivos garantidores e saneadores:*

- a) a justiça federalizada – na dignidade da sua expressão nacional;*
- b) a polícia de carreira, também federalizada (...).*

*Esta a reforma imperiosa, que deveríamos operar nas nossas instituições políticas, no sentido de realizarmos, aqui, uma verdadeira democracia realmente liberal, reforma que os fatos e a ciência política estão aconselhando como necessária."*

19, 04, 99

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009627)

AUTOR: ANTONIO CARLOS KONDER REIS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
4 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
8 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
9 - ANA CATARINA	RN	PMDB
10 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
11 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
12 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
13 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
14 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
15 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
16 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
17 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
18 - ARY KARA	SP	PPB
19 - ATILA LIRA	PI	PSDB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - B. SA	PI	PSDB
22 - BADU PICANCO	AP	PSDB
23 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
24 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
25 - CABO JULIO	MG	PL
26 - CAIO RIELA	RS	PTB
27 - CARLOS MELLER	MG	PFL
28 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
29 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
30 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
31 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
32 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
33 - COSTA FERREIRA	MA	PFL

34 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
35 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
36 -	DARCI COELHO	TO	PFL
37 -	DE VELASCO	SP	PST
38 -	DR. HELIO	SP	PDT
39 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
40 -	EBER SILVA	RJ	PDT
41 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
42 -	EDMAR MOREIRA	MG	PPB
43 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
44 -	EFRAIM MORAIS	PB	PFL
45 -	ELISEU MOURA	MA	PPB
46 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
47 -	ENIO BACCI	RS	PDT
48 -	ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
49 -	EULER MORAIS	GO	PMDB
50 -	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 -	EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
52 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
53 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
54 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
55 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
56 -	GERSON GABRIELLI	BA	PFL
57 -	GERSON PERES	PA	PPB
58 -	GERVASIO SILVA	SC	PFL
59 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
60 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
61 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
62 -	HERCULANO ANGHINETTI	MG	PPB
63 -	HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
64 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
65 -	HUGO BIEHL	SC	PPB
66 -	IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
67 -	ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
68 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
69 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
70 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
71 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
72 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
73 -	JOAO COSER	ES	PT
74 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
75 -	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
76 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
77 -	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
78 -	JOAO TOTA	AC	PPB
79 -	JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
80 -	JORGE KHOURY	BA	PFL
81 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
82 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
83 -	JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
84 -	JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
85 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
86 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
87 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
88 -	JOSE LINHARES	CE	PPB
89 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
90 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
91 -	JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL



92 -	JOSE PRIANTE	PA	PMDB
93 -	JOSE ROBERTO BATÓCHIO	SP	PDT
94 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
95 -	JOSUE BENGTON	PA	PTB
96 -	JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
97 -	LAIRE ROSADO	RN	PMDB
98 -	LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
99 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
100 -	LINCOLN PORTELA	MG	PST
101 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
102 -	LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
103 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
104 -	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
105 -	LUIZ FERNANDO	AM	PPB
106 -	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
107 -	MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
108 -	MARCELO TEIXEIRA	CE	PMDB
109 -	MARCIO MATOS	PR	PT
110 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
111 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
112 -	MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
113 -	MAX ROSENMAN	PR	PSDB
114 -	MEDEIROS	SP	PFL
115 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
116 -	MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
118 -	MUCIO SA	RN	PMDB
119 -	MURILO DOMINGOS	MT	PTB
120 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
121 -	NELO RODOLFO	SP	PMDB
122 -	NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
123 -	NELSON MEURER	PR	PPB
124 -	NELSON PROENCA	RS	PMDB
125 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
126 -	NILTON BAIANO	ES	PPB
127 -	ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
128 -	OLIMPIO PIRES	MG	PDT
129 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
130 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
131 -	PADRE ROQUE	PR	PT
132 -	PAES LANDIM	PI	PFL
133 -	PASTOR AMARILDO	TO	PPB
134 -	PASTOR JORGE	DF	PMDB
135 -	PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
136 -	PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
137 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
138 -	PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
139 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
140 -	PAULO MARINHO	MA	PFL
141 -	PAULO PAIM	RS	PT
142 -	PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
143 -	PEDRO CANEDO	GO	PSDB
144 -	PEDRO CORREA	PE	PPB
145 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
146 -	PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
147 -	PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
148 -	PEDRO WILSON	GO	PT
149 -	PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB

150 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
151 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
152 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
153 - REMI TRINTA	MA	PL
154 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
155 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
156 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
157 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
158 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
159 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
160 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
161 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
162 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
163 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
164 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
165 - SAULO PEDRÔSA	BA	PSDB
166 - SEBASTIÃO MADEIRA	MA	PSDB
167 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
168 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
169 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
170 - SERGIO REIS	SE	PSDB
171 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
172 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
173 - VADAO GOMES	SP	PPB
174 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
175 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
176 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
177 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
178 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
179 - WALDIR PIRES	BA	PT
180 - WERNER WANDERER	PR	PFL
181 - ZE INDIO	SP	PMDB
182 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 182

REPETIDAS: 16

TOTAL DE ASSINATURAS..... 198

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
3 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
4 - DE VELASCO	SP	PST
5 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
6 - ENIO BACCI	RS	PDT
7 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
8 - ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
9 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
10 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
11 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
12 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
13 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
14 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
15 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
16 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB

EMENDA Nº

28-CE/99

CLASSIFICAÇÃO

PROPOSIÇÃO  
PEC nº 96-A/92
☐ SUPRESSIVA    ☐ SUBSTITUTIVA    ☐ ADITIVA  
☐ AGLUTINATIVA    ☒ MODIFICATIVA

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992

DEPUTADO NEUTO LIMA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PFL

SP

01

Dê-se art. 1.º da Proposta de Emenda à Constituição n.º 96-a/92 a seguinte redação:

"Art. 93.....

I - ingresso na carreira, cujo cargo será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, realizado por instituição independente do Poder Judiciário no qual se exigirá idade mínima de trinta anos e experiência forense de cinco anos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - os juizes e primeira instância serão nomeados e promovidos pelo Presidente do Tribunal ao qual se acham subordinados;

III - as comarcas, que compõem a primeira instância, serão classificados em 1º e 2º entrâncias;

IV - as promoções se farão, alternadamente, por merecimento e antigüidade;

V - as promoções dar-se-ão do 1º ao 4º grau; para o 1º grau, far-se-ão mediante inscrições dos juizes substitutos, na forma das vagas que ocorrerem;

VI - a promoção do 1º para o 2º grau, dar-se-á na própria comarca, desde que o juiz de direito nele tenha exercido a judicatura, no mínimo, por quatro anos;

VII - as promoções para o 3º grau serão feitas, depois de quatro anos no exercício do 2º grau para as comarcas de 2º entrância, na conformidade das vagas que ocorrerem;

VIII - as promoções para o 4º grau ocorrerão na forma do inciso VI;

IX - a promoção de um juiz de uma entrância para outra, somente ocorrerá entre os classificados em 2º grau;

X - as promoções, em qualquer caso, deverão obedecer, alternadamente, à antigüidade e ao merecimento dos candidatos, atendidas as seguintes normas:



a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento ou antigüidade pressupõe, no mínimo, quatro anos de exercício no grau em que encontrar o magistrado;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição, segundo avaliação em conjunto pelo Conselho Superior da Magistratura e de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa aferição serão considerados a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

XI – igual ao inciso III, remunerando-se os incisos seguintes."

### JUSTIFICAÇÃO

É necessário, indubitavelmente, uma maior transparência do Poder Judiciário. Claro está que o concurso público deve ser, mais que tudo, absolutamente transparente e isento, para o que se faz necessário seja ele realizado por instituição alheia ao Poder Judiciário. Desta forma, toda e qualquer tentativa de favorecimento passaria ao largo do certame, garantindo aos candidatos competição em absoluta igualdade de condições, o que favorece não a eles, mas ao País.

Diante do que foi exposto é que esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para ver aprovada a presente Emenda.

PARLAMENTAR

30 04 99

DATA

NEUTON LIMA

ASSINATURA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009628)

AUTOR: NEUTON LIMA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
10 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
11 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
12 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
15 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
16 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
17 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
18 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
19 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
20 - ATILA LINS	AM	PFL
21 - BABA	PA	PT
22 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
23 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
24 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
25 - CABO JULIO	MG	PL
26 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
27 - CELSO JACOB	RJ	PDT
28 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
29 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
30 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
31 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
32 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
33 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
34 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
35 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
36 - DARCI COELHO	TO	PFL
37 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
38 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
39 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
40 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
41 - DR. HELIO	SP	PDT
42 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
43 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
44 - EDUARDO JORGE	SP	PT
45 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
46 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL
47 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
48 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
49 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
51 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
52 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
53 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
54 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
55 - FEU ROSA	ES	PSDB
56 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
57 - GERALDO SIMOES	BA	PT
58 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
59 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
60 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
61 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
62 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
63 - HUGO BIEHL	SC	PPB
64 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
65 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
68 - JOAO CALDAS	AL	PMN
69 - JOAO COLACO	PE	PMDB
70 - JOAO COSER	ES	PT
71 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
72 - JOAO MAGNO	MG	PT
73 - JOAO MATOS	SC	PMDB
74 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
75 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
76 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
77 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
78 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
79 - JOSE BORBA	PR	PMDB
80 - JOSE CARLOS ELIAS	ES	PTB
81 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
82 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
83 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
84 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
85 - JULIO REDECKER	RS	PPB
86 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
87 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
88 - LINO ROSSI	MT	PSDB
89 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
90 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
91 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
92 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
93 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
94 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
95 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
96 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
97 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
98 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
99 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
100 - MARCIO MATOS	PR	PT
101 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
102 - MARCOS CINTRA	SP	PL
103 - MARCOS DE JESUS	PE	PST
104 - MARCOS LIMA	MG	PMDB




DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
106 - MEDEIROS	SP	PFL
107 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
108 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
109 - MUCIO SA	RN	PMDB
110 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
111 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
112 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
113 - NELSON MEURER	PR	PPB
114 - NELSON TRAD	MS	PTB
115 - NEUTON LIMA	SP	PDT
116 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
117 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
118 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
119 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
120 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
121 - PADRE ROQUE	PR	PT
122 - PAES LANDIM	PI	PFL
123 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
124 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
125 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
126 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
127 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
128 - PAULO LIMA	SP	PMDB
129 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
130 - PAULO PAIM	RS	PT
131 - PAULO ROCHA	PA	PT
132 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
133 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
134 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
135 - PEDRO WILSON	GO	PT
136 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
137 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
138 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
139 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
140 - RENILDO LEAL	PA	PTB
141 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
142 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
143 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
144 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
145 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
146 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
147 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
148 - RUBENS FURLAN	SP	PFL
149 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
150 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
151 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
152 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
153 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
154 - SERGIO REIS	SE	PSDB
155 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
156 - SILAS CAMARA	AM	PFL
157 - SYMVAL GUZZELLI	RS	PMDB
158 - TELMO KIRST	RS	PPB
159 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
161 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
162 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
163 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
164 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
165 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
166 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
167 - WILSON BRAGA	PB	PFL
168 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
169 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
170 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
171 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171      REPETIDAS: 37  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 208

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
2 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
3 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
4 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
5 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
6 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
7 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
8 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
9 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
10 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
11 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
12 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
13 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
14 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
15 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
16 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
17 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
18 - HUGO BIEHL	SC	PPB
19 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
20 - JOAO COSER	ES	PT
21 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
22 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
23 - LINO ROSSI	MT	PSDB
24 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
25 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
26 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
27 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
28 - PADRE ROQUE	PR	PT
29 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
30 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
31 - PEDRO WILSON	GO	PT
32 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
33 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
34 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
35 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
36 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
37 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <b>29-CE 99</b>	
CLASSIFICAÇÃO			
PROPOSIÇÃO <b>PEC Nº 96-A, DE 1992</b>			
<b>COMISSÃO:</b> <b>COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO</b>			
AUTOR: DEPUTADO (A) PAES LANDIM	PARTIDO <b>PFL</b>	UF <b>PI</b>	PAGINA <b>1/2</b>
<b>TEXTO/JUSTIFICAÇÃO</b>			
<p>Art. É assegurado, nos termos da Lei, o acesso a via arbitral, quer na Justiça, quer nos Juízos Arbitrais Privados, decorrente de contrato em que conste cláusula compromissória ou previsão de utilização da arbitragem, para solução dos conflitos surgidos dos interesses divergentes envolvendo direitos patrimoniais disponíveis.</p> <p style="text-align: center;"><u><b>Justificativa</b></u></p> <p>É pública e notória a sobrecarga do sistema judiciário, fenômeno das sociedades modernas, cujo acúmulo resulta na lentidão da prestação jurisdicional.</p> <p>Esse moderno instituto de direito, que já vem sendo amplamente empregado em outros países, conseguiu nos Estados Unidos, reduzir em 30% as disputas levadas aos tribunais. No Brasil a Lei "Marco Maciel" tenta revigorar o espírito e a letra do Código Civil, ao incentivar a composição do litígio por iniciativa das partes.</p>			

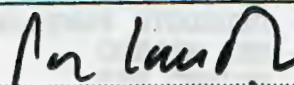


### Justificativa

Assim também se passa na Argentina, onde leis, chegam a tornar obrigatória a mediação - outra forma alternativa de solução de disputas - nas disputas comerciais, cíveis e trabalhistas. Na Espanha e em Portugal, no Peru e no Chile e também no Paraguai, para ficarmos apenas em países cuja herança jurídica remonta ao Direto Romano, a arbitragem, a mediação e a conciliação vêm resgatando o ideal de justiça rápida e eficaz.

Enfatizando a importância do juízo arbitral em nosso país, propugnamos pela inclusão da Emenda supra mencionada, reforçando a utilização da arbitragem. Sua importância e seus efeitos dependerão, em boa parte, da remoção de obstáculos, inclusive jurídicos, que ainda existem. Depende ainda de vencermos a inércia e a tradição cultural arraigadas. O Brasil, participe que é do processo de globalização, inserido no contexto dos mercados comuns e internacionais não pode ficar alijado, à margem desse sistema, sobretudo ante a tendência inexorável de intervencionismo estatal nas atividades produtivas e até na vida dos cidadãos.

O eminente Professor Harold Laski, ao falar sobre o Poder Judiciário ("in" "El Estado Moderno") já dizia, entre outras considerações: que ele "formula, também, as relações entre os cidadãos, de uma parte, e entre estes e o governo de outra, quando se promovem questões, que não são suscetíveis de acordo" ( "In" "Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno" Professor Pinto Ferreira). A arbitragem é o mecanismo mais adequado para, através da composição prévia e amigável dos conflitos, desafogar o Poder Judiciário.



ASSINATURA DO PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009629)

AUTOR: PAES LANDIM E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AECIO NEVES	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON CASCAREL	RR	PPB
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT

10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
12 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
13 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
14 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
15 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
16 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
17 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
18 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
19 - ARACELY DE PAULA	MG	PFL
20 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
21 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
22 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
23 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
24 - ATILA LIRA	PI	PSDB
25 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
26 - B. SA	PI	PSDB
27 - BABA	PA	PT
28 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
29 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
30 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
31 - CABO JULIO	MG	PL
32 - CARLOS MELLES	MG	PFL
33 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
34 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
35 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
36 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
37 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
38 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
39 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
40 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
41 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
42 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
43 - DARCI COELHO	TO	PFL
44 - DE VELASCO	SP	PST
45 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
46 - DR. HELENO	RJ	PSDB
47 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
48 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
49 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
50 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
51 - ELISEU MOURA	MA	PPB
52 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
53 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
54 - ESTHER GROSSI	RS	PT
55 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
56 - EULER MORAIS	GO	PMDB
57 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
58 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
59 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
60 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
61 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
62 - FEU ROSA	ES	PSDB
63 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
64 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
65 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
66 - GERALDO SIMOES	BA	PT



67 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
68 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
69 - HERACLITO FORTES	PI	PFL
70 - HUGO BIEHL	SC	PPB
71 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
72 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
73 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
74 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
75 - JAIME MARTINS	MG	PFL
76 - JAIRO AZI	BA	PFL
77 - JAQUES WAGNER	BA	PT
78 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
79 - JOAO CALDAS	AL	PMN
80 - JOAO COLACO	PE	PMDB
81 - JOAO COSER	ES	PT
82 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
83 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
84 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
85 - JORGE COSTA	PA	PMDB
86 - JORGE KHOURY	BA	PFL
87 - JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
88 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
89 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
90 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
91 - JOSE MELO	AM	PFL
92 - JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
93 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
94 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
95 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
96 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
97 - JOSUE BENGTON	PA	PTB
98 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
99 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
100 - JUQUINHA	GO	PSDB
101 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
102 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
103 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
104 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
105 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
106 - LINO ROSSI	MT	PSDB
107 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
108 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
109 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
110 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
111 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
112 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
113 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
114 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
115 - LUIZ RIBEIRO	RJ	PSDB
116 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
117 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
118 - MAGNO MALTA	ES	PTB
119 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
120 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
121 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
122 - MARCIO MATOS	PR	PT
123 - MARCOS CINTRA	SP	PL



124 -	MARCOS DE JESUS	PE	PST
125 -	MAX ROSENMANN	PR	PSDB
126 -	MILTON MONTI	SP	PMDB
127 -	MILTON TEMER	RJ	PT
128 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
129 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
130 -	MUCIO SA	RN	PMDB
131 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
132 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
133 -	NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
134 -	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
135 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
136 -	NELSON TRAD	MS	PTB
137 -	NEUTON LIMA	SP	PDT
138 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
139 -	NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
140 -	OLIMPIO PIRES	MG	PDT
141 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
142 -	OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
143 -	PADRE ROQUE	PR	PT
144 -	PAES LANDIM	PI	PFL
145 -	PASTOR AMARILDO	TO	PPB
146 -	PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
147 -	PASTOR VALDECI	RJ	PST
148 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
149 -	PAULO LIMA	SP	PMDB
150 -	PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
151 -	PEDRO FERNANDES	MA	PFL
152 -	PEDRO IRUJO	BA	PMDB
153 -	PEDRO WILSON	GO	PT
154 -	RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
155 -	REMI TRINTA	MA	PL
156 -	RICARDO BERZOINI	SP	PT
157 -	RICARDO FIUZA	PE	PFL
158 -	RICARDO IZAR	SP	PPB
159 -	RITA CAMATA	ES	PMDB
160 -	ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
161 -	ROBERTO BRANT	MG	PSDB
162 -	ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
163 -	RODRIGO MAIA	RJ	PFL
164 -	ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
165 -	ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
166 -	SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
167 -	SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
168 -	SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
169 -	SERGIO GUERRA	PE	PSB
170 -	SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
171 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
172 -	SILAS CAMARA	AM	PFL
173 -	SIMAO SESSIM	RJ	PPB
174 -	SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
175 -	THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
176 -	VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
177 -	VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
178 -	VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
179 -	VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
180 -	WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
181 -	WILSON SANTOS	MT	PMDB

182 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB
183 - ZE INDIO	SP	PPB
184 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
185 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
186 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 186      REPETIDAS: 51  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 237

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
2 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
3 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
4 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
5 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
6 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
7 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
8 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
9 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
10 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
11 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
12 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
13 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
14 - ATILA LIRA	PI	PSDB
15 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
16 - CARLOS MELLES	MG	PFL
17 - DARCI COELHO	TO	PFL
18 - DARCI COELHO	TO	PFL
19 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
20 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
21 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
22 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
23 - JAIR AZI	BA	PFL
24 - JOAO CALDAS	AL	PMN
25 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
26 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
27 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
28 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
29 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
30 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
31 - LINO ROSSI	MT	PSDB
32 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
33 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
34 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
35 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
36 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
37 - MILTON TEMER	RJ	PT
38 - NEUTON LIMA	SP	PDT
39 - NILSON PINTO	PA	PSDB
40 - PASTOR VALDECI	RJ	PST
41 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
42 - REMI TRINTA	MA	PL
43 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
44 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
45 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB

46 - SERGIO CARVALHO  
 47 - SERGIO GUERRA  
 48 - SILAS BRASILEIRO  
 49 - VALDOMIRO MEGER  
 50 - VIVALDO BARBOSA  
 51 - ZE INDIO

RO PSDB  
 PE PSB  
 MG PMDB  
 PR PFL  
 RJ PDT  
 SP PPB

\*USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

EMENDA Nº

30-CE/99

CLASSIFICAÇÃO

PROPOSIÇÃO  
 PEC Nº 96-A, DE 1992

COMISSÃO:

COMISSÃO ESPECIAL ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

AUTOR: DEPUTADO (A) PAES LANDIM

PARTIDO  
 PFL

UF  
 PI

PAGINAS  
 1/3

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º - O art. 52, inciso II da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República, o Advogado Geral da união e os Juizes Federais, nos crimes de responsabilidade.

Art. 2º - Substitua-se, no art. 101 da Constituição, a expressão "menos de sessenta e cinco anos de idade" por "menos de setenta e cinco anos de idade".

Art. 3º - Suprima-se do art. 105. Inciso I. alínea a) da Constituição Federal. a expressão "os Governadores dos Estados".

Art. 4º - O art. 125, # 1º da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

# 1º - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça, ao qual compete o julgamento do Governador, nos crimes comuns.



Justificativa

A emenda visa a corrigir alguns dispositivos constitucionais relativos à organização do Poder Judiciário, com três objetivos:

Justificativa

1º) Incluir na competência do Senado Federal a faculdade de julgamento dos juizes federais, nos crimes de responsabilidade, princípio que foi, com brilho e de forma pertinente, defendido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, o que dispensaria, por ociosa, a instituição do controle externo do Poder Judiciário. Trata-se, além do mais, de tornar consistente a nova redação com a sistemática do texto constitucional que já atribui ao Senado da República idêntica competência, relativamente aos Ministros do STF, ao Procurador Geral da República e ao Advogado Geral da União.

2º) O segundo objetivo é o de aumentar a idade para a aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, de 65 para 75 anos de idade. Entendemos que o aumento da expectativa de vida verificado no Brasil nas últimas décadas e a higidez física e mental que os avanços da Medicina têm permitido, recomenda a medida que não exclui a faculdade da aposentadoria voluntária, nos casos em que o próprio interessado julgar de seu interesse a cessação de suas funções. É indispensável considerar ainda que o requisito de notório saber jurídico torna-se, na complexidade do ordenamento jurídico brasileiro, um impeditivo para que se possa suprir, com a frequência necessária, o mais alto tribunal de justiça do país da competência necessária para o desempenho de sua relevante e complexa função judicante.

Justificativa

3º) Por fim, pretende-se, com respeito ao princípio de organização federativa e da autonomia estadual, vigente no país desde 1891, estabelecer a competência dos Tribunais de Justiça dos Estados para o julgamento, nos crimes comuns, dos respectivos governadores.

  
ASSINATURA DO PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009630)

AUTOR: PAES LANDIM E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPB
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
8 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
9 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
12 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
13 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
18 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
19 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
20 - ATILA LIRA	PI	PSDB
21 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
22 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
23 - BABA	PA	PT
24 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
25 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
26 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
27 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
28 - CABO JULIO	MG	PL
29 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
30 - CELSO JACOB	RJ	PDT
31 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
32 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
33 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
34 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
35 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
36 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
37 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
38 - DARCI COELHO	TO	PFL
39 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
40 - DE VELASCO	SP	PST
41 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
42 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
43 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
44 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
45 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
46 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
47 - ELISEU MOURA	MA	PPB
48 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
49 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
52 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
53 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
54 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
55 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
56 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
57 - GERALDO MAGELA	DF	PT
58 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
59 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
60 - HERACLITO FORTES	PI	PFL
61 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
62 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
63 - HUGO BIEHL	SC	PPB
64 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
65 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIME MARTINS	MG	PFL
68 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 - JAIRO AZI	BA	PFL
71 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
72 - JOAO CALDAS	AL	PMN
73 - JOAO COLACO	PE	PMDB
74 - JOAO COSER	ES	PT
75 - JOAO MAGNO	MG	PT
76 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
77 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
78 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB
79 - JORGE COSTA	PA	PMDB
80 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
81 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
82 - JOSE DIRCEY	SP	PT
83 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
84 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
85 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
86 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
87 - JOSUE BENGTSON	PA	PTB
88 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
89 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
90 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
91 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
92 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
93 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
94 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
95 - LINO ROSSI	MT	PSDB
96 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
97 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
98 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
99 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
100 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
101 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
102 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
103 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
104 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT



	DEPUTADO	UF	PARTIDO
105	- MANOEL CASTRO	BA	PFL
106	- MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
107	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
108	- MARCONDES GADELHA	PB	PFL
109	- MARCOS DE JESUS	PE	PST
110	- MARCOS LIMA	MG	PMDB
111	- MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
112	- MAX MAURO	ES	PTB
113	- MAX ROSENMAN	PR	PSDB
114	- MILTON MONTI	SP	PMDB
115	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
116	- MURILO DOMINGOS	MT	PTB
117	- MUSSA DEMES	PI	PFL
118	- NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
119	- NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
120	- NELSON MEURER	PR	PPB
121	- NELSON TRAD	MS	PTB
122	- NILSON PINTO	PA	PSDB
123	- NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
124	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
125	- OSVALDO REIS	TO	PMDB
126	- OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
127	- PADRE ROQUE	PR	PT
128	- PAES LANDIM	PI	PFL
129	- PASTOR JORGE	DF	PMDB
130	- PASTOR VALDECI	RJ	PST
131	- PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
132	- PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
133	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
134	- PAULO LIMA	SP	PMDB
135	- PAULO MARINHO	MA	PFL
136	- PAULO ROCHA	PA	PT
137	- PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
138	- PEDRO CANEDO	GO	PSDB
139	- PEDRO CORREA	PE	PPB
140	- PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
141	- RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
142	- REMI TRINTA	MA	PL
143	- RICARDO BERZOINI	SP	PT
144	- RICARDO FIUZA	PE	PFL
145	- ROBERTO BRANT	MG	PSDB
146	- ROBERTO PESSOA	CE	PFL
147	- ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
148	- RODRIGO MAIA	RJ	PFL
149	- ROMEL ANIZIO	MG	PPB
150	- ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
151	- RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
152	- RUBENS BUENO	PR	PPS
153	- SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
154	- SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
155	- SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
156	- SERAFIM VENZON	SC	PDT
157	- SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
158	- SERGIO GUERRA	PE	PSB
159	- SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SILAS CAMARA	AM	PFL
161 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
162 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
163 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
164 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
165 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
166 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
167 - WILSON BRAGA	PB	PFL
168 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
169 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
170 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB
171 - ZE INDIO	SP	PPB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171      REPETIDAS: 65  
 ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 1  
 ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... 1  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 238

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
2 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
3 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
4 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
5 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
6 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
7 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
8 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
9 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
10 - BABA	PA	PT
11 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
12 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
14 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
15 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
16 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
17 - DARCI COELHO	TO	PFL
18 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
19 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
20 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
21 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
22 - ELISEU MOURA	MA	PPB
23 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
24 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
25 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
26 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
27 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
28 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
29 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
30 - JAIME MARTINS	MG	PFL
31 - JAIRO AZI	BA	PFL
32 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
33 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
34 - JOSE PIMENTEL	CE	PT

35 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
36 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
37 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
38 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
39 - LINO ROSSI	MT	PSDB
40 - LINO ROSSI	MT	PSDB
41 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
42 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
43 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
44 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
45 - MAX MAURO	ES	PTB
46 - MUSSA DEMES	PI	PFL
47 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
48 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
49 - NILSON PINTO	PA	PSDB
50 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
51 - PADRE ROQUE	PR	PT
52 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
53 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
54 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
55 - REMI TRINTA	MA	PL
56 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
57 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
58 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
59 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
60 - RUBENS BUENO	PR	PPS
61 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
62 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
63 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
64 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
65 - WILSON BRAGA	PB	PFL

**ASSINATURAS DE APOIAMENTO**

1 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
--------------------	----	-----

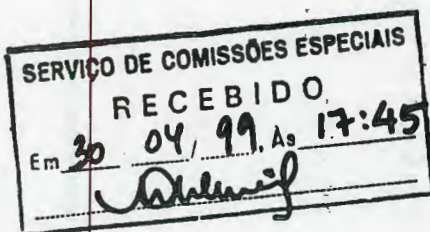
**ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS**

1 - BETO ALBUQUERQUE	RS	PSB
----------------------	----	-----



USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <u>031-CE, 99</u>	
PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	
COMISSÃO: ESPECIAL "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" - PEC 96/92			
AUTOR: DEPUTADO (A) <b>ELTON ROHNELT</b>		PARTIDO <b>PFL</b>	UF <b>RR</b>
		PÁGINA <b>01 / 14</b>	

### TEXTO/JUSTIFICAÇÃO



Dispõe sobre as Justiças Especializadas, altera a organização e a competência das Justiças Militar e do Trabalho, extingue a Justiça Militar estadual, introduz o Conselho da Justiça do Trabalho, extingue o poder normativo da Justiça do Trabalho, dispensa a existência de um Tribunal Regional do Trabalho por Estado e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica revogado o inciso XIII do art. 21 da Constituição Federal

Art. 2º Fica revogado o inciso XVII do art. 22 da Constituição Federal.

Art. 3º O art. 48, IX, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. ....

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios;"

Art. 4º A alínea "d)" do inciso II do art. 61 da Constituição Federal passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61. ....

II - .....

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal;"

Art. 5º O art. 92 da Constituição Federal passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 92. ....

VI - o Superior Tribunal Militar;

VII - os Tribunais e Juizes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios".

Art. 6º O inciso V do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. ....

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível da União e dos Estados e do Distrito Federal, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a 10% (dez por cento) ou inferior a 5% (cinco por cento), nem exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;"

Art. 7º O caput do art. 94 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.”

**Art. 8º** O inciso III do art. 96 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. ....

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juizes estaduais e do Distrito Federal, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral."

**Art. 9º** O *caput* do art. 98 da Constituição Federal passa vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 98. A União, nos Territórios, os Estados e o Distrito Federal criarão:**

.....

**Art. 10.** O inciso II do § 2º do art. 99 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. ....

§ 2° .....

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais."

Art. 11. O inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104. ....



Parágrafo único. ....

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal, alternadamente, indicados na forma do art. 94."

Art. 12. O art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 105. ....

II - ....

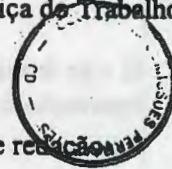
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando denegatória a decisão;"

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando a decisão recorrida:"

Art. 13. O art. 111 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 111. ....

§ 4º Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho o Conselho da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus".



Art. 14. O art. 112 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. A lei instituirá os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito".

Art. 15. O art. 114 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e os coletivos de natureza jurídica entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios de natureza sindical e os que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, laudos arbitrais, convenções e acordos coletivos.**

.....

**§ 2º As partes, de comum acordo, poderão ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho, nesse caso, estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições legais mínimas de proteção ao trabalho.**

.....

**§ 4º Havendo paralisação de serviços em atividade essencial que afete significativamente o interesse público, poderá o Ministério Público do Trabalho ajuizar dissídio coletivo, cabendo à Justiça do Trabalho dirimir o conflito nos termos do § 2º.**

**Art. 16. O artigo 121 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:**

**"Art. 121. ....**

.....

**§ 5º É vedada a percepção de qualquer forma de remuneração, gratificação ou vantagem pelo exercício de função de integrante de junta, de juiz, de membro de tribunal eleitoral ou de membro do Ministério Público junto a órgãos da Justiça Eleitoral".**

**Art. 17. O art. 122 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 122. O Superior Tribunal Militar é o órgão da Justiça Militar.**

**Parágrafo único. A lei instituirá, na justiça federal, varas especializadas para processar e julgar os crimes militares definidos em lei."**

**Art. 18. O inciso II do art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 123. ....**

.....



II – dois, por escolha paritária, dentre os juízes e membros do Ministério Público que funcionem junto às varas previstas no parágrafo único do artigo anterior.”

Art. 19. O *caput* do art. 124 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei, vedado o julgamento de civis no foro militar em tempos de paz”.

Art. 20. O art. 125 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 125. Os Estados e o Distrito Federal organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado e na lei orgânica do Distrito Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual ou, respectivamente, de leis distritais em face da lei orgânica do Distrito Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3º Lei dos Estados ou do Distrito Federal poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, varas especializadas para processar e julgar, em primeiro grau, os crimes militares definidos em lei, atribuindo-se ao próprio Tribunal de Justiça a competência recursal.

§ 4º Compete às varas referidas no parágrafo anterior, quando houver, processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.”

Art. 21. O art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 128. ....

I – o Ministério Público da União; que compreende:

a) o Ministério Público Federal;



b) o Ministério Público do Trabalho;

II – os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal;

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º Os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, dos Estados e o do Distrito Federal formarão listas tríplices dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seus Procuradores-Gerais, sendo nomeados pelo Procurador-Geral da República os Chefes dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, e os demais pelo Chefe do Poder Executivo respectivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União, dos Estados e do Distrito Federal, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas relativamente aos seus membros:

Art. 22. O parágrafo único do art. 134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 134. ....”

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados e no Distrito Federal, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.”

Art. 23. A extinção de Tribunal Regional do Trabalho deixará em disponibilidade remunerada seus integrantes, que deverão ser aproveitados, por ordem de antigüidade, independentemente da classe de proveniência, nas promoções por antigüidade e merecimento a serem realizadas no Tribunal Regional do qual o Tribunal extinto foi desmembrado.

§ 1º Ao juiz reaproveitado em Tribunal Regional do Trabalho remanescente, será assegurada, em relação aos demais juízes já integrantes do Tribunal, a antigüidade que computou no cargo anterior, descontado o período de disponibilidade.

§ 2º Os atuais servidores ocupantes de cargos efetivos de Tribunais Regionais do Trabalho a serem extintos serão aproveitados nas Juntas de Conciliação e Julgamento da base territorial do tribunal extinto.

Art. 24. Os atuais juízes auditores militares passam a integrar as varas especializadas referidas no parágrafo único do art. 122 da Constituição.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes de cargos efetivos da Justiça Militar federal cuja extinção foi determinada por esta Emenda serão aproveitados na justiça federal.

Art. 25. Os atuais membros da Justiça Militar estadual passam à disponibilidade remunerada da justiça estadual de primeiro grau, devendo ser aproveitados nas varas especializadas eventualmente criadas.

Parágrafo único. Os atuais servidores ocupantes de cargos efetivos da justiça militar estadual cuja extinção foi determinada por esta Emenda serão aproveitados nas varas da justiça estadual de primeiro grau.

Art. 26. Os atuais membros e servidores ocupantes de cargos efetivos do Ministério Público Militar cuja extinção foi determinada por esta Emenda passam a integrar o Ministério Público Federal, nas respectivas classes.

Art. 27. A jurisdição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e as atribuições do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios relativas aos Territórios, até que lei federal discipline a matéria, serão transferidas, respectivamente, para a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União.

Art. 28. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

1. À semelhança da Justiça Federal, que possui um Conselho junto ao Superior Tribunal de Justiça, para supervisionar os Tribunais Regionais e as Varas Federais, torna-se necessária a instituição do Conselho da Justiça do Trabalho, para funcionar junto ao Tribunal Superior do Trabalho, suprimindo lacuna constitucional que o Supremo Tribunal Federal reconheceu existir ao atribuir ao próprio TST, mediante construção hermenêutica, essa função supervisora, por ocasião da intervenção no TRT da 13ª Região (Petição nº 1.193-7-DF, Rel. Min. MOREIRA ALVES, in LTr 61-07/870).



2. A Constituição de 1988 previu a instalação de um Tribunal Regional do Trabalho por Estado, o que resultou na criação e instalação dos TRTs do Espírito Santo (17ª Região), Goiás (18ª Região), Alagoas (19ª Região), Sergipe (20ª Região), Rio Grande do Norte (21ª Região), Piauí (22ª Região), Mato Grosso (23ª Região) e Mato Grosso do Sul (24ª Região) entre os anos de 1989 e 1992.

Atualmente, os Estados do Acre, Amapá, Roraima e Tocantins estariam exigindo a criação de seus respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, o que não se justifica, dado o reduzido número de causas trabalhistas que tramitam nesses Estados.

A experiência decorrente da criação dos novos Tribunais Regionais do Trabalho a partir da Constituição Federal de 1988 não foi positiva: têm número de processos reduzido em relação ao custo que a estrutura de manutenção de pessoal e material implica.

Nesse sentido, mostra-se de extrema importância a alteração do art. 112 da Constituição Federal, para que deixe de ser obrigatória a existência de um TRT por Estado, o que permitiria futura simplificação da estrutura do Judiciário Trabalhista, a par de findar com a mora legislativa do Congresso Nacional em matéria na qual a edição de norma regulamentadora se revela de notória inconveniência.

3. Quanto ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho, o mesmo deixaria de existir como alternativa de solução dos conflitos coletivos de trabalho, para funcionar como instância arbitral (§ 2º). No entanto, para que a sociedade não padeça com greves prolongadas em serviços essenciais, cujo impasse nas negociações pode levar à falta de abastecimento de em setores fundamentais, é conveniente que se atribua ao Ministério Público a legitimidade, como defensor da ordem jurídica e do interesse público, para propor dissídio coletivo que permita a composição do conflito, inclusive com estabelecimento de novas normas e condições de trabalho (§ 4º).

4. As causas de natureza trabalhista eventualmente surgidas com a adoção de regime jurídico distinto do estatutário deixarão de ser apreciadas pela Justiça do Trabalho, tendo em vista a unificação do sistema decisório em torno das relações jurídicas entre a Administração e seu pessoal.

5. A proposta de supressão da justiça militar estadual e a reforma de sua organização federal devem-se a um esforço de racionalização, redução de custos e otimização no emprego de recursos públicos escassos bem como de sistematização e simplificação das estruturas de exercício do poder jurisdicional. Do mesmo modo, impõe-se também a revisão da composição do Ministério Público da União, extinguindo-se o Ministério Público Militar. Para guardar-se simetria com a justiça estadual, impõe-se ainda a exclusão do julgamento de civis da competência da Justiça Militar federal.

6. A mesma pretensão de eficiência e racionalização no emprego de recursos públicos opera no sentido de estabelecer-se restrição quanto à remuneração pelo exercício de funções na Justiça Eleitoral, cuja atuação mais intensa encontra-se vinculada aos períodos em que têm lugar processos eleitorais. A remuneração dos magistrados na Justiça Eleitoral possui ainda repercussões sobre a identificação do montante de remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e, com isso, a definição do limite de remuneração na Administração Pública. A proposta permite, portanto, uma sistematização definitiva para a fixação dos limites de remuneração no serviço público ao mesmo tempo em que implica uma forte redução de custos na referida Justiça especializada.



7. A retirada da Justiça do Distrito Federal do âmbito da competência administrativa e legislativa da União decorre da busca de um paralelismo com a organização própria das Justiças nas demais entidades federativas. A medida racionaliza ainda a distribuição de ônus e receitas, induzindo ainda uma busca de responsabilidade e justiça fiscal. A sistemática adotada impõe alterações semelhantes no que toca ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

8. A proposta visa ainda à definição de regras simétricas no que toca aos Chefes dos ramos do Ministério Público. Presentemente, o Chefe de todo o Ministério Público da União é, concomitantemente, o Chefe do Ministério Público Federal. Buscou-se, na proposta, diferenciar a Chefia do Ministério Público da União daquela de cada um de seus ramos, de modo a conferir a cada um destes uma coordenação mais imediata e eficaz. Propõe-se, portanto, seja instituído o cargo de Procurador-Geral do Ministério Público Federal, com assento no Superior Tribunal de Justiça.

30/04/99 *cccccccccccccccc*

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009631)

AUTOR: ELTON ROHNELT E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
7 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
8 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
12 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
13 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
14 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
15 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB

16 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
17 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
18 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
19 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
20 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
21 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
22 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
23 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
24 - B. SA	PI	PSDB
25 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
26 - CAIO RIELA	RS	PTB
27 - CARLOS MELLES	MG	PFL
28 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
29 - CELSO JACOB	RJ	PDT
30 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
31 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
32 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
33 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
34 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
35 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
36 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
37 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
38 - DARCI COELHO	TO	PFL
39 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
40 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
41 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
42 - DR. HELENO	RJ	PSDB
43 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
44 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
45 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
46 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
47 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
48 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
49 - ELTON ROHNELT	RR	PFL
50 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
51 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
52 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
53 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
54 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
55 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
56 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
57 - FEU ROSA	ES	PSDB
58 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
59 - GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
60 - GERALDO MAGELA	DF	PT
61 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
62 - GILBERTO KASSAB	SP	PFL
63 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
64 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
65 - IRIS SIMOES	PR	PTB
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIME MARTINS	MG	PFL
68 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
69 - JOAO LEAO	BA	PSDB
70 - JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
71 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
72 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
73 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL



74 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
75 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
76 - JOSE GENOINO	SP	PT
77 - JOSE LINHARES	CE	PPB
78 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
79 - JOSE MACHADO	SP	PT
80 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
81 - JOSE ROBERTO BATOCCHIO	SP	PDT
82 - JOSE TELES	SE	PSDB
83 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
84 - JUQUINHA	GO	PSDB
85 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
86 - LAEL VARELLA	MG	PFL
87 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
88 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
89 - LINO ROSSI	MT	PSDB
90 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
91 - LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
92 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
93 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
94 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
95 - MAGNO MALTA	ES	PTB
96 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
97 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
98 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
99 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
100 - MARCUS VICENTE	ES	PSDB
101 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
102 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
103 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
104 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
105 - MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
106 - MEDEIROS	SP	PFL
107 - MILTON MONTI	SP	PMDB
108 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
109 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
110 - MUSSA DEMES	PI	PFL
111 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
112 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
113 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
114 - NELSON OTOCH	CE	PSDB
115 - NELSON TRAD	MS	PTB
116 - NEUTON LIMA	SP	PDT
117 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
118 - NILO COELHO	BA	PSDB
119 - ODELMO LEAO	MG	PPB
120 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
121 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
122 - PAES LANDIM	PI	PFL
123 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
124 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
125 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
126 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
127 - PAULO LIMA	SP	PMDB
128 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
129 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
130 - PEDRO HENRY	MT	PSDB



131 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
132 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
133 - PEDRO WILSON	GO	PT
134 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
135 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
136 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
137 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
138 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
139 - RICARDO BARROS	PR	PPB
140 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
141 - RICARDO IZAR	SP	PPB
142 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
143 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
144 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
145 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
146 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
147 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
148 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
149 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
150 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
151 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
152 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
153 - SANTOS FILHO	PR	PFL
154 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
155 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
156 - SERGIO REIS	SE	PSDB
157 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
158 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
159 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB

## DEPUTADO

UF PARTIDO

160 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
161 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
162 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
163 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
164 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
165 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
166 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
167 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
168 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
169 - WERNER WANDERER	PR	PFL
170 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
171 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
172 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 172  
 ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 1  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 200

REPETIDAS: 27

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
3 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB

4 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
5 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
6 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
7 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
8 - DR. HELENO	RJ	PSDB
9 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
10 - ELTON ROHNELT	RR	PFL
11 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
12 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
13 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
14 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
15 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
16 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
17 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
18 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
19 - NEUTON LIMA	SP	PDT
20 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
21 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
22 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
23 - SANTOS FILHO	PR	PFL
24 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
25 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
26 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
27 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - JAIRO CARNEIRO BA PFL

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO	EMENDA Nº <b>32-CE, 99</b>
CLASSIFICAÇÃO	
Modificativa	

PROPOSIÇÃO  
PEC 96-A/92

COMISSÃO:  
Especial

AUTOR: DEPUTADO(A) Iédio Rosa

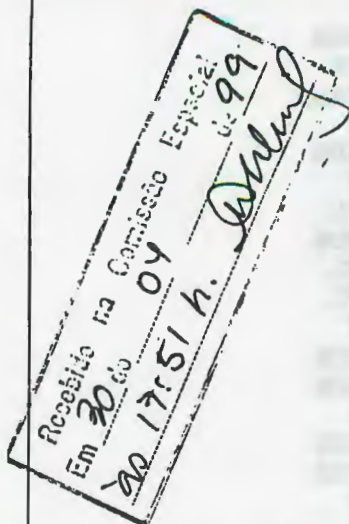
PARTIDO	UF	PÁGINA
PMDB	RJ	0 / 1

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, a seguinte redação:

**"Art. 2º - O art. 94 passa a ter a seguinte redação:**  
**Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais**  
**Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e**  
**Territórios será composto de membros do Ministério Público**





e da Defensoria Pública, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. (NR)  
Parágrafo único.....”

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a instituir a participação da Defensoria Pública na composição dos tribunais de segundo grau da Justiça Federal comum e das Justiças Estaduais, fazendo com que o chamado "quinto constitucional", previsto no art. 94 da Lei Maior, tenha também entre seus integrantes defensores públicos, e não apenas membros do Ministério Público.

Mediante esta proposta, procuramos dar maior relevância a essa instituição que foi elevada pela Constituição Federal de 1988 à categoria de essencial à função jurisdicional. Com efeito, somente mediante a atuação dos defensores públicos poderá o Estado bem cumprir sua tarefa de administrar justiça, dando efetividade aos princípios constitucionais do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV) e da defesa dos necessitados (CF, art. 5º, LXXIV), dentre outros. Nada mais justo, portanto, que essa carreira passe a obter assento no Poder Judiciário, como fruto de seu árduo e sobremodo relevante trabalho de cooperação com o Estado no exercício da função jurisdicional.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009634)

AUTOR: IEDIO ROSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - AGNALDO MUNIZ	RO	PDT
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB



6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
12 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
13 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
14 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
15 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
16 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
18 - ATILA LIRA	PI	PSDB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
21 - B. SA	PI	PSDB
22 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
23 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
24 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
25 - CABO JULIO	MG	PL
26 - CAIO RIELA	RS	PTB
27 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
28 - CELSO JACOB	RJ	PDT
29 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
30 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
31 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
32 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
33 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
34 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
35 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
36 - DARCI COELHO	TO	PFL
37 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
38 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
39 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
40 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
41 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
42 - EDUARDO JORGE	SP	PT
43 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
44 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
45 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
46 - ENIO BACCI	RS	PDT
47 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
48 - ESTHER GROSSI	RS	PT
49 - EURIPIDES MIRANDA	RO	PDT
50 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
51 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
52 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
53 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
56 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
57 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
58 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
59 - GERALDO SIMOES	BA	PT
60 - GERSON PERES	PA	PPB
61 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
62 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
63 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB

64 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
65 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
66 - IARA BERNARDI	SP	PT
67 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
68 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
69 - ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
70 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
71 - JAIME MARTINS	MG	PFL
72 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
73 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
74 - JOAO CALDAS	AL	PMN
75 - JOAO COSER	ES	PT
76 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
77 - JOAO GRANDAO	MS	PT
78 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
79 - JOAO LEO	BA	PSDB
80 - JOAO PAULO	SP	PT
81 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
82 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
83 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
84 - JOSE BORBA	PR	PMDB
85 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
86 - JOSE DIRCEU	SP	PT
87 - JOSE LINHARES	CE	PPB
88 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
89 - JOSE MACHADO	SP	PT
90 - JOSE RONALDO	BA	PFL
91 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
92 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
93 - JULIO REDECKER	RS	PPB
94 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
95 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
96 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
97 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
98 - LINO ROSSI	MT	PSDB
99 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
100 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
101 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
102 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
103 - MARCIO MATOS	PR	PT
104 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
105 - MARCOS CINTRA	SP	PL
106 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
107 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
108 - MAX ROSENMAN	PR	PSDB
109 - MEDEIROS	SP	PFL
110 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
111 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
112 - MUSSA DEMES	PI	PFL
113 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
114 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
115 - NELSON MEURER	PR	PPB
116 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
117 - NELSON TRAD	MS	PTB
118 - NILSON MOURAO	AC	PT
119 - NILSON PINTO	PA	PSDB
120 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB

121 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
122 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
123 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
124 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
125 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
126 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
127 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
128 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
129 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
130 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
131 - PAULO PAIM	RS	PT
132 - PAULO ROCHA	PA	PT
133 - PEDRO CELSO	DF	PT
134 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
135 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
136 - PEDRO WILSON	GO	PT
137 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
138 - REMI TRINTA	MA	PL
139 - RICARDO BARROS	PR	PPB
140 - RICARDO IZAR	SP	PPB
141 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
142 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB
143 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
144 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
145 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
146 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
147 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
149 - RUBENS BUENO	PR	PPS
150 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
151 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
152 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
153 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
154 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
155 - SERGIO BARCELOS		
156 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
157 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
158 - SERGIO REIS	SE	PSDB
159 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
160 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
161 - SILAS CAMARA	AM	PFL
162 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
163 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
164 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
165 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
166 - WALDIR PIRES	BA	PT
167 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
168 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
169 - WILSON BRAGA	PB	PFL
170 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
171 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
172 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
173 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
174 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
175 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 175  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 242

REPETIDAS: 67



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
2 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
3 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
4 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
5 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
6 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
7 - CAIO RIELA	RS	PTB
8 - CAIO RIELA	RS	PTB
9 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
10 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
11 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
12 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
13 - DARCI COELHO	TO	PFL
14 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
15 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
16 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
17 - ESTHER GROSSI	RS	PT
18 - ESTHER GROSSI	RS	PT
19 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
20 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
21 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
22 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
23 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
24 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
25 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
26 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
27 - ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
28 - JOAO COSER	ES	PT
29 - JOAO COSER	ES	PT
30 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
31 - JOSE LINHARES	CE	PPB
32 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
33 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
34 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
35 - LINO ROSSI	MT	PSDB
36 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
37 - MARCIO MATOS	PR	PT
38 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
39 - MEDEIROS	SP	PFL
40 - NELSON MEURER	PR	PPB
41 - NELSON TRAD	MS	PTB
42 - NILSON PINTO	PA	PSDB
43 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
44 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
45 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
46 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
47 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
48 - PAULO PAIM	RS	PT
49 - PAULO ROCHA	PA	PT
50 - PEDRO CELSO	DF	PT
51 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
52 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
53 - PEDRO WILSON	GO	PT
54 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL

55 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
56 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
57 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
58 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
59 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
60 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
61 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
62 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
63 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
64 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
65 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
66 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
67 - WILSON SANTOS	MT	PMDB

USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

EMENDA Nº

33-CE, 99

CLASSIFICAÇÃO

PROPOSIÇÃO

PEC 96-A/92

COMISSÃO:  
Especial

AUTOR: DEPUTADO(A) Iédio Rosa

PARTIDO  
PMDBUF  
RJPÁGINA  
0 / 1

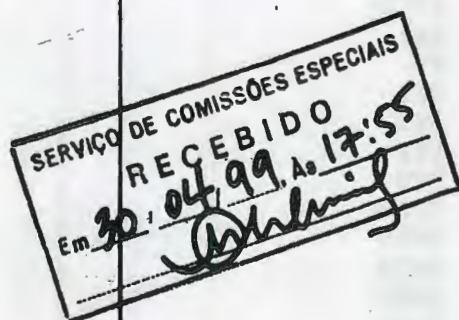
## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 134, § 1º da Proposta de Emenda a Constituição Federal nº 96, de 1992 a seguinte redação, renumerando-se o Parágrafo único para § 2º.

**“§ 1º - A Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, e elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.”**

## JUSTIFICATIVA

Autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública, colocada em sede constitucional, é consequência natural da dicção consolidada no art. 134 da Carta de 88, na perspectiva de que a instituição é essencial à função jurisdicional do Estado. Segue-se, ainda, que tais garantias, físcadas na Constituição, não poderão ser subtraídas pelo ordenamento infraconstitucional,





em detrimento da imensa população assistida pela Defensoria Pública. Em última análise a autonomia funcional e administrativa são, na verdade, garantias dos próprios assistidos da Instituição que não podem entregar o seu pleito a uma Instituição que não desfrute de tais prerrogativas, especialmente quando se sabe que, muitas vezes, o pleito é posto contra o próprio Poder Público, seja Estadual, Municipal, Distrito Federal ou União. Vale lembrar que, em grande parte dos Estados, 80% do movimento forense está a cargo da Defensoria Pública.

A possibilidade de elaboração de sua própria proposta orçamentária, deflui, também, do tratamento que a Constituição Federal assegurou à Defensoria Pública, na estelra da dicção do seu art. 134. Acresce que a Defensoria Pública é Órgão com peculiaridades que distanciam a Instituição dos demais Órgãos do Estado, ou de outros Órgãos Ministeriais, com projetos, objetivos e ações rigorosamente típicas e singulares, que reclamam tratamento orçamentário apropriado e formulado com a autonomia compatível com as necessidades diferenciadas de cada Defensoria Pública. Finalmente, a emenda não implicará, de forma alguma, na possibilidade de política remuneratória defesa das salvaguardas do interesse do Poder Executivo.

Do ponto de vista do **ACESSO PLENO E DEMOCRÁTICO À JUSTIÇA**, a experiência vem demonstrando que, a contar da Carta de 1988, a Defensoria Pública distinguiu-se como um dos mais eficiente instrumentos dessa realização da **cidadania**, a par de não haver conseguido, até hoje, a plenitude de sua missão, exatamente por não dispor, a nível constitucional, dos mecanismos ora reclamados, lacuna que se pretende preencher com a presente emenda.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009633)

AUTOR: IEDIO ROSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AIRTON DIPP	RS	PDT
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
12 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
13 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
17 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
18 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
19 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
20 - ATILA LIRA	PI	PSDB
21 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
22 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
23 - B. SA	PI	PSDB
24 - BABA	PA	PT
25 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CAIO RIELA	RS	PTB
28 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
29 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
30 - CELSO JACOB	RJ	PDT
31 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
32 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
33 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
34 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
35 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
36 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
37 - DARCI COELHO	TO	PFL
38 - DE VELASCO	SP	PST
39 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
40 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
41 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
42 - EBER SILVA	RJ	PDT
43 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
44 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
45 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
46 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
47 - EDUARDO JORGE	SP	PT
48 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB

50 - ENIO BACCI	RS	PDT
51 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
52 - ESTHER GROSSI	RS	PT
53 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
54 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
55 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
56 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
57 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
58 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
59 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
60 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
61 - FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
62 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
63 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
64 - GERALDO SIMOES	BA	PT
65 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
66 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
67 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
68 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
69 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
70 - IARA BERNARDI	SP	PT
71 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
72 - ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
73 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
74 - IRIS SIMOES	PR	PTB
75 - JAIME MARTINS	MG	PFL
76 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
77 - JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
78 - JOAO COSER	ES	PT
79 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
80 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
81 - JOAO LEAO	BA	PSDB
82 - JOAO PAULO	SP	PT
83 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
84 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
85 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
86 - JORGE COSTA	PA	PMDB
87 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
88 - JOSE BORBA	PR	PMDB
89 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
90 - JOSE DIRCEU	SP	PT
91 - JOSE LINHARES	CE	PPB
92 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
93 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
94 - JOSE RONALDO	BA	PFL
95 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
96 - JULIO REDECKER	RS	PPB
97 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
98 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
99 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
100 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
101 - LINO ROSSI	MT	PSDB
102 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
103 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
104 - LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB



105 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
106 - MARCIO MATOS	PR	PT
107 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
108 - MARCOS CINTRA	SP	PL
109 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
110 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
111 - MAX ROSENMANN	PR	PSDB
112 - MEDEIROS	SP	PFL
113 - MILTON TEMER	RJ	PT
114 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
115 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
116 - MUSSA DEMES	PI	PFL
117 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
118 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
119 - NELSON MEURER	PR	PPB
120 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
121 - NELSON TRAD	MS	PTB
122 - NILSON MOURAO	AC	PT
123 - NILSON PINTO	PA	PSDB
124 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
125 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
126 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
127 - OSCAR ANDRADE	RO	PFL
128 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
129 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
130 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
131 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
132 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
133 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
134 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
135 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
136 - PAULO LIMA	SP	PMDB
137 - PAULO ROCHA	PA	PT
138 - PEDRO CELSO	DF	PT
139 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
140 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
141 - PEDRO WILSON	GO	PT
142 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
143 - REMI TRINTA	MA	PL
144 - RICARDO BARROS	PR	PPB
145 - RICARDO IZAR	SP	PPB
146 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
147 - RICARDO RIQUE	PB	PMDB
148 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
149 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
150 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
151 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
152 - RUBENS BUENO	PR	PPS
153 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
154 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
155 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
157 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
158 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
159 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB



160 -	SERGIO REIS	SE	PSDB
161 -	SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
162 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
163 -	SILAS CAMARA	AM	PFL
164 -	SIMAO SESSIM	RJ	PPB
165 -	SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
166 -	VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
167 -	VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
168 -	WALDIR PIRES	BA	PT
169 -	WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
170 -	WILSON BRAGA	PB	PFL
171 -	WILSON SANTOS	MT	PMDB
172 -	YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
173 -	ZE INDIO	SP	PMDB
174 -	ZILA BEZERRA	AC	PFL
175 -	ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 175  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 231

REPETIDAS: 56

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
2 -	ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
3 -	ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
4 -	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
5 -	ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
6 -	ANTONIO JORGE	TO	PFL
7 -	ATILA LIRA	PI	PSDB
8 -	ATILA LIRA	PI	PSDB
9 -	CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
10 -	CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
11 -	DARCI COELHO	TO	PFL
12 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
13 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
14 -	EDMAR MOREIRA	MG	PPB
15 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
16 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
17 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
18 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
19 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
20 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
21 -	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
22 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
23 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
24 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
25 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
26 -	JOAO COSER	ES	PT
27 -	JOAO COSER	ES	PT
28 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
29 -	JOAO LEO	BA	PSDB
30 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
31 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
32 -	JOSE LINHARES	CE	PPB
33 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL

34 - MEDEIROS	SP	PFL
35 - NELSON MEURER	PR	PPB
36 - NELSON MEURER	PR	PPB
37 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
38 - NELSON TRAD	MS	PTB
39 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
40 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
41 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
42 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
43 - PAULO ROCHA	PA	PT
44 - PEDRO CELSO	DF	PT
45 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
46 - REMI TRINTA	MA	PL
47 - RICARDO IZAR	SP	PPB
48 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
49 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
50 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
51 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
52 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
53 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
54 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
50 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
51 - EDUARDO JORGE	SP	PT
52 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
53 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
54 - ESTHER GROSSI	RS	PT
55 - EULER MORAIS	GO	PMDB
56 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
57 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
58 - FERNANDO FERRO	PE	PT
59 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
60 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
61 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
62 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
63 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
64 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
65 - GERALDO MAGELA	DF	PT
66 - GERALDO SIMOES	BA	PT
67 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
68 - GERSON PERES	PA	PPB
69 - GILMAR MACHADO	MG	PT
70 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
71 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
72 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
73 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
74 - HERACLITO FORTES	PI	PFL
75 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
76 - HUGO BIEHL	SC	PPB
77 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
78 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
79 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
80 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
81 - JAIME MARTINS	MG	PFL
82 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
83 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
84 - JAIRO AZI	BA	PFL
85 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB



86 - JOAO CALDAS	AL	PMN
87 - JOAO COSER	ES	PT
88 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
89 - JOAO GRANDAO	MS	PT
90 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
91 - JOAO MAGNO	MG	PT
92 - JOAO MATOS	SC	PMDB
93 - JOAO PAULO	SP	PT
94 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB
95 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
96 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
97 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
98 - JONIVAL LUCAS, JUNIOR	BA	PPB
99 - JORGE COSTA	PA	PMDB
100 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
101 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
102 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
103 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
104 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
105 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
106 - JOSE RONALDO	BA	PFL
107 - JOSE TELES	SE	PSDB
108 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
109 - JOSUE BENGTON	PA	PTB
110 - JUQUINHA	GO	PSDB
111 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
112 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
113 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
114 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
115 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
116 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
117 - MARCELO DEDA	SE	PT
118 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
119 - MARCIO MATOS	PR	PT
120 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
121 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
122 - MARCOS AFONSO	AC	PT
123 - MARCOS CINTRA	SP	PL
124 - MARCOS ROLIM	RS	PT
125 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB
126 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
127 - MAX MAURO	ES	PTB
128 - MILTON TEMER	RJ	PT
129 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
130 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
131 - MUCIO SA	RN	PMDB
132 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
133 - MUSSA DEMES	PI	PFL
134 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
135 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
136 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
137 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
138 - NELSON MEURER	PR	PPB
139 - NILSON PINTO	PA	PSDB
140 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
141 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
142 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT



143 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
144 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
145 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
146 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
147 - PADRE ROQUE	PR	PT
148 - PAES LANDIM	PI	PFL
149 - PASTOR VALDECI PAIVA	RJ	PST
150 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
151 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
152 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
153 - PAULO LIMA	SP	PMDB
154 - PAULO ROCHA	PA	PT
155 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
156 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
157 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
158 - PEDRO WILSON	GO	PT
159 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
160 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
161 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
162 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
163 - RICARDO BARROS	PR	PPB
164 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
165 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
166 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
167 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
168 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
169 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
170 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
171 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
172 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
173 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
174 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
175 - RUBENS BUENO	PR	PPS
176 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
177 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
178 - SANTOS FILHO	PR	PFL
179 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
180 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
181 - SERGIO BARROS	AC	PDT
182 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
183 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
184 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
185 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
186 - SILAS CAMARA	AM	PFL
187 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
188 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
189 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
190 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
191 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
192 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
193 - WALDIR PIRES	BA	PT
194 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
195 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
196 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
197 - YEDA CRUSTIUS	RS	PSDB
198 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
199 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 199  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 245

REPETIDAS: 46

13/05/99

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS**

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
3 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
4 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
5 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
6 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
7 - ATILA LIRA	PI	PSDB
8 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
9 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
10 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
11 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
12 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
13 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
14 - FERNANDO FERRO	PE	PT
15 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
16 - GERALDO MAGELA	DF	PT
17 - GERALDO MAGELA	DF	PT
18 - GERALDO SIMOES	BA	PT
19 - GERALDO SIMOES	BA	PT
20 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
21 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
22 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
23 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
24 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
25 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
26 - MARCOS CINTRA	SP	PL
27 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
28 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
29 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
30 - NILSON PINTO	PA	PSDB
31 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
32 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
33 - PAES LANDIM	PI	PFL
34 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
35 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
36 - PEDRO WILSON	GO	PT
37 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
38 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
39 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
40 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
41 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
42 - SERGIO BARROS	AC	PDT
43 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
44 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
45 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
46 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB



USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

EMENDA Nº

34-CE / 99

PROPOSIÇÃO  
PEC 96-A/92

CLASSIFICAÇÃO

COMISSÃO:  
Especial

AUTOR: DEPUTADO(A) Ildio Rosa

PARTIDO  
PMDBUF  
RJPÁGINA  
0 / 1

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se § ao art. 134, da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 96, de 1992, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

**“§ - Aos Defensores Públicos fica assegurada a estabilidade após dois anos de exercício, não perdendo o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.”**

## JUSTIFICATIVA

O “munus” do Defensor Público, por sua própria natureza e finalidade, reclama absoluta segurança, no provimento do cargo, para o cabal exercício de sua destinação Constitucional para que possa postular e defender os interesses e direitos de seus patrocinados, hipossuficientes com igualdade de forças no equilíbrio da relação processual, especialmente quando o litígio envolve interesses da própria Administração Pública. Por tais razões, inclusive, a emenda Constitucional nº 19/98 reafirma a condição dos Defensores Públicos como **AGENTES POLÍTICOS DO ESTADO**, ao lado dos membros do Ministério Público, Magistrados, Procuradores e outras categorias vinculadas a essência da atividade estatal.

Assim, a estabilidade é, também, um consectário da principiologia regente dos atributos da Defensoria Pública, que dizem mais respeito à segurança da própria parte, balda de recursos, do que possa ser considerado um privilégio do Defensor Público. Desse modo a estabilidade deixa de ser um privilégio do Defensor Público para se constituir em fundamental garantia da parte na relação processual. De contra partida, é segurança para o Defensor Público exercer, com liberdade e autonomia, o exercício da função, mesmo que a sua atividade contrarie os interesses dos poderosos. Não poderá, assim, o Defensor Público ser excluído do cargo por simples procedimento administrativo, sujeito, muitas vezes, a influências subjetivas que comprometem a lisura do ato, mesmo com a observância do devido processo legal e da ampla defesa.

Recebido na Comissão Especial  
Em 30 de 04 de 99  
17:58 h



À nobreza da investidura no cargo deverá corresponder, no caso de exclusão de seu ocupante, ser o ato revestido da segurança do exame judicial.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

2/05/99

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009632)

AUTOR: IEDIO ROSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
7 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
8 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
12 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
13 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
17 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - ATILA LIRA	PI	PSDB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
22 - B. SA	PI	PSDB
23 - BADU PICANCO	AP	PSDB
24 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
25 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CABO JULIO	MG	PL
28 - CAIO RIELA	RS	PTB
29 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
30 - CELSO JACOB	RJ	PDT
31 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
32 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
33 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
34 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
35 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
36 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
37 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
38 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
39 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
40 - DARCI COELHO	TO	PFL

41 - DE VELASCO	SP	PST
42 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
43 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
44 - EBER SILVA	RJ	PDT
45 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
46 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
47 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
48 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
49 - EDUARDO JORGE	SP	PT
50 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
51 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
52 - ELISEU MOURA	MA	PPB
53 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
54 - ENIO BACCI	RS	PDT
55 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
56 - ESTHER GROSSI	RS	PT
57 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
58 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
59 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
60 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
61 - FERNANDO FERRO	PE	PT
62 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
63 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
64 - FRANCISCO GARCIA	AM	PFL
65 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
66 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
67 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
68 - GERALDO SIMOES	BA	PT
69 - GERSON PERES	PA	PPB
70 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
71 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
72 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
73 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
74 - HUGO BIEHL	SC	PPB
75 - IARA BERNARDI	SP	PT
76 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
77 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
78 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
79 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
80 - JAIME MARTINS	MG	PFL
81 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
82 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
83 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
84 - JOAO CALDAS	AL	PMN
85 - JOAO COLACO	PE	PMDB
86 - JOAO COSER	ES	PT
87 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
88 - JOAO GRANDAO	MS	PT
89 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
90 - JOAO LEAO	BA	PSDB
91 - JOAO PAULO	SP	PT
92 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
93 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
94 - JOSE LINHARES	CE	PPB
95 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
96 - JOSE MACHADO	SP	PT
97 - JOSE MILITAO	MG	PSDB



98 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
99 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
100 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
101 - JULIO REDECKER	RS	PPB
102 - JUQUINHA	GO	PSDB
103 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
104 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
105 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
106 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
107 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
108 - LINO ROSSI	MT	PSDB
109 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
110 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
111 - MARCIO MATOS	PR	PT
112 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
113 - MARCOS CINTRA	SP	PL
114 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
115 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
116 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
117 - MAX ROSENMANN	PR	PSDB
118 - MEDEIROS	SP	PFL
119 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
120 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
121 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
122 - MUSSA DEMES	PI	PFL
123 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
124 - NELSON MEURER	PR	PPB
125 - NILSON MOURAO	AC	PT
126 - NILSON PINTO	PA	PSDB
127 - NILTON BAIANO	ES	PPB
128 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
129 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
130 - OAULO ROCHA		
131 - ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
132 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
133 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
134 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
135 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
136 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
137 - PAES LANDIM	PI	PFL
138 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
139 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
140 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
141 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
142 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
143 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
144 - PAULO PAIM	RS	PT
145 - PEDRO CELSO	DF	PT
146 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
147 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
148 - PEDRO WILSON	GO	PT
149 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
150 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
151 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
152 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
153 - RICARDO BARROS	PR	PPB
154 - RICARDO BERZONT	SP	PT



155 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
156 - RICARDO IZAR	SP	PPB
157 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
158 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
159 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
160 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
161 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
162 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
163 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
164 - RUBENS BUENO	PR	PPS
165 - RUBENS FURLAN	SP	PFL
166 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
167 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
168 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
169 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
170 - SERGIO REIS	SE	PSDB
171 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
172 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
173 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
174 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
175 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
176 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
177 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
178 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
179 - WERNER WANDERER	PR	PFL
180 - WILSON BRAGA	PB	PFL
181 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
182 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
183 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
184 - ZE INDIO	SP	PMDB
185 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
186 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
187 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 187  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 251

REPETIDAS: 64

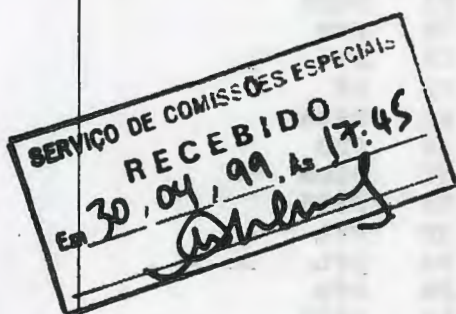
#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - AIRTON DIPP	RS	PDT
2 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
3 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
4 - B. SA	PI	PSDB
5 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
6 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
7 - CAIO RIELA	RS	PTB
8 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
9 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
10 - CELSO JACOB	RJ	PDT
11 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
12 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
13 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
14 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
15 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
16 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
17 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB

18 - ENIO BACCI	RS	PDT
19 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
20 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
21 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
22 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
23 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
24 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
25 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
26 - GERALDO SIMOES	BA	PT
27 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
28 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
29 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
30 - HUGO BIEHL	SC	PPB
31 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
32 - JOAO COSER	ES	PT
33 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
34 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
35 - JOSE LINHARES	CE	PPB
36 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
37 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
38 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
39 - JULIO REDECKER	RS	PPB
40 - LINO ROSSI	MT	PSDB
41 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
42 - MEDEIROS	SP	PFL
43 - MUSSA DEMES	PI	PFL
44 - NELSON MEURER	PR	PPB
45 - NILSON PINTO	PA	PSDB
46 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
47 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
48 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
49 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
50 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
51 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
52 - PAULO PAIM	RS	PT
53 - PAULO PAIM	RS	PT
54 - RICARDO BARROS	PR	PPB
55 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
56 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
57 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
58 - SERGIO REIS	SE	PSDB
59 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
60 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
61 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
62 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
63 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
64 - WERNER WANDERER	PR	PFL



USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <u>035-CE, 99</u>	
PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	
COMISSÃO: ESPECIAL "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" - PEC 96/92			
AUTOR: DEPUTADO(A) <u>PAUL DEIRNEY AVELINO</u>		PARTIDO <u>PFL</u>	UF <u>AM</u>
		PÁGINA <u>21/25</u>	

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Introduz e altera disposições gerais sobre o Poder Judiciário e as Funções Essenciais à Justiça, disciplina a execução judicial contra a Fazenda Pública, regula as custas judiciais, institui os mecanismos de controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público, estabelece período de proibição de exercício da advocacia para egressos da magistratura e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso II do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. ....

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

Art. 2º É acrescentado ao art. 92 da Constituição Federal o seguinte inciso II, renumerando-se os demais, e dada nova redação ao seu parágrafo único:



**"Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:**

**I - ...**

**II – o Conselho Nacional de Justiça;**

**Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional."**

**Art. 3º O inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 93. ....**

**VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;**

**....."**

**Art. 4º O art. 94 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando a § 1º o atual parágrafo único:**

**"§ 2º Não poderão ser indicados para os lugares previstos no *caput* deste artigo aqueles que, nos dois anos anteriores à indicação, tenham ocupado cargos de direção de órgãos de representação das respectivas classes".**

**Art. 5º O art. 95 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 95. ....**

**I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado ou do Conselho Nacional de Justiça, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão do referido Conselho;**

§ 1º Aos juízes é vedado:

I - .....

II – revelar ou permitir que cheguem ao conhecimento de terceiro fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo e que violem o interesse público e o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas;

III – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, inclusive para fins de moradia ou subsistência, ressalvadas as exceções previstas em lei;

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

V – dedicar-se à atividade político-partidária.

§ 2º O juiz perderá ainda o cargo por decisão do Conselho Nacional de Justiça, tomada pelo voto de três quintos de seus membros, nos casos de:

I – infração ao disposto no parágrafo anterior;

II – negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo;

III – procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

§ 3º O Poder Público responderá pelos danos que os membros do Poder Judiciário causarem, no exercício de suas funções, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou fraude.

§ 4º É vedado ao ex-magistrado, nos dois anos seguintes ao afastamento do respectivo cargo, o exercício da advocacia junto ao Tribunal ao qual se encontrava vinculado.

§ 5º É vedada a concessão aos magistrados de benefícios ou vantagens legais distintas daquelas concedidas aos demais servidores públicos”.

Art. 6º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal:

“Art. 96. ....

Parágrafo único. As custas e emolumentos não podem ser utilizados para qualquer outra finalidade que não o custeio dos serviços judiciais ou extrajudiciais”.



Art. 7º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100. Os pagamentos devidos pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, suas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judicial, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento dos entes de direito público, de dotações suficientes ao pagamento integral, no exercício seguinte, de seus débitos constantes de precatórios apresentados ao Tribunal competente até 1º de julho de cada ano, com valores atualizados até a data do pagamento e acrescidos de juros legais, consoante as relações encaminhadas pelos Tribunais aos entes devedores.

§ 2º Os recursos orçamentários e os créditos adicionais deverão ser destacados ao Tribunal competente, cabendo ao Presidente deste ordenar o pagamento dos precatórios, uma vez recebida a verba orçamentária correspondente.

§ 3º Os repasses serão feitos mensalmente ao Poder Judiciário, no montante mínimo de um doze avos das dotações referentes aos precatórios, com abertura de crédito suplementar em caso da dotação ser insuficiente, devendo o Presidente do Tribunal competente, vencido o mês sem o repasse ou não incluído o precatório no orçamento do ente público, determinar o seqüestro de verba suficiente à satisfação do débito.

§ 4º Os créditos de natureza alimentícia, assim considerados aqueles decorrentes de salários, vencimentos, honorários, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e acidentários, e indenizações por morte ou invalidez fundadas na responsabilidade civil, terão precedência no pagamento.

§ 5º A natureza alimentícia dos precatórios decorrentes dos créditos elencados no parágrafo anterior diz respeito exclusivamente ao montante indispensável ao atendimento das necessidades básicas de cada alimentando individualmente, seja em ação isolada ou em litisconsórcio sem limite de interessados, em valor fixado por lei.

§ 6º O valor que exceder o limite previsto no parágrafo anterior, para cada alimentando, será pago, através de precatório, na ordem cronológica de apresentação, sem privilégio sobre os demais créditos, preservados seus valores reais e acrescidos de juros.

§ 7º Estarão sujeitos ao regime do precatório os créditos judiciais relativos a vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos alcançados por decisão judicial com efeito vinculante, da qual não foram parte, cabendo aos interessados, individualmente ou em grupo, habilitarem-se perante o Tribunal competente, que deverá requerer ao ente público acionado informações sobre a situação jurídica dos habilitandos e o montante devido, podendo, em caso de controvérsia, ouvir os habilitandos antes de decidir.



§ 8º O descumprimento das disposições deste artigo por qualquer autoridade ou servidor, será punido na forma da lei, sem prejuízo das sanções civis e administrativas cabíveis.

§ 9º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”

Art. 8º As alíneas “b” e “d” do inciso I do art. 102 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. ....

I – ....

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros; os membros do Conselho Nacional de Justiça e o Procurador-Geral da República;

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do próprio Supremo Tribunal Federal;

Art. 9º É acrescentada ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal a seguinte Seção III, renumerando-se as demais:

### “Seção III DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Art. 104. O Conselho Nacional de Justiça, com jurisdição sobre todo o Poder Judiciário do País, compõe-se de quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal, quatro Ministros do Superior Tribunal de Justiça, quatro Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, um Ministro do Superior Tribunal Militar, um juiz dos Tribunais Regionais Federais, um juiz dos Tribunais Regionais do Trabalho, três Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e três juristas, todos com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 1º Os membros do Conselho serão escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto:

**I – pelo Supremo Tribunal Federal:**

- a) três, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) dois, indicados dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, em listas tríplices elaboradas, respectivamente, pelo Ministério Público da União e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dentre magistrados originários das classes;
- c) um, dentre os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, indicados em lista tríplice pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dentre magistrados originários da classe;
- d) os Desembargadores dos Tribunais de Justiça, para as vagas remanescentes que corresponderem a estes após a escolha prevista nas alíneas “c” e “d”, dentre magistrados nomeados através de concurso público;
- e) os três juristas, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e idoneidade moral;

**II – pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) para as duas vagas remanescentes que lhe corresponderem, dentre magistrados nomeados através de concurso público;
- b) para a vaga de juiz dos Tribunais Regionais Federais, dentre os indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais;

**III – pelo Tribunal Superior do Trabalho:**

- a) para as vagas remanescentes que lhe corresponderem após as escolhas previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso I, dentre magistrados nomeados através de concurso público;
- b) para a vaga de juiz dos Tribunais Regionais do Trabalho, dentre os indicados uninominalmente pelos respectivos Tribunais;

**IV – pelo Superior Tribunal Militar, para a vaga que lhe corresponde.**



§ 2º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações e escolhas previstas no parágrafo anterior, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 3º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o integra como membro nato.

§ 4º Compete ao Conselho, além de outras atribuições que lhe forem concedidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

III – conhecer das reclamações contra membros do Poder judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos Tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, recomendar a remoção, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – propor, quando cabível, ação judicial de perda do cargo;

V – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração da justiça ou de abuso de autoridade;

VI – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VII – fiscalizar a observância das normas constitucionais sobre os limites de remuneração;

VIII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, devendo integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.”.



§ 5º O Conselho escolherá, entre seus membros, em votação secreta, um Ministro-Corregedor, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – exercer funções executivas do Conselho e de inspeção e correção geral;

II – designar magistrados, mediante requisição, cometendo-lhes o exercício de suas atribuições, inclusive nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e requisitar servidores de juizes ou de Tribunais;

III – praticar atos que lhe forem autorizados pelo Conselho.

§ 6º Junto ao Conselho funcionarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º Poderão dirigir-se ao Conselho, sobre qualquer matéria de sua competência:

I – os Tribunais;

II – o Procurador-Geral da República;

III – o Advogado-Geral da União;

IV – o Defensor Público-Geral da União;

V – o Procurador-Geral de Justiça do Estado ou do Distrito Federal;

VI – o Procurador-Geral ou o Advogado-Geral do Estado ou do Distrito Federal;

VII – o Defensor Público-Geral do Estado ou do Distrito Federal;

VIII – o Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.”

Art. 10. O art. 128 da Constituição Federal, renumerado na forma do artigo anterior, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129. ....

### III – o Conselho Nacional do Ministério Público.

#### § 5º

#### I –

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de três quintos de seus membros, assegurada ampla defesa;

#### II –

f) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo, e que violem o interesse público e o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas;

g) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, inclusive para fins de moradia ou subsistência, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º O membro do Ministério Público perderá ainda o cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, tomada pelo voto de três quintos de seus membros, nos casos de:

I – infração ao disposto no inciso II do parágrafo anterior;

II – negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo;

III – procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

§ 7º O Poder Público responderá pelos danos que os membros do Ministério Público causarem, no exercício de suas funções, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou fraude.”



Art. 11. É acrescentado à Constituição Federal, renumerando-se os demais, o seguinte art. 130:

“Art. 130. O Conselho Nacional do Ministério Público, com sede na capital federal e jurisdição sobre todo o Ministério Público do País, compõe-se de quatro membros originários do Ministério Público da União, quatro outros do Ministério Público dos Estados, e três juristas, estes com mais de trinta e cinco anos de idade, todos com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 1º Os membros do Conselho são:

I – o Procurador-Geral da República, que o preside como membro nato, e quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelos seus ramos;

II – quatro membros dos Ministérios Públicos dos Estados, escolhidos pelo Procurador-Geral da República dentre os indicados uninominalmente pelos respectivos Ministérios Públicos;

III – três juristas, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados, um pelo Presidente da República, um pelo Senado Federal e um pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Compete ao Conselho, além de outras atribuições que lhe forem concedidas pela lei referida no § 5º do art. 129:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pelo cumprimento das suas leis orgânicas, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos de natureza não institucional praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo revê-los, desconstituí-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

III – conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço, recomendar a remoção e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – propor, quando cabível, ação judicial de perda do cargo contra membro do Ministério Público da União e dos Estados;



V – representar ao Ministério Público competente, no caso de crime contra a administração da justiça ou de abuso de autoridade;

VI – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União e dos Estados julgados há menos de um ano;

VII – fiscalizar a observância das normas constitucionais sobre limites de remuneração;

VIII – elaborar relatório anual, que integrará a mensagem prevista no inciso XI do art. 84, sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, propondo as providências que julgar necessárias.”.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor Nacional, dentre os membros oriundos do Ministério Público da União, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I – exercer funções executivas do Conselho e de inspeção e correção geral;

II – designar membros do Ministério Público, mediante requisição, cometendo-lhes o exercício de suas atribuições, inclusive nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público;

III – praticar atos que lhe forem autorizados pelo Conselho.

§ 6º Junto ao Conselho funcionará o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º Poderão dirigir-se ao Conselho, sobre qualquer matéria de sua competência:

I – os Tribunais;

II – o Advogado-Geral da União;

III – o Defensor Público-Geral da União;

IV – os Procuradores-Gerais dos ramos do Ministério Público da União,

V – o Defensor Público-Geral do Estado ou do Distrito Federal

VI – o Procurador-Geral de Justiça do Estado;

VII – o Procurador-Geral ou o Advogado-Geral do Estado ou do Distrito Federal;

**VIII – o Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.”**

Art. 12. É acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 76, com a seguinte redação:

“Art. 76. Ressalvados os créditos de natureza alimentícia, os precatórios cujos direitos de crédito têm origem em fatos ocorridos até 31 de dezembro de 1994 poderão ser liquidados por meio de Obrigações da Dívida Pública especialmente emitidas para esse fim pelos respectivos Tesouros, livremente negociáveis, com vencimento de até 20 anos, com cláusula de preservação do valor real, juros e demais condições financeiras a serem definidos em lei.

§ 1º Os créditos objeto de acordos efetivados pelas entidades devedoras e homologados judicialmente também poderão ser liquidados sob a forma do *caput* deste artigo.

§ 2º As obrigações da dívida pública previstas no *caput* deste artigo poderão, integral ou parcialmente, ser utilizadas pelo credor ou cessionário, como se moeda fossem, pelo seu valor de mercado, no pagamento para a entidade devedora:

I – em leilões judiciais;

II – por privatizações de empresas por aquela controladas direta ou indiretamente, nos limites fixados em lei, não inferiores a dez por cento do total licitado, prevalecendo, em qualquer hipótese, o disposto no respectivo edital;

III – por alienações de suas participações acionárias, nas mesmas condições do inciso anterior;

IV – por concessões de serviços públicos onde aquela, ou sua autarquia, seja o poder concedente ou onde a entidade devedora sobre este exerça o controle acionário, nas mesmas condições do inciso II;

V – em pagamento de impostos, taxas e contribuições devidos pelo credor ou por terceiros à entidade devedora, desde que já exigíveis até 31 de dezembro de 1994.

§ 3º O Presidente do Tribunal, diante do não pagamento das obrigações da dívida pública especialmente emitidas para pagamento de precatórios, quando de seu vencimento, determinará o seqüestro de verba suficiente à satisfação integral do débito.



§ 4º Até que seja editada a lei de que trata o § 5º do art. 100 da Constituição, o limite para pagamento dos créditos de natureza alimentícia será de trinta e seis salários mínimos para cada alimentando, vigentes à época da liquidação.”

Art. 13. O Conselho Nacional de Justiça será instalado no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Emenda Constitucional, devendo as indicações e escolhas de seus membros ser efetuadas até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolhas dentro do prazo fixado no *caput* deste artigo, caberá ao Supremo Tribunal Federal realizá-las.

§ 2º O Conselho, enquanto não advier o Estatuto da Magistratura, disciplinará, mediante resolução, o seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor.

Art. 14. O Conselho Nacional do Ministério Público será instalado no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Emenda Constitucional, devendo as indicações e escolhas de seus membros ser efetuadas até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolhas dentro do prazo fixado no *caput* deste artigo, caberá ao Procurador-Geral da República realizá-las.

§ 2º O Conselho, enquanto lei não dispuser a respeito, disciplinará, mediante resolução, o seu funcionamento e definirá as atribuições do Corregedor Nacional.

Art. 15. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda Constitucional busca introduzir mecanismos de otimização e complementação da regulação constitucional do Poder Judiciário.

A proibição de indicação dos membros da direção de órgãos de classe para ocupar as vagas reservadas nos Tribunais às respectivas categorias tem por fim evitar um domínio excessivo das referidas entidades sobre o processo de seleção. Um tal excesso possui a consequência prática de inviabilizar o acesso a tais vagas para aqueles membros das categorias excluídos da direção dos respectivos órgãos de representação de classe. O risco real de que parcelas subrepresentadas junto aos órgãos de classe fiquem excluídas da composição dos Tribunais decorre mesmo da relevante participação daquelas entidades no processo de indicação disciplinado pelo art. 94 da Constituição Federal. Na medida em que os membros da direção de órgãos de representação de classe encontrem-se impedidos, pelo prazo de dois anos, de obterem tais indicações queda inviabilizado um processo endógeno de



subrepresentação das minorias em cada categoria, de patrimonialização do acesso a cargos públicos, de violação do princípio da isonomia e da desconsideração do mérito individual em nome do domínio burocrático das entidades corporativas.

A seu turno, a introdução de disposição que estabelece período de proibição de exercício da advocacia para egressos da magistratura opera no sentido de ampliar a efetividade do princípio constitucional da impessoalidade no exercício dos Poderes Públicos. Com efeito, a condição de ex-membro da judicatura ou mesmo de determinado Tribunal confere ao advogado um *status* informal e diferenciado junto aos órgãos judiciais perante os quais virá a defender interesses privados, comprometendo a absoluta imparcialidade, a igualdade de meios entre as partes e convicção racional do juiz que devem presidir os procedimentos e pronunciamentos judiciais. O caráter temporário da restrição permite, por fim, seja mantida em níveis razoáveis a mitigação dos efeitos indesejáveis do exercício da advocacia por ex-magistrados.

A proibição da cobrança de custas e emolumentos judiciais para fins diversos do custeio dos respectivos serviços constitui um imperativo do livre acesso à justiça e da ampliação de sua efetividade e alcance. A garantia de proteção judiciária (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) exige custos mínimos para valer-se o indivíduo da tutela jurisdicional e, do mesmo modo, impõe sejam tais recursos empregados no aumento da eficiência e da universalidade da jurisdição. Na medida em que tais recursos assumem valores excessivos (em razão de se destinarem a fins múltiplos ou paralelos) ou não são empregados nas atividades precípuas a que destinados, o objetivo de democratização do acesso à justiça e a busca de celeridade, eficiência e correção na atuação dos órgãos judiciais queda comprometida. Posto isso, a alteração proposta assume contornos de uma irrecusável concretização do princípio do Estado de Direito.

A sistemática adotada no presente projeto para o processamento dos precatórios segue os seguintes parâmetros básicos:

1. A entidade acionada judicialmente inclui em seu orçamento todos os precatórios recebidos até 1º de julho do ano anterior;
2. Se a soma total dos precatórios, caso incluídos no orçamento, implicar na impossibilidade da efetuação de gastos de manutenção e de pagamento de pessoal, a entidade observará a ordem cronológica de recebimento dos precatórios para incluí-los até o limite de 30% de seu orçamento;
3. Iniciado o ano, a entidade repassará ao Tribunal que deve efetuar o pagamento dos precatórios, um duodécimo do total previsto no orçamento para pagamento dos precatórios; e
4. O Tribunal irá pagando os precatórios, na ordem cronológica em que foram apresentados, dando prioridade, no entanto, àqueles que tenham caráter alimentício, respeitada a ordem cronológica destes entre si.

A limitação orçamentária relativa ao pagamento de precatórios é necessária, com vistas a que o pagamento de créditos judiciais não venha a comprometer o próprio funcionamento do órgão público. O limite de 30% leva em conta a diretriz estabelecida pela Lei Complementar nº 82/95, que exigiu que todos os órgãos públicos limitassem seus gastos com pessoal a 60% do orçamento, o que não tem sido fácil. Se contarmos com os gastos de manutenção de equipamentos e funcionamento de serviços, mais 10%, no mínimo, deverão ser garantidos às entidades.



O crédito de natureza alimentícia passa a ser especificado tanto pela origem como pelo montante, conjugando-se os dois fatores, de forma a só se enquadrar nessa figura aqueles que, pela sua natureza, efetivamente representem a subsistência do exequente. Daí que o limite fixado tenha sido o de 36 salários mínimos, ou seja, 3 salários mínimos mensais, pouco acima do patamar salarial do serviço público, que é de R\$218,74 (quase 2 salários mínimos) para o vencimento básico, sem contar as vantagens pessoais.

Quanto à submissão ao regime do precatório, dos créditos decorrentes de decisões do STF com efeito vinculante, optou-se por atribuir aos interessados o ônus de se habilitarem perante o Tribunal competente, por ser a mais segura. A outra alternativa seria que a própria entidade remetesse ao Tribunal a listagem de todos os demais servidores em condições idênticas às dos que obtiveram o pronunciamento definitivo do STF, com os montantes devidos a cada um. Tal alternativa, no entanto, implicaria na necessidade de se fixar um momento preciso para a obrigação da entidade fornecer ao tribunal a listagem: a publicação do acórdão ou uma notificação específica do STF. Optou-se então pela fórmula descrita no texto.

A proposta prevê ainda a adoção do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Tais mecanismos de fiscalização dos Poderes Públicos constituem corolários do princípio do Estado Democrático de Direito, infenso à ausência de controles sobre o exercício do poder. A ausência de uma necessidade originária e permanente de legitimação pelo voto popular – incompatíveis com o acesso mediante concurso público e com a garantia da vitaliciedade – impõe aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público um dever adicional de transparência e responsabilidade (*accountability*). Não se cuida, portanto, de um controle sobre o mérito das decisões judiciais, mas antes de um controle administrativo e disciplinar apto a opor-se ao uso de prerrogativas públicas isento de responsabilidade.

A existência de uma divisão funcional de poderes não constitui óbice à adoção de mecanismos de controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário. Com efeito, tais controles jamais incidirão sobre o mérito das decisões judiciais e, pela própria composição dos referidos Conselhos, não representa uma ingerência dos demais Poderes sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público. De resto, a própria sistemática constitucional de “freios e contrapesos” – “*checks and balances*” – impede uma interpretação absoluta, extremada e desintegradora da divisão de Poderes. Em verdade, a existência de mecanismos de controle administrativo e disciplinar sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público vincula-os antes ao dever de transparência e prestação de contas frente ao titular do poder constituinte – isto é, o povo soberano – e não antes a qualquer outro Poder Público.

Identificam-se, esquematicamente, três modelos de organização do poder judicial. Naquele em que o Poder Judiciário encontra-se sujeito ao governo, verificando-se ou a ineficácia ou a submissão dos membros da Magistratura. No modelo corporativo, ampliam-se, com a autonomia dos órgãos e de cada membro individual do Poder Judiciário, a fragmentação e o risco de irresponsabilidade no exercício da função judicial. Mauro Cappelletti refere-se ao modelo de responsabilização social, em que se “procura combinar razoável medida de responsabilidade política e social com razoável medida de responsabilidade jurídica, em todos os seus subtipos principais – penal, civil e disciplinar” (“Juizes Irresponsáveis?”, Porto Alegre, Sergio Fabris, 1989). Cumpre estabelecer, por conseguinte, uma ponderação justa e razoável entre os distintos princípios de independência e responsabilidade dos titulares do poder judicial. Tais conclusões são igualmente válidas para a atuação dos membros do Ministério Público.



A proposta sugere sejam evidenciadas a integração do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, nas estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público. Do mesmo modo, a composição dos referidos Conselhos evidencia tratar-se de órgão híbrido em que se assegura, sem prejuízo da representação preponderante dos membros da Magistratura, a participação de agentes a ela externos. Além de possibilitar a representação de todos os segmentos do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, a proposta permite a representação da própria sociedade civil em um órgão que, incorporado, às estruturas das instituições sob controle não se subordina a qualquer espécie de ingerência dos demais poderes pela via transversa do controle administrativo e disciplinar. A proposta prevê ainda instrumentos para garantir a imediata eficácia e atuação do mecanismo de controle, pois confere competência subsidiária para a realização das escolhas dos membros dos Conselhos.

As competências previstas para os Conselhos – sem prejuízo da competência legal residual – visam a dar eficácia aos princípios e à ordem geral que vigora para a Administração Pública e em especial para as respectivas instituições (incisos I, II e VII). As competências para conhecer de reclamações, avocar processos, rever processos disciplinares recentes e aplicar penalidades (incisos III, IV e VI) – inclusive para a proposição de ação de perda do cargo – buscam conferir eficácia às normas regulamentares e sanções incidentes sobre os membros do Poder Judiciário bem como transparência e isenção ao necessário controle. As representações ao Ministério Público nas hipóteses de crime contra a administração da justiça ou abuso de autoridade constitui um desenvolvimento da obrigação já constante do art. 40 do Código de Processo Penal. Por fim, os relatórios anuais constituem instrumento valioso de superação de problemas estruturais na prestação jurisdicional e elementos indispensáveis à harmonização da atuação dos órgãos e Poderes Públicos tal como previsto pelo parágrafo único do art. 2º da Constituição Federal.

O funcionamento dos Conselhos encontra-se associado à atuação dos Corregedores, daqueles que junto a eles funcionam (Procurador-Geral da República e/ou Presidente do Conselho Federal da OAB) e dos agentes legitimados a provocá-lo.

A disciplina das remoções, disponibilidade, aposentadoria e perda dos cargos prevê competência concorrente entre as instituições já oneradas com este mister e os Conselhos. Elecam-se, ademais, hipóteses taxativas de perda do cargo. Incluem-se também duas vedações relativas à percepção de vantagens alheias à remuneração prevista para o cargo e à violação do sigilo profissional – hipóteses já previstas no ordenamento em vigor, em particular na Lei nº 8.429/92 (arts. 9º e 11, VII) e no Código Penal (art. 325) bem como na tutela constitucional da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, X e LX).

A responsabilidade civil do Estado por atos judiciais constitui emanção inafastável do princípio da legalidade e da submissão do Estado (inclusive do Poder Judiciário) à ordem de direitos fundamentais. Em verdade, uma tal previsão de responsabilidade civil não é estranha a ordem vigente. Com efeito, encontram-se hipóteses expressas de indenização por erro judiciário (art. 5º, LXXV) e por dano (art. 37, § 6º) na Constituição Federal. De resto, o Código de Processo Civil já prevê hipótese de responsabilidade da autoridade judicial em caso de dolo ou fraude (art. 133, I).



Por fim, a concessão de foro privilegiado para o exame judicial dos atos dos Conselhos constitui uma decorrência necessária da função particular a que se encontra consagrado e da sistemática constitucional de distribuição de competência entre os Tribunais.

30/04/99  
DATA

  
ASSINATURA PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009635)

AUTOR: PAUDERNEY AVELINO

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
7 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
8 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
12 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
18 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
19 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
20 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
21 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
22 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
23 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
24 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
25 - B. SA	PI	PSDB
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CAIO RIELA	RS	PTB
28 - CARLOS MELLES	MG	PFL
29 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
30 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
31 - CELSO JACOB	R.T	PDT

32 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
33 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
34 - GIRO NOGUEIRA	PI	PFL
35 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
36 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
37 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
38 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
39 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
40 - DARCI COELHO	TO	PFL
41 - DARCÍSIO PERONDI	RS	PMDB
42 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
43 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
44 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
45 - DR. HELENO	RJ	PSDB
46 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
47 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
48 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
49 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
50 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
51 - ELTON ROHNELT	RR	PFL
52 - EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
53 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
54 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
55 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
56 - FATIMA PELAES	AP	PSDB
57 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
58 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
59 - FEU ROSA	ES	PSDB
60 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
61 - GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
62 - GERALDO MAGELA	DF	PT
63 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
64 - GILBERTO KASSAB	SP	PFL
65 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
66 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
67 - IRIS SIMOES	PR	PTB
68 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
69 - JAIME MARTINS	MG	PFL
70 - JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
71 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
72 - JOAO LEAO	BA	PSDB
73 - JOAO TOTA	AC	PPB
74 - JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
75 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
76 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
77 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
78 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
79 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
80 - JOSE GENOINO	SP	PT
81 - JOSE LINHARES	CE	PPB
82 - JOSE LOURENCO	BA	PFL
83 - JOSE MACHADO	SP	PT
84 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
85 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
86 - JOSE ROCHA	BA	PFL
87 - JOSE TELES	SE	PSDB
88 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB



89	- JUQUINHA	GO	PSDB
90	- JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
91	- LAEL VARELLA	MG	PFL
92	- LAVOISIER MAIA	RN	PFL
93	- LEO ALCANTARA	CE	PSDB
94	- LIDIA QUINAN	GO	PSDB
95	- LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
96	- LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
97	- LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
98	- LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
99	- LUIZ PIAUHYLIÑO	PE	PSDB
100	- MAGNO MALTA	ES	PTB
101	- MANOEL CASTRO	BA	PFL
102	- MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103	- MARCIO FORTES	RJ	PSDB
104	- MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
105	- MARCUS VICENTE	ES	PSDB
106	- MARIA ABADIA	DF	PSDB
107	- MARINHA RAUPP	RO	PSDB
108	- MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
109	- MARISA SERRANO	MS	PSDB
110	- MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
111	- MEDEIROS	SP	PFL
112	- MILTON MONTI	SP	PMDB
113	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
114	- MORONI TORGAN	CE	PSDB
115	- MUSSA D'EMES	PI	PFL
116	- NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
117	- NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
118	- NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
119	- NELSON OTOCH	CE	PSDB
120	- NELSON TRAD	MS	PTB
121	- NEUTON LIMA	SP	PDT
122	- NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
123	- NILO COELHO	BA	PSDB
124	- ODELMO LEAO	MG	PPB
125	- OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
126	- OSVALDO BIELCHI	RS	PMDB
127	- PASTOR AMARILDO	TO	PPB
128	- PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
129	- PAULO FELJO	RJ	PSDB
130	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
131	- PAULO LIMA	SP	PMDB
132	- PAULO OCTAVIO	DF	PFL
133	- PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
134	- PEDRO CHAVES	GO	PMDB
135	- PEDRO HENRY	MT	PSDB
136	- PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
137	- PEDRO VAIADARES	SE	PSB
138	- PEDRO WILSON	GO	PT
139	- POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
140	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
141	- RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
142	- RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
143	- RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
144	- RICARDO BARROS	PR	PPB
145	-	ES	PSDB



146 - RICARDO IZAR	SP	PPB
147 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
148 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
149 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
150 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
151 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
152 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
153 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
154 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
155 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
156 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
157 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
158 - SANTOS FILHO	PR	PFL
159 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
160 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
161 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
162 - SERGIO REIS	SE	PSDB
163 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
164 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
165 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
166 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
167 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
168 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
169 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
170 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
171 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
172 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
173 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
174 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
175 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
176 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
177 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
178 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 178      REPETIDAS: 25  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 203

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
3 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
4 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
5 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
6 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
7 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
8 - DR. HELENO	RJ	PSDB
9 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
10 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
11 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
12 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
13 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
14 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
15 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
16 - NEUTON LIMA	SP	PDT

17 - PAUDERNEY AVELINO  
 18 - PAULO KOBAYASHI  
 19 - PAULO KOBAYASHI  
 20 - RODRIGO MAIA  
 21 - SANTOS FILHO  
 22 - SERGIO CARVALHO  
 23 - URSICINO QUEIROZ  
 24 - VALDOMIRO MEGER  
 25 - XICO GRAZIANO

AM PFL  
 SP PSDB  
 SP PSDB  
 RJ PFL  
 PR PFL  
 RO PSDB  
 BA PFL  
 PR PFL  
 SP PSDB

USO EXCLUSIVO  
 DA COMISSÃO

EMENDA Nº

036-CE, 99

CLASSIFICAÇÃO

PROPOSIÇÃO

COMISSÃO: ESPECIAL "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" - PEC 96/92

AUTOR: DEPUTADO(A) LUIZ CARLOS HAULY

PARTIDO

PSDB

UF

PR

PÁGINA

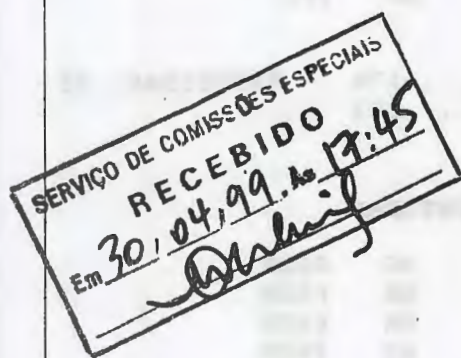
1/21

### TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dispõe sobre os tribunais e a justiça federal, regula a admissibilidade de recursos junto aos tribunais, transfere para o Supremo Tribunal Federal competência no procedimento de intervenção federal, reestrutura a competência dos tribunais, altera a competência originária para apreciação das ações coletivas, ações civis públicas e ações populares, institui os incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência, a transcendência para apreciação de recursos de natureza extraordinária e a súmula com efeito vinculante nos tribunais superiores, regula os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, altera a iniciativa para a propositura de ações diretas de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, amplia as possibilidades de controle de constitucionalidade de atos municipais, distritais e federais, dispõe sobre a Justiça Estadual e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do art. 36 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação suprimindo-se o inciso IV:





"Art. 36. ....

III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII e no caso de recusa à execução de lei federal

.....".

Art. 2º O artigo 96 da Constituição Federal passa a vigorar com nova redação ao inciso III, passando o atual inciso III a inciso V, e acréscimo do inciso IV e dos §§ 1º, 2º e 3º, como segue:

"Art. 96. Compete privativamente:

.....

III - ao Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, e aos tribunais superiores, em matéria infraconstitucional, editar, mediante o voto de dois terços dos seus membros, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário submetidos à sua jurisdição e à administração pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento;

IV - ao Supremo Tribunal Federal e aos tribunais superiores processar e julgar as reclamações para a preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial e anular o ato administrativo reclamado;

.....

§ 1º A lei estabelecerá, em relação ao Supremo Tribunal Federal e aos tribunais superiores:

a) os pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência, admitindo-se seleção das causas a serem decididas, segundo critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica;

b) os casos de edição de súmulas vinculantes e o procedimento a ser observado para sua edição, revisão e cancelamento; e

c) o incidente de uniformização de jurisprudência em torno do direito constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, e quanto ao direito federal, perante o Superior Tribunal de Justiça, no que concerne às decisões dos juizados especiais.

§ 2º Ao Supremo Tribunal Federal e aos tribunais superiores é facultada a iniciativa de lei de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º As ações de improbidade intentadas contra autoridades que gozem de privilégio de foro previsto nesta Constituição serão apreciadas pelo órgãos judiciais competentes para julgar essas mesmas autoridades nos crimes comuns".



Art. 3º As alíneas "a", "c" e "d" do inciso I, "a" do inciso II, e o *caput* e alínea "c" do inciso III, todos do art. 102, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. ....

I - .....

a) a ação direta de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante;

b) .....

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e os membros dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Contas da União;

d) o *habeas corpus* sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

.....

II - .....

a) o *habeas corpus* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

.....

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais, quando a decisão recorrida:

.....

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição ou de lei federal".

Art. 4º Ficam suprimidas as alíneas "g" e "h" do inciso I do art. 102, reordenando-se alfabeticamente as demais alíneas que se lhes seguem.

Art. 5º O art. 103 passa a vigorar com nova redação de seu *caput* e dos §§ 3º e 4º e acrescido do seguinte inciso VII, renumerando-se os demais, como segue:

"Art. 103. Podem propor a ação direta de constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

.....

## VII - o Advogado-Geral da União;

§ 3º Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

§ 4º Suscitada, em determinado processo, relevante controvérsia constitucional, que acarrete grave insegurança jurídica, incluída a arguição de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal anterior à Constituição, o Supremo Tribunal Federal, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput deste artigo, poderá processar o incidente e determinar a suspensão do processo a fim de proferir decisão com efeito vinculante exclusivamente sobre a matéria constitucional”.

Art. 6º As alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 105, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se as alíneas “i”, “j” e “k” ao inciso I, e a alínea “d” ao inciso II:

“Art. 105. ....

I - ....

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e, nestes e nos de responsabilidade, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais e outras autoridades a que lei complementar atribua prerrogativa de foro;

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, do Tribunal de Contas da União e do próprio Tribunal ou de autoridade federal a que lei complementar atribua prerrogativa de foro;

i) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;

j) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

k) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, salvo previsão diversa em tratados firmados pelo Brasil;

II - ....

d) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, decididas originariamente pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios”.

Art. 7º Acrescenta-se a seguinte alínea “f” ao inciso I do art. 108:

“Art. 108. ....

I - ....

f) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária.

.....”

Art. 8º Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 114:

“Art. 114. ....

§ 4º As ações civis públicas em matéria trabalhista são da competência originária dos Tribunais Regionais do Trabalho, quando a abrangência da lesão ultrapassar a área territorial de jurisdição de uma mesma Junta de Conciliação e Julgamento, e do Tribunal Superior do Trabalho quando a abrangência da lesão ultrapasse o âmbito jurisdicional dos Tribunais Regionais”.

Art. 9º O § 2º do art. 125 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 125. ....

.....

§ 2º Cabe aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, ou distritais, ante a Lei Orgânica do Distrito Federal, respectivamente, bem como de incidente de inconstitucionalidade, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”.

Art. 10. Acrescenta-se o seguinte art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. 76. Enquanto não editada a lei a que se refere o § 1º do art. 96, caberá aos regimentos internos do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores a regulamentação dos requisitos e procedimento para a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante, bem como o estabelecimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de suas respectivas competências”.

Art. 11. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

1. A situação atual do sistema judiciário nacional é de crise, tanto pelo elevado número de processos que deve solucionar, como pela intrincada estrutura procedimental e recursal que ostenta, incapaz já de ofertar celeridade ou segurança jurídica às questões que visa a dirimir.

A sobrecarga de processos que o Supremo Tribunal tem atualmente, chegando a mais de 50.000 processos julgados em 1998, numa média de quase 5.000 processos para cada um de seus 11 Ministros, em demandas que alcançam quase 90% de matérias repetitivas, deixa cada vez mais patente a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal adquira os contornos claros de uma Corte Constitucional, exercendo, na medida do possível, a função exclusiva de intérprete máximo e guardião mor da Constituição Federal, desvencilhando-se, dessarte, de competências outras que ora lhe são atribuídas, sem que digam respeito direto a matéria constitucional.

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho encontram-se em situação de inviabilidade do exercício da atividade jurisdicional. Em regime de esforço concentrado, o STJ julgou mais de 85.000 processos em 1998 e o TST quase 112.000. No entanto, começaram o ano de 1999 com equivalente número de processos pendentes de julgamento, situação que coloca os órgãos de cúpula do Poder Judiciário à beira de um colapso, se medidas urgentes não forem tomadas para racionalizar o sistema judicial brasileiro.

A recente Lei 9.756/98, aprovada no final do ano passado pelo Congresso Nacional, deve contribuir para simplificar a tramitação dos recursos nos tribunais superiores a partir deste ano de 1999. No entanto, não é suficiente para desafogar essas Cortes do volume de processos que supera sua capacidade de apreciação e julgamento.

A crise estrutural do modelo existente exige, pois, reformas estruturais, visando, no que concerne aos tribunais superiores, à diminuição do número de causas que lhes são submetidas a julgamento, de modo a que possam ser melhor debatidas aquelas que efetivamente dependem de um pronunciamento inovador das Cortes Superiores. A continuarem funcionando com o volume de processos ora existentes, as Cortes Superiores estão ameaçadas de entrarem num colapso operacional sem precedentes, pois já se torna fisicamente impossível para um número limitado de magistrados apreciar milhares de causas mensalmente.

A presente Proposta de Emenda Constitucional coincide, em parte, com alguns tópicos da PEC nº 96/92, que ora tramita na Câmara, referente à Reforma do Judiciário, distinguindo-se, no entanto, por albergar apenas as medidas de maior urgência para o funcionamento adequado do Poder Judiciário, a par de dar a essas medidas um caráter mais abrangente. Muitas das propostas formuladas no presente projeto já constavam do relatório do então deputado NELSON JOBIM, quando da revisão constitucional, não chegando a ser apreciadas pelo Congresso Revisor. Foram, posteriormente, incorporadas no substitutivo do deputado JAIRO CARNEIRO, que ora tramita no Congresso. Em relação a este último, o presente projeto trouxe uma abordagem seletiva das medidas mais necessárias para imediata adoção, sob pena de se inviabilizar o funcionamento dos Tribunais Superiores, especialmente o STF, caso não sejam implementadas.

Assim, a espinha dorsal do projeto está constituída basicamente por cinco medidas de fundamental importância para, em curto prazo, dotar o Poder Judiciário, em seus órgãos de cúpula, da agilidade necessária para o efetivo cumprimento de sua missão constitucional:



a) conferir efeito vinculante às súmulas dos tribunais superiores;

b) possibilitar a adoção de critérios de transcendência social, econômica, política ou jurídica na seleção das causas a serem decididas pelos tribunais superiores, ressaltando a natureza extraordinária dos recursos por eles apreciados;

c) retirar do Supremo Tribunal Federal algumas das atribuições não ligadas à função precípua de interpretação do texto constitucional;

d) aperfeiçoar o sistema de controle de constitucionalidade das leis, dando-lhe maior celeridade, eficácia e segurança jurídica; e

e) valorizar as ações coletivas, de forma a permitir a concentração de demandas, atribuindo sua apreciação originária aos tribunais, conforme a abrangência da lesão.

2. Em relação ao primeiro objetivo, a emenda visa a estender também aos tribunais superiores – STJ, TST e TSE – a prerrogativa de editar súmulas com efeito vinculante, pois a Proposta de Emenda Constitucional nº 96, de 1992, que ora tramita na Câmara, referente à reforma do Poder Judiciário, contempla apenas a súmula com efeito vinculante editada pelo STF, quando se verifica a necessidade de que também em matéria infra-constitucional possam os órgãos de cúpula do Poder Judiciário, nas suas respectivas esferas, conformar em caráter vinculante, o ordenamento legal, de forma a desafogar o Judiciário da avalanche de recursos sobre matérias já pacificadas, onde as instâncias inferiores deixam de observar o que já se encontra definido pelos Tribunais Superiores.

Dado que a atribuição de efeito vinculante a súmula de tribunal equivale a elevá-la à condição de fonte formal de direito, à semelhança da lei, necessário se faz que haja disciplina legal sobre o procedimento a ser seguido para sua edição, revisão ou cancelamento, mormente no que se refere à fixação da titularidade para postular a edição ou cancelamento das súmulas. Por outro lado, dada a necessidade urgente, para desafogamento do Judiciário, da adoção da sistemática do efeito vinculante às súmulas, atribui-se, na proposta, desde já, a competência para os tribunais superiores disciplinarem, nos seus âmbitos, o referido procedimento, até que seja editada a lei regulamentadora do preceito constitucional em tela.

Atribuída força vinculativa às súmulas dos tribunais superiores, transformando-as em fontes formais do direito, é recomendável que possam sofrer o controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal contra qualquer ato normativo federal ou estadual, através da ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade.

Esta última ação (ADC), para que haja uniformidade no sistema, passa a ter o mesmo tratamento da ADIN quanto ao rol dos legitimados e atos normativos passíveis de exame, uma vez que, dada a idêntica natureza das sentenças nelas proferidas, não se justifica a limitação de hipóteses e entidades legitimadas para a propositura da ADC.

Com a introdução da súmula vinculante para as decisões dos tribunais superiores, necessário se faz que também os demais tribunais superiores, além do STF e STJ, possam receber reclamações para preservação de suas competências e garantia da autoridade de suas decisões. Daí a introdução da reclamação para o TST, TSE e STM.



3. Quanto ao segundo objetivo, a natureza de instância extraordinária ostentada pelos órgãos de cúpula da Justiça brasileira (STF, STJ e TST), deve ser ressaltada, à semelhança da Suprema Corte americana, na qual lhes caberia eleger os processos que apreciará.

Sendo o duplo grau de jurisdição uma garantia do cidadão, no sentido de obter a revisão, por um órgão colegiado, da decisão proferida em juízo monocrático, temos, no entanto, os recursos de natureza extraordinária como uma garantia da federação, de ter seu ordenamento respeitado uniformemente em todo o território nacional. Daí a possibilidade de examinarem exclusivamente aquelas causas que, por sua transcendência social, econômica, política ou jurídica, estivessem exigindo um pronunciamento específico das Cortes Superiores, de forma a dar aos juízes e Cortes de Justiça o balizamento na interpretação da Constituição e do direito federal.

A proposta de emenda deixa à lei a especificação desses critérios de transcendência, introduzindo, no entanto, o instituto, à semelhança da antiga arguição de relevância do recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, que deverá ter contornos distintos e simplificados, sem a duplicidade de autos que o modelo anterior ostentou, burocratizando o que deveria representar simplificação processual.

4. No que concerne ao terceiro objetivo, ligado à cristalização do Supremo Tribunal Federal como corte eminentemente constitucional, o projeto opera a transferência para o Superior Tribunal de Justiça das competências originárias do STF que não digam respeito diretamente a matéria constitucional. Nesse rol se encontram os processos de extradição solicitada por Estado estrangeiro, a homologação das sentenças estrangeiras, a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, o julgamento dos chefes de missão diplomática nas infrações penais comuns, bem como os mandados de segurança e *habeas data* contra atos do TCU, estes últimos para evitar que haja tratamento diferenciado na exegese da legislação infra-constitucional quando o mesmo ato for impugnado pela via ordinária, chegando ao STJ a questão e dele não passando.

Por outro lado, a competência atual do STJ para apreciar, em recurso especial, decisão de tribunal inferior que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal, envolve, na verdade, questão de natureza constitucional, ligada às competências legislativas dos entes políticos, razão pela qual a solução da controvérsia deve ser veiculada no recurso extraordinário e não no especial. Daí a transferência de competência, nessa matéria, do STJ para o STF.

Importante acréscimo diz respeito a modificação tópica que se faz necessária diante da realidade atual: possibilitar a delegação da competência da concessão de *exequatur* a sentenças estrangeiras para juízes singulares, quando prevista em tratados internacionais firmados pelo Brasil, conforme vem acontecendo no âmbito do Mercosul, de forma a facilitar a integração regional também no âmbito processual.

Quanto à previsão de foro especial para autoridades graduadas da República, a proposta inclui a possibilidade de que lei complementar contemple outras autoridades que mereçam o foro especial, pela elevado grau de responsabilidade que suas funções acumulam, como podem ser, v.g., os casos do Presidente do Banco Central ou o Secretário da Receita Federal.

5. No tocante ao quarto objetivo do projeto, a proposta prevê a legitimação ativa do Advogado-Geral da União para propor tanto a ação direta de inconstitucionalidade como a ação declaratória de



constitucionalidade, pois, em muitos casos, o projeto de lei aprovado pelo Congresso, merece reparos por parte do Poder Executivo, cujo braço jurídico natural é a Advocacia-Geral da União. Se o Advogado-Geral da União passa a ser titular da ação direta de inconstitucionalidade, não pode ser, concomitantemente, defensor natural da lei impugnada. Assim, os §§ 3º e 4º do art. 103 da Constituição, perdem o sentido, em face do caput e incisos do referido artigo.

A proposta autoriza ainda o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, a restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou de estabelecer que ela tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, desde que tal deliberação seja tomada pela maioria de dois terços de seus membros.

Tal exceção ofertada à Suprema Corte é de uso restrito e deve, efetivamente, existir, uma vez que há muitos casos em que a declaração de inconstitucionalidade *ex tunc* acarreta seríssimos problemas para o mundo jurídico, dada a impossibilidade fática de se retornar ao *statu quo ante*.

As experiências das Cortes Supremas dos Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Portugal diante desse problema, estabelecendo mecanismos que permitem o tratamento específico de situações que fogem ao molde tradicional da eficácia *ex tunc* servem de exemplo a ser seguido também pelo Brasil. Não fossem essas novas técnicas, as Cortes Constitucionais se veriam na impossibilidade de exercerem seu mister, dado o efeito mais danoso ao sistema com a decretação da inconstitucionalidade.

Assim, nos Estados Unidos, passou-se a admitir, após a Grande Depressão, a necessidade de se estabelecerem limites à declaração de inconstitucionalidade, mormente em processos criminais, onde é impossível restituir o indivíduo à sua situação anterior a uma condenação baseada em lei inconstitucional. A Suprema Corte Americana entendeu que “a Constituição nem proíbe nem exige efeito retroativo” (Case Linkletter v. Walker).

Na Alemanha, a Corte Constitucional adotou as fórmulas do “Apelo ao Legislador”, para afirmar que a lei estaria apenas em processo de inconstitucionalização, exigindo do legislador a correção, sem declarar de imediato a inconstitucionalidade, e da “Declaração de Inconstitucionalidade sem Pronúncia da Nulidade”, para considerar admissível a aplicação provisória da lei que teve a sua inconstitucionalidade declarada, visando evitar que da sua não-aplicação pudesse resultar vácuo jurídico intolerável para a ordem constitucional.

A própria Constituição Portuguesa, na versão da Lei Constitucional de 1982, consagrou fórmula semelhante à que ora se discute, segundo a qual, quando a segurança jurídica, razões de equidade ou interesse público de excepcional relevo o exigirem, poderá o Tribunal Constitucional fixar os efeitos da inconstitucionalidade ou da ilegalidade com alcance mais restrito do que o previsto em geral (art. 281). E na Espanha, embora a Constituição não tenha adotado instituto semelhante, a Corte Constitucional, marcadamente influenciada pela experiência constitucional alemã, passou a adotar, desde 1989, a técnica da “declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade”.



No caso do Brasil, o próprio Supremo Tribunal Federal tem reconhecido, em inúmeros casos, as insuficiências existentes no âmbito das técnicas de decisão no processo de controle de constitucionalidade adotadas em nosso país, deixando evidente que a declaração de nulidade não configura técnica adequada para a eliminação da situação inconstitucional nos casos de omissão legislativa. Uma cassação com efeitos *ex tunc* aprofundaria o estado de inconstitucionalidade.

Exemplo típico dessa realidade que ora podemos acrescentar foi a questão do regime jurídico a que estariam submetidos os servidores do Banco Central. O art. 192 da Constituição Federal remetia a lei complementar a regulamentação da organização, funcionamento e atribuições do Banco Central. A Lei 8.112/90, que instituiu o regime único no âmbito da administração pública federal, previu em seu art. 251 que, até a edição da referida lei complementar, os servidores do Banco Central continuariam regidos pelo regime celetista, não obstante se tratasse de uma autarquia.

Ora, o Supremo Tribunal Federal, apreciando a ADIN n. 449-2, julgou, em sessão plenária de 29/08/96, inconstitucional o referido artigo da Lei do Regime Único, em face do art. 39 da Lei Maior, considerando estatutários os servidores do Banco Central, dada a natureza autárquica da instituição (Rel. Min. CARLOS VELLOSO, *in* DJU de 22/11/96).

Diante da demora no pronunciamento do Supremo, quase 6 anos após a edição da Lei 8.112/90, muitas situações jurídicas se consolidaram, sendo necessária a edição imediata da Medida Provisória n.º 1.535, em 18 de dezembro de 1996, tratando do Plano de Carreira dos servidores do Banco Central e, especialmente, regulando as situações passadas: a) para considerar vantagens *pro labore facto* aquelas percebidas a mais pelos servidores cuja reclassificação importasse diminuição de vencimentos (art. 19); b) para considerar como vantagens pessoais as diferenças entre o percebido anteriormente e o devido de acordo com a nova tabela, para os que já se encontravam em exercício no Banco antes da decisão do Supremo (art. 20); e c) relativas aos depósitos do FGTS, contribuições para a previdência oficial e para a complementar, permitindo sua utilização após a apuração e acerto de contas com as instituições previdenciárias e os servidores do Banco (art. 21).

Assim, o que se verificou foi a impossibilidade de dar efeito *ex tunc* à decisão do Supremo, em face de sua demora no alterar o *statu quo ante*, quando já consolidadas situações fáticas no tempo, pois seria necessária a devolução de salários e contribuições de 6 anos, o que é praticamente impossível. A Medida Provisória então editada pelo governo veio a considerar a decisão da Suprema Corte como gerando efeitos *ex nunc*, o que já poderia, em caso como o presente, ser declarado pela própria Suprema Corte, liberando o Poder Legislativo e Executivo da tarefa urgente de regular as situações pretéritas, quando especialmente conturbadas pela decretação da inconstitucionalidade da lei.

Situação semelhante e que não permitiria sequer a atuação do Poder Legislativo na regulação dos efeitos práticos da declaração de inconstitucionalidade, seria aquela decorrente da inconstitucionalidade de lei eleitoral, reconhecida pela Suprema Corte apenas ao final do mandato de uma legislatura parlamentar. Seriam nulos todos os atos e leis editadas durante esse período? E quem poderia editar a nova lei eleitoral, se inexistente legislatura que discipline as novas eleições a serem realizadas, caso o sistema não atribua ao Poder Executivo, nessa matéria, competência legislativa supletiva?



Como se verifica através desses simples exemplos, se o efeito natural de uma decisão judicial é o de restabelecer o *statu quo ante*, o que ocorre normalmente nas demandas de caráter individual e concreto, onde se busca justamente a exclusão da incidência de determinada norma, o mesmo não se pode dizer, em caráter genérico, em relação ao controle abstrato de constitucionalidade das normas, mormente se consumado de forma dilatada no tempo, quando já se consolidaram atos e fatos de difícil restabelecimento em sua situação original. Daí a necessidade de se regularem, especificamente, através de pronunciamento próprio do STF, a extensão dos efeitos da declaração de nulidade da norma inconstitucional.

O projeto inclui, outrossim, o incidente de constitucionalidade a ser apreciado imediatamente pelo Supremo Tribunal Federal, quando suscitado em processo que se encontra em exame nas instâncias inferiores. Abrangeria tanto as arguições de inconstitucionalidade de ato normativo federal, estadual ou municipal, como outras questões de natureza constitucional que exigissem um pronunciamento pacificador célere da Suprema Corte.

O instituto apresenta vantagens em relação à ADIn e à ADC, na medida em que trazem ao STF a questão da constitucionalidade da lei em caso concreto e não apenas abstratamente, permitindo que o STF dissolva a dúvida existente já nos alvares da controvérsia, sem esperar que esta se agudize pela demora na ascensão do processo até a Suprema Corte.

O instituto destina-se, pois, a completar o complexo sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, permitindo que o Supremo Tribunal Federal possa dirimir, desde logo, controvérsia que, do contrário, daria ensejo certamente a um sem-número de demandas, com prejuízos para as partes e para a própria segurança jurídica.

Ressalte-se de imediato que, a despeito da aparente novidade, técnica semelhante já se adota entre nós desde 1934, com a chamada cisão funcional da competência, que permite que, no julgamento da inconstitucionalidade de norma perante Tribunais, o Plenário ou o Órgão Especial julgue a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade da norma, cabendo ao órgão fracionário decidir a espécie à vista do que restar assentado no julgamento da questão constitucional.

Sem dúvida, o incidente poderá ensejar a separação da questão constitucional para o seu julgamento, não pelo Pleno do Tribunal ou por seu Órgão Especial, mas, diretamente, pelo Supremo Tribunal Federal. Daí o inevitável símile com a técnica consagrada nos modelos de controle concentrado de normas, que determina seja a questão submetida diretamente à Corte Constitucional toda vez que a norma for relevante para o julgamento do caso concreto e o juiz ou tribunal considerá-la inconstitucional (Cfr. Constituição austríaca, art. 140; Lei Fundamental de Bonn, art. 100, I, e Lei orgânica da Corte Constitucional, §§ 13, nº 11 e 80 s.).

No entanto, ao contrário do que ocorre nos modelos concentrados de constitucionalidade, nos quais a Corte Constitucional detém o monopólio da decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei, o incidente de inconstitucionalidade não altera, em seus fundamentos, o sistema difuso de controle de constitucionalidade introduzido entre nós pela Constituição de 1891. Juízes e tribunais continuarão a decidir também a questão constitucional, tal como faziam anteriormente, cumprindo ao Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição, a uniformização da interpretação do Texto Magno mediante o julgamento de recursos extraordinários contra decisões judiciais de única ou última instância. Isto porque o incidente somente terá cabimento



em casos excepcionais, de relevante interesse público, nos quais a Corte Suprema proferiria decisão exclusivamente sobre a questão constitucional.

Assim, o novo instituto poderá permitir a antecipação de decisões sobre controvérsias constitucionais relevantes, evitando que elas venham a ter um desfecho definitivo após longos anos, quando muitas situações já se consolidaram ao arrefecimento da "interpretação autêntica" do Supremo Tribunal Federal. A experiência recente demonstra que, muitas vezes, temas polêmicos acabam sendo decididos de maneira açodada por juízes e tribunais ordinários, que optam por declarar a inconstitucionalidade de normas, reconhecidas, posteriormente, como legítimas pelo Supremo Tribunal Federal. A adoção do incidente de inconstitucionalidade propiciaria ao Supremo Tribunal Federal a oportunidade de conhecer das questões antes mesmo que se consolidem orientações ou interpretações outras, de difícil superação ou desfazimento.

O incidente de inconstitucionalidade proposto oferece também solução adequada para a difícil questão do controle de constitucionalidade da lei municipal em face da Constituição Federal. Os embaraços que se colocam à utilização da ação direta de inconstitucionalidade contra a lei municipal perante o Supremo Tribunal Federal, até mesmo pela impossibilidade de se apreciar o grande número de atos normativos comunais, poderão ser afastados com a introdução desse instituto, que permitirá ao Supremo Tribunal Federal conhecer das questões constitucionais mais relevantes provocadas por atos normativos municipais. A eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nesses processos hão de fornecer a diretriz segura para o juízo sobre a legitimidade ou a ilegitimidade de atos de teor idêntico, editados pelas diversas entidades comunais.

Essa solução é superior, sem dúvida, a uma outra alternativa oferecida, que consistiria no reconhecimento da competência dos Tribunais de Justiça para apreciar, em ação direta de inconstitucionalidade, a legitimidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal. Além de ensejar múltiplas e variadas interpretações, essa solução acabaria por agravar a crise do Supremo Tribunal Federal, com a multiplicação de recursos extraordinários interpostos contra as decisões proferidas pelas diferentes Cortes estaduais.

Outra virtude inegável do instituto reside na possibilidade de sua utilização para solver controvérsia relevante sobre a legitimidade do direito ordinário pré-constitucional em face da nova Constituição. Aprovado o referido instituto, passará o ordenamento jurídico a dispor também de um instrumento ágil e célere para dirimir, de forma definitiva e com eficácia geral, as controvérsias relacionadas com o direito anterior à Constituição que, por ora, somente podem ser veiculadas mediante a utilização do recurso extraordinário, cuja decisão tem eficácia limitada às partes envolvidas no processo.

Para dar uniformidade ao sistema, o projeto promove alteração no art. 125, para que também em relação às Constituições Estaduais o instrumento de controle concentrado de constitucionalidade receba a denominação de ação direta de inconstitucionalidade e possibilite a via de declaração de constitucionalidade.

6. Finalmente, no que tange ao quinto objetivo do projeto, temos que as ações civis públicas, como fenômeno de coletivização do processo, possibilitando a concentração de demandas individuais numa única ação, têm gerado uma série de problemas, enquanto objeto de apreciação originária pelos órgãos de 1ª instância da Justiça Comum e do Trabalho.



Com efeito, o grande mérito da ação civil pública é a possibilidade de se obter um provimento jurisdicional único a solucionar determinada questão jurídica que poderia resultar na proliferação de demandas individuais com o mesmo objeto. São exemplos disso as demandas relativas a direitos difusos de consumidores ou direitos coletivos de trabalhadores. A ação ajuizada por associação de classe ou pelo Ministério Público alcançaria a solução da questão em relação a todo o universo dos lesados com o procedimento ilegal, de caráter genérico, adotado pelo produtor ou empregador, propiciando o restabelecimento imediato da ordem jurídica.

Como, na ação civil pública, dada a indivisibilidade do objeto em disputa, a decisão prolatada deve abranger todos os sujeitos lesados, a jurisdição do órgão prolator deve, naturalmente, estender-se por todo o território sobre o qual tenha efeitos o procedimento lesivo à ordem jurídica impugnado judicialmente. Nas questões relativas ao meio ambiente e patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a lesão, na quase totalidade dos casos, é de caráter local, não comportando qualquer dificuldade quanto à abrangência da sentença prolatada. O mesmo não se pode dizer em relação às questões relativas a direitos do consumidor ou direitos trabalhistas, cuja abrangência, muitas vezes, ultrapassa o âmbito meramente local.

Ora, se a lesão é de âmbito estadual ou nacional, não pode caber ao juiz singular de determinada comarca, ao juiz federal ou à Junta de Conciliação e Julgamento de determinada cidade a apreciação e decisão da questão de forma a vincular sujeitos não abrangidos por sua jurisdição territorial. Dada a natureza do provimento jurisdicional postulado em ação civil pública, convém que a apreciação da mesma seja atribuída a órgão que possua jurisdição sobre todo o território no qual se deu a lesão, pois do contrário se estará atribuindo eficácia a decisão judicial fora do âmbito de jurisdição do órgão prolator.

Do mesmo modo que o mandado de segurança surgiu para ampliar as hipóteses de utilização de *habeas corpus* (Lei nº 1533/51, art. 1º), a ação civil pública constitui ampliação análoga da ação popular (Lei nº 7347/85, art. 1º), que é sua matriz originária, razão pela qual, para se dar coerência ao sistema, necessário se faz que o tratamento da ação sob o prisma da competência originária para a sua apreciação seja análogo, o que não quer dizer idêntico, pois a analogia supõe a parcial semelhança e dessemelhança entre dois entes.

No caso da ação popular, o critério determinante da competência não é o da abrangência da lesão, como ocorre na ação civil pública, mas o da autoridade que pratica o ato lesivo ao patrimônio público. Nesse sentido, a presente proposta não retira da competência do juiz de 1º grau todas as ações populares, mas apenas aquelas que, em face do grau da autoridade lesionadora do patrimônio público, a lesão teria caráter mais abrangente.

As recentes ações populares em defesa do patrimônio público ajuizadas por ocasião do processo de privatização do sistema Telebrás e da Companhia Vale do Rio Doce, com liminares sendo concedidas por juízes dos mais variados recantos do país, sendo seguidamente cassadas pelos Tribunais Regionais Federais, demonstram a fragilidade do sistema, quando se atribui a juízes de primeiro grau competência para apreciar ações que transcendem sua jurisdição territorial. A própria sistemática da prevenção do juízo que primeiro receber a controvérsia não tem ofertado segurança nessas hipóteses, uma vez que a multiplicidade de foros passíveis de serem acionados pode induzir direcionamento da ação para aquele cujo titular comungue das teses veiculadas na ação, o que não ocorreria, no caso de ser um único o órgão passível de ser acionado, ou seja, um tribunal regional ou superior.



O professor **HELY LOPES MEIRELLES** em sua consagrada obra "Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e *Habeas Data*", recentemente atualizada pelo professor **ARNOLDO WALD**, reconhece os inconvenientes do sistema atual em relação a essa garantia constitucional: "a ação popular vem sendo desvirtuada e utilizada como meio de oposição política de uma Administração a outra, o que exige do judiciário redobrada prudência no seu julgamento, para que não a transforme em instrumento de vindita partidária, nem impeça a realização de obras e serviços públicos essenciais à comunidade que ela visa a proteger" (RT - 1996 - São Paulo, pg. 89).

A solução adotada para a ação civil coletiva, cujo objeto é a defesa de direitos individuais homogêneos, no sentido de atribuir ao juízo da capital do Estado ou do Distrito Federal a apreciação das ações de caráter regional ou nacional (Lei nº 8078/90, art. 93, II), resolveria apenas em parte o problema, na medida em que conduziria à univocidade do órgão decisório. No entanto, continua existindo o problema de se atribuir a juiz singular a apreciação originária de questão de caráter coletivo com abrangência sobre todo o território nacional. Para as questões coletivas, na Justiça do Trabalho, dada a relevância da matéria, é atribuída aos tribunais a apreciação originária, através dos dissídios coletivos. A ação civil pública, dada a natureza genérica do provimento jurisdicional postulado, guarda semelhança com os dissídios coletivos de natureza jurídica, podendo ser adotada a mesma regra de competência para essas ações, ou seja, tribunais regionais apreciando as questões regionais e os tribunais superiores as supra-regionais ou nacionais.

De qualquer forma, tendo em vista que há lesões de caráter meramente local, ocorridas nos mais distantes recantos do país, ligadas especialmente ao meio ambiente, deve ser preservada a competência originária dos juízes de 1ª instância para a apreciação das ações civis públicas relativas a essas lesões, pois do contrário o objetivo da ação, que é justamente facilitar o acesso à Justiça para a defesa dessa espécie de lesões, restaria comprometido. Daí a previsão expressa da competência dos juízes federais para o processamento e julgamento das ações civis públicas de caráter local, que serve, outrossim, de sinalização para a adoção do mesmo critério para a Justiça Comum Estadual e para a Justiça do Trabalho.

Assim, à semelhança do mandado de segurança, que pode ser intentando originariamente em várias instâncias distintas, conforme a autoridade coatora, a ação popular e a ação civil pública passarão a ser veículos processuais de solução das demandas coletivas em distintos graus de jurisdição.

7. Adotadas as medidas propostas no presente projeto, ter-se-á um Judiciário em que os órgãos de cúpula terão condições de examinar com profundidade e tranqüilidade as questões de maior relevância, uma vez desafogados dos milhares de processos de igual teor, a par de apreciarem originariamente as demandas de caráter coletivo. De outro lado, os juízes de primeira instância poderão dedicar-se, com a mesma tranqüilidade à missão de apreciarem originariamente as demandas de natureza individual, fixando primariamente o entendimento sobre a aplicação do direito ao caso concreto, uma vez liberados do peso de terem que decidir, em juízo monocrático, sobre questões que afetam milhares de indivíduos, as quais passam a ser objeto de deliberação de órgãos colegiados, onde a troca de impressões e debates propicia melhor e mais ponderado tratamento da questão.

30/04/99





PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009636)

AUTOR: LUIZ CARLOS HAULY

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
7 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
8 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
12 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
18 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
19 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
20 - ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
21 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
22 - ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
23 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
24 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
25 - B. SA	PI	PSDB
26 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 - CARLOS MELLES	MG	PFL
28 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
29 - CELSO GIGLIO	SP	PTB
30 - CELSO JACOB	RJ	PDT
31 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
32 - CHIQUELHO FEITOSA	CE	PSDB
33 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
34 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
35 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
36 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
37 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
38 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
39 - DARCI COELHO	TO	PFL
40 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
41 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
42 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
43 - DR. HELENO	RJ	PSDB
44 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
46 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
47 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
48 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
49 - ELISEU RESENDE	MG	PFL

50 -	ELTON ROHNELT	RR	PFL
51 -	EMERSON KAPAZ	<del>SP</del>	<del>PSDB</del>
52 -	EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
53 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
54 -	EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
55 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
56 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
57 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
58 -	FEU ROSA	ES	PSDB
59 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
60 -	GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
61 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
62 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
63 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
64 -	INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
65 -	IRIS SIMOES	PR	PTB
66 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
67 -	JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
68 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
69 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
70 -	JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
71 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
72 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
73 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
74 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
75 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
76 -	JOSE GENOINO	SP	PT
77 -	JOSE LINHARES	CE	PPB
78 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
79 -	JOSE MACHADO	SP	PT
80 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
81 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
82 -	JOSE ROCHA	BA	PFL
83 -	JOSE TELES	SE	PSDB
84 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
85 -	JUQUINHA	GO	PSDB
86 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
87 -	LAEL VARELLA	MG	PFL
88 -	LAVOISIER MAIA	RN	PFL
89 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
90 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
91 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
92 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
93 -	LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
94 -	LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
95 -	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
96 -	LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
97 -	MAGNO MALTA	ES	PTB
98 -	MANOEL CASTRO	BA	PFL
99 -	MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
100 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
101 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
102 -	MARCUS VICENTE	ES	PSDB
103 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
104 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB

105 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
106 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
107 - MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
108 - MEDEIROS	SP	PFL
109 - MILTON MONTI	SP	PMDB
110 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
111 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
112 - MUSSA DEMES	PI	PFL
113 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
114 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
115 - NELSON OTOCH	CE	PSDB
116 - NELSON TRAD	MS	PTB
117 - NEUTON LIMA	SP	PFL
118 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
119 - NILO COELHO	BA	PSDB
120 - ODELMO LEAO	MG	PPB
121 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
122 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
123 - PAES LANDIM	PI	PFL
124 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
125 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
126 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
127 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
128 - PAULO LIMA	SP	PMDB
129 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
130 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
131 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
132 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
133 - PEDRO WILSON	GO	PT
134 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
135 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
136 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
137 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
138 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
139 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
140 - RICARDO BARROS	PR	PPB
141 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
142 - RICARDO IZAR	SP	PPB
143 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
144 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
145 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
146 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
147 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
148 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
149 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
150 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
151 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
152 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
153 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
154 - SANTOS FILHO	PR	PFL
155 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
156 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
157 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
158 - SERGIO REIS	SE	PSDB
159 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB



160 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
161 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
162 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
163 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
164 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
165 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
166 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
167 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
168 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
169 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
170 - WERNER WANDERER	PR	PFL
171 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
172 - ZE INDIO	SP	PMDB
173 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
174 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 174      REPETIDAS: 23  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 197

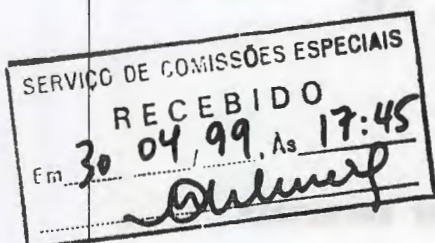
#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
3 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
4 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
5 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
6 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
7 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
8 - DR. HELENO	RJ	PSDB
9 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
10 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
11 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
12 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
13 - JUQUINHA	GO	PSDB
14 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
15 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
16 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
17 - NEUTON LIMA	SP	PFL
18 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
19 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
20 - SANTOS FILHO	PR	PFL
21 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
22 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
23 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO		EMENDA Nº <u>037-CE, 99</u>	
PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	
		COORD. DAS COMISS.	
COMISSÃO: ESPECIAL "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" - PEC 96/92			
AUTOR: DEPUTADO (A) <b>JOSÉ CARLOS ALELUIA</b>		PARTIDO PFL	UF BA
		PÁGINA <u>01 / 02</u>	

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Proíbe a nomeação de parentes, cônjuges ou companheiros de membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para cargos em comissão ou funções de confiança nos respectivos órgãos e nos demais a estes subordinados e dá outras providências.



Art. 1º. Acrescente-se o seguinte § 11 ao art. 37 da Constituição Federal:

“§ 11 Não pode ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, inclusive, de membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nos respectivos órgãos ou naqueles a estes diretamente subordinados, salvo se titular de cargo efetivo do quadro permanente da instituição, provido por meio de concurso público que exija nível de formação equivalente ao do cargo comissionado a ser provido, vedada a nomeação, designação ou exercício junto ao membro respectivo”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A presente Proposta de Emenda Constitucional destina-se a concretizar os princípios constitucionais da impessoalidade e da igualdade, conferindo-lhes maior eficácia e densidade.

A ordem constitucional republicana pauta-se pela rejeição da concessão de privilégios hereditários e pela igualdade no acesso a vantagens e cargos públicos. Existe, em verdade, um direito a tomar parte nas prestações e benefícios públicos como uma emanção do princípio da igualdade sobre a organização do Estado. A Constituição Federal brasileira consagra expressamente, no *caput* do art. 37,



a impessoalidade como princípio estrutural da administração pública. Do mesmo modo, o art. 37, inciso I, do texto constitucional estabelece a igualdade no acesso a cargos públicos e a reserva legal para o estabelecimento de condições restritivas à universalidade do acesso.

O inciso II do mesmo artigo (com as qualificações constantes do inciso V com a redação alterada pela EC nº 19/98), por sua vez, excepciona da regra do concurso público – um legítimo instrumento para a efetivação da igualdade no acesso a cargos públicos e a seleção daqueles mais aptos à prestação de serviços públicos – as “nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. Tal exceção à regra do concurso público não deve representar, contudo, uma autorização à desconsideração dos princípios da impessoalidade e da igualdade no acesso a cargos públicos. Na medida em que a dispensa de concurso público é complacente com o acesso privilegiado aos cargos públicos por parentes e outras pessoas afetas à intimidade daqueles que realizam as nomeações, os princípios da igualdade e da impessoalidade ficam ineficazes.

Como se tal não bastasse, ressalte-se que o emprego excessivo dessa prática compromete não só o princípio da moralidade como também a tão almejada eficiência na ação da Administração Pública.

Assim, impõe-se a adoção da proibição das nomeações de cônjuges, companheiros e parentes de membros dos Poderes Públicos para cargos de livre nomeação e exoneração, de modo a assegurar uma eficácia especial e concreta aos princípios insertos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

30/04/99

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009637)

AUTOR: JOSE CARLOS ALELUIA



DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - ALBERICO CORDEIRO	AL	PTB
5 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
6 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
7 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
8 - ALEXANDRE SANTOS	RJ	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
11 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
12 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
13 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
14 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT



15 -	ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
16 -	ANTONIO GERALDO	PE	PFL
17 -	ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
18 -	ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
19 -	ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
20 -	ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
21 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
22 -	ARTHUR VIRGILIO	AM	PSDB
23 -	ARY KARA	SP	PPB
24 -	AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
25 -	B. SA	PI	PSDB
26 -	BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
27 -	CAIO RIELA	RS	PTB
28 -	CARLOS MELLER	MG	PFL
29 -	CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
30 -	CELSE GIGLIO	SP	PTB
31 -	CELSE JACOB	RJ	PDT
32 -	CELSE RUSSOMANNO	SP	PPB
33 -	CHIQUELHO FEITOSA	CE	PSDB
34 -	CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
35 -	CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
36 -	COSTA FERREIRA	MA	PFL
37 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
38 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
39 -	DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
40 -	DARCI COELHO	TO	PFL
41 -	DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
42 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
43 -	DINO FERNANDES	RJ	PSDB
44 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
45 -	DR. HELENO	RJ	PSDB
46 -	DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
47 -	EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
48 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
49 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
50 -	EDUARDO SEABRA	AP	PTB
51 -	ELISEU RESENDE	MG	PFL
52 -	ELTON ROHNELT	RR	PFL
53 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
54 -	EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
55 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
56 -	EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
57 -	FATIMA PELAES	AP	PSDB
58 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
59 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
60 -	FEU ROSA	ES	PSDB
61 -	GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB
62 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
63 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
64 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
65 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
66 -	INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
67 -	IRIS SIMOES	PR	PTB
68 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
69 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
70 -	JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
71 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
72 -	JOAO LEAO	BA	PSDB

73 -	JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
74 -	JOSE ANTONIO	MA	PSB
75 -	JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
76 -	JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
77 -	JOSE CHAVES	PE	PMDB
78 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
79 -	JOSE GENOINO	SP	PT
80 -	JOSE LINHARES	CE	PPB
81 -	JOSE LOURENCO	BA	PFL
82 -	JOSE MACHADO	SP	PT
83 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
84 -	JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
85 -	JOSE ROCHA	BA	PFL
86 -	JOSE TELES	SE	PSDB
87 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
88 -	JUQUINHA	GO	PSDB
89 -	JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
90 -	LAEL VARELLA	MG	PFL
91 -	LAVOISIER MAIA	RN	PFL
92 -	LEO ALCANTARA	CE	PSDB
93 -	LIDIA QUINAN	GO	PSDB
94 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
95 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
96 -	LUCIANO PIZZATTO	PR	PFL
97 -	LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
98 -	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
99 -	LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSDB
100 -	MAGNO MALTA	ES	PTB
101 -	MANOEL CASTRO	BA	PFL
102 -	MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103 -	MARCIO FORTES	RJ	PSDB
104 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
105 -	MARCUS VICENTE	ES	PSDB
106 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
107 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
108 -	MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
109 -	MARISA SERRANO	MS	PSDB
110 -	MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
111 -	MEDEIROS	SP	PFL
112 -	MILTON MONTI	SP	PMDB
113 -	MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
114 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
115 -	MUSSA DEMES	PI	PFL
116 -	NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
117 -	NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
118 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
119 -	NELSON OTOCH	CE	PSDB
120 -	NELSON TRAD	MS	PTB
121 -	NEUTON LIMA	SP	PDT
122 -	NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
123 -	NILO COELHO	BA	PSDB
124 -	ODELMO LEAO	MG	PPB
125 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
126 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
127 -	PAES LANDIM	PI	PFL
128 -	PASTOR AMARILDO	TO	PPB
129 -	PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
130 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB

131 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
132 - PAULO LIMA	SP	PMDB
133 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
134 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
135 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
136 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
137 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
138 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
139 - PEDRO WILSON	GO	PT
140 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
141 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
144 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
145 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
146 - RICARDO BARROS	PR	PPB
147 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
148 - RICARDO IZAR	SP	PPB
149 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
150 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
151 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
152 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
153 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
154 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
155 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
156 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
157 - RONALDO CEZAR COELHO	RJ	PSDB
158 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
159 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
160 - SANTOS FILHO	PR	PFL
161 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
162 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
163 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
164 - SERGIO REIS	SE	PSDB
165 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
166 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
167 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
168 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
169 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
170 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
171 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
172 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
173 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
174 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
175 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
176 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
177 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
178 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
179 - ZE INDIO	SP	PPB
180 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
181 - ZILA BEZERRA	AC	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 181  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 206

REPETIDAS: 25



**ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS**

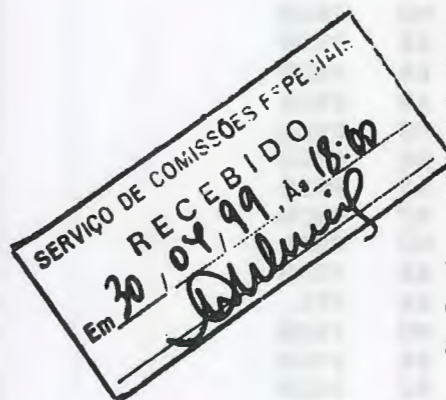
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
3 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
4 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
5 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
6 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
7 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
8 - DR. HELENO	RJ	PSDB
9 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
10 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
11 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
12 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
13 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
14 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
15 - MARIA ABADIA	DF	PSDB
16 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
17 - NEUTON LIMA	SP	PDT
18 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
19 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
20 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
21 - SANTOS FILHO	PR	PFL
22 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
23 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
24 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
25 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB

EMENDA Nº <u>38-CE</u> CE/99
------------------------------

**EMENDA CONSTITUCIONAL****COMISSÃO ESPECIAL PODER JUDICIÁRIO**

**Acrescenta-se parágrafo ao artigo 58 da Constituição Federal**

“§ 6º Haverá Comissão Especial Mista do Congresso Nacional, composta de conformidade o que vier a dispor o Regimento Comum, com dois terços de seus membros de Deputados Federais e um terço de Senadores, com a competência específica de:



I – aprovar e encaminhar à Comissão a que se refere o art. 166 desta Constituição, propostas orçamentárias encaminhadas pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores, pela Justiça Federal do Trabalho, Militar e Eleitoral, e pelo Ministério Público Federal acompanhadas do respectivo parecer do órgão próprio do Poder Executivo;

II – requisitar informações e esclarecimentos verbais ou por escrito sobre qualquer aspecto da execução orçamentária dos orçamentos aprovados na forma do inciso anterior e em qualquer fase de sua execução;

III – requisitar informações e esclarecimentos verbais ou por escrito sobre processos disciplinares que envolva qualquer magistrado do Poder Judiciário e qualquer integrante do Ministério Público;

IV – requisitar informações sobre andamento de qualquer processo a cargo do Poder Judiciário ou do Ministério Público no que diz respeito ao cumprimento dos prazos processuais;

V – realizar debates, estudos e receber denúncias e reclamações sobre o funcionamento de qualquer órgão ou instância do Poder Judiciário e do Ministério Público no que diz respeito ao funcionamento dessas instituições como serviço público que deve ser prestado à população.

§ 7º - Integrarão a Comissão Especial prevista no parágrafo anterior pelo período de dois anos, com direito de petição e voz:

I – um Ministro integrante do Supremo Tribunal Federal e de cada Tribunal Superior, indicado por cada Tribunal;

II – um Desembargador indicado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça;

III – um Desembargador Federal indicado pelo conjunto dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais

IV – um integrante do Ministério Público Federal indicado pela Procuradoria Geral da República

V – um integrante dos Ministérios Públicos estaduais indicados pelo conjunto dos Procuradores da Justiça dos Estados.

VI – um advogado integrante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e por este indicado.



## JUSTIFICATIVA

A Emenda visa dar tratamento mais adequado à questão do controle externo do Judiciário.

Primeiro, traz a questão para o âmbito do Legislativo, por ser uma instituição mais aberta e acessível aos cidadãos.

Segundo, evita o controle de ações típicas das instituições do Poder Judiciário e do Ministério Público, mesmo nos aspectos administrativos. Não há outra instituição a não ser o próprio Judiciário e o Ministério Público que melhor poderá adotar as ações administrativas próprias à sua função. Mas delas deverá dar conta ao Poder Legislativo, e através deste, ao povo em geral.

A Comissão Especial terá poderes de conhecer e requisitar informações sobre os diversos aspectos do funcionamento do Judiciário e do Ministério Público como serviço público essencial à vida dos cidadãos, sobre elas fazer discussão e debate e propor legislação que melhor propicie eficiência ao seu bom funcionamento.

Por outro lado, a Comissão aprovará os orçamentos dessas instituições, descentralizado ao exame anual feito pela Comissão do Orçamento do Congresso Nacional para propiciar discussão mais ampla e oportuna acerca de tais orçamentos.

*Vivaldo Barbosa*  
**VIVALDO BARBOSA**  
 Deputado Federal PDT/RJ

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009638)

AUTOR: VIVALDO BARBOSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO			
1 - ADAO PRETTO	RS	PT	37 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB	38 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB	39 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT	40 - DARCI COELHO	TO	PFL
5 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB	41 - DARCISIO PERONDI	KS	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB	42 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
7 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB	43 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
8 - ALCEU COLLARES	RS	PDT	44 - DJALMA PAES	PE	PSB
9 - ALDO REBELO	SP	PCdoB	45 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
10 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL	46 - DR. HELIO	SP	PDT
11 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL	47 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
12 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB	48 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT	49 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
14 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB	50 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
15 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL	51 - EDUARDO JORGE	SP	PT
16 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB	52 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
17 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL	53 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
18 - ANTONIO JORGE	TO	PFL	54 - ESTHER GROSSI	RS	PT
19 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT	55 - EULER MORAIS	GO	PMDB
20 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT	56 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
21 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB	57 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
22 - ATILA LIRA	PI	PSDB	58 - FERNANDO FERRO	PE	PT
23 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB	59 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
24 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT	60 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
25 - BABA	PA	PT	61 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
26 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT	62 - FRANCISCO RÓDRIGUES	RR	PFL
27 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL	63 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
28 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB	64 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
29 - CAIO RIELA	RS	PTB	65 - GERALDO MAGELA	DF	PT
30 - CARLITO MERSS	SC	PT	66 - GERALDO SIMOES	BA	PT
31 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB	67 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
32 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL	68 - GERSON PERES	PA	PPB
33 - CELSO JACOB	RJ	PDT	69 - GILMAR MACHADO	MG	PT
34 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB	70 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
35 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL	71 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
36 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB	72 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
			73 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
			74 - HERACLITO FORTES	PI	PFL
			75 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
			76 - HUGO BIEHL	SC	PPB



77 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB	139 - NILSON PINTO	PA	PSDB
78 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB	140 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
79 - INALDO LEITAO	PB	PMDB	141 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
80 - IVANIO GUERRA	PR	PFL	142 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
81 - JAIME MARTINS	MG	PFL	143 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
82 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB	144 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
83 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT	145 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
84 - JAIR AZI	BA	PFL	146 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
85 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB	147 - PADRE ROQUE	PR	PT
86 - JOAO CALDAS	AL	PMN	148 - PAES LANDIM	PI	PFL
87 - JOAO COSER	ES	PT	149 - PASTOR VALDECI PAIVA	RJ	PST
88 - JOAO FASSARELLA	MG	PT	150 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
89 - JOAO GRANDAO	MS	PT	151 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
90 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB	152 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
91 - JOAO MAGNO	MG	PT	153 - PAULO LIMA	SP	PMDB
92 - JOAO MATOS	SC	PMDB	154 - PAULO ROCHA	PA	PT
93 - JOAO PAULO	SP	PT	155 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
94 - JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB	156 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
95 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL	157 - PEDRO HENRY	MT	PSDB
96 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT	158 - PEDRO WILSON	GO	PT
97 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL	159 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
98 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PPB	160 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
99 - JORGE COSTA	PA	PMDB	161 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
100 - JOSE ANTONIO	MA	PSB	162 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
101 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL	163 - RICARDO BARROS	PR	PPB
102 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB	164 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
103 - JOSE LOURENCO	BA	PFL	165 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
104 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL	166 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
105 - JOSE PIMENTEL	CE	PT	167 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
106 - JOSE RONALDO	BA	PFL	168 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
107 - JOSE TELES	SE	PSDB	169 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
108 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB	170 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
109 - JOSUE BENGTON	PA	PTB	171 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
110 - JUQUINHA	GO	PSDB	172 - ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
111 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB	173 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
112 - LUCI CHOINACKI	SC	PT	174 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
113 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB	175 - RUBENS BUENO	PR	PPS
114 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB	176 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
115 - LUIZ SERGIO	RJ	PT	177 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
116 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB	178 - SANTOS FILHO	PR	PFL
117 - MARCELO DEDA	SE	PT	179 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
118 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB	180 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
119 - MARCIO MATOS	PR	PT	181 - SERGIO BARROS	AC	PDT
120 - MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB	182 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
121 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL	183 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
122 - MARCOS AFONSO	AC	PT	184 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
123 - MARCOS CINTRA	SP	PL	185 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
124 - MARCOS ROLIM	RS	PT	186 - SILAS CAMARA	AM	PFL
125 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB	187 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
126 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB	188 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
127 - MAX MAURO	ES	PTB	189 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
128 - MILTON TEMER	RJ	PT	190 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
129 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB	191 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
130 - MORONI TORGAN	CE	PSDB	192 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
131 - MUCIO SA	RN	PMDB	193 - WALDIR PIRES	BA	PT
132 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB	194 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
133 - MUSSA DEMES	PI	PFL	195 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
134 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB	196 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
135 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT	197 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
136 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB	198 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
137 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB	199 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
138 - NELSON MEURER	PR	PPB			

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 199      REPETIDAS: 46  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 245

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB	6 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
2 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB	7 - ATILA LIRA	PI	PSDB
3 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB	8 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
4 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL	9 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
5 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB	10 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
			11 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
			12 - COROLANO SALES	BA	PDT

13 - EDUARDO CAMPOS  
 14 - FERNANDO FERRO  
 15 - FERNANDO GABEIRA  
 16 - GERALDO MAGELA  
 17 - GERALDO MAGELA  
 18 - GERALDO SIMOES  
 19 - GERALDO SIMOES  
 20 - IEDIO ROSA  
 21 - INACIO ARRUDA  
 22 - IVANIO GUERRA  
 23 - JAIR BOLSONARO  
 24 - JOAO FASSARELLA  
 25 - JOAO SAMPAIO  
 26 - MARCOS CINTRA  
 27 - MOACIR MICHELETTO  
 28 - MURILO DOMINGOS  
 29 - MURILO DOMINGOS

PE PSB  
 PE PT  
 RJ PV  
 DF PT  
 DF PT  
 BA PT  
 BA PT  
 RJ PMDB  
 CE PCdoB  
 PR PFL  
 RJ PPB  
 MG PT  
 RJ PDT  
 SP PL  
 PR PMDB  
 MT PTB  
 MT PTB

30 - NILSON PINTO  
 31 - NORBERTO TEIXEIRA  
 32 - OSVALDO REIS  
 33 - PAES LANDIM  
 34 - PAULO BALTAZAR  
 35 - PEDRO CANEDO  
 36 - PEDRO WILSON  
 37 - ROBERIO ARAUJO  
 38 - ROBERTO PESSOA  
 39 - SALATIEL CARVALHO  
 40 - SERAFIM VENZON  
 41 - SERAFIM VENZON  
 42 - SERGIO BARROS  
 43 - SERGIO MIRANDA  
 44 - SILAS BRASILEIRO  
 45 - SYNVAL GUZZELLI  
 46 - VANESSA GRAZZIOTIN

PA PSDB  
 GO PMDB  
 TO PMDB  
 PI PFL  
 RJ PSB  
 GO PSDB  
 GO PT  
 RR PFB  
 CE PFL  
 PE PMDB  
 SC PDT  
 SC PDT  
 AC PDT  
 MG PCdoB  
 MG PMDB  
 RS PMDB  
 AM PCdoB

EMENDA Nº 339 CE-S/99

**EMENDA SUBSTITUTIVA À PEC N.º 96, DE 1992**  
**(Do Sr Agnelo Queiroz e outros)**

*Altera os artigos 5º, 59, 62, 92, 93, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 128, e acrescenta Seção ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso LXXI do art. 5º da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....  
 .....  
 LXXI – Conceder-se-á mandado de injunção, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, suprimindo-se a regulamentação requerida apenas para o caso específico  
 ....."

Art. 2º Suprima-se o inciso V do art. 59 da Constituição Federal, renumerando-se os demais.

Art. 3º O disposto no art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 62. Em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá encaminhar proposição legislativa, que terá preferência sobre todas as matérias em discussão e votação no Congresso Nacional, a ser apreciada com urgência, no prazo de quinze dias, contados da data de sua apresentação.  
 Parágrafo único – A não apreciação da proposição urgente no prazo estipulado no *caput* deste artigo implicará no sobrestamento da apreciação de todas as demais proposições legislativas em tramitação"

Art. 4º O art. 92 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92 São órgãos do Poder Judiciário:  
 I – o Supremo Tribunal Federal;



- II – o Superior Tribunal de Justiça;
- III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V – os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI – os Tribunais e Juízes Militares;
- VII – os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- VIII – o Conselho Nacional de Justiça e os Conselhos de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios"

Art. 5º Os incisos I e X do art. 93 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.93.....  
I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e da Associação dos Magistrados Brasileiros em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

.....  
X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria de seus membros, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, ao acusado e a seu advogado".

Art. 6º Acrescente-se ao art. 93 da Constituição Federal os incisos XII e XIII, com a seguinte redação:

"Art.93.....  
.....  
XII – vedação da nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de magistrado para cargo comissionado, função de confiança ou qualquer outra atividade de direção em órgão do judiciário a que esteja vinculado o magistrado, exceto se o nomeado for funcionário de carreira do Judiciário, tendo nela ingressado por concurso público;  
XIII – vedação da nomeação de cidadãos que ocuparam cargos de confiança no Executivo, dentro dos dois anos anteriores, para Ministros do Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais."

Art. 7º Acrescente-se ao parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal o seguinte inciso IV:

"Art.95.....  
Parágrafo único – Aos Juízes é vedado:  
.....  
IV – exercer a advocacia até dois anos após sua aposentadoria"

Art. 8º O *caput* do art. 98 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98 A União, no âmbito federal e do Distrito Federal e Territórios, e os Estados criarão:

Art. 9º O art. 98 da Constituição Federal passa a vigorar com a inclusão de um inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 98 .....  
.....  
III – conselhos de conciliação, não remunerados, obrigatórios nos Municípios que não sejam sede de comarca, cuja composição e competência serão definidas em lei."

Art. 10. O art. 98 da Constituição Federal passa a vigorar com a inclusão de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 98. ....  
Parágrafo único. A Lei criará juizados e câmaras arbitrais, para as causas que especificar."

Art. 11. Os §§ 1º e 2º do art. 99 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:



"Art.99.....

§ 1º O Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da união, elaborará, ouvidos os tribunais interessados, a proposta orçamentária do Judiciário, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, a qual será encaminhada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a aprovação do Pleno deste, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

§ 2º Os Conselhos de Justiça dos Estados elaborarão, nos seus respectivos âmbitos, propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes nas leis de diretrizes orçamentárias, as quais serão encaminhadas pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação do Pleno destes"

**Art. 12** O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101 O Supremo Tribunal Federal compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, para um mandato de oito anos.

§ 1º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão eleitos em sufrágio direto e secreto da seguinte forma:

I – um terço dentre os membros da magistratura, por todos os Juízes, Desembargadores e Ministros;

II – um terço dentre os membros do Ministério Público, pelos promotores, procuradores e subprocuradores;

III – um terço dentre advogados, por aqueles regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Os eleitos nos termos do parágrafo anterior serão nomeados pela Mesa Diretora do Congresso Nacional, após serem aprovados pelo Plenário de Deputados e Senadores em sessão conjunta.

**Art. 13** A alínea "a" do inciso I do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.102.....

I – .....

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

....."

**Art. 14** Suprima-se as alíneas "e", "f", "g" e "h", do inciso I do art. 102 da Constituição Federal

**Art. 15.** A alínea 'b' do inciso II do art. 102 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102 .....

II – julgar, em recurso ordinário:

a) .....

b) os crimes de responsabilidade, nos casos do art. 105, I, 'a'.

**Art. 16** O inciso III do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102.....

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando, a seu critério, entender a relevância do pronunciamento da Corte Constitucional sobre:

- a) contrariedade a dispositivo desta Constituição;
- b) declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgamento de validade de lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição

....."

**Art. 17** Suprima-se o § 2º do art. 102 da Constituição Federal.

**Art. 18** O inciso V do art. 103 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 103.....

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal"

**Art. 19.** O art. 103 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso X, com a seguinte redação:

"Art. 103. ....

X – o Presidente de Tribunal de Justiça"

**Art. 20** Suprima-se o § 4º do art. 103 da Constituição Federal.

**Art. 21** O art. 104 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, quarenta e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, para um mandato de oito anos.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão eleitos em sufrágio direto e secreto da seguinte forma:

- I – um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, por todos os magistrados;
- II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, escolhidos, respectivamente, pelos regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, e pelos promotores, procuradores e subprocuradores."

**Art. 22.** O inciso I do art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido das alíneas 'i', 'j', 'l' e 'm', com a seguinte redação:

"Art. 105 .....

I – processar e julgar, originariamente:

.....



- i) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- j) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- l) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- m) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente."

Art. 23 O art. 107 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 107 Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, eleitos por sufrágio direto e secreto, respectivamente, pelos advogados regularmente inscritos nas seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil compreendidas na Região e pelos promotores, procuradores e subprocuradores lotados na Região;

II – os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.

Art. 24. Acresça-se Seção ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal, intitulada "Dos Conselhos de Justiça", com a seguinte redação:

"SEÇÃO ...

Dos Conselhos de Justiça

Art. ... O Conselho nacional de Justiça será composto por, no mínimo, 21 Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos brasileiros de notável saber jurídico e reputação ilibada, eleitos em sufrágio direto e secreto para um mandato de oito anos, e nomeados pela Mesa do Congresso Nacional, após aprovação dos deputados e senadores reunidos em sessão conjunta, sendo:

I – um terço dentre magistrados, dos quais, no mínimo, um representante do Supremo Tribunal Federal, um do Superior Tribunal de Justiça, um do Tribunal Superior do Trabalho e um do Tribunal Superior Eleitoral, eleito pelo Pleno desses tribunais, um representante dos Tribunais Regionais Federais, eleito pelos magistrados federais, um representante dos Tribunais de Justiça, eleito pelos juízes de direito dos Estados, e um representante do

Tribunal de Justiça do Distrito Federal, eleito pelos juízes de direito dessa Circunscrição;



II – um terço dentre advogados, eleitos por todos os regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com a ressalva do § 1º deste artigo;

III – um terço dentre os membros do Ministério Público, dos quais, no mínimo, dois representante do Ministério Público Federal, dois dos Ministérios Públicos dos Estados, um do Ministério Público do Trabalho, um do Ministério Público Eleitoral e um do Ministério Público do Distrito Federal, eleitos pelos promotores, procuradores e subprocuradores das respectivas circunscrições.

§ 1º Dentre os Conselheiros oriundos do terço de advogados, ao menos um será escolhido pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, a partir de lista sêxtupla elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que nele terá apenas voto de desempate.

Art. ... Compete ao Conselho Nacional de Justiça:

I – estabelecer políticas judiciárias e zelar pelo fiel cumprimento da Lei Orgânica da Magistratura;

II – elaborar a proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal;

III – acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários destinados ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitoral;

IV – julgar, originariamente, os processos disciplinares a que respondam os magistrados do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitoral;

V – julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares a que respondam os juízes federais, do trabalho e eleitorais, os desembargadores e juízes de direito;

VI – rever, de ofício, ou em razão de reclamação ou recurso, as decisões referentes a promoção, remoção, permuta ou disponibilidade de magistrados da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral;

VII – rever, de ofício, ou em razão de reclamação ou recurso, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral:

a) as correições;

b) os regimentos internos e instruções normativas;

c) os procedimentos de concursos públicos realizados para o provimento dos cargos de juízes e funcionários;

d) o preenchimento de cargos de confiança.

VIII – iniciativa legislativa concorrente para apresentação de projetos de leis federais que tratem da carreira da magistratura, organização e funcionamento do Poder Judiciário, matéria processual e regime penitenciário.

Parágrafo único. As reclamações ao Conselho Nacional de Justiça poderão ser apresentadas pelas mesmas pessoas e entidades

legitimados para a proposição de ações diretas de inconstitucionalidade.

Art. ... Os Estados e o Distrito Federal organizarão seus Conselhos de Justiça, com a competência que lhes atribuir a respectiva Constituição ou Lei Orgânica."

Art. 25. A alínea 'e' do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128. ....

§ 5º .....

II – as seguintes vedações:

.....  
e) exercer atividade político-partidária."

Art. 26. O inciso II do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da alínea 'f', com a seguinte redação:

"Art. 128. ....

I - .....

II – as seguintes vedações:

.....  
f) exercer a advocacia até dois anos após sua aposentadoria"

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda substitutiva à PEC n.º 96, de 1992, resulta de uma série de consultas e debates, a partir dos quais nos chegaram contribuições preciosas da Ordem dos Advogados do Brasil, Associações de magistrados e de membros do Ministério Público, bem como de usuários do sistema judiciário brasileiro, todos com a preocupação de ajudar a superar a crise do Poder Judiciário.

Muito dessa crise tem raízes na exiguidade de recursos destinados ao Poder, na instabilidade jurídica, em especial provocada pelo furor legisferante do Poder Executivo, a quem não deveria incumbir tal mister, e a problemas da legislação processual, em especial os ligados aos duplo grau de jurisdição, sendo que aqui também a participação do Poder Executivo, recorrendo sistematicamente com intenção meramente protelatória em causas já pacificadas na apreciação dos tribunais que sabem terão desfecho desfavorável a si.

Em matéria legislativa, abordamos a questão das Medidas Provisórias, principal responsável pela insegurança jurídica, editadas hoje sob qualquer pretexto, independentemente de relevância e urgência, e sobre todos os assuntos, a tal ponto que fica cada vez mais difícil se distinguir qual a norma em vigência em determinado momento, entremeando-se muitas vezes assuntos os mais díspares nas famigeradas MPs, e às vezes variando esses assuntos na reedição da mesma medida.



Abordamos, igualmente, em matéria processual, a questão do mandado de injunção, figura da mais lúdica procedência que foi incorporada ao nosso ordenamento jurídico pelos constituintes de 1988, e que se constituiria em um das mais eficazes salvaguardas dos direitos e garantias do cidadão, mas que foi reduzida, por formulação jurisprudencial, a um pálido e inócuo fantasma de sua intenção original, que buscamos aqui resgatar, até porque entendemos que a construção jurisprudencial não só desfigurou sua feição original, como deu azo a uma depreciação do papel do Judiciário, que tinha ali um eficiente instrumento de realização da justiça.

Na estrutura do Poder Judiciário, entendemos necessárias mudanças substanciais.

O ingresso na carreira da magistratura, que é o ponto de partida de toda a ação do Judiciário, merece ser acompanhada por todos os operadores do Direito.

Entendemos também que as decisões administrativas dos tribunais devem se submeter ao mesmo princípio da publicidade que as suas decisões jurisdicionais, para dar maior transparência a esse Poder.

No que tange aos princípios que regem a magistratura, achamos importante inserir norma contra a prática do nepotismo, em moldes que, aliás, já foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal, para honra da nossa mais alta magistratura, e que, em nosso entender, deveria estar inscrita no coração mesmo dessa magistratura, pois impossível é pensar-se o bom desempenho do papel do Judiciário senão com o exercício de uma alta autoridade moral.

Por esse mesmo fundamento, inserimos na proposta dispositivo que assegura que os magistrados, após a aposentadoria, passem por um período de "quarentena" antes de poderem retomar o exercício da advocacia, impedindo qualquer especulação sobre a possibilidade de uso de sua influência sobre os tribunais em que militaram.

Introduzimos a idéia da escolha eletiva dos magistrados do STF, dos Tribunais Superiores e Tribunais Regionais, para desempenho de mandato temporário, ao invés da permanência vitalícia que hoje é praxe.

Buscamos, com isso, antes de mais nada, democratizar o Poder Judiciário, impedir sua acomodação, aproximar o seu funcionamento dos demais Poderes da República. Entendemos, igualmente, que medidas como essa permitirão a constante renovação e conseqüente arejamento sistemático desse Poder.

Buscamos aproximar o Supremo Tribunal Federal, cada vez mais, da idéia de uma Corte Constitucional, passando parte de suas atribuições judicantes que não digam respeito a esse aspecto para a órbita das atribuições do Superior Tribunal de Justiça, onde estão melhor alocadas.

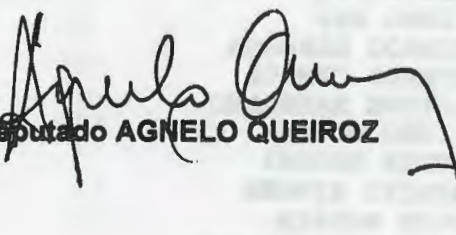
Com essa mesma intenção, restringimos o conceito de Recurso Extraordinário que, em nossa proposta, deixa de ser direito subjetivo dos

litigantes, para facultar ao STF a sua apreciação a seu talante. Seguimos de perto, nisso, a experiência da Suprema Corte norte-americana, que se reserva para o reexame, em grau de recurso, apenas dos casos mais relevantes, que digam respeito a controvérsias na interpretação da constituição ou na explicitação de algum ponto da Carta Magna que o STF julgue primordial abordar.

A alteração de maior alcance que propomos é, ao que julgamos, o da criação dos Conselhos de Justiça, em nível nacional e estadual, com a atribuição de órgão de controle das atividades administrativas do Judiciário, sem se imiscuir em sua função judicante, e com sua composição que inclui representantes dos operadores do direito em todas as suas variantes, escolhidos pelo processo eletivo, para o desempenho de mandato temporário, passando essa escolha pela aprovação do Congresso Nacional, que dela participa igualmente com um representante diretamente eleito por este Poder.

Somos de opinião que as alterações aqui sugeridas não esgotam o tema. Pelo contrário. São ponto de partida para o debate. Até porque, entre as causas da crise do Judiciário estão também elementos que podem ser abordados pela legislação infraconstitucional, como alterações profundas que estão a ser exigidas no Código de Processo Civil a favor da celeridade processual.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1999,

  
Deputado AGNELO QUEIROZ

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009639)

AUTOR: AGNELO QUEIROZ

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - AIRTON DIPP	RS	PDT
4 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
5 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
6 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
7 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
8 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
9 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
10 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
11 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
12 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
13 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
14 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
15 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB



16 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
17 - ATILA LINS	AM	PFL
18 - ATILA LIRA	PI	PSDB
19 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
20 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
21 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
22 - B. SA	PI	PSDB
23 - BABA	PA	PT
24 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
25 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
26 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
27 - CAIO RIELA	RS	PTB
28 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
29 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
30 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
31 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
32 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
33 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
34 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
35 - DE VELASCO	SP	PST
36 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
37 - DJALMA PAES	PE	PSB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PFL
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EBER SILVA	RJ	PDT
42 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
43 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
44 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
45 - ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
46 - ELISEU MOURA	MA	PPB
47 - ESTHER GROSSI	RS	PT
48 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
49 - EULER MORAIS	GO	PMDB
50 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
51 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
52 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
53 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
56 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
57 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
58 - FEU ROSA	ES	PSDB
59 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
60 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
61 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
62 - GERALDO MAGELA	DF	PT
63 - GERALDO SIMOES	BA	PT
64 - GERSON GABRIELLI	BA	PFL
65 - GILMAR MACHADO	MG	PT
66 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
67 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
68 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
69 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
70 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
71 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
72 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
73 - HERACLITO FORTES	PI	PFL

74 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
75 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
76 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
77 - IRIS SIMOES	PR	PTB
78 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
79 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
80 - JAIR AZI	BA	PFL
81 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
82 - JAQUES WAGNER	BA	PT
83 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
84 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
85 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
86 - JOAO TOTA	AC	PPB
87 - JOEL DE HOLLANDA	PE	PFL
88 - JORGE ALBERTO	SE	PMDB
89 - JORGE COSTA	PA	PMDB
90 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
91 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
92 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
93 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
94 - JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
95 - JOSE DIRCEU	SP	PT
96 - JOSE LINHARES	CE	PPB
97 - JOSE MACHADO	SP	PT
98 - JOSE MELO	AM	PFL
99 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
100 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
101 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
102 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
103 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
104 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
105 - LUCIANO BIVAR	PE	PSL
106 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
107 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
108 - LUIZ DANTAS	AL	PSD
109 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
110 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
111 - MARCAL FILHO	MS	PMDB
112 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
113 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
114 - MARCIO MATOS	PR	PT
115 - MARCOS AFONSO	AC	PT
116 - MARCOS CINTRA	SP	PL
117 - MARCOS DE JESUS	PE	PST
118 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
119 - MARIA ELVIRA	MG	PMDB
120 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
121 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
122 - MAX MAURO	ES	PTB
123 - MILTON TEMER	RJ	PT
124 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
125 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
126 - MUCIO SA	RN	PMDB
127 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
128 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
129 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
130 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
131 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT



132 - NEY LOPES	RN	PFL
133 - NICE LOBAO	MA	PFL
134 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
135 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
136 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
137 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
138 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
139 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
140 - PADRE ROQUE	PR	PT
141 - PAES LANDIM	PI	PFL
142 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
143 - PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
144 - PASTOR VALDECI	RJ	PST
145 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
146 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
147 - PAULO DELGADO	MG	PT
148 - PAULO OCTAVIO	DF	PFL
149 - PAULO PAIM	RS	PT
150 - PAULO ROCHA	PA	PT
151 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
152 - PEDRO CELSO	DF	PT
153 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
154 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
155 - PEDRO WILSON	GO	PT
156 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
157 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
158 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
159 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
160 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
161 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
162 - RITA CAMATA	ES	PMDB
163 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
164 - ROBERTO ROCHA	MA	PSDB
165 - ROBSON TUMA	SP	PFL
166 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
167 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
168 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
169 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
170 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
171 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
172 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
173 - UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB
174 - URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
175 - VALDOMIRO MEGER	PR	PFL
176 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
177 - VIC PIRES FRANCO	PA	PFL
178 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
179 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
180 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
181 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
182 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
183 - WALFRIDO MARES GUIA	MG	PTB
184 - WILSON BRAGA	PB	PFL
185 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
186 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 186  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 195

REPETIDAS: 9

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
2 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
3 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
4 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
5 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
6 - PAULO PAIM	RS	PT
7 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
8 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
9 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB

EMENDA Nº 40 - CE/99

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 1999**  
**( Do Sr. VIVALDO BARBOSA )**

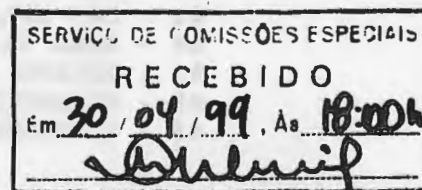
Acrescenta-se inciso ao artigo 93 da Constituição Federal:

“XII - É vedada a nomeação para qualquer cargo de confiança de qualquer órgão do Poder Judiciário ou do Ministério Público e a contratação para prestação de serviços através de interposta pessoa jurídica de quem seja cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção até o segundo grau de magistrado do Poder Judiciário ou integrante do Ministério Público”.

**JUSTIFICATIVA**

A Emenda visa por um fim ao nepotismo no Judiciário e no Ministério Público, instituições que foram vítimas de forma avassaladora do nepotismo.

  
**VIVALDO BARBOSA**  
Deputado Federal PDT/RJ





PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009640)

AUTOR: VIVALDO BARBOSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON CASCABEL	RR	PPS
5 - AIRTON DIPP	RS	PDT
6 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
9 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
10 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
11 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
12 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
13 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
14 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
15 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
16 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - ARY KARA	SP	PPB
20 - ATILA LINS	AM	PFL
21 - ATILA LIRA	PI	PSDB
22 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
23 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
24 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
25 - B. SA	PI	PSDB
26 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
27 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
28 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
29 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
30 - CABO JULIO	MG	PL
31 - CAIO RIELA	RS	PTB
32 - CARLITO MERSS	SC	PT
33 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
34 - CARLOS MELLER	MG	PFL
35 - CELSO JACOB	RJ	PDT
36 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
37 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
38 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
39 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
40 - DE VELASCO	SP	PST
41 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
42 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
43 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
44 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
45 - DR. HELIO	SP	PDT
46 - EBER SILVA	RJ	PDT
47 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
48 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
49 - EDUARDO JORGE	SP	PT

50 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
51 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
52 -	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
53 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
54 -	EVILASIO FARIAS	SP	PSB
55 -	EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
56 -	FELIX MENDONCA	BA	PTB
57 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
58 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
59 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
60 -	FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
61 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
62 -	GILBERTO KASSAB	SP	PFL
63 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
64 -	HERACLITO FORTES	PI	PFL
65 -	IARA BERNARDI	SP	PT
66 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
67 -	IVANIO GUERRA	PR	PFL
68 -	JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
71 -	JOAO CALDAS	AL	PMN
72 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
73 -	JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
74 -	JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
75 -	JOAO MENDES	RJ	PMDB
76 -	JOAO PAULO	SP	PT
77 -	JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
78 -	JOAO TOTA	AC	PPB
79 -	JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
80 -	JORGE COSTA	PA	PMDB
81 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
82 -	JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
83 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
84 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
85 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
86 -	JOSE GENOINO	SP	PT
87 -	JOSE MACHADO	SP	PT
88 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
89 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
90 -	JOSE TELES	SE	PSDB
91 -	JOSUE BENGTSON	PA	PTB
92 -	JULIO REDECKER	RS	PPB
93 -	LAIRE ROSADO	RN	PMDB
94 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
95 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
96 -	LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
97 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
98 -	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
99 -	LUIZ SERGIO	RJ	PT
100 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
101 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
102 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
103 -	MARCOS ROLIM	RS	PT
104 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
105 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
106 -	MAX MAURO	ES	PTB
107 -	MAX ROSENMAN	PR	PSDB



108 - MEDEIROS	SP	PFL
109 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
110 - MILTON TEMER	RJ	PT
111 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
112 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
113 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
114 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
115 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
116 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
117 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
118 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
119 - NILSON PINTO	PA	PSDB
120 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
121 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
122 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
123 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
124 - PAES LANDIM	PI	PFL
125 - PASTOR VALDECI PAIVA	RJ	PST
126 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
127 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
128 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
129 - PAULO PAIM	RS	PT
130 - PAULO ROCHA	PA	PT
131 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
132 - PEDRO CELSO	DF	PT
133 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
134 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
135 - PEDRO WILSON	GO	PT
136 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
137 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
138 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
139 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
140 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
141 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
142 - RICARDO BARROS	PR	PPB
143 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
144 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
145 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
146 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
147 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
148 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
149 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
150 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
151 - SANTOS FILHO	PR	PFL
152 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
153 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
154 - SERGIO BARROS	AC	PDT
155 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
156 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
157 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
158 - SILAS CAMARA	AM	PFL
159 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
160 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
161 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
162 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
163 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
164 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
165 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB

166 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
167 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
168 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
169 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
170 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
171 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171      REPETIDAS: 19  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 190

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
2 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
3 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
4 - CAIO RIELA	RS	PTB
5 - CARLITO MERSS	SC	PT
6 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
7 - DR. HELIO	SP	PDT
8 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
9 - EDUARDO JORGE	SP	PT
10 - MARCOS CINTRA	SP	PL
11 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
12 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
13 - PAES LANDIM	PI	PFL
14 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
15 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
16 - PAULO PAIM	RS	PT
17 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
18 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
19 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB



EMENDA Nº 41 - CE/99

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 1999 (Do Sr. VIVALDO BARBOSA)



Acrescente-se ao caput do art. 93 da Constituição Federal, após a expressão Supremo Tribunal Federal:

“ ou de qualquer parlamentar integrante do Congresso Nacional”... e ao final do § 1º do art. 125 “... ou de qualquer integrante da Assembléia Legislativa”.



## JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa permitir que o Deputado e o Senador recobre seu poder de iniciativa plena em matéria legislativa.

A Constituição atual criou esfera privativa para o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Justiça dos Estados, o que amesquinha a atividade Parlamentar que tem vedada iniciativa das leis orgânica da magistratura e de organização Judiciária.

Como o Poder Judiciário é serviço público por excelência, sua organização diz respeito à ação parlamentar sem qualquer vedação ou limitação.

*Vivaldo Barbosa*  
**VIVALDO BARBOSA**  
 Deputado Federal PDT/RJ

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009641)

AUTOR: VIVALDO BARBOSA

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALBERTO MOURAO	SP	PMDB
8 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
9 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
10 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
11 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
12 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
15 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
16 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
17 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
18 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
19 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
20 - ARY KARA	SP	PPB
21 - ATILA LINS	AM	PFL
22 - ATILA LIRA	PI	PSDB

23 - AUGUSTO FARIAS	AL	PPB
24 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
25 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
26 - B. SA	PI	PSDB
27 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
28 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
29 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
30 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
31 - CABO JULIO	MG	PL
32 - CAIO RIELA	RS	PTB
33 - CARLITO MERSS	SC	PT
34 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
35 - CARLOS MELLES	MG	PFL
36 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
37 - CELSO JACOB	RJ	PDT
38 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
39 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
40 - CORIOLANO SALES	BA	PDT
41 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
42 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
43 - DE VELASCO	SP	PST
44 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
45 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
46 - DOMICIANO CABRAL	PB	PMDB
47 - DR. HELIO	SP	PDT
48 - EBER SILVA	RJ	PDT
49 - EDINHO ARAUJO	SP	PMDB
50 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
51 - EDUARDO JORGE	SP	PT
52 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
53 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
54 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
55 - FERNANDO FERRO	PE	PT
56 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
58 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
59 - GERALDO SIMOES	BA	PT
60 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
61 - HERACLITO FORTES	PI	PFL
62 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
63 - IARA BERNARDI	SP	PT
64 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
65 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
68 - JAIR AZI	BA	PFL
69 - JAQUES WAGNER	BA	PT
70 - JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
71 - JOAO CALDAS	AL	PMN
72 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
73 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
74 - JOAO LEAO	BA	PSDB
75 - JOAO MENDES	RJ	PMDB
76 - JOAO PAULO	SP	PT
77 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
78 - JOAO TOTA	AC	PPB
79 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
80 - JORGE ALBERTO	SE	PMDB



81 -	JORGE COSTA	PA	PMDB
82 -	JOSE BORBA	PR	PMDB
83 -	JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
84 -	JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
85 -	JOSE DE ABREU	SP	PSDB
86 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
87 -	JOSE MACHADO	SP	PT
88 -	JOSE MELO	AM	PFL
89 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
90 -	JOSE TELES	SE	PSDB
91 -	JOSUE BENGTSON	PA	PTB
92 -	JULIO REDECKER	RS	PPB
93 -	JUQUINHA	GO	PSDB
94 -	LINO ROSSI	MT	PSDB
95 -	LUCIA VANIA	GO	PSDB
96 -	LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
97 -	LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
98 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
99 -	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
100 -	MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
101 -	MARCIO BITTAR	AC	PPS
102 -	MARCIO MATOS	PR	PT
103 -	MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
104 -	MARCONDES GADELHA	PB	PFL
105 -	MARCOS CINTRA	SP	PL
106 -	MARCOS DE JESUS	PE	PST
107 -	MARIA ABADIA	DF	PSDB
108 -	MARINHA RAUPP	RO	PSDB
109 -	MAX MAURO	ES	PTB
110 -	MAX ROSENMAN	PR	PSDB
111 -	MEDEIROS	SP	PFL
112 -	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
113 -	MILTON TEMER	RJ	PT
114 -	MOACIR MICHELETTI	PR	PMDB
115 -	MORONI TORGAN	CE	PSDB
116 -	MURILO DOMINGOS	MT	PTB
117 -	NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
118 -	NEIVA MOREIRA	MA	PDT
119 -	NELO RODOLFO	SP	PMDB
120 -	NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
121 -	NELSON TRAD	MS	PTB
122 -	NEUTON LIMA	SP	PFL
123 -	NILMARIO MIRANDA	MG	PT
124 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
125 -	NILTON CAPIXABA	RO	PTB
126 -	NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
127 -	OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
128 -	OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
129 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
130 -	PAES LANDIM	PI	PFL
131 -	PASTOR VALDECI PAIVA...	RJ	PST
132 -	PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
133 -	PAULO FEIJO	RJ	PSDB
134 -	PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
135 -	PAULO PAIM	RS	PT
136 -	PAULO ROCHA	PA	PT
137 -	PEDRO CANEDO	GO	PSDB
138 -	PEDRO CHAVES	GO	PMDB

139 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
140 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
141 - PEDRO WILSON	GO	PT
142 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
143 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
144 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
145 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
146 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
147 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
148 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
149 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
150 - RICARDO FIUZA	PE	PFL
151 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
152 - ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
153 - ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
154 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
155 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
156 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
157 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
158 - SANTOS FILHO	PR	PFL
159 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
160 - SERGIO BARROS	AC	PDT
161 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
162 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
163 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
164 - SILAS CAMARA	AM	PFL
165 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
166 - SYNVAL GUAZZELLI	RS	PMDB
167 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
168 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
169 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
170 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
171 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
172 - WAGNER SALUSTIANO	SP	PPB
173 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
174 - ZAIRE REZENDE	MG	PMDB
175 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	175	REPETIDAS: 17
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	1	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	193	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
2 - CAIO RIELA	RS	PTB
3 - CARLITO MERSS	SC	PT
4 - DR. HELIO	SP	PDT
5 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
6 - JORGE COSTA	PA	PMDB
7 - JOSUE BENGTON	PA	PTB
8 - MARCOS CINTRA	SP	PL
9 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
10 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
11 - PAES LANDIM	PI	PFL



12 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
13 - PAULO PAIM	RS	PT
14 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
15 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
16 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
17 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - ANTONIO JOAQUIM MT PSDB

EMENDA Nº 42 - CE/99

#### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 96-A/92

#### EMENDA MODIFICATIVA N.º



Dê-se ao Art. 1º Da Proposta de Emenda à Constituição N.º 96-A/92 a seguinte Redação:

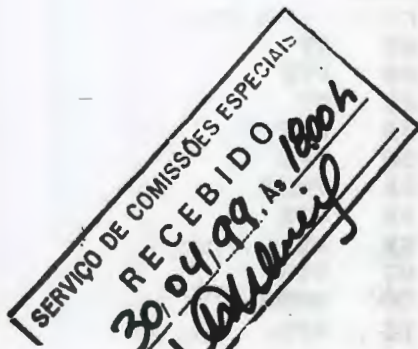
**“Art. 93 .....**

*I – ingresso na carreira, cujo cargo será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, no qual se exigirá idade mínima de trinta anos e experiência forense de cinco anos. com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;*

*II – os juizes e primeira instância serão nomeados e promovidos pelo Presidente do Tribunal ao qual se acham subordinados;*

*III – as comarcas, que compõem a primeira instância, serão classificadas em 1ª e 2ª entrâncias;*

*IV – as promoções se farão, alternadamente, por merecimento e antigüidade;*



V – as promoções dar-se-ão do 1º ao 4º graus; para o 1º grau, far-se-ão mediante inscrições dos juizes substitutos, na forma das vagas que ocorrerem;

VI – a promoção do 1º para o 2º graus, dar-se-á na própria comarca, desde que o juiz de direito nele tenha exercido a judicatura, no mínimo, por quatro anos;

VII – as promoções para o 3º grau serão feitas, depois de quatro anos no exercício do 2º grau para as comarcas de 2ª entrância, na conformidade das vagas que ocorrerem;

VIII – as promoções para o 4º grau ocorrerão na forma do inciso VI;

IX – a promoção de um juiz de uma entrância para outra, somente ocorrerá entre os classificados em 2º grau;

X – as promoções, em qualquer caso, deverão obedecer, alternadamente, à antigüidade e ao merecimento dos candidatos, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento ou antigüidade pressupõe, no mínimo, quatro anos de exercício no grau em que encontrar o magistrado;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição, segundo avaliação em conjunto pelo Conselho Superior da Magistratura e de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa aferição serão considerados a freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

XI – igual ao inciso III, remunerando-se os incisos seguintes.

### JUSTIFICAÇÃO

Visamos, com a presente emenda à Proposta de Emenda à Constituição 96-A/92 exigir mais idade e prática aos candidatos à magistratura. Cremos, firmemente, não ser conveniente entregar-se o poder tremendo, quase



potestade, do magistrado a pessoas de pouca idade e experiência, tais os riscos que correria a sociedade.

É conhecido o brocardo *da mihi facto, dabo tibi jus*. É, portanto, função do juiz aplicar o direito ao fato concreto. Mas como poderá ele fazê-lo de forma justa e correta se em sua pouca vida poucos fatos conheceu? Não tendo experiência forense, grande é o risco de tornar-se aplicador inflexível do direito, afastado da vida comum.

Aos trinta anos, será já mais ponderado, e com cinco anos de vida forense, terá mais prudência, sensatez e acuidade para exercer o julgamento que afetará não só ao jurisdicionado isolado, mas a toda sociedade à qual ele servirá.

Diante do que foi exposto é que esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para ver aprovada a presente Emenda.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

de 1999.

Deputado JOAO CALDAS

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009642)

AUTOR: JOAO CALDAS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ABELARDO LUPION	PR	PFL
2 - ADAO PRETTO	RS	PT
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
5 - ALCESTE ALMEIDA	RR	PMDB
6 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
7 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
8 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
9 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
12 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB

13 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
14 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
15 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
16 - ARMANDO ABILIO	PB	PMDB
17 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
18 - AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	PFL
19 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
20 - ATILA LINS	AM	PFL
21 - B. SA	PI	PSDB
22 - BASILIO VILLANI	PR	PSDB
23 - BETINHO ROSADO	RN	PFL
24 - CABO JULIO	MG	PL
25 - CARLOS BATATA	PE	PSDB
26 - CARLOS CURY	RO	PPB
27 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
28 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
29 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
30 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
31 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
32 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
33 - DARCI COELHO	TO	PFL
34 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
35 - DE VELASCO	SP	PST
36 - DELFIM NETTO	SP	PPB
37 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
38 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
39 - DR. HELENO	RJ	PSDB
40 - DR. HELIO	SP	PDT
41 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
42 - EBER SILVA	RJ	PDT
43 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
44 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
45 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
46 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
47 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
48 - ENIVALDO RIBEIRO	PB	PPB
49 - ESTHER GROSSI	RS	PT
50 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
51 - EXPEDITO JUNIOR	RO	PFL
52 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
53 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
54 - FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
55 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
56 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
57 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
58 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
59 - GERALDO MAGELA	DF	PT
60 - GERALDO SIMOES	BA	PT
61 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
62 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
63 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
64 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
65 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
66 - HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
67 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
68 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
69 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
70 - ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL



71 - JAIME MARTINS	MG	PFL
72 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
73 - JAIRO AZI	BA	PFL
74 - JOAO CALDAS	AL	PMN
75 - JOAO COLACO	PE	PMDB
76 - JOAO COSER	ES	PT
77 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
78 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
79 - JOAO LEO	BA	PSDB
80 - JOAO MATOS	SC	PMDB
81 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
82 - JOSE DE ABREU	SP	PSDB
83 - JOSE DIRCEU	SP	PT
84 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
85 - JOSE PRIANTE	PA	PMDB
86 - JOSE RONALDO	BA	PFL
87 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
88 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
89 - JULIO REDECKER	RS	PPB
90 - JUQUINHA	GO	PSDB
91 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
92 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
93 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
94 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
95 - LINO ROSSI	MT	PSDB
96 - LUCIANO CASTRO	RR	PSDB
97 - LUIS BARBOSA	RR	PFL
98 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
99 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
100 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
101 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
102 - MAGNO MALTA	ES	PTB
103 - MARCELO BARBIERI	SP	PMDB
104 - MARCIO FORTES	RJ	PSDB
105 - MARCOS CINTRA	SP	PL
106 - MARCOS LIMA	MG	PMDB
107 - MARINHA RAUPP	RO	PSDB
108 - MARIO DE OLIVEIRA	MG	PMDB
109 - MARISA SERRANO	MS	PSDB
110 - MATTOS NASCIMENTO	RJ	PMDB
111 - MAX MAURO	ES	PTB
112 - MEDEIROS	SP	PFL
113 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
114 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
115 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
116 - NELSON MEURER	PR	PPB
117 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
118 - NELSON TRAD	MS	PTB
119 - NICIAS RIBEIRO	PA	PSDB
120 - NILSON PINTO	PA	PSDB
121 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
122 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
123 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
124 - OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
125 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
126 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
127 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
128 - PADRE ROQUE	PR	PT

129 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
130 - PASTOR VALDECI		
131 - PAULO BRAGA	BA	PFL
132 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
133 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
134 - PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
137 - PEDRO CELSO	DF	PT
138 - PEDRO CORREA	PE	PPB
139 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
140 - PEDRO PEDROSSIAN	MS	PFL
141 - PEDRO WILSON	GO	PT
142 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
143 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
144 - RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
145 - REMI TRINTA	MA	PL
146 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
147 - RICARDO FERRACO	ES	PSDB
148 - RICARDO NORONHA	DF	PMDB
149 - ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
150 - ROBERTO BRANT	MG	PSDB
151 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
152 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
153 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
154 - RUBENS BUENO	PR	PPS
155 - RUBENS FURLAN	SP	PFL
156 - SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
157 - SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
158 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
159 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
160 - SERGIO BARCELLOS	AP	PFL
161 - SERGIO BARROS	AC	PDT
162 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
163 - SERGIO REIS	SE	PSDB
164 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
165 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
166 - TETE BEZERRA	MT	PMDB
167 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
168 - VILMAR ROCHA	GO	PFL
169 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
170 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
171 - WILSON BRAGA	PB	PFL
172 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
173 - ZE GOMES DA ROCHA	GO	PMDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 173      REPETIDAS: 42  
 ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 1  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 216



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
2 -	ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
3 -	ANTONIO JORGE	TO	PFL
4 -	ANTONIO JORGE	TO	PFL
5 -	ATILA LINS	AM	PFL
6 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
7 -	DARCI COELHO	TO	PFL
8 -	DE VELASCO	SP	PST
9 -	DR. HELIO	SP	PDT
10 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
11 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
12 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
13 -	IBERE FERREIRA	RN	PPB
14 -	JOAO CALDAS	AL	PMN
15 -	JOAO CALDAS	AL	PMN
16 -	JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
17 -	JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
18 -	JOAO RIBEIRO	TO	PFL
19 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
20 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
21 -	JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
22 -	LUIS BARBOSA	RR	PFL
23 -	LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
24 -	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
25 -	LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
26 -	MURILO DOMINGOS	MT	PTB
27 -	NELSON MEURER	PR	PPB
28 -	NELSON TRAD	MS	PTB
29 -	NILSON PINTO	PA	PSDB
30 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
31 -	OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
32 -	OSVALDO REIS	TO	PMDB
33 -	PASTOR JORGE	DF	PMDB
34 -	PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
35 -	RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
36 -	ROBERIO ARAUJO	RR	PPB
37 -	ROBERTO PESSOA	CE	PFL
38 -	ROBERTO PESSOA	CE	PFL
39 -	ROBERTO PESSOA	CE	PFL
40 -	SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB
41 -	SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
42 -	WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 -	IBERE FERREIRA	RN	PPB
-----	----------------	----	-----

USO EXCLUSIVO  
DA COMISSÃO

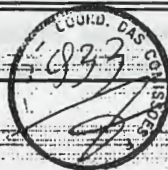
EMENDA Nº

043-CE/99

PROPOSIÇÃO

PEC 96-A/92

CLASSIFICAÇÃO



COMISSÃO

	PARTIDO	UF	PÁGINA
AUTOR: DEPUTADO(A) JOSÉ ANTONIO	PSB	MA	___/___

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

## 1. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. Dê-se nova redação aos incisos XXXV e LXXI do art. 5º da Constituição Federal, nos termos seguintes:

"XXXV. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A prestação jurisdicional é dever do Estado e será gratuita para todos".

"LXXI. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, devendo a autoridade judiciária determinar a satisfação do direito nos termos em que definir a regulamentação para o caso concreto".

## 2. CORTE CONSTITUCIONAL

Art. 2º. Altere-se a denominação do Capítulo III do Título IV da Constituição Federal para "DA CORTE CONSTITUCIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO", incluindo-se como Seção I a do seguinte teor, renumerando-se as demais:

" SEÇÃO I  
DA CORTE CONSTITUCIONAL

Art. 92. A Corte Constitucional, com sede na Capital da República, compõe-se de quinze Ministros, com mandato de dez anos, vedada a recondução, escolhidos entre os



cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada com, no mínimo, dez anos de atividade ou efetivo exercício na carreira, da seguinte forma :

I - dois quintos eleitos pelo Congresso Nacional, mediante indicação de Partidos Políticos e/ou Blocos Parlamentares nele representados, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares;

II - um quinto dentre magistrados eleitos pelo Supremo Tribunal Federal;

III - um quinto dentre membros do Ministério Público Federal, eleitos pelo órgão de representação da classe;

IV - um quinto dentre advogados, eleitos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º . Ao término do mandato, os Ministros da Corte Constitucional continuarão a perceber proventos correspondentes aos vencimentos do cargo, vedadas a prática da advocacia e a ocupação de cargos ou emprego públicos, bem como o exercício de função pública, exceto concernentes ao magistério jurídico superior ou a cargo eletivo, exigindo-se, para este último, o interregno mínimo de quatro anos, contados desde a data da extinção do mandato até a da eleição a que concorrer.

§ 2º Aplicam-se aos Ministros da Corte Constitucional, no que couber, as normas e princípios atinentes a direitos, garantias, prerrogativas, deveres e vedações assegurados ao Poder Judiciário, bem como aquelas referentes à fiscalização exercida pelo Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário.

§ 3º A Corte Constitucional sujeita-se às normas e princípios relativos à iniciativa legislativa e à autonomia financeira e orçamentária, bem como às normas e princípios atinentes ao controle administrativo interno e externo previstos nesta Constituição, inclusive no que diz respeito ao Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário.

§ 4º . Os crimes de responsabilidade cometidos pelos membros da Corte Constitucional serão julgados na forma prevista no artigo 52, item I.

Art. 93 . Compete à Corte Constitucional a guarda desta Constituição e dos seus valores fundamentais, devendo, para isto:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os conflitos de competência entre a Presidência da República, as Casas do Congresso Nacional, a própria Corte, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores;

b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

c) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

d) o pedido de medida cautelar, em ações de sua competência;

e) a ação em que mais da metade dos membros do Supremo Tribunal Federal estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

f) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional ou de uma de suas Casas ou de uma das Mesas dessas, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal ou de um dos Tribunais Superiores;

g) as infrações penais comuns cometidas pelos seus membros.

II - julgar, em grau de recurso constitucional, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar norma ou princípio desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

Parágrafo único. As decisões definitivas de mérito proferidas pela Corte Constitucional, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, bem como do Ministério Público.

Art. 94. Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

I - O Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembleia Legislativa;

V - o Governador de Estado;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - Partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá manifestar-se previamente em todos os processos de competência da Corte Constitucional, no prazo fixado em seu Regimento.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetivo preceito constitucional, a Corte Constitucional fixará norma aplicável ao caso, que entrará em



vigor 90(noveenta) dias após a publicação da decisão e até que o Poder omissor se pronuncie sobre o tema.

§ 3º. Quando a Corte Constitucional apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União."

Art. 2º. A Corte Constitucional será instalada pelos seus membros imediatamente após as suas indicações..

### 3. DA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 3º. Dê-se nova redação aos artigos da Constituição Federal, abaixo enumerados, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário :

- I - o Supremo Tribunal Federal;
- II - os Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais;.. --
- III - os Tribunais e Juizes do Trabalho;
- IV - os Tribunais e Juizes Eleitorais;
- V - os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal;
- VI - o Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário;
- VII - os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

§ 2º. Os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário exercem exclusivamente funções de natureza administrativa, e regem-se pelo princípio de gradação hierárquica.

Art. 93. Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, ouvido o Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios :

I - ingresso na carreira, para o cargo de Juiz Substituto, obedecida a ordem de classificação em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em todas as suas fases, exigindo-se do candidato, no mínimo, cinco anos de exercício da advocacia;

II.- .....

(...)

c) aferição do merecimento mediante critérios objetivos de verificação da produtividade, presteza e segurança, no exercício da jurisdição, e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;



IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados, para ingresso e promoção na carreira, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a aprovação do candidato em curso reconhecido de preparação à magistratura;

(...)

VII - Não poderão ser nomeados para compor quaisquer Tribunais aqueles que estejam exercendo cargo de confiança no âmbito do Poder Executivo, ou que o tenham exercido durante o mandato do agente político a quem competir a nomeação.

VIII - o ato de afastamento, remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, é de competência do Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário de sua jurisdição e fundar-se-á em decisão de, no mínimo, dois terços do colegiado, assegurada ampla defesa;

IX - o magistrado posto em disponibilidade por conduta incompatível com o exercício das funções terá direito à remuneração do cargo, proporcional ao tempo de serviço;

X - todas as sessões e julgamentos do Poder Judiciário, inclusive administrativas, serão públicas e fundamentadas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

XI - fiscalização e disciplina da atividade administrativa do Poder Judiciário, inclusive a prevista no art. 70, pelo Conselho Federal de Conselho Administrativo do Poder Judiciário e pelos Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal;

XII - Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário compostos por membros da magistratura, do Ministério Público e advogados, estabelecidas as funções de forma a abranger a justiça de primeiro e segundo graus, em todos os níveis e instâncias;

XIII - exercício da magistratura em tribunal de qualquer Instância por período não superior a doze anos;

XIV - fixação de proporcionalidade entre o número de juizes e o de habitantes abrangidos na competência territorial do órgão jurisdicional, podendo o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Justiça dos Estados solicitarem urgência para apreciação dos projetos que visem assegurar a observância da relação proporcional estabelecida;

XV - nos tribunais com número superior a vinte e cinco Julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições judicantes da competência do tribunal pleno.

XVI - preferência, nos casos de remoção a pedido, ao juiz mais antigo na carreira.

Parágrafo único. No âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo é vedada a nomeação ou designação, para os Cargos em Comissão, de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou Juizes vinculados, salvo se servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir junto ao Magistrado determinante da incompatibilidade.

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Tribunal do Distrito Federal será composto de membros do Ministério Público e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados pelos respectivos órgãos de representação, para mandato de doze anos, vedada a recondução.

Parágrafo único. A indicação de membro do Ministério Público e de advogado será feita de forma uninominal pelos correspondentes órgãos de representação e encaminhada diretamente ao Poder Executivo para proceder à nomeação, nos vinte dias subsequentes.



**Art. 95 .** Aos Juizes são inerentes as seguintes garantias :

**I -** vitaliciedade, no primeiro grau, que só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o Juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado, admitindo-se na instrução do processo as informações e os elementos de prova encaminhados pelo competente Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário.

**II -** .....

**III -** .....

**Art. 96 .** Compete :

**I -** aos tribunais, privativamente:

**a)** .....

**b)** .....

**c)** prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição, colhendo o parecer do Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário competente sobre os pedidos de promoção, remoção a pedido e permuta devidamente instruídos;

**d)** propor ao Poder Legislativo, ouvido o Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário correspondente, a criação de novas varas judiciárias, órgãos ou cargos de natureza administrativa e judicial;

**e)** prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça;

**f)** .....

**II -** ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça, propor ao Poder Legislativo, respeitada a iniciativa deste, ouvido sempre o respectivo Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário e observado o disposto no art. 169:

**a)** a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

**b)** a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;

**c)** a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

**d)** a alteração da organização e da divisão judiciárias.

**III -** .....

**Art. 97 .** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

(...)

**Art. 99 .** Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, na forma desta Constituição.

**§ 1º .** Os tribunais, observada a totalidade dos recursos financeiros disponíveis, elaborarão suas propostas orçamentárias considerando os limites estipulados junto com os demais Poderes, na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º. O encaminhamento da proposta, ouvidos os tribunais interessados e os respectivos Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário, compete:

- I - .....
- II - .....

**Art. 4º.** Incluem-se, onde couber, os seguintes artigos, no Capítulo III do Título IV da Constituição Federal:

" Art. \_\_\_\_ É vedada a edição de qualquer ato normativo tendente a restringir o deferimento pelo órgão jurisdicional competente de medidas liminares, cautelares ou antecipatórias, quando caracterizado o risco de produção de dano irreparável ou de difícil reparação.

"Art. As pessoas jurídicas de direito público, quando atuarem como partes em processos judiciais, não disporão de tratamento privilegiado em matéria recursal, nem de quaisquer outras prerrogativas processuais excepcionais, ressalvadas as referentes à constituição e cobrança de seus créditos, nos termos da lei".

**Art. 5º.** Acrescente-se o § 5º ao art. 71, com a seguinte redação:

"§ 5º. No julgamento dos processos de sua competência, o Tribunal pronunciar-se-á sobre as informações, elementos materiais de prova e requerimentos encaminhados pelo competente Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário".

#### **4. COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Art. 6º.** Suprima-se a seção III do capítulo III do Título IV da Constituição Federal, renumerando-se as demais seções e os demais artigos.

**Art. 7º.** O Supremo Tribunal Federal será integrado por 66 (sessenta e seis) Ministros, mantendo-se os seus atuais integrantes e aproveitando-se na sua composição os atuais Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

**Art. 8º** Os artigos da Constituição Federal, a seguir numerados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

I - um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94, sendo que, no caso dos integrantes do Ministério Público, indicar-se-á, também



alternadamente, um representante do Ministério Público Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, eleito pela Confederação Nacional de Associações Estaduais do Ministério Público e um representante do Ministério Público Federal, eleito pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I - processar e julgar, originariamente :

- a) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, bem como os chefes de missão diplomática;
- b) nos crimes de responsabilidade, além daqueles mencionadas na alínea anterior, e ressalvado o disposto no art. 52, incisos I e II, desta Constituição, os Ministros de Estado, os membros dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os Juizes dos Tribunais Federais, os membros dos Conselhos ou dos Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante os Tribunais;
- c) o **habeas corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores, o mandado de segurança e o **habeas data** contra atos do Presidente da República, de Ministro de Estado, de Presidente das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio Supremo Tribunal Federal e do Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário;
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado ou o Distrito Federal;
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- f) os conflitos de competência entre os Tribunais Superiores ou entre estes e qualquer tribunal, bem como entre tribunal e juizes a ele não vinculados e entre os juizes vinculados a tribunais diversos;
- g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do **exequatur** às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;
- i) o **habeas corpus**, quando o coator ou o paciente for Tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
- j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados, em face da competência anterior;
- l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

- n) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito federal, ou entre as deste e da União;
- o) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência da Corte Constitucional, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

II – julgar, em recurso ordinário:

- a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores ou em última instância pelos demais Tribunais, se denegatória a decisão;
- b) o crime político;
- c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

III – julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

## 5. EFEITO VINCULANTE

**Art. 9º.** Suprimam-se os atuais parágrafos do art. 102 da Constituição Federal, acrescentando-lhe parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. À Administração Pública direta, indireta ou fundacional, é vedado interpor recurso para cujo julgamento seja necessário rediscutir tese sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.”

## 6. DOS CONSELHOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO

**Art. 10.** Inclua-se a seguinte Seção, ao final do Capítulo III do Título IV da Constituição federal, renumerando-se os demais artigos:

### “ SEÇÃO IX DOS CONSELHOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO

**Art. \_\_\_\_.** O Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de fiscalização do Poder Judiciário, com sede na capital da República, vedada a



interferência na função jurisdicional dos demais órgãos, colegiados ou singulares, compõe-se, de 21 membros, da seguinte forma:

I – três quintos dentre magistrados, incluindo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo os demais eleitos na forma seguinte:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, de um dentre seus integrantes;
- b) pelo Tribunal Superior do Trabalho, de um dentre seus integrantes;
- c) pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, de um dentre os integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- d) pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, de três dentre os Desembargadores que integram os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- e) pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, de três dentre os Juizes integrantes de Tribunais Regionais Federais;
- f) por eleições realizadas por suas respectivas entidades representativas nacionais, de três dentre juizes de 1ª instância, sendo um Juiz de Direito, um Juiz Federal e Juiz do Trabalho, devendo a escolha recair em juizes com mais de dez anos de exercício.

II – um quinto dentre advogados eleitos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com mais de dez anos de exercício profissional;

III – um quinto dentre membros do Ministério Público, eleitos pelo Ministério Público Federal, com mais de dez anos de exercício profissional.

§ 1º. O Presidente do Conselho Federal de Controle Administrativo da Justiça, que nomeará seus demais integrantes, é o Presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo o seu Vice-Presidente o magistrado de maior grau hierárquico.

§ 2º. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá, no prazo de seis meses, sobre a organização e funcionamento do Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, sendo a matéria disciplinada por normas do Regimento Interno até sua promulgação.

Art. \_\_\_\_\_. Compete ao Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário:

I – estabelecer políticas judiciárias e velar pelo fiel cumprimento do Estatuto da Magistratura;

II – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

III – elaborar e aprovar sua proposta orçamentária, assim como opinar sobre as propostas orçamentárias referidas no § 2º do art. 99;

IV – acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários dos Tribunais de sua jurisdição;

V – decidir sobre processos administrativos de afastamento, remoção *ex officio* e inidoneidade de magistrados;

VI - opinar sobre processos administrativos de remoção a pedido e permuta de magistrados;

VII - opinar sobre propostas de criação de novos cargos ou órgãos administrativos ou judiciários, para encaminhamento ao Congresso Nacional;

VIII - supervisionar a organização das secretarias e serviços dos tribunais;

IX - decidir sobre processos disciplinares a que respondam os magistrados componentes da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Federais;

X - decidir, em grau de recurso, os processos disciplinares a que respondam os juizes estaduais, bem como os funcionários e serventuários do Poder Judiciário;

XI - deliberar sobre recursos contra decisão proferida em concurso público para provimento dos cargos de juizes, funcionários e serventuários do Poder Judiciário;

XII - rever, em remessa de ofício, recurso voluntário ou reclamação, as decisões dos Conselhos Estaduais de Controle Administrativo do Poder Judiciário;

Parágrafo único. Os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios organizar-se-ão e funcionarão, no que couber, de acordo com as disposições aplicáveis ao Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário."

## 7. PRECATÓRIOS JUDICIAIS

**Art. 11. Dê-se a nova redação ao art. 100 da Constituição Federal, que passa a vigorar com o seguinte texto:**

"Art. 100. Os pagamentos devidos pelo Poder Público, em qualquer nível, pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, serão efetuados em até sessenta dias, mediante intimação judicial, sob pena de aplicação do disposto na parte final do § 3º.

§ 1º. O orçamento do Poder Judiciário consignará dotação suficiente para o pagamento de débitos decorrentes de sentença judicial, discriminando especificadamente o valor igual ao total dos pagamentos efetuados no exercício imediatamente anterior, atualizado até o dia da elaboração da proposta orçamentária, não sendo admitidas para essa rubrica quaisquer emendas modificativas.

§ 2º. Se não aprovada a proposta orçamentária no prazo fixado nesta Constituição, a dotação de que trata o parágrafo anterior será considerada imediatamente disponível para os exatos fins deste artigo.

§ 3º. Em caso de insuficiência de recursos ou de preterição à ordem das intimações judiciais, deve o Presidente do Tribunal competente requisitar ou determinar o sequestro de verba de qualquer dotação da entidade executada, suficiente à satisfação do débito.



§ 4º. O descumprimento das providências a que aludem os parágrafos anteriores pelo Presidente do Tribunal constitui crime de responsabilidade, em que incorre ainda o Chefe do Poder Executivo ou qualquer outro detentor de cargo que obstar ou tentar frustrar, por qualquer meio, a liquidação do débito no prazo estabelecido neste artigo, sem prejuízo das sanções civis e penais e do direito do credor de representar ao Supremo Tribunal Federal, para fins do art. 34, VI."

## **8. EXTINÇÃO DOS JUÍZES CLASSISTAS**

**Art. 12. Os artigos da Constituição Federal, a seguir enumerados, passam a vigorar com a seguinte redação:**

"Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- I – O Tribunal Superior do trabalho;
- II – Os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III – Os Juizes do Trabalho.

§ 1º. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

- I – quinze escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista;
- II – seis dentre advogados de notório conhecimento em matéria trabalhista, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma do art. 94;
- III – seis dentre os membros do Ministério Público do Trabalho, indicados na forma do art. 94.

Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito federal, sendo a jurisdição trabalhista, nas comarcas onde inexistirem juizes do trabalho, exercida pelos juizes de direito.

Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do trabalho.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes togados nomeados pelo Presidente da República, sendo:

- I – os juizes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento;
- II – os advogados, de notório conhecimento em matéria trabalhista, e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no art. 94."

## 9. EXTINÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR

**Art. 13.** Suprimam-se da Constituição Federal a Seção VII do Capítulo III do Título IV, o inciso VI do artigo 92, os parágrafos 3º e 4º do artigo 125 e a alínea "c" do inciso I do artigo 128, renumerando-se os demais dispositivos, bem como as expressões "da Justiça Militar e" da alínea "a" do inciso I do artigo 108 e do inciso IV do artigo 109 e "ressalvada a competência Justiça Militar" do inciso IX do artigo 109.

## 10. JUSTIÇA AGRÁRIA

**Art. 14.** O art. 126 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. É obrigatória a designação, pelo Tribunal de Justiça, de juízes com competência exclusiva para resolver questões agrárias.

Parágrafo único. A lei disporá sobre o processo judicial agrário, sendo inerentes ao exercício da jurisdição agrária os seguintes princípios:

- I – simplificação das formalidades judiciais e extrajudiciais;
- II – fase conciliatória e adoção dos princípios da oralidade e da concentração;
- III – prevalência do princípio da equidade;
- IV – poderes de instrução processual peculiares à espécie, com a presença do juiz no local do litígio, quando necessário;
- V – rapidez e eficiência, inclusive no processo de execução."

## 11. JUSTIÇA ELEITORAL

**Art. 15.** Os artigos 119 e 120 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 119 .....

I – mediante eleição pelo voto secreto, cinco juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

II – por nomeação do Presidente da República, dois juízes, indicados de forma uninominal, dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º. O prazo para a nomeação prevista no inciso II é de vinte dias, após o qual a nomeação e posse competem ao Tribunal Superior Eleitoral.



Art. 120 (...)

§1º (...)

- I. mediante eleição, pelo voto secreto:
  - a) de dois juizes, dentre os do Tribunal de Justiça;
  - b) de um juiz, dentre os juizes de direito, escolhido pelo Tribunal de Justiça;
- II. de dois juizes dentre os do Tribunal Regional Federal, com sede na Capital do respectivo Estado ou no Distrito Federal, ou de juizes federais, escolhidos, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Eleitoral respectivo;
- III - por nomeação do Presidente da República, dois juizes, indicados, de forma uninominal, dentre advogados de notável saber juridico e idoneidade moral, pelas respectivas Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

§2º. O prazo da nomeação prevista no inciso III é de vinte dias, após o qual a nomeação e posse competem aos Tribunais Regionais Eleitorais.

§ 3º. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

§ 4º. A função de Corregedor Regional Eleitoral competirá a um dos Juizes Federais eleito pelo próprio Tribunal.

Art. 121. Lei Complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos Juizes e das Juntas Eleitorais.

§ 1º. Os juizes eleitorais serão escolhidos pelo Tribunal Regional Eleitoral dentre os juizes federais em exercício na sede da zona eleitoral, podendo a escolha recair em juizes de direito quando o número daqueles for insuficiente para prover os cargos existentes.

§ 2º (...)

§ 3º. Os membros dos Tribunais, os Juizes Eleitorais e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 4º (...)

## 12. JUSTIÇA FEDERAL

**Art. 16. Dê-se nova redação aos artigos da Constituição Federal, abaixo enumerados:**

"Art. 106 - São órgãos da Justiça Federal:

- I - os Tribunais Regionais Federais;
- II - os Juizes Federais;

Parágrafo único - O Conselho da Justiça Federal será integrado pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais é por um juiz de cada região, de primeira ou segunda instâncias, eleitos pelos próprios juizes para um mandato de dois anos, vedada a reeleição, cabendo-lhe exercer a coordenação e supervisão da Justiça Federal, nos termos da lei.

Art. 107 - Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, observado o disposto no art. 94.

II - os demais, mediante promoção de juizes federais, por antiguidade e merecimento, alternadamente, cabendo a nomeação ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - Os magistrados de primeira instância terão direito a voto no processo de escolha dos que serão promovidos ao Tribunal por merecimento, nos termos da lei.

Art. 109. ....

IV. os crimes políticos, os crimes militares e as infrações penais praticadas e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal, ou em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

V. os crimes praticados contra direitos humanos, como tal definidos em cláusulas de tratados que vinculem o Brasil, bem como outras infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

### 13. NORMA TRANSITÓRIA

Art. 17. Inclua-se o seguinte artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 76. Aos membros de Tribunais de qualquer instância já investidos na data da publicação desta emenda e que não façam jus à aposentadoria por tempo de serviço por ocasião do término do limite de exercício da magistratura na Corte, nos termos da redação dada ao art. 93, item XIII, fica assegurada a disponibilidade remunerada, até que sejam atingidos os requisitos para a aposentadoria.

Art. 18. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

  
Deputado JOSÉ ANTONIO



### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é, em primeiro lugar, fruto de várias experiências vividas pelo signatário, quer na condição de advogado, com mais de vinte anos de intenso exercício profissional, quer na qualidade de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo integrado o Conselho Seccional do Maranhão, do qual foi Presidente por três mandatos consecutivos, e o Conselho Federal da referida entidade, participando ativamente dos vários debates promovidos pela OAB a respeito do tema "Poder Judiciário", quer ainda da experiência de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, da classe dos advogados, função exercida por quatro anos. Em segundo lugar, incorpora o texto proposto várias contribuições do esboço de emenda à Constituição sobre a Reforma do Poder Judiciário, aprovado pelo Conselho Federal da OAB em sessões realizadas em abril, maio e dezembro de 1996 e fevereiro de 1997, das quais participou o signatário, então Conselheiro Federal, sendo o esboço decorrente de proposta da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal, sob a relatoria do Conselheiro RAIMUNDO BEZERRA FALCÃO, e tendo como relator, no Conselho Pleno, o Conselheiro FRAN COSTA FIGUEIREDO, bem como de algumas contribuições contidas nas propostas aprovadas pela Comissão Mista AMB/OAB sobre a Reforma do Judiciário, e outras contribuições apresentadas pela Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, em livreto intitulado "Reforma do Judiciário, as Propostas da AJUFE", que foi encaminhado ao gabinete do signatário, como possivelmente aos gabinetes de outros integrantes da Comissão Especial. Em terceiro lugar, procurou o signatário observar recomendações contidas no Programa de Governo no PSB, aprovado no VI Congresso Nacional. Em quarto lugar, resulta o texto proposto de sugestões recebidas de Juizes e advogados do Estado do Maranhão.

Daí a abrangência da emenda apresentada, com dezoito artigos, e tratando a maior parte dos temas pertinentes ao exercício da jurisdição, desde o acesso à Justiça, significativamente ampliado, até a criação de uma Corte Constitucional, passando por várias modificações na estrutura do Poder Judiciário, como por exemplo a extinção do Superior Tribunal de Justiça, ascendendo os seus atuais Ministros ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, que assumiria a competência do STJ, além de manter algumas das atribuições do atual STF, e a extinção da Justiça Militar.

Passa-se então a justificar, o mais brevemente possível, a proposição, fazendo-o item por item.

#### 1. DIREITOS FUNDAMENTAIS

O texto dado ao inciso XXXV do art. 5º, consagrando a gratuidade da Justiça, resulta de tese apresentada pelo signatário à XI CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB, realizada em 1986, em Belém-PA, sob o tema "Acesso à Justiça: Recursos Financeiros, Custas", e publicado nos Anais da referida Conferência (págs. 248/264). Partindo do pressuposto de que o acesso à Justiça é direito fundamental (previsto inclusive no artigo VIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem), proclama-se que condicionar esse acesso aos encargos financeiros que atualmente incidem sobre o exercício do direito, em particular o pagamento da chamada taxa judiciária e das custas processuais, pode representar, em alguns casos, a própria negação do direito, sendo recomendável que ele possa ser exercido em toda a sua plenitude.



Demais disso, levando-se em conta que a função jurisdicional do Estado é, ao lado da função legislativa e da função administrativa, uma das **necessidades** do Estado democrático de direito, não há justificativa para que, ao contrário do que ocorre com a função legislativa e com a função administrativa, pagar-se diretamente ao Estado, pela prestação da função jurisdicional, seja através da chamada taxa judiciária, devida aos Estados-membros, seja pela remuneração exigida, através de custas e emolumentos, pelos serviços forenses.

Oportuno mencionar que essa preocupação, de maior acesso ao Judiciário, está presente também no Programa de Governo do PSB, e nas propostas da Comissão AMB/OAB, além de ser antiga reivindicação de setores progressistas da sociedade, antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988.

No tocante ao **mandado de injunção**, garantia constitucional que acabou virando letra morta pela interpretação, **data venia**, equivocada do Supremo Tribunal Federal, adota-se a posição da Comissão Mista AMB/OAB, que tem por objeto torná-la efetiva.

## 2. CORTE CONSTITUCIONAL

O texto incorpora em grande parte a proposta aprovada, em 1997, pelo Conselho Federal da OAB, com o voto do signatário, e assim justificada, em síntese, pelo Conselheiro FRAN FIGUEIREDO, relator:

*"A sugestão é que se institua, entre nós, uma Corte Constitucional, como órgão de Estado, isto é, sem integrar a estrutura do Poder Judiciário, restrita a sua competência ao julgamento de matéria essencialmente constitucional. Já existente em outros países, como, v.g., Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, essa Corte teria a virtude de propiciar a melhor defesa e guarda da Constituição, ensejando forma de controle mais segura e revitalizadora. Os seus integrantes, com mandato de oito anos, vedada a recondução, seriam indicados, na proporção estabelecida, pelo Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo órgão de representação do Ministério Público e pelo Conselho Federal da OAB".*

Na verdade, foram estendidos os mandatos para dez anos, ficando a meio termo entre a previsão de alguns países da Europa, que prevêem mandato de nove a onze anos. Também não pareceu ao signatário necessária a previsão de os eleitos pelo Congresso Nacional sejam *"Professores de Direito Constitucional, parlamentares ou não"*, como consta do esboço apresentado pela OAB. Por outro lado, foi adotada, **mutatis mutandis**, a redação do atual art. 58, 1º, no tocante à proporcionalidade partidária, prevendo-se, de igual modo, sejam os eleitos indicados por partidos políticos e/ou blocos parlamentares com representação no Congresso Nacional.

## 3. ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

Com a criação da Corte Constitucional, absorvendo a competência mais preeminente do atual Supremo Tribunal Federal, a solução encontrada, tal como aprovado também pelo Conselho Federal da OAB no esboço de emenda já mencionado, foi a de manter esse



Tribunal como órgão de cúpula do Poder Judiciário, extinguindo-se o Superior Tribunal de Justiça, cujos Ministros ascenderiam ao Supremo Tribunal Federal, em conjunto com os atuais integrantes da Corte. Pelo volume de serviço existente atualmente, bem como pela circunstância de manter o STF parte das suas atuais atribuições e passar a deter a competência ora reservada ao STJ, justifica-se o acréscimo de vagas na Corte, que passaria a contar com 66 integrantes, ponto sobre o qual, inclusive, diverge o texto proposto do esboço aprovado na OAB.

Estabelece-se o controle externo do Poder Judiciário, com membros da magistratura e representantes do Ministério Público e da OAB. Esse controle, como não poderia deixar de ser, restringe-se à atividade administrativa, sem qualquer interferência na função jurisdicional. Daí a designação de Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de caráter nacional, e de Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal.

Estabelece-se, também, dentre outras propostas, um período máximo para exercício da magistratura em determinado Tribunal, doze anos, possibilitando assim maior possibilidade de ascensão na carreira e evitando a permanência de Desembargadores e Ministros por mais de duas ou até três décadas, fenômeno que tem se tornado cada vez mais freqüente, e que contribui para um maior conservadorismo na atuação do Judiciário. Como forma de evitar injustiças, é assegurado aqueles que, atualmente, estejam investidos no exercício de tais funções e que, ao cabo de doze anos, não possuam tempo de serviço para aposentadoria, ou idade para aposentar-se, permanecer em disponibilidade remunerada até obter dos requisitos para a aposentadoria.

É vedada, por outro lado, a prática do nepotismo, ampliando-se para todo o Poder Judiciário regra que, por força da Lei 9.421, vige atualmente sobre o Judiciário federal. Estabelece-se, por outro lado, como princípio a ser observado no Estatuto da magistratura, uma proporcionalidade entre o número de Juizes e de habitantes, como critério objetivo para a criação de varas, assegurando-se, conforme sugerido pela AJUFE, ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais de Justiça dos Estados a possibilidade de requererem urgência na tramitação dos projetos de lei que visem a implementar essa proporção.

Também impede-se a nomeação -- atendendo o texto a uma das propostas da AJUFE -- de pessoas que estejam exercendo funções de confiança no âmbito do Poder Executivo, ou que o tenham exercido durante o mandato do agente político a quem competir a nomeação. Com isso logra-se evitar a influência do Executivo na escolha dos próprios órgãos de representação.

Modifica-se o disposto no art. 94, estabelecendo a forma uninominal para a indicação, de modo que aquele candidato que obtiver a maioria dos votos no respectivo órgão de representação de advogados ou do Ministério Público torna-se o nomeado, dispensada a fase de escolha pelo Tribunal a que vai pertencer.

Dois importantes avanços são consignados, por proposta da AJUFE, sendo também objeto do estudo conjunto OAB/AMB: veda-se a edição de qualquer ato normativo tendente a restringir o deferimento de liminares, cautelares ou antecipatórias, e impede-se a previsão legal de qualquer privilégio processual à Fazenda Pública.

#### 4. EFEITO VINCULANTE

Um dos temas mais polêmicos da Reforma do Judiciário, a Súmula Vinculante, ou o Efeito Vinculante da Súmula do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, é objeto da proposta, seguindo-se, novamente, a solução adotada, com o voto do signatário, pelo Conselho Federal da OAB.

É verdade indiscutível o acúmulo de feitos no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores, ao ponto do Ministro CARLOS MÁRIO VELLOSO, Presidente eleito do STF, ter mencionado em recente entrevista que essa Corte, no ano passado, recebeu cerca de 40 mil processos, dos quais 85% eram repetidos, donde "*o Supremo está decidindo uma mesma tese jurídica cem mil vezes*". Contudo, a solução de emprestar efeito vinculante às Súmulas, além dos graves danos à independência jurídica dos Juízes, princípio basilar do Estado democrático de direito, e tradicional nos países de tradição românica, não resolverá o problema: basta raciocinar que a lei federal e a Constituição vinculam, atualmente, a conduta dos Juízes e Tribunais inferiores e, nem por isso, os recursos são evitados. Isso significa dizer que, atribuída a Súmula força equivalente à lei, haverão recursos discutindo ser ela ou não aplicável a cada caso concreto.

Daí ser mais consentâneo vincular a Administração Pública, responsável, sem dúvida, por 99% por cento dos recursos repetidos, interpostos muitas vezes por força de imposição legal, embora patente a injuricidade da conduta estatal que deu origem ao litígio. E, nos termos da proposta, o correto é impedir a rediscussão de tese sumulada pelo Supremo Tribunal Federal. Com isso se estará evitando a repetição de recursos mencionada pelo eminente Ministro, desfogando enormemente a carga de serviços da Corte.

#### 5. CONTROLE EXTERNO

Outro tema polêmico, o controle externo do Judiciário é consagrado no texto, seguindo, uma vez mais, a posição adotada pelo Conselho Federal da OAB, com o voto do signatário, em 1997, quer na denominação do órgão (Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário), quer na previsão da existência de um órgão federal e de órgãos estaduais, quer ainda nas atribuições conferidas. Não se contemplou, porém, a força de coisa julgada de suas deliberações, prevista no esboço, ponto sobre o qual o signatário divergiu, em 1997, e mantém sua convicção. Das decisões do Conselho Federal, assim, caberia mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal, o mesmo devendo ocorrer, por força do paralelismo das formas, no âmbito dos Estados, em relação ao respectivo Conselho e o Tribunal de Justiça.

Divergiu-se, também, no tocante à composição, ficando-se num meio termo entre a proposta da AJUFE e a aprovada pelo Conselho Federal da OAB, aquela prevendo a participação de apenas um advogado e de dois representantes do Ministério Público no Conselho Nacional de Justiça, composto de dezoito membros, e esta contando com vinte e um integrantes, sendo sete da magistratura, sete da advocacia e sete do Ministério Público.

Parece ao signatário adequado tenha a magistratura a maioria dos integrantes do Conselho, de sorte que a ela foi assegurado três quintos do Conselho, sendo os seus representantes escolhidos levando-se em conta a representação do Supremo Tribunal, de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais do Trabalho, de Tribunais Regionais Federais e de Tribunais Estaduais, bem como de juízes de 1º grau -- o que nem sempre representa uniformidade de nensamento --, ficando a advocacia e o Ministério Público, cada qual, com um quinto de seus



integrantes. Por outro lado, sendo a Corte Constitucional órgão de Estado, que não integra o Poder Judiciário, não parece adequada a participação do seu Presidente, como sugerido no esboço da OAB, como membro nato do Conselho.

## 6. PRECATÓRIOS

Adotou-se, no tocante aos precatórios, a mesma redação dada pelo Conselho Federal da OAB, no esboço aludido, representando significativa inovação no tema, e permitindo uma mais rápida satisfação das ordens de pagamentos expedidos contra o Poder Público.

## 7. JUSTIÇA DO TRABALHO

A proposta elimina os Juizes Classistas, e prevê a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho com participação de maior número de Juizes oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, tal como se dá, presentemente, no tocante ao Superior Tribunal de Justiça e deverá ocorrer, se aprovado a proposta, como o Supremo Tribunal Federal.

## 8. JUSTIÇA MILITAR

Tal como sugerido no esboço do Conselho Federal da OAB, e coerente com o voto proferido na ocasião, o signatário propõe a extinção da Justiça Militar, seja federal, seja estadual.

## 9. JUSTIÇA AGRÁRIA

O artigo 126 do texto constitucional em vigor jamais foi implementado, em parte por faltar clareza à norma, que se refere a uma "*entrância especial*", que não está contemplada na maioria das leis de organização judiciária dos Estados.

Na esteira do esboço apresentado pelo Conselho Federal da OAB, a proposta visa a modificar esse estado de coisas, impondo a designação de magistrados com competência exclusiva para resolver questões agrárias e prevendo lei que disponha sobre o processo judicial agrário, estabelecendo desde logo alguns princípios a serem observados pelo legislador ordinário.

## 10. JUSTIÇA ELEITORAL

A alteração decorrente da extinção do Superior Tribunal de Justiça, e ascensão de seus atuais Ministros ao Supremo Tribunal Federal, impõe a alteração da composição do Tribunal Superior Eleitoral, atualmente integrado por três Ministros do STF e dois do STJ, passando a Corte Eleitoral Superior a contar com cinco Ministros do STF, dentre os quais será escolhido o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral.

Por outro lado, fundindo as propostas do Conselho Federal da OAB e da AJUFE, a escolha dos dois Ministros integrantes da categoria dos advogados se dará pela aplicação da regra do art. 94, ou seja, com a participação da OAB, e sendo nomeados aqueles mais



votados pela entidade, uma vez que a indicação não se fará mais em lista triplice, sendo doravante **uninominal**.

Parece ao signatário, que detém razoável experiência profissional atuando no segmento, inicialmente, de 1983 a 1987, exercendo, por dois biênios consecutivos, o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Maranhão, e depois, a partir da eleição de 1988, atuando como advogado, que a experiência da Justiça Eleitoral no Brasil é vitoriosa, no tocante à duração determinada da atuação do magistrado integrante dos Tribunais Eleitorais, e à participação, nessa Justiça Especializada, de magistrados oriundos de outros ramos do Judiciário, o que conduz a uma significativa redução dos custos.

A ocorrência de eventuais atrasos em julgamentos da Justiça Eleitoral, fato inegável, nem sempre decorre da estrutura da Justiça Eleitoral, sendo certo que a proposta aumenta a independência (e, via de consequência, confere maior isenção) aos Tribunais Eleitorais quando, de um lado, impõe a participação da OAB na escolha dos Juizes da classe dos advogados, e, de outro, retira do Executivo a possibilidade de escolha desses Juizes, indicados agora de forma uninominal.

No tocante aos Tribunais Regionais Eleitorais, e aos Juizes Eleitorais de 1º grau, a proposta atende às reivindicações da AJUFE, aumentando a participação dos Juizes Federais -- já que a Justiça Eleitoral é federal -- não só nos TREs, como também dando-lhes a preferência na função de titulares de Zonas Eleitorais. A participação irrisória da Justiça Federal nos TREs, com apenas um magistrado, devia-se unicamente à escassez de juizes federais nos Estados-membros, circunstância hoje inexistente, já que cada Estado da federação conta atualmente com, no mínimo, duas varas federais e, por conseguinte, quatro magistrados em pleno exercício, número suficiente para atender às modificações propostas na estrutura dos TREs. Além disso, o processo de interiorização da Justiça Federal em diversos Estados tem levado inúmeros juizes federais a exercerem suas atividades em cidade sede de zona eleitoral, permitindo-lhes assim integrar a Justiça Eleitoral de primeira instância.

## 11. JUSTIÇA FEDERAL

Também aqui o texto atende a algumas propostas da AJUFE, estabelecendo, por exemplo, seja o Conselho da Justiça Federal integrado por Juizes Federais, e não por Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aliás extinto pela emenda, ainda mais que esse Tribunal não integra e jamais integrou a Justiça Comum Federal, cuja atribuição, em síntese, é julgar causas em que interessada a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais. O STJ sempre foi entendido como tribunal nacional, abrangendo a Justiça de todo o País, federal e estadual, tal como ocorrerá, a ser aprovada a emenda, com o STF.

Ainda por sugestão da AJUFE, o texto consagra importante inovação, estabelecendo a possibilidade de juizes de 1º grau votarem na escolha daqueles que serão promovidos, por merecimento, aos Tribunais Regionais Federais, cabendo a nomeação não mais ao Presidente da República, mas sim ao Presidente do Tribunal, como já ocorre na Justiça Estadual.

Por outro lado, atendendo tanto às propostas da AJUFE quanto ao Programa de Governo do PSB, promove-se a federalização dos crimes contra os direitos humanos.

  
Deputado JOSE ANTONIO



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009643)

AUTOR: JOSE ANTONIO E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
7 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
8 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
9 - ANDRE BENASSI	SP	PSDB
10 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
11 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
12 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
13 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
14 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
15 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
16 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
17 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
18 - B. SA	PI	PSDB
19 - BADU PICANCO	AP	PSDB
20 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
21 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
22 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
23 - CAIO RIELA	RS	PTB
24 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
25 - CELSO JACOB	RJ	PDT
26 - CESAR BANDEIRA	MA	PFL
27 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
28 - CHIQUINHO FEITOSA	CE	PSDB
29 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
30 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
31 - COSTA FERREIRA	MA	PFL
32 - DAMÍAO FELICIANO	PB	PMDB
33 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
34 - DARCI COELHO	TO	PFL
35 - DE VELASCO	SP	PST
36 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
37 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
38 - DJALMA PAES	PE	PSB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
42 - EBER SILVA	RJ	PDT
43 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
44 - EDISON ANDRINO	SC	PMDB
45 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
46 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
47 - EDUARDO JORGE	SP	PT
48 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
49 - EFRAIM MORAIS	PB	PFL

50 - ELISEU MOURA	MA	PPB
51 - ESTHER GROSSI	RS	PT
52 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
53 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
54 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
55 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
56 - FERNANDO FERRO	PE	PT
57 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
58 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
59 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
60 - FEU ROSA	ES	PSDB
61 - FRANCISCO COELHO	MA	PFL
62 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
63 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
64 - GERALDO MAGELA	DF	PT
65 - GERALDO SIMOES	BA	PT
66 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
67 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
68 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
69 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
70 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
71 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
72 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
73 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
74 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
75 - IEDIO ROSA	RJ	PMDB
76 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
77 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
78 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
79 - JAIME MARTINS	MG	PFL
80 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
81 - JAIRO CARNEIRO	BA	PFL
82 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
83 - JOAO CALDAS	AL	PMN
84 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
85 - JOAO GRANDAO	MS	PT
86 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
87 - JOAO PAULO	SP	PT
88 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
89 - JORGE COSTA	PA	PMDB
90 - JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
91 - JOSE DIRCEU	SP	PT
92 - JOSE GENOINO	SP	PT
93 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
94 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
95 - JOSE ROCHA	BA	PFL
96 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PSDB
97 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
98 - JUQUINHA	GO	PSDB
99 - JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
100 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
101 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
102 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
103 - LINO ROSSI	MT	PSDB
104 - LUCIANO BIVAR	PE	PSL



105 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
106 - LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
107 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
108 - MANOEL CASTRO	BA	PFL
109 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
110 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
111 - MARCELO DEDA	SE	PT
112 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
113 - MARCIO MATOS	PR	PT
114 - MARCOS CINTRA	SP	PL
115 - MARCOS ROLIM	RS	PT
116 - MAURO FECURY	MA	PFL
117 - MAX ROSENMANN	PR	PSDB
118 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
119 - MILTON MONTI	SP	PMDB
120 - MILTON TEMER	RJ	PT
121 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
122 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
123 - MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
124 - MORONI TORGAN	CE	PSDB
125 - MUCIO SA	RN	PMDB
126 - MUSSA DEMES	PI	PFL
127 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
128 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
129 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
130 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
131 - NELSON TRAD	MS	PTB
132 - NEY LOPES	RN	PFL
133 - NICE LOBAO	MA	PFL
134 - NILSON MOURAO	AC	PT
135 - NILSON PINTO	PA	PSDB
136 - NILTON CAPIXABA	RO	PTB
137 - NORBERTO TEIXEIRA	GO	PMDB
138 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
139 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
140 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
141 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
142 - OSVALDO SOBRINHO	MT	PTB
143 - PADRE ROQUE	PR	PT
144 - PAES LANDIM	PI	PFL
145 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
146 - PASTOR JORGE	DF	PMDB
147 - PAULO FEIJO	RJ	PSDB
148 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
149 - PAULO MARINHO	MA	PFL
150 - PAULO PAIM	RS	PT
151 - PAULO ROCHA	PA	PT
152 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
153 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
154 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
155 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
156 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
157 - PEDRO WILSON	GO	PT
158 - PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB
159 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT

160 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
161 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
162 - REMI TRINTA	MA	PL
163 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
164 - RENILDO LEAL	PA	PTB
165 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
166 - RICARDO MARANHÃO	RJ	PSB
167 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
168 - RODRIGO MAIA	RJ	PFL
169 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
170 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
171 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
172 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
173 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
174 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
175 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
176 - SERGIO REIS	SE	PSDB
177 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
178 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
179 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
180 - VALDEMAR COSTA NETO	SP	PL
181 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
182 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
183 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
184 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
185 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
186 - WALDIR PIRES	BA	PT
187 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
188 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
189 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB



ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	189	REPETIDAS: 1
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	1	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	191	

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - MILTON TEMER RJ PT

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - ANTONIO JOAQUIM MT PSDB

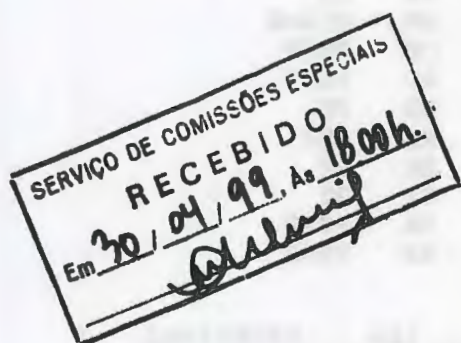


EMENDA Nº 44 CE/99

**COMISSÃO DESTINADA A OFERECER PARECER À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**



**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992**  
(Dos Srs. Deputados ~~Marcelo Deda~~, José Dirceu, Waldir Pires, Antonio Carlos Biscaia, Nelson Pellegrino, José Pimentel, Padre Roque, Waldomiro Fioravante e outros)



"Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário"

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do art. 8º terá a seguinte redação:

*III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de toda a categoria profissional, e não apenas de seus filiados, inclusive em questões judiciais e extrajudiciais, atuando como substituto processual, independentemente de mandato individual expreso;*

Art. 2º Suprima-se do art. 52 o inciso X, fazendo-se os ajustes necessários:

Art. 3º O inciso XIV do art. 84 terá a seguinte redação:

XIV - nomear, após a aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do *Supremo Tribunal Constitucional* e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente

e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

**Art. 4º** O Capítulo III ("Do Poder Judiciário") do Título IV ("Da Organização dos Poderes") da Constituição Federal terá a seguinte redação, procedendo-se às renumerações necessárias:

### **Capítulo III Do Poder Judiciário**

#### **Seção I Disposições Gerais**

**Art. 92.** São órgãos do Poder Judiciário:

- I - o Supremo Tribunal Constitucional;**
- II - o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais do Poder Judiciário;**
- III - o Superior Tribunal de Justiça;**
- IV - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;**
- V - os Tribunais e Juízes do Trabalho;**
- VI - os Tribunais e Juízes Eleitorais;**
- VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.**

**Parágrafo único.** O *Supremo Tribunal Constitucional* e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do *Conselho Nacional do Poder Judiciário*, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

**I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, por intermédio de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e de um membro do magistério jurídico superior em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;**

**II - (atual inciso II do art. 93):**

**a) (atual alínea a do inciso II do art. 93);**

**b) (atual alínea b do inciso II do art. 93);**

20

:equi

10.4

**c) aferição do merecimento, em julgamento público e mediante votação individualmente fundamentada, sob pena de nulidade, por**



*intermédio de metodologia científica de avaliação de desempenho funcional, regida por critérios objetivos, prestação e segurança no exercício da jurisdição e frequência, com aproveitamento, em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;*

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, *devendo ser fundamentado cada voto de recusa, sob pena de nulidade;*

e) *a decisão proferida nos termos da alínea d constituirá peça inicial obrigatória de instauração de processo administrativo-disciplinar contra o juiz recusado.*

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II, *para os magistrados de carreira, e com o art. 94, parágrafo 1º, para a representação de classe;*

IV - *previsão de cursos oficiais de aperfeiçoamento de magistrados, assegurada igualdade de oportunidade;*

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do *Supremo Tribunal Constitucional* e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

VI - (atual inciso VI do art. 93);

VII - (atual inciso VII do art. 93);

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto, *individualmente fundamentado*, de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa, *sob pena de nulidade, sendo garantida a presença no julgamento da parte e de seu advogado;*

IX - todos os julgamentos *jurisdicionais e administrativos, bem como todas as sessões*, dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, *em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;*

X - as decisões disciplinares dos órgãos do Poder Judiciário serão tomadas pelo voto, *individualmente fundamentado*, da maioria absoluta dos seus membros, *sob pena de nulidade*;

XI - nos tribunais com número superior a trinta julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de quatorze e o máximo de trinta membros vitalícios, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas pelo tribunal pleno, na forma do regimento interno;

XII - metade dos membros do órgão especial será eleita pelo tribunal pleno e metade será eleita, mediante voto direto e secreto, pelos magistrados de carreira vitalícios, para um mandato de dois anos;

XIII - o magistrado aposentado, antes de transcorrido três anos da aposentadoria, não exercerá o procuratório judicial;

XIV - os órgãos diretivos dos tribunais serão escolhidos por meio de eleição direta e secreta por todos os juízes vitalícios vinculados ao tribunal, vedada a reeleição.

Art. 94. O Supremo Tribunal Constitucional, os Tribunais Superiores e os Tribunais de 2º Grau serão integrados por membros oriundos da magistratura de carreira, por representantes da classe dos advogados e por membros do Ministério Público.

§ 1º Os advogados e os membros do Ministério Público, egressos a Tribunais em representação de vaga da classe, para todos os efeitos deste artigo, sempre guardarão a respectiva classe de origem.

§ 2º Quatro quintos dos cargos dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios, serão integrados por magistrados de carreira, na forma do art. 93, II, e 96, I, d, e um quinto será composto, alternadamente, por membros do Ministério Público, com mais de quinze anos de carreira e menos de sessenta anos de idade, e por advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e menos de sessenta anos de idade.

§ 3º As vagas para Ministro dos Tribunais Superiores pertencentes aos magistrados de carreira, nos termos desta Constituição, serão integradas da seguinte forma:

a) os magistrados de carreira serão eleitos, pela composição plena do Tribunal de 2º Grau de origem, para compor lista tríplice;

b) elaboradas, as listas serão remetidas ao Tribunal Superior pertinente, o qual, por sua composição plena, em tantas votações quantas se fizerem necessárias, comporá lista tríplice;



*c) aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, o Presidente da República fará a sua nomeação.*

*§ 4º Os membros do Ministério Público e os advogados que integrarão os Tribunais Superiores, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e os Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, serão eleitos em votação de âmbito nacional, regional, estadual e distrital, mediante voto secreto e direto dos integrantes de cada uma das categorias, com a formação de chapas, vedados o voto por representação e a eleição proporcional, para a lista triplíce; recebidas as indicações de classe, o Tribunal enviará a lista para o Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para a nomeação.*

*§ 5º O Procurador Geral da República, os Procuradores Gerais de Justiça e o Presidente e os Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil serão inelegíveis, no exercício do cargo e dos mandatos e até três anos após deixarem os mesmos, para concorrer nas eleições previstas neste artigo.*

Art. 95. (atual art. 95)

I - vitaliciedade, adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do *órgão competente*, e, *posteriormente*, de sentença judicial transitada em julgado;

II - (atual inciso II do art. 95);

III - (atual inciso III do art. 95).

*Parágrafo único.* (atual parágrafo único do art. 95):

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função do magistério, salvo *no* magistério;

II - (atual inciso II do parágrafo único do art. 95);

III - (atual inciso III do parágrafo único do art. 95).

Art. 96. (atual art. 96):

I - (atual inciso I do art. 96):

*a) proceder a eleição de seus órgãos diretivos, na forma do parágrafo primeiro, e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;*

*b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;*

*c) organizar o seu respectivo Conselho, fixando-lhe a competência;*

*d) (atual alínea c do inciso I do art. 96);*

*e) (atual alínea d do inciso I do art. 96);*

*f) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto quanto aos de confiança assim definidos em lei, observado o inciso XIII do art. 93;*

*g) (atual alínea f do inciso I do art. 96).*

**II - ao Supremo Tribunal Constitucional, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:**

*a) (atual alínea a do inciso II do art. 96);*

*b) (atual alínea b do inciso II do art. 96);*

*c) (atual alínea c do inciso II do art. 96);*

*d) (atual alínea d do inciso II do art. 96).*

**III - (atual inciso III do art. 96).**

**§ 1º Os cargos de Presidente, de Vice-Presidentes e de Corregedor-Geral dos órgãos dos Tribunais de 2º grau serão eleitos, dentre os seus membros vitalícios, para um mandato de dois anos, mediante o voto direto e secreto dos magistrados de primeiro e segundo graus investidos da garantia do art. 95, I, vedada a reeleição.**

**§ 2º As receitas decorrentes de serviços judiciários não-privatizados serão recolhidas integralmente pelos contribuintes aos cofres públicos, vedada qualquer destinação específica.**

**Art. 97. O Supremo Tribunal Constitucional e os Tribunais Superiores poderão, de ofício ou por provocação, mediante decisão fundamentada de quatro quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula e declarar que o seu enunciado, a partir da publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado.**

**Parágrafo único. Os Tribunais de 2º grau de jurisdição, as autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 104, as federações**



*sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual estão legitimadas para o pedido de aprovação, revisão e cancelamento de súmula.*

Art. 98. (atual art. 97).

Art. 99. (atual art. 98).

Art. 100. (atual art. 99).

§ 1º (atual § 1º do art. 99).

§ 2º (atual § 2º do art. 99).

I - no âmbito da União, aos Presidentes *do Supremo Tribunal Constitucional* e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos *órgãos*;

II - (atual inciso II do art. 99).

Art. 101. (atual art. 100).

## **Seção II**

### **Do Supremo Tribunal Constitucional**

Art. 102. O *Supremo Tribunal Constitucional* compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e *menos de sessenta anos*, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os *Ministros do Supremo Tribunal Constitucional* serão nomeados pelo *Presidente da República*, depois de aprovada a escolha por *três quintos de cada uma das Casas do Congresso Nacional* reunido em sessão conjunta.

§ 2º O mandato de Ministro será de nove anos, vedada a recondução, e renovando-se o Tribunal por um terço a cada quatro anos.

§ 3º Findo o mandato, o Ministro terá direito à aposentadoria correspondente aos vencimentos do cargo, vedada quaisquer acumulações.

Art. 103. Compete ao *Supremo Tribunal Constitucional*, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual *ou municipal*, quando contrariar dispositivo desta Constituição;

b) (atual alínea *b* do inciso I do art. 102);

c) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas na alínea anterior, o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio *Supremo Tribunal Constitucional* e do *Conselho Nacional do Poder Judiciário*;

d) (atual alínea *e* do inciso I do art. 102);

e) (atual alínea *f* do inciso I do art. 102);

f) (atual alínea *j* do inciso I do art. 102);

g) (atual alínea *l* do inciso I do art. 102);

h) (atual alínea *m* do inciso I do art. 102);

i) (atual alínea *n* do inciso I do art. 102);

j) (atual alínea *p* do inciso I do art. 102);

l) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio *Supremo Tribunal Constitucional*.

II - (atual inciso III do art. 102):

a) contrariar dispositivo desta Constituição *em questão de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante valor social*;

b) (atual alínea *a* do inciso III do art. 102);

c) (atual alínea *b* do inciso III do art. 102).

**§ 1º** A publicação de declaração de inconstitucionalidade proferida pelo *Supremo Tribunal Constitucional* em decisão definitiva de mérito, em ação direta ou incidentalmente, produzirá efeito automático, geral e subordinante de cassação da validade desde o início de vigência do preceito inconstitucional.



**§ 2º A decisão de inconstitucionalidade proferida nos termos do parágrafo primeiro constitui-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a sentença ou acórdão que a houver aplicado.**

**§ 3º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Constitucional e, uma vez julgada procedente, total ou parcialmente, sua decisão constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.**

**§ 4º A decisão que acolher, no todo ou em parte, reclamação de garantia da autoridade de decisão do Supremo Tribunal Constitucional, constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.**

**Art. 104. (atual art. 103) Podem propor a ação de inconstitucionalidade:**

**I - (atual inciso I do art. 103);**

**II - (atual inciso II do art. 103);**

**III - (atual inciso III do art. 103);**

**IV - (atual inciso IV do art. 103);**

**V - (atual inciso V do art. 103);**

**VI - o Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara Municipal;**

**VII - o Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral da Justiça dos Estados;**

**VIII - (atual inciso VII do art. 103);**

**IX - (atual inciso VIII do art. 103);**

**X - (atual inciso IX do art. 103).**

**§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Constitucional.**

**§ 2º (atual § 2º do art. 103).**

**§ 3º (atual § 3º do art. 103).**

### **Seção III**

#### **Do Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário**

**Art. 105.** *O sistema administrativo de planejamento e avaliação interno do Poder Judiciário é constituído pelos seguintes órgãos:*

**I - Conselho Nacional do Poder Judiciário;**

**II - Conselhos Estaduais do Poder Judiciário, instituídos em cada um dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal**

**§1º** *Ao Conselho Nacional do Poder Judiciário subordinam-se a Corregedoria Geral de Magistrados e a Corregedoria Geral de Servidores Judiciários, órgãos com funções executivas correicionais e disciplinares no âmbito da competência e atribuições regimentais do Conselho.*

**§2º** *Os Conselhos discriminados no inciso II estruturarão os seus serviços executivos de corregedoria nos termos do art. 96, I, a e c, observada a subordinação aludida no § 1º deste artigo.*

**Art. 106.** *O Conselho Nacional do Poder Judiciário possui atribuições administrativas em todo o território nacional, competindo-lhe:*

**I - desenvolver, institucionalmente, o planejamento e avaliação administrativa do Poder Judiciário, com poderes de coordenação, supervisão, fiscalização, correição e disciplina sobre as atividades administrativas dos órgãos, serviços auxiliares, membros e servidores judiciários dos Tribunais, nos termos do inciso II, incumbindo-lhe conhecer de reclamações, requisitar informações e diligências, determinar procedimentos e ordenar providências, sendo-lhe vedada, por todo modo e qualquer motivação, interferir na atividade jurisdicional;**

**II - processar e julgar, originariamente, no âmbito administrativo-disciplinar, os membros dos Tribunais, podendo decidir, fundamentadamente, pela representação de perda do cargo, remoção, disponibilidade ou aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço, e aplicar outras sanções administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe vedada a interferência na atividade jurisdicional;**

**III - julgar, em grau de recurso, os processos administrativo-disciplinares contra os juízes de primeiro grau de jurisdição e servidores dos Tribunais;**

**IV - planejar, desenvolver e avaliar planos, programas e projetos estruturais e traçar diretrizes gerais que viabilizem a implementação de**



*políticas de organização e métodos garantidores da efetividade, racionalização e prestação dos serviços judiciários;*

*V - desenvolver ações institucionais que assegurem e efetivem a independência, autonomia, eficiência e eficácia administrativa, orçamentária e financeira do Poder Judiciário;*

*VI - zelar, incondicionalmente, pela observância dos direitos, prerrogativas e garantias constitucionais da magistratura e dos direitos e garantias dos servidores judiciários;*

*VII - supervisionar o cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares e recomendar providências, fiscalizar o cumprimento das normas constitucionais sobre administração, orçamento, finanças e vencimentos, a observância ao art. 37 e a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos dos Tribunais e seus servidores judiciários, podendo desconstituí-los, revê-los ou assinar prazo para que sejam adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;*

*VIII - representar ao Ministério Público, no âmbito de sua competência originária, o ajuizamento de ação de perda do cargo, bem assim no caso de crime contra a administração da Justiça ou de abuso de autoridade;*

*IX - elaborar, anualmente, relatório geral, que integrará mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Constitucional ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa, no qual constem:*

*a) a avaliação de desempenho, global e particularizada, do Poder Judiciário no País, inclusive dos Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Constitucional, com publicação de dados e estatísticas sobre cada uma das Justças especializadas nas regiões, Estados e Distrito Federal, em cada um e todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, processos e recursos humanos;*

*b) as atividades desenvolvidas pelo Conselho e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário.*

*X - julgar administrativamente, mediante reclamação ou em grau de recurso, os regimentos internos e as instruções normativas dos Tribunais, o resultado, individual ou coletivo, dos concursos públicos para provimento de cargos de juízes de primeiro grau e de servidores dos Tribunais, bem como o preenchimento dos cargos de confiança;*

*XI - propor, no âmbito federal, projetos legislativos que disponham sobre estrutura, organização e funcionamento administrativo do Poder Judiciário;*

**XII - elaborar o projeto do Estatuto da Magistratura e o Estatuto dos Servidores Judiciários, mediante prévia consulta a todos os Tribunais, associações de magistrados e de servidores judiciários de âmbito nacional.**

**§ 1º Todas as decisões dos órgãos integrantes do sistema de planejamento e avaliação do Poder Judiciário são administrativas e serão fundamentadas, e públicas suas sessões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes e seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.**

**§ 2º Os Conselhos referidos no art. 105, II, terão sua competência deferida nos termos do art. 96, I, letras a e c, e serão vinculados aos respectivos Tribunais.**

**Art. 107. O Conselho Nacional do Poder Judiciário é integrado por vinte e um membros, todos eleitos para mandato de quatro anos em regime de dedicação exclusiva, salvo o exercício de cargo ou função de magistério superior, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos, de notável saber jurídica e reputação ilibada, sendo:**

**a) sete eleitos pelos magistrados togados vitalícios, sendo dois dos Tribunais Superiores, um dos Tribunais Regionais, um dos Tribunais de Justiça e dois juízes do 1º grau;**

**b) seis eleitos pelo Congresso Nacional pelo voto de quatro quintos de seus membros, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e de notável saber jurídico e ilibada reputação moral, sendo três representantes do meio científico e acadêmico;**

**c) quatro eleitos pelos membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e dos Territórios, com mais de quinze anos de carreira;**

**d) quatro eleitos pelos advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional.**

**§1º Cada um dos Conselhos discriminados no art. 105, II, compõe-se de onze membros, sendo quatro eleitos pelos magistrados, três eleitos pelas Assembléias Legislativas, dois eleitos pelo Ministério Público Estadual ou Distrital e dois eleitos pelos advogados que atuam no Estado, na forma da lei, para mandato de quatro anos, em regime de dedicação exclusiva, salvo o exercício de cargo ou função de magistério superior, vedada a reeleição.**

**§ 2º Os membros dos Conselhos Nacional e Estaduais do Poder Judiciário serão eleitos em votação de âmbito nacional e estadual, mediante voto direto e secreto dos juízes togados vitalícios, dos membros**



*do Ministério Público e dos advogados, para cada uma das respectivas categorias, vedados o voto por representação e a eleição proporcional, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente, a realização do pleito, na forma de resolução.*

*§ 3º O Ministério Público, por seus Procuradores-Gerais, oficiará junto aos Conselhos discriminados no art. 105, I e II.*

*§ 4º É vedada a eleição, pelo Congresso Nacional e pelas Assembleias Legislativas, de parlamentar, de ex-parlamentar e de cidadão que esteja exercendo cargo de confiança no âmbito de qualquer um dos três Poderes para compor qualquer um dos Conselhos instituídos pelo art. 105, I e II.*

*§ 5º O Procurador Geral da República, os Procuradores Gerais de Justiça e o Presidente e os Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil serão inelegíveis, no exercício do cargo e dos mandatos e até três anos após deixarem os mesmos, para concorrer nas eleições dos Conselhos discriminados no art. 105, I e II.*

*§ 6º Lei Complementar disporá, no prazo de noventa dias, sobre a organização e funcionamento dos Conselhos integrantes do sistema de planejamento e avaliação do Poder Judiciário.*

#### *Seção IV*

#### *Do Superior Tribunal de Justiça*

*Art. 108. (atual art. 104) :*

*Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:*

*I - um terço dentre juízes de carreira dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores de carreira dos Tribunais de Justiça, escolhidos na forma do art. 94, § 3º;*

*II - um terço, em partes iguais, alternadamente, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, escolhidos na forma do art. 94, § 4º.*

*§ 1º O mandato de Ministro será de nove anos, vedada a recondução, e renovando-se o Tribunal por um terço a cada quatro anos.*

*§ 2º Findo o mandato, o Ministro terá direito à aposentadoria correspondente aos vencimentos do cargo, vedada quaisquer acumulações.*

Art. 109. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, *os membro do Conselho Nacional do Poder Judiciário*, salvo o previsto no art. 52, II, os membros dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Contas da União;

b) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas na alínea anterior;

c) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais, e *os chefes de missão diplomática de caráter permanente*;

d) (atual alínea *b* do inciso I do art. 105);

e) (atual alínea *c* do inciso I do art. 105);

f) (atual alínea *d* do inciso I do art. 105);

g) (atual alínea *e* do inciso I do art. 105);

h) (atual alínea *f* do inciso I do art. 105);

i) (atual alínea *g* do inciso I do art. 105);

j) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do *Supremo Tribunal Constitucional*, e dos órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

l) *a extradição solicitada por estado estrangeiro*;

m) *a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente*;

n) *o habeas corpus, quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Constitucional, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância*;



*o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.*

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas corpus* decididos em *única instância* pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) (atual alínea *b* do inciso II do art. 105);

c) (atual alínea *c* do inciso II do art. 105);

*d) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;*

*e) o crime político;*

III - (atual inciso III do art. 105):

a) negar vigência a tratado ou lei federal, *ou contrariá-los em questão de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante valor social;*

b) (atual alínea *b* do inciso III do art. 105);

c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal *em questão de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante valor social.*

## Seção V

### *Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais*

Art. 110. (atual art.106).

Art. 111. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, sendo:

*I - quatro quintos mediante promoção de juízes federais de carreira, na forma do art. 93, II e art. 96, II, d;*

II - um quinto, *alternadamente*, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, eleitos *na forma do art. 94, § 4º*.

*Parágrafo único.* (atual parágrafo único do art. 107).

Art. 112. (atual art. 108):

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) (atual alínea *b* do art. 108);

c) (atual alínea *c* do art. 108);

d) (atual alínea *d* do art. 108);

e) (atual alínea *e* do art. 108);

II - (atual inciso II do art. 108).

**§ 1º** Para a apreciação das matérias decorrentes dos incisos XIII a XV do art. 113, os Tribunais Regionais Federais constituirão turmas especializadas.

**§ 2º** No julgamento, em grau de recurso, dos litígios decorrentes dos incisos XIII a XV do art. 113, o juiz não proferirá qualquer decisão sem antes realizar, pessoalmente, todas as diligências necessárias no local do conflito.

Art. 113. (atual art. 109):

I - (atual inciso I do art. 109);

II - (atual inciso II do art. 109);

III - (atual inciso III do art. 109);

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da *Justiça do Trabalho* e da Justiça Eleitoral;

V - (atual inciso V do art. 109);



VI - (atual inciso VI do art. 109);

VII - (atual inciso VII do art. 109);

VIII - (atual inciso VIII do art. 109);

IX - os crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves;

X - (atual inciso X do art. 109);

XI - (atual inciso XI do art. 109);

**XII - os crimes militares definidos em lei;**

**XIII - os crimes praticados contra os direitos humanos, entendidos como tais todos aqueles estabelecidos em tratados que vinculem a República Federativa do Brasil ou dos quais ela seja parte;**

**XIV - os conflitos decorrentes da demarcação e titulação de terras devolutas do Município, do Estado e da União;**

**XV - os conflitos fundiários de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou com relevante interesse social;**

**XVI - as ações civis decorrentes dos crimes previstos nos incisos XII a XV.**

§ 1º (atual § 1º do art. 109).

§ 2º (atual § 2º do art. 109).

§ 3º (atual § 3º do art. 109).

§ 4º (atual § 4º do art. 109).

**§ 5º Os Tribunais Regionais Federais especializarão juizados itinerantes, cíveis e criminais, para a solução de conflitos decorrentes das matérias previstas nos incisos XIII a XV.**

**§ 6º Nas hipóteses dos incisos XIII a XV, a concessão de liminar, a ordem de desocupação ou despejo, bem como o julgamento do processo, será precedida de obrigatória inspeção judicial no local do conflito.**

Art. 114. (atual art. 110).

## **Seção VI**

### **Dos Tribunais e Juízes do Trabalho**

**Art. 115. (atual art. 111) .São órgãos da Justiça do Trabalho:**

**I - os Tribunais Regionais do Trabalho;**

**II - os Juízes do Trabalho.**

**Art. 116. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõe-se de, no mínimo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, sendo:**

**I - quatro quintos mediante promoção de juízes do trabalho de carreira, na forma do art. 93, II e art. 96, I, d;**

**II - um quinto, alternadamente, dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, escolhidos na forma do art. 94, § 4º.**

**§ 1º Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas Comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.**

**§ 2º Excepcionando-se as regiões metropolitanas reguladas na forma do art. 25, § 3º, a jurisdição será dos juízes de direito da comarca onde não houver Vara de Conciliação e Julgamento.**

**§ 3º A criação de Tribunal Regional do Trabalho obedecerá a critério de efetiva necessidade do órgão, considerado o número de habitantes, de processos e de juízes existentes na região.**

**§ 4º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão determinar a especialização de juízes, em razão da matéria ou da pessoa, a modificação territorial da jurisdição e das Varas e a mudança de sua sede.**

**§ 5º A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas de Conciliação e Julgamento e determinará a sua jurisdição e sede.**

**Art. 117. Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho:**

**I - processar e julgar, originariamente:**

**a) as ações rescisórias de seus julgados ou dos juízes do trabalho da Região;**



*b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato jurisdicional ou administrativo do próprio Tribunal ou de juiz do Trabalho;*

*c) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz do Trabalho;*

*d) os conflitos de competência entre juízes do Trabalho vinculados no Tribunal Regional.*

*II - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes do Trabalho e pelos juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista.*

**Art. 118. Aos juízes do trabalho compete processar e julgar:**

*I - os dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União;*

*II - os dissídios que envolvam a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de categoria de trabalhadores;*

*III - os litígios entre os trabalhadores avulsos e os respectivos tomadores de serviço;*

*IV - os litígios entre os trabalhadores avulsos e os seus sindicatos;*

*V - os litígios entre os trabalhadores cooperativados e os respectivos tomadores de serviços;*

*VI - os litígios entre os trabalhadores cooperativados e as respectivas cooperativas;*

*VII - os litígios decorrentes dos contratos de prestação de serviços autônomo em que o executor do trabalho for operário ou artífice;*

*VIII - os litígios decorrentes de contrato de representação comercial em que o representante executar pessoalmente o trabalho;*

*IX - os litígios sobre representação e organização sindical;*

*X - litígios decorrentes de acidente do trabalho;*

*XI - os litígios intercategoriais, entre sindicatos e entre sindicato e os integrantes da categoria profissional;*

*XII - os litígios individuais decorrentes do exercício do direito de greve;*

**XIII - os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças;**

**XIV - as questões relativas à aplicação de multas decorrentes de infração às normas de proteção do trabalho, e a sua respectiva execução;**

**XV - as questões relativas à incidência de contribuições previdenciárias sobre os valores decorrentes de suas decisões, inclusive de acordos homologados, e a sua respectiva execução;**

**XVI - os crimes contra a organização do trabalho e contra a administração da Justiça do Trabalho;**

**XVII - os habeas corpus e demais ações especiais em matéria de sua competência;**

**XVIII - os mandados de segurança contra atos de autoridade federal, estadual ou municipal em matéria trabalhista;**

**XIX - os litígios decorrentes dos contratos agrários em que o parceiro não-proprietário exerce a exploração direta e pessoal;**

**XX - outros litígios decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.**

**Art. 119. Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.**

## **Seção VII**

### **Dos Tribunais e Juízes Eleitorais**

Art. 120. (atual art. 118).

Art. 121. (atual art. 119):

I - (atual inciso I do art. 119);

a) (atual alínea a do inciso I do art. 119);

b) (atual alínea b do inciso I do art. 119).

**II - por nomeação do Presidente da República, de dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, escolhidos nos termos do art. 94, § 4º.**

Art. 122. (atual art. 120):

§ 1º (atual § 1º do art. 120).



*I - mediante eleição, pelo voto secreto de cinco juízes do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou não havendo, por juízes federais escolhidos, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.*

*II - por nomeação do Presidente da República, de dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, escolhidos nos termos do art. 94, § 4º.*

*Parágrafo único. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.*

Art. 123. (atual art. 121).

Art. 124. (atual art. 125).

*§ 1º Haverá um só órgão na jurisdição de segunda instância da justiça comum dos Estados, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.*

§ 2º (atual § 2º do art. 125).

*§ 3º Compete aos Tribunais e juízes dos Estados e do Distrito Federal processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei.*

Art. 5º Ficam revogados o § 4º do art. 103 e os artigos 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, o 4º do art. 125, e o art. 126.

Art. 6º Acrescente-se, após o Capítulo IV ("Das Funções Essenciais da Justiça") do Título IV ("Da Organização dos Poderes"), o seguinte Capítulo, que será o V:

## **CAPÍTULO V**

### **DO ACESSO À JUSTIÇA**

*Art. ...O partido político com representação no Congresso Nacional, a organização sindical, a entidade de classe ou a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, detêm legitimação judicial e extrajudicial extraordinária para a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, ou de relevante interesse social, independentemente de filiação, autorização ou mandato individual.*

*Parágrafo único. A decisão definitiva de mérito, quando procedente, produzirá efeito geral e subordinante em relação aos direitos reconhecidos.*

**Art. ...Lei federal fixará o limite máximo para as taxas, custas e emolumentos dos serviços judiciais, notariais e de registros extrajudiciais de qualquer natureza.**

**Art. ...A lei não poderá criar restrições econômicas de acesso à jurisdição, nem coibir ou limitar a apreciação de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias.**

**Art. ...É direito da parte litigante ser pessoalmente cientificada das sentenças e acórdãos, bem como de todos os atos processuais que importem na concretização do direito postulado.**

**Art. ...Não haverá interrupção dos trabalhos dos órgãos do Poder Judiciário em razão de férias.**

**Art.... As pessoas jurídicas de direito público, em processo judicial ou administrativo, não disporão de prerrogativas especiais, inclusive de prazo para manifestação ou duplo grau de jurisdição obrigatório.**

**Art. 7º** A lei estipulará multa, a ser revertida em favor de fundo a ser criado para a reforma agrária, à parte recorrente que, sem fundamentação consistente ou com objetivos procrastinatórios, impugnar decisões proferidas com apoio em súmula.

**Art. 8º** Não poderá ser nomeado para cargo em comissão ou designar para função de confiança ou para o exercício de qualquer outra atividade de direção, assessoria ou auxiliar, de livre nomeação ou designação e exoneração ou dispensa, em qualquer órgão do Poder Judiciário a que esteja vinculado magistrado, seu cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, salvo se titular de cargo efetivo de órgão do Poder Judiciário, para o qual se exija a mesma qualificação, vedada, ainda assim, nomeação, designação ou exercício junto ao próprio magistrado.

**Art. 9º.** Os Ministros e juízes classistas ficarão em disponibilidade remunerada, até o final de seus mandatos, com os direitos inerentes às funções que exerciam.

**Art. 10.** Fica mantida a investidura e o exercício dos atuais Ministros dos Tribunais Superiores.

**Parágrafo único.** As eleições para os Tribunais Superiores processar-se-ão na medida em que os cargos vagarem.

**Art. 11.** Os servidores ocupantes de cargo efetivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Superior Tribunal Militar ficarão em disponibilidade remunerada até que lei disponha sobre o seu aproveitamento em outros órgãos do Poder Judiciário.

**Art. 12.** As atuais Juntas de Conciliação e Julgamento serão transformadas em Varas de Conciliação e Julgamento.



**Art. 13.** Ficam extintos os cargos de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar.

§ 1º Os Ministros serão aposentados com proventos integrais.

§ 2º Os membros do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar lotados, respectivamente, perante o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar serão aproveitados no Ministério Público Federal.

**Art. 14.** Os processos em tramitação na Justiça Militar Federal e na Justiça Militar Estadual serão redistribuídos para a Justiça Federal e para a Justiça Estadual, respectivamente, conforme o grau de jurisdição.

**Art. 15.** O Congresso Nacional disporá, no prazo de um ano da publicação desta Emenda Constitucional, sobre o contrato coletivo de trabalho.

## JUSTIFICATIVA

### I - INTRODUÇÃO

O Substitutivo que ora apresentamos objetiva reformular diversos aspectos da organização jurisdicional, administrativa e institucional do Poder Judiciário. Para melhor expormos os nossos objetivos, dividiremos a nossa justificativa nas seguintes partes: i) introdução; ii) democratização interna do Poder Judiciário; iii) sùmula impeditiva de recurso; iv) Tribunal Constitucional; v) critério de escolha dos Ministros dos Tribunais Superiores; vi) controle da constitucionalidade; vii) Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário; viii) competência da Justiça Federal; ix) extinção do Tribunal Superior do Trabalho e a competência da Justiça do Trabalho; x) extinção da Justiça Militar; e xi) acesso à justiça.

A proposta que estamos apresentando representa um esforço de elaboração e síntese entre as discussões havidas com os membros da Bancada que participam da Comissão Especial, as contribuições dos Deputados Hélio Bicudo e José Genoino, autores das Propostas de Emenda à Constituição nº 96/92 e 112/96, respectivamente, e de diversas propostas de entidades vinculadas à sociedade civil e à magistratura, merecendo destaque a contribuição da Associação Juízes para a Democracia - AJD e, principalmente, da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS, especialmente o trabalho desenvolvido pela Diretoria de Assuntos Constitucionais da Presidência nos anos de 1994 e 1995.

## II - DEMOCRATIZAÇÃO INTERNA DO PODER JUDICIÁRIO

A consolidação do Estado Democrático de Direito não pode prescindir da democratização interna de todas as instituições do Estado, notadamente daquele Poder responsável pela prestação da atividade jurisdicional. Em regra, as cúpulas dos Tribunais, sejam Superiores, sejam de 2º Grau, tendem a enfeixar um poder decisório, tanto jurisdicional como administrativo, desmedido. Aliado a isso, temos que o critério de antiguidade tem sido utilizado como forma de privilegiar os magistrados mais antigos em detrimento da contribuição da maioria dos juizes, como se a magistratura de Grau inferior fosse incapaz de contribuir para o aperfeiçoamento de uma das mais importantes funções do Estado: a prestação jurisdicional. Em realidade, a desmedida concentração de poder nas cúpulas do Tribunais está a indicar o distanciamento do Poder Judiciário em relação aos problemas locais, dificultando sobremaneira o controle da cidadania sobre uma atividade que é pública e da mais alta relevância social.

Para enfrentar essa realidade, estamos propugnando por algumas medidas democratizantes que incidirão diretamente sobre os critérios de escolha daqueles que exercem as mais altas atribuições administrativas, jurisdicionais e institucionais nos Tribunais. Primeiramente, estamos propondo que metade dos membros do órgão especial, onde houver, seja eleita pelo tribunal pleno e metade, mediante o voto direto e secreto, pelos magistrados de carreira vitalício, para um mandato de quatro anos. Com isso, o critério de antiguidade não valerá mais como elemento definidor da escolha dos membros do órgão especial (art. 93, inciso XII). Por outro lado, estamos instituindo a eleição, pelo voto direto e secreto dos magistrados de primeiro e segundo graus, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral dos Tribunais de 2º Grau (art. 96, § 1º). E como complemento de ambas as medidas, estamos estabelecendo em três anos o mandato dos membros do órgão especial e em dois, o mandato do Presidente, Vice-Presidentes e Corregedor-Geral dos Tribunais de 2º Grau. Com isso, os mandatos dos membros do órgão especial não será coincidente com os dos cargo de direção dos Tribunais, possibilitando um maior equilíbrio de poder entre ambos.

No mesmo diapasão, e também com o intuito de assegurar a máxima transparência das instâncias e dos critérios que norteiam a aquisição das garantias e das prerrogativas da magistratura, estamos instituindo: a) a aferição do merecimento, para efeitos de promoção, em julgamento público e mediante votação individualmente fundamentada, sob pena de nulidade, por intermédio de metodologia científica de avaliação de desempenho funcional, regida por critérios objetivos (art. 93, II, c); b) necessidade de fundamentação de cada voto de recusa, para efeitos de promoção, na apuração de antiguidade (art. 93, II, d); c) que a recusa da promoção do juiz mais antigo constituirá peça inicial de instauração de processo administrativo-disciplinar contra o juiz recusado, obrigando o Tribunal apurar qualquer fato que tenha dado causa a sua decisão de não promover; d) fundamentação individual do voto a ser proferido no ato que decidir pela remoção, sob pena de nulidade (art. 93, VIII); e) obrigatoriedade de que todos os julgamentos jurisdicionais e administrativos, bem como todas as sessões, dos órgãos do Poder Judiciário sejam públicos (art. 93, IX); e f) fundamentação individual das decisões de caráter disciplinar dos órgãos do Poder Judiciário, sob pena de nulidade (art. 93, X).



Também com viés democratizante, e com o intuito de coibir o nepotismo, estamos introduzindo dispositivo (art. 8º do Substitutivo) vedando a nomeação para cargo em comissão ou designação para função de confiança, ou para o exercício de qualquer atividade de direção, de assessoria ou de auxiliar, ou de conciliador, de parentes de magistrado. Por fim, estamos limitando a possibilidade do magistrado aposentado (art. 93, XIV), antes de transcorrido três anos da aposentadoria, de exercer a advocacia judicial.

### III - SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSO

Os dados estatísticos demonstram, de maneira incontestável, o crescente congestionamento do Poder Judiciário, o que vem prejudicando o esgotamento do desenvolvimento dos trabalhos dos tribunais, notadamente do Supremo Tribunal Federal. De acordo com dados do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, o número de processos recebidos no Supremo Tribunal Federal em 1995 foi de 27.743, sendo que em 1996 foi de 28.134. Desses processos, em média, 28% foram ajuizados pela União Federal. Ainda não possuímos os dados referentes ao número de processos da União em relação aos anos de 1997 e 1998, mas pelo volume processos recebidos nessas datas, 36.490 e 52.636, podemos supor que a participação da União, bem como outras pessoas de direito público, como o INSS e o Estado de São Paulo, deva ter aumentado na mesma proporção. Esses dados falam por si: hoje, o maior responsável pelo comprometimento da prestação jurisdicional da mais alta Corte do país é a União Federal. Como muito bem assinalou o Ministro José Celso de Mello Filho, o Poder Público "muitas vezes, tem assumido, em alguns casos, a inaceitável posição de 'improbis litigator', incidindo, com essa inadequada conduta processual, em atitudes caracterizadora de litigância temerária, intensificando, de maneira compulsiva, o volume das demandas múltiplas que hoje afetam, gravemente, a regularidade e a celeridade na efetivação da prestação jurisdicional" (In *A Questão Judiciária*, texto mimeo, sem data).

As soluções para esse tipo de conduta da União Federal já existem. A principal delas, por incrível que pareça, é o cumprimento da própria lei, mais especificamente da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que "institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União", e que em seu art. 4º, XII, atribui ao Advogado-Geral da União (cargo de livre nomeação indicado pelo Presidente da República), o poder de "editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos tribunais". A súmula da Advocacia-Geral da União, um vez editada, tem caráter obrigatório (art. 43) em relação a todos os órgãos jurídicos da União Federal, inclusive as autarquias, vinculando-os tanto nas lides judiciais como nos litígios administrativos. Ou seja: trata-se de medida imediatamente aplicável!

Para complementarmos as alternativas existentes, estamos propondo a instituição de súmula que, após reiteradas decisões sobre determinada matéria e mediante deliberação de quatro quintos dos membros do Supremo Tribunal Constitucional e dos Tribunais Superiores, de ofício ou por provocação, constituir-se-á em significativo fator de impedimento à interposição de recurso contra o acórdão que a houver acolhido. Trata-se de uma formulação democrática por excelência que indica soluções para o excesso de recursos e, principalmente, preserva a independência do magistrado e indispensável liberdade decisória dos juízes de 1º e 2º Graus.



#### IV – TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Estamos propondo a redução da competência do Supremo Tribunal Federal, transformando-o em Supremo Tribunal Constitucional. Assim, as seguintes competências, para **processar e julgar originariamente**, seriam transferidas para o Superior Tribunal de Justiça: a) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, os membros do Conselho Nacional do Poder Judiciário, os membros dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Contas da União; b) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas na letra a, o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio Tribunal Constitucional e do Conselho do Poder Judiciário; c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro; d) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias; e) o *habeas corpus*, quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Constitucional, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; e f) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e quaisquer outro tribunal.

Em relação ao **recurso ordinário**, estamos propondo a transferência para o Superior Tribunal de Justiça das duas hipóteses atualmente existentes na Constituição: a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; e b) o crime político.

Ainda em relação ao Supremo Tribunal Constitucional, estamos propondo: a) a fixação de mandato de nove anos para os Ministros, vedada a recondução, e renovando-se a sua composição por um terço a cada quatro anos; b) nomeação pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha por três quintos de cada uma das Casas do Congresso Nacional reunido em sessão conjunta.

#### V - CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS MINISTROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DO QUINTO CONSTITUCIONAL

Em relação as vagas dos Ministros dos Tribunais Superiores pertencentes aos magistrados de carreira, estamos propondo o seguinte: a) eleição dos magistrados de carreira pela composição plena do Tribunal de 2º Grau de origem, para compor lista triplíce; b) elaboradas, as listas serão remetidas ao Tribunal Superior pertinente, o qual, por sua composição plena, em tantas votações quantas se fizerem necessárias, comporá lista triplíce; e c) aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, o Presidente da República fará a sua nomeação.

Para a escolha dos membros do Ministério Público e dos advogados que integrarão os Tribunais Superiores, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e os Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios,



estamos propondo eleição de âmbito nacional, regional, estadual e distrital, mediante voto secreto e direto dos integrantes de cada uma das categorias, com a formação de chapas, vedando o voto por representação e a eleição proporcional, com a formação lista tripartite. Após a formação da lista, o Tribunal enviará a indicação para o Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para a nomeação.

Com o intuito de coibirmos o uso de cargo ou mandato, estamos limitando a elegibilidade do Procurador Geral da República, dos Procuradores Gerais de Justiça e do Presidente e os Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil, que não poderão concorrer ao quinto enquanto estiverem no exercício do cargo e dos mandatos e, até três anos após deixarem os mesmos.

## **VI - CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE**

No que concerne ao controle da constitucionalidade, estamos propondo a adoção de eficácia geral e subordinante nas decisões de mérito prolatadas em ações ou incidentes de controle concentrado ou difuso, conferindo a elas o condão de cassação da validade do preceito legal declarado inconstitucional. Por conseguinte, a simples publicação da decisão torna ineficaz a norma declarada inconstitucional, fazendo com que a prerrogativa do Senado Federal de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo declarado inconstitucional, perca sua razão de ser. Como corolário, temos que a decisão definitiva de mérito, em ação direta ou incidentalmente, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a sentença ou o acórdão que a houver aplicado.

Ao seu tempo, estamos revogando o instituto da ação declaratória de constitucionalidade, posto tratar-se de mecanismo que, além de lembrar a advocatária criada pela Emenda Constitucional nº 7/77, estabelece a presunção de inconstitucionalidade, exigindo a declaração positiva de constitucionalidade e conferindo às normas infraconstitucionais que assim venham a ser declaradas um *status* de segurança jurídica e estabilidade superiores às demais normas de mesma hierarquia.

Para conferirmos maior eficácia à arguição de descumprimento de preceito fundamental e à reclamação de garantia da autoridade de decisão do Tribunal Constitucional, estamos propondo que as decisões que as julguem procedentes tenham eficácia de título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.

## **VII - SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO**

Um dos grandes temas da reforma do Poder Judiciário tem sido a instituição de um órgão de controle externo. Em nosso entendimento, o exercício de qualquer poder, sem restrições ou sem limites, notadamente de um dos Poderes do Estado, contraria as liberdades constitucionais. O estabelecimento de fiscalização externa sobre o Poder



Judiciário, sujeitando-o ao controle orgânico e institucionalizado da sociedade civil, é condição do regime democrático, que inexiste sem a idéia de fiscalização sobre uma atividade que é, por definição, pública.

A partir das Propostas apensadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 96/92, das contribuições de diversas entidades, bem como do próprio amadurecimento (neste particular a contribuição do voto em separado do Deputado José Genoíno ao Substitutivo à PEC nº 96/92 do então relator, Deputado Jairo Carneiro, é decisiva) da idéia de criação de um órgão de fiscalização, estamos propondo a criação de um Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário. Esse Sistema será composto por um Conselho Nacional do Poder Judiciário e por Conselhos Regionais ou Estaduais, instituídos em cada um dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

O Conselho Nacional do Poder Judiciário será integrado por vinte e um membros, todos eleitos para mandato de quatro anos em regime de dedicação exclusiva, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos, sendo: a) sete eleitos pelos magistrados togados vitalícios, sendo dois dos Tribunais Superiores, um dos Tribunais Regionais, um dos Tribunais de Justiça e dois juizes do 1º grau; b) seis eleitos pelo Congresso Nacional pelo voto de quatro quintos de seus membros, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e de notável saber jurídico e ilibada reputação moral, sendo três representantes do meio científico e acadêmico; c) quatro eleitos pelos membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e dos Territórios, com mais de quinze anos de carreira; e d) quatro eleitos pelos advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional.

Os Conselhos Estaduais e Regionais do Poder Judiciário serão integrados por onze membros, sendo quatro eleitos pelos magistrados, três eleitos pelo Congresso Nacional ou pelas Assembléias Legislativas, conforme o caso, dois eleitos pelo Ministério Público Federal, do Trabalho, Estadual ou Distrital e dois eleitos pelos advogados que atuam na região ou no Estado. O mandato será de quatro anos, em regime de dedicação exclusiva, salvo o exercício de cargo ou função de magistério superior, sendo vedada a reeleição.

Os membros dos Conselhos Nacional, Regionais e Estaduais do Poder Judiciário serão eleitos em votação de âmbito nacional, regional e estadual, mediante voto direto e secreto dos juizes togados vitalícios, dos membros do Ministério Público e dos advogados, vedados o voto por representação e a eleição proporcional, incumbindo ao Tribunal Superior Eleitoral a realização do pleito, na forma de resolução.

Os órgãos do Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário possuem atribuições eminentemente administrativas, sendo vedada a sua interferência na atividade jurisdicional. Dentre as atribuições do Conselho Nacional do Poder Judiciário, que possui atribuições em todo o território nacional, destacamos:

desenvolvimento de atividades de planejamento e avaliação administrativa do Poder Judiciário, com poderes de coordenação, supervisão, fiscalização, correição e disciplina sobre as atividades



administrativas dos órgãos, serviços auxiliares, membros e servidores judiciários dos Tribunais, incumbindo-lhe conhecer de reclamações, requisitar informações e diligências, determinar procedimentos e ordenar providências;

- processamento e julgamento, originariamente, no âmbito administrativo-disciplinar, dos membros dos Tribunais, podendo decidir, fundamentadamente, pela representação de perda do cargo, remoção, disponibilidade ou aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço, e aplicar outras sanções administrativas cabíveis,
- julgamento, em grau de recurso, dos processos administrativo-disciplinares contra os juizes de primeiro grau de jurisdição e servidores dos Tribunais;
- planejamento, desenvolvimento e avaliação de planos, programas e projetos estruturais, bem como a definição de diretrizes gerais que viabilizem a implementação de políticas de organização e presteza dos serviços judiciários;
- desenvolvimento de ações institucionais que assegurem e efetivem a independência, autonomia, eficiência e eficácia administrativa, orçamentária e financeira do Poder Judiciário, zelando pela observância dos direitos, prerrogativas e garantias constitucionais da magistratura e dos direitos e garantias dos servidores judiciários;
- supervisão do cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares e recomendar providências, fiscalizar o cumprimento das normas constitucionais sobre administração, orçamento, finanças e vencimentos, bem como a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos dos Tribunais e seus servidores judiciários, podendo desconstituí-los, revê-los ou assinar prazo para que sejam adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- representação, ao Ministério Público, para o ajuizamento de ação de perda do cargo, bem assim no caso de crime contra a administração da Justiça ou de abuso de autoridade;
- elaboração, anualmente, de relatório geral, que integrará mensagem do Presidente do Tribunal Constitucional ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa, no qual constem: a) a avaliação de desempenho, global e particularizada, do Poder Judiciário no País, inclusive dos Tribunais Superiores e Tribunal Constitucional, com publicação de dados e estatísticas sobre cada uma das Justças especializadas nas regiões, Estados e Distrito Federal, em cada um e todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, processos e recursos humanos; e b) as atividades desenvolvidas pelo Conselho e os resultados obtidos, bem



como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário.

- julgamento administrativo, mediante reclamação ou em grau de recurso, dos regimentos internos e das instruções normativas dos Tribunais, do resultado, individual ou coletivo, dos concursos públicos para provimento de cargos de juizes de primeiro grau e de servidores dos Tribunais, bem como do preenchimento dos cargos de confiança;
- iniciativa para propor, no âmbito federal, projetos legislativos que disponham sobre estrutura, organização e funcionamento administrativo do Poder Judiciário; e
- elaboração do projeto do Estatuto da Magistratura e o Estatuto dos Servidores Judiciários, mediante prévia consulta a todos os Tribunais, associações de magistrados e de servidores judiciários de âmbito nacional.

Com o intuito de resguardar a composição dos órgãos do Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário da interferência indevida de parlamentares e ex-parlamentares, estamos vedando a eleição, pelo Congresso Nacional e pelas Assembléias Legislativas, de parlamentar, de ex-parlamentar e de cidadão que esteja exercendo cargo de confiança no âmbito de qualquer um dos três Poderes para compor qualquer um dos Conselhos. No mesmo sentido, estamos coibindo a eleição do Procurador Geral da República, dos Procuradores Gerais de Justiça e do Presidente e dos Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil para os Conselhos até três anos após deixarem os respectivos cargos e mandatos. Com isso, objetivamos restringir a possibilidade dos ocupantes desses cargos e mandatos de se utilizarem dessa condição para se elegerem para os órgãos do Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário, como tem acontecido com a indicação do quinto constitucional nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais.

## VIII - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

Estamos propondo a ampliação da competência da Justiça Federal, incluindo dentre as suas atribuições a de processar e julgar os crimes contra os direitos humanos, os conflitos decorrentes da demarcação e titulação de terras devolutas do Município, do Estado e da União e os conflitos fundiários de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante interesse social. Com isso, objetivamos federalizar a competência jurisdicional, retirando do escopo de atribuições da Justiça Estadual aquelas relacionadas a esses conflitos. Tal iniciativa urge em decorrência da desmedida influência do Poder Político local, estadual e regional sobre a Justiça Estadual.

Para agilizar a solução dos conflitos fundiários e dos litígios decorrentes de violação dos direitos humanos, estamos propondo que os Tribunais Regionais Federais especializem juizados itinerantes, cíveis e criminais, sendo que na apreciação daquelas matérias, a concessão de liminar, a ordem de desocupação ou despejo, bem como o



juízo do processo, será precedida de obrigatória inspeção judicial no local do conflito.

No caso específico dos conflitos fundiários, tais medidas avultam em importância quando se tem a percepção que "a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postico ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e alguns grupos sociais. Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer." (Martins, José de Souza: *O Poder do Atraso - Ensaios de Sociologia da História Lenta*, 1ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1994, 12 e 13).

## IX - A EXTINÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DO TRABALHO E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Tribunal Superior do Trabalho tem como objetivo precípua uniformizar a jurisprudência em matéria trabalhista a nível nacional. Na prática, tem atuado como um terceiro grau de jurisdição extremamente resistente aos direitos dos trabalhadores, já tendo, em diversas oportunidades, se subsumido aos ditames do Poder Executivo ou do empresariado, restringindo direitos e retirando conquistas históricas dos menos favorecidos.

Por outro lado, a competência dos Tribunais trabalhistas para estabelecerem normas e condições nos dissídios coletivos tem demonstrado as suas limitações. O chamado poder normativo tem sido pródigo em violar os direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores. O exemplo da greve dos petroleiros, onde a ilegalidade do movimento foi decretada e os sindicatos foram condenados ao pagamento de vultosas multas, é o caso paradigmático mais recente de ataque ao livre arbítrio e à organização do movimento sindical.

Em decorrência de ambos os fatores, estamos propondo a extinção do Tribunal Superior do Trabalho e do poder normativo da justiça trabalhista.

Ao mesmo, e entendendo a necessidade de concebermos outras formas de tutela, "que tenham mais vigor do que as anteriores, mas que sejam adequadas às transformações na produção e na sociedade, que já se realizam ou estão se realizando" (Genro, Tarso: *Crise Terminal do Velho Direito do Trabalho*, Revista da Procuradoria do Município de Porto Alegre, vol. 8, Porto Alegre, 1996), estamos propondo a ampliação da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os litígios: a) individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União; b) que envolvam a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de categoria de trabalhadores; c) entre os trabalhadores avulsos e os respectivos tomadores de serviço; d) entre os trabalhadores avulsos e os seus sindicatos; e) entre os trabalhadores cooperativados e os respectivos tomadores de serviços; f) entre os

trabalhadores cooperativados e as respectivas cooperativas; g) decorrentes dos contratos de prestação de serviços autônomo em que o executor do trabalho for operário ou artifice; h) decorrentes de contrato de representação comercial em que o representante executar pessoalmente o trabalho; i) sobre representação e organização sindical; j) decorrentes de acidente do trabalho; k) intercategoriais, entre sindicatos e entre sindicato e os integrantes da categoria profissional; l) individuais decorrentes do exercício do direito de greve; m) que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças; n) relativos à aplicação de multas decorrentes de infração às normas de proteção do trabalho, e a sua respectiva execução; o) relativos à incidência de contribuições previdenciárias sobre os valores decorrentes de suas decisões, inclusive de acordos homologados, e a sua respectiva execução; e p) decorrentes dos contratos agrários em que o parceiro não-proprietário exerce a exploração direta e pessoal.

Estamos propondo também ampliação da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e contra a administração da Justiça do Trabalho, os habeas corpus e demais ações especiais em matéria de sua competência e os mandados de segurança contra atos de autoridade federal, estadual ou municipal em matéria trabalhista;

## **X - A EXTINÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR**

Entendemos ser incompatível com o Estado Democrático de Direito a existência da Justiça Militar como um dos órgãos especializados do Poder Judiciário, haja vista em que colide com o princípio da igualdade de todos perante a lei, estabelecendo critério desigual de tratamento para aqueles que exercem a atividade militar. O julgamento dos militares pelos seu próprios pares macula a imparcialidade da decisão, desvirtuando a jurisdição.

Por outro lado, não podemos negligenciar o volume significativamente baixo de processos julgados pelo Tribunal Superior Militar. Em 19997, o Tribunal julgou 464 processos, sendo que todas as auditorias da Justiça Militar Federal julgaram 485, consoante informações constates do Banco Nacional de Dado do Poder Judiciário.

A extinção, portanto, é medida que preserva os direitos e garantias constitucionais.

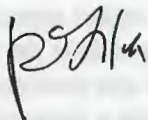
## **XI - DO ACESSO À JUSTIÇA**

Um dos nossos objetivos centrais na Reforma do Poder Judiciário é a universalização da jurisdição, criando condições para que todos, notadamente os excluídos, tenham acesso à justiça. Para tanto, estamos propondo que: a) o partido político com representação no Congresso Nacional, a organização sindical, a entidade de classe ou a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, detêm legitimação judicial e extrajudicial extraordinária para a defesa dos interesses ou direitos

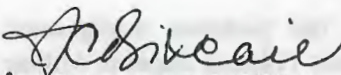


difusos, coletivos e individuais homogêneos, ou de relevante interesse social, independentemente de filiação, autorização ou mandato individual; nesta hipótese a decisão definitiva de mérito, quando procedente, produzirá efeito geral e subordinante em relação aos direitos reconhecidos; b) a lei federal fixe o limite máximo para as taxas, custas e emolumentos dos serviços judiciais, notariais e de registros extrajudiciais de qualquer natureza; c) a lei não poderá criar restrições econômicas de acesso à jurisdição, nem coibir ou limitar a apreciação de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias; d) é direito da parte litigante ser pessoalmente cientificada das sentenças e acórdãos, bem como de todos os atos processuais que importem na concretização do direito postulado; e) não haverá interrupção dos trabalhos dos órgãos do Poder Judiciário em razão de férias; e f) as pessoas jurídicas de direito público, em processo judicial ou administrativo, não disporão de prerrogativas especiais, inclusive de prazo para manifestação ou duplo grau de jurisdição obrigatório.

Brasília, 30 de abril de 1999.



JOSÉ DIRCEU  
PT/SP



ANTÔNIO CARLOS BISCAIA  
PT/RJ

MARCELO DÉDA  
PT/SE

WALDIR PIRES  
PT/BA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009644)

AUTOR: JOSE DIRCEU E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
6 - ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP	PSDB
7 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
8 - ANIVALDO VALE	PA	PSDB
9 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
12 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
13 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
14 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
15 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
16 - AROLD0 CEDRAZ	BA	PFL
17 - ATILA LIRA	PI	PSDB
18 - AUGUSTO NARDES	RS	PPB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - B. SA	PI	PSDB
21 - BABA	PA	PT
22 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
23 - CABO JULIO	MG	PL
24 - CAIO RIELA	RS	PTB
25 - CARLITO MERSS	SC	PT
26 - CARLOS BATATA	PE	PSDB
27 - CARLOS DUNGA	PB	PMDB
28 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
29 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
30 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
31 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
32 - CLAUDIO CAJADO	BA	PFL
33 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
34 - CLEUBER CARNEIRO	MG	PFL
35 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
36 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
37 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
38 - DANILO DE CASTRO	MG	PSDB
39 - DARCISIO PERONDI	RS	PMDB
40 - DE VELASCO	SP	PST
41 - DELFIM NETTO	SP	PPB
42 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
43 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
44 - DJALMA PAES	PE	PSB
45 - DR. HELIO	SP	PDT
46 - DR. ROSINHA	PR	PT
47 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
48 - EBER SILVA	RJ	PDT
49 - EDINHO BEZ	SC	PMDB



50 -	EDISON ANDRINO	SC	PMDB
51 -	EDMAR MOREIRA	MG	PPB
52 -	EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
53 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
54 -	EDUARDO JORGE	SP	PT
55 -	EDUARDO PAES	RJ	PFL
56 -	ELCIONE BARBALHO	PA	PMDB
57 -	EMERSON KAPAZ	SP	PSDB
58 -	ENIO BACCI	RS	PDT
59 -	ESTHER GROSSI	RS	PT
60 -	EUJACIO SIMOES	BA	PL
61 -	EULER MORAIS	GO	PMDB
62 -	EURICO MIRANDA	RJ	PPB
63 -	EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
64 -	EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
65 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
66 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
67 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
68 -	FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
69 -	FERNANDO MARRONI	RS	PT
70 -	FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
71 -	FLAVIO ARNS	PR	PSDB
72 -	FRANCISTONIO PINTO	BA	PMDB
73 -	GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
74 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
75 -	GERALDO SIMOES	BA	PT
76 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
77 -	GERSON GABRIELLI	BA	PFL
78 -	GERVASIO SILVA	SC	PFL
79 -	GILMAR MACHADO	MG	PT
80 -	GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
81 -	GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
82 -	HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
83 -	HELIO COSTA	MG	PMDB
84 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
85 -	HILDEBRANDO PASCOAL	AC	PFL
86 -	HUGO BIEHL	SC	PPB
87 -	IARA BERNARDI	SP	PT
88 -	IEDIO ROSA	RJ	PMDB
89 -	ILDEFONCO CORDEIRO	AC	PFL
90 -	INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
91 -	INALDO LEITAO	PB	PMDB
92 -	JAIME MARTINS	MG	PFL
93 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
94 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
95 -	JOAO ALMEIDA	BA	PSDB
96 -	JOAO FASSARELLA	MG	PT
97 -	JOAO GRANDAO	MS	PT
98 -	JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
99 -	JOAO LEAO	BA	PSDB
100 -	JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
101 -	JOAO MAGNO	MG	PT
102 -	JOAO MATOS	SC	PMDB
103 -	JOAO PAULO	SP	PT
104 -	JOAO PIZZOLATTI	SC	PPB

105	- JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
106	- JOAO TOTA	AC	PPB
107	- JORGE COSTA	PA	PMDB
108	- JORGE KHOURY	BA	PFL
109	- JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB
110	- JOSE ANTONIO	MA	PSB
111	- JOSE CARLOS ALELUIA	BA	PFL
112	- JOSE CARLOS VIEIRA	SC	PFL
113	- JOSE DE ABREU	SP	PSDB
114	- JOSE DIRCEU	SP	PT
115	- JOSE GENOINO	SP	PT
116	- JOSE MACHADO	SP	PT
117	- JOSE PIMENTEL	CE	PT
118	- JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
119	- JOSE ROCHA	BA	PFL
120	- JOSUE BENGTSON	PA	PTB
121	- JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
122	- JULIO REDECKER	RS	PPB
123	- JUQUINHA	GO	PSDB
124	- JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB
125	- LAEL VARELLA	MG	PFL
126	- LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
127	- LINCOLN PORTELA	MG	PST
128	- LUCI CHOINACKI	SC	PT
129	- LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
130	- LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
131	- LUIZ MAINARDI	RS	PT
132	- LUIZ MOREIRA	BA	PFL
133	- LUIZ RIBEIRO	RJ	PSDB
134	- LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
135	- LUIZ SERGIO	RJ	PT
136	- LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
137	- MALULY NETTO	SP	PFL
138	- MANOEL CASTRO	BA	PFL
139	- MARCAL FILHO	MS	PMDB
140	- MARCELO CASTRO	PI	PMDB
141	- MARCIO BITTAR	AC	PPS
142	- MARCIO MATOS	PR	PT
143	- MARCIO REINALDO MOREIRA	MG	PPB
144	- MARCOS AFONSO	AC	PT
145	- MARCOS CINTRA	SP	PL
146	- MARCOS LIMA	MG	PMDB
147	- MARCOS ROLIM	RS	PT
148	- MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
149	- MARIA LUCIA	MG	PMDB
150	- MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
151	- MARISA SERRANO	MS	PSDB
152	- MEDEIROS	SP	PFL
153	- MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
154	- MILTON TEMER	RJ	PT
155	- MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
156	- MOREIRA FERREIRA	SP	PFL
157	- NEIVA MOREIRA	MA	PDT
158	- NELO RODOLFO	SP	PMDB
159	- NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB



160	- NELSON PELLEGRINO	BA	PT
161	- NELSON PROENCA	RS	PMDB
162	- NEUTON LIMA	SP	PFL
163	- NILMARIO MIRANDA	MG	PT
164	- NILO COELHO	BA	PSDB
165	- NILSON MOURAO	AC	PT
166	- NILSON PINTO	PA	PSDB
167	- ODILIO BALBINOTTI	PR	PSDB
168	- OLIMPIO PIRES	MG	PDT
169	- OSMANIO PEREIRA	MG	PMDB
170	- OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
171	- PADRE RÓQUE	PR	PT
172	- PASTOR REGINALDO DE JESUS	BA	PFL
173	- PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
174	- PAULO BRAGA	BA	PFL
175	- PAULO DELGADO	MG	PT
176	- PAULO KOBAYASHI	SP	PSDB
177	- PAULO PAIM	RS	PT
178	- PAULO ROCHA	PA	PT
179	- PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
180	- PEDRO CELSO	DF	PT
181	- PEDRO CHAVES	GO	PMDB
182	- PEDRO EUGENIO	PE	PSB
183	- PEDRO IRUJO	BA	PMDB
184	- PEDRO VALADARES	SE	PSB
185	- PEDRO WILSON	GO	PT
186	- POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
187	- PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
188	- RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
189	- RAIMUNDO SANTOS	PA	PFL
190	- RENATO VIANNA	SC	PMDB
191	- RENILDO LEAL	PA	PTB
192	- RICARDO BERZOINI	SP	PT
193	- ROBERTO ARGENTA	RS	PFL
194	- ROBERTO BALESTRA	GO	PPB
195	- ROBERTO BRANT	MG	PSDB
196	- ROLAND LAVIGNE	BA	PFL
197	- ROMEL ANIZIO	MG	PPB
198	- ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
199	- RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
200	- RUBENS BUENO	PR	PPS
201	- RUBENS FURLAN	SP	PFL
202	- SARAIVA FELIPE	MG	PMDB
203	- SAULO PEDROSA	BA	PSDB
204	- SERAFIM VENZON	SC	PDT
205	- SERGIO BARROS	AC	PDT
206	- SERGIO GUERRA	PE	PSB
207	- SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
208	- SERGIO NOVAIS	CE	PSB
209	- SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
210	- SIMAO SESSIM	RJ	PPB
211	- THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
212	- URSICINO QUEIROZ	BA	PFL
213	- VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
214	- VALDIR GANZER	PA	PT

215 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
216 - VIC PIRES, FRANCO	PA	PFL
217 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
218 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
219 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
220 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
221 - WALDIR PIRES	BA	PT
222 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
223 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
224 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
225 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PDT
226 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
227 - WILSON BRAGA	PB	PFL
228 - XICO GRAZIANO	SP	PSDB
229 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
230 - YVONILTON GONCALVES	BA	PPB
231 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
232 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL
233 - ZILA BEZERRA	AC	PFL
234 - ZULAIE COBRA	SP	PSDB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 234      REPETIDAS: 3  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 237

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - DR. HELIO	SP	PDT
2 - EUJACIO SIMOES	BA	PL
3 - SERGIO BARROS	AC	PDT

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO	EMENDA Nº <b>45-CE/99</b>
CLASSIFICAÇÃO	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; float: left;">PROPOSIÇÃO</div> <div style="clear: both;"></div>	

COMISSÃO

AUTOR:DEPUTADO(A)	PARTIDO	UF	PÁGINA
PEDRO VALADARES	PSB	SE	1

#### TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.



**Art. 1 . Inclua-se no atual artigo 96 o seguinte parágrafo:**

" § \_\_\_\_ É facultada ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores a iniciativa de leis sobre matéria processual, podendo dispor inclusive sobre requisitos de admissibilidade dos recursos, bem como sobre o processo e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, e sobre direito civil, comercial, penal, eleitoral e do trabalho, devendo as proposições contar com a maioria absoluta de votos dos membros do Tribunal"

**Art. 2° . Insiram-se os seguintes parágrafos no atual artigo 100, revogando os parágrafos 1° e 2° atualmente vigentes:**

§ 1° - Os de natureza alimentícia, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e acidentários e indenizações por morte ou invalidez fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado, até o limite fixado em lei, serão pagos em trinta dias contados da determinação judicial e o excesso, na ordem cronológica específica dos respectivos precatórios, que terão preferência sobre os demais.

§ 2° - O orçamento do Poder Executivo consignará dotação suficiente ao pagamento dos precatórios, apresentados até 1° de julho, consoante os valores fornecidos pelo tribunal com jurisdição sobre o juízo da execução, ao qual serão transferidos os respectivos recursos e os dos créditos adicionais.

§ 3° - Os valores devidos, atualizados até a data do pagamento, serão pagos até 30 de setembro do exercício seguinte ao da apresentação do precatório, na forma do parágrafo anterior, devendo o Presidente do tribunal competente, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, requisitar ou determinar o sequestro de verba de qualquer dotação da entidade executada, suficiente à satisfação do débito.

§ 4° - O descumprimento das providências a que aludem os parágrafos anteriores, pelo Presidente do tribunal, constituirá crime de responsabilidade em que também incorrerá o Chefe do Poder Executivo que obstar, ou tentar frustrar, por qualquer meio, a liquidação regular de precatório, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis e da intervenção nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios.

**Art. 3° Insira-se a seguinte Seção III no Capítulo III do Poder Judiciário, renumerando-se as demais:**

Art. - O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça, um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um juiz representante dos Tribunais Regionais Federais, um juiz representante dos Tribunais Regionais do Trabalho, um desembargador representante dos Tribunais de Justiça, um advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um membro representante do Ministério Público Federal, um membro representante do Ministério Público dos Estados e nove magistrados de primeira instância.

§ 1° - O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o integra como membro nato, sendo os demais membros escolhidos:

I - Pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Superior do Trabalho, pela maioria absoluta, dentre seus membros titulares, para as vagas que lhes correspondem;



II - Em reunião dos respectivos Presidentes, os representantes dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça, assegurada a alternância entre os tribunais de origem dos magistrados;

III - Pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a vaga que lhe corresponde, podendo concorrer advogado em situação regular perante o Conselho, em plena atividade profissional, com mais de dez anos de efetivo exercício, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

IV - Pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal para a vaga que a este compete;

V - Em reunião dos Procuradores-Gerais de Justiça para a vaga destinada ao Ministério Público dos Estados;

VI - No caso dos juizes de primeira instância, por intermédio de eleições das quais participem todos os magistrados federais, trabalhistas e estaduais, sob a coordenação das respectivas entidades representativas nacionais, cabendo três vagas a cada segmento, devendo a escolha recair em juizes com mais de dez anos de exercício;

§ 2º - Não efetuadas, no prazo legal, caberão ao Supremo Tribunal Federal as indicações e escolhas previstas no parágrafo anterior, as quais, em nenhuma situação, poderão recair em membros de órgãos diretivos de tribunais.

§ 3º - À exceção do Presidente, os membros do Conselho exercerão mandato de três anos, inadmitida recondução, permanecendo afastados integralmente das suas atividades durante o mandato, com seus respectivos subsídios e vantagens a que fazem jus nos seus órgãos de origem.

§ 4º - O advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil, durante o período de investidura, receberá remuneração equivalente ao subsídio de juiz do Tribunal Regional Federal, sendo-lhe aplicadas idênticas vedações e assegurada a contagem do tempo para fins de aposentadoria.

§ 5º - Caberá ao Conselho a eleição de um de seus membros para ocupar a função de Corregedor Nacional do Poder Judiciário.

§ 6º - Compete ao Conselho, além de outras atribuições que lhe forem conferidas no Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentadores no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - elaborar o seu regimento interno, organizar seus serviços auxiliares, podendo servir-se de infra-estrutura de apoio, de instalações e de serviços, e requisitar pessoal, a este fim, dos demais órgãos do Poder Judiciário;

III - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstitui-los, revê-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

IV - processar e julgar as reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos Tribunais, podendo avocar processos disciplinares e determinar, pelo voto de 2/3, a perda do cargo, a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos proporcionais, a



suspensão e a remoção e aplicar outras sanções administrativas previstas no Estatuto da Magistratura, assegurada sempre a ampla defesa do acusado;

V - representar ao Ministério Público, quando verificar a existência de crime de ação pública, nos autos ou papéis de que conhecer;

VI - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VII - fiscalizar a observância das normas constitucionais sobre os limites de remuneração;

VIII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, devendo integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa;

IX - definir e fixar, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário e das associações representativas das carreiras jurídicas, planos de metas e o planejamento estratégico, e planos e programas de avaliação institucional e do funcionamento do Poder Judiciário, tendo em vista o aumento da eficiência, racionalização, incremento da produtividade e maior eficácia do sistema, garantindo mais segurança, celeridade e maior acessibilidade na realização dos serviços da Justiça;

X - manter o Banco de Dados do Poder Judiciário, contendo a integralidade das informações concernentes a número de magistrados, qualificação, unidades judiciais e sobre os serviços e o pessoal dos órgãos do Poder, como instrumento essencial ao planejamento;

XI - manter centro nacional destinado à formação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, e ao desenvolvimento da administração e da pesquisa judiciárias, com função inclusive de reconhecimento, coordenação e supervisão das escolas e de cursos da magistratura no país;

XII - elaborar, com a participação dos demais órgãos do Poder Judiciário, o Código de Ética do Juiz Brasileiro;

XIII - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentários e manifestar-se de ofício ou mediante consulta sobre os planos e programas de investimentos dos órgãos do Poder Judiciário;

XIV - facultativamente, a iniciativa de leis que disponham sobre a carreira de magistrado, organização e funcionamento do Poder Judiciário, e a prevista no art. 96, § 1º.

§ 7º - São atribuições do Juiz-Corregedor, além de outras que lhe forem conferidas em lei, as seguintes:

I - exercer funções executivas do Conselho e de inspeção, auditoria e correição geral;

II - designar magistrados, mediante requisição, cometendo-lhes o exercício de atribuições determinadas, inclusive nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e requisitar servidores de juízos ou de Tribunais;

III - praticar atos que forem autorizados pelo Conselho.

§ 8º - As decisões do Conselho serão fundamentadas e as conclusões publicadas, contendo as providências para a aplicação da sanção cabível.



§ 9º - Competirá exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as ações que impugnem decisões do Conselho Nacional de Justiça, do seu Presidente ou do Corregedor Nacional do Poder Judiciário.

§ 10 - Qualquer cidadão, órgão público, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o Conselho Nacional de Justiça.

§ 11 - As reclamações ou representações temerárias serão punidas na forma da lei.

**Art. 4º. O artigo 104 passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 104 – O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I – dois quintos dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais, ~~que tenham~~ ingressado na carreira por concurso público, indicados em lista triplíce para cada vaga, pela maioria absoluta do próprio Tribunal.

II – dois quintos dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça que tenham ingressado na carreira por concurso público, indicados em lista triplíce para cada vaga, pela maioria absoluta do próprio Tribunal.

III – um quinto, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados pelos órgãos de representação das respectivas categorias em lista sêxtupla, da qual somente poderão fazer parte profissionais com mais de dez anos de exercício da função.

Parágrafo único – Recebidas as indicações de que trata o inciso III, o Tribunal, pela maioria absoluta dos seus membros, formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo que submeterá um dos seus integrantes ao Senado Federal.

  
Deputado **PEDRO VALADARES**

**JUSTIFICATIVA**

A proposta tem três objetivos, representada em seus três artigos: 1) estabelece a possibilidade de, sem prejuízo da competência legislativa do Congresso e do poder de iniciativa dos parlamentares, possam os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal provocar a alteração legislativa sobre matéria processual, e sobre normas de direito civil, comercial, penal, eleitoral e do trabalho; 2) altera as regras para expedição e pagamento dos precatórios judiciais, tornando menos angustiante a situação dos credores de órgãos públicos, não raro obrigados a esperar anos pela satisfação de seus créditos, mesmo após transitadas em julgado as decisões que lhes foram favoráveis; e 3) cria o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle administrativo dos atos do Judiciário, estabelecendo um controle social, pela participação da advocacia e do Ministério Público, sobre esse Poder do Estado.

  
Deputado **PEDRO VALADARES**



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS009645)

AUTOR: PEDRO VALADARES

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADEMIR LUCAS	MG	PSDB
3 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
4 - AIRTON DIPP	RS	PDT
5 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
6 - ALBERTO FRAGA	DF	PMDB
7 - ALBERTO GOLDMAN	SP	PSDB
8 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
9 - ALCIONE ATHAYDE	RJ	PPB
10 - ALMEIDA DE JESUS	CE	PL
11 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
12 - ANA CATARINA	RN	PMDB
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PMDB
15 - ANTONIO CARLOS BISCAIA	RJ	PT
16 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
17 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
18 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
19 - ANTONIO GERALDO	PE	PFL
20 - ANTONIO JORGE	TO	PFL
21 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
22 - ANTONIO PALOCCI	SP	PT
23 - ARLINDO CHINAGLIA	SP	PT
24 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
25 - AROLDO CEDRAZ	BA	PFL
26 - ATILA LINS	AM	PFL
27 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
28 - AYRTON XEREZ	RJ	PSDB
29 - B. SA	PI	PSDB
30 - BADU PICANCO	AP	PSDB
31 - BEN-HUR FERREIRA	MS	PT
32 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
33 - BISPO WANDERVAL	SP	PL
34 - BONIFACIO DE ANDRADA	MG	PSDB
35 - CABO JULIO	MG	PL
36 - CAIO RIELA	RS	PTB
37 - CARLITO MERSS	SC	PT
38 - CARLOS BATATA	PE	PSDB
39 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
40 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
41 - CELSO JACOB	RJ	PDT
42 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
43 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
44 - CLEMENTINO COELHO	PE	PSB
45 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
46 - CORAUCI SOBRINHO	SP	PFL
47 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
48 - DE VELASCO	SP	PST
49 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL

50 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
51 - DJALMA PAES	PE	PSB
52 - DR. HELIO	SP	PDT
53 - DR. ROSINHA	PR	PT
54 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
55 - EBER SILVA	RJ,	PDT
56 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
57 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
58 - EDUARDO PAES	RJ	PFL
59 - EDUARDO SEABRA	AP	PTB
60 - ELISEU MOURA	MA	PPB
61 - ENIO BACCI	RS	PDT
62 - ESTHER GROSSI	RS	PT
63 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
64 - EURICO MIRANDA	RJ	PPB
65 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
66 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
67 - EVILASIO FARIAS	SP	PSB
68 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
69 - FERNANDO MARRONI	RS	PT
70 - FERNANDO ZUPPO	SP	PDT
71 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
72 - FRANCISCO COELHO	MA	PFL
73 - GERALDO MAGELA	DF	PT
74 - GERALDO SIMOES	BA	PT
75 - GERVASIO SILVA	SC	PFL
76 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
77 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
78 - GLYCON TERRA PINTO	MG	PMDB
79 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
80 - HERMES PARCIANELLO	PR	PMDB
81 - IBERE FERREIRA	RN	PPB
82 - IGOR AVELINO	TO	PMDB
83 - INALDO LEITAO	PB	PMDB
84 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
85 - JOAO CALDAS	AL	PMN
86 - JOAO COSER	ES	PT
87 - JOAO FASSARELLA	MG	PT
88 - JOAO HENRIQUE	PI	PMDB
89 - JOAO RIBEIRO	TO	PFL
90 - JORGE COSTA	PA	PMDB
91 - JOSE ANTONIO	MA	PSB
92 - JOSE DIRCEU	SP	PT
93 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
94 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
95 - LAIRE ROSADO	RN	PMDB
96 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
97 - LINCOLN PORTELA	MG	PST
98 - LINO ROSSI	MT	PSDB
99 - LUIS EDUARDO	RJ	PSDB
100 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
101 - LUIZ SALOMAO	RJ	PDT
102 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
103 - MARCIO MATOS	PR	PT
104 - MARCOS CINTRA	SP	PL



105 - MARCOS ROLIM	RS	PT
106 - MAX MAURO	ES	PTB
107 - MEDEIROS	SP	PFL
108 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
109 - MURILO DOMINGOS	MT	PTB
110 - MUSSA DEMES	PI	PFL
111 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
112 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
113 - NELSON MEURER	PR	PPB
114 - NELSON TRAD	MS	PTB
115 - NEUTON LIMA	SP	PFL
116 - NICE LOBAO	MA	PFL
117 - NILSON PINTO	PA	PSDB
118 - OLIVEIRA FILHO	PR	PPB
119 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
120 - PAES LANDIM	PI	PFL
121 - PASTOR AMARILDO	TO	PPB
122 - PASTOR VALDECI		
123 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
124 - PAULO JOSE GOUVEA	RS	PST
125 - PAULO MARINHO	MA	PFL
126 - PAULO PAIM	RS	PT
127 - PAULO ROCHA	PA	PT
128 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
129 - PEDRO EUGENIO	PE	PSB
130 - PEDRO FERNANDES	MA	PFL
131 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
132 - PEDRO WILSON	GO	PT
133 - PHILEMON RODRIGUES	MG	PMDB
134 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
135 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
136 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
137 - RAIMUNDO COLOMBO	SC	PFL
138 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
139 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
140 - REMI TRINTA	MA	PL
141 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
142 - RENILDO LEAL	PA	PTB
143 - RICARTE DE FREITAS	MT	PSDB
144 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
145 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
146 - RUBEM MEDINA	RJ	PFL
147 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
148 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
149 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
150 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
151 - SERGIO GUERRA	PE	PSB
152 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
153 - SERGIO REIS	SE	PSDB
154 - SEVERINO CAVALCANTI	PE	PPB
155 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
156 - SYNVAL GUZZELLI	RS	PMDB
157 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
158 - VALDECI OLIVEIRA	RS	PT
159 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB

160 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
161 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
162 - WALDEMIR MOKA	MS	PMDB
163 - WALDIR PIRES	BA	PT
164 - WALDIR SCHMIDT	RS	PMDB
165 - WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT
166 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
167 - WERNER WANDERER	PR	PFL
168 - WILSON SANTOS	MT	PMDB
169 - ZE INDIO	SP	PMDB
170 - ZENALDO COUTINHO	PA	PSDB
171 - ZEZE PERRELLA	MG	PFL

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171      REPETIDAS: .3  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 174

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALOIZIO SANTOS	ES	PSDB
2 - PAULO PAIM	RS	PT
3 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT

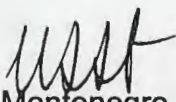
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS.  
(ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO)

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992

Nos termos do artigo 202, § 3º, do Regimento Interno, foi divulgado na Ordem do Dia das Comissões o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A/92, a partir do dia 08.04.99, até o dia 30.04.99. Esgotado o prazo, foram recebidas 45 (quarenta e cinco) emendas.

Sala da Comissão, 30 de abril de 1999.

  
Cily Montenegro  
Secretária

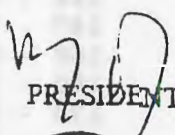


Brasília, 19 de agosto de 1999.

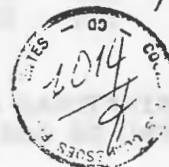
OF. N.º 051/99

Dei-ro. Retire-se as assinaturas da Requerente aposta as emendas n.ºs 3, 4, 5, 6, 14 e 15, oferecidas à PEC n.º 96/92. Oficie-se à Requerente. Publique-se.

Em 31 02 : 99

  
PRESIDENTE

Senhor Presidente,



Fui designada, em 11/08/99, para a Relatoria-Geral da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição n.º 96-A, de 1992, que “Introduz modificações na Estrutura do Poder Judiciário” e apensadas.

No período de recebimento de emendas, de 08/04/99 a 30/04/99, apresentei 6 emendas, de n.ºs 3, 4, 5, 6, 14 e 15, motivo pelo qual, de acordo com o art. 43, parágrafo único, do Regimento Interno, solicito a retirada de minha assinatura nas referidas emendas.

Atenciosamente.

  
Deputada ZULAIA COBRA

Exmo. Sr.

**Deputado MICHEL TEMER**

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS. (ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO)**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992  
(Apensas as PECs nº 112-A/95, nº 127-A/95, nº 215-A/95, nº 368-A/96 e nº 500-A/97)**

**"Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário".**

**Autor:** Deputado HÉLIO BICUDO

**Relatora:** Deputada ZULAIÊ COBRA

**I – RELATÓRIO**

Na legislatura passada, a Proposta de Emenda à Constituição epigrafada, que trata da reforma do Poder Judiciário, foi examinada com profundidade e recebeu abalizado parecer do então Relator, Deputado JAIRO CARNEIRO, agora Presidente deste Colegiado. Desarquivada por despacho do ilustre Presidente desta Casa, com fundamento no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno, a proposição foi distribuída ao Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA, que, por sua vez, também apresentou a esta Comissão parecer resultante de acurado estudo sobre a matéria.

Agora, após redistribuição da proposta, não cabe mais a apresentação de emendas a este Órgão especial, consoante o Regimento Interno. Por outro lado, com a designação da nova Relatoria, a Comissão abriu prazo para discussão e recebimento de sugestões, com vistas à elaboração do parecer.

Nesse passo, com base nos autos e, especialmente nos relatórios elaborados pelos insignes Deputados JAIRO CARNEIRO e ALOYSIO NUNES FERREIRA, passamos a relatar.



Destacam-se as seguintes modificações introduzidas no texto constitucional pela Proposta de Emenda à Constituição em tela: participação do Ministério Público no concurso para acesso à magistratura; nova divisão judiciária e novo sistema de promoções em quatro graus, para os magistrados; aferição de merecimento para promoção, segundo avaliação conjunta do Conselho Superior da Magistratura, representantes do Ministério Público e OAB; aquisição de vitaliciedade dependente de aferição por um Conselho especial; proibição aos juízes de exercer atividade ou fazer pronunciamentos de caráter político-partidário; composição do Supremo Tribunal Federal mediante listas tripliques oferecidas pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público e pela OAB, para mandato de nove anos; redução da competência do Supremo Tribunal Federal; instituição de mandato para os membros do Superior Tribunal de Justiça e composição semelhante à proposta para o Supremo Tribunal Federal; atribuição ao Superior Tribunal de Justiça de competência para julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão; inclusão de juízes estaduais na composição dos Tribunais Regionais Federais; extinção da representação classista na Justiça do Trabalho; extinção da Justiça Militar e do Ministério Público Militar; vedação ao Ministério Público para representar os interesses da União; disposições sobre a denúncia de casos de corrupção de magistrados; e, finalmente, a incorporação dos juízes federais às Justiças Estaduais.

O autor da proposta, Deputado HÉLIO BICUDO, tece longas considerações históricas acerca da estrutura do Poder Judiciário no Brasil e da necessidade de sua reforma, pugnando por uma Justiça mais moderna e integrada à comunidade.

A proposta recebeu parecer favorável, quanto à admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Encontram-se apenas à PEC nº 96-A/92 as seguintes proposições:

- a) PEC nº 112-A, de 1995, tendo como primeiro subscritor o nobre Deputado JOSÉ GENOÍNO, que "institui o sistema de controle do Poder Judiciário", tendo parecer da CCJR pela admissibilidade, com emenda;
- b) PEC nº 127-A, de 1995, tendo como primeiro subscritor o nobre Deputado RICARDO BARROS, que "dá nova



redação ao inciso VI do artigo 93 da Constituição Federal", aumentando de setenta para setenta e cinco anos a idade para aposentadoria compulsória dos magistrados. A proposição traz apensada a **PEC nº 215, de 1995**, do ilustre Deputado MATEUS SCHMIDT, que "objetiva assegurar às juízas o direito à aposentadoria com cinco anos a menos do que o tempo de serviço exigido dos juízes". Ambas as propostas receberam parecer na CCJR pela admissibilidade, sendo a primeira delas objeto de emenda;

- c) **PEC nº 368-A, de 1996**, do PODER EXECUTIVO, que "atribui competência à Justiça Federal para julgar os crimes praticados contra os Direitos Humanos", tendo parecer da CCJR pela admissibilidade, com substitutivo;
- d) **PEC nº 500-A, de 1997**, do SENADO FEDERAL, que atribui "eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios" às decisões proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e às definitivas de mérito, se aquele tribunal "assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros". A proposição recebeu parecer pela admissibilidade na CCJR, com emenda.

Esta Comissão Especial teve a honra de contar com a presença de inúmeras autoridades e juristas representando os mais variados segmentos da comunidade jurídica brasileira, que aqui trouxeram sua preciosa contribuição para o debate do tema: Participaram das audiências públicas, como ilustres expositores, o Dr. JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO, Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE; o Dr. BOLÍVAR LAMOUNIER, cientista político; o Dr. ARMANDO CASTELAR PINHEIRO, chefe do Departamento de Economia do BNDES; o Dr. GERALDO PIQUET CARNEIRO, Vice-Presidente do Conselho da Reforma do Estado; o Sr. CANINDÉ PEGADO, Secretário-Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores; o Sr. ENILSON SIMÕES DE MOURA, representante da Social Democracia Sindical; o Sr.



ERICSON CRIVELLI, do Conselho Jurídico da Central Única dos Trabalhadores; o Sr. ANTÔNIO CARLOS NAVARRO, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Dr. ÁCHILES DE JESUS SIQUARA FILHO, Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP; o Dr. REGINALDO OSCAR DE CASTRO, Presidente do Conselho Federal da OAB; o Dr. DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA Jr., Presidente da Associação Nacional de Juizes para a Democracia; o Dr. FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO, Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais – AJUF; o Dr. LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; a Dra. ELA WIECK WOLNER DE CASTILHO, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; o Ministro WAGNER ANTÔNIO PIMENTA, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; o Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ; o Ministro JOSÉ NERI DA SILVEIRA, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE; o Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA, Presidente do Superior Tribunal Militar – STM; o Desembargador JOSÉ FERNANDES FILHO, Presidente da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça; o Dr. GETÚLIO CORREIA, Presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais; a Dra. BEATRIZ DE LIMA PEREIRA, Presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; o Dr. MÁRIO DOS SANTOS PAULO, Juiz Corregedor Regional Eleitoral; o Dr. RAMON CASTRO TOURON, Presidente da Associação Nacional de Juizes Classistas da Justiça do Trabalho – ANAJUCLA; o Ministro JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, Ministro de Estado da Justiça; o Ministro JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Dr. ROBERTO G. FREITAS FILHO, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, o Dr. ULYSSES RIEDEL, Diretor do DIAP; o Dr. LUIZ FLÁVIO GOMES, Juiz de Direito; o Dr. RICARDO CUNHA CHIMENTI, Juiz de Direito (representante dos Juizados Especiais); e o Dr. GERALDO BRINDEIRO, Procurador-Geral da República.

Foram apresentadas, no prazo regimental, quarenta e cinco emendas às proposições objeto deste parecer, aguardando parecer outras quatro, oferecidas na legislatura passada. Descrição minuciosa dessas proposições acessórias encontra-se em tabela anexa a este Parecer.

Valendo-se da faculdade outorgada pelo art. 57, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e com a finalidade de analisar mais profundamente temas de capital importância para o aprimoramento do Poder Judiciário brasileiro, esta Comissão Especial dividiu a matéria em seis Relatorias-

Parciais. Findo o prazo concedido, os Relatores-Parciais ofereceram suas contribuições aos trabalhos da Comissão e desta Relatoria, cujo conteúdo passamos a historiar a seguir:

1- Em bem lançado parecer, o ilustre Deputado **MARCELO DÉDA**, Relator-Parcial do Controle e Fiscalização do Poder Judiciário, após minucioso histórico da matéria, elabora percuciente análise das teses favoráveis e contrárias à instituição de um controle do Poder Judiciário, descrevendo inclusive os modelos existentes no Direito Comparado, concluindo, ao final, pela "viabilidade de um órgão de fiscalização externa da magistratura com a participação da sociedade civil".

O eminente Relator-Parcial propõe então a criação de um Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário, composto por "um Conselho Nacional e por Conselhos Estaduais de Justiça, instituídos em cada um dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal".

O Conselho Nacional de Justiça, nos termos propostos pelo Relator-Parcial, será integrado por vinte e um membros dentre cidadãos brasileiros, representantes do meio científico e acadêmico e dos diversos agentes envolvidos no exercício da função jurisdicional, eleitos pelo Congresso Nacional e pelas classes representadas no referido Conselho, em pleito realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, para um mandato de quatro anos em regime de dedicação exclusiva. Haverá ainda um Ouvidor-Geral, com a função de "receber denúncias de irregularidades de qualquer cidadão, órgão público, partido político, associação ou sindicato".

Os Conselhos Estaduais de Justiça, cujo modelo segue a estrutura básica proposta para seu equivalente federal, apenas adaptada à realidade das unidades federadas, serão compostos por onze membros, eleitos também dentre cidadãos e classes ligadas à atividade jurisdicional, para um mandato de quatro anos, em regime de dedicação exclusiva.

Pela proposta, são tomados inelegíveis, para integrar o referido Sistema, parlamentares, ex-parlamentares, cidadãos que exerçam cargos de confiança no âmbito de qualquer dos três Poderes, o Procurador-Geral da República, os Procuradores-Gerais de Justiça e o Presidente e os conselheiros da OAB, até três anos após deixarem os respectivos cargos ou mandatos.

A regulamentação do Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário é matéria remetida à lei complementar, que deverá ser editada no prazo de noventa dias.



2- O ilustre Deputado **JOSÉ ROBERTO BATOCHIO**, Relator-Parcial para o tema do acesso à Justiça e direito à sentença, descreve as inovações trazidas pelas emendas apresentadas às propostas em exame, afirmando ser "de crescimento a crise a que a presente reforma pretende por cobro".

Manifesta sua discordância em relação à extinção da Justiça Eleitoral; à supressão da presença do Ministério Público e da advocacia, bem como à inclusão da Defensoria Pública nos tribunais; à instituição da arguição de relevância e da advocatária; e, finalmente, à atribuição de efeito vinculante ou força de lei a decisões judiciais, enfatizando que a sistemática hoje vigente, em que compete ao Senado Federal suspender a execução de norma declarada inconstitucional, é a mais adequada e simples, pelo que a este, por semelhante modo, deve ser entregue a prerrogativa de conferir eficácia *erga omnes* a decisões do Supremo Tribunal Federal.

O Deputado **ROBERTO BATOCHIO** faz ainda especial referência às "propostas que pretendem a criação de órgãos para o planejamento, supervisão e controle da atividade administrativa do Poder Judiciário, as que alteram a competência dos tribunais superiores e aumentam o número de seus membros, as que buscam uma disciplina eqüitativa dos precatórios judiciais, as que extinguem os juízes classistas e objetivam reorganizar o judiciário do trabalho".

Ao final, oferece Substitutivo onde procura conciliar as propostas apresentadas perante esta Comissão Especial e que, em linhas gerais, em sumário do próprio autor, "dá nova disciplina ao pagamento de precatórios, suprime a vitaliciedade da magistratura colegiada e modifica a forma de recrutamento de seus membros, aumenta o número de membros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, amplia a legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade, extingue a Justiça Militar, o Tribunal Superior do Trabalho e o vocalato trabalhista, reprime o nepotismo, institui um sistema de planejamento, supervisão e controle da atividade administrativa do Poder Judiciário, aperfeiçoa a disciplina do mandado de injunção, federaliza os crimes contra direitos humanos, e confiam, ao Poder Legislativo, a faculdade de conferir eficácia 'erga omnes' a decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal".

3- A ilustre Relatora-Parcial **NAIR XAVIER LOBO** de Justiças Especializadas, no tópico relativo à Justiça Laboral, propugna pela

criação de Juizados Especiais do Trabalho, com a presença de juízes classistas das atuais Juntas de Conciliação e Julgamento na função de conciliadores, sem ônus para os cofres públicos. Sugere, ademais, a organização de órgãos de conciliação e arbitragem, sem caráter jurisdicional, a que serão previamente submetidas as controvérsias trabalhistas. A redução do número de Tribunais Regionais do Trabalho também é objeto de preocupação da Relatora-Parcial, por considerar a Relatora que o inexpressivo número de processos em boa parte desses tribunais não justifica sua existência em todas as unidades da Federação. A proposta mantém, ainda, o poder normativo da Justiça do Trabalho, determinando, contudo, a prévia decisão comum das partes como condição de ajuizamento dos dissídios de natureza econômica.

Quanto à Justiça Eleitoral, a Relatora-Parcial de Justiças Especializadas manifesta-se em prol da manutenção desse ramo autônomo, nos moldes já delineados na Constituição Federal. Nessa esteira, alvitra apenas alteração do inciso II do art. 119 para determinar que o Senado Federal aprove a escolha dos juízes do TSE, oriundos da advocacia.

A Relatora-Parcial, entendendo que a Justiça Militar da União vem atendendo satisfatoriamente seus objetivos institucionais, propõe poucas modificações nessa matéria. Destaca-se, a propósito, a redução de quinze para nove do número de membros do STM, em razão do superdimensionado hoje constatado em face do pequeno número de causas que aprecia.

Ao examinar a Justiça Militar Estadual, a Relatoria-Parcial de Justiças Especializadas intenta conferir a juiz de direito competência para julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civil, ressalvada a competência do tribunal do júri.

4- O Deputado **RENATO VIANNA**, Relator-Parcial designado para examinar a estrutura e competência do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal, propõe a transferência de várias competências do STF para o STJ, visando a reforçar o papel de Corte Constitucional do Pretório Excelso.

Destacam-se as seguintes inovações constantes do parecer oferecido:

- a) Em sede de ADIn, as decisões passam a produzir, além de eficácia contra todos, efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração



pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

- b) no recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o STF examine o cabimento do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros;
- c) o STF poderá acolher incidente de inconstitucionalidade, quando for relevante o fundamento da controvérsia judicial sobre constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, determinando a suspensão do processo em curso perante qualquer juízo ou tribunal, para proferir decisão exclusivamente sobre a questão constitucional suscitada.
- d) competência à justiça federal de primeiro grau para julgar crimes contra direitos humanos.

5- O Deputado LUIZ ANTÔNIO FLEURY, Relator-Parcial sobre súmulas vinculantes, alinha argumentos contrários e favoráveis à adoção desse mecanismo e conclui pela sua adoção. A seu ver, a atividade jurisdicional de interpretação do alcance das normas jurídicas é subsidiária à tarefa do Legislador. Entende ser infundado o temor de engessamento do direito, quando previstos mecanismos para a revisão e cancelamento de súmulas vinculantes.

O Relator-Parcial oferece proposta na qual estabelece as linhas gerais do instituto, conforme os seguintes princípios das súmulas vinculantes: **quorum** de aprovação; momento a partir do qual a súmula passa a produzir efeitos; legitimados para propor a edição, a modificação e o cancelamento das súmulas; eficácia das súmulas em relação ao Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta; ineficácia das decisões judiciais ou administrativas que as contrariem.

6- Coube ao eminente Relator-Parcial Deputado **IBRAHIM ABI-ACKEL** o estudo dos direitos, garantias e disciplina dos magistrados, tribunais e juízes estaduais.

Suas sugestões, sinteticamente, são as que se seguem:

- a) ênfase na promoção por merecimento, permitindo-se aos tribunais melhor escolha;
- b) possibilidade de aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos, desde que manifestada pelo interessado, com a aprovação do tribunal;
- c) condicionamento de presença do magistrado na comarca por pelo menos dois anos, para remoção a pedido;
- d) sujeição da remoção, disponibilidade e aposentadoria, por motivo disciplinar, ao **quorum** mais realista da maioria absoluta do tribunal;
- e) exigência de fundamentação para todas as decisões judiciais, inclusive disciplinares;
- f) proibição de interrupção dos trabalhos do Poder Judiciário em razão de férias;
- g) instituição da "quarentena";
- h) proibição de nepotismo;
- i) obrigatoriedade de subsídio proporcional ao magistrado em disponibilidade, e preferência do juiz mais antigo para remoção a pedido;
- j) a lei de organização judiciária passa a dispor sobre a definição de competências dos tribunais locais.

Dentre as sugestões enviadas a esta Relatoria-Geral por diversos segmentos da sociedade civil, entidades de classe, Parlamentares e cidadãos, registrem-se as colaborações de fundamental importância para a elaboração do Substitutivo ora apresentado da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Magistrados Brasileiros. Inolvidáveis também, as contribuições dos Deputados **JAIRO CARNEIRO** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, pelos estudos e pareceres que tanto elucidaram e verdadeiramente aplainaram relevantes temas em prol do aprimoramento da estrutura do Poder Judiciário.

É o relatório.



## I - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão Especial apreciar o mérito da matéria em foco, nos termos do art. 202, § 2º, do Regimento Interno, bem como manifestar-se quanto à admissibilidade das Emendas apresentadas.

Considerando os momentos mais recentes da história nacional, sobrelevam-se diversas iniciativas visando a reformar o Poder Judiciário brasileiro, como a preconizada pelo Supremo Tribunal Federal em 1965, a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, a Revisão Constitucional de 1994 e as atividades da Comissão Especial de reforma do Poder Judiciário da Câmara dos Deputados instalada na legislatura passada, sob a relatoria do Deputado JAIRO CARNEIRO e, mais proximamente, as desempenhadas pelo Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA no âmbito deste Órgão colegiado.

Dos trabalhos até agora realizados nesta Casa, resta evidente a complexidade do tema abordado. São de variada ordem as causas da crise do Poder Judiciário e de todos conhecidas, destacando-se o número insuficiente de juízes, o despreparo dos magistrados iniciantes na carreira, a falta de recursos materiais, a má administração de tribunais, o excesso de recursos, a morosidade da prestação jurisdicional, o funcionamento precário das Defensorias Públicas em várias unidades da federação, entre outras. À dificuldade de enfrentamento dessas causas, soma-se a entrada em pauta, tanto nesta Comissão como nos demais meios jurídicos do País, de temas controvertidos em face do modelo constitucional adotado, como súmulas vinculantes e controle da magistratura.

Há unanimidade nesta Comissão quanto aos objetivos de nossos trabalhos. Pretendemos todos encontrar soluções para o atual estado de decadência em que se encontra o Poder Judiciário brasileiro, que se revela principalmente na demora da entrega da prestação jurisdicional, no acúmulo de recursos nos tribunais superiores e na dificuldade de acesso do cidadão à justiça. Queremos, portanto, uma justiça célere, sem olvidar a segurança jurídica. Buscamos um Judiciário forte e independente, imprescindível no Estado Democrático de Direito, sem esquecer o controle social dessa Instituição. Estamos certos, portanto, de que o consenso só será alcançado com o encontro de vontades visando a um fim comum.

Nesse passo, esta Relatoria, imbuída do espírito de conjugar esforços no sentido de contornarmos os obstáculos ao entendimento nesta

Comissão, visando as metas por todos os seus membros almejadas, apresenta Substitutivo, cujas principais alterações ao texto constitucional descreve a seguir.

## **CELERIDADE E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

É consabido que o imane volume de processos nas altas Cortes nacionais decorre dos sistemas recursal e de controle de constitucionalidade difuso adotados pelo ordenamento jurídico pátrio. Repetindo as palavras do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE "O modelo constitucional da Justiça brasileira está falido, incapaz de atender à demanda".<sup>1</sup>

Com fulcro no estudo produzido pelo Deputado RENATO VIANA, Relator-Parcial da estrutura e competência do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal, no parecer do Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA e em diversas emendas e Substitutivos apresentados pelos membros desta Comissão e visando solucionar a crise do controle de constitucionalidade em concreto e de limitar o número de recursos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, sugerimos a transferência para o STJ de competências originárias do STF que não tocam sua missão precípua de guardião da Constituição Federal. A idéia é manter o Superior Tribunal de Justiça como tribunal responsável pela integridade, pela autoridade e pela uniformidade de interpretação do direito federal comum.

Nessa esteira, não poderíamos deixar de contemplar o aumento da composição do Superior Tribunal de Justiça em nossa proposta. O STJ passa a contar com sessenta e três integrantes, número de membros compatível com a transferência de competências alvitada.

No ano de 1998, foram distribuídos 20.594 recursos extraordinários e julgados 18.115, segundo informações do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. No primeiro semestre de 1999, o STF proferiu 29.000 decisões, consoante dados fornecidos pelo Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE<sup>2</sup>. Em 1998, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior do Trabalho foram julgados, respectivamente, 35.096 e 111.810 recursos de natureza extraordinária. O volume de agravos nessas Cortes também é expressivo, sendo bem menor a demanda em outras espécies de causas de sua competência.

<sup>1</sup> Palestra proferida na III Conferência dos Advogados do Distrito Federal, em 19.08.99.

<sup>2</sup> Palestra proferida na III Conferência dos Advogados do Distrito Federal, em 19.08.1999.



Na busca de mecanismos de filtragem dos recursos de natureza extraordinária, o Substitutivo propõe, nas hipóteses de interposição dos recursos extraordinário, especial e de revista, a demonstração da repercussão geral das questões constitucional e federal discutidas nos casos. Manifestou-se favorável à reintrodução da "relevância", adotada em nosso sistema constitucional no início dos anos trinta, o Ministro CELSO DE MELLO, em audiência proferida nesta Comissão, entendimento esse acolhido pelo Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA.

Também nessa linha, introduzimos a súmula impeditiva de recursos, que certamente diminuirá o volume de recursos nas instâncias superiores. Não se trata da adoção das súmulas vinculantes dos tribunais nos moldes sugeridos pelo Relator-Parcial Deputado LUIZ ANTÔNIO FLEURY, mas de mecanismo que também dimana da mesma idéia de impedir o excesso de recursos nos tribunais. Consiste na inadmissibilidade de recurso interposto contra decisão que tenha como fundamento principal ou que tenha dirimido o conflito de acordo com súmula do tribunal (STF, STJ ou TST).

A inovação ora proposta inspira-se nas sugestões da Associação dos Magistrados do Brasil e nos estudos do Juiz LUIZ FLÁVIO GOMES, ouvido nesta Comissão. Cabe transcrever as críticas desse magistrado acerca da introdução das súmulas vinculantes em nosso ordenamento jurídico:

*"Fazem tábula rasa do princípio da tipicidade das leis, assim como do juiz natural imparcial (que inexistente nos sistemas de jurisprudência superior vinculante). Iludem o princípio do pluralismo político (art. 1º, inciso V), que é a base de várias interpretações válidas do mesmo texto normativo. Ofendem o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), à medida que retiram do juiz o que existe de essencial na atividade judicial, que é autodeterminação (tratar o juiz como incapaz de se autodeterminar, aniquilando sua criatividade, resulta em ofensa à sua dignidade)."*<sup>3</sup>

No que tange ao controle de constitucionalidade em tese, propomos a extinção das ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, eis que, em face do caráter ambivalente das ações diretas de inconstitucionalidade, prescinde o Pretório Excelso de tais ações, que militam contra a presunção de

<sup>3</sup> Súmula Vinculante e Independência Judicial - Revista Consulex, nº 8, p. 30, agosto/97

constitucionalidade das leis editadas pelo Parlamento, contrariado toda a sistemática de controle de constitucionalidade adotada em nosso País.

Ainda no tocante à jurisdição constitucional concentrada, incluímos no Substitutivo, com apoio nos pareceres oferecidos pelos ilustres Deputados JAIRO CARNEIRO e ALOYSIO NUNES FERREIRA, dispositivo possibilitando a declaração de inconstitucionalidade com efeitos apenas **ex nunc** ou **pro futuro**. Esclarecedora, sobre o tema, a manifestação do Ministro LEITÃO DE ABREU, transcrita nos relatórios citados:

*"Acertado se me afigura, também o entendimento de que não se deve ter como nulo, **ab initio**, ato legislativo que entrou no mundo jurídico munido de presunção de validade, impondo-se, em razão disso, enquanto não declarado inconstitucional, à obediência dos destinatários, dos seus comandos. Razoável é a inteligência, a meu ver, de que se cuida, em verdade de ato anulável, possuindo caráter constitutivo a decisão que decreta a nulidade. Como, entretanto, em princípio, os efeitos dessa decisão operam retroativamente, não se resolve, com isso, de modo pleno, a questão de saber se é mister haver como delitos do orbe jurídico atos ou fatos verificados em conformidade com a norma que haja sido pronunciada como inconstitucional. Tenho que procede a tese, consagrada pela corrente discrepante, a que se refere o **Corpus Juris Secundum**, de que a lei inconstitucional é um fato eficaz, ao menos antes da determinação de sua inconstitucionalidade, podendo ter consequências que não é lícito ignorar. A tutela da boa-fé exige que, em determinadas circunstâncias, notadamente quando, sob a lei ainda não declarada inconstitucional, se estabeleceram relações entre o particular e o poder público, se apure, prudencialmente, até que ponto a retroatividade da decisão, que decreta a inconstitucionalidade, pode atingir, prejudicando o agente que teve por legítimo o ato e, fundado nele, operou a presunção de que estava procedendo sob o amparo do direito objetivo. (RE 79.343, Relator Ministro LEITÃO DE ABREU, RTJ 82/791)".*

Considerando a gravidade e relevância das matérias submetidas à apreciação do Supremo Tribunal Federal em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, sugerimos que a concessão de medidas liminares ou cautelares nessas hipóteses tenham eficácia por, no máximo, cento e vinte dias, exceto se confirmadas pela maioria absoluta dos membros do tribunal.

No pertinente à competência recursal ordinária do STF, propomos sua manutenção no que concerne ao julgamento de **habeas corpus**, mandado de segurança, **habeas data** e mandado de injunção decididos em única



instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão, com esteio no princípio do duplo grau de jurisdição.

Na competência extraordinária, propomos a outorga ao Supremo Tribunal Federal da competência para julgar recurso extraordinário quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato normativo local contestado em face de lei federal, eis que se trata de controvérsia de natureza constitucional, decorrente da competência legislativa dos entes federados.

Procedemos, ainda, ao ajuste da competência do Supremo Tribunal Federal no tocante à intervenção federal, para ele transferindo o conhecimento da representação interventiva fundada em recusa da execução de lei federal, em virtude da natureza federativa do conflito.

Também procurando combater a morosidade da Justiça, introduzimos, como princípio de ordem processual, o direito à razoável duração do processo, fazendo aditar inciso ao art. 5º da Constituição Federal. Trata-se de direito consagrado pelas Constituições de Portugal (art. 20, n. 4) e do México (art. 17), tendo a AMB e a OAB sugerido sua adoção.

Na mesma linha, fazemos incluir no Substitutivo ora proposto dispositivo para que a lei venha a estabelecer as hipóteses de conciliação e de transação penal para casos de infrações que não sejam consideradas de menor potencial ofensivo. Tal inovação foi sugerida pelos Deputados JOSÉ PRIANTE e BONIFÁCIO DE ANDRADA, na Emenda nº 11, bem como pelo Deputado ALBERTO MOURÃO, na Emenda nº 12, além de constar das propostas da AMB e da OAB encaminhadas a esta Comissão.

As emendas nºs 2/95, 11, 27 e 44 sugerem a extinção dos Tribunais de Alçada. Hoje, apenas três Estados da federação mantêm esses tribunais, a saber, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Sua extinção nos Estados do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul resultou em economia de recursos e agilização da prestação jurisdicional, o que nos conduz a sugerir também a extinção dessas Cortes, em prol do rápido e eficiente atendimento das demandas judiciais.

Com supedâneo na proposta apresentada na revisão constitucional e nos pareceres oferecidos pelos Deputados JAIRO CARNEIRO e ALOYSIO NUNES FERREIRA, sugerimos modificação dos dispositivos constitucionais relativos aos precatórios judiciais, visando conferir tratamento diferenciado aos créditos de natureza alimentícia, evitar a multiplicação de



extração de precatórios suplementares e possibilitar a liquidação dos estoques hoje existentes pelos entes federados.

Buscando a efetividade da prestação jurisdicional, acolhemos também sugestão do Ministro CELSO DE MELLO, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no sentido da outorga explícita de hierarquia constitucional aos tratados celebrados pelo Brasil, em matéria de direitos humanos, à semelhança do que estabelece a Constituição argentina (1853), com a reforma de 1994 (art. 75, nº 22), introdução esta no texto constitucional que afastará a discussão em torno do alcance do art. 5º, § 2º.

Nesse ponto, merecem registro a PEC nº 368-A/96, apensada e as emendas nºs 24, do Deputado MAX ROSENMANN, e 43, do Deputado JOSÉ ANTÔNIO que conferem à justiça federal a competência para julgar os crimes contra os direitos humanos. Parece-nos, contudo, que o deslocamento da competência para processar e julgar tais crimes será medida mais consentânea com a fluidez inerente ao conceito de direitos humanos. A sugestão vem da ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA. Ocorrerá o deslocamento de competência para a justiça federal nos casos em que o STJ, apreciando pedido do Ministério Público, entender que se trate de grave violação de direitos humanos, por motivos como a violação reiterada desses direitos ou ainda a demora injustificada da prestação jurisdicional ou em face de obstáculos à investigação da Justiça estadual.

A celeridade da prestação jurisdicional também depende do cumprimento dos prazos processuais por parte dos magistrados. Buscando o respeito aos prazos, o Substitutivo ora proposto impede a promoção do juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão, vedada a justificativa de acúmulo de serviço. O cumprimento de prazos é condição também exigida para a remoção a pedido e a permuta de magistrados de comarca de igual entrância.

Nesse passo, o princípio da irredutibilidade dos subsídios é também mitigado, para que o magistrado possa sofrer limitação quando houver descumprimento de prazos processuais, na forma da lei. O dispositivo, que procura punir o magistrado negligente no cumprimento dos deveres do cargo em prol do interesse público de agilização da justiça, vem ao encontro do interesse da magistratura nacional de aprimoramento de todos os integrantes da carreira, por meio de punição daqueles que denigrem a Instituição.

Com o objetivo de conferir efetividade ao mandado de injunção, alteramos o inciso LXXI do art. 5º da Lei Maior. O mandado de injunção



Visa a assegurar direito fundamental, mas o instituto torna-se inócuo em face da inexistência de norma regulamentadora. Daí porque pretendemos dotar a decisão judicial de eficácia para colmatar tal lacuna, suprimindo a norma para o interessado, no âmbito do pedido, enquanto não editada pela autoridade ou órgão competente. À evidência, não se pretende convolar o juiz em legislador, eis que se procura dar solução apenas a casos concretos postos em juízo. Trata-se de tornar efetivo o princípio segundo o qual o juiz não se exime de decidir alegando lacuna na lei, com fulcro na analogia, nos costumes e nos princípios gerais do direito (arts. 4º da LICC e 126 do CPC). Tal inovação foi sugerida pela AMB e pelos Deputados ALBERTO MOURÃO (Emenda nº 12), AGNELO QUEIROZ (Emenda nº 39), JOSÉ ANTÔNIO (Emenda nº 43), dentre outros membros deste Órgão.

Por fim, parece-nos que contribuirá para o combate à morosidade da prestação jurisdicional a exigência de distribuição imediata dos processos nos juízos e tribunais. Hoje, a distribuição de processos em diversos órgãos do Poder Judiciário é realizada em "conta-gotas", cabendo aos juízes determinada cota de processos por vez, caracterizando-se verdadeiro desrespeito ao jurisdicionado e contribuindo para o descrédito na Instituição. Acreditamos que a previsão constitucional da distribuição imediata aliada à obrigatoriedade de número de juízes compatível com a população e o volume de demandas, comentada a seguir, além das medidas relativas ao atendimento dos prazos processuais, conferirão aos jurisdicionados instrumentos aptos ao escopo da célere e efetiva prestação jurisdicional.

## APRIMORAMENTO DA MAGISTRATURA

O Substitutivo ora apresentado contempla diversas alterações ao texto constitucional almejando o aperfeiçoamento da magistratura. Dentre as modificações alvitradas, prevê a idade mínima de vinte e cinco anos para ingresso na carreira, inovação esta sugerida pelo Deputado NEUTON LIMA (Emenda nº 28) e pela OAB. Além de satisfazer o requisito da idade mínima para ingresso na magistratura, o candidato a juiz deverá comprovar experiência de pelo menos três anos na área jurídica. Isto porque o despreparo dos juízes iniciantes é um fato hoje facilmente constatado e decorrente da proliferação desordenada de faculdades de direito por todo o País.

Diante dessa constatação, há também que se limitar os atos jurisdicionais e administrativos do juiz iniciante e que se exigir, como etapa obrigatória do processo de vitaliciamento, a aprovação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Ao ensejo, o Substitutivo propõe a criação das escolas nacionais junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho, o que vem ao encontro da necessidade premente de qualificação dos magistrados tanto no início da carreira quanto no transcurso da vida profissional, com vista à complementação do curso universitário e ao indispensável aprimoramento em face do dinamismo e complexidade da sociedade em que atuam. Sugeriram a criação das escolas nacionais os Deputados NEY LOPES (Emenda nº 8), VICENTE ARRUDA (Emenda nº 9), GONZAGA PATRIOTA (Emenda nº 16), dentre outros membros desta Comissão.

Quanto à promoção do juiz, propomos alteração de dispositivo constitucional no sentido de impedir a recusa por mais de uma vez, pois o interesse público deve prevalecer em relação ao interesse pessoal do juiz, nesse aspecto. Também, visando aprimorar os mecanismos da promoção por merecimento, estabelecemos requisito menos restritivo, podendo o juiz integrar os primeiros dois terços da lista de antigüidade.

Na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação. Busca-se com isso reduzir a possibilidade da prática de arbitrariedades pelo tribunal ou a preterição de candidatos.

A garantia da vitaliciedade, hoje relativa na sistemática constitucional, em razão da aposentadoria compulsória aos setenta anos e da possibilidade de perda do cargo de juiz em virtude de sentença judicial transitada em julgado, é mais uma vez atenuada, por deliberação do Conselho Nacional de Justiça.

A propósito, cabe lembrar que o Senado Federal, órgão externo ao Judiciário, pode determinar a perda do cargo de magistrados, em razão de infração político-administrativa, sendo a falta de decoro uma dessas hipóteses. Em palestra proferida neste Órgão, o Ministro CELSO DE MELLO, Presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestou-se no sentido de que a extensão do processo de responsabilização política aos juizes brasileiros não implicaria prejuízo para suas funções.



## ACESSO À JUSTIÇA E MECANISMOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O acesso pleno e democrático à justiça não será alcançado se não houver meios de garantir ao hipossuficiente a igualdade de forças no equilíbrio da relação processual. A autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública estadual deflui do enunciado do art. 134 da Carta de 1988, que lhe reconhece o caráter de essencial à função jurisdicional do Estado, cuja nobre missão está na defesa daquele que não pode custear a defesa de seus direitos perante o Judiciário. São, em última instância, garantias dos próprios assistidos pela instituição, eis que freqüentemente a atuação dos defensores se dá contra o Poder Público.

A possibilidade de elaboração de sua própria proposta orçamentária dimana, também, do tratamento que a Constituição Federal assegurou à Defensoria Pública. Acresce que a instituição é órgão com peculiaridades que a distanciam dos demais órgãos do Estado, com objetivos e ações rigorosamente típicas e singulares, que reclamam tratamento orçamentário adequado e formulado com a autonomia compatível com as necessidades diferenciadas de cada Defensoria Pública. Frise-se que a inovação não implicará a possibilidade de política remuneratória defesa das salvaguardas do interesse do Poder Executivo.

A busca do pleno acesso à justiça também exige que a atividade jurisdicional seja ininterrupta, não se sobrestando em razão de férias coletivas ou recesso nos juízos e tribunais. O plantão vinte e quatro horas será instituído, funcionando em todos os juízos e tribunais magistrados de plantão permanente nos dias em que não houver expediente forense normal. Inspiramo-nos, nesse ponto, na proposta do Relator-Parcial Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL.

Outrossim, a obrigatoriedade de majoração do número de juízes virá em prol do objetivo maior de ampliação do acesso do cidadão à justiça. Em audiências públicas realizadas nesta Comissão foram trazidas estatísticas de número de magistrados. Restou demonstrado que esse número fica muito aquém daquele de países como Alemanha ou Estados Unidos da América. Propomos, assim, que a litigiosidade na unidade jurisdicional e a respectiva população venham a determinar a necessidade de aumento do número de magistrados.

Outros meios de ampliar o acesso à justiça são buscados, como o aperfeiçoamento da normativa referente à justiça de paz, para que possam seus integrantes atuar nos juizados especiais e a possibilidade de instituição, por lei estadual, da justiça itinerante e dos tribunais regionais, visando a aproximar os jurisdicionados do primeiro e segundo graus da justiça comum

Dos estudos e palestras apresentados nesta Comissão, constatamos a necessidade de criação de instrumentos extrajudiciais de solução de conflitos em sede constitucional, motivo pelo qual o Substitutivo faz referência expressa ao juízo arbitral, do qual poderão valer-se os interessados em resolver seus conflitos de interesse, na forma da lei, ressalvadas as entidades de direito público. Também há previsão de criação, por lei, de órgãos de conciliação, mediação e arbitragem nas empresas com mais de cinquenta empregados, sem ônus para o Poder Público e sem caráter jurisdicional, com representação de trabalhadores e empregadores, que terão competência para conhecer os conflitos individuais de trabalho, no prazo legal, como condição para o ajuizamento da ação trabalhista.

## **DEMOCRACIA INTERNA DO PODER JUDICIÁRIO**

A democracia interna do Poder Judiciário recebe substancial reforço, visto que os órgãos especiais e diretivos dos tribunais passam a ser eleitos, na sua totalidade ou parcialmente, conforme nova redação que damos aos incisos XI e XII do art. 93.

Com efeito, nos tribunais que possuem órgão especial, metade das vagas deste serão providas por eleição e a outra metade, por antigüidade.

Os órgãos diretivos dos tribunais, salvo no STF e nos Tribunais Superiores, serão escolhidos mediante eleição direta e secreta, por todos os seus integrantes e juizes vitalícios a eles vinculados. Tomamos, entretanto, a precaução de impedir a reeleição, para o mesmo cargo, e a eleição do Presidente para outro cargo, no período imediatamente subsequente.

As duas medidas supracitadas, acreditamos, proporcionarão salutar e desejável renovação nos quadros superiores das Justiças da União e dos Estados, sintonizando o Poder Judiciário com os novos tempos e com os princípios democráticos constantes da Carta Política de 1988.



## **MORALIDADE ADMINISTRATIVA, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO**

Um dos temas centrais do Substitutivo oferecido por esta Relatoria relaciona-se à instituição de mecanismos de controle e coordenação administrativa dos órgãos do Poder Judiciário, tema cuja relevância ficou fartamente demonstrada ao longo dos trabalhos desta Comissão Especial e nas emendas apresentadas, bem como ao incremento da transparência da atuação desses mesmos órgãos e a garantia da observância do princípio constitucional da moralidade administrativa.

Neste particular, sobressai a criação do Conselho Nacional da Magistratura, cuja composição busca refletir os diversos estamentos dos Poderes Judiciários da União e dos Estados. Propõe-se também a presença de membros do Ministério Público, de advogados e de cidadãos, estes últimos escolhidos por comissão mista do Congresso Nacional, instância representativa máxima da Nação. A participação popular fica assim assegurada, acolhendo-se, ainda que com modificações, diversas emendas nesse sentido apresentadas perante a Comissão.

Incumbirá ao referido Conselho o papel de órgão diretivo superior da magistratura, que deverá zelar pela autonomia do Poder Judiciário, bem como assegurar o cumprimento dos princípios relativos à Administração Pública, com competências disciplinares e correicionais.

Institui-se, como órgão executivo do Conselho, a figura do Ministro-Corregedor, cujas incumbências abrangem a inspeção dos órgãos judiciários e a correição geral, a requisição de magistrados e servidores e o recebimento de reclamações e denúncias relativas aos magistrados e serviços judiciários, dentre outras que poderão ser atribuídas pelo Estatuto da Magistratura.

Junto ao Conselho Nacional de Justiça oficialarão, segundo o Substitutivo, o Procurador-Geral da República e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Visto que a necessidade de se assegurar uma melhor atuação das atividades ligadas à administração da justiça no País não se adstringe apenas à magistratura, também o Ministério Público passa a contar em sua estrutura com órgão de natureza semelhante, o Conselho Nacional do



Ministério Público, composto por representantes do Ministério Público da União, dos Estados e por advogados.

Num paralelo com o Conselho Nacional da Magistratura, o órgão em questão deverá zelar pela autonomia do Ministério Público, assegurando a observância do art. 37, com competências igualmente disciplinares e correicionais.

” Também aqui cria-se a figura do Corregedor, escolhido dentre os membros do Ministério Público da União, como também dá-se assento, no Conselho em questão, ao Procurador-Geral da República e ao Presidente do Conselho Federal da OAB.

Ambos os Conselhos deverão elaborar relatórios anuais, propondo as providências que julgarem necessárias sobre a situação do Poder Judiciário e do Ministério Público, respectivamente, bem como sobre as suas próprias atividades, os quais deverão integrar mensagens enviadas ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Em reforço à criação dos Conselhos da Magistratura e do Ministério Público, o Substitutivo determina a organização de Ouvidorias, em nível federal e estadual, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, ou contra seus serviços auxiliares. Registre-se especialmente que as Ouvidorias poderão representar diretamente aos referidos Conselhos, aproximando assim os órgãos de controle da população nas unidades federadas.

Não apenas terá o cidadão acesso a esses novos instrumentos de fiscalização da atuação do Poder Público no âmbito judicial, como também, de outra parte, fica o Estado responsável civilmente por atos danosos que venham a ser praticados dolosa ou culposamente por seus juizes no exercício de suas funções, em razão de dispositivo que fazemos inserir no art. 95. Garante-se assim que a chamada *accountability* dos órgãos judiciários tenha a maior extensão possível, inclusive alcançando efeitos patrimoniais em benefício da parte lesada.

Cientes da necessidade da existência de instâncias de planejamento central no âmbito administrativo, demos particular atenção ao Conselho da Justiça Federal, cujas funções se vêem ampliadas para abranger o exercício da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, a



cujas decisões se atribui efeito vinculante. Cria-se ainda um órgão semelhante no âmbito da Justiça do Trabalho, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, com funções similares. Buscamos evitar assim a dispersão de recursos e o desperdício de dinheiro público, em prejuízo do erário, ao mesmo tempo que se franqueia a possibilidade de unificação de políticas e de planejamento mais racional das ações dessas instituições.

Ainda no âmbito administrativo, com o objetivo de conferir maior racionalidade à gerência interna das varas nas comarcas e circunscrições judiciárias, permite-se a delegação aos servidores da prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, medida que possibilitará ao juiz dedicar mais atenção às funções estritamente judicantes.

Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, fazemos inserir no art. 99 disposições disciplinando o encaminhamento da proposta orçamentária do Poder Judiciário, bem como a execução orçamentária, no que diz respeito à realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na LDO.

Prevê-se outrossim a destinação das verbas oriundas do pagamento de custas e emolumentos às atividades específicas da Justiça, como forma de garantir que os recursos advindos das atividades judiciais sejam revertidos em benefício exclusivo do Poder Judiciário.

No campo da moralidade administrativa, atendendo aos reclamos da população e às idéias expressas em diversas emendas apresentadas à Comissão, introduzimos dispositivo no art. 37 que visa a impedir a nefasta prática do nepotismo. Fica assim vedada, em toda a Administração Pública, a nomeação para cargos em comissão de cônjuges, companheiros ou parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, de agentes políticos, em seus respectivos órgãos de atuação. Em resguardo do princípio constitucional da isonomia, entretanto, modera-se a proibição para resguardar os casos em que o nomeado para os cargos em questão seja titular, no mesmo órgão, de cargo efetivo que exija nível de formação compatível com a função ou cargo comissionado pretendido.

Novas vedações aos magistrados são acrescentadas àquelas previstas no parágrafo único do art. 95, passando a ser-lhes interdito revelar fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo e violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas, bem como receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas e entidades públicas ou



Privadas, ressalvadas as previstas em lei. Procuramos aperfeiçoar disposição constitucional de longa tradição na história republicana, adaptando-a à enorme presença dos meios de comunicação na vida quotidiana, característica dos tempos que correm, e incrementando a proteção à vida privada do cidadão, como também, de outra parte, garantindo que a imparcialidade dos julgadores não será afetada por prêmios ou incentivos de qualquer natureza.

Instituímos outrossim quarentena para o ingresso nos quadros da magistratura de segundo grau e para os Conselhos da magistratura e do Ministério Público, vedando que seja nomeado para cargo em qualquer tribunal e nos referidos Conselhos aquele que, nos três anos anteriores, tenha exercido mandato eletivo ou ocupado cargo de Ministro ou Secretário de Estado, Procurador-Geral da República, Procurador-Geral de Justiça, Advogado-Geral da União, Presidente dos Conselhos da OAB e seus respectivos Conselheiros.

Não apenas para o ingresso na magistratura são criadas limitações, mas também aos juizes que deixam seus cargos impõe-se restrição da mesma natureza. Com efeito, ficam estes impedidos de exercer a advocacia no âmbito da respectiva jurisdição, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria, exoneração ou disponibilidade.

Com essas medidas, pretendemos, em nome da moralidade administrativa e da necessária isenção dos órgãos judicantes, combater eventuais influências que essas autoridades possam exercer, seja para o acesso a cargos em tribunais de segundo grau na União ou nos Estados, seja, já no exercício da advocacia, dentro dos tribunais aos quais pertenceram.

O preenchimento das vagas destinadas aos advogados e membros do Ministério Público nos tribunais é objeto de significativa modificação, eis que eliminamos a figura das listas tríplexes e sêxtuplas existentes na sistemática hoje em vigor. Entendemos ser mais prudente que a indicação seja feita de forma direta e uninominal pelas entidades representativas das respectivas classes, legitimadas para a escolha pelo texto constitucional. Procuramos evitar assim atuações porventura daninhas dos candidatos e eventuais cooptações que possam ocorrer no seio dos Tribunais e do Poder Executivo, para a obtenção dos cargos pretendidos.

No âmbito dos Juizados Especiais previstos no art. 98, experiência por todos louvada como exitosa e que estendemos inclusive à Justiça do Trabalho, propomos critérios mais precisos para nomeação dos juizes integrantes das turmas recursais, que constituem segundo grau de jurisdição no



âmbito daqueles órgãos. Tais juízes, segundo a redação do Substitutivo, passam a ser indicados por período fixo, observados os critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente.

Procura-se evitar assim a alteração da composição daquelas turmas segundo o arbítrio dos Tribunais de Justiça, procedimento que, possível na sistemática hoje vigente, pode vir a comprometer a isenção dos magistrados que as integram.

No que concerne à jurisdição agrária prevista nas Justiças Estaduais, propomos alteração do *caput* do art. 126, para a criação de varas especializadas para questões dessa natureza, com o escopo de impedir que juízes continuem a ser designados tão-somente de acordo com critérios subjetivos das cúpulas dos Tribunais de Justiça, em frontal violação do princípio constitucional do juiz natural, eis que o Texto Magno não dá garantia de que a designação do juiz deva ser anterior ao nascimento do conflito fundiário.

O incremento da transparência na atuação dos órgãos judiciários foi preocupação constante nos trabalhos desta Comissão Especial, manifesta também nas muitas sugestões a nós enviadas. Com efeito, o tema não poderia ser olvidado no Substitutivo, pelo que alteramos art. 93 para tornar obrigatória a publicidade das sessões dos tribunais onde se tome decisões disciplinares, possibilitando maior controle popular e da própria classe dos magistrados sobre a atividade disciplinar daquelas Cortes.

O sigilo do processo sofre condicionantes antes não previstas no texto constitucional, visto que a limitação da presença do público aos atos processuais somente poderá se dar nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público a informação. Adotamos assim sugestão da ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA que julgamos relevante e necessária.

Na esteira das modificações relevantes que propomos para a competência dos tribunais, extinguímos todos os foros especiais por prerrogativa de função, em se tratando de julgamento de crimes comuns. Entendemos mais consentâneo com os princípios republicano e democrático, inscritos na Constituição da República e fonte inspiradora de seu texto, que os governantes da Nação brasileira sejam julgados como qualquer do povo quando cometam crimes cuja natureza não tenha relação com o desempenho de suas funções. Transcorridos mais de dez anos da promulgação da Carta de 1988 e plenamente



consolidado entre nós o regime democrático, sem risco de quebra da normalidade institucional ou de semelhante comoção, faz-se necessário eliminar privilégios já anacrônicos.

Assim sendo, modificamos as competências dos tribunais da República para delas eliminar o julgamento em foro privilegiado das autoridades públicas quando praticarem crime comum. Ressalvam-se no entanto, por sua própria natureza, os crimes de responsabilidade, que seguem disciplinados dentro da sistemática hoje vigente.

### JUSTIÇAS ESPECIALIZADAS

As Justiças Especializadas mereceram especial atenção desta Relatoria, visto que foram assunto central em grande parte das emendas apresentadas perante a Comissão e nos debates que aqui tiveram lugar.

A alteração que de imediato se destaca é a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, objeto de antiga reivindicação nesta Casa, desde os tempos da Assembléia Nacional Constituinte que resultou na promulgação da Constituição atualmente em vigor, pelo menos. Livra-se assim a Justiça do Trabalho do peso de idéias há muito ultrapassadas no cenário internacional, cujas raízes retrocedem ao Estado fascista então existente na Itália do pré-guerra. Como já salientado à farta nos trabalhos desta Comissão, bem assim nos dois outros pareceres oferecidos pelos ilustres Deputados JAIRO CARNEIRO e ALOYSIO NUNES FERREIRA, não se pode mais encontrar justificativa para a manutenção do vocalato nos quadros do Poder Judiciário, tantos os desvirtuamentos sofreu a idéia inicial de representação de trabalhadores e empregados nos órgãos estatais de solução de conflitos trabalhistas. Nepotismo, ilegitimidade, manipulação de nomeações, toda sorte de problemas parece estar a macular a instituição do vocalato. Esta a razão pelo qual reformulamos as disposições relativas à composição e estrutura da Justiça do Trabalho, para delas retirar todas as referências aos juízes classistas.

Semelhantemente, porque exauridas as razões históricas para sua manutenção, fica extinto o poder normativo da Justiça do Trabalho, ao mesmo tempo que se dá ênfase a mecanismos extrajudiciais de composição de litígios, determinando-se a criação de órgãos de conciliação, mediação e



arbitragem, sem caráter jurisdicional e sem ônus para os cofres públicos. Tais órgãos, obrigatórios nas empresas com mais de cinquenta empregados, contarão com representantes de trabalhadores e empregadores, sendo competentes para conhecer de conflitos individuais de trabalho, como condição para o ajuizamento de ação trabalhista. Essa assistência poderá, a critério do juiz e havendo fundadas razões para tanto, ser dispensada se assim o requerer a parte. No caso de utilizá-la, entretanto, o empregado terá interrompida a contagem do prazo prescricional das causas trabalhistas a que se refere o art. 7º, XXIX da Constituição.

Nova redação dada ao art. 98 dispõe sobre a organização de juizados especiais com competência específica para matérias trabalhistas, estendendo àquela Justiça Especializada a bem-sucedida experiência da Justiça Comum dos Estados.

As competências da Justiça do Trabalho são ampliadas, ou melhor explicitadas, para compreender causas e matérias que, a nosso entender, pertencem ao universo da relação de trabalho ou com ele guardam conexão. Como exemplo das novas incorporações feitas ao elenco de competências daquele ramo do Judiciário, citamos as ações que envolvam o direito de greve; as ações sobre matéria sindical e acidentes de trabalho, doença profissional e adequação ambiental para resguardo da saúde e da segurança do trabalhador; os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição daquela Justiça, bem como as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho, dentre outras.

A composição dos tribunais da Justiça do Trabalho é alterada para refletir a extinção da magistratura classista, passando estes a contar apenas com integrantes oriundos da magistratura trabalhista, do Ministério Público do Trabalho e da advocacia, nos moldes do disposto pela Constituição para outros tribunais.

Também refletindo a extinção do vocalato, passam as Juntas de Conciliação e Julgamento a constituir Varas da Justiça do Trabalho, que acumularão as funções de juizados especiais até que seja promulgada a lei que regulamente o disposto no art. 98.

Levando adiante o proposto pela ilustre Relatora-Parcial Deputada NAIR XAVIER LOBO, reorganizamos os Tribunais Regionais do Trabalho, eliminando a sua obrigatoriedade em cada Estado da Federação e reduzindo seu número de acordo com critérios objetivos. Procuramos imprimir



maior racionalidade à distribuição territorial dessas Cortes trabalhistas, evitando o enorme desperdício de fundos públicos com tribunais cuja demanda esteja abaixo de um nível minimamente justificável. Disposição transitória determina, assim, a fusão de Tribunais Regionais do Trabalho que tenham sob sua jurisdição menos de quinze Juntas de Conciliação e Julgamento, tarefa deixada a cargo da própria Justiça do Trabalho, em lei de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.

Novos Tribunais Regionais, segundo redação dada pelo Substitutivo ao art. 113, poderão ser criados por lei, mas somente quando demonstrada a sua efetiva necessidade, considerando-se o número de habitantes e de processos trabalhistas.

No âmbito da Justiça Militar, sobressai como modificação de maior monta a extinção dos Tribunais de Justiça Militar e dos Conselhos de Justiça nos Estados, que serão integrados como Câmaras e Varas especializadas, respectivamente, à estrutura da Justiça Comum estadual. A providência insere-se, inclusive, no atual contexto de discussão sobre a efetiva necessidade de militarização das Polícias e Corpos de Bombeiros estaduais, assunto que tem levantado calorosas polêmicas nesta Casa.

Disposição transitória deixa à lei estadual dispor sobre a incorporação dos magistrados togados da Justiça Militar estadual à Justiça Comum, em Câmaras e Varas especializadas, determinando a disponibilidade remunerada dos juizes militares.

Em nível federal, novamente acatamos a proposta da ilustre Relatora-Parcial para o tema, Deputada NAIR XAVIER LOBO, reduzindo a composição do Superior Tribunal Militar para nove Ministros, haja vista as estatísticas mostrando ser aconselhável semelhante redução.

A competência da Justiça Militar, tanto no âmbito da União como na esfera estadual, é limitada ao julgamento dos chamados crimes propriamente militares, isto é, aqueles cometidos no exercício de atividade militar *stricto sensu*, dentro de um contexto profissional – onde se supõe, ao mesmo tempo, a *qualidade de militar do ato* e o *caráter militar do agente* –, deixando-se à Justiça Federal e à Justiça Comum dos Estados o julgamento dos crimes chamados impropriamente militares.

Quanto à Justiça Eleitoral, propomos a alteração da composição do seu órgão de cúpula, o Tribunal Superior Eleitoral, que deixará de contar com Ministros do Supremo Tribunal Federal em sua composição. O fato de



que esses Ministros hoje julgam, no Supremo Tribunal Federal, recursos das decisões por eles mesmos proferidas na Justiça Eleitoral, quando a matéria, sujeita a questionamentos de natureza constitucional, é levada ao Supremo, evidencia a necessidade da medida. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça passarão, dessa forma, a preencher as vagas hoje ocupadas por seus pares do Supremo Tribunal Federal no Tribunal Superior Eleitoral.

Dado que a organização da Justiça Eleitoral e a competência de seus órgãos está intimamente relacionada com o conteúdo próprio do Código Eleitoral, lei ordinária no qual atualmente é tratada a matéria, consideramos inadequada sua regulação por meio de lei complementar, como previsto atualmente no art. 121, pelo que propomos que o assunto seja disciplinado em lei ordinária.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

Uma reforma do Poder Judiciário certamente não poderia olvidar as chamadas funções essenciais à Justiça, mencionadas no Capítulo IV do Título IV da Constituição. Destacamos especialmente o Ministério Público, pelo seu relevante papel no exercício da atividade jurisdicional.

A par da criação do Conselho Nacional do Ministério Público, já mencionado, fazemos inserir no texto constitucional várias inovações referentes ao *Parquet*.

Buscando atribuir legitimidade representativa ao chefe da carreira e fomentar a democracia interna na instituição, propomos que a indicação do Procurador-Geral da República seja feita pelo Presidente da República a partir de uma lista triplíce elaborada pela própria instituição, dentre os integrantes da carreira, para um mandato de dois anos, admitida a recondução.

De outro lado, estendemos aos membros do Ministério Público as novas vedações impostas à magistratura, bem como a possibilidade de perda do cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público.

A vedação do exercício de atividade político-partidária não admitirá mais nenhuma exceção, de acordo com a nova redação que damos no Substitutivo ao art. 128, § 5º, II, e.

A desobediência ao preceito do art. 129, § 2º, que prevê a obrigatoriedade de residência na comarca da respectiva lotação, poderá acarretar a perda do cargo, semelhantemente ao proposto para a magistratura.

Semelhantemente, exige-se idade mínima de vinte e cinco anos e comprovado exercício de três anos de prática forense, em atividade privativa de bacharel em direito, para ingresso na carreira de promotor ou procurador.

Passam a ser aplicáveis ao Ministério Público também as disposições do art. 93, III, relativas à promoção por antigüidade e merecimento.

Na esteira das inovações tendentes a incrementar a celeridade processual no Judiciário, fazemos constar na Constituição dispositivo que torna obrigatória a distribuição imediata de processos no âmbito do Ministério Público, nos mesmos moldes do proposto para os órgãos judicantes.

Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, fazemos inserir no art. 99 disposições disciplinando o encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público, bem como a execução orçamentária, no que diz respeito à realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na LDO.

Finalmente, ressaltamos disposição transitória que fazemos inserir no Substitutivo, determinando a instalação de uma Comissão Especial Mista destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda, bem como a promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Agradecemos reiteradamente a valiosa contribuição oferecida a esta Relatoria por entidades de classe, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação dos Magistrados Brasileiros, dos ilustre Parlamentares membros desta Comissão, especialmente seu Presidente, Deputado JAIRO CARNEIRO, e de todos que enviaram sugestões para a elaboração deste Parecer. A todos, a nossa gratidão.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade das Emendas apresentadas perante esta Comissão Especial, bem como, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo, da Proposta de Emenda à

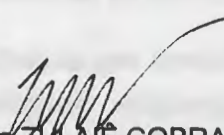


Constituição nº 96-A, de 1992, e das proposições apensadas PECs nº 112-A, de 1995, 500-A, de 1997, e 368-A, de 1996.

São também aprovadas, no mérito, na forma do Substitutivo, as Emendas nº 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45 e as Emendas nº 01/95, 02/95 e 04/95, apresentadas na legislatura passada.

São rejeitadas, quanto ao mérito, as Propostas de Emenda à Constituição nº 127-A, de 1995, e 215, de 1995; bem como as Emendas nº 04, 06, 17, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 38, 41. É igualmente rejeitada a Emenda 03/95, apresentada na legislatura passada.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 1999.

  
Deputada ZULAÊ COBRA  
Relatora

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS. (ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO)**

#### **SUBSTITUTIVO DA RELATORA**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É dada nova redação ao inciso LXXI e acrescentado o inciso LXXVIII e o § 3º ao art. 5º:

"Art. 5º .....

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, destinando-se o provimento judicial a suprir a norma para o interessado, no âmbito do pedido; (NR)

.....

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

.....

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, condicionada à aplicação pela outra parte."

Art. 2º Revoga-se o inciso X do art. 29.

Art. 3º O inciso III do art. 36 passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o inciso IV:

"Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

.....

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (NR)

IV- (revogado)

....."

Art. 4º É acrescentado o § 11 ao art. 37:



"Art. 37. ....

§ 11. Para os cargos em comissão é vedada a nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, de agentes políticos, em seus respectivos órgãos de atuação, salvo se o nomeado for titular, nos mesmos órgãos, de cargo efetivo que exija nível de formação compatível com a função ou cargo comissionado."

Art. 5º O inciso II do art. 52 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (NR)

....."

Art. 6º É acrescentado ao art. 92 o inciso I-A e dada nova redação ao seu parágrafo único:

"Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - .....

I-A – o Conselho Nacional de Justiça;

.....

Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional." (NR)

Art. 7º O art. 93 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. ....

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, com idade mínima de vinte e cinco anos e comprovado exercício efetivo de, no mínimo, três anos de atividade privativa de bacharel em direito, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;(NR)

II - .....

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, não podendo este recusá-la por mais de uma vez; (NR)

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e não integrar o juiz a última terça parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;(NR)

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento; (NR)

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (NR)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão, vedada a justificativa de acúmulo de serviço;

III- o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância; (NR)

IV- previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a aprovação do candidato em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados ou de preparação à magistratura; (NR)

.....



VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca, sob pena de perda do cargo; (NR)

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; (NR)

VIII-A – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas b, c e e do inciso II;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (NR)

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em sessão pública; (NR)

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (NR)

XII – o órgão diretivo de tribunal, salvo no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores, será escolhido, dentre seus membros ou, onde houver, somente dentre os integrantes do órgão especial, mediante eleição direta e secreta, por todos os membros do tribunal e juízes vitalícios a ele vinculados, inadmitida a reeleição para o mesmo cargo e a eleição do Presidente para outro cargo, no período imediatamente subsequente;

XIII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas ou recesso nos juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIV – o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XV – delegação aos servidores da prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XVI – não poderá ser nomeado para cargo em qualquer tribunal e no Conselho Nacional da Magistratura aquele que, nos três anos anteriores, tenha exercido mandato eletivo ou ocupado cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Procurador-Geral da República, Procurador-Geral de Justiça, Advogado-Geral da União, Presidente dos Conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil e seus respectivos Conselheiros.”

Art. 8º É dada nova redação ao art. 94:

“Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de efetivo exercício, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, por indicação uninominal do respectivo órgão de representação da classe. (NR)

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o Poder Executivo efetuará as nomeações no prazo de vinte dias, findo o qual estas caberão ao Presidente do tribunal.” (NR)

Art. 9º O art. 95 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95. ....

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, observado o disposto no art. 93, IV, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão do Conselho Nacional de Justiça; (NR)

.....

III- irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI; 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, e a suspensão no caso de descumprimento injustificado dos prazos processuais, na forma da lei. (NR)



§ 1º Aos juízes é vedado:

IV – revelar ou permitir indevidamente que cheguem ao conhecimento de terceiro fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo e que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas, especialmente nos meios de comunicação;

V – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

VI – exercer a advocacia no âmbito da respectiva jurisdição, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria, exoneração ou disponibilidade.

§ 2º O juiz perderá também o cargo por decisão do Conselho Nacional de Justiça, tomada pelo voto de três quintos de seus membros, nos casos de:

I – infração ao disposto no parágrafo anterior;

II – negligência e desídia reiteradas no cumprimento dos deveres do cargo, arbitrariedade ou abuso de poder;

III – procedimento incompatível com o decoro de suas funções.

§ 3º A competência do juiz em estágio probatório será limitada, na forma da lei.

§ 4º A União e os Estados respondem pelos danos que os respectivos juízes causarem no exercício de suas funções jurisdicionais, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa."

Art. 10. A alínea a do inciso I do art. 96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. ....

I – ....

a) eleger seus órgãos diretivos, nos termos do art. 93, XII, e elaborar seus regimentos internos, com observância

das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos; (NR)

Art. 11. O art. 98 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98. ...."

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, estes exercendo função a título honorífico, sem remuneração, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis e trabalhistas de pequeno valor ou menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau, cuja indicação, por período fixo, observará os critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente;(NR)

II – justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo período de quatro anos, sem recondução, observado o disposto no art. 37, § 11, com competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, nos juizados especiais ou fora deles. (NR)

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho. (NR)

§ 2º A lei estabelecerá as hipóteses de conciliação e transação penal para os casos de infrações que não sejam consideradas de menor potencial ofensivo.

§ 3º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

§ 4º A distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.

§ 5º Ressalvadas as entidades de direito público, os interessados em resolver seus conflitos de interesse poderão valer-se de juízo arbitral, na forma da lei."



5º:

Art. 12. São acrescentados ao art. 99 os seguintes §§ 3º a

"Art. 99 .....

§ 3º Se os órgãos referidos no parágrafo anterior não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais."

Art. 13. São acrescentados ao art. 100 três novos parágrafos, 2º-A ao 2º-C, sendo dada nova redação aos seus §§ 1º e 2º:

"Art. 100. ....

§ 1º Os créditos de natureza alimentícia, até o limite fixado em lei, serão pagos em até noventa dias contados da determinação judicial e o valor excedente, na ordem cronológica específica dos respectivos precatórios, que terão preferência sobre os demais. (NR)

§ 2º É obrigatória a inclusão, no orçamento do Poder Executivo, de verba necessária à quitação integral dos débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até no máximo em

doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira em 30 de janeiro do exercício seguinte, atualizados até a data do efetivo depósito em pagamento nos autos, consoante os valores fornecidos pelo tribunal com jurisdição sobre o juízo da execução. (NR)

§ 2º-A Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º, o Chefe do Poder Executivo deverá requerer ao Superior Tribunal de Justiça a decretação da concordata especial da entidade, apresentando plano para o seu rápido saneamento.

§ 2º-B Constituirão ato de improbidade administrativa, punida na forma da lei:

I – o preterimento do direito de precedência;

II – a não inclusão na proposta orçamentária, ou na lei que dela decorrer, da verba necessária à quitação integral dos precatórios;

III – a omissão dos pagamentos a que se referem os §§ 1º e 2º;

IV – a omissão das providências a que se refere o § 2º-A.

§ 3º .....

§ 4º A lei federal regulará o disposto neste artigo, bem como a intervenção a que se referem os arts. 34, VI e 35, IV, prevendo também medidas que impeçam a utilização das diversas competências estatais sem a consideração dos respectivos custos ou riscos financeiros."

Art. 14. É dada nova redação ao *caput* do art. 101:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. (NR)

Art. 15. O art. 102 passa a vigorar com a seguinte redação:



\*Art. 102. ....

I - .....

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual; (NR)

b) (revogado)

c) nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Superiores e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (NR)

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal; (NR)

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas autarquias; (NR)

g) (revogado)

h) (revogado)

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, de um dos Tribunais Superiores ou do próprio Supremo Tribunal Federal; (NR)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça.

II - .....

b) (revogado)

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas, decididas em única ou última instância, por Tribunal, quando a decisão recorrida: (NR)

d) julgar válida lei ou ato normativo local contestado em

face de lei federal.

.....

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (NR)

§ 3º As medidas cautelares concedidas nas ações diretas de inconstitucionalidade terão eficácia por até cento e vinte dias, exceto se confirmadas pela maioria absoluta dos membros do tribunal.

§ 4º No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal, em procedimento a ser disciplinado em seu regimento interno, examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

§ 5º Não será admitido o recurso extraordinário interposto contra decisão que tenha como fundamento principal ou que tenha dirimido o conflito de acordo com súmula do Supremo Tribunal Federal, aprovada por dois terços de seus membros, depois de reiteradas decisões no mesmo sentido sobre matéria constitucional previdenciária, acidentária, tributária e econômica.

§ 6º Não se compreende na proibição prevista no § 5º o recurso que apresente fundamentação jurídica razoável ainda não apreciada pelo tribunal."

Art. 16. É acrescentado o inciso VI-A ao art. 103 e revogado seu § 4º, passando os incisos IV e V e os §§ 1º e 3º a vigorar com a seguinte redação:

"Art.103.....

.....

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (NR)



V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;(NR)

VI - A - o Advogado-Geral da União;

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser prévia e obrigatoriamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade. (NR)

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, poderá determinar, por maioria de dois terços de seus membros, a perda de sua eficácia a partir do trânsito em julgado da decisão.(NR)

§ 4º (revogado)"

Art. 17. É acrescentada ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal a seguinte Seção II-A:

#### "Seção II-A

#### DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

Art. 103-A. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de treze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I- dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, indicados pelo respectivo tribunal;

II- um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III- um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV- um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

V- um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VI- um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII- dois membros do Ministério Público, indicados pelo Procurador-Geral da República;

VIII- dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

IX- dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados por comissão representativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o art. 93, XVI.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar



processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, recomendar a remoção, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 4º O Ministro-Corregedor, escolhido dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, vedada a recondução, ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar magistrados, delegando-lhes Distrito Federal, os membros do Tribunal de Contas da União, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais; (NR)

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Tribunal de Contas da União ou do próprio Tribunal; (NR)

.....  
III- .....

.....

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (NR)

§ 1º Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça: (NR)

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (NR)

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante. (NR)

§ 2º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões federais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal, em procedimento a ser disciplinado em seu regimento interno, examine o seu cabimento, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

§ 3º Não será admitido o recurso especial interposto contra decisão que tenha como fundamento principal ou que atribuições, e requisitar servidores de Juízos ou Tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 5º Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 6º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional de Justiça. “

Art. 18. O art. 104 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, sessenta e três Ministros.





"Art. 108. ....

1 - .....

a) nos crimes de responsabilidade, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (NR)

....."

5º ao art. 109:

Art. 22. São acrescentados os incisos V-A e XII a XIV e o §

"Art. 109.....

.....

V-A – os processos relativos a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

.....

XII – os crimes impropriamente militares;

XIII – a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

XIV – a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias;

.....

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Ministério Público poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, na forma prevista na lei processual."

Art. 23. O art. 111 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111. ....

.....

III- os Juízes do Trabalho." (NR)



Art. 24. O art. 112 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo: (NR)

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (NR)

II – os demais, dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior. (NR)

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho. (NR)

§ 2º Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho: (NR)

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (NR)

II – o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante. (NR)

§ 3º No recurso de revista, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões federais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal, em procedimento a ser disciplinado em seu regimento interno, examine o seu cabimento, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

§ 4º Não será admitido o recurso de revista interposto contra decisão que tenha como fundamento principal ou que tenha dirimido o conflito conforme súmula do Tribunal Superior do Trabalho, aprovada por dois terços de seus membros, depois de reiteradas decisões no mesmo sentido.

§ 5º Não se compreende na proibição prevista no § 4º o recurso que apresente fundamentação jurídica razoável ainda não apreciada pelo tribunal."

Art. 25. O art. 113 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 113. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, sendo: (NR)

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (NR)

II - os demais, mediante promoção de juizes do trabalho com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente. (NR)

Parágrafo único A lei somente criará Tribunais Regionais do Trabalho quando demonstrada a efetiva necessidade do órgão, considerando-se o número de habitantes e de processos trabalhistas." (NR)

Art. 26. O art. 114 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juizes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho. (NR)"

Art. 27. O art. 115 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (NR)

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (NR)

II – as ações que envolvam o exercício do direito de greve; (NR)



III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (NR)

IV – as ações relativas a acidentes de trabalho, doença profissional e de adequação ambiental para resguardo da saúde e da segurança do trabalhador; (NR)

V – os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (NR)

VI – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (NR)

VII – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (NR)

VIII – na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. (NR)

Parágrafo único. Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. (NR)"

Art. 28. O art. 116 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 116. A lei criará órgãos de conciliação, mediação e arbitragem, sem caráter jurisdicional e sem ônus para os cofres públicos, com representação de trabalhadores e empregadores, obrigatórios nas empresas com mais de cinquenta empregados, que terão competência para conhecer de conflitos individuais de trabalho, no prazo legal, como condição para o ajuizamento da ação. (NR)

§ 1º Havendo fundadas razões, o empregado poderá renunciar à assistência prevista no *caput*. (NR)

§ 2º A propositura de dissídio perante os órgãos previstos no *caput* interromperá a contagem do prazo prescricional do art. 7º, XXIX."

Art. 29. Revoga-se o art. 117.

Art. 30. O art. 119 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119. ....

I – mediante eleição, pelo voto secreto, de cinco juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça; (NR)

II- por nomeação do Presidente da República, de dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por indicação uninominal do Supremo Tribunal Federal. (NR)

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça." (NR)

Art. 31. O inciso III do § 1º do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120.....

§ 1º.....

III – por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por indicação uninominal do Tribunal de Justiça. (NR)

....."

Art. 32. O *caput* do art. 121 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 121. A lei disporá sobre a organização da Justiça Eleitoral e a competência de seus órgãos. (NR)

....."



Art. 33. O art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de nove Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, dois dentre oficiais-generais do Exército e dois dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e três dentre civis. (NR)**

**Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, sendo: (NR)**

**I – um dentre advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; (NR)**

**II – dois, por escolha paritária, dentre os juízes-auditores e membros do Ministério Público Militar. (NR)"**

Art. 34. O *caput* do art. 124 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 124. À Justiça Militar da União compete processar e julgar os crimes propriamente militares definidos em lei. (NR)**

....."

Art. 35. O art. 125 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 125. ....**

**§ 3º A lei estadual criará, mediante proposta do Tribunal de Justiça, varas especializadas competentes para processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes propriamente militares definidos em lei, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças estáveis. (NR)**

§ 4º Os Estados poderão constituir tribunais regionais, com competência, composição e sede fixados em lei, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (NR)

§ 5º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 6º Os Estados criarão ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional de Justiça."

Art. 36. O *caput* do art. 126 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, classificadas em entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias."

Art. 37. São acrescentados ao art. 127 os §§ 4º a 6º:

"Art. 127.....

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do parágrafo anterior.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.



§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais."

Art. 38. O art. 128 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128.....

.....

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, mediante lista tríplice elaborada pela instituição, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. (NR)

.....

§ 5º.....

I-.....

.....

c) irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, e a suspensão no caso de descumprimento injustificado dos prazos processuais, na forma da lei. (NR)

II-.....

e) exercer atividade político-partidária. (NR)

f) revelar ou permitir indevidamente que cheguem ao conhecimento de terceiro fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo e que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas, especialmente nos meios de comunicação;

g) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

h) exercer a advocacia no âmbito da respectiva jurisdição, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria, exoneração ou disponibilidade.

§ 6º Os membros do Ministério Público perderão também o cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, tomada pelo voto de três quintos de seus membros, nos casos de:

I – infração ao disposto no inciso II do § 5º;

II – negligência e desídia reiteradas no cumprimento dos deveres do cargo, arbitrariedade ou abuso de poder;

III – procedimento incompatível com o decoro de suas funções.”

Art. 39. É acrescentado ao art. 129 o seguinte § 5º e dada nova redação aos seus §§ 2º a 4º:

“Art. 129. ....

.....

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, sob pena de perda do cargo. (NR)

§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e exigida a idade mínima de vinte e cinco anos e comprovado exercício efetivo de, no mínimo, três anos de atividade privativa de bacharel em direito, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (NR)

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II, III e VI. (NR)

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.”

Art. 40. É acrescentado o art. 130-A:



**"Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público, presidido pelo Procurador-Geral da República, compõe-se de mais dois membros do Ministério Público da União, três membros do Ministério Público dos Estados e três advogados, todos com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.**

**§1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei, sendo os advogados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.**

**§ 2º não poderá ser nomeado para cargo no Conselho Nacional do Ministério Público aquele que, nos três anos anteriores, tenha exercido mandato eletivo ou ocupado cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Procurador-Geral da República, Procurador-Geral de Justiça, Advogado-Geral da União, Presidente dos Conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil e seus respectivos Conselheiros.**

**§ 3º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:**

**I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;**

**II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;**

**III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a perda do cargo, recomendar a remoção, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;**

IV – determinar a instauração das ações cabíveis, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

VI – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no inciso XI do art. 84.

§ 4º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público da União, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e de seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 5º Junto ao Conselho oficiará o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 6º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público."

Art. 41. O art. 133 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos termos do estatuto do advogado."  
(NR)

Art. 42. É acrescentado ao art. 134 o § 2º e o parágrafo único, renumerado para 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:



**"Art. 134. ...."**

**§ 1º** As Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios organizar-se-ão em cargos de carreira providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (NR)

**§ 2º** À Defensoria Pública, nos Estados, são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º."

**Art. 43.** Até a entrada em vigor da Lei Complementar a que se refere o art. 165, § 9º, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma de duodécimos.

**Art. 44.** A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

**Art. 45.** A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados instalarão suas Defensorias Públicas, onde não houver, no prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar da promulgação desta Emenda.

**Art. 46.** Ficam extintos os Tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antigüidade e a classe de origem.

**Parágrafo único.** No prazo de cento e oitenta dias, contados da promulgação desta Emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes.

Art. 47. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta Emenda, devendo a indicação e escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas a indicação e escolha dos nomes para o Conselho Nacional de Justiça dentro do prazo fixado no *caput* deste artigo, caberá ao Supremo Tribunal Federal realizá-las.

§ 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor.

Art. 48. Ficam transformadas em varas da Justiça do Trabalho as atuais Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 49. Até que entre em vigor a lei a que se refere o art. 98, § 1º, as varas da Justiça do Trabalho acumularão as atribuições dos juizados especiais de causas trabalhistas, observado, no que couber, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

§ 1º Os juízes do trabalho integrantes do quinto mais antigo da carreira, no primeiro grau de jurisdição, comporão o órgão recursal nos juizados especiais de causas trabalhistas.

Art. 50. Ficam extintos os cargos dos representantes classistas, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Os atuais Ministros e Juizes classistas ficarão em disponibilidade remunerada até o término do respectivo mandato.

Art. 51. Ficam extintos os Tribunais Regionais do Trabalho que tenham, em 31 de dezembro de 1999, número inferior a quinze Juntas de Conciliação e Julgamento vinculadas.

Parágrafo único. Lei de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho proporá a fusão de Tribunais Regionais do Trabalho extintos, na forma



deste artigo, obedecida a proximidade de regiões, de modo a constituírem tribunais que preencham o requisito de, no mínimo, quinze varas da Justiça do Trabalho.

Art. 52. A composição do Superior Tribunal Militar será adaptada à medida que ocorrerem as vagas, sendo extintos os cargos de Ministro até que se chegue ao número paritário entre as Forças, conforme estabelecido por esta Emenda.

Art. 53. Ficam extintos os Conselhos de Justiça e os Tribunais Militares estaduais.

Parágrafo único. Lei estadual disporá sobre a incorporação dos juízes togados integrantes dos Conselhos de Justiça e dos Tribunais Militares estaduais em varas e câmaras especializadas do Tribunal de Justiça, respectivamente, ficando os juízes militares em disponibilidade remunerada.

Art. 54. Enquanto não editada a lei de que trata o § 1º, do art. 100, o limite de pagamento não submetido a precatório será o fixado no art. 128, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

Art. 55. O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como a promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Art. 56. Ficam revogados os arts. 29, X; 36, IV; 102, I, b, g e h; II, b; 103, § 4º, e 117, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 1999.

Deputada **ZULAIÉ COBRA**

Relatora

# ANEXO

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas).				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
01/95	Nedson Micheletti	PT	PR		111				Extingue o TST.
01/95	Nedson Micheletti	PT	PR		112, 113				Adequa dispositivo, em decorrência da extinção dos classistas.
01/95	Nedson Micheletti	PT	PR		114				Extingue o poder normativo.
01/95	Nedson Micheletti	PT	PR		115				Adequa dispositivo, em razão da extinção dos classistas.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		I		Inclusão da associação de classe da magistratura nas comissões de concurso público.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II	a	Estabelece que a lista de merecimento para fins de promoção será triplíce.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II	d	Disciplina a recusa na apuração de antigüidade para fins de promoção.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		III		Extingue os Tribunais de Alçada.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		V		Dispõe sobre os subsídios dos magistrados.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VI		Dispõe sobre a aposentadoria dos magistrados.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		IX, X		Publicidade e fundamentação das decisões administrativas dos órgãos do Poder Judiciário.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XI, XII		Dispõe sobre a composição do órgão especial.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95		I		Confere vitaliciedade automática aos que passarem no estágio probatório.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95	p.u.	I		Permite ao magistrado a direção da Escola da Magistratura.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96		II	e	Confere ao STF, Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça a competência para propor emenda à Constituição.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96	p.u.			Dispõe sobre a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	98				Cria juzados de instrução, integrados por juízes togados com a incumbência de preparar o procedimento criminal acusatório, podendo determinar diligências e as prisões cautelares necessárias ao bom andamento dos trabalhos.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	99	1º			Dispõe sobre a elaboração de propostas orçamentárias pelos tribunais.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	100				Disciplina o pagamento de precatórios, devendo os débitos alimentares ser pagos após o trânsito em julgado.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				Trata da composição do STF.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	104				Adequa o dispositivo à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Altera competência do STJ em <i>habeas corpus</i> .
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	107				Adequa o dispositivo à exigência de permanência de, no mínimo, dez anos no exercício da judicatura.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111				Extingue a representação classista.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	112, 113				Adequa dispositivos, em face da extinção dos classistas.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	114	2º			A faculdade de propor dissídio coletivo fica restrita aos sindicatos de trabalhadores. Mantém o poder normativo.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	115, 116, 117				Adequa dispositivos à extinção dos classistas.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	121	2º			Alternatividade na designação de juizes de direito para as zonas eleitorais.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	123				Aumenta o número de juizes auditores no STM.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	125	2º			Competência do Tribunal de Justiça para julgar representação de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal.
02/95	Régis de Oliveira	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	71 (ADCT)				Extinção dos Tribunais de Alçada.
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	9º	111	2º			Os classistas do TST serão indicados por delegados das confederações nacionais. Os juizes de carreira serão indicados por todos os Ministros (logados e classistas).
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	10	112				Criação de JCJ em todas as comarcas.
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	11	113				Mantém os classistas em todas as instâncias da Justiça Laboral.
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	12	115				Altera procedimento de indicação de classistas para os TRTs.
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	12	116				Altera procedimento de indicação de classistas para as JCJs.
03/95	Nilson Gibson	PSB	PE	12	117				Amplia o período de mandato dos classistas.
04/95	Régis de Oliveira (ot/pr 528/99, 26.05.99)	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC 112	92				Cria o Conselho Nacional da Magistratura.
04/95	Régis de Oliveira (ot/pr 528/99, 26.05.99)	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC 112	101				Aumenta para doze o número de Ministros do STF. O décimo segundo Ministro será o Corregedor-Geral da Justiça junto ao Conselho Nacional da Magistratura.
04/95	Régis de Oliveira (ot/pr 528/99, 26.05.99)	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC 112	102		I	d, q	Altera competências do STF, em face da instituição do Conselho Nacional da Magistratura.
04/95	Régis de Oliveira (ot/pr 528/99, 26.05.99)	PSDB	SP	Substitu- tivo à PEC 112	104				Trata da composição e competências do Conselho Nacional da Magistratura.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	3º	95		I		Determina que a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício, observada a aferição por conselho especial e prevê a possibilidade de reexame da outorga, decorrido novo interstício de dois anos.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	4º	101				Altera a composição do STF (Ministros do STJ, membros do Ministério Público Federal e advogados) e estabelece mandato não superior a nove anos para seus integrantes.

mm



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
01	Fernando Coruja	PDT	SC	4º	101	3º			Supressão do dispositivo da C.F. (Disciplina a aposentadoria dos membros do Tribunal Constitucional.)
01	Fernando Coruja	PDT	SC		102		I	f	Supressão do dispositivo da C.F. (Competência do STF para julgar as causas e os conflitos entre os entes federados, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta)
01	Fernando Coruja	PDT	SC		102		I	n	O STF passa a ter competência para processar e julgar a ação em que mais da metade dos membros do STJ estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
01	Fernando Coruja	PDT	SC		102		II	a	O STF passa a ter competência para processar e julgar o <i>habeas corpus</i> , o mandado de segurança, o <i>habeas data</i> e o mandado de Injunção decididos em única instância pelo Superior Tribunal de Justiça se denegatória a decisão.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	PEC 500/97	102	2º, 3º			Institui a súmula impeditiva de recursos e prevê o crime de responsabilidade no caso de descumprimento de decisão do STF prolatada em ADIn.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	4º	104				Prevê mandato de nove anos para os Ministros do STJ, vedada a recondução, não prevendo idade máxima para investidura.
01	Fernando Coruja	PDT	SC		105		I	I, J	Transfere para o STJ as competências do STF previstas nas alíneas f e n do inciso I do art. 102 da CF.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	8º					Suprime o dispositivo da PEC 96/92, visando manter a composição atual dos TRFs.
01	Fernando Coruja	PDT	SC	1º (PEC 112/95)					Modifica a composição e a competência do Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário. Prevê a criação de Conselhos nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios e sua composição.
01	Fernando Coruja	PDT	SC		126				Dá nova redação ao <i>caput</i> .
01	Fernando Coruja	PDT	SC		126	p.u.			Estabelece princípios do processo judicial agrário.
02	Fernando Coruja	PDT	SC	novo					Criação de comissão especial mista destinada a elaborar projetos de lei de regulamentação da reforma do Poder Judiciário.
03	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	9º, 12	111, 115, 116				Extingue a representação classista na Justiça do Trabalho, mantendo as Juntas de Conciliação e Julgamento compostas por juízes de carreira e elimina o quinto constitucional na composição dos Tribunais (TST e TRTs).
04	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	10	112				Dispõe que a jurisdição e sede dos TRTs deverão guardar identidade com as do TRFs.
05	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	13	123				Reduz de quinze para onze o número de Ministros do STM e destina as vagas de civis para os juízes auditores.

Am

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
06	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	2º	94				Elimina o quinto constitucional (TRFs e TJs)
06	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	6º	104				Na esteira da eliminação do quinto constitucional, modifica a composição do STJ.
06	Xico Graziano (of. Rel. 51/99 deferido em 31.08.99)	PSDB	SP	8º	107				Em decorrência da eliminação do quinto constitucional, modifica a composição dos TRFs.
07	Alberto Fraga	PMDB	DF	16	125	3º, 4º 5º			Modifica a composição da Justiça Militar Estadual para determinar: a) competência do juiz civil para o julgamento dos crimes cometidos em serviço de policiamento; b) competência dos Conselhos de Justiça, composto por oficiais e juiz togado, para o julgamento dos crimes militares propriamente ditos; c) transferência da presidência do Conselho de Justiça para o juiz togado.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substituto à PEC 96/92	52		II		Determina a competência privativa do Senado Federal para processar e julgar os Ministros da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substituto à PEC nº 96/92	92				Insere a Corte Constitucional e o Conselho Nacional de Administração da Justiça no rol dos órgãos do Poder Judiciário e estabelece princípios a serem observados pelo sistema processual.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substituto à PEC 96/92	novo				Trata da composição e das competências do Conselho Nacional de Administração da Justiça, órgão incumbido do controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, integrado por representantes de órgãos do Judiciário, sob a presidência de um Ministro da Corte Constitucional.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substituto à PEC 96/92	93		V		Altera dispositivo referente aos subsídios dos magistrados, em decorrência da instituição da Corte Constitucional.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substituto à PEC 96/92	96		III		Estabelece a competência da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores para editar, revisar e cancelar súmula com efeito vinculante.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96		IV		Estabelece a competência da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores para processar e julgar as reclamações para preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial, inclusive dos julgados especiais ou dos arbitrais, e anular o ato administrativo reclamado.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96	1º		a	Determina que lei disporá sobre os pressupostos de admissibilidade dos recursos e seleção de causas, Segundo o critério da transcendência social, econômica, política ou jurídica, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96	1º		b	Determina que lei estabelecerá os casos e procedimentos de edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96	2º			Outorga competência à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores para a iniciativa de lei que disponha sobre pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência e seleção de causas, segundo o critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica e sobre casos e procedimentos de edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				Dispõe sobre a composição da Corte Constitucional e escolha e nomeação de seus membros, com mandato de seis anos.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102				Arrola as competências da Corte Constitucional.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102	2º			As decisões definitivas de mérito proferidas pela Corte Constitucional na forma do art. 102, I, a, produzirão eficácia contra todos e terão efeito vinculante.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	3º			Faculta à Corte Constitucional restringir os efeitos da decisão declaratória de Inconstitucionalidade ou decidir que terá eficácia em outro momento a ser fixado.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	4º			Estabelece a competência da Corte Constitucional para processar e julgar incidente de Inconstitucionalidade, determinando a suspensão do processo, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput do art. 103.

M

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Fixa as competências do Supremo Tribunal de Justiça, incluídas, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, Indicará ele o tribunal competente.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III		Na competência recursal especial, prevê cabimento de recurso ao STJ tão-somente de decisão que tenha apreciado o mérito da causa.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III	b	Determina o cabimento de recurso especial de decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	I		Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	II		Estabelece que o Conselho da Justiça Federal exercerá, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correcionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	4º			Institui o mandado inibitório, que poderá ser concedido pelo STJ, a requerimento do Procurador-Geral da República, em causas repetitivas envolvendo a aplicação de lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	119				Altera a composição do Tribunal Superior Eleitoral.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	107				Modifica a forma de nomeação dos membros dos Tribunais Regionais Federais.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	108		I		Estabelece a competência dos TRFs para processar e julgar, originariamente as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária.

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	125	2º			Confere aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, ou Distrital, ante a lei orgânica do Distrito Federal, respectivamente, bem como de incidente de inconstitucionalidade, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
08	Ney Lopes	PFL	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	75 (ADCT)				Acrescenta dispositivo ao ADCT para determinar que enquanto não editada a lei a que se refere o § 1º do art. 96, caberá aos regimentos internos da Corte Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores a regulamentação dos requisitos e procedimentos para a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante, bem como o estabelecimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua respectiva competência.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102				Fixa as competências do Supremo Tribunal Federal, reforçando seu aspecto de Corte Constitucional. Prevê a competência do STF para processar e julgar, originariamente, a ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de lei, ato normativo federal ou estadual e de súmula vinculante, produzindo a decisão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, podendo ser liminarmente determinada a suspensão da execução das decisões proferidas por tribunais e juízes.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	3º			Faculta ao Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade ou decidir que terá eficácia em outro momento a ser fixado.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	4º			Institui o incidente de inconstitucionalidade para resolver controvérsia surgida em qualquer processo, que poderá ficar suspenso até que se profira a decisão sobre a matéria constitucional.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Fixa as competências do Supremo Tribunal de Justiça, incluídas, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III		Na competência recursal especial, especifica-se que cabe ao STJ julgar recurso tão-somente de decisão que tenha apreciado o mérito da causa.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III	b	Determina o cabimento de recurso especial de decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	I		Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	II		Estabelece que o Conselho da Justiça Federal exercerá, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correlacionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
09	Vicente Arruda	PSDB	CE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	4º			Institui o mandado inibitório, que poderá ser concedido pelo STJ, a requerimento do Procurador-Geral da República, em causas repetitivas envolvendo a aplicação de lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
10	José Lourenço	PFL	BA		96	1º, 2º			Estabelece normas para escolha, pelo voto da maioria dos membros efetivos, dos integrantes dos cargos de direção dos tribunais.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LV		Assegura o contraditório e a ampla defesa aos litigantes e acusados em geral, podendo a lei estabelecer exigência de prévio depósito judicial como condição à admissibilidade de recurso.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LX		Estabelece que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, ficando assegurado aos interessados no processo criminal ou em qualquer processo sob assistência judiciária o direito à comunicação da decisão final.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI		Prevê que, no mandado de injunção, o provimento judicial destinar-se-á a suprir a norma para o interessado, no âmbito do pedido, enquanto não editada pela autoridade ou órgão competente.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI V		Estabelece que o Estado assegurará o acesso à Justiça, estabelecendo limites ao valor das taxas judiciais e custas processuais, e prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, extensiva a todos os atos necessários à efetiva satisfação do direito reclamado.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXV III		São assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI X		Determina que as pessoas jurídicas de direito público interno, em processo judicial ou administrativo, não terão prerrogativas especiais, inclusive de prazo para manifestação ou de duplo grau obrigatório, ressalvadas as referentes a execuções fiscais.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXX		Veda a edição de lei ou qualquer ato normativo tendente a impedir ou limitar o deferimento de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		III		Extingue os Tribunais de Alçada.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II	C	A aferição de merecimento, na promoção de magistrados, será regida por critérios objetivos, em julgamento público e mediante votação individualmente fundamentada, sob pena de nulidade, com avaliação de desempenho funcional, presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência, com aproveitamento, em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II	D	Na apuração da antiguidade, na promoção de magistrados, deverá ser fundamentado cada voto de recusa, sob pena de nulidade. A decisão implicará instauração de processo administrativo-disciplinar contra o juiz recusado.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VI e VII		Estabelece normas para concessão de aposentadoria e pensão.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XI		As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e tomadas em sessão pública.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XII		Permite a remoção voluntária pelo critério da antiguidade.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XIII		Estabelece a "quarentena" prévia de dois anos para os que tenham ocupado em qualquer dos Poderes, cargo, função ou emprego de missibilidade <i>ad nuttum</i> e cargo de conselheiro ou equivalente na OAB.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XIV		Veda o nepotismo no Poder Judiciário.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XV		Dispõe que o número de juizes na circunscrição jurisdicional será proporcional à sua população.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	96		II	b	Institui a súmula impeditiva de recursos. (Compete privativamente ao STF e aos Tribunais Superiores aprovar súmula, de ofício ou por provocação, mediante decisão fundamentada de quatro quintos dos membros de seu plenário ou órgão especial, após reiteradas decisões sobre a matéria, e declarar que seu enunciado, a partir da publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra decisão que à houver aplicado).
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	96		IV	a	Compete privativamente aos Tribunais de Justiça e Regionais eleger seus órgãos diretivos, sendo a escolha do Presidente e do Vice-Presidente e da metade dos membros do órgão especial, onde houver, procedida por seus integrantes e pelos juízes vitalícios de primeiro grau, em atividade.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	96		IV	b	Compete privativamente aos Tribunais de Justiça e Regionais criar câmaras ou turmas fora da sede do tribunal
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	96	1º			Determina que lei disciplinará o procedimento para proposta, aprovação, revisão e cancelamento de súmula, sendo a iniciativa do respectivo Tribunal ou dos legitimados à propositura da ação de Inconstitucionalidade.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	96	4º			Estabelece que lei disporá sobre organização e funcionamento de centros de conciliação e arbitragem, em caráter privado, sob registro e fiscalização de órgão do Poder Judiciário.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	98	p.u.			A lei estabelecerá as hipóteses de conciliação e transação penal para os casos de infrações que não sejam consideradas de menor potencial ofensivo.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	100				Os créditos de natureza alimentícia serão pagos, independentemente de precatório, em trinta dias, contados da determinação judicial. Adita-se a possibilidade de sequestro de verba, independente de dotação específica, alcançando os presidentes de tribunais que descumprirem o procedimento regular, pela apuração da falta sob a rubrica de crime de responsabilidade.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	101	1º			Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional da Justiça, integrado por magistrados.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitutivo à PEC nº 96/92	101	2º			Dispõe sobre o mandato dos membros eleitos do Conselho Nacional da Justiça.

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	101	4º			Estabelece as competências do Conselho Nacional da Justiça, na forma de lei complementar.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	101	5º			Prevê a criação de Conselhos Estaduais e Regionais integrados paritariamente por magistrados do próprio tribunal e por juízes vitalícios de primeiro grau.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	102				Destaca algumas das competências do Supremo Tribunal Federal para o STJ, com o objetivo de reforçar o papel de Corte Constitucional do Pretório Excelso.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	102		III		Estabelece a competência do STF para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Superiores, quando a decisão recorrida contrariar a Constituição, em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	104	3º			Insera a previsão de prática de crime de responsabilidade para o órgão administrativo que, por omissão, descumpra decisão em ação de inconstitucionalidade.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	105				Altera a composição do STJ.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	106			I	Ampla as competências do STJ. Prevê a competência para processar e julgar ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos de seus associados quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes TRFs ou TJs, e o Tribunal reputar relevante a questão.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	106		III		Estabelece a competência do STJ para julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos TRFs ou pelos TJs, quando a decisão recorrida contrariar a Constituição; contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido; der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal em questão de relevante interesse ou valor social, seja individual, coletivo ou difuso o direito controvertido.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	112, 113, 114, 115, 116				Extingue a representação classista na Justiça do Trabalho e adequa a essa alteração dispositivos relativos à Justiça do Trabalho.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substituto à PEC nº 96/92	117				Elenca as competências da Justiça do Trabalho.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	123				Reduz de quinze para onze o número de Ministros do STM.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	124				Ampla a competência da Justiça Militar para os mandados de segurança e habeas corpus relativos à disciplina militar.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	124	p.u.			Estabelece a competência do juiz auditor para o julgamento dos crimes imprópriamente militares e competência do Conselho de Justiça para o julgamento de crimes de caserna e crimes dolosos contra a vida imprópriamente militares.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	134	1º			Confere a garantia da vitaliciedade para os Defensores Públicos.
11	José Priante Bonifácio de Andrada	PMDB PSDB	PA MG	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	134	2º			Confere autonomia administrativa e financeira à Defensoria Pública.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		XXX		Permite a sucessão por processo administrativo, na forma da lei.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI		Estabelece que, no mandado de injunção, a autoridade judiciária deverá ditara norma para o caso concreto.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI V		Estabelece limites ao valor das taxas judiciais.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXV III (novo )		Assegura a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXI X (novo )		Veda a edição de ato normativo tendente a impedir o deferimento pelo órgão jurisdicional competente de medidas liminares, cautelares ou antecipatórias.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	5º		LXXX (novo )		Veda o tratamento processual privilegiado de pessoas jurídicas de direito público, ressalvadas as referentes a constituição e cobrança de seus créditos, na forma da lei.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II	b	Altera critério para promoção por merecimento.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		III		Extingue os Tribunais de Alçada.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		IV		Prevê cursos de mestrado oferecidos pela Escola da Magistratura.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VI		Estabelece regras para a aposentadoria dos magistrados.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		X		As decisões administrativas dos tribunais serão tomadas em sessão pública.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		XII		Veda o nepotismo no Poder Judiciário.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95	p.u.	IV (novo )		Prevê "quarentena", por dois anos após a aposentadoria, para advogar.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96	1º			Institui a súmula impeditiva de recursos. (Compete privativamente ao STF e aos Tribunais Superiores aprovar súmula, de ofício ou por provocação, mediante decisão fundamentada de quatro quintos dos membros de seu plenário ou órgão especial, após reiteradas decisões sobre a matéria, e declarar que seu enunciado, a partir da publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra decisão que a houver aplicado)
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96	2º			Determina que lei disciplinará o procedimento para proposta, aprovação, revisão e cancelamento de súmula, sendo a iniciativa do respectivo Tribunal ou dos legitimados à propositura da ação de inconstitucionalidade.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	98	p.u.			A lei estabelecerá as hipóteses de conciliação e transação penal para os casos de delito que não são da competência do juizado especial.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	100				Os créditos de natureza alimentícia serão pagos, independentemente de precatório, em trinta dias, contados da determinação judicial. Adita-se a possibilidade de sequestro de verba, independente de dotação específica, alcançando os presidentes de tribunais que descumprirem o procedimento regular, pela apuração da falta sob a rubrica de crime de responsabilidade.

mm

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AI.	
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	2º			Inserir a previsão de prática de crime de responsabilidade para o órgão administrativo que, por omissão, descumpra decisão em ação de inconstitucionalidade.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	4º			Determina que enquanto não for suprida a omissão reconhecida pelo STF, a norma constitucional será aplicada concretamente nos termos determinados pela decisão.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111				Extingue a representação classista na Justiça do Trabalho e faz a adequação na composição do TST.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	114				Estabelece as competências da Justiça do Trabalho.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	114	2º			Extingue o poder normativo da Justiça do Trabalho.
12	Alberto Mourão	PMDB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	76, 77 (ADCT - novos)				Estabelece normas de natureza transitória para cumprimento do disposto no Inciso LXXVIII do art. 5º e para liquidação de débitos (precatórios).
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	52				Altera competência privativa do Senado Federal.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	61				Modifica dispositivo referente à iniciativa de leis complementares e ordinárias.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	62				Disciplina a edição de medidas provisórias. (Prazo de validade de 60 dias, proibida a reedição).
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	92, 93				Altera a estrutura do Poder Judiciário (STF, STJ, Tribunais Regionais Federais e Juízos da Justiça Federal, Tribunal de Justiça e Juízos do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça e Juízos dos Estados). A Justiça Federal assimila as competências das Justiças do Trabalho, Eleitoral e Militar Federal.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	94				Cria órgãos de supervisão orçamentária, administrativa e disciplinar do Poder Judiciário: Conselho de Justiça da União e Conselhos de Justiça Estadual.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95				Estabelece a composição do Conselho de Justiça da União (magistrados, advogados, Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça e Advogado-Geral da União)



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96				Trata da composição dos Conselhos de Justiça Estaduais (composição semelhante à do Conselho de Justiça da União proposto)
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	98, 99				Arrola as atribuições do Conselho de Justiça da União.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	100				Cuida de disposições gerais sobre a organização da magistratura nacional e do Poder Judiciário.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				Estabelece os princípios a serem observados pelo Estatuto da Magistratura Nacional.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				Dispositivo relativo à carreira da magistratura.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101		XV		Salvo para o STF, não haverá interrupção dos julgamentos durante o período de férias forenses.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101		XVI		Elimina a disponibilidade e a aposentadoria disciplinar.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102				Prevê que todos os julgamentos e sessões administrativas dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as suas decisões.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103				Dispõe sobre as garantias dos magistrados. Impõe procedimento próprio para que o magistrado adquira a vitaliciedade.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	104				Dispõe sobre as vedações aos magistrados e "quarentena" de três anos, após a cessação da investidura no cargo de magistrado.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Dispõe sobre a competência privativa dos tribunais. Propõe modificação no que tange à eleição dos órgãos diretivos.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB	RJ	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	106				Enumera as competências dos órgãos especiais dos tribunais, dentre as quais conceder medida liminar ou cautelar em ações que versem sobre processo legislativo, direitos e prerrogativas decorrentes de mandato eletivo e competências exclusivas de órgãos do Poder Legislativo e do Chefe do Poder Executivo.

mm

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	107				Enumera os órgãos jurisdicionais de primeira instância (Juízos Cíveis e Criminais, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Cíveis Itinerantes, Juizados Especiais de Instrução Criminal, Juizados de Instrução Criminal). Dispõe sobre procedimentos sumaríssimos e convênios entre o Poder Judiciário e faculdades de direito.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	108				Assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário e dispõe sobre a elaboração e encaminhamento das propostas orçamentárias.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	109				Dispõe sobre o pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, dando prioridade aos precatórios alimentares e prevendo o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito. Estabelece normas para o rigoroso controle dos precatórios.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	110				Aumenta para quinze o número de membros do STF, com mandato de quinze anos. Altera, ainda, a forma de indicação.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111				Enumera as competências do Supremo Tribunal Federal, com o escopo de reforçar seu papel de Corte Constitucional.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111		I	c	Competência do STF para rever, de ofício, a constitucionalidade de Medida Provisória, no prazo de cinco dias de sua edição.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111	2º, 3º, 4º			Confere efeito vinculante às decisões definitivas de mérito do STF nas ações declaratórias de constitucionalidade. Confere efeito vinculante às súmulas do STF e do STJ, que versarão unicamente questão de direito ou interpretação de lei ou ato normativo federais, podendo os regimentos internos estabelecer normas para sua edição e revogação.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111	5º, 6º			Estabelece sanções para o descumprimento de súmulas vinculantes.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	112				Amplia o elenco dos legitimados para propor ADIn e ADC.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	112	2º			Competência do STF para editar a norma para o caso concreto, na inconstitucionalidade por omissão.
13	Roberto Jefferson, Luiz Antônio Fleury e Calo Riela	PTB PTB PTB	RJ SP RS	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	113				O STJ terá a composição mínima de cento e vinte Ministros, nomeados pelo Presidente da República, para um Investidura de quinze anos. Essa Corte absorve os demais Tribunais Superiores.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC 96/92	96	2º			Outorga competência à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores para a iniciativa de lei que disponha sobre pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência e seleção de causas, segundo o critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica e sobre casos e procedimentos de edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				Dispõe sobre a composição da Corte Constitucional e escolha e nomeação de seus membros, com mandato de seis anos.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102				Estabelece o rol de competências da Corte Constitucional.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103		3º		Faculta à Corte Constitucional restringir os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade ou decidir que terá eficácia em outro momento a ser fixado.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92			4º		Estabelece a competência da Corte Constitucional para processar e julgar incidente de inconstitucionalidade, determinando a suspensão do processo, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no caput do art. 103.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Fixa as competências do Supremo Tribunal de Justiça, incluídas, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III		Na competência recursal especial, especifica-se que cabe ao STJ julgar recurso tão-somente de decisão que tenha apreçado o mérito da causa.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III		Determina o cabimento de recurso especial de decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	I		Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	II		Estabelece que o Conselho da Justiça Federal exercerá, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
16	Gonzaga Patriota	PSB	PE	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	4º			Institui o mandado inibitório, que poderá ser concedido pelo STJ, a requerimento do Procurador-Geral da República, em causas repetitivas envolvendo a aplicação de lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
17	Antônio Carlos Biscala	PT	RJ		118,11 9,120, 121				Extingue a Justiça Eleitoral. Os Tribunais de Justiça absorvem os TREs e o STJ absorve o TSE.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		IX		Determina que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário sejam públicos, inclusive os administrativos.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95	1º			Veda aos juízes a prática de atos de administração, ressalvada a competência dos órgãos diretivos.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95	2º			Estende o disposto no art. 85 (crime de responsabilidade do Presidente da República) aos juízes, desembargadores e ministros.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96		I	a	Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos, assegurado a todos os juízes o direito a voto.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96		I	b	Compete privativamente aos tribunais organizar, cometendo aos servidores os atos de administração, suas secretarias e serviços auxiliares e a dos juízes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	99	1º			Inserção dos servidores de carreira na discussão das propostas orçamentárias.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	100				Os precatórios de natureza alimentícia gozarão de precedência no atendimento e deverão ser pagos de uma só vez, com atualização integral, em trinta dias da requisição do Presidente do tribunal competente, com créditos abertos para tal fim, cabendo em caso de omissão, vencimento do prazo sem pagamento ou quebra de ordem cronológica determinar o requerimento do credor, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101, 104	p.u.			Os ministros do STF e do STJ serão eleitos pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais, pelo prazo máximo de oito anos.
18	Arnaldo Faria de Sá	PPB	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	168	p.u.			Prevê sanção para o descumprimento do disposto no art. 168.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96	5º		LV		São assegurados o contraditório e a ampla defesa aos litigantes e aos acusados, nos termos da lei
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96	24		X		Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre criação, funcionamento e processo dos juizados especiais e dos juízos arbitrais.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	52		II		Determina a competência privativa do Senado Federal para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Administração da Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	92				Insere o Conselho Nacional de Administração da Justiça no rol dos órgãos do Poder Judiciário e estabelece princípios a serem observados pelo sistema processual.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	novo				Trata da composição e das competências do Conselho Nacional de Administração da Justiça, órgão incumbido do controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, integrado por representantes de órgãos do Judiciário, sob a presidência de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	93		IX (novo )		Prevê que a disponibilidade e a aposentadoria, impostas nas hipóteses do inciso VIII do art. 93 (por interesse público, por voto de dois terços do respectivo tribunal), serão com vencimentos ou proventos proporcionais ao tempo de serviço.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	95	2º			O juiz perderá o cargo por decisão do Conselho Nacional de Administração da Justiça, tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96		I	a	Outorga aos tribunais competência privativa para dispor sobre criação e composição de órgãos jurisdicionais e administrativos.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96		III		Estabelece a competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores para editar, revisar e cancelar súmulas com efeito vinculante.

M.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96		IV		Estabeleça a competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores para processar e julgar as reclamações para preservação de suas competências e a garantia da autoridade de suas decisões e súmulas vinculantes, podendo a decisão reformar ou cassar o ato judicial, inclusive dos julgados especiais ou dos arbitrais, e anular o ato administrativo reclamado.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	96	1º		a	Determina que lei disporá sobre os pressupostos de admissibilidade dos recursos e seleção de causas, segundo o critério da transcendência social, econômica, política ou jurídica, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96			b	Determina que lei estabelecerá os casos e procedimentos de edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes, em relação à Corte Constitucional, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	96	2º			Outorga competência ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Superiores para a iniciativa de lei que disponha sobre pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua competência e seleção de causas, segundo o critério de transcendência social, econômica, política ou jurídica e sobre casos e procedimentos de edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	98				A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão conselhos de conciliação, sem remuneração, obrigatórios nos municípios que não sejam sede de comarca, cuja composição e competência serão definidos em lei.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	98	2º			A lei criará julgados e câmaras arbitrais para as causas que especificar.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC 96/92	100				O precatório será pago em valores atualizados na data de pagamento, com acréscimo do juro de mora à taxa que estiver em vigor para o pagamento dos impostos devidos à Fazenda Nacional na cobrança da dívida ativa. Cabe ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento e autorizar o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103		3º		Faculta ao STF restringir os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade ou decidir que terá eficácia em outro momento a ser fixado.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92 (art. 7º)	103		4º		Estabelece a competência do STF para processar e julgar incidente de Inconstitucionalidade, determinando a suspensão do processo, a requerimento dos órgãos ou entes referidos no capít do art. 103.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Fixa as competências do Superior Tribunal de Justiça, incluídas, entre outras causas, as ações civis públicas cuja decisão possa ultrapassar a jurisdição de diferentes tribunais, desde que o STJ considere relevante a questão; não o sendo, indicará ele o tribunal competente.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III		Na competência recursal especial, especifica-se que cabe ao STJ julgar recurso tão-somente de decisão que tenha apreciado o mérito da causa.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105		III	b	Determina o cabimento de recurso especial de decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal que estabeleça normas gerais.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	I		Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	3º	II		Estabelece que o Conselho da Justiça Federal exercerá, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correlacionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105	4º			Institui o mandado inibitório, que poderá ser concedido pelo STJ, a requerimento do Procurador-Geral da República, em causas repetitivas envolvendo a aplicação de lei federal, para suspender os efeitos de decisões proferidas pelos juízes e tribunais sujeitos à sua jurisdição, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	107				Modifica a forma de nomeação dos membros dos Tribunais Regionais Federais.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	108				Estabelece a competência dos TRFs para processar e julgar, originariamente as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	125	2º			Confere aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, ou Distrital, ante a lei orgânica do Distrito Federal, respectivamente, com o efeito de incidência de inconstitucionalidade, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
19	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	76 (ADCT)				Acrescenta dispositivo ao ADCT para determinar que enquanto não editada a lei a que se refere o § 1º do art. 96, caberá aos regimentos internos do STF, do STJ e dos Tribunais Superiores a regulamentação dos requisitos e procedimentos para a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante, bem como o estabelecimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de sua respectiva competência.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	2º	94, 107	p.u.			Escolha pelo Poder Legislativo dos integrantes dos Tribunais de Justiça e TRFs.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	4º	101	1º			Escolha pelo Poder Legislativo dos integrantes do STF, para um mandato de oito anos.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	4º		2º			A nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será imediatamente ratificada pelos eleitores em referende, que deverá realizar-se novamente após transcorridos quatro anos de seu mandato.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	6º	104	p.u.			Escolha pelo Poder Legislativo dos membros do STJ, para um mandato de oito anos.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	9º	111		III		Extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	9º	111	1º			Escolha pelo Poder Legislativo dos integrantes do STF.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	12	115				Escolha pelo Poder Legislativo dos integrantes dos TRTs.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	19	119		II		Escolha pelo Poder Legislativo de dois juizes do TSE.
20	Arlindo Chinaglia	PT	SP	20	120	1º	III		Escolha pelo Poder Legislativo de dois juizes dos TREs.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	92				Insere o Conselho Nacional de Política Judiciária e os Conselhos Regionais de Política Judiciária no rol de órgãos do Poder Judiciário.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93 caput				Estabelece os princípios da atividade judiciária.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		II		Determina a publicidade dos processos administrativos dos tribunais.

W.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		IV		Não tem eficácia em território nacional decisão de instância internacional da qual o Brasil não participe como parte instituinte, com poder de voz e voto, em razão de tratado regular e plenamente eficaz.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		V		Princípio da não interrupção da atividade judiciária.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VI		Torna obrigatória a justificação, pelo juiz, da inobservância do prazo legal para proferir decisões, sob pena de preclusão de jurisdição.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VII		Veda edição de lei ou de qualquer ato normativo tendente a impedir ou cercear concessão de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93		VIII	a	Exige experiência de exercício em função jurídica durante pelo menos cinco anos para ingresso na carreira da magistratura.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	93	p.u.			Lei complementar disporá sobre a responsabilidade administrativa, civil e política dos magistrados dos diversos graus, sobre a gratuidade dos serviços judiciários, sobre os casos em que se admite a cobrança de taxa judicial, e sobre a gestão e destinação da respectiva receita.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	94				Os cargos em tribunais serão providos por membros da magistratura, do Ministério Público e da advocacia, com mais de vinte anos de efetiva atividade profissional, por período não superior a oito anos.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	94	3º			Estabelece "quarentena" prévia, por dois anos, para os magistrados.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	94	4º			Veda o nepotismo no Poder Judiciário.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95	V			Veda aos membros dos tribunais o exercício da advocacia em área de jurisdição do respectivo tribunal, nos quatro anos seguintes ao seu afastamento por aposentadoria, disponibilidade, ou término do respectivo período de serviço. (quarentena)
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	95				Vedações ao magistrado que detenha processos sem observância dos prazos legais.

M.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	99	2º			O encaminhamento da proposta orçamentária compete, no âmbito da União, ao Conselho Nacional de Política Judiciária e, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, aos Conselhos Regionais de Política Judiciária.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101				O Supremo Tribunal Federal compõe-se de dezessets juizes, escolhidos dentre cidadãos com mais de quarenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que servirão por período não superior a oito anos.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	101	p.u.			Os juizes do Supremo Tribunal Federal serão indicados, conjuntamente, pelos órgãos de representação nacional da magistratura, do Ministério Público e da advocacia, devendo a indicação ser ratificada pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102		I	b	Compete ao STF julgar, originariamente, a ação direta de Inconstitucionalidade e respectiva cautelar, de medida provisória parcial ou totalmente renovada após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 62, mesmo que pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	102		IV		Compete ao STF enviar ao Senado Federal cópia de suas decisões definitivas que tenham declarado a Inconstitucionalidade de tratado, de lei ou de ato normativo, para que aquele delibere sobre a suspensão de sua execução.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103				Altera o caput do art. 103 permitindo a propositura de ação direta de Inconstitucionalidade independentemente de específico interesse legal, estatutário ou corporativo.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103		III		Confere legitimação ativa para propositura de ADIn a partido político com estatuto registrado na Justiça Eleitoral há mais de um ano.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103		V		Confere legitimação ativa para propositura de ADIn a entidade sem fins lucrativos constituída há mais de cinco anos para a prática de atividade de interesse público ou para a defesa de interesse público, independentemente do local de sua sede.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	103	2º			Determina que o procedimento da ação direta de Inconstitucionalidade é contraditório, devendo ser citados para a resposta, pessoalmente, conforme o caso, a União, o Estado, o Distrito Federal, o Território, ou a Mesa do Congresso e, por edital, os demais legitimados referidos no art. 103.
21	José Roberto Batochio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	104				O STJ compõe-se de, no mínimo, cento e sete juizes, que servirão por período não superior a oito anos, aprovados pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	105				Amplia o rol de competências do STJ.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	109		XII		Acrescenta os crimes que a lei considere grave violação dos direitos humanos à competência dos juízes federais.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	111				Extingue o TST e a representação classista na Justiça do Trabalho.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	112				Haverá pelo menos um tribunal regional do trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, salvo a inexistência de volume de serviço que o justifique e facilidade de acesso ao mais próximo, a julgo do Conselho Nacional de Política Judiciária.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	114				Extingue o poder normativo da Justiça do Trabalho.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	119				Altera a composição do TSE, que não será mais integrado por Ministros do STF.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	120				Altera a composição dos TREs.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	122, 123, 124, 125 (§§2º,3º)				Extinção da Justiça Militar.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	122 (novo)				O Conselho Nacional de Política Judiciária compor-se-á de quinze membros, representando a magistratura, o Ministério Público, a advocacia e entidades da sociedade civil.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	124 (novo)				Lei complementar disciplinará a competência do Conselho Nacional de Política Judiciária e dos Conselhos Regionais de Política Judiciária, sua competência, composição e organização.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	128	1º			O Procurador-Geral da República será eleito por seus pares, dentre os integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos e aprovado pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos.
21	José Roberto Batocchio	PDT	SP	Substitu- tivo à PEC nº 96/92	134	2º			Sem prejuízo de atuação das Defensorias, é permitida às entidades de direito público a celebração de convênios para a prestação de assistência jurídica aos mais necessitados.

mm

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
22	Paulo Octávio	PFL	DF	9º, 10, 11					Supressão dos dispositivos da PEC 96/92, visando à manutenção da representação classista na Justiça do Trabalho.
22	Paulo Octávio	PFL	DF	12	116	2º			Introduz a audiência prévia coordenada pelos juízes classistas, com a finalidade exclusiva de tentar a conciliação entre as partes.
22	Paulo Octávio	PFL	DF	12	117				Os mandatos dos classistas, em todas as instâncias, são de três anos, permitidas as reconduções.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	111	3º			Para o exercício do cargo de Ministro classista titular ou suplente do TST, é imprescindível possuir diploma de curso superior, ser associado de entidade sindical há, no mínimo, três anos, e estar no desempenho da atividade econômica ou profissional por mais de cinco anos, tendo exercido a função de Juiz Classista de 2ª Instância por um período de três anos.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	115	2º			Os juízes classistas nos TRTs terão que possuir, preferencialmente, diploma de curso superior e o exercício das funções de Juiz Classista em 1ª Instância durante pelo menos três anos, sendo imprescindível ser associado de entidade sindical há no mínimo três anos e estar no desempenho da atividade econômica ou profissional por mais cinco anos.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	115	3º			Disciplina a indicação de classistas nos TRTs.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	116	2º			Disciplina o processo de escolha de classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	116	4º			Introduz a audiência prévia coordenada pelos juízes classistas, com a finalidade exclusiva de tentar a conciliação entre as partes.
23	José Lourenço	PFL	BA	9º	117				Os mandatos dos classistas, em todas as instâncias, são de três anos, permitidas as reconduções.
23	José Lourenço	PFL	BA	10, 11, 12					Supressão de dispositivos da PEC 96/92.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		92		V		Suprimido (Justiça Eleitoral)
24	MAX ROSEMANN	PSDB	PR		92		VI		Suprimido (Justiça Militar)
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		93		V-A		Fixa os subsídios dos juízes dos TRFs em noventa por cento dos subsídios dos Ministros do STJ.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		93	Par. Único	I		Veda aos juízes exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer função incompatível com a magistratura, conforme disposto em lei.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		93	Par. Único	III		Veda aos juízes exercer atividade político-partidária, salvo desincompatibilização seis meses antes do pleito.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		101	Par. Único			A lista tríplice para nomeação dos Ministros do STF será elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		102		III		Arguição de relevância no recurso extraordinário.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		102	3º			Lei complementar de iniciativa do STF poderá estabelecer requisitos à arguição de relevância.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		105		III		Arguição de relevância da questão federal no recurso especial.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		105	2º			Lei complementar de iniciativa do STJ poderá estabelecer requisitos restritivos à arguição de relevância.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		109		XII e XIII		Competência da Justiça Federal para julgar os crimes praticados em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos e os crimes praticados contra direitos humanos, como tal definidos tratados.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		109		XIV		Competência da Justiça Federal para julgar as matérias eleitorais.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		109		XV		Competência da Justiça Federal para julgar os crimes militares definidos em lei.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		109	2º e 3º			Inserir as autarquias e empresas públicas nas disposições relativas ao foro de eleição.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		109	4º e 5º			Competência da Justiça Federal para julgamento de causas relativas às eleições, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, com recurso para o TRF.
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		75 ADCT				Dispõe sobre o aproveitamento dos quadros da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		76 ADCT				Dispõe sobre a destinação do patrimônio dos Tribunais Militares e Eleitorais
24	MAX ROSENMANN	PSDB	PR		77 ADCT				Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Ministros do STF
25	JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG		236, 32 ADCT				Dispõe sobre o exercício dos serviços notariais e de registro por órgãos da Administração Pública.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		Cap. III, Seção V				Extingue a representação classista na Justiça do Trabalho. Composição tripartite para os Tribunais do Trabalho (magistratura trabalhista, advogados e membros do Ministério Público). Criação e composição das Varas de Conciliação e Julgamento.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		114				Modificações na competência da Justiça do Trabalho.

M

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Obrigatoriedade de conciliação prévia ao ajuizamento de ação trabalhista.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Instituição de comissões internas de fábrica.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Julgamento em instância única das ações trabalhistas de valor reduzido.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Princípios do processo do trabalho.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Requisitos da sentença trabalhista, vedação de sentença ilíquida.
26	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA		s/n				Criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		92				Cria as seções judiciárias federais de cada Estado e do DF, formadas pelos Tribunais de Justiça e os Juizes de Direito (federalização das Justças Estaduais); extingue a Justiça do Trabalho.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		93		I		Suprime a menção ao cargo inicial da carreira da magistratura.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC				III		Suprime menção aos Tribunais de Alçada.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		93		V		Normas para fixação dos salários dos Ministros do STF, dos Tribunais Superiores, dos desembargadores dos Tribunais de Justiça e dos demais magistrados.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		93		VI		aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes obedecerão o disposto no art. 40; eleva a idade para aposentadoria compulsória para 70 anos.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		94				Limita o quinto constitucional aos Tribunais de Justiça; elimina o prazo para escolha dos integrantes das listas pelo Presidente da República.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		95		II		limita a inamovibilidade a cinco anos, em cada comarca.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		96		II		Exclui os Tribunais de Justiça da redação.

M



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		96		III		Atribui competência aos Tribunais de Justiça para julgar os juízes a ele vinculados, membros do MP da respectiva jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98				Previsão de lei complementar, de iniciativa do STF, disposta sobre a organização e divisão judiciária nacional e sobre os assuntos enumerados nos incisos abaixo
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		I		Funcionamento de câmaras especializadas no STJ e nos TJs
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		II		Criação de varas especializadas
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		III		Criação de Juizados Especiais
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		IV		Decisões de primeira instância tomadas sempre por órgãos colegiados
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		V		Organização, competência e jurisdição dos Tribunais de Justiça, admitida a criação de mais de um tribunal por Estado
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		VI		Criação da justiça de paz
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		98		VII		Funcionamento junto ao STF do Conselho Nacional da Magistratura.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		99				Novas regras de elaboração do Orçamento do Poder Judiciário. STF e STJ elaborarão suas propostas orçamentárias. A proposta do STJ discriminará suas dotações e as da Justiça Nacional nos Estados e no Distrito Federal.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		102		IV		adoção da súmula de jurisprudência dominante, com efeito vinculante.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		104	par. único	I		exclusão dos juízes dos TRFs na composição do STJ.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105		I	a	Exclusão dos juízes dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.

mm/

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105		I	h	Exclusão da exceção à competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105		II	a	Exclusão dos TRFs.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105		II	b	Exclusão dos TRFs.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105		III		Exclusão dos TRFs.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		105	par. único			Revogado (Conselho da Justiça Federal).
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		118		II		Cria as Câmaras Eleitorais dos Tribunais de Justiça, em substituição aos TREs.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		120				Funcionamento de Câmaras Eleitorais em cada Tribunal de Justiça, e sua composição.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		121				Inclusão das Câmaras Eleitorais.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		121	1º			Garantias dos membros dos órgãos da Justiça Eleitoral
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		121	2º			Inclusão dos juizes das Câmaras Eleitorais dos Tribunais de Justiça.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		121	4º			Substitui os TREs pelas Câmaras Eleitorais
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		128				O Ministério Público Nacional abrangerá o Ministério Público Federal e o Ministério Público Militar, excluídos os outros ramos hoje existentes.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		128	3º			Lei complementar federal de iniciativa do Procurador-Geral da República estabelecerá o Estatuto do Ministério Público; alteração da garantia de inamovibilidade, que passa a ser por cinco anos, em cada comarca; vedação de exercer atividade político-partidária, sem exceções.

My.



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		128	4º			revogado
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		134	1º			Lei complementar de organização da Defensoria Pública Nacional; garantia de inamovibilidade por cinco anos, na mesma comarca.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		134	2º			Lei complementar disciplinará o exercício das atribuições da Defensoria Pública por advogados credenciados.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		16 da Emend a 27				Lei complementar sobre custeio da Justiça Nacional, do Ministério Público Nacional e da Defensoria Pública Nacional.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		17 da Emend a 27				Lei complementar sobre integração dos membros, servidores e do patrimônio das Justiças Estaduais, do DF e do Trabalho, do Ministério Público dos Estados, DF e do Trabalho, da Defensoria Pública dos Estados e DF à Justiça, Ministério Público e Defensoria Nacionais.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		18 da Emend a 27				Prazo de dois anos para edição das leis complementares.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		22		XXX		Competência da União para legislar sobre custos dos serviços forenses.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		22		XXXI		Competência da União para legislar sobre juizado de pequenas causas.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		22		XXXII		Competência da União para legislar sobre procedimentos em matéria processual.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		22		XXXII I		Competência da União para legislar sobre assistência judiciária e Defensoria Pública.
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		24		IV		Suprimido
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		24		X		Suprimido
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		24		XI		Suprimido

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		24		XIII		Suprimido
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		106 a 110				Revogados (Extinção da Justiça Federal)
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		111 a 117				Revogados (Extinção da Justiça do Trabalho)
27	ANTONIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC		125 e 126				Revogados (Extinção das Justiças Estaduais)
28	NEUTON LIMA	PFL	SP	1º (PEC 96/92)	93		I		Realização do concurso para magistratura por instituição independente; idade mínima de 30 anos e experiência forense de 5 anos; participação da OAB e do Ministério Público
28	NEUTON LIMA	PFL	SP	1º (PEC 96/92)	93		II		nomeação e promoção dos juizes
28	NEUTON LIMA	PFL	SP	1º (PEC 96/92)	93		III		classificação das comarcas da primeira instância
28	NEUTON LIMA	PFL	SP	1º (PEC 96/92)	93		IV a X		normas para promoção dos juizes, que se dará em quatro graus, por antiguidade ou merecimento; aferição de merecimento mediante avaliação conjunta do Conselho Superior da Magistratura, Ministério Público e OAB
29	PAES LANDIM	PFL	PI		s/n				Garantia de acesso à via arbitral, quer na Justiça, quer nos Juízos Arbitrais Privados
30	PAES LANDIM	PFL	PI		52		II		Inclusão dos juizes federais
30	PAES LANDIM	PFL	PI		101				Limite de idade para nomeação para o STF fixado em setenta e cinco anos
30	PAES LANDIM	PFL	PI		105		I	a	Supressão da expressão "os Governadores dos Estados"
30	PAES LANDIM	PFL	PI		125	1º			Competência dos Tribunais de Justiça para julgar Governadores de Estado
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		21		XIII		Revogado
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		21		XVII		Revogado



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		48		IX		Exclusão da competência do Congresso Nacional para dispor sobre organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		61		II	d	Reserva de iniciativa de lei que verse sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e Territórios; normas gerais de organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados e DF
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		92		VI		Prevê apenas o Superior Tribunal Militar
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		93		V		normas para fixação dos subsídios da magistratura
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		94				Supressão da expressão "e Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		96		III		suprime a expressão "e Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		98				Desvinculação do DF em relação à União
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		99	2º	II		Supressão da expressão "e Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		104	par. único	II		Supressão da expressão "e Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		105		II	b	Substituição da expressão "do Distrito Federal e Territórios" por "do Distrito Federal e dos Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		105		III		Substituição da expressão "do Distrito Federal e Territórios" por "do Distrito Federal e dos Territórios"
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		111	4º			Conselho da Justiça do Trabalho
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		112				Instituição dos TRTs em lei; fim da obrigatoriedade da existência de um TRT em cada Estado
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		114				Fim do poder normativo
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		114	2º			Ajuizamento, de comum acordo, de dissídio coletivo de natureza econômica perante a Justiça do Trabalho (instância arbitral)
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		114	4º			Ajuizamento de dissídio coletivo pelo Ministério Público, havendo paralização de atividade essencial
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		121	5º			Veda a percepção de qualquer forma de remuneração pelo exercício de função na Justiça Eleitoral
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		122				Superior Tribunal Militar como órgão superior da Justiça Militar

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		122	par. único			Criação, na Justiça Federal, de varas especializadas para processar e julgar crimes militares definidos em lei
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		123	par. único	II		escolha dos juízes civis dentre membros do Ministério Público e das varas militares da Justiça Federal
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		124				Competência da Justiça Militar; vedação de julgamento de civis
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		125				Inclusão do Distrito Federal
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		125	1º			Inclusão da Lei Orgânica do Distrito Federal
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		125	2º			Representação de Inconstitucionalidade no Distrito Federal, face à sua Lei Orgânica
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		125	3º e 4º			Criação por lei, nos Estados e DF, de varas especializadas para julgar policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, com competência recursal para o próprio Tribunal de Justiça
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		128		I	a, b	Extinção do Ministério Público Militar
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		128		II		Inclusão do Ministério Público do DF
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		128	1º, 3º, 4º			Diferenciação entre chefe do Ministério Público da União e a de cada um de seus ramos, instituindo do Procurador-Geral do Ministério Público Federal, nomeado pelo Procurador-Geral da República; supressão da expressão "dentre integrantes da carreira"; permite-se apenas uma recondução; normas de escolha, nomeação e destituição dos Procuradores-Gerais.
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		128	5º			Leis Complementares da União, Estados e DF estabelecendo os Estatutos de cada Ministério Público
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		134	par. único			Lei Complementar da Defensoria Pública
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		23 da Emenda				Tribunais Regionais do Trabalho: disposições relativas ao aproveitamento de seus magistrados e servidores
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		24 da Emenda				Justiça Militar da União: disposições relativas ao aproveitamento de seus magistrados e servidores

M



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		25 da Emenda				Justiças Militares Estaduais: disposições relativas ao aproveitamento de seus magistrados e servidores
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		26 da Emenda				Ministério Público Militar: disposições relativas ao aproveitamento de seus membros e servidores
31	ELTOM ROHNELT	PFL	RR		27 da Emenda				Disposições transitórias sobre a jurisdição do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, do Ministério Público do DF e Territórios e da Defensoria Pública do DF e Territórios
32	IÉDIO ROSA	PMDB	RJ	2º	94				Inclusão da Defensoria Pública no quinto constitucional
33	IÉDIO ROSA	PMDB	RJ		134	1º			Autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública
34	IÉDIO ROSA	PMDB	RJ		134	s/n			Estabilidade dos defensores públicos; perda do cargo somente por sentença
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		52		II		Competência do Senado para processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		92		II		Inclui o Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		92	par. único			Sede do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		93		VIII		Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados também por decisão do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		94	2º			Não poderão ser indicados para o quinto constitucional aqueles que tiverem ocupado, nos dois anos anteriores à indicação, cargos de direção de órgãos de representação das respectivas classes
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95		I		Perda do cargo de magistrado por deliberação do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	1º	II		vedação de revelar informações de que tenham ciência em razão do cargo ou que violem o interesse público ou o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	1º	III		vedação de receber auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções legais
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	1º	IV		vedação de receber custas ou participação no processo

M.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	1º	V		vedação de atividade político-partidária
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	2º			Perda do cargo por decisão do Conselho Nacional de Justiça por violação das vedações da magistratura, negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo e procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	3º			Responsabilidade por danos causados por membros do Poder Judiciário
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	4º			Vedação de exercício da advocacia aos ex-magistrados
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		95	5º			Vedação de concessão de vantagens especiais aos magistrados
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		96	par. único			Destinação das custas e emolumentos
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		100				Nova sistemática relativa aos precatórios judiciais
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		102		I	b	Julgamento dos membros do Conselho Nacional de Justiça pelo STF
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		102		I	d	Inclusão do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104				Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	1º e 2º			Escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	3º			Presidência do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	4º			Atribuições do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	5º			Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça: escolha e atribuições
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	6º			Procurador-Geral da República e Presidente da OAB: funcionamento junto ao Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		104	7º			Órgãos, entidades e autoridades legitimadas a dirigir-se ao Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129		III		Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	5º	I	a	perda do cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	5º	I	b	quorum de três quintos para quebra da inamovibilidade

mm



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	5º	II	f	vedação de revelar informações de que tenham ciência em razão do cargo ou que violem o interesse público ou o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	5º	II	g	vedação de receber auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções legais
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	6º			Perda do cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público no caso de infração às vedações constitucionais, negligência no cumprimento dos deveres do cargo e procedimento incompatível com a dignidade, honra e o decoro de suas funções
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		129	7º			Responsabilidade por danos causados por membros do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130				Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130	1º			Composição do Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130	2º			Competência do Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130	3º			Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público: escolha e atribuições
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130	6º			Presidente do Conselho Federal da OAB: funcionamento junto ao Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		130	7º			Órgãos, entidades e autoridades que poderão dirigir-se ao Conselho Nacional do Ministério Público
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		76 ADCT				Liquidação dos precatórios cujo direito de crédito tenha origem em fatos ocorridos até 30/12/94 por meio de Obrigações da Dívida Pública
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		13 da Emenda				Instalação do Conselho Nacional de Justiça
35	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM		14 da Emenda				Instalação do Conselho Nacional do Ministério Público
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		36		III		Acréscimo da expressão "e no caso de recusa de execução à lei federal"

M

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96		III		Súmula vinculante
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96		IV		Reclamação, na hipótese de descumprimento da súmula vinculante
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96	1º		a	Lei estabelecerá pressupostos de admissibilidade de recursos para o STF e Tribunais Superiores, admitindo-se seleção de causas a serem decididas
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96	1º		b	Lei estabelecerá os casos de edição de súmula vinculante e o procedimento para sua edição, revisão e cancelamento
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96	1º		c	Lei estabelecerá o incidente de uniformização de jurisprudência perante o STF e o STJ, no que concerne às decisões dos Juizados especiais
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96	2º			STF e Tribunais Superiores com iniciativa supletiva para a lei mencionada no § 1º
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		96	3º			Foro para julgamento de ações de improbidade intentadas contra autoridades que gozem de privilégio constitucional de foro
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		I	a	Inclusão da súmula vinculante
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		I	c	Inclusão dos Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica; exclusão dos chefes de missão diplomática de caráter permanente
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		I	d	Exclusão do Tribunal de Contas da União
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		I	g	Suprimida
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		I	h	Suprimida
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		II	a	Exclusão da expressão "o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção"
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		III		recurso extraordinário apenas de decisões de tribunais
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		102		III	c	Acréscimo da expressão "ou de lei federal"
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		103 caput				Acréscimo da expressão "ou inconstitucionalidade"
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		103		VII		Acréscimo do Advogado-Geral da União
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		103	3º			Restrição dos efeitos e da eficácia (ex tunc ou ex nunc) das decisões do STF que declarem inconstitucionalidade de lei ou ato normativo

M



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		103	4º			Incidente de Inconstitucionalidade
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		I	a	Inclusão dos chefes de missão diplomática em caráter permanente; inclusão da expressão "e outras autoridades a que lei complementar atribua prerrogativa de foro"
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		I	b	Inclusão do Tribunal de Contas da União e "de autoridade federal que lei complementar atribua prerrogativa de foro"
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		I	I	competência do STJ para julgar ações populares, ações civis públicas e ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes TRFs ou Tribunais de Justiça, ressalvada a competência das Justiças do Trabalho e Eleitoral
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		I	j	Competência do STJ para julgar extradição solicitada por Estado Estrangeiro
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		I	k	Competência do STJ para homologação das sentenças estrangeiras e concessão de exequatur, salvo previsão diversa em tratados firmados pelo Brasil
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		105		II	d	Competência do STJ para julgar, em recurso ordinário, ações populares, ações civis públicas e ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, decididas originariamente pelos TRFs e pelos Tribunais de Justiça
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		108		I	f	Ações civis públicas em matéria trabalhista: competência originária dos TRTs, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de uma mesma JCJ, e do TST, quando ultrapassar a jurisdição dos TRTs
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		125	2º			Previsão de instituição de ação direta de constitucionalidade e incidente de inconstitucionalidade nos Estados e DF, em face da Constituição Estadual ou Lei Orgânica do DF; ação direta de inconstitucionalidade no DF, face à sua Lei Orgânica

AM.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
36	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR		76 ADCT				Regulamentação provisória da súmula vinculante e dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de suas respectivas competências pelo Regimento Interno do STF e dos Tribunais Superiores
37	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA		37	11			Proíbe a nomeação de parentes, cônjuges ou companheiros de membros dos três Poderes para cargos em comissão ou funções de confiança nos respectivos órgãos e nos demais a estes subordinados
38	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ		58	6º			Cria Comissão Especial Mista do Congresso Nacional com funções de conhecer e requisitar informações sobre o funcionamento do Poder Judiciário e do Ministério Público, propondo legislação cabível, bem como aprovar os orçamentos dessas instituições (controle externo do Poder Judiciário)
38	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ		58	7º			Composição da Comissão Mista de que trata o § 6º (supra)
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		5º		LXXI		Permite o suprimento da regulamentação apenas para o caso específico, no mandado de injunção.
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		59		V		Suprimido (medidas provisórias)
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		62				Encaminhamento, em caso de relevância e urgência, pelo Presidente da República, de proposição legislativa com tramitação preferencial.
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		62	par. único			Sobrestamento da tramitação de todas as proposições no Congresso Nacional se descumprido o prazo de 15 dias para apreciação da proposição supracitada
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		92		VIII		Acrescenta o Conselho Nacional de Justiça e os Conselhos de Justiça dos Estados, do DF e Territórios
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		93		I		Participação do Ministério Público e da AMB no concurso para a magistratura
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		93		X		Publicidade das decisões administrativas dos tribunais, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, ao acusado e seu advogado



EMENDA N°	1° SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		93		XII		Vedação de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de magistrado para cargo em comissão, função de confiança ou cargo de direção, exceto se o nomeado for funcionário concursado
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		93		XIII		Vedação de nomeação de cidadãos que ocuparam cargos de confiança no Executivo, nos dois anos anteriores, para Ministros do STF, Tribunais Superiores e Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais.
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		95	par. único	IV		Vedação de exercer a advocacia até dois anos após a aposentadoria do magistrado
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		98				Criação dos Juzados Especiais e da Justiça de paz no âmbito federal
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		98		III		Criação de conselhos de conciliação, não remunerados, obrigatórios nos municípios que não sejam sede de comarca, com composição e competência definidos em lei
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		98	par. único			A lei criará juzados e câmaras arbitrais, para as causas que especificar
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		99	1º			Elaboração da proposta orçamentária, no âmbito da União, pelo Conselho Nacional de Justiça, com aprovação do STF, Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do DF e Territórios
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		99	2º			Elaboração da proposta orçamentária, no âmbito dos Estados, pelos Conselhos de Justiça estaduais
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101				STF passa a contar com 15 Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de 35 e menos de 60 anos; mandato de oito anos para os membros do STF
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101	1º			Eleição dos membros do STF por sufrágio universal
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101	1º	I		Composição do STF: um terço dentre os integrantes da magistratura, eleitos por seus pares
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101	1º			Composição do STF: um terço dentre integrantes do Ministério Público, eleitos por seus pares

W.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101	1º			Composição do STF: um terço dentre advogados, eleitos por todos os inscritos na OAB
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		101	2º			Nomeação dos membros do STF após aprovação pelo Plenário de Deputados e Senadores, em sessão conjunta
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		I	a	Supressão da ação declaratória de constitucionalidade
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		I	e	Suprimida
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		I	f	Suprimida
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		I	g	Suprimida
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		I	h	Suprimida
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		II	b	Competência do STF para julgar, em recurso ordinário, os crimes de responsabilidade, nos casos do art. 105, I, a (competência originária do STJ)
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102		III		Relevância da questão no recurso extraordinário
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		102	2º			Suprimido
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		103		X		Acrescenta os Presidentes de Tribunal de Justiça
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		104				Mínimo de Ministros no STJ fixado em 45; redução da idade máxima para 60 anos; mandato para os Ministros do STJ
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		104	par. único			Eleição dos Ministros do STJ
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		104	par. único	I		Composição do STJ: um terço dentre juízes dos TRFs e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, eleitos por todos os magistrados
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		104	par. único	II		Composição do STJ: um terço dentre advogados e membros do Ministério Público, eleitos por seus pares
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		105		I	I	Competência do STJ para julgar litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, Estados, DF ou Território
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		105		I	J	Competência do STJ para julgar as causas e conflitos entre a União e os Estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração Indireta
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		105		I	I	Competência do STJ para julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		105		I	m	Competência do STJ para julgar a homologação de sentença estrangeira e a concessão do exequatur
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		107				Redução da idade máxima para 60 anos (nomeação para os TRFs)
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		107		I		Composição dos TRFs: um quinto dentre advogados e membros do MP, eleitos por seus pares dentro da respectiva Região
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		107		II		Composição dos TRFs: os demais mediante promoção de juizes federais, com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n				Composição do Conselho Nacional de Justiça: 21 conselheiros, eleitos para um mandato de oito anos e nomeados pela Mesa do Congresso Nacional, após aprovação por Deputados e Senadores
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n		I		Composição do Conselho Nacional de Justiça: um terço dentre magistrados, eleitos por magistrados de diversos tribunais e ramos do Judiciário
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n		II		Composição do Conselho Nacional de Justiça: um terço dentre advogados, eleitos por seus pares
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n		III		Composição do Conselho Nacional de Justiça: um terço dentre membros do Ministério Público, eleitos pelos membros das respectivas circunscrições
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n	1º			Escolha de um dos integrantes do Conselho Nacional de Justiça oriundo do terço de advogados pelo Congresso Nacional
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n	2º			Presidência do Conselho Nacional de Justiça exercida pelo Presidente do STF
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n				Competência do Conselho Nacional de Justiça
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		s/n				Organização pelos Estados e DF de seus Conselhos de Justiça, com a competência que lhes determine as respectivas Constituições e Lei Orgânica
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		128	5º	II	e	Vedação ao Ministério Público de exercer atividade político-partidária; exclusão das exceções legais

11

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
39	AGNELO QUEIROZ	PC do B	DF		128	(5º recti us)	II	f	Vedação ao Ministério Público de exercer advocacia até dois anos após a aposentadoria
40	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ		93		XII		Vedação de nomeação para qualquer cargo de confiança no Judiciário ou Ministério Público e a contratação para prestação de serviços por interposta pessoa de cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção até segundo grau de magistrado ou integrante do Ministério Público
41	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ		93 caput				Lei Complementar sobre o Estatuto da Magistratura e as Leis de Organização Judiciária dos Estados passam a ser de iniciativa também de qualquer integrante do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas, respectivamente
42	JOÃO CALDAS	AL	BL/PM N	1º	93		I		Exigência de 30 anos e experiência forense de 5 anos para ingresso na magistratura; participação do Ministério Público no concurso
42	JOÃO CALDAS	AL	BL/PM N	1º	93		II		Nomeação e promoção dos juízes de primeira instância pelo Presidente do Tribunal a que sejam subordinados
42	JOÃO CALDAS	AL	BL/PM N	1º	93		III		Divisão das comarcas na 1ª instância em 1ª 2ª entrâncias
42	JOÃO CALDAS	AL	BL/PM N	1º	93		IV a X		Novas regras para promoção dos juízes, em 4 graus, por merecimento e antigüidade, com aferição do merecimento segundo avaliação conjunta do Conselho Superior da Magistratura e representantes do MP e da OAB
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		5º		XXX V		Prestação jurisdicional como dever do Estado; gratuidade
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		5º		LXXI		Satisfação do direito pleiteado com regulamentação para o caso concreto pela autoridade judiciária, no mandado de injunção
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		Cap. III do Título IV				alteração do nome para "DA CORTE CONSTITUCIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO"



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92		I a IV		Criação da Corte Constitucional, com quinze Ministros com mandato de dez anos. Composição de cidadãos eleitos, magistrados, membros do Ministério Público Federal e advogados
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	1º			Prerrogativas e impedimentos dos Ministros da Corte após o término do mandato
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	2º			Sujeição dos Ministros da Corte às regras aplicáveis à magistratura e à fiscalização do Controle Administrativo do Poder Judiciário
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	3º			Sujeição da Corte Constitucional às normas e princípios de iniciativa legislativa, autonomia financeira e orçamentária e controle administrativo previstos na Constituição
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	4º			Julgamento dos membros da Corte pelo Senado Federal
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		93				Competências da Corte Constitucional
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		93				Eficácia erga omnes e efeito vinculante das decisões definitivas de mérito proferidas pela Corte Constitucional nas ações declaratórias de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94		I a XI		Legitimação para propor a ação de inconstitucionalidade
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94	1º			Manifestação do Procurador-Geral da República nos feitos de competência da Corte Constitucional
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94	2º			Inconstitucionalidade por omissão: fixação de norma aplicável ao caso, com vigência até que o Poder competente se pronuncie
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94	3º			Citação do Advogado-Geral da União na apreciação de inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		2º da Emenda				Instalação da Corte Constitucional
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92		I a VII		Exclui o STJ e os Tribunais e Juízes Militares; cria o Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal

71

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	1º			Sede do STF e dos Tribunais Superiores
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92	2º			Natureza administrativa dos Conselhos; princípio da graduação hierárquica
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		93	caput			Atribui também ao Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário iniciativa de lei complementar sobre o Estatuto da Magistratura
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		93		I a XVI		Normas relativas ao Estatuto da Magistratura
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		93	par. único			No âmbito da jurisdição de cada tribunal ou julzo é vedada a nomeação, para cargo em comissão, de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, salvo se servidor ocupante de cargo efetivo, vedada a nomeação ou designação para servir junto ao magistrado determinante da incompatibilidade
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94				Mandato de doze anos para os integrantes do quinto constitucional
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		94	par. único			Forma de indicação do integrantes do quinto constitucional
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		95		I		Admissão, na instrução do processo para perda do cargo de magistrado, de informações e elementos de prova encaminhados pelo Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		96		I	c	Parecer do Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário competente na promoção, remoção a pedido e permuta de magistrados
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		96		I	d	Audiência do Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário correspondente sobre a criação de novas varas judiciais, órgãos ou cargos de natureza administrativa e judicial
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		96		I	e	Supressão da expressão "exceto os de confiança assim definidos em lei" (competência dos tribunais para o provimento dos cargos do Poder Judiciário)

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		96		II		Audiência do Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário respectivo, no exercício da competência prevista no inciso
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		97				Supressão das expressões "ou dos membros do respectivo órgão especial" e "os tribunais" (declaração de inconstitucionalidade pelo tribunais)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		99 caput				Autonomia administrativa e financeira dos tribunais
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		99	1º			Elaboração das propostas orçamentárias dos tribunais
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		99	2º			Audiência dos Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário para encaminhamento das propostas orçamentárias dos tribunais
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		s/n				Vedação da edição de ato normativo que restrinja o deferimento de medidas liminares ou cautelares
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		s/n				Vedação de privilégios para pessoas de direito público quando atuarem como partes em processos judiciais, ressalvadas as referentes à constituição e cobrança de seus créditos, na forma da lei
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		71	5º			Nos seus julgamentos, o TCU deverá se pronunciar sobre informações enviadas pelo Conselho de Controle Administrativo do Poder Judiciário
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		Seção III do Capítulo o III do Título IV				Supressão (Superior Tribunal de Justiça)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		7º da Emenda				Composição do STF com 66 Ministros

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		101		I e II		Nomeação dos Ministros e composição do STF: um terço dentre juízes dos TRFs, um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, um terço dentre advogados e membros do Ministério Público
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		102		I		Competência originária do STF
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		102		II		Competência do STF em recurso ordinário
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		102		III		Recurso Especial no STF
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		102	1º e 2º			Supressão (Arguição de preceito fundamental da Constituição; efeito vinculante e eficácia erga omnes nas ações declaratórias de constitucionalidade)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		102	par. único			A Administração Pública é vedado interpor recurso para rediscutir tese sumulada pelo STF
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		Seção IX do Capítulo III do Título IV				Inclusão de nova seção: "DO CONSELHO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO". Cria o Conselho Federal de Controle Administrativo do Poder Judiciário, órgão de fiscalização do Poder Judiciário composto de 21 membros (magistrados, membros do Ministério Público e advogados). Os Conselhos de Controle Administrativo do Poder Judiciário dos Estados, DF e Territórios organizar-se-ão e funcionarão de acordo com as disposições aplicáveis ao Conselho Federal.
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		100				Novas disposições relativas aos precatórios
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		111			I a III	Extingue a magistratura classista na Justiça do Trabalho
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		111	1º			Composição do TST: juízes de carreira da magistratura trabalhista, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		112				Obrigatoriedade de TRTs nos Estados; delegação de jurisdição trabalhista a magistrados da Justiça Comum
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		113				Supressão da expressão "assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregados (lel sobre os órgãos da Justiça do Trabalho)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		115				Composição dos TRTs: juízes togados, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho

11



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		Seção VII do Capítulo III do Título IV				Supressão ("Dos Tribunais e Juizes Militares)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		92		VI		Supressão da Justiça Militar
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		125	3º e 4º			Supressão da Justiça Militar
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		128		I	c	Supressão do Ministério Público Militar
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		108		I	a	Supressão da expressão "da Justiça Militar e" (competência dos TRFs para julgar magistrados da Justiça Militar da União)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		109		IV e IX		Supressão da expressão "da Justiça Militar e", bem como "ressalvada a competência da Justiça Militar" (Competência da Justiça Federal; ressalva da competência da Justiça Militar)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		126				Juizes com competência exclusiva para questões agrárias; processo judicial agrário
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		119		I e II		Composição do TSE: eleição de cinco juizes dentre os Ministros do STF; nomeação, pelo Presidente da República, de dois juizes indicados dentro advogados pelo Conselho Federal da OAB
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		119	1º			O TSE elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral Eleitoral dentre os Ministros do STF
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		119	2º			Prazo para nomeação de 20 dias, após o que a nomeação e a posse passam a competir ao TSE
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		120	1º	I		Normas relativas à composição dos TREs
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		120	2º			Prazo para nomeação de 20 dias, após o que a nomeação e a posse passam a competir aos TREs
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		120	3º			O TRE elegerá seu Presidente e Vice-Presidente dentre os desembargadores
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		120	4º			A função de Corregedor Geral Incumbirá a um dos juizes federais eleitos pelo tribunal

N.

EMENDA N°	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		121				Lei complementar disporá sobre a organização e a competência dos tribunais, juízes e juntas eleitorais
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		121	1º			Escolha dos juízes eleitorais pelos TREs
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		121	3º			Garantias dos integrantes da Justiça Eleitoral
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		106	par. único			Conselho da Justiça Federal como órgão coordenador e supervisor da Justiça Federal
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		107				Composição dos Tribunais Regionais Federais (TRFs)
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		107	par. único			Os magistrados de 1ª instância terão direito a voto no processo de escolha dos que serão promovidos ao tribunal por merecimento, nos termos da lei
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		109		IV		Acréscimo dos crimes militares, crimes cometidos em detrimento de bens ou interesses sob a tutela de órgão federal de proteção dos direitos humanos
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		109		V		Acréscimo dos crimes cometidos contra direitos humanos, como tal definidos em tratados
43	JOSÉ ANTÔNIO	PSB	MA		76 ADCT				Disponibilidade remunerada para os membros dos tribunais extintos, até que sejam atingidos os requisitos para aposentadoria
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		8º		III		Ao sindicato cabe a defesa dos interesses de toda a categoria profissional, e não apenas de seus filiados, em questões judiciais e extrajudiciais, atuando como substituto processual, independente de mandato
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		52		X		Supressão (Competência do Senado para suspender a eficácia de lei declarada Inconstitucional pelo STF)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		84		XIV		Competência do Presidente da República para nomear os Ministros do Supremo Tribunal Constitucional
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		92		I		Cria o Supremo Tribunal Constitucional
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		92		II		Cria o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		92	par. único			O Supremo Tribunal Constitucional e os Tribunais Superiores terão sede na Capital Federal e jurisdição sobre todo o território nacional



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93				Iniciativa LOMAN atribuída ao Conselho Nacional do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		I		Participação de um membro do magistério jurídico superior no concurso para magistratura
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		II	c	Aferição do merecimento, para promoção do magistrado, segundo julgamento público e votação fundamentada, em avaliação de desempenho regida por critérios objetivos
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		II	d, e	Na promoção por antiguidade, a recusa do magistrado pelo Tribunal deverá ser fundamentada, devendo esta constituir peça inicial para instauração de inquérito administrativo-disciplinar contra o juiz recusado
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		III		Supressão dos tribunais de alçada; novas regras para acesso à segunda instância
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		IV		Previsão de cursos de aperfeiçoamento para os magistrados
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		V		Inclusão do Supremo Tribunal Constitucional na regra de fixação de subsídios
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		VII		A remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado dar-se-á por voto individualmente fundamentado, garantida a presença da parte e seu advogado no julgamento
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		IX		Publicidade de todos os julgamentos, inclusive administrativos, e sessões dos órgãos do Poder Judiciário; limitação da publicidade apenas quando a preservação do direito à intimidade não prejudique o interesse público à informação
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		X		As decisões disciplinares dos órgãos do Poder Judiciário serão individualmente fundamentadas, sob pena de nulidade
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		XI		Órgãos especiais nos tribunais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		XII		Composição e eleição, pelos integrantes do tribunal e pelos magistrados de carreira, dos órgãos especiais nos tribunais, para um mandato de dois anos
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		XIII		Vedação de exercer o procuratório judicial ao magistrado, antes de transcorridos três anos da aposentadoria

M.

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		93		XIV		Eleição direta e secreta para os órgãos diretivos do tribunal, por todos os magistrados vitalícios a ele vinculados, vedada a reeleição
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		94				Composição dos tribunais por membros da magistratura, Ministério Público e OAB
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		95		I		Perda do cargo de magistrado mediante deliberação do órgão competente e, posteriormente, de sentença judicial transitada em julgado
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		95	par. único	I		Nova redação: "exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função do magistério, salvo no magistério"
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96		I	a	Competência dos tribunais para eleger seus cargos diretivos
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96		I	b	Supressão da competência correicional dos tribunais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96		I	c	Competência dos tribunais para organizar seus respectivos Conselhos, fixando-lhes a competência
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96		I	f	Inclusão da expressão "observado o Inciso XIII do art. 93"
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96		II		Inclusão do Supremo Tribunal Constitucional, em substituição ao STF
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96	1º			Eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral dos órgãos dos tribunais de 2º grau
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		96	2º			Destinação das receitas decorrentes de serviços judiciários não privatizados
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		97				Súmula Impeditiva de recurso
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		100	2º	I		Inclusão do Supremo Tribunal Constitucional, em substituição ao STF
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		102				Composição do Supremo Tribunal Constitucional; aprovação dos nomes indicados por três quintos de cada uma das Casas do Congresso Nacional; mandato de nove anos para os Ministros; aposentadoria para os Ministros, findo o mandato
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103 caput				Substituição do STF pelo Supremo Tribunal Constitucional

*mm*



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103		I	a	Ação direta de Inconstitucionalidade de atos municipais, face à Constituição Federal
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103		I	c	Competência para <b>habeas corpus</b> , mandado de segurança e <b>habeas data</b> contra atos do próprio Supremo Tribunal Constitucional e do Conselho Nacional do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103		I	I	Substituição do STF pelo Supremo Tribunal Constitucional (mandado de Injunção)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103		II		Recurso extraordinário quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional em questão de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante valor social
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103	1º			Efeitos da declaração de Inconstitucionalidade em decisão definitiva de mérito: cassação automática, geral e subordinante da validade, desde o início da vigência, do preceito Inconstitucional
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103	2º			Impedimento de recurso, no caso do § 1º
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103	3º			Arguição de descumprimento de preceito fundamental: sua decisão constitui Título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103	4º			Decisão em Reclamação valerá como título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		104		VI e VII		Atribuição de legitimidade para propor ação de Inconstitucionalidade ao Prefeito e à Mesa da Câmara Municipal, bem como ao Procurador-Geral de Justiça dos Estados
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		104	1º			Substituição do STF pelo Supremo Tribunal Constitucional (audiência do Procurador-Geral da República)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		105				Institui o Sistema Nacional de Planejamento e Avaliação do Poder Judiciário, que compreende o Conselho Nacional do Poder Judiciário e os Conselhos Estaduais do Poder Judiciário

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		105	1º			Corregedoria Geral de Magistrados e Corregedoria Geral de Servidores Judiciários
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		105	2º			Estruturação dos serviços executivos de corregedoria dos Conselhos Estaduais do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		106				Competências do Conselho Nacional do Poder Judiciário e dos Conselhos Estaduais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		107				Composição do Conselho Nacional do Poder Judiciário e dos Conselhos Estaduais; eleição de seus membros; vedações e inelegibilidades; lei complementar dispoendo sobre a organização dos Conselhos integrantes do sistema de planejamento e avaliação do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		108	par. único (sic)			Nomeação de Ministros do STJ: redução da idade máxima dos candidatos para sessenta anos; composição do tribunal.
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		108	1º			Mandato de nove anos para os Ministros do STJ
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		108	2º			Aposentadoria para os Ministros, findo o mandato
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		109		I		Novas competências originárias do STJ
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		109		II		Novas competências recursais do STJ
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		109		III	a, c	Recurso Especial por contrariedade a tratado ou lei federal e por divergência de interpretação de lei federal quanto a "questão de interesse de massa, seja individual, difuso ou coletivo o direito controvertido, ou de relevante valor social"
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		111				Nomeação para os TRFs: redução da idade máxima para 60 anos; nova composição dos TRFs
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		112		I	a	Exclusão dos magistrados da Justiça Militar (competência originária para julgamento dos crimes comuns e de responsabilidade)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		112	1º			Turmas Especializadas nos TRFs para julgamento de questões ligadas a direitos humanos e conflitos fundiários
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		112	2º			Diligências pessoais do magistrado no julgamento de questões ligadas a direitos humanos e conflitos fundiários



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		113				Novas competências da Justiça Federal
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		113	5º			Juizados Itinerantes, cíveis e criminais, para a solução de questões ligadas a direitos humanos e conflitos fundiários
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		113	6º			Obrigatoriedade de Inspeção Judicial para concessão de liminar, ordem de desocupação e para o julgamento do processo nas questões ligadas a direitos humanos e conflitos fundiários
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		115				Extingue o TST e a representação classista na Justiça do Trabalho
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116				Composição dos TRTs
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116	1º			Obrigatoriedade da existência de um TRT em cada Estado; a lei instituirá as Varas de Conciliação e julgamento, podendo delegar jurisdição trabalhista aos juizes de direito nas comarcas onde não forem instituídas varas trabalhistas
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116	2º			Jurisdição trabalhista do juizes de direito, em comarcas onde não houver Varas de Conciliação e Julgamento
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116	3º			Criação dos TRTs baseada em critérios de efetiva necessidade do órgão
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116	4º			Especialização dos juízos na Justiça do Trabalho
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		116	5º			A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juizes na Justiça do Trabalho
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		117				Competências dos TRTs
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		118				Competências dos Juizes do Trabalho
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		121		II		Composição do TSE: eleição, pelos integrantes da classe, dos advogados que comporão o tribunal
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		122	1º	I e II		Composição dos TREs
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		122	par. único (sic)			Determina a existência de um TRE em cada Estado e no DF
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		124	1º			Determina a existência um só órgão de segunda instância da Justiça Comum dos Estados, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça

m

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		124	3º			Atribui competência aos Tribunais e juízes estaduais para julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		103	4º			Revogado (Ação declaratória de Constitucionalidade)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		112 a 117				Revogados (Justiça do Trabalho)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		122 a 124				Revogados (Justiça Militar)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		125	4º			Revogado (Justiça Militar Estadual)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		126				Revogado (juízes estaduais com competência para questões agrárias; presença do juiz no local do litígio)
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		Capítulo IV				Acréscimo de um novo Capítulo: "DO ACESSO À JUSTIÇA"
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Legitimação extraordinária de partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação para defesa judicial e extrajudicial dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, ou de relevante interesse social, independente de filiação, autorização ou mandato individual
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Lei federal fixará limites máximos para taxas, custas e emolumentos dos serviços judiciais, notariais e de registros extrajudiciais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Proíbe à lei criar restrições econômicas de acesso à jurisdição ou à apreciação de medidas cautelares, liminares ou antecipatórias
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Direito da parte a ser cientificada pessoalmente dos atos processuais
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Proibição de interrupção dos trabalhos do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		s/n				Proibição de atribuição de privilégios processuais a pessoas jurídicas de direito público

11



EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	Al.	
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		7º da Emenda				Multa por impugnação infundada de decisões proferidas com apelo em súmula
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		8º da Emenda				Proibição de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente para cargos de livre nomeação no Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		9º da Emenda				Disponibilidade remunerada dos magistrados classistas
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		10 da Emenda				Manutenção da investidura dos atuais Ministros dos Tribunais Superiores; eleições para os cargos vagos nos Tribunais Superiores
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		11 da Emenda				Disponibilidade remunerada e aproveitamento dos servidores de órgãos extintos do Poder Judiciário
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		12 da Emenda				Transformação das JCJ em Varas de Conciliação e Julgamento
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		13 da Emenda				Extinção dos cargos de Ministro do TST e do STM; disponibilidade remunerada dos atuais ocupantes; aproveitamento dos membros dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		14 da Emenda				Redistribuição dos processos em tramitação na Justiça Militar Federal e na Justiça Militar Estadual para a Justiça Federal e Justiça Estadual, conforme o grau de jurisdição
44	MARCELO DÉDA	PT	SE		15 da Emenda				Assina ao Congresso Nacional prazo de um ano para dispor sobre o contrato coletivo de trabalho
45	PEDRO VALADARES	PSB	SE		96				Atribui ao STF e aos Tribunais Superiores iniciativa de lei sobre matéria processual nas matérias que enumera
45	PEDRO VALADARES	PSB	SE		100	1º a 4º			Novas disposições relativas ao pagamento de precatórios

EMENDA Nº	1º SUBSCRITOR (DEP.)	PARTIDO	UF	ART. DA DA PEC	DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (com a numeração constante das Emendas)				ASSUNTO
					ART.	§	INC.	AL.	
45	PEDRO VALADARES	PSB	SE		Seção III, Capítulo III do Título IV				Inclui nova Seção, instituindo o Conselho Nacional de Justiça
45	PEDRO VALADARES	PSB	SE		s/n	s/n			Conselho Nacional de Justiça: composição, mandato de três anos para seus membros; eleição do Corregedor Nacional do Poder Judiciário; competências do Conselho Nacional de Justiça; legitimação para representar perante o Conselho; atribuições do Juiz-Corregedor
45	PEDRO VALADARES	PSB	SE		104				Composição do STJ: alteração na proporção entre magistrados, membros do Ministério Público e advogados e na forma de sua escolha



**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO" E APENSADAS. (ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO)**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-A, DE 1992  
(Apensas as PECs nº 112-A/95, nº 127-A/95, nº 215-A/95, nº 368-A/96 e nº 500-A/97)**

"Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário":

**Autor:** Deputado HÉLIO BICUDO

**Relatora:** Deputada ZULAIÊ COBRA

### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA RELATORA**

Utilizando a prerrogativa conferida pelo art. 57, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, esta Relatoria acolheu algumas sugestões oferecidas pelos ilustres membros desta Comissão no curso da discussão da matéria, que passamos a historiar a seguir. Esclarecemos que não se trata de novo parecer, mas de aperfeiçoamento do texto já oferecido para incorporar sugestões apresentadas por nossos ilustres Pares ao longo dos debates aqui travados.

De início, destacamos o restabelecimento do foro especial para julgamento, nos crimes comuns, do Presidente da República, Vice-Presidente, membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e demais autoridades mencionadas nos arts. 29, 96, 102, 105 e 108 da Constituição Federal. A modificação segue o proposto pelos ilustres Deputados ANDRÉ BENASSI, LUIZ ANTÔNIO FLEURY, NEY LOPES, JOSÉ ROBERTO

BATOCHIO, FERNANDO CORUJA, DARCI COELHO e VICENTE ARRUDA, dentre outros que se manifestaram veementemente sobre a questão. Fazemos constar do texto constitucional, entretanto, o entendimento expresso pelo Supremo Tribunal Federal ao cancelar o enunciado nº 394 de sua Súmula. Assim sendo, o texto reconhece a incidência do foro especial às autoridades em questão apenas enquanto no exercício do cargo público.

Modificamos a redação do § 11 do art. 37 para substituir a expressão "agentes políticos" – que, embora consagrada em doutrina e na jurisprudência, poderá ocasionar dúvidas quanto ao exato alcance do texto – pela frase "de membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos", empregada na reforma administrativa (Emenda Constitucional nº 19/98). Acolhemos, desta forma, relevante sugestão do ilustre Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL. Destacamos, ainda, a relevante contribuição do Deputado GERSON PERES nos debates acerca do tema.

Aperfeiçoamos a redação do inciso XII do art. 93, relativo à eleição dos órgãos diretivos dos tribunais, apenas visando a conferir maior clareza ao texto. Quanto à matéria em tela, releva destacar a participação nas discussões dos Deputados JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, NEY LOPES, IBRAHIM ABI-ACKEL e ANDRÉ BENASSI.

Acolhendo sugestão do ilustre Relator-Parcial, Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL, a exigência de residência dos magistrados e membros do Ministério Público na comarca poderá ser mitigada por decisão do tribunal ou do chefe do respectivo Ministério Público. Evita-se algum abuso que poderia advir de formulação genérica remetendo à lei ordinária a regulamentação da matéria.

A remoção a pedido e a permuta de magistrados passa a sujeitar-se à regra de promoção por merecimento do art. 93, II, a.

A redação do art. 95, § 1º, IV e do art. 128, § 5º, II, f, é aperfeiçoada com o escopo de conferir maior precisão ao texto, restando claramente vedado aos magistrados e membros do Ministério Público revelar ou permitir indevidamente que cheguem ao conhecimento de terceiro ou aos meios de comunicação fatos ou informações de que tenham ciência em razão do cargo e que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas.



Retiramos a menção à disponibilidade do art. 95, § 1º, VI, que dispõe sobre a quarentena para saída da carreira da magistratura, haja vista que a disponibilidade já acarreta, nos termos do inciso I do mesmo parágrafo, a vedação do exercício da advocacia em caráter permanente. Conciliam-se, assim, redações antes conflitantes.

Como fruto do rico debate travado com os Deputados LUIZ ANTÔNIO FLEURY, LÉO ALCÂNTARA, NEY LOPES e FERNANDO CORUJA fazemos com que as indicações para o preenchimento das vagas reservadas aos advogados e membros do Ministério Público nos tribunais passem a ser efetuadas mediante listas triplices elaboradas pelas próprias instituições de classe. Tais listas, entretanto, não mais serão submetidas aos tribunais, como na sistemática hoje em vigor, exceto, dadas as peculiaridades do caso, na elaboração de listas para preenchimento de vagas no Superior Tribunal de Justiça. Este Tribunal receberá indicações de todos os Ministérios Públicos da União e dos Estados, reduzindo-a a uma lista única que será enviada ao Poder Executivo.

Aprimoramos a redação art. 98, I, retirando a menção à competência trabalhista dos juzizados especiais, que passa a ser situada apenas no § 1º do referido artigo. Seguimos, assim, a sistemática da Emenda Constitucional nº 22/99, que trata do estabelecimento de juzizados especiais na Justiça Federal, haja vista que o referido inciso I dirige-se principalmente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios, unidades federadas que não possuem competência jurisdicional em matéria trabalhista. Tornamos também obrigatória, no âmbito dos juzizados, a observância do disposto no art. 133, segundo sugestão do ilustre Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO.

Ampliamos a competência dos juizes de paz para que estes possam exercer atribuições conciliatórias nas varas de família, atendendo à sugestão do Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL. Não podemos deixar de destacar a valiosa contribuição dos Deputados BONIFÁCIO DE ANDRADA, VICENTE ARRUDA e IÉDIO ROSA na ocasião da análise do art. 98 por este Órgão.

Sensíveis ao fato de que os entes públicos acham-se por hora impossibilitados do pagamento de seus precatórios judiciais, retiramos o caráter punitivo de alguns dispositivos, modificando a redação proposta para o art. 100, em atenção às ponderações dos Deputados ANDRÉ BENASSI, BONIFÁCIO DE ANDRADA, LUIZ ANTÔNIO FLEURY, NEY LOPES e JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, dentre outros.



É retirado do texto dispositivo que permitiria ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo deliberando sobre a eficácia *ex tunc* ou *ex nunc* dessa decisão. Atendemos, assim, à sugestão do Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA, cabendo ressaltar a participação dos Deputados VICENTE ARRUDA, LUIZ ANTÔNIO FLEURY e NEY LOPES na discussão em foco.

Transferimos definitivamente para o Supremo Tribunal Federal, em sede de jurisdição extraordinária, as causas em que for julgada válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal, com esteio no mesmo entendimento já externado anteriormente de que se trata de questão atinente às competências dos entes federados, matéria condizente com as atribuições do Pretório Excelso.

Em simetria com o estabelecido para o Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal passa a ter competência para julgar ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

Aperfeiçoam-se os dispositivos relativos à súmula impeditiva de recurso no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho suprimindo a possibilidade de contestação por meio de recurso que apresente "fundamentação jurídica razoável" ainda não apreciada pelos referidos Tribunais.

Aprimorando o novo instituto da arguição de relevância, estabelecemos que o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho não mais poderão dispor sobre a matéria em seus regimentos internos.

O Conselho Nacional de Justiça passa a contar, em sua composição, com um juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça e um representante do Ministério Público estadual, e não apenas da União, passando a integrá-lo, ademais, apenas um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que exercerá a função de Presidente do colegiado e ficará excluído da distribuição e das votações de processos naquele tribunal. Os cidadãos integrantes do Conselho passam a ser escolhidos um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. Outrossim, fixa-se um *quorum* de maioria absoluta do Senado Federal para a aprovação dos membros dos Conselhos da magistratura e do Ministério Público.



O mesmo *quorum* é fixado para aprovação dos nomes indicados para os Tribunais Superiores, à semelhança do disposto para o Supremo Tribunal Federal.

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça será oriundo do Superior Tribunal de Justiça, ao mesmo tempo que seu Presidente passa a ficar excluído da distribuição de processos no seu tribunal de origem. Impende ressaltar a contribuição oferecida pelo Deputado NEY LOPES acerca da corregedoria do Conselho.

Nas competências do Conselho Nacional de Justiça, entendemos necessário acrescentar o recebimento e conhecimento de reclamações contra as serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, tendo em conta as manifestações nesse sentido durante as discussões sobre a matéria. Consideramos também indispensável, após debates com os membros desta Comissão, aditar dispositivo ao art. 103-A com o objetivo de prever a elaboração semestral de relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas por unidade da federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

Ressalte-se que, no tema em consideração, as modificações ora propostas decorrem dos debates com os Deputados VICENTE ARRUDA, LUIZ ANTÔNIO FLEURY, NEY LOPES, JOSÉ ANTÔNIO, JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, FERNANDO CORUJA e AGNELO QUEIROZ.

Transferimos para o Superior Tribunal de Justiça as competências relativas à extradição, homologação de sentença estrangeira e ao *exequatur*, antes situadas na esfera da Justiça Federal pela primeira versão do Parecer, resultado do debate com os Deputados VICENTE ARRUDA, LUIZ ANTÔNIO FLEURY, NEY LOPES e JOSÉ ROBERTO BATOCHIO. Participou também da discussão o Deputado GERSON PERES, que sugeriu a manutenção da competência do Supremo Tribunal Federal, nesse ponto.

O número mínimo de Ministros do Superior Tribunal de Justiça passa a ser fixado em quarenta e cinco, como fruto de acordo realizado com diversos membros desta Comissão Especial.

A redação do dispositivo referente ao deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, foi modificada para deixar claro que tal incidente poderá ocorrer em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial.



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 1.035, DE 2002

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as Emendas nºs  
106 a 239, de Plenário, oferecidas em primeiro  
turno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 29,  
de 2000, que *introduz modificações na estrutura  
do Poder Judiciário*.

Relator: Senador BERNARDO CABRAL

### I - RELATÓRIO

O texto da reforma do Poder Judiciário delineado pelos trabalhos desta Comissão foi, em obediência às disposições regimentais atinentes, submetido a nova fase de emendas, esta preparatória das deliberações da proposição pelo Plenário, em primeiro turno.

Foram apresentadas cento e trinta e quatro emendas nessa fase de tramitação, praticamente a totalidade versando sobre mérito, muitas retomando temas já enfrentados e decididos na fase de Comissão.

É o relatório.

### II - ANÁLISE

A seguir, percorremos as emendas apresentadas, indicando o número com o qual foram autuadas, seguido de rápida síntese de seu conteúdo, da análise e do parecer do relator.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ARQUIVO

Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Fis.



Número	Emenda	Análise	Parecer
106	<p>Ao art. 5º LXXVIII</p> <p>A emenda elimina a referência ao princípio da celeridade processual como direito público subjetivo e introduz referência que torna expressos os prazos processuais especiais à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às suas autarquias e fundações, na forma da lei.</p>	<p>A emenda abre as referências às entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, explicitando as entidades federativas e suas autarquias e fundações. Tem o mérito de tornar mais clara a prescrição. A posição pessoal do Relator, já afirmada e sustentada perante a CCI, é contrária a quaisquer privilégios processuais às entidades públicas, por entender superada definitivamente a razão histórica que está na origem desse privilégio. Com essa ressalva, mas entendendo que a redação proposta efetivamente aprimora o texto decidido pela CCI, esta Relatoria, em respeito à opinião vencedora nessa Comissão, acata a emenda, em parte, relativamente à qualificação das entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, mas opina pela manutenção do princípio da celeridade processual como direito público subjetivo.</p>	Aprovação em parte.
107	<p>Supressiva do § 3º do art. 5º, para eliminar a possibilidade de os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cooperação criminal em matéria criminal e civil terem equivalência a emenda à Constituição, se ratificados pelo mesmo processo legislativo utilizado no poder reformador.</p>	<p>Embora ponderáveis, as razões que sustentam a emenda não são bastantes a conduzir este Relator ao acolhimento. O temor, expressado na justificativa dos autores, de que tratado internacional ratificado pelo Congresso na forma do dispositivo que se pretende abolir venha a alterar a</p>	Rejeição.

		<p>Constituição, no que lhe seja contrário, cede à constatação de que, tanto quanto as Emendas à Constituição, os tratados internacionais são hoje, e continuarão sendo, espécies infraconstitucionais. Mesmo que tenham nível jurídico-hierárquico de emenda à Constituição, estarão sujeitos, obviamente, às limitações constitucionais ao poder de reforma da Constituição, uma delas a constante no art. 60, § 4º, IV, que proíbe a abolição ou restrição a direitos e garantias fundamentais. Entendemos, ainda, que não se configura <i>bis in idem</i> com o § 2º do art. 5º, que apenas reconhece direitos fundamentais de fonte extraconstitucional, mas não atribui a atos internacionais a força alteradora da Constituição.</p>	
108	<p>Ao inciso X do art. 29. Dá nova redação ao dispositivo, para estender o foro especial por prerrogativa de função do Prefeito Municipal mesmo após o fim do exercício do mandato.</p>	<p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impõe colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF. Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a</p>	Rejeição.



		<p>especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) <i>que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, <i>mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para exercentes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	
109	<p>Ao inciso XI do art. 93.</p> <p>A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo</p>	<p>A emenda é igual em conteúdo a outra, no mesmo sentido, sobre a qual já nos manifestamos favoravelmente no âmbito da CCJ.</p>	Aprovação.

	Tribunal Pleno.		
110	<p>Ao inciso XI do art. 93.</p> <p>A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial do Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.</p>	<p>A emenda é igual em conteúdo à 109.</p>	<p>Prejudicada pelo acolhimento da emenda 109.</p>
111	<p>Ao art. 94, acrescentando §.</p> <p>O novo parágrafo cria quarentena para a ocupação de vaga nos Tribunais Regionais Federais, simétrica à estabelecida pelo art. 101 para vaga no STF.</p>	<p>A emenda pretende uma extensão, para a regra do quinto constitucional, do impedimento temporal erigido para ocupantes de determinados cargos e funções públicas relativamente ao cargo de Ministro do STF.</p> <p>Entendemos que a simetria de modelos recomenda o acatamento da emenda, como instrumento a evitar a excessiva contaminação política do Poder Judiciário.</p>	<p>Aprovação</p>
112	<p>Ao art. 96, I, a.</p> <p>A nova redação prevê a eleição direta, pela magistratura de primeiro e segundo graus, dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais do segundo grau.</p>	<p>A emenda, ao criar sistema de eleição direta para os cargos que indica, com envolvimento da magistratura de primeiro grau, detém potencial para politizar excessivamente os Tribunais, em detrimento do aspecto técnico-administrativo.</p>	<p>Rejeição</p>
113	<p>Ao art. 96, III, a.</p> <p>A alteração pretende estender o foro por prerrogativa de função dos juízes e membros do Ministério Público para além do fim do exercício dessas funções.</p>	<p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide</p>	<p>Rejeição</p>



frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que "não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo" (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, "mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para exercentes de cargos ou mandato" (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.

114	<p>Ao art. 96, parágrafo único.</p> <p>A emenda é supressiva do dispositivo, introduzido na CCJ, por ser conflitante com a jurisprudência do STF.</p>	<p>Acolliemos a emenda, para restaurar a compatibilidade da reforma do Judiciário com a jurisprudência recente do STF, Corte que, com o cancelamento da Súmula 394, e negando a expedição de nova Súmula sobre o tema, sinalizou claramente, conforme já sustentamos precedentemente, na razões à emenda 113, dentre outras, a limitação do privilégio ao exercício efetivo da função que o concede. A emenda parece a este Relator sancidora da reforma do Judiciário e moralizadora da garantia institucional do foro especial por prerrogativa de função, impedindo o aprofundamento absolutamente irrazoável de uma garantia processual já peculiar do modelo brasileiro.</p>	Aprovação
115	<p>Ao art. 96.</p> <p>A emenda pretende inserir parágrafo ao art. 96, para prever que advogados públicos que oficiem perante tribunais sejam julgados pela instância superior à que atuem</p>	<p>A previsão de foros especiais por prerrogativa de função deve ser parcimoniosa, sob pena de comprometer-se as bases do Estado Democrático de Direito e do princípio da isonomia. Além disso, o princípio da proporcionalidade legislativa não recomenda – e até repudia – a pretendida inovação.</p>	Rejeição
116	<p>Supressiva do § 2º do art. 98.</p> <p>A emenda pretende eliminar a previsão de instituição e funcionamento dos juizados de instrução criminal para infrações</p>	<p>A redação que se pretende eliminar é uma clara evolução no sistema de instrução processual penal hoje praticado no Brasil.</p>	Rejeição



	penais definidas em lei.	principalmente à vista do expressivo ganho de complexidade de um bem identificado conjunto de infrações, como o narcotráfico, os crimes previdenciários e os crimes contra a ordem econômica e contra a economia popular. O modelo atual é, segundo a melhor doutrina, claramente insuficiente para o enfrentamento efetivo desses delitos. Os juizados de instrução representam uma resposta estatal efetiva à evidente insuficiência do sistema processual penal hoje praticado.	
117	Ao art. 98, § 2º A emenda altera a redação do dispositivo, para inscrever que infrações penais de relevância social sejam instruídas diretamente perante o Poder Judiciário, precedidas de investigações preliminares dirigidas pelo Ministério Público.	A redação que a emenda pretende inscrever no dispositivo é superior à emergente da CCJ, e veicula elementos importantes à formação futura da lei que vai instituir os juizados de instrução, preservando a linha condutora de sua concepção.	Aprovação
118	Supressiva do art. 101, para eliminar a restrição à escolha de Ministro do STF.	A emenda, ao pretender suprimir o regramento decidido pela CCJ, colide com manifestações da esmagadora maioria da comunidade jurídica brasileira, que reclama enfaticamente alterações profundas no modelo positivado de escolha de Ministro do STF. Temos para nós que a decisão da CCJ representa clara evolução no trato da matéria, e que refluir agora seria manter consagrado um sistema que sendo	Rejeição

		severamente criticado. Não vemos prejuízo algum à formação do STF na providência adotada pela CCI, antes pelo contrário, já que permitirá a indicação de futuros Ministros da nossa Corte Constitucional a partir da exposição obtida unicamente pelo peso e pela eminência de sua competência jurídica, e não por elementos outros, que contaminam o processo.	
119	<p>Ao art. 102, I, b e c.</p> <p>A emenda pretende eliminar a cláusula restritiva <i>enquanto no exercício da carga</i> para estender o foro especial por prerrogativa de função.</p>	<p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCI. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminoso voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que "não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger quem o exercer. Menos ainda</p>	Rejeição



		que deixa de exercê-lo" (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, "mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato" (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
120	Ao art. 102, I, i. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo competência para julgamento de habeas corpus para o STJ.	A emenda repõe matéria já enfrentada por esta Relatoria na CCI, onde nossa posição foi contrária a essa transferência de competência.	Rejeição
121	Ao art. 102, II. A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo matéria ao STJ.	Não percebemos razões bastantes a mudar o parecer que exaramos na CCI, contrariamente à proposta.	Rejeição
122	Ao art. 103, § 3º. A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a previsão de prazo de vigência das cautelares em ADI e em ADC.	Creemos que a imposição de prazo de validade para cautelares nas ações de controle abstrato de constitucionalidade é uma exigência da segurança jurídica, que emerge do insustentável acúmulo processual no STF. A permanência de cautelar sem confirmação e sem	Rejeição

		limitação temporal pode conduzir à insegurança jurídica, potencializada pela expressão jurídica do objeto de controle de constitucionalidade concentrado.	
123	Ao art. 103-A. A emenda visa alterar o sistema de elaboração de súmula vinculante, impondo a súmula impeditiva de recurso e aumentado para 4/5 a maioria de sua aprovação.	A súmula impeditiva de recurso — defendida por respeitáveis vozes do mundo jurídico brasileiro — foi considerada por esta Relatoria, a qual, contudo, e com respaldo na decisão da CCJ, optou pela súmula vinculante, por entendê-la mais efetiva e adequada, principalmente à luz da construção jurisprudencial pátria sobre o tema. A posição deste Relator, pela rejeição, representa apenas a crença na maior efetividade da súmula vinculante e na inexistência de prejuízo à prestação da jurisdição.	Rejeição
124	Ao art. 103-A. A emenda tem por objeto eliminar a súmula vinculante, substituindo-a pela súmula impeditiva de recurso.	A emenda vem lavrada em termos semelhantes à 123, e valem aqui as razões expostas quando da análise daquela.	Prejudicialidade
125	Ao art. 103, X. Acréscce a legitimação ativa para a ADIN, inserindo o Prefeito Municipal.	O inusitado da proposta mereceu nossa melhor análise, e concluímos pela existência de méritos bastantes ao seu acolhimento. O reconhecimento da legitimação ativa do Prefeito Municipal à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade vai enriquecer o processo de controle abstrato de normas	Aprovação



		e prestar justa homenagem à importância do Município no contexto da Federação brasileira.	
126	<p>Ao art. 103, § 3º.</p> <p>A emenda pretende restaurar a intervenção do Advogado-Geral da União nas ações de controle abstrato de leis perante o STF.</p>	<p>A posição da Relatoria é francamente contrária à emenda. A posição do Advogado-Geral da União no processo de controle abstrato de constitucionalidade nunca foi convincentemente sustentada, tendo o STF optado pelo reconhecimento de sua condição como <i>curador da presunção de constitucionalidade da lei</i>, mas, em diversos julgados, deixado registrado o inusitado dessa atuação. De toda sorte, trata-se de função inteiramente atípica desse órgão, voltado, por força do art. 131, à defesa judicial e extrajudicial da União, não lhe sendo afeta a defesa da constitucionalidade das leis. Parece a este Relator que, em boa hora, a Reforma do Judiciário remove essa ação processual, permitindo ao Advogado-Geral da União a dedicação de todo o seus esforços na realização de sua verdadeira aptidão institucional, qual seja a advocacia de estado, no plano federal.</p>	Rejeição
127	<p>Ao art. 105, I, a.</p> <p>A emenda pretende eliminar a cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i>, para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.</p>	<p>A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCI. Dissemos lá, e</p>	Rejeição

repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) *que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo* (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, *mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato* (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a



		função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
128	Ao art. 105, § 3º. A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ fixar a interpretação de lei federal, com efeitos <i>erga omnes</i> .	A ação do Superior Tribunal de Justiça, como guardião da uniformidade do Direito Federal (CF, art. 105, III) é fortalecida pelo dispositivo que a emenda em tela pretende suprimir. Creemos que a competência fixada homenageia a economia processual e a racionalidade no funcionamento do processo brasileiro.	Rejeição
129	Ao art. 105-A A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ editar súmula vinculante do direito federal.	Somos, enfaticamente, contrários à emenda. Os fatores que inspiraram a criação da possibilidade de súmula vinculante pelo STF são exponencialmente multiplicados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, Corte cujo movimento forense, nos dias que correm, é especialmente amplificado pela inexistência de instrumento de impedimento de repetição de causas com idêntico fundamento jurídico. Esta Relatoria salienta, inclusive, a existência de julgados desse Tribunal, reproduzidos no Relatório da PEC 29, dando conta da urgente necessidade de uma solução corretiva à multiplicação processual com finalidade meramente protelatória.	Rejeição
130	Ao art. 108, I, a. A emenda pretende a eliminação da cláusula <i>enquanto no exercício do cargo</i> , para estender	A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do	Rejeição

a proteção do foro especial por prerrogativa de função.

Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) *que não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo* (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato (idem, ibidem). Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da



		persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.	
131	Ao art. 109, I. A emenda busca alterar a redação do dispositivo, inserindo, dentre as exceções à competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Federal de primeiro grau, a matéria sujeita à Justiça Militar da União.	A emenda repõe matéria sobre a qual esta Relatoria já se posicionou na CCJ, de forma contrária à pretensão.	Rejeição
132	Ao art. 109, V-A e § 5º. A emenda pretende a supressão dos dispositivos citados.	A federalização dos crimes contra os direitos humanos é uma necessidade e uma imposição jurídica, que têm como fundamento, principalmente, o fato de a previsão de direitos humanos e da necessidade de sua proteção terem por sede normativa tratados e acordos internacionais, firmados pela União em nome da República, o que torna inconsistente a sustentação da competência da Justiça Estadual. A reforma do Judiciário tem o mérito de atacar a questão frontalmente, estabelecendo parâmetros precisos ao trato processual do tema.	Rejeição
133	Ao art. 109. A emenda insere § 3º ao dispositivo, para prever hipóteses de competência especial federal.	Este Relator repete, aqui, sua posição favorável à emenda, por entendê-la concorrente aos princípios centrais da reforma do Judiciário.	Aprovação
134	Ao art. 112-A. A emenda pretende a supressão do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o TST elaborar	O monumental acúmulo processual no TST não apenas recomenda, mas exige, a previsão da	Rejeição

	súmula vinculante.	possibilidade de súmula vinculante em matéria trabalhista. A perenização dos feitos laborais desatende a prestação jurisdicional e até o reflexo social da Justiça do Trabalho.	
135	Ao art. 113. A emenda dá nova redação ao dispositivo, para alterar o sistema de composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.	A emenda fere o princípio da separação dos Poderes, ao eliminar competência constitucional originária do Presidente da República. Padece, assim, de inconstitucionalidade material, por lesão a limitação material expressa ao poder de reforma.	Rejeição
136	Ao art. 115, I e IV. A emenda dá nova redação aos dispositivos, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	Optamos por manter a redação definida na CCI, por entendê-la mais adequada à realização da competência plena da Justiça do Trabalho. A jurisprudência assentada, principalmente no STF e no TST sobre a matéria é bastante a iluminar a questão.	Rejeição
137	Ao art. 115. A emenda acrescenta o inciso VIII-A, inovando a competência da Justiça do Trabalho.	Posicionamo-nos contrariamente à emenda. A competência assentada no inciso VIII do art. 115 parece-nos bastante, sem que se promova uma redução da competência da Justiça Federal para a matéria.	Rejeição
138	Ao art. 115. A emenda impõe nova redação ao inciso X, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	A emenda tem o mérito de suprir uma lacuna lógica no texto da Reforma. O inciso, contudo, exige o acréscimo de letra designativa da inserção, em homenagem à técnica legislativa e às Leis Complementares 95 e 107. A emenda, então, é acolhida	Aprovação



		como veiculadora do inciso IX-A.	
139	Ao art. 115. A emenda impõe nova redação ao inciso X do dispositivo, alterando a competência da Justiça do Trabalho.	A emenda merece acolhimento, por localizar mais precisamente, parece-nos, a matéria. Impõe-se, contudo, a inserção da letra designativa do aditamento, em obediência às Leis Complementares 95 e 107. Acolhemos a emenda, por essa razão, como veiculadora do inciso IX-B.	Aprovação
140	Ao art. 115. A emenda insere inciso XI ao artigo, alterando competência da Justiça do Trabalho.	Posicionamo-nos contra a emenda. A matéria criminal é estranha à jurisdição da Justiça do Trabalho.	Rejeição
141	Ao art. 120. A emenda altera os §§ 1º e 2º, buscando a federalização da Justiça Eleitoral.	A matéria já foi enfrentada por esta Relatoria na fase da CCJ, quando nossa posição foi contrária à federalização, por entender que a maior capilaridade da Justiça Estadual não recomenda a alteração.	Rejeição
142	Ao art. 123. A emenda aumenta a composição do STM e altera o processo de escolha de seus membros.	A redução da composição do STM tem razões práticas e objetivas, e parece-nos que o tratamento da matéria, conforme decidido pela CCJ, é o mais adequado.	Rejeição
143	Ao art. 128, § 6º. A emenda altera a maioria de deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público.	Creemos na necessidade de acolhimento da emenda, por melhorar a técnica legislativa e recuperar a simetria de modelos.	Aprovação
144	Ao art. 50 da PEC. A emenda é supressiva da possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores.	A possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores parece-nos de especial importância para sustentar o funcionamento minimamente racional dessas Cortes. É deserta a argumentação que tenta erigir, em favor do STF,	Rejeição

		como justificadora da exclusividade de utilização da súmula vinculante, a condição de Corte Constitucional. A súmula vinculante busca a racionalização do processo, a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, a aniquilação dos movimentos recursais meramente protelatórios, o desestímulo na aposta na letargia judiciária. E esses fenômenos são, no mínimo, tão intensos nos Tribunais Superiores quanto no STF.	
145	Novo art. 51 à PEC, prevendo regra de transição para o ingresso no STJ, mediante a não incidência do art. 104, I.	Somos contrários à emenda. Não vemos lustro bastante na teoria da proporcionalidade legislativa e na razoabilidade para sustentar a regra transitória pretendida.	Rejeição
146	Supressiva do art. 52 da PEC, para eliminar a possibilidade de regulamentação, pelo STJ, de admissibilidade de recurso ordinário.	A necessidade de disposição transitória sobre a matéria, a superar a eventual mora legislativa (a qual pode conduzir à inaplicabilidade do dispositivo) impõe a manutenção do regramento decidido pela CCJ. De resto, é cediço na doutrina o reconhecimento de que os regimentos internos dos Tribunais, a teor do art. 96, I, a, gozam da condição de lei processual em sentido material, não havendo que se extrair a ação normativa dessas Cortes, já decidida pelo legislador constituinte.	Rejeição
147	Acresce artigo à PEC, restaurando a ordem de extinção	Esta Relatoria ocupou-se longamente da ordem de	Aprovação



	dos Tribunais de Alçada.	extinção dos Tribunais de Alçada, com especial atenção aos aspectos constitucionais envolvidos e ao princípio da unidade da jurisdição, para concluir pela necessidade dessa providência. A ordem de extinção foi vencida na fase da CCI, mas, com o devido respeito à decisão dessa Comissão, mantemos nossa posição. Em síntese, cremos que refoge ao sentido, atualmente, a operação simultânea, em segundo grau de jurisdição estadual, de um Tribunal de Justiça, composto por desembargadores, e de Tribunais de Alçada, por juízes, constituindo-se, inclusive, este em degrau na promoção de juiz de 1ª Instância àquele, segundo o art. 93, III.	
148	Insere artigo no ADCT, prevendo a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais.	Temos para nós que a criação de Tribunais por emenda à Constituição viola frontalmente o princípio do autogoverno do Poder Judiciário, inscrito no art. 96, especialmente no inciso II, alínea c. Ocorre, a nosso ver, inconstitucionalidade material. A existência de usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça para a matéria e a inadequada escolha do veículo normativo (o instrumento deveria ser lei ordinária federal, não emenda à Constituição) conduzem este Relator à posição contrária à emenda, sem que isso signifique	Rejeição

		oposição ao mérito.	
149	Ao art. 124. A emenda visa a ampliar a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Militar da União.	O incremento da competência da Justiça Militar Federal para as matérias do art. 142, X, parece razoável a esta Relatoria, pelo fundo pexo lógico que exhibe.	Aprovação
150	Ao art. 124. A emenda busca a alteração da competência da Justiça Militar da União.	O controle judiciário do Direito Penal Militar, na área disciplinar, parece naturalmente voltado à competência da Justiça Militar. Opomo-nos, contudo, à redação do novo parágrafo único, pela inserção dos Conselhos de Justiça, órgãos típicos da Justiça Militar Estadual, e por entender que a matéria estará mais bem situada em legislação infraconstitucional.	Aprovação em parte
151	Ao art. 93, II, b. A emenda pretende a substituição da expressão <i>categoria</i> por <i>carreira</i> .	Cremos na superioridade da expressão <i>categoria</i> . A alteração poderá criar obstáculo interpretativo, pois dois anos na Entrância, no caso de juiz estadual, não pode significar dois anos de investidura na magistratura.	Rejeição
152	Ao art. 109, I, c, de maneira correlata, ao art. 115, VII. A emenda pretende deslocar a competência para causas acidentárias à Justiça do Trabalho.	Este Relator tem presente a correlação material entre as ações acidentárias e a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça do Trabalho.	Aprovação
153	Ao art. 102, II. A emenda busca qualificar a matéria do recurso ordinário ao STF.	Este relator já se manifestou precedentemente sobre o tema. O recurso ordinário em crime político, pela natureza imprecisa desse ilícito, já assentada inclusive pelo próprio STF, deve ser mantido.	Rejeição
154	Ao art. 102, III, d.	A emenda deve ser	Rejeição



	A emenda é supressiva do dispositivo, para fazer retornar ao STJ a competência para decidir sobre conflitos de leis.	rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, de acordo com o art. 105, III, e não em recurso especial.	
155	Supressiva do inciso II do art. 102, para eliminar a previsão de recurso ordinário ao STF.	Esta Relatoria é contrária à emenda, pelas razões já exaradas tanto perante a CCJ quanto neste relatório, precedentemente.	Rejeição
156	Ao art. 102, I, i. A emenda qualifica a matéria de habeas corpus para limitar a competência originária do STF.	A tutela constitucional da liberdade é matéria de extração constitucional.	Rejeição
157	Ao art. 105, III, b. A emenda retorna ao STJ a competência para recurso especial no caso de conflito entre lei ou ato de governo local e lei federal.	A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, não em recurso especial.	Rejeição
158	Ao art. 128, § 3º. A emenda visa a alterar o sistema	Embora meritória, a emenda padece de	Rejeição

	de escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.	inconstitucionalidade material, por lesar o princípio federativo, ao eliminar competência constitucional do Executivo estadual. A cláusula federativa figura dentre as limitações materiais expressas ao poder de reforma, de acordo com o art. 60, § 4º, I.	
159	Ao art. 128, § 5º, I, c. A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos – e não servidores públicos, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.	Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos dos quais tivemos acesso, a partir dos quais desenha-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o Parquet, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloca seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira; A dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à competência para provocar o processo legislativo, à autonomia administrativa, funcional e financeira; A três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa	Aprovação.



		equivalência; A quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal. À vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.	
160	Ao art. 93, I. A emenda elimina a imposição de realização de concurso para magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.	A imposição de que a realização do concurso público de ingresso na carreira da magistratura seja realizado por entidade externa ao Judiciário parece a este Relator providência saudável, a evitar indesejáveis contágios de personalização ou direcionamentos nesses certames. Demais disso, não se vislumbra nenhum tipo de prejuízo na providência.	Rejeição
161	Ao art. 93, XII. A emenda dá novo tratamento à atividade jurisdicional nos períodos de férias forenses e recessos de juízes e tribunais.	A Relatoria foi convencida da impossibilidade prática, por razões de competência e organização interna dos órgãos fracionários dos Tribunais e pelos reflexos sobre a militância da advocacia, de preservar o dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados.	Rejeição
162	Ao art. 94. A emenda dá novo tratamento à regra do quinto constitucional.	Este Relator é contrário à emenda. As vagas no quinto serão ocupadas de acordo com a carreira de origem do membro de Tribunal ocupante da posição vacante. Outra solução, como a apresentada pela emenda, pode — e parece — que necessariamente vai — desaguar na existência, em	Rejeição

		<p>dado momento, de composição de Tribunal que não apresente um quinto de suas vagas ocupadas por advogados e por membros do Ministério Público. O STF já se revelou extremamente cioso desse fracionamento, ao decidir questão sobre a quantidade de vagas reservadas ao quinto em Tribunais cujo número de membros não seja múltiplo de cinco.</p>	
163	<p>Ao art. 94, parágrafo único. A emenda fixa competência do Presidente do Tribunal para nomeação de membro da Corte, em vaga reservada ao quinto.</p>	<p>A providência é mérito, não lesa a ordem constitucional vigente e oferece solução para a inação da Chefia do Executivo, inclusive porque solução semelhante, com sinal trocado, foi usada pela própria reforma do Judiciário relativamente às propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público.</p>	Aprovação
164	<p>Ao art. 101, parágrafo único. A emenda fixa mandato para Ministro do STF.</p>	<p>A sugestão, lastreada em modelos europeus, tem, aplicada à realidade brasileira, o mau resultado de politizar excessivamente o STF, já que o mandato a termo poderá envolver Ministros e candidatos a Ministros em intermináveis jogos políticos para obter acesso a essa Corte, na posição vacante.</p>	Rejeição
165	<p>Ao art. 105, § 1º, I. A emenda altera competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.</p>	<p>Esta Relatoria é contrária à emenda. Não percebemos a lesão ao sistema federativo, por conta do princípio da unidade da jurisdição.</p>	Rejeição
166	<p>Ao art. 115. A emenda altera a competência da Justiça do Trabalho.</p>	<p>A emenda parece a esta Relatoria conducente à economia e à celeridade</p>	Aprovação



		processual.	
167	Ao art. 109. A emenda altera competências da Justiça Federal de primeiro grau.	A emenda trata de maneira adequada a matéria, pois, efetivamente, parece-nos que a redução de pessoa à condição análoga à de escravo, mais do que uma inobservância de legislação trabalhista ou tipificadora de crime comum, depõe contra direitos constitucionais do trabalhador enquanto pessoa humana.	Aprovação
168	Ao art. 93, XV. Prevê a eletividade dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais.	A emenda conduz à excessiva politização do Judiciário, com efeitos potencialmente danosos à administração da Justiça.	Rejeição
169	Ao art. 107, § 4º. A emenda desloca o Conselho de Justiça Federal para a Justiça Federal de segundo grau.	Essa sugestão, já apresentada na fase da CCJ, mereceu parecer contrário deste Relator, por entender que o órgão em questão fica mais bem localizado na estrutura do STJ.	Rejeição
170	Ao art. 120, § 1º. A emenda busca ampliar a presença da magistratura federal no Judiciário Eleitoral.	A matéria já foi enfrentada precedentemente por este Relator, inclusive na fase da CCJ. Nosso posicionamento, já conhecido, é contrário, por questões operacionais, à vista da maior presença da magistratura estadual.	Rejeição
171	Ao art. 101. A emenda pretende alterar o processo de indicação de Ministro do STF.	O sistema proposto pela emenda, excessivamente moroso, não nos parece conducente ao aprimoramento do sistema de provimento de cargo de Ministro do STF.	Rejeição
172	Ao art. 109, § 9º. A emenda tem o objetivo de ampliar a legitimação para o incidente de deslocamento de competência no caso de violação	Somos contrários à emenda. O incidente do deslocamento de competência não guarda relação, mesmo que remota,	Rejeição

	dos direitos humanos,	com o sistema de controle abstrato de constitucionalidade, não sendo possível divisar que tipo de argumento sustenta, por exemplo, tal incidente proposto por confederação sindical ou pela Mesa do Senado.	
173	Insere dispositivo novo, vedando o uso de medida provisória para cercar o deferimento de medidas cautelares ou antecipatórias de tutela.	Cremos que o objetivo pretendido pela emenda já está atingido pelos termos do art. 62, § 1º, I, b, com a redação que lhe deu a Emenda 32, no que proíbe o uso da medida provisória para matéria processual civil.	Rejeição
174	Insere dispositivo transitório, contendo regra de vitaliciedade aos juízes substitutos em exercício na data de promulgação da emenda.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não cremos na necessidade de regra transitória para vitaliciamento.	Rejeição
175	Ao art. 5º, LV. A emenda condiciona os princípios do contraditório e da ampla defesa aos termos da lei.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Os princípios em tela são de extração constitucional, e a referência à lei é acessória, para identificar a lesão, não para mensurar o princípio.	Rejeição
176	Ao art. 37, XI. A emenda altera o sistema remuneratório dos agentes públicos e políticos.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. É, além disso, tema estranho à reforma do Judiciário.	Rejeição
177	Artigo no ADCT. A emenda pretende inserir regra transitória relativa ao pagamento de débitos fazendários pelo sistema de títulos sentenciais.	O regulamento transitório é impositivo em face do acatamento, pela Relatoria, a exemplo do que ocorreu precedentemente na CCJ, do modelo de títulos sentenciais em substituição ao de precatórios, hoje vigente, e que vem proposto à parte permanente pela emenda 181. A colisão de regramento com	Aprovação na forma de subemenda do Relator



		possibilidades abertas pela EC 30 exige, contudo, adequações redacionais e de mérito, que este Relator veicula em subemenda. Ampliamos, também, o prazo previsto para pagamento, por entender ser impraticável o enfrentamento, pelos Poderes Públicos, do atual estoque de precatórios, em dois anos.	
178	Ao art. 93, XL A emenda altera o sistema de composição dos órgãos especiais nos tribunais.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCI. Cremos saudável ao Tribunal o sistema de composição definido no âmbito da Comissão.	Rejeição
179	Ao art. 95, § 1º, V. A emenda altera regra de impedimento do magistrado para a advocacia militante.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCI. O impedimento à militância é discussão que foi sensivelmente enriquecida na fase de trabalhos da Comissão referida. Parece a esta Relatoria que o texto a que se chegou nesse órgão fracionário é superior.	Rejeição
180	Ao art. 96. A emenda insere novo inciso ao art. 96, relativo ao processo e julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCI. A Relatoria está convencida de que o sistema não conduz à celeridade processual.	Rejeição
181	Ao art. 100. A emenda muda o sistema de pagamento devidos pelas Fazendas, adotando o modelo de títulos sentenciais.	As mesmas razões que inspiraram o acolhimento, pela Relatoria, do sistema de títulos sentenciais são recuperadas agora para, uma vez mais, ser fazer opção pelo novo modelo, a nosso ver muito superior ao de precatórios, principalmente no que impõe efetivo pagamento dos débitos judiciais das Fazendas. A	Aprovação na forma de subemenda do Relator

persistente resistência das Fazendas Públicas em saldar as suas dívidas judiciais já ultrapassou, em muito, os limites do razoável, comprometendo o Estado de Direito, a respeitabilidade do Judiciário e, profundamente, os direitos dos credores. A multiplicação dos pedidos de intervenção federal, na STF, por conta da negativa de pagamento de precatórios é a face mais visível do absoluto desrespeito do Poder Público, em todos os níveis, para com as decisões judiciais e seus beneficiados.

A redação proposta, contudo, impõe a necessidade de aperfeiçoamentos. A um, para superar imperfeições redacionais que comprometem a boa técnica legislativa; a dois, para remover restaurar a prescrição de atualização dos valores por juros legais, na forma já consagrada pela Emenda 30; a três, para incorporar ao texto da emenda prescrição veiculada pela Emenda 37; a quatro, para reestruturar a articulação. Esses elementos conduzem esta Relatoria a propor o acolhimento da proposta, na forma de subemenda, veiculada ao final deste parecer.

182 Ao art. 102, I, i.  
A emenda altera competência do STF para processo e julgamento de habeas corpus.

A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. De toda sorte, este Relator já se manifestou,

Prejudicialidade



		precedentemente, sobre emenda de idêntico teor.	
183	Ao art. 102, II. A emenda é supressiva do cabimento de recurso ordinário ao STF.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
184	Ao art. 102, II. A emenda altera o fundamento de subida de recurso ordinário ao STF.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
185	Ao art. 102, III, d. A emenda elimina o cabimento de recurso extraordinário com base no conflito de leis.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.	Prejudicialidade
186	Ao art. 103-B. A emenda altera a composição do Conselho Nacional de Justiça.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Cremos que a melhor solução, tanto em termos de designação quanto de composição, é a que foi produzida por esse órgão fracionário.	Rejeição
187	Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda altera o processo de escolha de membros dos STJ.	Este Relator entende superior o modelo decidido pela CCJ, com reserva de vagas à magistratura de carreira, o qual, além de atender melhor a lógica do sistema, guarda simetria com o modelo praticado pela Justiça do Trabalho, na Constituição vigente.	Rejeição
188	Ao art. 105. A emenda altera competências do STJ.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não divisamos razões bastantes à transferência de competência pretendida.	Rejeição
189	Ao art. 105, III. A emenda restaura a competência do STJ para julgar conflito entre ato de governo local e lei federal, em recurso especial.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ, e também neste parecer.	Prejudicialidade
190	Ao art. 115. Acresce inciso VII-A, para alargar a competência da Justiça do Trabalho, relativamente à	A matéria fica mais bem situada sob competência da Justiça Federal.	Rejeição

	execução.		
191	Ao art. 92. A emenda visa a tornar exclusiva a denominação <i>juiz, desembargador ou ministro</i> para membro do Judiciário.	A imposição de exclusividade de denominação parece a este Relator carecer de maturação que aponte todos os reflexos de decisão de tal monta.	Rejeição
192	Ao art. 115. A emenda acresce competência executiva à Justiça do Trabalho.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
193	Ao art. 115. Acresce competência da Justiça do Trabalho, por redução da competência da Justiça Federal de primeiro grau.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
194	Ao art. 112. A emenda altera a designação de membro dos Tribunais Regionais do Trabalho para <i>Desembargadores Federais do Trabalho</i> .	A emenda, de redação, traz adequação terminológica à reforma.	Aprovação
195	Ao art. 128, § 1º. A emenda altera o processo de escolha do Procurador-Geral da República.	Esta Relatoria opõe-se à emenda, por entender superior o modelo decidido pela CCI.	Rejeição
196	A emenda pretende incluir dispositivo regulamentador da situação dos pretores e juízes substitutos remanescentes da antiga organização judiciária de alguns Estados.	A matéria só remotamente toca a reforma estrutura do Judiciário. Ademais, a nitida nota transitória e a necessidade de análise profunda da constitucionalidade da transmutação para a condição de juiz-substituto sem concurso público de provas e títulos impõe a rejeição.	Rejeição
197	Ao art. 93, II, d. A emenda impede que juiz recuse promoção quando de sua segunda indicação.	A proibição de recusa de promoção lesa o princípio da inamovibilidade do magistrado, sendo, por isso, materialmente inconstitucional.	Rejeição
198	Ao art. 93. A emenda determina a inserção	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade



	de inciso, prevendo a eletividade dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de segundo grau.		
199	Ao art. 120. Busca o aumento da presença da magistratura federal na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
200	Ao art. 121. A emenda atribui a função de juiz eleitoral de 1º grau a juiz federal.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
201	Supressão do § 2º do art. 105, ao argumento de inocuidade.	O modelo decidido pela CCJ guarda o mérito de homenagear a celeridade e a racionalidade processual.	Rejeição
202	Ao art. 95, § 2º. A emenda corrige a redação do dispositivo, buscando clareza.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
203	Ao art. 105, § 3º. Supressão do dispositivo, à alegação de concentração de competência no STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
204	Ao art. 107, § 5º. Determina a extensão de regra remuneratória de desembargadores aos desembargadores federais.	A emenda tem o mérito de restaurar a simetria de modelos dentro do Judiciário.	Aprovação
205	Ao ADCT. Impõe regra transitória para juizes substitutos em exercício na data de promulgação da Emenda.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
206	Acresce dispositivo relativo aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, prevendo a gratuidade no transporte coletivo público.	A matéria não se reveste de dignidade constitucional, sendo típica de legislação infraconstitucional.	Rejeição
207	Ao art. 103-B. Altera a composição do Conselho Nacional de Justiça, mudando-lhe, também, a denominação.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, também, neste parecer.	Prejudicialidade
208	Ao art. 93, XI. Propõe alteração do dispositivo, para remover a previsão de eletividade.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
209	Ao art. 5º, LV. Acresce a referência à lei aos	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ	Prejudicialidade

	princípios do contraditório e da ampla defesa.	e neste parecer.	
210	Ao art. 95, § 1º, V. Alarga a regra de impedimento de advocacia militante aos ex-membros do Judiciário.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
211	Suprime o § 4º do art. 107, eliminando a regra de eletividade para os TRFs.	Esta Relatoria acompanha a proposta da emenda. A eletividade, conforme já afirmado neste parecer, é conducente à excessiva politização do Judiciário.	Aprovação
212	Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda elimina a restrição à carreira para promoção para o STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
213	Ao art. 96, Inclusão de inciso prevendo competências do STF e do STJ, para julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.	A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCI e neste parecer.	Prejudicialidade
214	Ao art. 40. Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.	A providência vem sendo reclamada por expressivos nomes da magistratura brasileira, como o Ministro Marco Aurélio, atual Presidente do STF. A idade hoje fixada para a aposentadoria compulsória de servidor público, juízes incluídos, não mais se justifica sob o crivo do vigor intelectual e a produtividade. Dentre outros elementos que comprovam a superação desse modelo pode-se citar o fato de membros do Judiciário compulsoriamente aposentados virem a dedicar-se, com êxito incontestável, à advocacia e à consultoria.	Aprovação
215	Ao art. 40, Aumenta para 75 anos a idade	A emenda repete a anterior, pelo que, aqui, renovam-se	Prejudicialidade



	para a aposentadoria compulsória.	os argumentos lá expedidos.	
216	Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.	A emenda, em que pese os seus méritos, padece de inconstitucionalidade material, por lesão ao princípio da separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). A eliminação da competência do Presidente da República para o procedimento parece-nos claramente lesiva da limitação material expressa citada.	Rejeição
217	Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.	A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização. O § 2º se nos afigura digno de acolhimento, pela previsão de expressão fracionária de composição do STF calcada na magistratura. Como não nos parece haver inconstitucionalidade latente, somos favoráveis ao acolhimento da emenda, nesse ponto.	Aprovação parcial.
218	Ao art. 115, VI, suprimindo o dispositivo.	A emenda adota providência meritória, e restaura a pureza institucional da Justiça do Trabalho.	Aprovação
219	Ao art. 115, VII, suprimindo o dispositivo.	A matéria foi longamente amadurecida na fase que antecedeu os trabalhos da CCI, e esta Relatoria está convencida dos méritos da providência consignada no inciso VII do art. 115.	Rejeição
220	Ao art. 115, IX, suprimindo o dispositivo.	Este Relator posiciona-se contrariamente à emenda. O modelo constitucional em	Rejeição

		vigor situa, de forma precisa, as competências para processo e julgamento de reclamações, e não nos parece que haja sucedâneo aceitável à providência veiculada pelo inciso IX. Demais disso, não se cuida de conflito de competência, mas de reclamação.	
221	Ao art. 129, § 3º. A emenda busca reduzir o prazo de atividade jurídica para ingresso no MP.	O prazo fixado guarda simetria com outro ponto da reforma, relativamente aos juizes e, demais disso, o fôlego institucional do Ministério Público é, sem dúvida, produto de sua competência, e esta decorre com a intimidade do trato com o Direito, e não apenas de conhecimento teórico.	Rejeição
222	Ao art. 131, dando-lhe nova redação e exigindo lei regulamentadora de sua organização e funcionamento.	Creemos que a justificação da emenda é suficientemente convincente e a faz necessária, a um, porque a reforma atribui autonomia funcional à Advocacia, e a dois, porque a Emenda Constitucional 32 prevê um decreto autônomo à altura do art. 84, VI, que poderia vir a ter o seu uso cogitado para a matéria.	Aprovação
223	Ao art. 104, parágrafo único, I. Supressão da expressão condicionadora da origem na magistratura para composição de parte do STJ.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicada
224	Art. 93, XVII. Nova redação à proibição do nepotismo, ampliando-a.	A Relatoria entende que nada justifica a ampliação dos impedidos por parentesco.	Rejeição
225	Ao art. 95, V. Estabelece regra de quarentena para a advocacia militante de ex-membro do Judiciário.	Creemos que a redação a que chegou a CCJ é técnica e institucionalmente superior à pretendida pela emenda.	Rejeição



226	Ao art. 93, V. A emenda trata do sistema constitucional de remuneração dos membros do Judiciário.	Parece-nos que o sistema positivado pela Emenda 19, acrescido das providências já consignadas pela CCJ, quando dos trabalhos sobre a reforma do Judiciário, compõem um quadro suficiente à justa contrapartida financeira à magistratura.	Rejeição
227	Ao art. 37, XI. A emenda cuida do sistema remuneratório dos agentes políticos e públicos do País, alterando o valor limitador do teto, por Poder.	A matéria já foi enfrentada na fase da CCJ e, uma vez mais, neste parecer, colhendo, sempre, posição contrária deste Relator. Demais disso, é matéria que só remotamente guarda relação com a reforma do Poder Judiciário.	Rejeição
228	Ao art. 105, I. Amplia a competência originária do STJ, em detrimento da competência do STF.	Matéria preclusa no âmbito desta Relatoria, por já ter colhido posição contrária na fase da CCJ e, também, neste parecer.	Prejudicialidade
229	Ao art. 102, II. Cria condicionador material para o processo e julgamento de recurso ordinário pelo STF.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
230	Ao art. 102, I, I. Cria condicionar material para fixação de competência do STF para habeas corpus.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
231	Supressão do inciso II do art. 102, eliminando a figura do recurso ordinário constitucional ao STF.	Matéria vencida na CCJ e neste parecer.	Prejudicialidade
232	Ao art. 93, I. A emenda elimina a possibilidade de prova oral para o ingresso na magistratura.	A emenda sinaliza inegável avanço no concurso de ingresso na magistratura, eliminando a prova oral, não raro foco de denúncias e de oposição de candidatos, pela falta preocupante de critérios objetivos de avaliação dos candidatos.	Aprovação
233	Ao ADCT, dando novo	Matéria já vencida neste	Prejudicialidade

	regulamento aos precatórios pendentes.	parecer.	
234	Supressão do inciso II do art. 103-B, alterando a composição do Conselho Nacional de Justiça.	Creemos que nada justifica a exclusão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça da composição do Conselho Nacional de Justiça.	Rejeição
235	Ao art. 100, instaurando o sistema de títulos sentençiais para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
236	Ao art. 93, I. A emenda elimina a previsão de elaboração de concurso de ingresso na magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.	Matéria já vencida neste parecer.	Prejudicialidade
237	Ao art. 93, III. A emenda restaura o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, relativamente à promoção para os Tribunais de Segundo grau.	A emenda tem o mérito de trafegar sobre a matéria vencida na CCJ, onde foi decidida a supressão da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada. Nessa linha, a regra de promoção do art. 93, III, há de ser restaurada.	Aprovação
238	Ao art. 96, III. Acresce previsão de intercorribilidade de decisão de tribunais estaduais sobre leis locais.	A emenda elimina, de um só golpe, o recurso extraordinário e o recurso especial, movimentos processuais voltados à garantia da uniformidade da interpretação da Constituição e do Direito Federal, que devem ser mantidos.	Rejeição
239	Ao art. 103-B. Supressão do inciso XI, eliminando a presença de advogados no Conselho Nacional de Justiça.	Os advogados estão presentes no dia-a-dia do Judiciário, e a Assembleia Nacional Constituinte garantiu sua presença inclusive nos concursos de ingresso na magistratura e na regra do quinto constitucional. Creemos que a previsão de integração no Conselho Nacional de Justiça não destoia desse modelo.	Rejeição



## III - VOTO

Essa a nossa manifestação acerca das emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, *com subemendas que apresenta.*

Sala da Comissão, 31/01/2002

*[Assinatura]*

, Relator

### Subemenda do Relator à Emenda nº 177, de Plenário

Dê-se ao art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguinte redação:

**Art. 78.** Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data da promulgação desta Emenda serão transformados em títulos sentenciais e liquidados pelo seu valor real, acrescido de juros legais e atualização monetária, em moeda corrente, em prestações mensais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de quatro anos, com vencimentos marcados para o dia 25 ou dia útil subsequente dos meses de fevereiro a novembro, permitida a cessão dos créditos.

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora, até o valor em que se compensarem, sem prejuízo do disposto no § 4º.

§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de transformação de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da inissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição do direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.  
(NIT)

### **Subemenda do Relator à Emenda nº 181, de Plenário**

Dê-se ao art. 100 da parte permanente da Constituição Federal, a seguinte redação:

**Art. 100.** Os pagamentos devidos pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações públicas, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de títulos sentenciais líquidos e certos emitidos pelo juízo de execução e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º Os títulos sentenciais serão emitidos pela autoridade judiciária e terão os vencimentos dos valores apurados divididos em sessenta parcelas, vencíveis no dia 25 ou dia útil seguinte dos meses de fevereiro a novembro do ano seguinte ao da sua emissão.

§ 2º Os títulos sentenciais serão liquidados com acréscimo de juros legais e atualização monetária, mediante a apresentação pelo credor à rede bancária autorizada a receber depósitos de dotações orçamentárias e a arrecadar tributos, quando se fará a devida compensação à conta do órgão público devedor.

§ 3º Os títulos de que tratam os parágrafos anteriores terão livre circulação no mercado e poderão ser cedidos a terceiros, independentemente de concordância do devedor.

§ 4º É obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a inclusão, no orçamento das entidades referidas no caput deste artigo, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, cujo valor estimativo será fixado pelo Poder Judiciário quando da apresentação da sua proposta orçamentária.

§ 5º Os títulos sentenciais líquidos e certos emitidos pelo juízo de execução correspondentes a débitos de natureza alimentícia serão pagos em moeda



corrente, no prazo de cento e vinte dias após a data de sua emissão, acrescidos de juros legais, na forma prevista nos §§ 1º a 3º deste artigo, respeitada a estrita ordem cronológica de apresentação.

§ 6º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 7º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente de cada Tribunal determinar a preparação de empenho para a liquidação dos títulos sentenciais apresentados até 1º de julho de cada ano pelo juízo da execução, segundo as possibilidades do depósito.

§ 8º Os pagamentos de que trata o parágrafo anterior deverão ser liberados até o dia dez de cada mês, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade.

§ 9º As obrigações definidas em lei como de pequeno valor serão liquidadas em moeda corrente e na apresentação do título sentencial à rede bancária, respeitado, quanto ao mais, o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 10 A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 9º deste artigo, segundo as diferentes capacidades financeiras das entidades de direito público.

§ 11 São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 9º, e, em parte, mediante a expedição de título sentencial, pelo sistema prescrito nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 12 A autoridade judiciária ou administrativa que, por ato comissivo ou omissivo, retardar, frustrar ou tentar frustrar a liquidação regular de título sentencial incorrerá em crime de responsabilidade.

§ 13 Os títulos sentenciais emitidos por autoridade judiciária contra as entidades referidas no caput deste artigo terão, em seus vencimentos, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora e de quaisquer encargos de responsabilidade do credor e de seus sucessores.(AC)

### **Subemenda do Relator à Emenda nº 197, de Plenário**

O inciso II do art. 93 da Constituição passa a vigorar acrescido da alínea "e"), com a seguinte redação:

Art. 93.....

II - .....

e) a segunda recusa consecutiva à promoção, ou a terceira alternada, importará a exclusão

do juiz do processo de promoção, pelo período determinado pelo Tribunal.

e) a segunda recusa consecutiva à promoção, ou a terceira alternada, importará a exclusão do juiz do processo de promoção, pelo período determinado pelo Tribunal.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente subemenda do Relator é resultado de deliberação da CCI em torno da emenda nº 197, contra a qual esta Relatoria erigiu parecer contrário, por conta da violação do princípio da inamovibilidade do magistrado, de extração constitucional (CF, art. 95, II).

Em face do interesse público subjacente à promoção do magistrado, e diante dos efeitos negativos da sua perenização na mesma Comarca, optamos, a partir das sugestões da Comissão, por manter o direito constitucional à recusa, mas penalizando-o, se persistente, com a exclusão, por decisão do Tribunal, do magistrado do processo de promoção, tanto por antiguidade quanto por merecimento.

### **Subemenda do Relator à Emenda nº 217, de Plenário**

Suprima-se o § 3º da Emenda nº 217-PLEN.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização.

### **Subemenda do Relator à Emenda nº 232, de Plenário**

O inciso I do art. 93 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93.....

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos realizado por entidade pública não pertencente à estrutura do Poder Judiciário, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica, computando-se, para tal efeito, o tempo de efetiva realização de curso regular de escola oficial de magistratura, e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.



## DEMONSTRATIVO DE EMENDAS POR DISPOSITIVO

Dispositivo	Emendas
5º, I, V	175, 209
5º, LXXVIII	106
5º, § 3º	107
29, X	108
37, XI	176, 227
40	214, 215
92, § 3º	191
93, I	160, 232, 236
93, II, b	151
93, II, d	197
93, III	237
93, XI	109, 110, 178, 208
93, XII	161
93, XV	168
93, XVII	224
93, inciso novo	198
94, parágrafo único	163
94, § novo	111, 162
95, § 1º, V	179, 210, 225, 226
95, § 2º	202
96, I, a	112
96, III, a	113
96, inciso novo	180, 213
96, parágrafo único	114, 238
96, § novo	115
98, § 2º	116, 117
100	181, 235
101, caput	118
101, parágrafo único	164, 171, 216, 217
102, I, b	119
102, I, i	120, 156, 182, 230
102, II	121, 153, 155, 183, 184, 229, 231
102, III, d	154, 185
102, § 3º	122
103	125
103-A	123, 124
103, § 3º	126
103-B	186, 207, 234, 239
104, parágrafo único	187, 212, 223
105, I, a	127
105, I, j, l e m	188, 228

105, III, b	157, 189
105, § 1º, I	165
105, § 2º	201
105, § 3º	128, 203
105-A	129
107, § 4º	169, 211
107, § novo	204
108, I, a	130
109, I	131, 152
109, V-A	132
109, XII, XIII e XIV	167
109, § 3º	133
109, § 5º	132, 172
112-A	134
112, II	194
113	135
115, I	136
115, IV	136
115, VI	218
115, VI-A	193
115, VII	219
115, VII-A	152, 192
115, VIII-A	137, 190
115, IX	220
115, X	138, 139, 166
115, XI	140
120, § 1º	141, 170, 199
120, § 2º	141
121, § 5º	200
123	142
124, caput	149, 150
128, § 1º	195
128, § 3º	158
128, § 5º, I, c	159
128, § 6º	143
129, § 3º	221
131	222
PEC, art. 51	144
PEC, art. 52	146
Novo art, PEC	145, 147, 148, 173, 174, 196, 205, 206,
ADCT, CF, art. 78	177, 233



Subemenda do Relator  
À Emenda nº 54-CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 128 da Constituição Federal, alterado pelo art. 33 da PEC nº 29/2000, a seguinte redação:

§ 1º O Ministério Público da União tem <sup>como</sup> por chefe o Procurador-Geral da República, escolhida pelo Presidente da República em lista tripla de integrantes do Ministério Público Federal maiores de trinta e cinco anos e com mais de dez anos na carreira, eleitos por seus membros, e nomeados após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (NR)

Em 6 de Novembro de 2002.

*Georges Luis* Presidente ou carter

*Roberto* Relator

*João* Relator

*João* Relator

*Roberto* Relator

*João* Relator

*João* Relator

2002

## JUSTIFICAÇÃO

A redação da Emenda nº 54-CCJ ( Emenda nº 80 do Relator ) possui algumas impropriedades que precisam ser sanadas através desta subemenda.

### Do erro técnico

Primeiramente, o Ministério Público da União não tem carreira própria. Esta entidade é apenas hospedeira de quatro ramos que sob ela se abrigam. São eles: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Cada Ministério Público possui carreira própria e seus membros não podem transferir-se de um ramo para outro. As carreiras, portanto, são estanques.

Segundo. Como está redigida a emenda, ela induz a uma perplexidade, consistente na definição de qual carreira seria escolhido o Procurador-Geral da República.

Indagar-se-á? Do Ministério Público Federal ou de membro de qualquer das carreiras que integram o Ministério Público da União.

Se for interpretado como de qualquer membro dos quatro ramos, o Ministério Público Federal seria o único ramo que não teria uma chefia direta, posto que, todos os demais, mesmo os dos Estados Federativos, têm como chefes, integrantes de suas respectivas carreiras. O que é absurdo e confrontaria a LC nº 75/93 porque seu art. 49, II exige que o Procurador-Geral da República seja membro nato e presidente do Colégio de Procuradores da República.

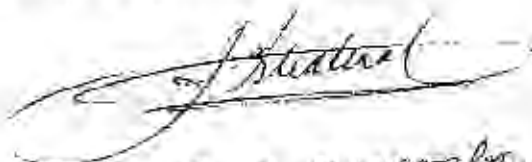
### Da redação imprecisa e repetitiva.

A locução "integrada por seus integrantes", além de soar mal é imprecisa e repetitiva.

Imprecisa porque não define de que carreira deverão sair os nomes que integram a lista triplíce, conforme antes se destacou.

Soa mal porque repete vocábulos idênticos, revelando pobreza lingüística.

Por tudo isso, espera o signatário a aprovação da presente subemenda.



em 6 de novembro de 2002



## ADITAMENTO MODIFICATIVO DO PARECER DO RELATOR À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000

### Emenda 159

A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos – e não servidores públicos –, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.

### Análise

Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos aos quais tivemos acesso, a partir dos quais, desenha-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o Parquet, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloque os seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira; a dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público, pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à competência para provocar o processo legislativo, à autonomia administrativa, funcional e financeira; a três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa equivalência; a quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal. A vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.

### Parecer

Pela APROVAÇÃO.



, Relator

**DECISÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA SOBRE O RELATÓRIO  
DO SENADOR BERNARDO CABRAL  
RELATIVO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO À  
PEC nº 29, de 2000**

**PELA APROVAÇÃO**

<p><b>Emenda de PLEN nº 106 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao art. 5º LXXVIII  A emenda elimina a referência ao princípio da celeridade processual como direito público subjetivo e introduz referência que torna expressos os prazos processuais especiais à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às suas autarquias e fundações, na forma da lei.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda abre as referências às entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, explicitando as entidades federativas e suas autarquias e fundações. Tem o mérito de tornar mais clara a prescrição. A posição pessoal do Relator, já afirmada e sustentada perante a CCJ, é contrária a quaisquer privilégios processuais às entidades públicas, por entender superada definitivamente a razão histórica que está na origem desse privilégio. Com essa ressalva, mas entendendo que a redação proposta efetivamente aprimora o texto decidido pela CCJ, esta Relatoria, em respeito à opinião vencedora nessa Comissão, acata a emenda, em parte, relativamente à qualificação das entidades beneficiadas pelos prazos processuais especiais, mas opina pela manutenção do princípio da celeridade processual como direito público subjetivo.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b>  <b>Rejeitado o Relatório do Sen. Bernardo Cabral. O Parecer da CCJ conclui pela aprovação integral da Emenda.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 109 ( Autor: Senador José Fogaça )</b>  Inciso XI do art. 93.  A emenda restabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial do Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda é igual em conteúdo a outra, no mesmo sentido, sobre a qual já nos manifestamos favoravelmente no âmbito da CCJ.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 111 ( Autor: Senador Eduardo Suplicy )</b>  Ao art. 94, acrescentando §.  O novo parágrafo cria quarentena para a ocupação de vaga nos Tribunais Regionais Federais, simétrica à estabelecida pelo art. 101 para vaga no STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda pretende uma extensão, para a regra do quinto constitucional, do impedimento temporal erigido para ocupantes de determinados cargos e funções públicas relativamente</p>	<p><b>Resultado:</b>  (em 9/10/2002)</p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p>ao cargo de Ministro do STF.</p> <p>Entendemos que a simetria de modelos recomenda o acatamento da emenda, como instrumento à evitar a excessiva contaminação política do Poder Judiciário.</p>	
<p><b>Emenda de PLEN nº 114 ( Autor: Senador Pedro Simon )</b>  Ao art. 96, parágrafo único.</p> <p>A emenda é supressiva do dispositivo, introduzido na CCI, por ser conflitante com a jurisprudência do STF.</p> <p><b>Análise:</b>  Acolhemos a emenda, para restaurar a compatibilidade da reforma do Judiciário com a jurisprudência recente do STF, Corte que, com o cancelamento da Súmula 394, e negando a expedição de nova Súmula sobre o tema, sinalizou claramente, conforme já sustentamos precedentemente, na razão à emenda 113, dentre outras, a limitação do privilégio ao exercício efetivo da função que o concede. A emenda parece a este Relator saneadora da reforma do Judiciário e moralizadora da garantia institucional do foro especial por prerrogativa de função, impedindo o aprofundamento absolutamente inaceitável de uma garantia processual já peculiar do modelo brasileiro.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 117 ( Autor: Senador Pedro Simon )</b>  Ao art. 98, § 2º</p> <p>A emenda altera a redação do dispositivo, para inscrever que infrações penais de relevância social sejam instruídas diretamente perante o Poder Judiciário, precedidas de investigações preliminares dirigidas pelo Ministério Público.</p> <p><b>Análise:</b>  A redação que a emenda pretende inscrever no dispositivo é superior à emergente da CCI, e veicula elementos importantes à formação futura da lei que vai instituir os juizados de instrução, preservando a linha condutora de sua concepção.</p>	<p><b>DESTAQUE</b>  <u>Retirada.</u></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 125 ( Autor: Senador Carlos Wilson )</b>  Ao art. 103, X.</p> <p>resce a legitimação ativa para a ADIN, inserindo o Prefeito Municipal.</p> <p><b>Análise:</b>  O inusitado da proposta mereceu nossa melhor análise, e concluímos pela existência de méritos bastantes ao seu acolhimento. O reconhecimento da legitimação ativa do Prefeito Municipal à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade vai enriquecer o processo de controle abstrato de normas e prestar justa homenagem à importância do Município no contexto da Federação brasileira.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 133 ( Autor: Senador José Fogaça )</b>  Ao art. 109.</p> <p>A emenda insere § 3º ao dispositivo, para prever hipóteses de competência especial federal.</p> <p><b>Análise:</b>  Este Relator repete, aqui, sua posição favorável à emenda, por entendê-la concernente aos princípios centrais da reforma do Judiciário.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

**Emenda de PLEN nº 138 ( Autor: Senador Juvêncio da Fonseca )**

Ao art. 115.

A emenda impõe nova redação ao inciso X, alterando a competência da Justiça do Trabalho.

**Análise:**

A emenda tem o mérito de suprir uma lacuna lógica no texto da Reforma. O inciso, contudo, exige o acréscimo de letra designativa da inserção, em homenagem à técnica legislativa e às Leis Complementares 95 e 107. A emenda, então, é acolhida como veiculadora do inciso IX-A.

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº 139 ( Autor: Senador Romeu Tuma )**

Ao art. 115.

A emenda impõe nova redação ao inciso X do dispositivo, alterando a competência da Justiça do Trabalho.

**Análise:**

A emenda merece acolhimento, por localizar mais precisamente, parece-nos, a matéria. Impõe-se, contudo, a inserção da letra designativa do aditamento, em obediência às Leis Complementares 95 e 107. Acolhemos a emenda, por essa razão, como veiculadora do inciso IX-B.

**DESTAQUE  
Retirado.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº 143 ( Autor: Senador Ari Stadler )**

Ao art. 128, § 6º.

A emenda altera a maioria de deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Análise:**

mos na necessidade de acolhimento da emenda, por melhorar a técnica legislativa e recuperar a simetria de modelos.

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº 146 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Supressiva do art. 52 da PEC, para eliminar a possibilidade de regulamentação, pelo STJ, de admissibilidade de recurso ordinário.

**Análise:**

A necessidade de disposição transitória sobre a matéria, a superar a eventual mora legislativa (a qual pode condazir à inaplicabilidade do dispositivo) impõe a manutenção do regramento decidido pela CCJ. De resto, é cediço na doutrina o reconhecimento de que os regimentos internos dos Tribunais, a teor do art. 96, I, a, gozam da condição de lei processual em sentido material, não havendo que se estranhar a ação normativa dessas Cortes, já decidida pelo legislador constituinte.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Rejeitado o  
Relatório do  
Sen. Bernardo  
Cabral. O  
Parecer da CCJ  
conclui pela  
aprovação da  
Emenda.**



<p><b>Emenda de PLEN nº 147 ( Autor: Senador Fernando Bezerra )</b>  <b>Acréscio artigo à PEC, restaurando a ordem de extinção dos Tribunais de Alçada.</b></p> <p><b>Análise:</b>  Esta Relatoria ocupou-se longamente da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada, com especial atenção aos aspectos constitucionais envolvidos e ao princípio da unidade da jurisdição, para concluir pela necessidade dessa providência. A ordem de extinção foi vencida na fase da CCI, mas, com o devido respeito à decisão d  essa Comissão, mantemos nossa posição. Em síntese, cremos que refoge ao sentido, atualmente, a operação simultânea, em segundo grau de jurisdição estadual, de um Tribunal de Justiça, composto por desembargadores, e de Tribunais de Alçada, por juízes, constituindo-se, inclusive, este em degrau na promoção de juiz de 1ª Instância àquele, segundo o art. 93, III.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 149 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  <b>À art. 124.</b>  <b>A emenda visa a ampliar a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Militar da União.</b></p> <p><b>Análise:</b>  O incremento da competência da Justiça Militar Federal para as matérias do art. 142, X, parece razoável a esta Relatoria, pelo fundo nexu lógico que exhibe.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 152 ( Autor: Senador Jefferson Peres )</b>  <b>Ào art. 109, I, e, de maneira correlata, ao art. 115, VII.</b>  <b>A emenda pretende deslocar a competência para causas acidentárias à Justiça do Trabalho.</b></p> <p><b>Análise:</b>  Este Relator tem presente a correlação material entre as ações acidentárias e a competência <i>ratione materiae</i> da Justiça do Trabalho.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 159 ( Autor: Senador Lúcio Alcântara )</b>  <b>Ào art. 128, § 5º, I, c.</b>  <b>A emenda busca estabelecer simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, como agentes públicos e não servidores públicos, tendo como referência o valor dos subsídios dos membros do Poder Judiciário.</b></p> <p><b>Análise:</b>  Posicionávamos, originariamente, contra essa pretensão ministerial. Fomos convencidos, contudo, pela robustez dos argumentos dos quais tivemos acesso, a partir dos quais desenhava-se não só juridicamente defensável como institucionalmente necessário o estabelecimento de equivalência remuneratória entre a Magistratura e o <i>Parquet</i>, nos diversos níveis. A um, porque a vitalidade institucional do combativo Ministério Público exige remuneração que coloca seus valorosos membros fora do alcance de quaisquer formas de pressão financeira. A dois, porque o tratamento constitucional do Ministério Público pelo constituinte originário, desenha uma nítida simetria, relativa, por exemplo, à</p>	<p><b>Resultado:</b>  (em 9/10/2002)</p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p>competência para provocar o processo legislativo, à autonomia administrativa, funcional e financeira; A três, porque o direito comparado traz notícia, principalmente do Direito europeu, relativa a essa equivalência; A quatro, porque a jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal aponta para essa solução como ideal.</p> <p>A vista disso, temos para nós a necessidade, a juridicidade e a constitucionalidade da proposta.</p>	
<p><b>Emenda de PLEN nº 163 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 94, parágrafo único.  A emenda fixa competência do Presidente do Tribunal para nomeação de membro da Corte, em vaga reservada ao quinto.</p> <p><b>Análise:</b>  A providência é mero, não lesa a ordem constitucional vigente e oferece solução para a inação da Chefia do Executivo, inclusive porque solução semelhante, com sinal trocado, foi usada pela própria reforma do Judiciário relativamente às propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b>  <b><u>Retirado.</u></b>  <b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emendas de PLEN nº 166 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 115.  A emenda altera a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda parece a esta Relatoria conducente à economia e à celeridade processual.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 167 ( Autor: Senador Waldeck Ornelas )</b>  Ao art. 109.  A emenda altera competências da Justiça Federal de primeiro grau.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda trata de maneira adequada a matéria, pois, efetivamente, parece-nos que a redução de pessoa à condição análoga à de escravo, mais do que uma inobservância de legislação trabalhista ou tipificadora de crime comum, depõe contra direitos constitucionais do trabalhador enquanto pessoa humana.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>(em 9/10/2002)</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 194 ( Autor: Senador Arlindo Porto )</b>  Ao art. 112.  A emenda altera a designação de membro dos Tribunais Regionais do Trabalho para <i>Desembargadores Federais do Trabalho</i>.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, de redação, traz adequação terminológica à reforma.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 204 ( Autor: Senador Amin Lando )</b>  Ao art. 107, § 5º.  Determina a extensão de regra remuneratória de desembargadores aos desembargadores federais.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Análise:</b> A emenda tem o mérito de restaurar a simetria de modelos dentro do Judiciário.</p>	
<p><b>Emenda de PLEN nº 211 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Suprime o § 4º do art. 107, eliminando a regra de eletividade para os TRFs.</p> <p><b>Análise:</b> Esta Relatoria acompanha a proposta da emenda. A eletividade, conforme já afirmado neste parecer, é conculcente à excessiva politização do Judiciário.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 218 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b> Ao art. 115, VI, suprimindo o dispositivo.</p> <p><b>Análise:</b> A emenda adota providência meritória, e restaura a pureza institucional da Justiça do Trabalho.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b> <b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 222 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b> Ao art. 131, dando-lhe nova redação e exigindo lei regulamentadora de sua organização e funcionamento.</p> <p><b>Análise:</b> Cremos que a justificação da emenda é suficientemente convincente e a faz necessária, a um, porque a reforma atribui autonomia funcional à Advocacia, e a dois, porque a Emenda Constitucional 32 prevê um decreto autônomo à altura do art. 84, VI, que poderia vir a ter o seu uso cogitado para a matéria.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

## PELA APROVAÇÃO EM PARTE

<p><b>Emenda de PLEN nº 217 ( Autor: Senador Amir Lando )</b> Ao art. 101. Altera a regra constitucional de composição do STF.</p> <p><b>Análise:</b> A providência do § 3º representa matéria da qual já nos ocupamos neste parecer, onde nos posicionamos contrariamente, à vista dos obstáculos de ordem prática à sua realização. O § 2º se nos afigura digno de acolhimento, pela previsão de expressão fracionária de composição do STF calcada na magistratura. Como não nos parece haver inconstitucionalidade latente, somos favoráveis ao acolhimento da emenda, nesse ponto.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b>  <b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

PELA APROVAÇÃO NA FORMA DE SUBEMENDA DO RELATOR	
<p><b>Emenda de PLEN nº 177 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  <b>Artigo ao ADCT.</b>  A emenda pretende inserir regra transitória relativa ao pagamento de débitos fazendários pelo sistema de títulos sentenciais.</p> <p><i>Análise:</i>  O regulamento transitório é impositivo em face do acatamento, pela Relatoria, a exemplo do que ocorreu precedentemente na CCJ, do modelo de títulos sentenciais em substituição ao de precatórios, hoje vigente, e que vem proposto à parte permanente pela emenda 181. A colisão de regramento com possibilidades abertas pela EC 30 exige, contudo, adequações redacionais e de mérito, que este Relator veicula em subemenda. Ampliamos, também, o prazo previsto para pagamento, por entender ser impraticável o enfrentamento, pelos Fines Públicos, do atual estoque de precatórios, em dois anos.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b>  <b>aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 181 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  <b>Ao art. 100.</b>  A emenda muda o sistema de pagamento devidos pelas Fazendas, adotando o modelo de títulos sentenciais.</p> <p><i>Análise:</i>  As mesmas razões que inspiraram o acolhimento, pela Relatoria, do sistema de títulos sentenciais são recuperadas agora para, uma vez mais, ser fazer opção pelo novo modelo, a nosso ver muito superior ao de precatórios, principalmente no que impõe efetivo pagamento dos débitos judiciais das Fazendas. A persistente resistência das Fazendas Públicas em saldar as suas dívidas judiciais já ultrapassou, em muito, os limites do razoável, comprometendo o Estado de Direito, a respeitabilidade do Judiciário e, profundamente, os direitos dos credores. A multiplicação dos pedidos de intervenção federal, no STF, por conta da negativa de pagamento de precatórios é a face mais visível do absoluto desrespeito ao Poder Público, em todos os níveis, para com as decisões judiciais e seus beneficiados. A redação proposta, contudo, impõe a necessidade de aperfeiçoamentos. A um, para superar imperfeições redacionais que comprometem a boa técnica legislativa; a dois, para remover restaurar a prescrição de atualização dos valores por juros legais, na forma já consagrada pela Emenda 30; a três, para incorporar ao texto da emenda prescrição veiculada pela Emenda 37; a quatro, para reestruturar a articulação. Esses elementos conduzem esta Relatoria a propor o acolhimento da proposta, na forma de subemenda, veiculada ao final deste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b>  <b>Retirado.</b></p> <p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 197 ( Autor: Senador Antônio Carlos Júnior )</b>  <b>Ao art. 93, II, d.</b>  A emenda impede que juiz recuse promoção quando de sua segunda indicação.</p> <p><i>Análise:</i>  A proibição de recusa de promoção lesa o princípio da imutabilidade do magistrado, sendo, por isso, materialmente inconstitucional.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>(em 9/10/2002)</b>  <b>O Relator reformulou o Parecer, concluindo pela Aprovação da Emenda, na</b></p>



	<b>forma de Subemenda.</b>
<p><b>Emenda de PLEN nº 232 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 93, I.  A emenda elimina a possibilidade de prova oral para o ingresso na magistratura.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda sinaliza inegável avanço no concurso de ingresso na magistratura, eliminando a prova oral, não raro foco de denúncias e de oposição de candidatos, pela falta preocupante de critérios objetivos de avaliação dos candidatos.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b>  <b>Resultado:</b>  <b>O Relator reformula o Parecer, concluindo pela aprovação, na forma de Subemenda.</b></p>

## PELA PREJUDICIALIDADE

<p><b>Emenda de PLEN nº 110 ( Autor: Senador Roberto Saturnino )</b>  Ao inciso XI do art. 93.  A emenda estabelece a redação do inciso decidida pela Câmara dos Deputados, para prever que órgão especial de Tribunal seja composto, na metade de sua composição, por antiguidade, e na outra metade, por eleição pelo Tribunal Pleno.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda é igual em conteúdo à 109.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 124 ( Autor: Senador Roberto Saturnino )</b>  Ao art. 103-A.  A emenda tem por objeto eliminar a súmula vinculante, substituindo-a pela súmula impeditiva de recurso.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda vem lavrada em termos semelhantes à 123, e valem aqui as razões expostas quando da análise daquela.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b>  <b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 182 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 102, I, I.  A emenda altera competência do STF para processo e julgamento de habeas corpus.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. De toda sorte, este Relator já se manifestou, precedentemente, sobre emenda de idêntico teor.</p>	<p><b>Resultado:</b>  <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p><b>Emenda de PLEN nº 183 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 102, II.  A emenda é supressiva do cabimento de recurso ordinário ao STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 184 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 102, II.  A emenda altera o fundamento de subida de recurso ordinário ao STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 185 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 102, III, d.  A emenda elimina o cabimento de recurso extraordinário com base no conflito de leis.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, igualmente, neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 189 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 105, III.  A emenda restaura a competência do STF para julgar conflito entre ato de governo local e lei federal, em recurso especial.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ, e também neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 192 ( Autor: Senador Mozerildo Cavalcanti )</b>  Ao art. 115.  A emenda acresce competência executiva à Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Análise:</b>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 193 ( Autor: Senador Mozerildo Cavalcanti )</b>  Ao art. 115.  Acresce competência da Justiça do Trabalho, por redução da competência da Justiça Federal de primeiro grau.</p> <p><b>Análise:</b>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Emenda de PLEN nº 198 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 93.  A emenda determina a inserção de inciso, prevendo a eletividade dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de segundo grau.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b>  <b><u>Retirado.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 199 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 120.  Busca o aumento da presença da magistratura federal na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 200 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 121.  A emenda atribui a função de juiz eleitoral de 1º grau a juiz federal.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 202 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 95, § 2º.  A emenda corrige a redação do dispositivo, buscando clareza.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 203 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 105, § 3º.  Supressão do dispositivo, à alegação de concentração de competência no STJ.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 205 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao ADCT.  Impõe regra transitória para juizes substitutos em exercício na data de promulgação da Emenda.</p> <p><i>Análise:</i>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o  Parecer do  Relator.</p>

<p><b>Emenda de PLEN nº 207 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 103-B.  Altera a composição do Conselho Nacional de Justiça, mudando-lhe, também, a denominação.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e, também, neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 208 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 93, XI.  Propõe alteração do dispositivo, para remover a previsão de eletividade.</p> <p><b>Análise:</b>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 209 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 5º, LV.  Altera a referência à lei aos princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 210 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 95, § 1º, V.  Alarga a regra de impedimento de advocacia militante aos ex-membros do Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>DESTAQUE Retirado.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 212 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 104, parágrafo único, I.  A emenda elimina a restrição à carreira para promoção para o STJ.</p> <p><b>Análise:</b>  Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 213 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 96.  Inclusão de inciso prevendo competências do STF e do STJ, para julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ e neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 215 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao art. 40.  Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p>



<p><b>Análise:</b> A emenda repete a anterior, pelo que, aqui, renovam-se os argumentos lá expedidos.</p>	<p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº223 ( Autor: Senador Ronaldo Cunha Lima )</b> Ao art. 104, parágrafo único, I. Supressão da expressão condicionadora da origem na magistratura para composição de parte do STJ.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº228 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 105, I. Amplia a competência originária do STJ, em detrimento da competência do STF.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria preclusa no âmbito desta Relatoria, por já ter colhido posição contrária na fase da CCJ e, também, neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº229 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 102, II. Cria condicionador material para o processo e julgamento de recurso ordinário pelo STF.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº230 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 102, I, i. Cria condicionar material para fixação de competência do STF para habeas corpus.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº231 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Supressão do inciso II do art. 102, eliminando a figura do recurso ordinário constitucional ao STF.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria vencida na CCJ e neste parecer.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº233 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao ADCF, dando novo regulamento aos precatórios pendentes.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b>DESTAQUE Retirado.</b></p> <p><b>Resultado:</b> <b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p><b>Emenda de PLEN nº 235 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 100, instaurando o sistema de títulos sentenciiais para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 236 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 93, I. A emenda elimina a previsão de elaboração de concurso de ingresso na magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b> Matéria já vencida neste parecer.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 237 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b> Ao art. 93, III. A emenda restaura o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, relativamente à promoção para os Tribunais de Segundo grau.</p> <p><b>Análise:</b> A emenda tem o mérito de tráfegar sobre a matéria vencida na CCJ, onde foi decidida a supressão da ordem de extinção dos Tribunais de Alçada. Nessa linha, a regra de promoção do art. 93, III, há de ser restaurada.</p>	<p><b><u>DESTAQUE</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>O Relator reformula o Parecer, concluindo pela prejudicialidade.</b></p>

## PELA REJEIÇÃO

<p><b>Emenda de PLEN nº 107 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b> Supressiva do § 3º do art. 5º, para eliminar a possibilidade de os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cooperação criminal em matéria criminal e civil terem equivalência a emenda à Constituição, se ratificados pelo mesmo processo legislativo utilizado no poder reformador.</p> <p><b>Análise:</b> Embora ponderáveis, as razões que sustentam a emenda não são bastantes a conduzir este Relator ao acolhimento. O temor, expressado na justificativa dos autores, de que tratado internacional ratificado pelo Congresso na forma do dispositivo que se pretende abolir venha a alterar a Constituição, no que lhe seja contrário, cede à constatação de que, tanto quanto as Emendas à Constituição, os tratados internacionais são hoje, e continuarão sendo, espécies infraconstitucionais. Mesmo que tenham nível jurídico-hierárquico de emenda à Constituição, estarão sujeitos, obviamente, às limitações constitucionais ao poder de reforma da Constituição, uma delas a constante no art. 60, § 4º, IV, que proíbe a abolição ou restrição a direitos e garantias fundamentais. Entendemos, ainda, que não se configura <i>vis in idem</i> com o § 2º do art. 5º, que apenas reconhece direitos fundamentais de fonte extraconstitucional, mas não atribui a atos internacionais a força alteradora da Constituição.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
--	---



<p><b>Emenda de PLEN nº108 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao inciso X do art. 29.</p> <p>Dá nova redação ao dispositivo, para estender o foro especial por prerrogativa de função do Prefeito Municipal mesmo após o fim do exercício do mandato.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo</i> (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é <i>contraditória no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercêntes de cargos ou mandato</i> (idem, ibidem).</p> <p>Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº112 ( Autor: Senador Roberto Saturnino )</b>  Ao art. 96, I, a.</p> <p>A nova redação prevê a eleição direta, pela magistratura de primeiro e segundo graus, dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais do segundo grau.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, ao criar sistema de eleição direta para os cargos que indica, com envolvimento da magistratura de primeiro grau, detém potencial para politizar excessivamente os Tribunais, em detrimento do aspecto técnico-administrativo.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº113 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao art. 96, III, a.</p> <p>A alteração pretende estender o foro por prerrogativa de função dos juizes e membros do Ministério Público para além do fim do exercício dessas funções.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impôs colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que <i>"não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo"</i> (autos, fls. 218), anotando</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, "mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato" (idem, ibidem).

Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.

**Emenda de PLEN nº115 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 96.

A emenda pretende inserir parágrafo ao art. 96, para prever que advogados públicos que oficiem perante tribunais sejam julgados pela instância superior à que atuam

*Análise:*

A previsão de foros especiais por prerrogativa de função deve ser parcimoniosa, sob pena de comprometer-se as bases do Estado Democrático de Direito e do princípio da isonomia. Além disso, o princípio da proporcionalidade legislativa não recomenda — e até repudia — a pretendida inovação.

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº116 ( Autor: Senador Romeu Tuma )**

Supressiva do § 2º do art. 98.

A emenda pretende eliminar a previsão de instituição e funcionamento dos juizados de instrução criminal para infrações penais definidas em lei.

*Análise:*

A redação que se pretende eliminar é uma clara evolução no sistema de instrução processual penal hoje praticado no Brasil, principalmente à vista do expressivo ganho de complexidade de um bem identificado conjunto de infrações, como o narcotráfico, os crimes previdenciários e os crimes contra a ordem econômica e contra a economia popular. O modelo atual é, segundo a melhor doutrina, claramente insuficiente para o enfrentamento efetivo desses delitos. Os juizados de instrução representam uma resposta estatal efetiva à deficiente insuficiência do sistema processual penal hoje praticado.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº118 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Supressiva do art. 101, para eliminar a restrição à escolha de Ministro do STF.

*Análise:*

A emenda, ao pretender suprimir o regramento decidido pela CCJ, colide com manifestações da esmagadora maioria da comunidade jurídica brasileira, que reclama enfaticamente alterações profundas no modelo positivado de escolha de Ministro do STF. Temos para nós que a decisão da CCJ representa clara evolução no trato da matéria, e que refluir agora seria manter consagrado um sistema que sendo severamente criticado. Não vemos prejuízo algum à formação do STF na providência adotada pela CCJ, antes pelo contrário, já que permitirá a indicação de futuros Ministros da nossa Corte Constitucional a partir da exposição obtida unicamente pelo peso e pela eminência de sua competência jurídica, e não por elementos outros, que contaminam o processo.

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**



<p><b>Emenda de PLEN nº119 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao art. 102, I, b e c.  A emenda pretende eliminar a cláusula restritiva <i>enquanto no exercício do cargo</i> para estender o foro especial por prerrogativa de função.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCI. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impõe colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que "não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo" (autos, fls. 218), anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, "mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no L. Leito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandato" (idem, <i>ibidem</i>).</p> <p>Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº120 ( Autor: Senador Íris Rezende )</b>  Ao art. 102, I, j.  A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo competência para julgamento de habeas corpus para o STJ.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda repõe matéria já enfrentada por esta Relatoria na CCI, onde nossa posição foi contrária a essa transferência de competência.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº121 ( Autor: Senador Íris Rezende )</b>  Ao art. 102, II.  A emenda pretende alterar a competência do STF, transferindo matéria ao STJ.</p> <p><b>Análise:</b>  Não percebemos razões bastantes a mudar o parecer que examinamos na CCI, contrariamente à proposta.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº122 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b>  Ao art. 103, § 3º.  A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a previsão de prazo de vigência das cautelares em ADI e em ADC.</p> <p><b>Análise:</b>  Cremos que a imposição de prazo de validade para cautelares nas ações de controle abstrato de constitucionalidade é uma exigência da segurança jurídica, que emerge do insustentável</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

acúmulo processual no STF. A permanência de cautelar sem confirmação e sem limitação temporal pode conduzir à insegurança jurídica, potencializada pela expressão jurídica do objeto de controle de constitucionalidade concentrado.

**Emenda de PLEN nº123 ( Autor: Senador José Pogaça )**

Ao art. 103-A .

A emenda visa alterar o sistema de elaboração de súmula vinculante, impondo a súmula impeditiva de recurso e aumentado para 4/5 a maioria de sua aprovação.

**Análise:**

A súmula impeditiva de recurso – defendida por respeitáveis vozes do mundo jurídico brasileiro – foi considerada por esta Relatoria, a qual, contudo, e com respaldo na decisão da CCJ, optou pela súmula vinculante, por entendê-la mais efetiva e adequada, principalmente à luz da construção jurisprudencial pátria sobre o tema. A posição deste Relator, pela rejeição, representa apenas a crença na maior efetividade da súmula vinculante e na inexistência de prejuízo à prestação da jurisdição.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº126 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 103, § 3º.

A emenda pretende restaurar a intervenção do Advogado-Geral da União nas ações de controle abstrato de leis perante o STF.

**Análise:**

A posição da Relatoria é francamente contrária à emenda. A posição do Advogado-Geral da União no processo de controle abstrato de constitucionalidade nunca foi convincentemente sustentada, tendo o STF optado pelo reconhecimento de sua condição como *curador da presunção de constitucionalidade da lei*, mas, em diversos julgados, deixado registrado o inusitado dessa atuação. De toda sorte, trata-se de função inteiramente atípica desse órgão, voltado, por força do art. 131, à defesa judicial e extrajudicial da União, não lhe sendo afeta a defesa da constitucionalidade das leis. Parece a este Relator que, em boa hora, a Reforma do Judiciário remove essa ação processual, permitindo ao Advogado-Geral da União a dedicação de todo o seus esforços na realização de sua verdadeira aptidão institucional, qual seja a advocacia de estado, no plano federal.

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº127 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 105, I, a .

A emenda pretende eliminar a cláusula *enquanto no exercício do cargo*, para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.

**Análise:**

A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora; A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impõe colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no luminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que *não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo* (autos, fls. 218),

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**



anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, *mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandatos* (idem, ibidem).

Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.

**Emenda de PLEN nº128 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 105, § 3º.

A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ fixar a interpretação de lei federal, com efeitos *erga omnes*.

**Análise:**

A ação do Superior Tribunal de Justiça, como guardião da uniformidade do Direito Federal (CF, art. 105, III) é fortalecida pelo dispositivo que a emenda em tela pretende suprimir.

Cremos que a competência fixada homenageia a economia processual e a racionalidade no funcionamento do processo brasileiro.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº129 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 105-A

A emenda é supressiva do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o STJ editar súmula vinculante do direito federal.

**Análise:**

Somos, enfaticamente, contrários à emenda. Os fatores que inspiraram a criação da possibilidade de súmula vinculante pelo STF são exponencialmente multiplicados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, Corte cujo movimento forense, nos dias que correm, é especialmente amplificado pela inexistência de instrumento de impedimento de repetição de causas com idêntico fundamento jurídico. Esta Relatoria salienta, inclusive, a existência de julgados desse Tribunal, reproduzidos no Relatório da PEC 29, dando conta da urgente necessidade de uma solução corretiva à multiplicação processual com finalidade meramente protelatória.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº130 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 108, I, a.

A emenda pretende a eliminação da cláusula *enquanto no exercício do cargo*, para estender a proteção do foro especial por prerrogativa de função.

**Análise:**

A emenda, visivelmente, tenta adequar este dispositivo constitucional alterado pela Reforma do Judiciário ao novo parágrafo único do art. 96, acolhido pela CCJ. Dissemos lá, e repetimos agora: A orientação que a nova redação do parágrafo único do art. 96 impõe colide frontalmente com a jurisprudência recente do STF, Corte que cancelou a Súmula 394 justamente para limitar o foro especial por prerrogativa de função ao efetivo exercício da função pública que qualifica a especial competência do Judiciário. O STF, nos autos do Inquérito nº 687-4, de 25.08.99, Pleno, decidiu pelo cancelamento da Súmula referida, e assentou, no liminar voto vencedor (Ministro Sydney Sanches) que *não se pode deixar de admitir que a prerrogativa de foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger que o exercer. Menos ainda que deixa de exercê-lo* (autos, fls. 218).

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

anotando Sua Excelência que a prerrogativa de foro, conforme encontrada na Constituição brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. Menos ainda para ex-exercentes de cargos ou mandatos (idem, ibidem).

Nessa linha, para não implantar na Constituição brasileira vigente a aberração jurídica da persistência do foro especial por prerrogativa de função a quem não mais exerce a função qualificadora, este Relator, enfaticamente, posiciona-se contrariamente à proposta.

**Emenda de PLEN nº131 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 109, I.

A emenda busca alterar a redação do dispositivo, inserindo, dentre as exceções à competência *ratione materiae* da Justiça Federal de primeiro grau, a matéria sujeita à Justiça Militar da União.

**Análise:**

A emenda repõe matéria sobre a qual esta Relatoria já se posicionou na CCJ, de forma contrária à pretensão.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº132 ( Autor: Senador Romeu Tuma )**

Ao art. 109, V-A e § 5º

A emenda pretende a supressão dos dispositivos citados.

**Análise:**

A federalização dos crimes contra os direitos humanos é uma necessidade e uma imposição jurídica, que têm como fundamento, principalmente, o fato de a previsão de direitos humanos e da necessidade de sua proteção terem por sede normativa tratados e acordos internacionais, firmados pela União em nome da República, o que torna inconsistente a sustentação da competência da Justiça Estadual. A reforma do Judiciário tem o mérito de atacar a questão frontalmente, estabelecendo parâmetros precisos ao trato processual do tema.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº134 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

art. 112-A

A emenda pretende a supressão do dispositivo, para eliminar a possibilidade de o TST elaborar súmula vinculante.

**Análise:**

O monumental acúmulo processual no TST não apenas recomenda, mas exige, a previsão da possibilidade de súmula vinculante em matéria trabalhista. A perenização dos feitos laborais desatende a prestação jurisdicional e até o reflexo social da Justiça do Trabalho.

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº135 ( Autor: Senador Arlindo Porto )**

Ao art. 113.

A emenda dá nova redação ao dispositivo, para alterar o sistema de composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.

**Análise:**

A emenda fere o princípio da separação dos Poderes, ao eliminar competência constitucional originária do Presidente da República. Padece, assim, de

**DESTAQUE.**

**Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**



inconstitucionalidade material, por lesão a limitação material expressa ao poder de reforma.	
<p><b>Emenda de PLEN nº136</b> ( Autor: Senador Romero Jucá )  Ao art. 115, I e IV.  A emenda dá nova redação aos dispositivos, alterando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Análise:</b>  Optamos por manter a redação definida na CCJ, por entendê-la mais adequada à realização da competência plena da Justiça do Trabalho. A jurisprudência assentada, principalmente no STF e no TST sobre a matéria é bastante a iluminar a questão.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº137</b> ( Autor: Senador José Fogaça )  Ao art. 115.  A emenda acrescenta o inciso VIII-A, inovando a competência da Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Análise:</b>  Posicionamo-nos contrariamente à emenda. A competência assentada no inciso VIII do art. 115 parece-nos bastante, sem que se promova uma redução da competência da Justiça Federal para a matéria.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº140</b> ( Autor: Senador Romeu Tuma )  Ao art. 115.  A emenda insere inciso XI ao artigo, alterando competência da Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Análise:</b>  Posicionamo-nos contra a emenda. A matéria criminal é estranha à jurisdição da Justiça do Trabalho.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº141</b> ( Autor: Senador Romero Jucá )  Ao art. 120.  A emenda altera os §§ 1º e 2º, buscando a federalização da Justiça Eleitoral.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi enfrentada por esta Relatoria na fase da CCJ, quando nossa posição foi contrária à federalização, por entender que a maior capilaridade da Justiça Estadual não recomenda a alteração.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº142</b> ( Autor: Senador Arlindo Porto )  Ao art. 123.  A emenda aumenta a composição do STM e altera o processo de escolha de seus membros.</p> <p><b>Análise:</b>  A redução da composição do STM tem razões práticas e objetivas, e parece-nos que o tratamento da matéria, conforme decidido pela CCJ, é o mais adequado.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

**Emenda de PLEN nº144 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Ao art. 50 da PEC.

A emenda é supressiva da possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores.

**Análise:**

A possibilidade de edição de súmula vinculante pelos Tribunais Superiores parece-nos de especial importância para sustentar o funcionamento minimamente racional dessas Cortes. É deserta a argumentação que tenta erigir, em favor do STF, como justificadora da exclusividade de utilização da súmula vinculante, a condição de Corte Constitucional. A súmula vinculante busca a racionalização do processo, a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, a aniquilação dos movimentos recursais meramente protelatórios, o desestímulo na aposta na letargia judiciária. E esses fenômenos são, no mínimo, tão intensos nos Tribunais Superiores quanto no STF.

**DESTAQUE.****Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº145 ( Autor: Senador Romero Jucá )**

Novo art. 51 à PEC, prevendo regra de transição para o ingresso no STJ, mediante a não incidência do art. 104, I.

**Análise:**

Somos contrários à emenda. Não vemos lastro bastante na teoria da proporcionalidade legislativa e na razoabilidade para sustentar a regra transitória pretendida.

**DESTAQUE.****Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº148 ( Autor: Senadora Maria do Carmo Alves )**

Insere artigo no ADCT, prevendo a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais.

**Análise:**

Temos para nós que a criação de Tribunais por emenda à Constituição viola frontalmente o princípio do autogoverno do Poder Judiciário, inscrito no art. 96, especialmente no inciso II, alínea c. Ocorre, a nosso ver, inconstitucionalidade material. A existência de usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça para a matéria e a inadequada escolha do veículo normativo (o instrumento deveria ser lei ordinária federal, não emenda à

Constituição) conduzem este Relator à posição contrária à emenda, sem que isso signifique oposição ao mérito.

**DESTAQUE.****Resultado:**

**Aprovado o  
Parecer do  
Relator.**

**Emenda de PLEN nº 150 ( Autor: Senador Arlindo Porto )**

Ao art. 124.

A emenda busca a alteração da competência da Justiça Militar da União.

**Análise:**

O controle judiciário do Direito Penal Militar, na área disciplinar, parece naturalmente voltado à competência da Justiça Militar. Opomo-nos, contudo, à redação do novo parágrafo único, pela inserção dos Conselhos de Justiça, órgãos típicos da Justiça Militar Estadual, e por entender que a matéria estará mais bem situada em legislação infraconstitucional.

**DESTAQUE.****Resultado:**

**O Relator  
reformula o  
Parecer  
concluindo pela  
rejeição da  
Emenda.**



<p><b>Emenda de PLEN nº151</b> ( Autor: Senador Luiz Otávio )  Ao art. 93, II, b.  A emenda pretende a substituição da expressão <i>categoria</i> por <i>carreira</i>.</p> <p><b>Análise:</b>  Cremos na superioridade da expressão <i>categoria</i>. A alteração poderá criar obstáculo interpretativo, pois dois anos na Entrância, no caso de juiz estadual, não pode significar dois anos de investidura na magistratura.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº153</b> ( Autor: Senador Sérgio Machado )  Ao art. 102, II.  A emenda busca qualificar a matéria do recurso ordinário ao STF.</p> <p><b>Análise:</b>  Este relator já se manifestou precedentemente sobre o tema. O recurso ordinário em crime político, pela natureza imprecisa desse ilícito, já assentada inclusive pelo próprio STF, deve ser mantido.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº154</b> ( Autor: Senador Sérgio Machado )  Ao art. 102, III, d.  A emenda é supressiva do dispositivo, para fazer retornar ao STJ a competência para decidir sobre conflitos de leis.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranquila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, de acordo com o art. 105, III, e não em recurso especial.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº155</b> ( Autor: Senador Sérgio Machado )  Supressiva do inciso II do art. 102, para eliminar a previsão de recurso ordinário ao STF.</p> <p><b>Análise:</b>  Esta Relatoria é contrária à emenda, pelas razões já esaradas tanto perante a CCI quanto neste relatório, precedentemente.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº156</b> ( Autor: Senador Sérgio Machado )  Ao art. 102, I, i.  A emenda qualifica a matéria de habeas corpus para fixar a competência originária do STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A tutela constitucional da liberdade é matéria de extração constitucional.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p><b>Emenda de PLEN nº157 ( Autor: Senador Sérgio Machado )</b>  Ao art. 105, III, b.  A emenda retorna ao STJ a competência para recurso especial no caso de conflito entre lei ou ato de governo local e lei federal.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda deve ser rejeitada. Conflito entre leis é conflito de competência legislativa, portanto matéria sediada na Constituição Federal. A doutrina é tranqüila quanto a isso, e o próprio exame do sistema constitucional de repartição de competência legislativa conduz a essa conclusão. Nessa linha, como o fundamento é constitucional, a solução recursal há de ser colhida em recurso extraordinário, não em recurso especial.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº158 ( Autor: Senador Lúcio Alcântara )</b>  Ao art. 128, § 3º.  A emenda visa a alterar o sistema de escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p><b>Análise:</b>  Embora meritória, a emenda padece de inconstitucionalidade material, por lesar o princípio federativo, ao eliminar competência constitucional do Executivo estadual. A cláusula federativa figura dentre as limitações materiais expressas ao poder de reforma, de acordo com o art. 60, § 4º, I.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº160 ( Autor: Senador Lúcio Alcântara )</b>  Ao art. 93, I.  A emenda elimina a imposição de realização de concurso para magistratura por entidade externa ao Poder Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b>  A imposição de que a realização do concurso público de ingresso na carreira da magistratura seja realizado por entidade externa ao Judiciário parece a este Relator providência saudável, à evitar indesejáveis contágios de personalização ou direcionamentos nesses certames. Demais disso, não se vislumbra nenhum tipo de prejuízo na providência.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº161 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 93, XII.  A emenda dá novo tratamento à atividade jurisdicional nos períodos de férias forenses e recessos de juízos e tribunais.</p> <p><b>Análise:</b>  A Relatoria foi convencida da impossibilidade prática, por razões de competência e organização interna dos órgãos fracionários dos Tribunais e pelos reflexos sobre a militância da advocacia, de preservar o dispositivo aprovado pela Câmara dos Deputados.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Emenda de PLEN nº162 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 94.  A emenda dá novo tratamento à regra do quinto constitucional.</p> <p><b>Análise:</b>  Este Relator é contrário à emenda. As vagas no quinto serão ocupadas de acordo com a carreira de origem do membro de Tribunal ocupante da posição vacante. Outra solução, como a apresentada pela emenda, pode – e parece que necessariamente vai – desaguar na existência, em dado momento, de composição de Tribunal que não apresente um quinto de suas vagas ocupadas por advogados e por membros do Ministério Público. O STF já se revelou extremamente cioso desse fracionamento, ao decidir questão sobre a quantidade de vagas reservadas ao quinto em Tribunais cujo número de membros não seja múltiplo de cinco.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº164 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 101, parágrafo único.  A emenda fixa mandato para Ministro do STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A sugestão, lastreada em modelos europeus, tem, aplicada à realidade brasileira, o mau resultado de politizar excessivamente o STF, já que o mandato a termo poderá envolver Ministros e candidatos a Ministros em intermináveis jogos políticos para obter acesso a essa Corte, na posição vacante.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº165 ( Autor: Senador Roberto Freire )</b>  Ao art. 105, § 1º, I.  A emenda altera competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.</p> <p><b>Análise:</b>  Esta Relatoria é contrária à emenda. Não percebemos a lesão ao sistema federativo, por conta do princípio da unidade da jurisdição.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº168 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 93, XV.  Prevê a eletividade dos Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda conduz à excessiva politização do Judiciário, com efeitos potencialmente danosos à administração da Justiça.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº169 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 107, § 4º.  A emenda desloca o Conselho de Justiça Federal para a Justiça Federal de segundo grau.</p> <p><b>Análise:</b>  Essa sugestão, já apresentada na fase da CCJ, mereceu parecer contrário deste Relator, por entender que o órgão em questão fica mais bem localizado na estrutura do STJ.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p><b>Emenda de PLEN nº170 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 120, § 1º.  A emenda busca ampliar a presença da magistratura federal no Judiciário Eleitoral.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi enfrentada precedentemente por este Relator, inclusive na fase da CCI. Nosso posicionamento, já conhecido, é contrário, por questões operacionais, à vista da maior presença da magistratura estadual.</p>	<p><b><u>DESTAQUE.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº171 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 101.  A emenda pretende alterar o processo de indicação de Ministro do STF.</p> <p><b>Análise:</b>  O sistema proposto pela emenda, excessivamente moroso, não nos parece conducente ao aprimoramento do sistema de provimento de cargo de Ministro do STF.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº172 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Ao art. 109, § 9º.  A emenda tem o objetivo de ampliar a legitimação para o incidente de deslocamento de competência no caso de violação dos direitos humanos.</p> <p><b>Análise:</b>  Somos contrários à emenda. O incidente de deslocamento de competência não guarda relação, mesmo que remota, com o sistema de controle abstrato de constitucionalidade, não sendo possível divisar que tipo de argumento sustenta, por exemplo, tal incidente proposto por confederação sindical ou pela Mesa do Senado.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº173 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Insere dispositivo novo, vedando o uso de medida provisória para cercear o deferimento de medidas cautelares ou antecipatórias de tutela.</p> <p><b>Análise:</b>  Cremos que o objetivo pretendido pela emenda já está atingido pelos termos do art. 62, § 1º, I, b, com a redação que lhe deu a Emenda 32, no que proíbe o uso da medida provisória para matéria processual civil.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº174 ( Autor: Senador Roberto Requião )</b>  Insere dispositivo transitório, contendo regra de vitaliciedade aos juizes substitutos em exercício na data de promulgação da emenda.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCI. Não cremos na necessidade de regra transitória para vitaliciamento.</p>	<p><b><u>DESTAQUE.</u></b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Emenda de PLEN nº175 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 5º, LV  A emenda condiciona os princípios do contraditório e da ampla defesa aos termos da lei.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Os princípios em tela são de extração constitucional, e a referência à lei é acessória, para identificar a lesão, não para mensurar o princípio.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº176 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 37, XI.  A emenda altera o sistema remuneratório dos agentes públicos e políticos.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. É, além disso, tema estranho à reforma do Judiciário.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº178 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 93, XI.  A emenda altera o sistema de composição dos órgãos especiais nos tribunais.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. cremos saudável ao Tribunal o sistema de composição definido no âmbito da Comissão.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº179 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 95, § 1º, V.  A emenda altera regra de impedimento do magistrado para a advocacia militante.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. O impedimento à militância é cussão que foi sensivelmente enriquecida na fase de trabalhos da Comissão referida. Parece a esta Relatoria que o texto a que se chegou nesse órgão fracionário é superior.</p>	<p><b>DESTAQUE</b>  Retirado.</p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº180 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 96.  A emenda insere novo inciso ao art. 96, relativo ao processo e julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. A Relatoria está convencida de que o sistema não conduz à celeridade processual.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº186 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Ao art. 103-B.  A emenda altera a composição do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

<p><b>Análise:</b> A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. cremos que a melhor solução, tanto em termos de designação quanto de composição, é a que foi produzida por esse órgão fracionário.</p>	
<p><b>Emenda de PLEN nº187 ( Autor: Senador Amir Lando )</b> Ao art. 104, parágrafo único, I. A emenda altera o processo de escolha de membros dos STJ.</p> <p><b>Análise:</b> Este Relator entende superior o modelo decidido pela CCJ, com reserva de vagas à magistratura de carreira, o qual, além de atender melhor a lógica do sistema, guarda simetria com o modelo praticado pela Justiça do Trabalho, na Constituição vigente.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº188 ( Autor: Senador Amir Lando )</b> Ao art. 105. A emenda altera competências do STJ.</p> <p><b>Análise:</b> A matéria já foi vencida por este Relator na fase da CCJ. Não divisamos razões bastantes à transferência de competência pretendida.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº190 ( Autor: Senador Lindberg Cury )</b> Ao art. 115. Acresce inciso VIII-A, para alargar a competência da Justiça do Trabalho, relativamente à execução.</p> <p><b>Análise:</b> A matéria fica mais bem situada sob competência da Justiça Federal.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº191 ( Autor: Senador Lindberg Cury )</b> Ao art. 92. A emenda visa a tornar exclusiva a denominação <i>juiz, desembargador</i> ou <i>ministro</i> para membro do Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b> A imposição de exclusividade de denominação parece a este Relator carecer de motivação que aponte todos os reflexos de decisão de tal monta.</p>	<p><b>DESTAQUE.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº195 ( Autor: Senador Ney Suassuna )</b> Ao art. 128, § 1º. A emenda altera o processo de escolha do Procurador-Geral da República.</p> <p><b>Análise:</b> Esta Relatoria opõe-se à emenda, por entender superior o modelo decidido pela CCJ.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Emenda de PLEN nº196 ( Autor: Senador Fernando Ribeiro )</b>  A emenda pretende incluir dispositivo regulamentador da situação dos pretores e juizes substitutos remanescentes da antiga organização judiciária de alguns Estados.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria só remotamente toca a reforma estrutura do Judiciário. Ademais, a nítida nota transitória e a necessidade de análise profunda da constitucionalidade da transmutação para a condição de juiz-substituto sem concurso público de provas e títulos impõe a rejeição.</p>	<p><b>DESTAQUE</b>  Retirado.</p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº201 ( Autor: Senador Amir Lando )</b>  Supressão do § 2º do art. 105, ao argumento de inocuidade.</p> <p><b>Análise:</b>  O modelo decidido pela CCJ guarda o mérito de homenagear a celeridade e a racionalidade processual.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº206 ( Autor: Senador Antônio Carlos Valadares )</b>  Acresce dispositivo relativo aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, prevendo a gratuidade no transporte coletivo público.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria não se reveste de dignidade constitucional, sendo típica de legislação infraconstitucional.</p>	<p><b>DESTAQUE</b>  Retirado.</p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº 214 ( Autor: Senadora Maria do Carmo Alves )</b>  Ao art. 40.  Aumenta para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória.</p> <p><b>Análise:</b>  A providência vem sendo reclamada por expressivos nomes da magistratura brasileira, como o Ministro Marco Aurélio, atual Presidente do STF. A idade hoje fixada para a aposentadoria compulsória de servidor público, juizes incluídos, não mais se justifica sob o crivo do vigor intelectual e a produtividade. Dentre outros elementos que comprovam a superação desse modelo pode-se citar o fato de membros do Judiciário compulsoriamente aposentados virarem a dedicar-se, com êxito incontestado, à advocacia e à consultoria.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p>Rejeitado no Relatório do Sen. Bernardo Cabral. O Parecer da CCJ conclui pela rejeição da Emenda.</p>
<p><b>Emenda de PLEN nº216 ( Autor: Senadora Maria do Carmo Alves )</b>  Ao art. 101.  Altera a regra constitucional de composição do STF.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda, em que pese os seus meritos, padece de inconstitucionalidade material, por lesão ao princípio da separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). A eliminação da competência do Presidente da República para o procedimento parece-nos claramente lesiva da limitação material expressa citada.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p>Aprovado o Parecer do Relator.</p>

<p><b>Emenda de PLEN nº219 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b> Ao art. 115, VII, suprimindo o dispositivo.</p> <p><b>Análise:</b> A matéria foi longamente amadurecida na fase que antecedeu os trabalhos da CCJ, e esta Relatoria está convencida dos méritos da providência consignada no inciso VII do art. 115.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº220 ( Autor: Senador Romero Jucá )</b> Ao art. 115, IX, suprimindo o dispositivo.</p> <p><b>Análise:</b> Este Relator posiciona-se contrariamente à emenda. O modelo constitucional em vigor situa, de forma precisa, as competências para processo e julgamento de reclamações, e não nos parece que haja sucedâneo aceitável à providência veiculada pelo inciso IX. Demais disso, não se cuida de conflito de competência, mas de reclamação.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº221 ( Autor: Senador Roberto Saturnino )</b> Ao art. 129, § 3º. A emenda busca reduzir o prazo de atividade jurídica para ingresso no MP.</p> <p><b>Análise:</b> O prazo fixado guarda simetria com outro ponto da reforma, relativamente aos juizes c, demais disso, o fôlego institucional do Ministério Público é, sem dúvida, produto de sua competência, e esta decorre com a intimidade do trato com o Direito, e não apenas de conhecimento teórico.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº224 ( Autor: Senador Eduardo Suplicy )</b> Art. 93, XVII. Nova redação à proibição do nepotismo, ampliando-a.</p> <p><b>Análise:</b> A Relatoria entende que nada justifica a ampliação dos impedidos por parentesco.</p>	<p><b>DESTAQUE</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº225 ( Autor: Senador Mozerildo Cavalcanti )</b> Ao art. 95, V. Estabelece regra de quarentena para a advocacia militante de ex-membro do Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b> Cremos que a redação a que chegou a CCJ é técnica e institucionalmente superior à pretendida pela emenda.</p>	<p><b>DESTAQUE</b> <b>Retirado.</b></p> <p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>



<p><b>Emenda de PLEN nº226 ( Autor: Senador Mozerildo Cavalcanti )</b>  Ao art. 93, V.  A emenda trata do sistema constitucional de remuneração dos membros do Judiciário.</p> <p><b>Análise:</b>  Parece-nos que o sistema positivado pela Emenda 19, acrescido das providências já consignadas pela CCJ, quando dos trabalhos sobre a reforma do Judiciário, compõem um quadro suficiente à justa contrapartida financeira à magistratura.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº227 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Ao art. 37, XI.  A emenda cuida do sistema remuneratório dos agentes políticos e públicos do País, alterando o valor limitador do teto, por Poder.</p> <p><b>Análise:</b>  A matéria já foi enfrentada na fase da CCJ e, uma vez mais, neste parecer, colhendo, sempre, posição contrária deste Relator. Demais disso, é matéria que só remotamente guarda relação com a reforma do Poder Judiciário.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº234 ( Autor: Senador Geraldo Melo )</b>  Supressão do inciso II do art. 103-B, alterando a composição do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p><b>Análise:</b>  Cremos que nada justifica a exclusão de Ministro do Superior Tribunal de Justiça da composição do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº238 ( Autor: Senador Renan Calheiros )</b>  Ao art. 96, III.  Acresce previsão de irrecorribilidade de decisão de tribunais estaduais sobre leis locais.</p> <p><b>Análise:</b>  A emenda elimina, de um só golpe, o recurso extraordinário e o recurso especial, movimentos processuais voltados à garantia da uniformidade da interpretação da Constituição e do Direito Federal, que devem ser mantidos.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>
<p><b>Emenda de PLEN nº239 ( Autor: Senador Renan Calheiros )</b>  Ao art. 103-B.  Supressão do inciso XI, eliminando a presença de advogados no Conselho Nacional de Justiça.</p> <p><b>Análise:</b>  Os advogados estão presentes no dia-a-dia do Judiciário, e a Assembleia Nacional Constituinte garantiu sua presença inclusive nos concursos de ingresso na magistratura e na regra do quinto constitucional. Cremos que a previsão de integração no Conselho Nacional de Justiça não destoia desse modelo.</p>	<p><b>Resultado:</b></p> <p><b>Aprovado o Parecer do Relator.</b></p>

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 106 A 239 À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000.

Sala das Reuniões, em 30 de outubro de 2002.

① *Cassio* Presidente③ *Antônio* Relator② *Roberto*④ *Roberto*⑤ *Roberto*⑥ *Roberto*⑦ *Roberto*⑧ *Roberto*⑨ *Roberto*⑩ *Roberto*SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ARQUIVO

Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Fls. \_\_\_\_\_



**EMENDAS DE PLENÁRIO N°S 106 A 239 À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 29, DE 2000**

**ASSINAM O PARECER, EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2002, OS SENHORES SENADORES:**

- 01 – OSMAR DIAS – Presidente, em exercício
- 02 – BERNARDO CABRAL – Relator
- 03 – ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
- 04 – ROMERO JUCA
- 05 – ROMEU TUMA
- 06 – JOSÉ EDUARDO DUTRA
- 07 – LUIZ OTÁVIO
- 08 – BELLO PARGA
- 09 – PEDRO SIMON
- 10 – SÉRGIO MACHADO
- 11 – LÚCIO ALCÂNTARA
- 12 – ROBERTO FREIRE

**COMPLEMENTAM AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 156, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.L.S.F., OS SENHORES SENADORES:**

- 13 – ARTUR DA TÁVOLA
- 14 – FERNANDO RIBEIRO
- 15 – JOSÉ FOGAÇA
- 16 – BENÍCIO SAMPAIO
- 17 – MOREIRA MENDES
- 18 – JOSÉ AGRIPIO
- 19 – ROBERTO SATURNINO
- 20 – JUVÊNCIO DA FONSECA
- 21 – RICARDO SANTOS
- 22 – TIÃO VIANA
- 23 – GERALDO CÂNDIDO
- 24 – ANTONIO CARLOS VALADARES
- 25 – LÚCIO CORREIO
- 26 – GILBERTO MESTRINHO
- 27 – GERALDO MELO

Publicação no Diário do Senado Federal, de 13-11-2002.

